



José Américo de Almeida

A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

172-A

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Em 1923, coube a José Américo de Almeida a tarefa de defender o legado de Epitácio Pessoa, presidente da República no período de 1919 a 1922, tendo sido eleito quando estava em Paris, França, caso único em nossa história.

A encomenda, trazida pelo então presidente da província da Paraíba do Norte, Sólon de Lucena, era de uma obra que contasse em detalhes os feitos da presidência de Epitácio Pessoa, em que se investiu como nunca na infraestrutura do Nordeste brasileiro, ajudando a apaziguar as mazelas encontradas especialmente no fim do século XIX e início do século XX.

Aos 18 dias de janeiro de 1924, vem a lume a obra *A Paraíba e seus problemas*, uma profunda análise geográfica e sociológica daquele estado, esmiuçando ainda o modo de vida do paraibano e os benefícios trazidos pelas ações de Epitácio Pessoa.

Na presente edição, o Conselho Editorial do Senado Federal e a Fundação Casa de José Américo unem-se para apresentar a versão contemporânea da obra (volume I), cotejada por inúmeras fontes primárias acessíveis em versão digital, que vem acompanhada de *Fortuna Crítica* (volume II) escrita por pesquisadores do legado de José Américo de Almeida na Sociologia e nas Letras.



FUNDAÇÃO CASA DE
JOSÉ AMÉRICO

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

O presente volume conta com os prefácios do ex-senador José Sarney; do senador Veneziano Vital do Rêgo, primeiro vice-presidente do Senado Federal e dos ex-senadores Humberto Lucena e Ronaldo Cunha Lima; com estudo crítico do pesquisador Manuel Correia de Andrade e nota do autor, José Américo de Almeida, à 3ª edição, revista.

A Paraíba e seus problemas

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira

Senador Mecias de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alcinéa Cavalcante

Fabício Ferrão Araújo

Aldrin Moura de Figueiredo

Heloisa Starling

Ana Luísa Escorel de Moraes

Ilana Feldman Marzochi

Ana Maria Martins Machado

Ilana Trombka

Carlos Ricardo Cachiollo

João Batista Gomes Filho

Cid de Queiroz Benjamin

Ladislau Dowbor

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Márcia Abrahão Moura

Eduardo Bueno

Rita Gomes do Nascimento

Elisa Lucinda dos Campos Gomes

Toni Carlos Pereira

José Américo de Almeida

A Paraíba e seus problemas

Edições do Senado Federal
vol. 172-A

5ª edição

Brasília, 2024

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
VOL. 172-A

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Iniciativa: Academia Paraibana de Letras, Fundação Casa de José Américo e Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

Preparação editorial: Rafael Chervenski

Revisão: Anderson Gonçalves de Oliveira

Capa: Rodrigo Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação: Eduardo Franco

© Senado Federal, 2024

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

Almeida, José Américo de, 1887-1980.

A Paraíba e seus problemas / José Américo de Almeida. — Brasília : Senado Federal, 2024.

642 p. — (Edições do Senado Federal ; v. 172-A)

ISBN obra completa: 978-65-5676-437-5

ISBN vol. 1: 978-65-5676-438-2

1. Condições socioeconômicas, Paraíba. 2. Paraíba, história. I. Título.
II. Série.

CDD 981.33

“O sertanejo é, antes de tudo, um forte.”
(Euclides da Cunha, em *Os Sertões*)

SUMÁRIO

PREFÁCIOS À PRESENTE EDIÇÃO	
A PÉROLA DO BREJO DA AREIA	9
<i>José Sarney</i>	
JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA – ESCRITOR POLÍTICO E POLÍTICO ESCRITOR	15
<i>Veneziano Vital do Rêgo, 1º Vice-Presidente do Senado Federal</i>	
PREFÁCIO À 4ª EDIÇÃO	21
<i>Humberto Lucena</i>	
PREFÁCIO À 4ª EDIÇÃO	23
<i>Ronaldo Cunha Lima</i>	
ESTUDO CRÍTICO	25
JOSÉ AMÉRICO E A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS	
<i>Manuel Correia de Andrade</i>	
1 A importância da figura de José Américo de Almeida	25
2 A Paraíba e seus problemas	28
NOTA À PRESENTE EDIÇÃO	33
NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO, REVISTA NADA DE NOVO	35
APRESENTAÇÃO	37
<hr/>	
A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS	49
1. Terra ignota	51
2. O clima	99
3. O martírio	143

4.	O abandono	205
5.	O homem do norte	247
6.	A redenção	265
7.	O problema das distâncias	301
8.	Política hidráulica	333
9.	O porto	361
10.	O saneamento	381
11.	A ação dispersa	425
12.	Consequências sociais	449
13.	Consequências econômicas	495
14.	Impressão geral	579
APÊNDICES		626
	Tréplica do Sr. Epitácio Pessoa aos reparos da Comissão Rondon	626
	José Américo de Almeida, cronologia de vida e obra	636
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		640

PREFÁCIOS À PRESENTE EDIÇÃO

A PÉROLA DO BREJO DA AREIA

José Sarney

José Américo de Almeida dizia que não levava a sério sua ficção e que sua obra de estreia, *Reflexões de uma cabra*, não tinha nenhum valor, tendo sido escrita por brincadeira. Sua obra se inicia, portanto, com este livro, *A Paraíba e os seus problemas*. É um livro fundamental e, se tem menos fama que *A Bagaceira*, é também um precursor na análise dos desafios do Nordeste, um pioneiro no estudo da sociologia e da antropologia.

O livro foi encomendado a José Américo pelo presidente da Paraíba, Sólon de Lucena, como reconhecimento do estado a Epiácio Pessoa, por seu enfrentamento da seca. Como disse o próprio escritor, ele exorbitou dos limites propostos e estudou a formação da Paraíba, suas condições físicas, o abandono pela administração pública, nacional e estadual, a gênese da República até a eleição de Epiácio, que aparece como “o homem do Norte”, a fazer a redenção de séculos de incúria, a política hidráulica, a questão da infraestrutura viária e portuária, a nova presença da União no Nordeste, a situação do paraibano, as consequências sociais e econômicas.

Analizou a seca em profundidade, não se limitando à situação estadual, mas avançando em uma perspectiva mais ampla, abarcando a caatinga nordestina, a interação com o habitante, “a luta do homem com as desordens do clima”, “comprovação de um valor moral [do paraibano] que deve ser assinalado em todos os seus traços de amargura e de coragem renitente”.

Neto de morador de Ingá do Bacamarte — meu avô Assuero nascera no Piauí, em Valença, mas viveu grande parte da vida nesta cidade paraibana —, sou especialmente sensível a tudo que é paraibano. Eu a descobri, no entanto, lendo José Américo de Almeida. Primeiro, lendo *A Bagaceira*.

Cedo o jovem de Brejo de Areia foi nomeado procurador-geral do estado. Tem a companhia de velhos desembargadores, de questões de terra, vistorias, *habeas corpus*, apelações, embargos e da soturna Justiça das sentenças com citações em latim e evocações mitológicas. É um isolamento que bem se ajusta ao seu gênio. Longe de tudo, acima, bem acima, só, solitariamente remoendo e moendo a denúncia que deveria explodir. É nesse período que escreve o grande romance. Em 1928 ele aparece. Alceu Amoroso Lima aponta: “Romancista ao Norte!” Só neste ano saem três edições de *A Bagaceira*. Chega à celebridade.

Em literatura, a palavra é essencialmente ferramenta do comunicar, o instrumento integral da palavra — a palavra cumprida que diz todas as coisas geradoras das emoções e sensações do que se disse, do que foi ouvido, do que se guardou, do que se silenciou. Sono de silêncio que transmite vida. Em política, a ação é em grande parte palavra — tanto a que se diz e a que se cala como a que se ouve e a que se guarda; a que se imagina ter sido silenciada como principalmente a que se cumpre.

Toda a obra de José Américo é um discurso político. Ela tem sempre um interlocutor. Esse interlocutor, para ele, jamais seria o leitor despojado em busca de um livro. É um homem integral, consciente dentro do universo, senhor de direitos e deveres, que tem fome, tem sede, sofre, arde, dilacera-se. Não é literatura engajada, enlatada, induzida. Mas o testemunho espiritual de quem cria um mundo imaginário para modificar o mundo real que ele imaginou. José Américo confessa esse fato. “*A Bagaceira* é um grito de reforma agrária.” Ele o escreveu num desabafo,

achando que apenas ocupava seu tempo e, surpreso, exclama: “Eu não sabia que o livro era tão grande.”

A *Bagaceira* nasceu de uma motivação política: o drama social. As mudanças que se processavam no mundo, chegando atrasadas àquelas bandas, determinaram uma literatura diferente, que alcançava uma dimensão maior que o simples contemplar romântico do fenômeno físico das secas. Não bastava constatar nem sublimar o sofrimento, nem a tragédia dos retirantes, nem a morte e vida naquelas terras. Nem a pobreza das cidades, nem a ira santa dos fazedores de revolta. Era necessário descobrir o elo oculto das injustiças maiores para que a arte de escrever fosse, também, um protesto, um inconformismo social. Quem lê a história daquela região vê que em nenhum lugar a palavra revolução, revolta, reforma é tão presente. O desejo permanente de renovar, modernizar, foi uma constante. A própria história é a história de uma saga que não tem fim. É uma denúncia.

Com seu amigo João Pessoa vem a sedução da política. O desejo de mudança prepara a sociedade brasileira para a revolta. O fogo surge na tragédia que abala e comove o país: o martírio de João Pessoa, sangrado no ódio e na paixão que varrem o Nordeste. O Brasil crespa, surge a Revolução de 1930 e logo a vitória.

No governo, enfrenta a prova da reconstrução. Ministro da Viação, vem a seca de 1932. Assistira à de 1897, no Brejo agulado, para onde acorriam os famintos. Agora, não é o olheiro: tem o timão. Ei-lo um retirante do Rio, no caminho inverso dos infortúnios, a ganhar o sertão árido no ambiente de tragédia dos açudes secos. Sente na realidade o drama que já construía no seu livro.

José Américo não tem certeza dos rumos da Revolução. Começa a fazer uma revisão crítica da sua participação no governo. Esse processo o leva, em 1934, a deixar o ministério e recusar a embaixada no Vaticano. Eleito senador, renuncia ao mandato. Depois confessará que o fez não somente pelo apelo de ficar no Brasil, mas pelo desencanto dos rumos da situação nacional e paraibana.

Em 1937 é o candidato que arrasta multidões. É o instante de transformar *A Bagaceira* naquela denúncia pública que lançou, de que “Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que

comer na terra de Canaã”. A campanha de 1937 morre na ponta de um golpe de estado. Vem a escuridão. José Américo somente retorna à cena em 1945, bradando pela liberdade de imprensa, na entrevista que ajudou a derrubar a ditadura.

Volta, então, à política diária, já que ela voltou. Senador em 1946, confessa que gosta da nova experiência, diferente da de 1934. Mas o Senado não tem a sedução dos palanques de campanha. Ele é orador da praça pública. A oratória parlamentar vive de lampejos, de emendas, de projetos, de pareceres e discursos que se constroem muito no ambiente, nos atos e fatos da hora. Dessa época vangloria-se, apenas, de ter sido acusado de falar sempre literariamente. José Américo respondeu que somente sabia falar assim.

Em 1950 volta à Paraíba, às suas primeiras ambições. Elege-se governador. Dessa época é sua famosa frase: “Voltar é uma forma de renascer. E ninguém se perde na volta”.

Em 1953, encanta-se de novo pela aventura nacional, aceita o convite de Vargas e retorna ao Ministério da Viação. Experiência amarga, volta perdida e trágica. Vem testemunhar mais um dos seus ocasos de sangue. Consumada a tragédia, como refúgio, vai cumprir o resto do mandato de governador. Tenta pacificar o estado, mas os amigos o obrigam a uma nova candidatura em 1958. Ele não resiste. Cede.

Prova o gosto ácido da derrota em sua própria terra. Despede-se para sempre dessa paixão tentadora de disputar eleições. Reconcilia-se com os inimigos, prepara a morte, vivendo a velhice de glória, na solidão sem silêncio de Tambaú. Sua casa é transformada num símbolo do país, capela de peregrinação. Venerado e beatificado, recolhe-se aos livros e chega à Academia. Já não é aquele vulcão, aquele gigante gladiador. É um pai da pátria, tranquilo, sem desafetos, só admiradores, só cantares, só louvação.

Em 1980 apagou-se a grande chama que iluminava o povo sofrido da Paraíba, do Nordeste, do Brasil.

José Américo de Almeida foi figura solar, como escritor e político. E ele permanece, em espírito, a iluminar os caminhos de quem acredita na dimensão da política como compromisso social, como amor por sua terra e sua gente, como destino!

Fui o último orador durante o seu sepultamento. Não resisto a repetir as palavras que pronunciei naquele instante:

Apaga-se a grande chama que iluminava este povo sofrido. Em breve o quente sol do Nordeste queimará as flores que depositamos em seu túmulo. Nesse instante, Paraíba, José Américo não estará mais aqui. Ele é espírito, é estátua, é história, e pairará sobre o Brasil. As flores de pedra, que não morrem, serão esculpidas pela eternidade, para perpetuar homens que, como ele, sendo de carne, transformaram-se em mármore.

Em José Américo, o homem e a palavra se confundem numa personalidade em que, consciente dentro do universo, se integram como um grande político e um grande escritor. *A Paraíba e seus problemas* é um livro que podemos colocar no nível de *Casa grande e senzala*. Seu amor à Paraíba fez com que ele resumisse em seu título o verdadeiro tratado de antropologia que ali é contido.

Na ficção com seu livro *A Bagaceira* ele dá a primeira temática do romance nordestino. Aquilo que Oswald de Andrade disse que sufocou a Semana de Arte Moderna, dizendo que “os búfalos do Nordeste invadiram...”, é “nosso grito de reforma”, para ficar com o conjunto dos escritores das secas, da denúncia social, ele mesmo reconhecendo que era um grito de reforma agrária.

Todos os grandes críticos brasileiros dissecaram e analisaram em detalhes as suas obras *A Paraíba e seus problemas*, *A Bagaceira*, *Coiteiros*, *Boqueirão*, *Reflexões de uma cabra*, e ressaltaram a glorificação de sua obra no aval dos que a glorificaram.

No conjunto da sua grande expressão da literatura e da política brasileira, já ficaram guardadas para a eternidade algumas de suas palavras, já que ele falava àquele tempo por provérbios, como “O mais tremendo grito de guerra é o grito da fome”, “Ninguém grita de boca cheia”, “A missão de governar é um apostolado de soluções”, “Nem direita nem esquerda. São formas de hemiplegia moral”, “Ninguém se perde no caminho da volta”.

Se pudéssemos resumir José Américo em poucas palavras, eu repetiria que ele foi o profeta das ruas, o mago dos sertões. Ninguém mais do que José Américo resume a glória da Paraíba, estado de lutas e de inteligências.

OSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA
ESCRITOR POLÍTICO E POLÍTICO
ESCRITOR

Veneziano Vital do Rêgo
1º Vice-Presidente do Senado Federal

Formado na tradicional Faculdade de Direito do Recife, José Américo expande a cultura clássica de ex-seminarista, com formação lógica, filosófica e linguística nos cursos propedêuticos mantidos pela Igreja Católica quando religião e política se fundiam e determinavam padrões de comportamentos públicos e privados no Brasil.

Desde jovem, ainda estudante, revelara a vocação e preferência pelo registro escrito de suas emoções. A profissão de advogado e a carreira jurídica lhe asseguraram estabilidade financeira. E ele pôde dedicar-se ao que lhe dava satisfação e lhe preenchia a curiosidade intelectual. Expressou em artigos para jornais da época, daí para as novelas. E interpretou agudamente a sociedade em que vivia, traduzida em cortante interpretação sociológica referente à formação e ao funcionamento da realidade comunitária, sob formas de produção, organização e procedimentos individuais e coletivos. Analisou a estrutura socioeconômica paraibana, ainda quase primitiva, de pouca educação e limitada formação, compensada pela riqueza cultural e tradições populares; a vida difícil em um país ainda em processo de construção, alimentado pela dinâmica e diversidade de uma população miscigenada, em luta permanente pela sobrevivência.

No território relativamente pequeno do estado da Paraíba do Norte, replica-se a realidade ampliada de toda a Região Norte (como era chamada a atual Região Nordeste), em meio à rara natureza heterogênea,

ora bucólica verdejante de sua Areia serrana, ora hostil, porém fértil Caatinga, que se transmuta por conta da frequência e da intensidade das chuvas. Nos períodos úmidos de fartura, em outra época, com a sazonalidade garantida, surge um quase deserto – o semiárido. Ar e solo inclementes a desafiar a resiliência e a fortaleza do sertanejo.

Esse universo diversificado, inicialmente tão bem descrito por Euclides da Cunha, foi, 20 anos depois, revisto e ampliado por José Américo, com ênfase no drama humano sofrido durante o **flagelo** da seca. É constante a indiferença dos governos ao longo de cinco séculos, desde a colônia, vice-reinado, império e república. Marcada pelo **abandono**, assim é relegada a população à própria sorte: a situação persistiu até o século passado, quando se morria de fome e de sede em cenas dramáticas e dantescas. **Flagelo** e **Abandono** são os títulos de dois capítulos fundamentais, nos quais o autor revela, com precisão e agudez, profundo conhecimento da região.

O ponto de inflexão da calamidade inicia-se com o mandato do primeiro nordestino eleito à Presidência da República em 1919: o paraibano Epitácio Pessoa, cujo mandato se encerrou em 15 de novembro de 1922.

A elaboração do livro-homenagem *A Paraíba e seus problemas* foi iniciativa do então governador Solon de Lucena para ressaltar os feitos do presidente Epitácio em relação ao seu estado e a toda a Região Nordeste.

De certo modo, o livro essencialmente trata do drama da seca e seus efeitos: fenômeno documentado por escrito na região desde o início do século XVI, com a chegada dos portugueses.

Ao associar-se ao povo paraibano na celebração do Centenário de lançamento da obra-prima do escritor José Américo de Almeida, o Senado Federal homenageia o estado da Paraíba e toda a Região Nordeste, identificada pelo seu bioma Caatinga e pelo extremo climático sob aguda escassez pluviométrica. Mais do que escassez, caracteriza-se pela distribuição irregular das chuvas em determinados períodos, denominada pelos catingueiros residentes na extensa região semiárida (geralmente, as chuvas concentram-se nos primeiros três meses do ano gregoriano) de período de inverno ou das invernadas.

A presente reedição também homenageia a figura ímpar do político José Américo de Almeida, que, ao longo de quase oito décadas, com dedi-

cação, competência e exemplar vida pública, desempenhou atividades na trilogia de poderes definida pela mente brilhante de Montesquieu em *O espírito das leis*. Assim, Américo replicou a trajetória multissetorial do conterrâneo Epitácio Pessoa, sobre a qual passaremos a uma breve revisão.

José Américo iniciou a carreira no Poder Judiciário como promotor público na comarca de Sousa (1909), situada no Sertão paraibano. Em seguida, foi procurador-geral (1911) e consultor jurídico do estado (1924). Mais adiante, ministro do Tribunal de Contas da União (1935). Acumulou experiência jurídica atuando nos três âmbitos administrativos: municipal, estadual e federal.

No Poder Executivo, começou no governo estadual como secretário de interior, justiça e segurança pública (1930) no governo João Pessoa. Após o assassinato do governador, com a vitória da “Revolução de 1930”, liderada por Getúlio Vargas, foi nomeado para a interventoria do estado. Na ocasião, foi considerado o grande líder civil da “Revolução de 30” no Nordeste. Com a deposição do presidente Washington Luiz, José Américo acumulou o cargo de interventor da Paraíba e de chefe do governo provisório do Norte (Nordeste) e do Extremo Norte (Amazônia), desde a Bahia ao extremo do Amazonas. Essas experiências administrativas anteciparam a nomeação dele, por Vargas, para o Ministério da Viação e Obras Públicas, no qual permaneceu até 1934, quando renunciou ao cargo de ministro. Voltou ao Executivo em 1950, eleito governador do estado. Após o retorno de Getúlio à Presidência da República (eleito democraticamente), Américo recebeu novo convite, em 1953, para reassumir o Ministério da Viação, anteriormente por ele ocupado no governo provisório (1930-1934). Ele foi personagem de destaque na crise institucional desencadeada com o suicídio do presidente da República em 1954. Américo retornou ao governo do estado para concluir o mandato no início de 1956.

No percurso, no Poder Legislativo, aconteceram seguidas interrupções. Inicialmente, foi candidato a deputado federal pela Paraíba, eleito em 1930, com 25 mil votos: a maior votação do estado. Na instabilidade política nos estertores da “República Velha ou Oligárquica” (1889-1930), Américo teve, autoritariamente, “depurado” o seu mandato. Ou seja, foi impedido de assumir a Câmara Federal.

Em 1935, eleito para o Senado Federal, exerceu o mandato por apenas três meses e renunciou por discordar da política nacional e da não realização das prometidas reformas. Sob a suposta normalidade democrática, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional para chefiar o governo com a vigência da nova Constituição Federal em 1934. O presidente constitucional convidou Américo para assumir a presidência do Senado Federal. José Américo declinou e retornou ao Tribunal de Contas da União.

Procuramos ressaltar o seu perfil de político exemplar como referência, protagonista no cenário nacional. Mais duas passagens merecem registro: em 1937, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1934, o presidente da República seria escolhido em eleição direta. Pelo prestígio e pela honradez, José Américo surgiu como candidato natural ao mais alto cargo do Executivo nacional. Dos 20 estados da União, José Américo recebeu o apoio de 17; os 3 restantes apoiaram o governador de São Paulo, Armando Sales de Oliveira. Somente um golpe de estado impediria a vitória de José Américo. Foi o que aconteceu. Com o apoio dos militares, temerosos em relação aos movimentos integralistas e comunistas surgidos no período, Getúlio decretou o Estado Novo (1937) e se tornou ditador até 1945.

José Américo, que se havia afastado para candidatar-se à Presidência da República, retornou ao cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. Em fevereiro de 1945, com a sua bombástica entrevista ao repórter Carlos Lacerda no *Correio da Manhã*, condenou a censura à imprensa, dispositivo que vigorou durante todo o Estado Novo.

Com a queda da censura, reorganizaram-se as forças políticas de oposição. Terminada a Segunda Grande Guerra com a vitória das nações democráticas, não havia condições de continuidade de um regime autoritário e de exceção. Com apoio militar, que o havia sustentado por oito anos, finalmente, foi deposto o presidente Vargas. No Brasil democrático do pós-guerra, José Américo elegeu-se senador pela Paraíba pela segunda vez (1947). Nesse período, por eleição indireta à vice-presidência do general Dutra, Américo concorreu e foi derrotado por poucos votos pelo seu amigo Nereu Ramos. Américo, em seguida, assumiu a presidência da UDN, principal partido de oposição ao governo do PSD.

Em seu estado natal, revertidas as posições com o apoio do PSD e da dissidência da UDN, ingressou no PL (Partido Libertador), por ele criado, e elegeu-se ao governo do estado em 1950.

Em síntese, na trajetória política, José Américo vivencia o conturbado período de 1930 a 1958, no qual teve máximo protagonismo em seu estado, na Região Nordeste e no governo federal. Transitou, desde as secretarias da Paraíba, pelas eleições para deputado federal e, por dois mandatos, atuou no Senado Federal em 1934, por apenas três meses, e em 1947, por quase três anos. Interventor do estado em 1930, retornou ao governo da Paraíba em eleição direta, em 1950. Perdeu a única eleição para o Senado Federal em 1958, quando encerrou a vida pública marcada pela coragem cívica, destemor e dedicação integral ao trabalho, por ele considerado a paixão de sua vida. Ao longo desse período, demonstrou total despreendimento em relação aos cargos, atuou sem apego a posições de prestígio. José Américo, durante o governo Vargas em 1934, foi nomeado embaixador do Brasil no Vaticano, cargo que, por decisão própria, jamais assumiu.

A socióloga Aspásia Camargo é autora do clássico *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida*, publicado no Rio de Janeiro, pela Editora Nova Fronteira. Também é fonte principal de nossa consulta referente aos fatos citados neste texto. Sobre a liderança de José Américo, ela afirma: “Como chefe político, José Américo foi admirado por uns, criticado por outros, mas reconhecido por todos” (CAMARGO, 1984, p. 569).

Ao encerrar sua relevante participação política, José Américo, escritor pródigo, retoma sua atividade cultivada ao longo de sua existência, ao dedicar-se em tempo integral à literatura, com toda vitalidade intelectual, a escrever em produtivo período significativas obras; durante sua trajetória de homem público, essa atividade fora diminuída, mas jamais deixada em segundo plano. Em reconhecimento ao assíduo escritor, foi eleito, em 1967, para a Academia Brasileira de Letras, exaltado pelo acadêmico Tristão de Athayde, que lhe faz a saudação como o maior entre todos os consagrados literatos brasileiros. Em sua vida pacata em residência à beira-mar e ao meio de seu pomar de frutas tropicais brasileiras, passa a ser reconhecido como o “Solitário de Tambaú”. Exemplo perfeito de oráculo e profeta.

O Senado Federal, por meio do Conselho Editorial e de sua Editora, ao celebrar o centenário de sua obra magna *A Paraíba e seus problemas*, se associa à Academia Paraibana de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e à Fundação Casa de José Américo, triunvirato máximo de entidades culturais do estado, para reeditar e difundir a mais completa interpretação socioeconômica de um estado brasileiro, jamais replicada por outra unidade da Federação brasileira. A edição é acrescida do bônus de uma **Fortuna Crítica**, que reúne uma plêiade de intelectuais que admiram e analisam, com pensamento crítico, a obra do grande político e escritor paraibano.

Brasília, 21 de fevereiro de 2024.

PREFÁCIO À 4^a EDIÇÃO

Humberto Lucena

Republicar pela quarta vez o livro *A Paraíba e seus problemas*, da autoria do nosso grandioso José Américo de Almeida, não significa apenas o reconhecimento da importância de um dos mais sérios e profundos documentos da história socioeconômica e política do estado paraibano e parte do acervo dos trabalhos de história regional, indispensáveis à revisão da própria história brasileira. Trata-se também de suprir uma necessidade para a própria modernização das ações atuais de planejamento e de administração pública do estado. Pois, este livro, mesmo depois de 71 anos de sua primeira edição, continua sendo um exemplo lapidar para governantes, técnicos e todos os que se interessam por aprofundar-se no domínio e nos métodos percucientes de tratamento das questões fundamentais, constitutivas da grande problemática administrativa de um estado, no sentido de melhor e mais objetivamente orientar as decisões de governo. Significando, assim, antes de tudo, uma obra paradigmática, como se costuma dizer hoje em dia.

José Américo, que, além da sua enorme importância política para a Paraíba e o Brasil, foi um expoente de nossa literatura, principalmente no romancista regionalista nordestino, em que pontifica o seu *A Bagaceira*, ombreia-se, sem dúvida, aos grandes mestres e estadistas, que ao longo de nossa história têm dado demonstrações várias e marcantes de sua perspicácia, sabedoria e altíssimo descortino político e intelectual, além de um profundo e acendrado desejo de contribuir para o avanço e melhoramento da existência humana. Político paraibano, foi, ao mesmo tempo, um político brasileiro voltado para os avanços do mundo; um

político no sentido mais amplo do termo. Literato regionalista, excedeu-se positivamente em sua universalidade, revelando magistralmente as correlações entre as relações de produção e as expressões sociais dominantes no estado paraibano e no Nordeste, naquela época. Legando-nos, desse modo, também uma instigante obra de caráter cultural-sociológico.

Com este livro, ele nos trouxe particularmente ensinamentos importantíssimos sobre o enfrentamento do grande flagelo das secas nordestinas que continuam até hoje a ser o mais grave problema macroambiental e socioeconômico da região, agravado agora pelo terrível processo de desertificação que por ela se alastra. Ensinamentos que podem e devem ser seguidos. Sobretudo agora com nossos melhoramentos tecnológicos e nosso amadurecimento político.

Por tudo isso, o Senado Federal não poderia jamais esquivar-se da responsabilidade histórica e política de, conjuntamente com a Fundação Casa de José Américo de Almeida, lançar-se à tarefa de publicar a 4ª edição dessa obra fundamental, com a certeza de que contribuimos positivamente para alargar ainda mais a visão dos que estão a preocupar-se verdadeiramente com o desenvolvimento do nosso país.

PREFÁCIO À 4ª EDIÇÃO

Ronaldo Cunha Lima

O governo do estado da Paraíba sente-se muito honrado com o apoio decisivo do Senado Federal, através de seu presidente, Humberto Lucena, à publicação desta 4ª edição de *A Paraíba e seus problemas*, de autoria do inesquecível José Américo de Almeida, ex-ministro, ex-senador e membro da Academia Brasileira de Letras. A cultura paraibana e nacional igualmente se sente regozijada pela reedição dessa obra considerada uma das melhores monografias já elaboradas sobre um estado brasileiro.

Embora lançada em 1923, mantém até hoje sua atualidade, pois trata não somente dos aspectos físicos e humanos de nosso estado na época, mas analisa especialmente toda a problemática da seca nordestina e dos esforços locais e do governo central de encontrar meios para combate ao flagelo.

Na verdade, foi através de uma observação minuciosa do fenômeno e de suas consequências que José Américo pôde propor uma série de mecanismos para a solução do problema, que ainda persiste em nossos dias de forma ameaçadora.

Temos de planejar a nossa convivência com as secas, de estar adaptados e preparados para tirar vantagem do potencial da irrigação e do sol tropical para desenvolvermos um tipo de agricultura e pecuária que nos assegure uma produção diferenciada e melhores condições de vida para a população, procurando sanar os problemas políticos do passado e atuarmos de maneira eficaz, através de um programa que possa ainda contar com o apoio federal, e aplicarmos devidamente os recursos

recebidos em projetos que se mostrem racionais e viáveis para o desenvolvimento econômico do estado e da região.

A lição de José Américo não pode ser esquecida. Agora com a ciência e a tecnologia ao nosso alcance, com objetividade e trabalho, poderemos certamente reverter o quadro das secas em nosso favor.

De parabéns a cultura paraibana, o Nordeste e o país por esta 4ª edição de *A Paraíba e seus problemas*.

ESTUDO CRÍTICO

JOSÉ AMÉRICO E A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS

Manuel Correia de Andrade

1 A IMPORTÂNCIA DA FIGURA DE JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

José Américo de Almeida foi uma das grandes figuras da Paraíba, do Nordeste e do Brasil, nos meados do século XX. Homem afirmativo, ele tomava as atitudes mais duras, nos momentos mais difíceis e ia às últimas consequências, enfrentando sem temor perigos e desafios. Era, muitas vezes, contraditório em suas posições, refletindo bem a situação psicológica do homem que nasceu em uma família da oligarquia rural e optou por uma atuação política liberal.

A importância de José Américo não se circunscreve apenas ao político ou ao intelectual; como político ele teve grande atuação no seu estado, por ocasião do discutido governo de João Pessoa, de quem foi auxiliar, e na execução da Revolução de 30. Apoiando João Pessoa, ele foi dos que combateram os coronéis do sertão, liderados por José Pereira, chefe político de Princesa¹, quando eles se mantiveram fiéis a Washington Luís

1 N.E.: José Pereira Lima, ou coronel Zé Pereira, foi o líder político do município de Princesa entre 1905 e 1930 (hoje Princesa Isabel - PB).

e receberam o apoio do governador de Pernambuco, Estácio Coimbra². No nosso entender, por trás da rivalidade existente entre João Pessoa e os coronéis sertanejos, havia os interesses das regiões da Paraíba. O grupo ligado ao presidente do estado representava os interesses dos proprietários da porção oriental do estado, que desejavam fortalecer a cidade da Paraíba, hoje denominada João Pessoa, no controle econômico do território estadual. Deve-se lembrar que, quando presidente da República, Epitácio Pessoa canalizou vultosas verbas para construir um expressivo porto naquela cidade. Os coronéis, porém, tinham os seus interesses ligados ao comércio do Recife e procuravam estreitar as relações com essa cidade, por cujo porto escoava o algodão que produziam. Do choque de interesses econômicos ao choque político, foi um passo.

Feita a revolução, passou a Paraíba a desfrutar de um grande prestígio no país e José Américo, como herdeiro político de João Pessoa, projetou-se, tornando-se ministro de estado do governo Getúlio Vargas. Suas posições nacionalistas e suas afirmações em favor de uma renovação das forças políticas nacionais lhe deram tal prestígio que, em 1937, foi escolhido candidato à Presidência da República, concorrendo com Armando de Sales Oliveira, o prestigiado interventor em São Paulo. E José Américo apresentava um discurso que atendia mais aos anseios populares do que o do chefe de governo paulista. Aparecia também como o porta-voz da revolução, que não havia ainda se desgastado, e como candidato oficioso de Getúlio Vargas. Mas o golpe de 1937, que instituiu um sistema de governo corporativista e parafascista, o alijou por oito anos do cenário político. Oito anos depois ele ressurgiu no cenário político através de uma entrevista ao *Correio da Manhã*, em que condena a ditadura estado-novista e estimula o eleitorado e o povo brasileiro a apoiarem a campanha cívica que pretendia levar o brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. A ditadura caiu, o país foi redemocratizado com a Constituição de 1946, mas os lugar-tenentes de Vargas, organizados no então Partido Social Democrático, continuam

2 N.E.: Estácio de Albuquerque Coimbra, vice-presidente da República na gestão de Artur Bernardes (1922 a 1926) e governador de Pernambuco (1926-1930).

controlando o poder, utilizando os mais variados processos de manhas políticas, que narcotizam a população brasileira.

José Américo não transigiu, manteve a sua militância política, elegeu-se governador da Paraíba, foi novamente ministro de estado de Getúlio Vargas, no seu segundo governo, e continuou até a morte a deter uma grande soma de poder e de influência na decisão dos problemas nacionais, sobretudo naqueles ligados à Paraíba. De seu retiro, na praia de Cabo Branco, ele exercia uma grande influência na política de seu estado e, até certo ponto, na política nacional. Como explicar a contradição entre o discurso e a ação – contradição que se constata em numerosos políticos e intelectuais brasileiros de origem rural? No caso de José Américo, ele era filho de senhor de engenho do Brejo paraibano e fora educado em um ambiente conservador – a princípio sob a orientação de um tio padre e, em seguida, em instituições de ensino acessíveis quase que apenas às elites, o que marcou fortemente a sua personalidade, fazendo com que gostasse de ser ouvido e obedecido, mesmo quando punha em discussão os problemas com que se deparava. Em 1930, como auxiliar do governo estadual, revoltou-se contra as estruturas políticas dominantes no país, que preservavam para os grandes estados as posições políticas mais em evidência e excluía a sua Paraíba. A ascensão de João Pessoa à Vice-Presidência poderia ser uma forma de restaurar o prestígio que a Paraíba desfrutara nos três anos de mandato de Epitácio Pessoa (1919-1922). E deu-se de corpo e alma à revolução.

Em 1937, ainda esperançoso de que o Brasil caminhasse por trilhas democráticas e, naturalmente, desejoso de atingir a suprema magistratura, não colaborou com o golpe e ficou ao lado de Armando Sales, uma das vítimas deste. Daí a energia com que investiu contra o Estado Novo em 1945. Participou do governo popular de Vargas (1950-1954), mas, como aristocrata do açúcar, temia o avanço do operariado, das forças populares que poderiam conduzir o país a reformas de profundidade, a reformas estruturais.

Como intelectual, José Américo de Almeida foi também uma grande figura, destacando-se como ficcionista, ensaísta e memorialista. As obras de ficção foram escritas na mocidade e dentre elas destaca-se *A Bagaceira*, que pode ser considerada um dos primeiros livros da escola

regionalista nordestina, que seria continuada por José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Amando Fontes e Jorge Amado, entre outros. No romance, ele faz o retrato de um engenho rapadureiro do Brejo, sua área natal, e das relações existentes entre os brejeiros e os sertanejos, caatingueiros que assinalam sempre a sua presença na região; presença que se faz através das relações comerciais com almocreves, com a migração sazonal de trabalhadores do sertão que vêm para o Brejo trabalhar no corte da cana, com os retirantes que abandonam o sertão durante a seca e procuram abrigo nas terras úmidas do Brejo. Além do aspecto social, ele projeta o problema das relações humanas desenvolvidas entre o brejeiro rico e proprietário de terra e de engenho, e o caatingueiro pobre e flagelado pela seca. O seu romance, além do aspecto regional, geográfico e social – relações de classe –, aborda também o aspecto emocional, psicológico, nas tramas de amor.

Como memorialista, já na velhice, ao voltar para a sua praia do Cabo Branco, ele retratou em livros e opúsculos as suas experiências de político e as crises e vicissitudes a que assistiu ou de que participou, dando assim uma contribuição positiva tanto à literatura como à história do Brasil contemporâneo.

A sua contribuição como ensaísta é representada sobretudo pelo livro que escreveu na década de 20 a respeito da Paraíba e dos seus problemas, livro que aos setenta anos ainda tem grande atualidade, merecendo a 4ª edição, ora lançada pelo Senado Federal e pela Fundação Casa de José Américo.

2 A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS

A Paraíba e seus problemas, cuja 1ª edição veio a lume em 1923, é um livro de análise da realidade paraibana, com o levantamento dos principais problemas do estado e a procura de soluções para eles. Nesse mesmo período, surgiram em outros estados livros de análise, em profundidade, dos problemas estaduais e regionais, como o de Agamenon Magalhães, homem dedicado, como José Américo, à vida intelectual e à política, com *O Nordeste brasileiro*, e como o de Raimundo Lopes, com o *Torrão*

maranhense. Foram dezenas de livros com profundidade de análise e enfoques os mais diversos sobre os estados, ao mesmo tempo em que estudiosos nacionais, como Oliveira Viana e Alberto Torres, procuravam levantar os problemas do país como uma unidade. E no Brasil, país de dimensões continentais, sempre foi difícil conciliar o nacional com o regional e o estadual.

A importância da história regional e estadual já foi salientada por historiadores do porte de Capistrano de Abreu e José Honório Rodrigues. Não se pode fazer uma revisão da história brasileira – indispensável nos dias atuais – sem um conhecimento, em profundidade, da história estadual e municipal. Não que a história estadual seja a soma da história dos municípios e a nacional a soma da história dos estados, mas o local, o estadual, o regional e o nacional estão de tal forma integrados que não se pode fazer a síntese nacional sem conhecer a problemática das áreas que a compõem.

A história não pode ser apenas a descrição cronológica dos acontecimentos, enaltecendo-se os heróis e combatendo-se os “bandidos”, mas uma análise das razões, das causas que provocaram os fatos e das reações e atitudes das elites e do povo diante dos acontecimentos. A história deve ser geográfica a fim de que se faça uma análise dos problemas enfrentados por cada geração no processo de controle do meio natural e da exploração dos recursos e das formas e métodos utilizados para controlar a influência mesológica. Deve ser social, com uma visão não apenas das posições das elites vitoriosas, mas também dos grupos dominados, dos indígenas, que foram em sua maioria dizimados, dos negros escravos que foram transplantados da África para realizar trabalhos, sob coação, e que não tiveram condições, como vencidos, de escrever a sua história. Isto porque, geralmente, a história é feita com o concurso das classes dominadas, mas é escrita pelos vitoriosos, pelas classes dominantes. Para citar um caso, um exemplo apenas, a revolta dos quebra-quilos, de grande importância na Paraíba, se foi compreendida, na época de sua realização, por Henrique Augusto Melét em *O Quebra-Quilos e a crise da lavoura* e interpretada cientificamente por Joffily no livro em que analisa a “revolta dos matutos contra os doutores”. Ela deve ser econômica porque necessita aprofundar a análise da infraestrutura que tem reper-

cussões fortes e influência decisiva na formação das superestruturas sociais, políticas e culturais. E José Américo de Almeida, o então jovem bacharel da tradicional Faculdade de Direito do Recife, com uma experiência de vida e de atividade profissional na Paraíba, já na longínqua década de 20 – quando os jovens bacharéis se alienavam do meio em que viviam e meditavam sobre teorias sociológicas e políticas elaboradas na Europa, ou derivavam para fazer versos –, caminhou em direção a conciliar os ensinamentos que acumulara nos bancos acadêmicos e em suas leituras; partiu, com o conhecimento que possuía da realidade e com o resultado de suas observações, para elaborar um livro ao mesmo tempo de alto nível cultural e de profunda reflexão sobre uma realidade que necessitava ser mudada. Fugiu à alienação e correu os riscos que se corre quando se faz afirmações que nem sempre agradam aos donos do poder, sobretudo em um meio provinciano como a Paraíba do início do século.

Neste livro, que consideramos básico para o conhecimento da Paraíba atual, ele dedicou capítulos às condições naturais, descrevendo a terra e o clima tão mencionado em consequência do flagelo periódico das secas; o abandono a que o pequeno estado fora relegado pela Primeira República; a persistência do homem em sua luta diária para domar a natureza; a necessidade da construção de estradas que encurtassem as distâncias e facilitassem a circulação da produção; a necessidade de uma política de armazenamento de água, característica das regiões semiáridas; a necessidade de melhoramento e aparelhamento de um porto que libertasse a Paraíba da dependência do Recife – causa das divergências entre os políticos do litoral e do sertão –, e as consequências gerais, quer sociais, quer econômicas, do quadro paraibano.

O livro é assim um grito de preocupação, um chamamento à luta do intelectual político para que as elites dirigentes – já que, como homem de origem oligárquica, ele não ousaria, na década de 20, apelar para o povo, para o movimento popular – libertassem a Paraíba do isolamento em que ela se encontrava e que usassem a influência de que dispunham para que esse estado melhor se integrasse no país, tanto com o desempenho de uma ação política mais objetiva como com realizações em nível estadual e local.

O livro traz ainda uma mensagem em favor de um fortalecimento da federação, procurando denunciar o controle do país pelos grandes estados – São Paulo e Minas Gerais –, sobretudo expresso durante a Primeira República, quando ele foi escrito, através da política chamada de “café com leite”. Daí a sua grande atualidade no momento histórico em que novamente a federação brasileira vem sendo sufocada por um sistema tributário que transformou os estados em verdadeiras dependências do poder central, que controla os recursos e os manipula de acordo com os seus interesses.

No momento em que se publica uma nova edição de *A Paraíba e seus problemas*, vemos que ela tem uma grande utilidade, sob dois aspectos: primeiro, o cultural porque traça um retrato da Paraíba da terceira década do século XX, permitindo que os estudiosos de hoje a comparem com a atual e verifiquem se as transformações feitas representam um desenvolvimento ou apenas uma modernização sem mudanças básicas; segundo, o livro é uma afirmação política, válida tanto para a Paraíba como para os outros estados do país, da presença deles no momento histórico em que o Brasil trava uma luta entre a centralização e anulação da personalidade e importância dos estados e a descentralização, a federação em que os estados, se não forem tolhidos por suas oligarquias, podem fazer uma afirmação regional e fortalecer o seu crescimento, contribuindo para o engrandecimento do Brasil. As soluções para os grandes problemas, para as crises como a que ora vivemos, não são encontradas em planos lineares, mas na conjugação e na convergência de projetos que à primeira vista parecem contraditórios.

NOTA À PRESENTE EDIÇÃO

A presente edição, quinta da obra e segunda realizada pelo Senado Federal, tem seu embrião no âmbito das comemorações do centenário da primeira impressão de *A Paraíba e seus problemas*. Foi enriquecida com fontes contemporâneas, de forma a tornar mais acessível a vasta bibliografia consultada por José Américo de Almeida nos meses de feitura do texto. As notas originais do autor foram revisadas, complementadas quando necessário e acrescidas de outras, grafadas com o prefixo N.E.

Editada ao longo de 12 meses, período semelhante ao envidado pelo autor, pretende demonstrar o reconhecimento dos profissionais envolvidos na preparação da presente edição para com esse ilustre paraibano e brasileiro.

NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO, REVISTA

NADA DE NOVO

Discutiu-se muito se este livro deveria ser editado com a ortografia original ou modernizada. Prevaleceu, finalmente, a ideia de oficializá-la. O estilo para maior autenticidade é mantido apesar da sobriedade que já alcancei em *Antes que me esqueça*¹, e conserva, assim, um sabor clássico graças à influência em que incorri acompanhando as antigas polêmicas em defesa da pureza vernacular.

Adquirirá, assim, o trabalho, além de tornar-se simples fonte de consulta, maior popularidade.

O que eu poderia ter feito seria, obedecendo a evolução dos meus estudos, alterar a parte relativa à doutrina do clima, aos pontos fisiográficos, prosseguir na história das secas e abordar os problemas da inaptidão da grande barragem para atender a emergência, considerando a disseminação da média e pequena açudagem como a solução mais adequada para abranger o conjunto. É matéria que já versei em outros tópicos.

Não referirei, sequer, como já fiz que, tendo sido suspensas as obras de Epitácio Pessoa, estava tudo desfeito decorridos dez anos de aban-

1 N.E.: Livro de memórias lançado pelo autor em 1976, pela editora Francisco Alves (a mais antiga em atividade no Brasil, publicando continuamente desde 1854).

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

dono e exposto ao regime torrencial, quando retomei, como ministro de Viação e Obras Públicas, o plano geral até sua conclusão.

Fica tudo como foi feito, para não mudar o ritmo, com a glória de ser prefaciado pelo historiador José Honório Rodrigues.

Tambáú, setembro de 1979.

José Américo de Almeida

APRESENTAÇÃO

O presidente Sólon de Lucena¹ achou que o meio mais sensível de expressar ao sr. Epitácio Pessoa o reconhecimento da Paraíba pelos benefícios outorgados, como solução do problema das secas, seria perpetuar num livro a história desse esforço redentor.

Ninguém mais do que ele está senhoreado por esse sentimento. Tendo alcançado a fortuna de governar o estado nesse período memorável, testemunhou a solicitude permanente de nossa salvação, movido de um ardente patriotismo. Teve o fado de ver seu programa de realizações concretas coroado de êxito. E tanto se identificou, pela harmonia de vistas e oportuna orientação, com essa atividade, que é, enfim, o mais habilitado para preconizar seu valor.

Dir-se-ia escusada essa divulgação, porque os melhoramentos se acham mencionados em relatórios oficiais. Mas a documentação dispersa e de caráter técnico não está ao alcance da inteligência comum. Não obtém, sequer, por sua circulação limitada ao âmbito das secretarias, um conhecimento amplo.

À unidade do vasto plano estão vinculados trabalhos disseminados por todo o território paraibano, ora em proporções vultosas, ora desconhecidos por sua exiguidade.

Para se fixar a medida dessa organização é preciso juntar todos os elementos esparsos.

Demais, dilui-se, rapidamente, a impressão dos benefícios... Cumpre inscrevê-la em forma duradoura, ao menos, para o apreço dos pósteros...

Avulta a importância dessas medidas, quando ocorre abandono sistemático... A história das secas e do combate aos seus efeitos não é a

1 N.E.: Sólon Barbosa de Lucena (1877-1926), governou a Paraíba de 1920 a 1924. É avô de Humberto Lucena, ex-presidente do Senado Federal.

mesma para o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba: cada uma dessas unidades tem sua situação à parte.

Dera-se uma omissão injustificável. Foi um indício de inércia ou de renúncia.

Mas, já que não nos movêramos, anteriormente, é mister, pelo menos, consignar a tentativa da solução definitiva.

É um movimento de gratidão, em sua forma simples e rara: a confissão pública dos benefícios recebidos e ao mesmo tempo um apelo para o remate dessa construção.

Foi esse o pensamento do sr. Sólon de Lucena. Lembrou-lhe o meu nome e o de Celso Mariz para essa tarefa. Não me cabia o cometimento, mas a outrem, de preparação especializada, talento de escritor e espírito crítico. Entretanto, eu, que associara o coração de patriota a essa máxima aspiração de minha terra, não poderia subtrair-me ao generoso convite. Depois que o autor da grande obra deixou o poder cedendo, talvez, menos ao cansaço das lutas que ao enjoo dos corrilhos, achei-me mais à vontade para interpretar o sentimento dos meus coestaduanos e fixar fatos. Meus conceitos não pecam por insinceridade.

O pesquisador do *Através do sertão* e dos *Apanhados históricos da Paraíba* estava, porém, aparelhado para mais essa demonstração de sua capacidade.

Já conhecíamos todo o território. Mas empreendemos, em novembro do ano passado, uma excursão ao interior. Fomos rever lugares perlustrados, havia poucos anos, em seu emperro centenário, para as surpresas de uma transformação febril.

Colhemos a impressão do centro dos grandes melhoramentos. Por toda a parte, até nos pontos mais segregados do contato da vida civilizada, se mudava a feição primitiva.

Modifica-se a mentalidade da população sertaneja.

De retorno, consumimos o mais do tempo acumulando material, no serviço da coleta de dados sobre as obras realizadas ou em via de execução.

São notórias as dificuldades dessas aquisições. As repartições públicas são, ordinariamente, inacessíveis. Os elementos eram incompletos, porque as publicações estavam retardadas.

Meu companheiro de comissão vencida esses embaraços com a pertinácia e o tato de historiógrafo afeito à rebusca dos arquivos. Mas, solicitado pela imprensa diária e empenhado na feitura da *Paraíba no Parlamento Nacional*, desligou-se do nosso compromisso. Privado desse concurso de ideias práticas e outros requisitos que implicariam a vitoriosa orientação do livro, não descoroçoei, porque meu amor à Paraíba me duplicou a força de vontade.

Afastei o propósito de organizar um simples inquérito dos serviços. A ação ficaria, destarte, isolada no espaço e no tempo, sem o relevo das circunstâncias especiais que a caracterizam.

Concebi um plano que comportasse algumas relações de nossa atividade geral na sua interdependência com a iniciativa remodeladora. Dispuse a matéria de modo que se atasse numa continuidade lógica o desdobramento das diferentes teses.

E, logo que se anunciou, em junho do corrente ano, a viagem do sr. Epitácio Pessoa de volta da Europa², me dei pressa em levar a termo este trabalho, para que sua publicação coincidisse com a chegada do egrégio brasileiro. Entrei a redigir, dia a dia, à medida da composição. Confesso-o para desconto dos senões inevitáveis.

Familiarizado com as principais fontes de consulta, num meio de aquisições escassas, onde cada qual só dispõe de sua biblioteca, pude firmar princípios que, todavia, seriam dirigidos com outro rigor de método e de síntese.

As ideias estavam amadurecidas, mas a redação foi vertiginosa. E, ainda assim, não foi possível, por embaraços materiais, a edição com a ambicionada brevidade.

Tive, outrossim, de versar assuntos de responsabilidade técnica, pouco chegados às minhas lucubrações.

Terra ignota é o ambiente físico para esclarecer a distribuição local das obras descritas e, sobretudo, para evidenciar que a Paraíba não era um

2 N.E.: Em 16 de novembro de 1922, após transmitir o cargo de presidente da República ao sucessor, Artur Bernardes, Epitácio Pessoa partiu em viagem à Europa, retornando em julho de 1923, ano da publicação da primeira edição desta obra.

meio que devesse ser condenado ao abandono. Suas condições naturais são as mais vantajosas. Assinalei as principais feições geográficas e a fisiográfica das diversas zonas com a fidelidade da minha observação pessoal. Coligi subsídios para explicar a constituição geológica e indiquei os produtos minerais, as termas e as curiosidades controvertidas.

Mas irregulares condições meteorológicas impossibilitavam um maior aproveitamento do território. O capítulo II é um ensaio que se contrapõe a esse conceito. É o primeiro esboço da climatologia paraibana. Mas consegui mostrar com o quadro dos valores médios e extremos a benignidade desses elementos. Vê-se que a serra da Borborema é uma das mais saudáveis zonas climáticas do Brasil.

Alcansei também elucidar a distribuição de chuvas em toda a área, com a segurança de um mapa pluviométrico. De tudo se infere que esse regime, sem embargo das perturbações periódicas, de efeitos redutíveis, abona o conjunto dos elementos físicos.

E, com o fim de justificar a assistência em favor deste meio suscetível de pronta correção, para uma fecunda atividade, delineei a história das nossas secas, referidas em documentos avulsos. *O martírio* reconstitui a crônica dessa sucessão de perdas.

Impugnei a falsa noção de que o território paraibano é pouco exposto ao flagelo. Foi o silêncio de nossas dores que favoreceu essa errônea convicção.

Se o obituário da capital não atingiu, nos ciclos mais funestos, as proporções da mortalidade de Fortaleza, foi por causa da salubridade geral e porque o centro de convergência dos retirantes era a exígua faixa dos brejos.

Para destruir esse conceito, tive de cotejar recursos naturais. Talvez se afigure infiel a classificação da hidrografia do litoral, que comporta pequena navegação. Mas é outra a capacidade dos rios dignos deste nome.

Atribuí a primeira manifestação histórica da seca do Nordeste ao ano de 1692.

Os srs. Coriolano de Medeiros e Celso Mariz pretendem recuar a invasão inicial do fenômeno climatérico a uma época anterior. O primeiro responsabiliza essa força destruidora pela mudança de colonos

paraibanos para São Paulo, escorado no seguinte trecho de um livro do dr. Alfonso Lomonaco³, referente à fundação da cidade de Sorocaba:

*Verso l'anno 1654 il villaggio si ampliò considerevolmente, perché sopraggiunsero in esso alcuni coloni guidati da un tal Baldassare Fernandes Mourão, da un suo genero Andrea de Zuniga e da Bartolomeo Zuniga (questi ultimi spagnoli), i quali tutti emigrarono colle loro famiglie della Parahyba del Nord, dove residievano, per questa nuova località.*⁴

Conclui esse beneditino da história indígena que “as secas no interior do território paraibano datam de tempos imemoriais”. (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO, 1910, p. 16)

Orienta-o ainda o seguinte trecho de Galanti:

Em 1642 houve inundações extraordinárias em Pernambuco. Essas inundações repetiram-se em maio-agosto de 45, começando, então, uma grande seca que causou terrível epidemia. Parece ter a fome e a seca continuado até 1654... (GALANTI, 1905)

Discute Celso Mariz:

Coriolano de Medeiros cita um documento sobre a emigração de paraibanos, em 1654, para Sorocaba, São Paulo, por motivos da seca e sugestão dos paulistas. A seca daquele quartel de século foi em 1642, sucedendo a inundações no baixo Paraíba e à peste de varíola em 1641. Depois, não constando no fio das tradições locais fosse ainda habitado naquele remoto ano a nossa região sujeita ao flagelo climatérico, seria mais provável tratar-

3 N.E.: No original, “Emanuel Lomonaco”.

4 N.E.: No original, a fonte é referenciada como “*Usi i costumi del Brasile, cap. 5, pág. 188*”. Entretanto, o exemplar referenciado encontra-se depositado na Biblioteca Oliveira Lima, da Universidade Católica de Washington. Trata-se de *Al Brasile*, de Alfonso Lomonaco, publicado originalmente em 1900; a página referenciada, p. 188-189, está correta. Disponível em <https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A25848>. Acesso em: 11-mar-2023.

-se de emigrantes arrasados no medo ou na miséria da guerra holandesa, que atingiu exatamente o ano de 1654. (MARIZ, 1922)

Suponho, entretanto, que a causa desse deslocamento foi a sedução das minas.

Era o fim do período do ciclo de ouro da lavagem. Coriolano de Medeiros reconhece, enfim, esse poder de atração:

De 1687 a 1692, foi a capitania batida cruelmente pela seca, fome e peste, e no findar do século XVII apresentava sensível decadência. Até as ordens religiosas se ressentiam de todo conforto e a população válida havia emigrado, em grande parte, para Minas Gerais, na esperança de uma fácil abundância na lavra do ouro. (PARAHYBA DO NORTE (ESTADO), 1922, p. 47)

Nesse tempo, formigava a emigração para o Brasil, à cata do ouro, a ponto de Portugal tentar, por fim, obstá-la, com as ordens de 28 de abril de 1674 e 14 de fevereiro de 1694.

Seria natural que esse movimento também se operasse internamente.

A violência da dominação holandesa requintou em 1645, ao férreo jugo do diretor Paulo de Linge; no mesmo ano, reboou o grito de restauração. Assim, não seria em 1654, no momento da capitulação, que portugueses e espanhóis evacuariam a capitania.

A versão de Galanti não tem consistência histórica. Houve, de fato, inundações em 1644; mas nenhum documento confirma a seca subsequente, até 1854. Foi justamente naquele ano que Elias Herckmans⁵ empreendeu uma excursão ao interior, até ao atual município de Areia. E, por volta de 1643, o aventureiro Roulox Baro⁶ entrou no sertão, à

5 N.E.: Elias Herckmans governou a Paraíba sob domínio holandês entre 1636 e 1639. José Américo provavelmente refira-se a excursão ocorrida no segundo semestre de 1643, quando Herckmans retorna do Chile, já que seu falecimento se deu aos 8 dias do mês de janeiro de 1644.

6 N.E.: Roulox Baro atuou como desbravador, intérprete e diplomata comissionado pelo governo do Brasil holandês, a partir do ano de 1643, especialmente junto aos tapuias. Pediu demissão de suas funções em 1648, vindo a falecer no mesmo ano.

procura de minas. Em 1646, André Vidal de Negreiros arrebanhou nos campos da capitania gado dos inimigos.

São circunstâncias que repelem a hipótese dessa longa calamidade. De forma que, se houve estiagens antes de 1692, não tiveram efeito social, porque encontraram o interior despovoado e não alcançaram o litoral.

Não eram somente as crises do clima que requeriam uma intervenção decisiva. Resumi a história político-administrativa da Paraíba, nas suas relações com os poderes centrais, como uma continuidade de preterições sistemáticas, de forma a autorizar o justo e cabal resgate.

O abandono evoca o devorismo da política colonial, a excessiva centralização monárquica e o desprestígio da autonomia republicana como obstáculos à nossa índole de progresso.

São curiosos os dados que comprovam essa desproteção, devida, em grande parte, ao desvalimento dos nossos dirigentes.

Só *O homem do norte* capaz de corrigir o descaramento inveterado.

É um traço da gênese das candidaturas ao governo da República, desde as circunstâncias da primeira investidura, através da aspiração do sentimento de ordem, da indicação de um veterano da propaganda, da influência do Catete, da política dos governadores, da hegemonia do Centro-Sul, da nova invocação ao prestígio militar, do apostolado civilista, do momento histórico de valorização das faculdades superiores, até a escolha do primeiro presidente nortista pelo voto direto.

Reconheci a linha de separação entre o Sul e o Norte como produto de “duas histórias distintas, em que se averbam movimentos e tendências opostas” (CUNHA, 2013), mas sem “destinos rivais”, sem o perigo das subpátrias.

Nossas condições caracterizam outras formas de existência e problemas à parte que demandam programas de governo à volta da experiência dessas necessidades regionais. Mas nossos valores são privados dos altos postos da política e da administração.

Dos vinte e três estadistas do Império que ascenderam à presidência do Conselho, eram baianos Alves Branco, o visconde de Macaé, o marquês de Monte Alegre, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Zacarias de Góis (três vezes), o visconde do Rio Branco, Saraiva, Dantas e Cotegipe. Foi o maior concurso dos políticos setentrionais. Além da Bahia, apenas

Pernambuco deu o marquês de Olinda (quatro vezes) e João Alfredo; Piauí, Francisco José Furtado e o marquês de Paranaguá e Alagoas, Cansanção de Sinimbu. As outras províncias não lograram uma participação direta nos negócios públicos.

A República parecia querer emendar essa orientação com as vice-presidências de Manuel Vitorino e Rosa e Silva. Mas, finalmente, o Sul chamou a si essas posições, até que uma corrente de renovação política determinou as escolhas de Urbano dos Santos e Estácio Coimbra.

Ainda mais inacessível tornou-se essa interferência nos ministérios. Em tantos anos de vida republicana, depois de organizado o regime, só se contam, entre os titulares das diversas pastas: Gonçalves Ferreira, Epitácio Pessoa, Severino Vieira, J. J. Seabra (duas vezes), Tavares de Lira (duas vezes), Miguel Calmon (duas vezes), e, por pouco tempo, Esmeraldino Bandeira, José Bezerra, Pereira Lima, Urbano dos Santos, Ferreira Chaves e Estácio Coimbra. Mostrei, em face desses precedentes, qual deveria ser o programa governamental de um filho do Nordeste desamparado.

A *redenção* é a história do combate aos efeitos das secas, desde as tentativas frustradas de uma atividade tibia e mal dirigida, até a eficiência do plano complexo.

Seguem-se o estudo comparativo e a notícia das obras empreendidas e dos serviços realizados, como solução geral e medidas acessórias, em *O problema das distâncias*, *Política hidráulica*, *O porto*, *O saneamento* e *A ação dispersa*. É um pouco da história da viação, do suprimento d'água, da navegação, da higiene e da saúde pública da Paraíba, perante o espírito de reforma que introduziu os grandes melhoramentos e, além disso, colaborou, fragmentariamente, no estímulo direto ou indireto de nossa capacidade econômica. É fácil a previsão das *Consequências sociais* desses empreendimentos.

Procurei demonstrar que a raça é capaz dos novos destinos que lhe atribui essa transformação. Cumpria, pois, estudá-la, desde a sua composição até o estado atual de sua mentalidade, para poder fixar as relações da demografia com o progresso ambiente. Tentei determinar a distribuição geográfica do elemento etnográfico e discriminar os tipos sociais do praieiro, do lavrador ou, melhor teria dito, do matuto e do vaqueiro.

E, numa ordem de estudos, ainda mais difícil, no conflito das teorias do atavismo, de hereditariedade e da função do cruzamento, mormente

quanto à transmissão das qualidades de espírito, apreendi a psicologia coletiva. É de se ver que, neste ensaio, ao invés de me abeirar das teses controvertidas, sequer das contribuições mais modernas que perturbariam a verificação da realidade viva em favor de preconceitos teóricos, me inclinei para o contingente de nossos escritores.

No exame das faculdades do sertanejo, antecipei a refutação das fantasias do dr. Paulo de Moraes Barros, cujas conferências só pude conhecer, há poucos dias, em resumos da imprensa. Em vez de “inconstante, volúvel e sem mais ambição do que qualquer outro caboclo brasileiro”, esse experimentado lutador é, conforme proclamei, incessantemente laborioso. Como que atalhando essa injustiça, acrescentei:

E, graças a tanta diligência, vive, se não o salteiam as vicissitudes climáticas, em feliz mediania. Enquanto os deserdados da região fertilíssima, favorecida por um regime regular de chuvas, vegetam numa inacreditável miséria, não há sertanejo que não tenha qualquer coisa de seu: a casa de telha, algumas vacas ou o chiqueiro de cabras. Se não fossem as devastações periódicas, todos viveriam na abundância.

E ainda prevendo a balela da inaptidão desse esforçado agricultor das vazantes à lavoura irrigada, acentuei: “Manifesta um inigualável poder de assimilação. Em poucos meses de aprendizado torna-se apto em todos os ofícios”. É a mesma a observação do dr. Arno Pearse em passagem que ajustei a outro capítulo.

A iniciativa incipiente será suprida pela educação técnica. Sobre as virtudes da velha têmpera e as causas da criminalidade desse povo forte, encontrei, depois, uma opinião antiga que se concilia com o meu modo de ver e me convence da persistência do estado de espírito da população, nas localidades mais segregadas. É o juízo constante do seguinte trecho da mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo dr. João Capistrano, a 4 de julho de 1854:

Uma das causas mais fecundas de assassinatos premeditados é a vingança de atos atentatórios da honra do sexo feminino, e depois a vingança do sangue derramado, tomada pelos parentes da vítima. Dá-se nesta matéria uma filiação de causas que reagem e se reproduzem. Os crimes a que aludo

são por certo mais frequentes nos lugares do interior da província pouco populosos, onde não lavra a prostituição e onde parece que o valor da honra no seio das famílias é apenas excedido pelo da vida. Daí, em parte, a irritabilidade e esquecimento do recurso aos tribunais do país. Matar para roubar, matar para livrar-se de um credor exigente ou de um vizinho que disputa a propriedade territorial raras vezes se verifica. Expliquei o banditismo como o efeito nocivo de um ambiente saneável, e não como uma determinação do coeficiente étnico. E, enfim, indiquei todas as formas da atuação humanitária, cultural e moralizadora do governo transato.

Para evidenciar como será compensadora a utilização de nossas riquezas, o aparelhamento de nossos recursos naturais pelas obras contra os efeitos das secas, dei, no capítulo XIII, uma ideia sucinta da evolução econômica da Paraíba, tendo em vista, principalmente, as possibilidades da agricultura e da pecuária.

Observei todas as zonas de cultura, desde a exploração inicial. E, quanto à penetração sertaneja, dissenti do parecer de Coriolano de Medeiros, que nega a influência dos paulistas no povoamento da área de além-Borborema. Ainda bem que, em seu recente livro, Oliveira Vianna confirma a permanência desses bandeirantes no território paraibano:

No Norte, o grande reduto africano, denominado 'Palmares', é atacado e dizimado pelo ferro de um caudilho possante, Domingos Jorge Velho. Com um formidável exército de curibocas, desce de sua fazenda de Piancó, nos altos sertões da Paraíba, para realizar esta façanha guerreira. (OLIVEIRA VIANNA, 1938, p. 92)⁷

E, abeberado num escrito de Basílio de Magalhães (*A conquista do Nordeste no século XVII*, na Revista Trimensal, v. 85), indigita a direção dos sertanistas Domingos Sertão e Domingos Jorge Velho para a nossa banda ocidental:

7 Disponível em: <http://brasiliandigital.com.br/obras/evolucao-do-povo-brasileiro/>. Acesso em: 11-jun-23.

Na sua diversão pelas zonas orientais do Nordeste, eles atravessam o planalto da Borborema e, repelindo os sucurus e icós e ariús e cariris, conquistam para a sua gadaria os campos e caatingas da Paraíba e do Rio Grande, através dos vales do Piancó, do Piranhas e do Apodi. (OLIVEIRA VIANNA, 1938, p. 103)

Sem discutir o itinerário, cuido que essa corrente colonizadora está esclarecida, em São Paulo, por uma documentação ainda estranha à curiosidade dos paraibanos.

Juntei essa investigação histórica, como auxiliar da estatística, no exame das virtualidades do meio, ao elemento estático, expresso nos dados censitários de 1920, para atestar a intensidade do nosso profícuo esforço. E deduzi dessa relativa prosperidade os prognósticos da mobilização de nossa riqueza, ao grande impulso protetor.

Duvidei da pretensa degenerescência de espécies algodoeiras nas várzeas irrigadas, sem o argumento decisivo da experiência. Mas o engenheiro Tomás Pompeu Sobrinho acaba de fulminar essa tendenciosa suposição em substancioso trabalho dado a lume no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro:

O dr. Barros tem um receio infundado sobre a possibilidade da nossa boa fibra degenerar com a prática da irrigação. Nós mesmos já tivemos ocasião de medir fibras com 52 mm, obtidas em terras irrigadas de Quixadá. Os algodões do Egito são notáveis pelo comprimento e resistência de suas fibras e, entretanto, são cultivados em terras irrigadas.

Com a prática da irrigação e enriquecimento das zonas de cultura virão certamente as estações experimentais e de seleção que, operando com o nosso material, já excelente, poderão criar novas variedades ainda melhores, não só quanto à produtividade, como quanto à qualidade da fibra.

Orçam pela mesma craveira as outras contradições das conferências do dr. Paulo de Moraes Barros, as quais, por falta de um conhecimento oportuno, não tive azo de analisar.

No capítulo *Impressão geral* contrapuz, finalmente, o juízo de técnicos e homens públicos incorruptíveis à demência das injustiças facciosas.

Sem embargo de sua origem, este livro não guarda a discrição oficial. Impus, ao contrário, como condição de sua feitura, toda a liberdade crítica, toda a autonomia de ideias, sem censura prévia. Assumo, por conseguinte, a responsabilidade dos juízos menos reverentes sobre homens e coisas.

O título *A Paraíba e seus problemas* é, exageradamente, compreensivo. Mas, reporteime-me, apenas, às soluções fundamentais, como ponto de partida de todo o nosso progresso.

Levantei algumas questões que exorbitam, talvez, dos limites propostos. Mas o sr. Epitácio Pessoa gostará de ver que me impressionei mais com a sua obra do que com o seu nome e menos com a sua obra do que com sua terra.

Infelizmente, a insuficiência de dados e a pressa do trabalho nos fugidios lazeres de um ofício absorvente impediram-me de referir essa diligência em toda a extensão de seu êxito.

Poderia ter suprido essas falhas com ilustrações. Mas, a documentação fotográfica que consegui é mínima e incaracterística. Não se acham representadas as obras principais e muitas das que já estão concluídas figuram ainda como em construção. Entretanto, o mapa dos serviços realizados dá uma ideia da variedade dos melhoramentos.

Paraíba, dezembro de 1923

José Américo de Almeida

A PARAÍBA E
SEUS PROBLEMAS

1

TERRA IGNOTA

Num trabalho destes moldes, destinado ao exame de alguns problemas relacionados com os grandes empreendimentos aplicados na melhoria de nossas condições gerais, é de interesse fundamental o conhecimento do meio.

Tento fornecer a ideia do campo em que se desdobrou essa vasta ação administrativa, não somente para tornar mais compreensível a distribuição local das obras, mas também para que se evidencie que a Paraíba corresponde, vantajosamente, pelo conjunto de seus elementos físicos, ao emprego dos dinheiros públicos despendidos em seu benefício.

O nosso destino de povo desaparelhado de recursos próprios para a correção das irregularidades perturbadoras de um maior desenvolvimento econômico já esteve condenado por falsos patriotas à solução do abandono do território.

Só pela ignorância de nossa natureza, na integridade de sua formação, se explica esse alvitre monstruoso. É a amostra da ligeireza com que são encarados, muitas vezes, os problemas da nacionalidade por uma preocupação imponderada de medidas prontas que se alternam, improficuamente, na instabilidade dos governos.

Ver-se-á que o nosso meio não é imprestável, como se afigura, à primeira vista, a esses juízos falhos de observação direta. É, ao contrário, suscetível de um aproveitamento compensador do quinhão de sacrifícios com que, afinal, a união diligenciou emendar os efeitos dos acidentes que o têm retardado em suas forças produtivas.

Não exagero o valor das condições naturais. Viria à baila a controvérsia relativa à predominância dos fatores da civilização, se, num labirinto de oposições incertas, eu adotasse um critério exclusivo e não reconhecesse em nosso favor a concorrência desses elementos.

Sabe-se como pensadores antigos e modernos e, mais radicalmente, os filósofos dos séculos XIV e XVIII atribuem ao ambiente físico uma importância preponderante em todas as organizações. Chegam a atribuir-lhe toda a construção do progresso. Colide esse conceito com a corrente que subordina a vida individual ou coletiva à direção dos agentes internos.

A atual concepção antropogeográfica procura conciliar as tendências discordantes, tentando determinar as relações entre o homem e o território. O que importa é discriminar as causas dessa influência e precisar as formas de sua atuação.

A hereditariedade ou constituição é, inquestionavelmente, um poderoso instrumento de todas as conquistas. Mas as condições do meio, em suas variantes, estorvam ou favorecem a ação das qualidades intrínsecas.

Não incido, portanto, nos extremos do ramo dissidente da escola de Le Play¹, no “determinismo geográfico” de Demolins, Tourville e Brunhes², que reputam o meio físico como o fundamento de toda a ciência social; mas penso que desse fator da produção depende, em grande parte, o destino dos povos. São as condições primárias da civilização dirigidas pelas forças mentais. Seu estado passivo obedece, em grau de maior ou menor resistência, às solicitações da indústria humana, para os surtos culturais.

O indivíduo não é um produto do meio. Alcança, ao contrário, afeiçoá-lo às suas necessidades.

Ce qui caractérise le degré de supériorité d'un organisme quelconque – diz Charles Gide – c'est la faculté qu'il possède d'adapter le milieu à lui-même, au lieu de s'adapter au milieu. (GIDE, 1911, p. 12)

A natureza não pode ser mudada em suas linhas gerais, mas pode ser modificada.

1 N.E.: Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play (1806-1882), engenheiro de minas e precursor de estudos empíricos na Sociologia.

2 N.E.: Edmond Demolins, Henri de Tourville e Jean Brunhes foram discípulos de Le Play no determinismo social. Tourville, posteriormente, rompe com o pensamento do mestre.

É este o nosso problema. Não nos é dado conjurar o fenômeno da seca, nem sequer atinar com as suas causas; mas sabemos neutralizar os seus efeitos por uma série de providências experimentadas, em situações idênticas, com segura eficiência.

E, de mais a mais, as incidências periódicas dessa fatalidade perturbam um conjunto regular propício, em todas as suas relações, à mais fecunda atividade.

Limito-me a esboçar os aspectos que interessam ao plano do livro, como influências recíprocas, por uma restrição de método e, confessadamente, por mútua de subsídios para um estudo mais compreensivo.

A Paraíba, tirante a evidência que lhe granjeou a ascensão política de um de seus filhos, é uma terra ignota, principalmente para a ciência. “Do Brasil setentrional” – escreve Pierre Denis – “quase se não conhece hoje na Europa senão Pernambuco, Bahia e a região do Amazonas.” (DENIS, 1913, p. 351)³

O Nordeste ficou, por falta de comunicações diretas, relegado a um longo obscurantismo. O litoral não suscita curiosidade, porque apresenta, ao longo de toda a costa, quase a mesma feição. E agora é que se vai franqueando o acesso ao interior pela facilidade de transporte.

O nosso país deve quase todo o seu conhecimento científico ao concurso de estrangeiros. Esses sábios desvendaram a nossa natureza para a visão de suas maravilhas e o aproveitamento de suas utilidades.

Mas essa parte do território não atraiu nenhuma observação. Logrou, no período colonial, impressões superficiais e limitadas à zona explorada. Henry Koster, o padre Martin de Nantes, L. F. de Tollenare, Barlaeus, Elias Herckmans e, em geral, os cronistas das ordens religiosas representam uma contribuição restrita ou de simples valor histórico.

Agassiz passou, depois, de fugida: “*Une fois à terre*” – diz ele – “*nous passons quelques heures à courir à droit et à gauche, collectionnant, examinant la formation géologique*” (AGASSIZ, 1869, p. 147)⁴.

3 N.E.: A edição em francês, publicada em 1909, está disponível em <https://archive.org/details/lebrsilauxxesicoodenigoog>. Acesso em: 11-jun-23.

4 N.E.: Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k62336134>. Acesso em: 11-jun-23.

E, afinal, retraíram-se todas as explorações. Desaparecera o interesse da terra, mormente do sertão.

A febre das entradas, que arrastara paulistas e baianos para as nossas zonas de pastoreio, esmoreceu em poucos anos. Ficou a região à conta dos nossos sertanistas ou de poucos e afortunados sesmeiros.

E mergulhamos, logo, na “caligem secular de abandono e de olvido”, que Oliveira Viana⁵ e Euclides da Cunha⁶ atribuem à política da independência.

A nossa posição geográfica não isentou desse retiro a própria fímbria marítima. Ficamos inteiramente segregados.

E corria um conhecimento falso da própria configuração do território. As descrições antigas eram deficientes e todos os mapas, inclusive os de Maximiano Lopes Machado⁷ e Ernesto Freire, deformavam a topografia local que, em verdade, estava mais bem desenhada no velho *Atlas do Império do Brasil*, do barão Homem de Melo.

Os engenheiros prussianos Carlos Bless e David Polemann, comissionados, em 1858, pelo presidente Beaurepaire-Rohan, procederam a alguns reconhecimentos e levantaram uma carta corográfica, de parte da província. Mas esse trabalho não foi divulgado.⁸

Ainda em 1886 o engenheiro Francisco Soares da Silva Retumba observou:

Parece incrível, mas o fato, a realidade é que não se pôde obter em parte alguma uma só carta desta infeliz província que não fosse incompleta e ainda assim eivada de erros.⁹

Só em 1913 o mapa organizado pela Inspetoria de Obras contra as Secas, sob a direção do experimentado topógrafo engenheiro Guilher-

5 OLIVEIRA VIANNA, 1942, p. 160. N.E.: disponível em <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/300>. Acesso em: 11-jun-23.

6 CUNHA, 2013, p. 139.

7 Anexo ao opúsculo com que criticou o *Atlas* de Cândido Mendes de Almeida.

8 Esses elementos foram aproveitados por Maximiano Machado.

9 Relatório apresentado, a 7 de agosto de 1886, ao dr. Antônio Herculano de Sousa Bandeira, presidente da Paraíba.

me Lane, retificou alguns desvios e não saiu perfeito pelas falhas da colaboração que o orientou¹⁰.

O general Beaurepaire-Rohan, a maior estrutura de cientista e administrador que já passou pelos destinos públicos locais, escreveu, nos lazes de seu governo, a *Corografia da Província da Paraíba do Norte*, mas esse livro só foi dado a lume em 1911 (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 1911, pp. 165-365), quando Frederico Cavalcanti o extraiu do autógrafo que jazia na Biblioteca Nacional.

Ainda bem que, nessa hora, Irineu Joffily revelou uma rigorosa compreensão do nosso meio físico. Suas *Notas sobre a Paraíba*, publicadas em 1892 com um prefácio de Capistrano de Abreu, representam uma obra de experiência e, sobretudo, de surpreendente intuição de nossa natureza. Veio, posteriormente, completá-la, na parte descritiva, o *Dicionário corográfico*, de Coriolano de Medeiros.

Entram, também, em conta *A Paraíba*, de João de Lira Tavares e o *Esborço de corografia*, de José Coelho¹¹. São subsídios para a construção de nossa geografia física que permanece quase obscura, nomeadamente em seus aspectos geológico, botânico e climatérico.

Alguns de nossos presidentes atinaram com o valor das explorações científicas, mas não estavam munidos de recursos para promovê-las. O interior foi estudado de relance e parcialmente. Em 1847 e 1848, o engenheiro Francisco Pereira da Silva percorreu alguns municípios, por ordem do comendador Frederico Carneiro de Campos¹².

O naturalista Luís Jacques Brunet foi contratado em 1853, pelo presidente Sá e Albuquerque para

observar a posição geográfica dos principais pontos da província: direção, curso, volume, temperatura das águas, sua composição química, quando elas apresentarem propriedades particulares; estado higrométrico e

10 O prof. Coriolano de Medeiros criticou precedentemente esta carta - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, ano IV, v. 4, p. 433.

11 *A Paraíba agrícola* vem publicando sobre cada um dos municípios do estado curiosas informações.

12 *Memórias, apud A Paraíba*, de João da Lira Tavares, pp. 50 a 59.

temperatura da atmosfera; a quantidade d'água que cai em um ano, medida por meio do udômetro, se for possível obter um do Rio de Janeiro; inclinação e declinação da bússola, suas variações diárias, assim como as do barômetro; natureza do solo da província, diversas camadas, de que é formada, posição, densidade, extensão e direção das ditas camadas; minerais e relíquias fósseis que elas encerram, sua abundância ou variedade; propriedade, utilidade de diversas substâncias minerais; árvores e outros vegetais que crescem naturalmente nas diversas partes da província, os terrenos e localidades que elas preferem; seu emprego no país, sua utilidade, quer como madeira de construção, ou de ornato, quer como plantas alimentares, tecíveis, fibrosas, medicinais, venenosas, colorantes, resinosas, odoríferas, etc.; animais vertebrados e invertebrados que vivam nas águas, matas e campos, com utilidade ou nocibilidade, os meios de multiplicá-los ou destruí-los; juntar coleção de diversos minerais que formam o solo da província e particularmente daqueles que podem ter um emprego nas artes ou indústrias; outra de grãos ou sementes de vegetais mais úteis para que se possa multiplicá-los no Jardim botânico do Rio de Janeiro e dali nas diversas províncias do Império; coleção de gomas e resinas que possam ser utilmente empregadas e de outras produções vegetais; coleção de peles de animais mais notáveis ou menos conhecidos.

O plano foi, naturalmente, sugerido pelo sábio francês e, com algumas reservas, comportava uma série de observações que, nem todas, só tiveram início, na Paraíba, decorridos mais de 50 anos.

Brunet não organizou relatório da sua comissão¹³, colheu, porém, muito material e escreveu algumas cartas sobre a marcha das pesquisas¹⁴.

Foi-lhe incumbido, igualmente, “o estudo das causas das secas e dos meios de removê-las”. O conhecimento do fenômeno devia estar

13 Disse o presidente Rohan, em seu relatório de 1857: “há anos que o sr. Luís Jaques Brunet foi encarregado de examinar o estado mineralógico desta província, mas até agora nenhuma conta tem dado de suas explorações. É de esperar, porém, que um dia apresente o relatório dos seus exames, justificando desta sorte a confiança da administração e o conceito em que é tida a sua ilustração.”

14 Foi esse cientista quem revelou o gênio artístico de Pedro Américo, em favor de quem solicitou a proteção do presidente da província.

dependente da série de observações a que ele se obrigara em seu contrato com o governo.

O engenheiro Retumba perlustrou, por seu turno, o interior e elaborou duas nutridas memórias: uma apresentada em 1886 ao presidente dr. Antônio Herculano de Sousa Bandeira, e outra em 1887 ao presidente Gama Rosa¹⁵.

Por último, o engenheiro Joaquim Nogueira Jaguaribe procedeu a alguns estudos no Alto Sertão e ofereceu o relatório desses serviços ao coronel Honorato Caldas, chefe do governo provisório deste estado¹⁶.

As várias comissões científicas que desde 1858 observaram sucessivamente o Ceará não se aperceberam de nossas condições¹⁷. Com a mudança do regime, melhorou, administrativamente, nossa situação interna; mas o estado subtraiu-se, cada vez mais, às influências estranhas. Mal repercutiam os nossos sofrimentos nos círculos da opinião nacional.

A Inspetoria de Obras contra as Secas iniciou uma série de estudos das condições naturais das zonas flageladas em seus vários aspectos. Mas esse acertado programa pouco ou quase nada nos aproveitou. De forma que o desconhecimento do nosso meio foi o maior obstáculo às realizações do governo Epitácio Pessoa.

Dessas observações lucrámos, apenas, o trabalho do engenheiro Roderic Crandall – *Geografia, geologia, suprimento d'água, transporte e açudagem nos estados orientais do Norte do Brasil, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba* – ainda assim, incompleto¹⁸.

Improvisaram-se outras explorações sem importância. E, assim, ficou à margem um campo de curiosas investigações. O estado da Paraíba está situado na parte mais oriental do Nordeste do Brasil e, por con-

15 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, ano IV, v. 4, p. 162.

16 João de Lira Tavares, loc. cit., p. 77.

17 O barão de Capanema, chefe da seção geológica da primeira dessas comissões, seguindo certas camadas do Ceará, entrou à Paraíba e descobriu em Sousa, no lugar denominado Patamuté, uma abundante mina de ferro magnético. A comissão deu parte dessa descoberta ao presidente dessa antiga província, em ofício de 25 de fevereiro de 1860.

18 De nenhuma forma pude obter o trabalho de Ralph Soper, *Geologia e suprimento d'água subterrânea no Rio Grande do Norte e Paraíba*.

seguinte, no ponto mais próximo do continente europeu. Sua posição astronômica é, pelas observações correntes, entre os 6°15' - 7°50' de latitude meridional e 5°15'8°25' de longitude oriental do meridiano do Rio de Janeiro¹⁹. Limita-se: ao norte com o Rio Grande do Norte; ao sul com Pernambuco; a leste com o oceano Atlântico e a oeste com o Ceará.

As linhas fronteiras que não têm características naturais são ainda arbitrárias e indecisas. A da parte setentrional é esquisitamente irregular. Começa, do mar para o poente, na foz do Guaju. Inclina-se pelo leito desse rio até sua nascente e, em seguida, acompanha o rio Calabouço. daí por diante curva-se e quebra-se, através dos relevos, infletindo, em meio, até deprimir o território numa faixa de 50 quilômetros de largura, pela invasão do Seridó, ou deformá-lo em figuras caprichosas, como na ponta da serra do João do Vale, e chega pelos degraus da serra de Luís Gomes à extrema ocidental.

Os dois estados limítrofes constituem, geograficamente, uma mesma região²⁰.

A separação de Pernambuco é pelas divisas que derivam da embocadura atlântica do rio Goiana. Arqueiam-se desse curso, atravessam um núcleo de populações comum e, daí a alguns quilômetros, pegam com a serra geral dos Cariris Velhos. Prosseguem pelo dorso da cordilheira, atento o divisor das águas, e entram, adiante, a colear em diversos

19 A comissão de coordenadas geográficas dirigida pelo engenheiro Pimenta da Cunha determinou o azimute e 19 pontos astronômicos neste estado. Como, porém, ainda não está definitivamente concluída a revisão dos cálculos, não pude obter esses dados.

20 No tempo da colônia, as duas capitanias eram divididas por uma linha quase reta. Os limites atuais foram regulados pela lei de 25 de outubro de 1831. Sua incerteza tem suscitado algumas pesquisas e despertou o interesse de três presidentes desta antiga província: Beaurepaire-Rohan, que colheu alguns esclarecimentos e pretendeu mandar proceder à demarcação; Luís Antônio da Silva Nunes, no seu relatório de 17 de março de 1861, e Francisco de Araújo Lima que em 1862 encareceu à Assembleia Legislativa a necessidade de os fixar. A nossa Lei nº 118, de 8 de novembro de 1920, aprovou os acordos celebrados nas sessões preliminares do 6º Congresso Brasileiro de Geografia e da Conferência de Limites Interestaduais, para determinar as fronteiras deste estado. Representou nossos interesses nesses acordos o deputado Tavares Cavalcanti, grande conhecedor da Paraíba e de sua história.

rumos, numa geometria tumultuária, cuja maior reentrância coincide com a zona desfalcada pela intrusão do lado oposto, estreitando-a, cada vez mais.

Essas curvas desenham um triângulo por onde a Paraíba se intromete, longamente, em Pernambuco, numa expansão territorial sem correspondência econômica, pela sorte comum dos tratos assim constituídos. E continuam, com a mesma tortuosidade, de serra em serra, pelo *divortium aquarum*²¹, até entestar com o Ceará²².

As extremas do nascente são o Guaju e o Goiana – os dois pontos de partida para o oeste. O limite com o Ceará, mais regular, é pela divisão das águas do rio Piranhas das do Jaguaribe. Abate-se esse nível, entre a serra do Padre e a do Vital e das Balanças, como que abrindo passagem para o estado vizinho.

Desses acidentes resulta uma configuração indefinível. É um polígono irregular, como uma faixa, que ora se expande, ora se apouca, em maiores perdas do que saliências.

Daí não poderem ser determinadas as suas dimensões. A costa mede 120 quilômetros. A extensão de leste a oeste é calculada em 550 quilômetros. A largura, porém, varia de 180 a 50 quilômetros.

Os contrastes dessa formação acarretam todos os prejuízos dos fenômenos periféricos pela distância do centro e a influência absorvente das zonas contíguas. Divergem os cálculos da superfície que não deve ser inferior a 60.000 quilômetros quadrados.²³

As principais feições geográficas da Paraíba são: a orla marítima, a serra da Borborema e a bacia central do Piranhas. O contato com o oceano não é desenvolvido, mas proporciona todas as vantagens desse elemento, como regulador do clima e da economia da região.

O seu acesso, nas relações de distância com os diversos pontos do interior, tem o obstáculo da forma alongada do território. O tipo da cos-

21 N.E.: divisão entre bacias hidrográficas, nos seus pontos mais altos, utilizada usualmente para delimitar fronteiras secas.

22 Esses limites também são duvidosos em alguns pontos.

23 Em publicações oficiais figura a área de 74.731 km².

ta é dos mais vantajosos, do lado interno, como do externo. É toda ela guarnecida pela linha de recifes na aproximação média de uma milha.

Sua fisionomia modifica-se do Norte para o Sul. Partindo da foz do Guaju, passa pela Barra do Camaratuba, sem recortes, até a Baía da Traição que é um porto abrigado e de grande capacidade²⁴. Adiante desemboca o Mamanguape entre a ponta de Coqueirinho e a Barra.

Nesse ponto os recifes têm um belo relevo. Em seguida, empinam-se as barreiras do Miriri de uma cor vermelha visível ao longe e assim chamadas pelo nome do rio que aí deságua. Lucena oferece, após, um ancoradouro mal seguro²⁵.

Entre a ponta desse nome e a de mato, está a larga embocadura do rio Paraíba que forma o porto de Cabedelo²⁶.

Desde o rio Guaju, a costa se alterna em dunas, ora movediças, ora cobertas de vegetação. Mas, a partir da barra do Paraíba, o terreno se aplaina nas praias pitorescas e aprazíveis que vão, com esse aspecto, até ao Cabo Branco.

São as estações balneárias de Ponta de Mato, Formosa, Camboinha, Poço, Ponta de Campina, Beça²⁷, perto da foz do Jaguaribe, e Tambaú, numa grande enseada. O Cabo Branco, que a forma, ergue-se a pique com uma elevação de 40 metros.

Desse lado, a costa assume outro tipo: é quase toda composta de altas barreiras, nomeadamente as de Tambaba, ladeadas de alguns rios e riachos. Seguem-se, como feições mais interessantes: a Penha, bem situada, ao pé de um outeiro; a barra do Gramame; Jacumã; o pontal de Carapebus; a barra do Abiaí; Pitimbu²⁸; Ponta de Coqueiro; Guagiru e o rio Goiana.

24 Foi o primeiro porto da Paraíba conhecido pelos europeus e era preferido dos franceses para o tráfico do pau-brasil. É mais de uma vez assinalado pela *História da conquista*.

25 Aí realizou o exército holandês, em fevereiro de 1634, um desembarque infeliz. Foi também porto de comércio de madeira.

26 Reserva a descrição dos portos para um capítulo especial.

27 Na enseada de mesmo nome, formada pelo Jaguaribe, desembarcou em dezembro de 1634 o exército holandês, sob o comando de Sigismund van Schkoppe.

28 Com uma povoação que foi sede de comarca. Essas povoações marítimas são, em sua maioria, decadentes por motivos que procurarei explicar no capítulo *Consequências econômicas*.

Está, deste modo, entrevista a faixa marítima, para melhor compreensão de outros passos. Diz Beaurepaire-Rohan, em sua *Corografia*: “Pelo que acabo de expor, reconhece-se que, relativamente à navegação, foi esta província bem aquinhoada pela natureza”²⁹.

A Borborema pertence ao sistema orográfico central e, erguendo-se do seu limite setentrional a cerca de 60 quilômetros a oeste de Natal até perto do rio São Francisco, atravessa o estado de nordeste a sudoeste.

O maciço, no seu caráter próprio, mas sem um tipo uniforme de articulação, ramifica-se e fragmenta-se nas várias formas de relevo. E, assim, transfigura-se, aqui e ali, o seu perfil, pela natureza petrográfica ou pela influência dos agentes externos. Alteia-se e estende-se num planalto de 100 quilômetros, em média, de largura; boleia-se em cabeços; alonga-se, conforme, em picos; estrangula-se pelas erosões; dispersa-se em morros... E tomam as serras diversas denominações: de Araruna, do Cuité, da Carneira, do João do Vale, de Luís de Gomes, ao norte; da Raiz, Redonda, de Rodopitá, de Cornoió, a leste; dos Cariris Velhos, de Jabitacá, do Teixeira, da Baixa Verde, ao sul; do Comissário a oeste e outras menores.

Distingue-se, por sua estrutura, a lombada de morros que, desligando-se da Borborema, vai, diretamente, até à fronteira ocidental: as serras do Melado, de Santa Catarina, Vermelha e do Vital.

A altitude na chapada atinge 670 metros. Descreve Irineu Joffily os pontos culminantes:

A serra do Jabre é o pico mais elevado da Paraíba. De cima da serra do Teixeira, no lugar Tendó, onde estivemos, é imponente a vista para o Jabre. Distanto o nosso ponto de observação umas dez léguas da majestosa montanha, apresentou-nos ela o aspecto do Itatiaia, quando, há doze anos, o avistamos em viagem desta Capital³⁰ para São Paulo.

Não queremos dizer com isto que a sua altura sobre o nível do mar seja igual, ou muito aproximada à da montanha mineira, considerada como o pico mais elevado do Brasil; referimo-nos à sua configuração ou aspecto

29 Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, loc. cit., p. 180.

30 Rio de Janeiro.

geral. O Jabre dista da capital do Estado 70 léguas e nunca foi medido.

A serra do Pico está paralela à estrada que da vila do batalhão segue para Patos; o seu nome vem de uma enorme rocha granítica semelhante ao Pão de Açúcar e de maiores proporções talvez, que se eleva da chapada da serra.

O acesso é difícil e até perigoso, e se conseguimos alcançar o cimo, foi depois de grande esforço, e sempre animado e por vezes amparado por meus dois guias, intrépidos sertanejos.

Quando nos firmamos em pé em cima da imensa mole granítica, grandioso espetáculo se nos apresentou em todos os quatro pontos cardeais. Avistamos ao Sul terras de Pernambuco, e do Rio Grande ao norte; e em um raio de 20 léguas estava debaixo de nossas vistas grande número de serras, destacando-se de todas elas, pela sua grande elevação, o Jabre, ao poente.

O Caturité é o terceiro pico de que vamos nos ocupar. Fica no município de Bodocongó, na distância de umas oito léguas da cidade de Campina Grande, donde se avista perfeitamente na direção do Sudoeste. Fizemos também a ascensão deste monte; eleva-se sobre a serra do mesmo nome e é coberto de densa vegetação, o que de algum modo facilita a subida, porque nos galhos e troncos dos arbustos e árvores tivemos de nos segurar sempre, para poder-nos firmar em um terreno pedregoso e talhado em linha quase perpendicular.” (JOFFILY, 1892, pp. 11-15)

Há quem opine que o cimo do estado fica na serra do Acaí, seção da dos Cariris Velhos, nos limites com Pernambuco³¹.

A vertente oriental, que se desnuda a olhos vistos, não tem uniformidade de declives; é, ao sul, acessível; mas, ao norte, apresenta os acidentes do regime torrencial, erguida em socalcos ou cavada em barrocais e desfiladeiros. A encosta ocidental é resguardada pelas bossas graníticas e de menor inclinação.

A Roderic Crandall, essa cordilheira “parece ser um *pleneplain* antigo que se tem elevado” (CRANDALL, 1910, p. 3).

Os nossos mais curiosos aspectos orográficos são os *boqueirões* “lucidamente vistos por I. Joffily” (CUNHA, *Contrastes e Confrontos*, 2013, p. 59).

31 COELHO, José. *Esorço de Chorographia da Parahyba*. 2 ed. Parahyba: F. C. Baptista Irmão, 1920, p. 26.

PRAIAS



Praia do Jacaré



Praia de Tambaú



Bote na praia do Jacaré

Esses estrangulamentos – largas brechas escancaradas pelas torrentes erosivas – representam, em alguns lugares, ao longo das caminhadas, pontos de referência à visão distante.

Os principais são: o formado pelo rio Paraíba nas rochas duras da serra de Carnoió; o de Coremas aberto em forma de V pelo rio Piancó nos arenitos endurecidos da serra de Santa Catarina; o de São José talhado num ponto mais alto da mesma serra pelo rio Piranhas; o da mãe d'Água ainda na serra de Santa Catarina cortada pelo rio Aguiar; o do Cabeçudo na serra do mesmo nome lascada pelo rio Curimataú...³²

Irineu Joffily descreve outra curiosidade:

No município de Santa Luzia do Sabugi, da fralda ocidental de Borborema, destaca-se a serra da Bocaina; é formada pela imensa rocha granítica, que se estende por léguas, e em toda a sua extensão a montanha tem o cimo dividido em duas partes, poucos metros separadas uma da outra. O corte apresenta admirável regularidade em toda a sua extensão, descendo as paredes a uma grande profundidade e em linha perfeitamente vertical. (JOFFILY, 1892, pp. 18-19)

As serras abrem-se, às vezes, em grandes cavernas de várias feições estruturais. Algumas dessas grutas são verdadeiras necrópoles. As maiores são: a da serra Corredor, com inscrições de origem controvertida; a perfurada no alto da serra da Canastra, sombrio jazigo de um imenso e singular “ossuário”; a da Caxexa e a da Borborema, donde jorra o chamado *Olho-d'água do Pedro*, em cujas águas se espelham as estalactites pendentes.

Rompem-se também insondáveis caldeirões, como o do poço Mucuitu, onde nasce o rio do mesmo nome. Dimana, igualmente, uma fonte do flanco da serra de Santa Catarina, mas, antes de alcançar o sopé, afunda-se e desaparece. A gruta de Ubajara, no Ceará, também é atravessada por uma corrente que se some adiante. Alguém já chamou a Borborema de “gênio tutelar da Paraíba”.

32 Reservo a descrição minuciosa dessas soluções de continuidade em nossas serras para o capítulo *Política hidráulica*.

Exerce ela as múltiplas influências da altitude. É valiosíssimo esse relevo orográfico como zona climática e de culturas. É, em grande parte, o recurso farto e providente para as crises das secas. Mas constitui, ao mesmo passo, a barreira que perturba nossa unidade antropogeográfica, estorvando as comunicações e como que insulando o interior do centro administrativo e comercial.

Além da vertente ocidental da serra, está a bacia do Piranhas, que abrange a metade central do estado. Esse rio tem a sua nascente ao sudoeste, na serra fronteira de Bongá. Endireita, primeiro, para o norte e, depois, toma o rumo do Nordeste e entra no Rio Grande do Norte, com o nome de Açú. Banha, assim, obra de 200 quilômetros do nosso território.

Seus principais afluentes são: à margem esquerda, o rio do Peixe e o dos Porcos; à margem direita, o Piancó, engrossado pelo Aguiar, o Gravatá e o Jenipapo, o Espinharas, formado pela reunião do Farinhas com o da Cruz e que conflui fora dos nossos limites, e o Seridó, que dá nome a uma famosa zona algodoeira e, com poucos quilômetros, também tem o ponto de junção em território rio-grandense.

São todos cursos temporários, como, em geral, os rios dos terrenos impermeáveis, e sujeitos, ao sabor das águas de escoamento, a súbitas, volumosas e efêmeras cheias. É uma área extensíssima e de feição distinta que se abate dentro de um anfiteatro de serras.

Para mais evidente representação fisiográfica, entro a discriminar as regiões em que se diferencia o estado. É uma transição de recursos e de aspectos que encarece as suas sucessivas possibilidades e ostenta uma natureza multiforme. Uns assinalam essa diversidade pelas linhas da Borborema e outros pela feição da flora.

É, sem dúvida, a variabilidade da constituição dos terrenos, modificados pelos agentes externos, que caracteriza os nossos padrões botânicos. A influência da altitude é, até certo ponto, anulada por outros fatores, porque, no mesmo plano, diferem as condições naturais, pelo efeito das ações atmosféricas³³.

33 Este ponto será desenvolvido no capítulo *O clima*.

Seja qual for o critério adotado, assim se dividem e subdividem as zonas; o litoral, compreendendo as praias, as várzeas, o tabuleiro e a caatinga³⁴; o brejo; a faixa de transição do agreste; o Cariri, incluindo o Curimataú; e, afinal, a bacia hidrográfica central ou Alto Sertão.

As praias já foram entremostradas, quando descrevi a costa. Na parte plana, entre a foz do Paraíba e o Cabo Branco, a areia, em vez de se amontoar em medões, interna-se, sem obstáculos, a grande distância. Ao Sul, as barreiras impedem essa invasão e o depósito é menos espesso. Do lado do Norte, nos pontos mais abertos, se levantam, num ponto e noutro, cômodos que o vento, às vezes, mobiliza. Daí, ser a costa ora coberta de mata, ora vestida de uma vegetação escassa e característica.

E, atentas essas diferenças de constituição, não medra, apenas, nesses sítios “a sociedade florística das plantas das areias ou *psammophilas*”³⁵³⁶, mas outras espécies vegetais. Há ainda vestígios das matas primitivas e algum arvoredado de grande porte.

Pode-se aquilatar a pujança e a variedade de nossas antigas florestas pelo seguinte trecho de um manuscrito da Biblioteca Nacional:

Para construção de charruas e paquetes³⁷ de Sua Majestade, como para os da Marinha desta cidade, oferece a Paraíba as melhores qualidades de madeiras, como são: a sucupira, o pão-de-arco, o vinhático, o amarelo, o cedro, o jitaí, o angelim amargoso, o angelim doce, a peroba, para aduelas; o louro, o jatobá, a sapucaia, para cintas; a sapuqueirana, para mastreação e aduelas, a cabraíba; e foram estas qualidades dignas da real atenção que Sua Majestade houve por bem dar mercê de tenente da infantaria paga

34 A caatinga (“caa” e “tinga” – mata branca, ou melhor, “caã” e “tinga” – mata seca) também se intercala em outras partes, embora em menores faixas.

35 LÖFGREN, A. *Notas botânicas (Ceará)*. Rio de Janeiro: Inspetoria de Obras contra as Secas, 1910, p. 8.

36 N.E.: disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/item/23311>. Acesso em: 11-jun-23.

37 N.E.: charruas e paquetes são classes de navios, de acordo com sua finalidade e construção. Os primeiros são destinados ao transporte de cargas, enquanto paquetes são embarcações para passageiros e encomendas.

de Olinda ao construtor Antônio Manuel Prata, pelo descobrimento que fez das ditas madeiras, que em muita quantidade se acha naquele país da Paraíba e com menos despesas que as que vêm das Alagoas; presentemente na Paraíba há três cortes de madeira, porém ali há capacidade para muitos, mas como igualmente ali se podem construir navios, com mais facilidade que em Pernambuco, como se praticou no tempo da Companhia e presentemente se fez ver pelo conserto que se fez no paquete de Sua Majestade em 96.

O coqueiral virente e sobrecarregado debrua toda a beira-mar.

Os oiteiros que, aqui e ali, contrastam com a monotonia da planície são ridentes maciços de verdura. A capital, situada numa dessas graciosas colinas, vista do alto, atufa-se no bosque soberbo que a circunda e invade com a ramalheira dos pomares e de algumas árvores revelhas escapas à devastação.

Todo o litoral é sulcado pelos rios da vertente oriental da Borborema. O principal é o Paraíba, formado pela reunião dos rios Sucuru, do Meio e da Serra. É todo nosso e tem um curso de mais de 300 quilômetros. Seus maiores afluentes são: à margem esquerda, o Taperoá, avolumado pelos rios Santo André, do Frade, Santa Rosa, Matinoré e Serra Branca, o Bodocongó, o Paraibinha, o Ingá, o Gurinhém e o Gargaú; à margem direita, os riachos São Miguel, Santo Antônio, Natuba, Una, o rio Sanhauá, que banha a capital, e o Mandacaru.

Merecem ainda menção: o Guaju e o Goiana, que servem de limites, como já vimos, com o Rio Grande do Norte e Pernambuco; o Camarutuba, que nasce ao sul da serra da Raiz; o Mamanguape, considerado como o terceiro rio do Estado, em extensão; o Miriri; o Jaguaribe; o Gramame e o Abiaí.

Deságuam todos no Atlântico. O fluxo das marés penetra os seus leitos e forma os mangues, onde se desenvolvem as árvores marinhas do mesmo nome. Nas vazantes, descobrem-se as margens lamacentas, de aspecto desagradável, com uma recrescente abundância de crustáceos.

Formam eles algumas ilhas: a Stuart, a do Tiriri e a do Marques, na confluência do Gargaú com o Paraíba; a Restinga, neste último rio, e outras menores.

Seguem-se as várzeas. O Paraíba vem comprimido entre serras. Ao longo do seu curso, varia a formação geológica. Nas zonas alternadas de granito e gnaiss e o vale estreita-se e aprofunda-se entre flancos alcantilados.

Mas onde desaparece a resistência das rochas, em terreno de constituição igual, a ação das águas é natural e as margens desdobram-se numa extensa planície. Essa várzea começa no município do Pilar, a cerca de 60 quilômetros da capital.

É um prodigioso solo de aluvião. Nas grandes cheias, o caudal, adquirindo insólita potência, perde a sinuosidade e espraia-se, acarretando materiais de grande volume. Essas inundações periódicas danificam desde os tempos coloniais, mas tendem a maiores prejuízos, divagando pelas culturas, por falta de obstáculos marginais. As deposições aluviais contribuem para esses desvios.

A regra, porém, é um extravasamento limitado. E mal se pode calcular como esse escoadouro, carregado de anidrido carbônico, dissolvendo, no curso superior, as rochas desagregáveis, carrega uma preciosa massa de detritos minerais, de par com os destroços orgânicos. Esses depósitos renovam a capacidade produtora dos terrenos ribeirinhos, cultivados intensamente desde os primeiros anos da colonização.

Os rios Camaratuba, Mamanguape, Gramame e Abiaí não são portadores de elementos fertilizantes do mesmo valor. Mas seus vales também oferecem grandes aptidões agrícolas. Foram explorados antigamente; mas hoje estão quase abandonados, porque o péssimo regime dos seus cursos d'água, derramando-se às vezes pelos pauis³⁸, torna a região palúdica.

Atravessando o estado, desde as fronteiras do Rio Grande do Norte até as de Pernambuco, passa o tabuleiro, na extensão de cerca de 180 quilômetros por 50, mais ou menos, de largura. É um contraste com a natureza subjacente.

Estira-se a faixa arenosa com um aspecto desolado. Mas nessa planície sáfia se fixaram o cajueiro bravo, a mangabeira e o batiputá, refrige-

38 N.E.: charcos, pântanos.

rando o descampado³⁹. E, de onde em onde, modifica-se a impressão da aridez: repassam os vales viçosos dos rios e córregos litorâneos.

Daí por diante, ondulam os canaviais, acamam-se as gramíneas e, em algumas nesgas, frondeja o capoeirão.

Eis senão, ao longo da linha férrea, o terreno começa a elevar-se. Galga-se a chapada e, daí a uns 12 quilômetros, obra de 25 quilômetros a partir da praia, tudo se demuda e amesquinha.

É a subzona da caatinga. A vegetação rarefaz-se e desmedra, cada vez mais, à medida que descamba para a planície áspera.

A paisagem tem dois aspectos: é cinérea, no estio, com as espécies permanentes, em maioria arbustivas, nuas e dormentes; mas na época das chuvas, tudo reverdece, de repente, de envolta com as plantas periódicas que rebentam dos “caules subterrâneos” ou germinam como por encanto.

Não é, porém, a flora hostil das caatingas sertanejas, caracterizadas pelas plantas suculentas. As cactáceas e as bromeliáceas aparecem, raramente, nos trechos mais ingratos de lajedos e pedregulhos.

Onde são favoráveis as condições do solo, pela acumulação da camada terrosa, o pau-d’arco e outras muitas espécies arborescentes têm um desenvolvimento normal. E, à beira dos rios, a vegetação não difere do agrupamento driádico.

A aparência tristonha dessa área é a desfolhada.

Mas é uma miséria ilusória. A terra tem reservas latentes que, nos trechos mais escabrosos, aguardam a água benfazeja para compensadora produção. O seu comprimento é de norte a sul quase o mesmo do estado e de leste a oeste chega a 75 quilômetros.

E aí termina o litoral.

Estão situados nessa região os seguintes municípios: Paraíba, Cabedelo, Santa Rita, Mamanguape, Espírito Santo, Pilar, Itabaiana, Pedras de Fogo, Ingá, Alagoa Grande, Guarabira e Caiçara. Na caatinga estão no todo ou em parte os oito últimos na ordem da enumeração. Araruna também participa da última zona.

39 Mostrarei, oportunamente, o valor econômico dessa flora resistente.

A encosta oriental é, como já mostrei, mais ladeiranta ao norte. Por esses flancos fragosos é que se chega aos brejos.

Por onde quer que se suba, o declive é brutalmente trabalhado pelo escoamento pluvial. É a ação das longas inverneiras despejadas, preferentemente, nessa região. Observa-se uma estrutura de contrastes, ao longo de toda a escarpa, na alternância de lombas e barrancos. Não raro as depressões aprofundam-se em apertadas gargantas.

Se se alcança a esplanada, o terreno descai para outros acidentes. São escassas as chãs. Mas o custo da ascensão é adoçado pelo sentimento da natureza que pompeia em incitativas variedades⁴⁰. Campam, na mutação dos cenários, todos os encantos das terras altas. E há eminências circuladas de uma beleza nova na amplidão das perspectivas.

A suavidade do clima, as baixadas cindidas de mananciais, a verdura perene, os frutos de todo o tempo denunciam os benefícios da altitude nas mais vantajosas de suas condições.

O vigor da flora⁴¹, representada, acidentalmente, em matas densas, poupadas ao machado destruidor, é um padrão desse solo pingue, explorado sem método, mas sempre copioso na promiscuidade das culturas. Deus reservou esse oásis de graça e de fartura para prover as crises que nos acometem.

É uma zona de 100 quilômetros de comprimento por cerca de 50 de largura. Estão situadas nessa gleba privilegiada partes dos municípios

40 As estradas de rodagem recentemente construídas contornam a serra ou derivam em rampas suaves.

41 A vegetação das serras, como bem observou Alberto Löfgren, é bastante uniforme em sua composição e apresenta não somente simples analogia, mas verdadeira identidade com a flora em geral de todo o sistema orográfico do litoral do Brasil tropical – obra cit., p. 13. Como, porém, são favorabilíssimas as condições desta parte da Borborema, é natural que seja maior sua variedade botânica. Nossas espécies vegetais estão, em grande parte, enumeradas na *Corografia* de B. Rohan – loc. cit., p. 112 e seguintes. Ele evoca o dito do dr. Antônio Ildefonso Gomes: “estou mal com o Pará; não encontrei aqui senão as plantas que deixei no Rio de Janeiro”. E conclui: “Outro tanto teria ele dito da Paraíba do Norte”. Não asseguro que tenhamos espécies próprias, mas estou certo de que não nos falta nenhuma das comuns ao Nordeste. O naturalista paraibano Arruda Câmara classificou muitas de nossas plantas.

de Alagoa Nova, Alagoa Grande, Areia, Bananeiras, Serraria, Guarabira e nesgas de vários outros.

Alguns quilômetros além, ao ocidente, fica a faixa de transição do agreste, como passagem do centro de agricultura para o de criação. Lembra a caatinga e participa de seus principais caracteres; mas a desfolhada não é tão completa. A vegetação, que se modifica insensivelmente, é, enfim, caracterizada pelas mirtáceas. E, em alguns pontos, opulenta-se em franças perfumadas de baunilha ou uniformiza-se nos bosques de jabuticaba.

Mede coisa de 20 quilômetros de largura e estende-se do município de Campina Grande ao de Bananeiras, atravessando os de Alagoa Nova e Areia.

Adiante se dilata a chapada da Borborema que, ora se achata, pela intervenção dos agentes niveladores, ora se encrespa em bossas escavadas. É a zona dos Cariris.

A natureza intermediária do agreste não diminui a violência da impressão; o estendal de cascalho e seixos rolados, as penhas agras, a flora espinhenta, o sol fogo, o vento bravo – tudo é inóspito e repulsivo.

Diz Euclides da Cunha: “O sertão de Canudos é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do Norte” (CUNHA, *Os Sertões*, 2013, p. 35).

O Cariri é de nossas zonas a que mais se aproxima desse *facies* desértico ou, antes, semiárido. É, talvez, o mesmo horizonte geológico e quase a mesma *sylva horrida*⁴². Quem leu *A viagem de Max à margem do São Francisco*⁴³ identifica essa analogia⁴⁴.

É escusada a descrição, mas nossa flora não é tão estimada. Não são as árvores anãs de raízes atrofiadas e esgalhos raquíticos.

Em certos trechos, servidos de melhores elementos geo-hídricos, elas se subtraem à aspereza dominante e se alteiam em capões. Não têm,

42 N.E.: do latim, floresta horrível.

43 N.E.: apesar de não deixar claro, considerando a nota seguinte, o autor parece fazer menção à obra *Reise nach Brasilien*, de autoria do príncipe renano Maximiliano de Wied-Neuwied, publicada originalmente em 1820.

44 Deparou-se-me nessa parte da *Reise nach Brasilien* a explicação de muitas curiosidades que I. Joffily observou no Cariri: os rumores subterrâneos, as pedras de sino etc. Voltarei ao assunto no estudo da geologia da região.

em regra, um porte degenerado. A faixa que se enxerta no Sul é ainda mais propícia. Liberta-se, pouco a pouco, do facheiro, do xiquexique e da macambira.

A expressão ingrata acentua-se, ao norte do planalto, no vale do Curimataú – rio que nasce no município de Campina Grande e, depois de atravessar os municípios de Bananeiras e Caiçara, entra no Rio Grande do Norte. A planura é interrompida, de espaço a espaço, pelos serrotes dispersos com escamas de mica. É a zona mais seca do estado. É, ordinariamente, excicada pela soalheira anos a fio.

Pois bem: até nesse recanto adusto a aroeira, a umburana, a caibreira e, em geral, as leguminosas se alçam normalmente. A baraúna e o juazeiro resistem virentes à canícula. Abundam as plantas fibrosas.

E, à primeira impressão de desprazer, em que a flora agressiva senhoreia a paisagem desnuda, sucede, inopinadamente, a ressurreição das primeiras chuvas, de uma nuvem que passa, como se a folhagem tivesse caído do céu ou a água se congelasse reverdecendo no manto da babugem. Não creio que em nenhuma parte do Nordeste essa transformação se opere com a presteza e o viço do Cariri.

Estão situados nessa região os municípios de Campina Grande, Cabaceiras, Umbuzeiro, Soledade, Picuí, Taperoá, São João do Cariri e Alagoa do Monteiro. Alguns deles são zonas mistas.

Além da vertente ocidental da Borborema, está o Alto Sertão⁴⁵.

O aclive, embora aspérrimo, é rápido. Descortina-se um mundo novo que ondula a perder de vista e não se ajusta, de nenhuma forma, ao modelo de Euclides da Cunha.

O campo desigual como que vai coleando em relevos avulsos até emendar com as serranias que interceptam o horizonte.

A vegetação é rala e quase toda arbústea; mas nos sopés e nos vales se adensa. É falha da “flora caprichosa” do Cariri, das espécies defensivas que agridem o planalto. Amiúdam-se as favelas e as juremas. E, à beira dos rios, as oiticicas oferecem uma sombra indefectível.

45 Aférese de sertão.

Não se pode, igualmente, compreender essa parte do estado sem distinguir seus alternativos aspectos: a terra assoalheirada, sem sinal de vida, e o improvisado das primeiras águas. O estio, embalsamado pelos pereiros em flor, é um mortífero derrame de luz que transforma as campinas num cinzeiro – eis senão quando rebenta um paraíso de supetão. O panasco, que se pulverizara, vira, de repente, um tapete de verdura e a gente observa, em poucas horas, o desabrocho dos botões e o desenvolvimento das folhas aos impulsos da seiva concentrada.

O Alto Sertão não apresenta uma fisionomia uniforme. Começa ondulante; regulariza-se um pouco, por entre morros esparsos, além das Pínharas: adiante, entra a achatar-se e, enfim, estira-se num extenso plaino, numa horizontalidade monótona, à feição de antigo fundo lacustre. Essas várzeas são o *habitat* da carnaubeira – o padrão florístico do rio do Peixe.

É a floresta de caules solitários que se solidariza no emaranhamento das palmas imarcescíveis. Os seus farfalhos, ao balanço de ventos desabridos, soam a marulhos distantes. Essa bacia tem uma característica própria que a distingue das outras zonas.

Entre a serra de Santa Catarina e os limites com Pernambuco há uma outra região cortada pelos rios Jenipapo, Gravatá e Piancó. É aberta e de uma cota variável de 250 a 300 metros. Confina com outra área de estrutura mais áspera apertada entre o rio do Peixe e a fronteira ocidental. Estão situados no Alto Sertão os municípios de Santa Luzia, Patos, Pombal, Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Sousa, São João do Rio do Peixe, Cajazeiras, São José de Piranhas, Piancó e Misericórdia. Conceição, Teixeira e Princesa galgam as serras em situações mais favoráveis, abrejando nos pontos culminantes.

É a mais vasta das regiões em que se divide o estado: representa, como já calculei, sua metade central.

Dei uma ideia vaga dessa fonte inesgotável de energias. O brejo é mais provido, por causa de seu regime regular; mas a bacia do Piranhas tem recursos armazenados, nos períodos de suspensão de sua vitalidade, para ocorrer a todas as exigências de nossa expansão econômica. Deixei de parte essa apreciação, relativamente a todo o estado, para um maior desenvolvimento no exame das consequências da atividade reprodutiva que assinalou o programa administrativo do presidente Epitácio Pessoa.

Se a constituição geológica do Brasil ainda está mal definida, apesar dos trabalhos de Lund, Gardner, Castelnau, Hartt, Orville Derby e outros, quanto mais a da Paraíba que ficou arredia de todas as explorações científicas.

O interesse deste conhecimento cresce para as nossas condições peculiares, por sua influência no desenvolvimento econômico regional como por sua relação com os problemas da açudagem, da irrigação e, especialmente, da hidrologia subterrânea.

A ignorância das propriedades físicas e químicas do solo é uma desorientação para a indústria agrícola; mas essa falta de determinação dos elementos mineralógicos também prejudica outras especialidades.

Os subsídios coligidos para a avaliação da natureza de nossas terras mostram-se deficientes e imperfeitos. Ainda é invocada, como modelo, a monografia⁴⁶ do engenheiro inglês E. Williamson que, ligado a uma expedição enviada para explorar nossas minas, percorreu a Paraíba de leste a sudoeste.

Ele perlustrou quatro das zonas em que se divide o nosso território – o litoral, a caatinga, o Cariri e o Alto Sertão; mas em pequenos trechos e sem observações detidas. Apreendeu, todavia, a feição dominante em muitos pontos com uma fidelidade que estudos posteriores vieram confirmar.

Se o progresso da ciência rejeita, hoje em dia, algumas de suas teorias da formação de nossos terrenos, essa divergência não desmerece o conjunto das informações.

Transcrevo a parte mais interessante dessa memória, interpondo-lhe algumas notas explicativas:

A linha de perfil foi tomada de Tambaú⁴⁷, pequena povoação de pescadores na costa do Atlântico, e através da cidade da Paraíba até as minas de

46 Foi lida pelo autor perante a Manchester Geological Society, em 30 de abril de 1867, e publicada no vol. VI (1868), pp. 113-122 das *Transactions* da mesma sociedade. Acha-se traduzida do inglês por Alfredo de Carvalho, na *Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco*, vol. XI, no 6, pp. 111-117.

47 É Tambaú – estação balneária ao norte do Cabo Branco e a seis quilômetros da capital.

Cachoeira do Piancó⁴⁸, na extremidade sudoeste da província da Paraíba; é quase uma linha reta de 300 milhas de comprimento através da direção dos estratos.

Os estratos examinados pertencem a rochas de idades muito diferentes: ao terciário, cretáceo e laurenciano⁴⁹. Os pós-terciários são representados pelos recifes de coral da costa⁵⁰, e os peculiares depósitos de conglomerata-

-
- 48 Cachoeira de Minas pertence, atualmente, ao município de Princesa, de cuja sede dista 20 quilômetros, seus veios auríferos eram conhecidos, desde os tempos coloniais, consoante afirmam I. Joffly e Coriolano de Medeiros, por portugueses de Pernambuco e pelos holandeses. José Jacome Tasso adquiriu, em 1859, 36 datas na sesmaria de Cachoeira. Incorporou uma companhia na Europa e iniciou a exploração dessa riqueza; mas, por falta d'água para as lavagens e por outros obstáculos, foi suspensa a lavra. Informa ainda Coriolano de Medeiros que um engenheiro francês encontrou água no local e pretendeu continuar a mineração, mas foi impedido nesse propósito por um protesto dos herdeiros de Jacome Tasso.
- 49 Parece que não há formações neozoicas na Paraíba. Luna chegou a termos de negar sua existência em todo o Brasil. J. C. Branner diz que essas rochas cobrem uma zona estreita ao longo da costa, desde as vizinhanças de Vitória (Espírito Santo) até o vale do Amazonas. Mas afirma: "A Paraíba foi reconhecida desde o morro em que está situada a cidade até Entroncamento, não se sabendo sua extensão ao longo da costa. Os poucos fósseis aqui conhecidos são de tipos caracteristicamente cretáceos. São uma espécie de cefalópode do gênero *Sphenodiscus*, um caranguejo (*Zenthopus cretacea Rthbum*) e um peixe do gênero *Cimolichtopys* – Geologia Elementar, p. 347. É exato que o mesmo autor confessa não se poder determinar se as rochas sedimentárias de Sousa e São João do Rio do Peixe são cretáceas ou terciárias. Mas Williamson não reconheceu essa zona e dissiparam-se as dúvidas sobre sua natureza, desde que foram examinadas as amostras de calcário remetidas pelo dr. Brunet. Tornarei a este ponto.
- 50 Os nossos recifes são de arenito. *They are* – diz, genericamente Branner – *of sand consolidated to a hard – in places almost quartritic – sandstone – The stone reefs of Brazil – Bulletin of the Museum of Comparative Zoology (Harvard College, XLIV, Geol. Series, 80, 1904)*. É explicável o equívoco: "In general appearance, elevation and position the sandstone reefs bear a striking resemblance to the coral reefs". Observou Charles Darwin, em Pernambuco: "The most curious object which saw in this neighborhood was the reef that forms the harbor." E, em seguida: ... "it is composed of obscurely stratified hard sandstone". Enfim: "In former times a long spit of this nature seems to have become consolidated by the percolation of calcareous matter". – *Journal of researches during the voyage of H. M. G. Beagle*, p. 488. O cimento é de calcário. Em Cabedelo, algumas pessoas utilizam-se de blocos do recife para a produção de cal, como na enseada de Mundaú, no Ceará. Branner ainda assegura que, sem esses recifes, tido haveria outros portos, quanto mais nossa Bahia da Traição etc.

dos ferruginosos e de margas arenosas que capeiam as colinas baixas da costa e revestem os flancos das montanhas do interior⁵¹.

Os detritos ferruginosos são mais interessantes, tendo muitas vezes sido tomados erroneamente por viajantes como pertencendo ao neogrés vermelho, com que se parecem tanto que à primeira vista supus também que pertenciam ao neogrés vermelho⁵².

De Tambaí a Paraíba, o solo acha-se coberto por espessas jazidas de conglomerados ferruginosos, destroços acumulados das rochas gnáissicas e xistosas do interior⁵³; em alguns lugares os conglomerados se tornam tão grosseiros que são inteiramente compostos de seixos rolados de quartzo, gnaisses e as rochas xistosas mais duras cimentadas com peróxido de ferro⁵⁴.

As dimensões dos seixos variam da de uma pequena noz a de blocos pesando de quatro a cinco libras; esta classe acha-se bem representada abaixo de Tambaí; mas, ao passo que se aproximam do rio em direção à Paraíba, misturam-se com jazidas mais finas e mais argilosas até que,

51 Entendem alguns geólogos que as formações do período pleistocênico não confinam com os limites geográficos do cretáceo. Os depósitos modernos, carregados das rochas desagregáveis pela violência dos agentes meteóricos, representam sedimentos característicos. Revestem, de preferência, os baixios.

52 O autor chama neogrés para distinguir do velho grés vermelho – *old red sandstone* – que representa, na Inglaterra, a parte inferior do sistema devonico. Williamson não examinou as barreiras do Miriri, nem as que ficam ao sul do Cabo Branco. Ao longo da costa cearense, o engenheiro Horácio Small observou o arenito vermelho, que pertence a todas as épocas geológicas, “em escarpas cobertas de grandes dunas, formando como que um quebra-mar ou dique entre o vale e o oceano.” – *Geol. E Suprim. d’água subterrânea no Piauí e uma parte do Ceará*, p. 32. As nossas barreiras têm a mesma feição e devem ser da mesma natureza. Não apresentam caráter conglomerático. O Cabo Branco tem, porém, uma estrutura diferente pela aglutinação de fragmentos calcários.

53 Este passo coincide com o seguinte trecho da *Excursão Geológica* do engenheiro Kromenacker à lagoa do Monteiro: “Sob os flancos de diversas colinas, a superfície do solo acha-se revestida por espessas jazidas de conglomerados ferruginosos, inúmeros destroços acumulados das rochas gnáissicas e xistos”. É o resultado das profundas erosões, mas acentua-se no interior.

54 O cimento comum é de natureza ferruginosa.

por fim, em Santa Rita, algumas milhas além da Paraíba, se apresentam divididos em faixas regulares de margas, areias e conglomerados⁵⁵.

No interior, estas margas e areias ocorrem sempre onde as rochas gnáissicas e granitoides se acham largamente desenvolvidas, como em Teixeira, onde abundam rochas granitoides⁵⁶ e grandes quantidades de conglomerados brechados⁵⁷, areias e margas são encontradas revestindo os flancos das montanhas e cobrindo os vales⁵⁸.

Imediatamente subjacentes aos conglomerados ferruginosos da Paraíba ocorrem jazidas de calcário terciário⁵⁹, tendo uma direção de norte a sul e mergulhando suavemente para leste⁶⁰. A maior parte desses calcários é silicosa, conquanto por vezes se encontrem jazidas de calcário quase puro e faixas argilosas; os calcários dessa natureza são comuns em todo o Brasil, e sempre inconformáveis às rochas às quais subjazem⁶¹.

-
- 55 A sedimentação em todo o perímetro da capital é de espessas camadas de argila de diversas cores, de areia grossa ou fina e de calcário, até a profundidade conhecida de 82 metros. O terreno endurecido pela oxidação torna-se, realmente, mas áspero para os lados de Santa Rita. Alternam com as massas arenosas solos impermeáveis, como verifiquei em Barreiras. As várzeas são argilosas e profundas, à custa dos depósitos minerais e umíferos.
- 56 A serra do Teixeira é granítica, mas suas encostas apresentam também massas de gnaisses e de outras rochas cristalinas.
- 57 Deve ser brechiformes – de brecha, como são chamados os conglomerados argilosos, em oposição aos “pudins” de seixos rolados.
- 58 É o efeito da degradação das rochas. Williamson atentou na energia da ação erosiva determinada pelas alternativas de longos períodos estivais e do regime torrencial. Acelera-se a decomposição e o material detrítico é arrastado à mercê das águas para lugares mais ou menos distantes. Assim se explica a inexaurível fertilidade de nossos terrenos.
- 59 Os calcários, como se sabe, também são encontrados nos períodos eocênico e miocênico das formações terciárias. Mas, parece que não temos terrenos neozoicos. A creche de nome ao cretáceo não é tão característica do sistema e pode faltar-lhe. O Cabo Branco contém uma substância que deixa um traço na superfície riscada, mas não sei se envolve os característicos fragmentos de foraminíferos. Passa, igualmente, por ter giz e gipso.
- 60 É interessante como o sr. Kromenacker reproduz as palavras do autor: “Em diversas partes subjacentes a esses conglomerados encontram-se calcários terciários silicosos formando jazidas estreitas, tendo a sua direção N-S”.

Os calcários secundários que se encontram nas províncias do Ceará e Maranhão são equivalentes às nossas rochas cretáceas⁶² e abundam em restos fosseis de peixes; os calcários da Paraíba são igualmente fossilíferos, conquanto eu apenas lograsse obter o molde de um dente de peixe e alguns pequenos fragmentos de *Estherea*⁶³. Jazidas de calcários similares às jazidas da Paraíba e abundantes em restos de peixes ocorrem cerca de setenta milhas ao sudoeste da seção nas minas de Cachoeira⁶⁴.

Fui informado de que jazidas de caráter similar, estando quase planas sobre as margens invertidas das rochas gnáissicas, são comuns em várias partes das duas províncias, da Paraíba e de Pernambuco.

Rochas laurencianas⁶⁵. Essas rochas, que ocupam a maior parte da seção e existem em tão grande escala em ambas as províncias, são tão distintas no seu caráter que só pode haver uma opinião quanto a sua idade⁶⁶. Lamento assaz que a pressa com que realizei a minha viagem ao interior não me tenha permitido examiná-las mais cuidadosamente e obter o pendor e a direção correta das diferentes jazidas.

-
- 61 Há jazidas nos arredores da capital que produzem boa cal. A partir deste ponto, as melhores são as do Cabeço, no Curimataú. Fornecem cal a toda a região dos brejos. Num poço perfurado no convento de São Bento foi encontrada, em profundidade de 32 metros, uma camada calcária de espessura de 40,50.
- 62 É estranhável esta comparação para quem conhece a teoria do cretáceo inglês, em todos os seus andares, caracterizados por crés de diversas espécies, marna, *chloritic marl*, *upper green sand*, *chalk*, *rock* etc.
- 63 A *estherea* membranácea é encontrada em depósitos das épocas paleozoica e mesozoica, mas há outras espécies que aparecem em camadas mais modernas. São comuns nos terrenos carboníferos.
- 64 A única bacia cretácea conhecida ao sudoeste do estado é da serra do Teixeira, onde o dr. Brunet colecionou fósseis.
- 65 A divisão do arcaico em laurenciano e huroniano só tem interesse, atualmente, para os geólogos americanos. As rochas que caracterizam o laurenciano, assim chamado pelo nome do rio São Lourenço, são, especialmente, o gnaiss, granitoides, anfilboloxistos, micaxistos, dolomitas e o calcário cristalino, onde foi encontrado o acidente mineralógico chamado Eoozon canadense.
- 66 É temerária, em face dos exíguos elementos de que dispomos, qualquer tentativa de classificação cronológica de nossos terrenos, salvo os que estão assinalados pela fauna fóssil. Tudo o mais são conjecturas.

Achei depois, regressando das minas para Pernambuco, que havia diversos *anticlinais* que repassavam o estrato; a isso se deve atribuir a ocorrência de rochas tão similares em caráter em pontos tão afastados uns dos outros como Logradouro⁶⁷ e Teixeira.

A partir da Paraíba, o primeiro afloramento nítido das rochas ocorre em Batalha⁶⁸, no rio Paraíba; é uma rocha de hornblenda com numerosas pequenas cintas de quartzo e de feldspato muito contorcido⁶⁹.

Entre o rio Paraíba e Pilar ocorre um gnaiss muito grosseiro com grandes cristais de feldspato branco e mica preta⁷⁰. Em Pilar⁷¹ o gnaiss acha-se interestratificado com micaxistos, geralmente de textura fina; em Mendonça, Mogeiro⁷² e Ingá Velho ocorrem de novo jazidas de caráter similar interestratificadas com gnaiss: no último destes lugares as jazidas xistosas se tornam mais frequentes, até que em Ingá⁷³ o conjunto das jazidas é de xistos micáceos e de hornblenda⁷⁴.

Um pouco além do Ingá aparece uma rocha dura de gnaiss densamente

67 Pequeno povoado entre Ingá e Campina Grande.

68 Povoado no município de Espírito Santo, de cuja sede dista seis quilômetros. Trouxe-se aí um combate entre portugueses e holandeses.

69 É curioso como o sr. Kromenacker generaliza: "As rochas formando as nascentes do rio Paraíba são as rochas laurencianas formadas de hornblenda crivada de quartzo em grãos pequenos e de feldspato tomando a forma de inúmeros leitos de fusão contorcidos". Ele trai o modelo com uma inadvertência tanto mais de estranhar, quanto a natureza rochosa de Alagoa do Monteiro é diversa da do litoral. Não conheço a pedra de Batalha.

70 É o gnaiss comum em que as zonas negras da mica alternam visivelmente com as esbranquiçadas da artose associada ao quartzo.

71 A sede deste município dista 56 quilômetros da capital. Na perfuração de um poço foi atravessada uma camada de arenito e em outro foi atingido o granito na profundidade de 18 metros.

72 Dista cerca de 20 quilômetros de Itabaiana. Está na zona da caatinga.

73 Dista 37 quilômetros de Itabaiana e 43 quilômetros de Campina Grande. O município situado entre as ramificações da Borborema e a caatinga.

74 A partir de Pilar, o autor assinala, precisamente, a área do gnaiss, do micaxisto e, em geral, dos xistos cristalinos. As rochas eruptivas não emergem frequentemente nessa região. Quanto à hornblenda ou anfíbolita, é natural que ela se interestratifique no gnaiss comum ou cinzento, como ocorre ordinariamente nos Alpes centrais e ocidentais. É uma pedra que se distingue facilmente.

granulada que reveste os flancos das montanhas do Logradouro, as quais consistem principalmente de um gnaíse porfiroide branco contendo grandes cristais cliváveis de pura ortoclase interestratificada com faixas de gnaíse sienítico e granitoide muito semelhante a granito⁷⁵; no flanco setentrional, o gnaíse duro e densamente granulada ocorre de novo⁷⁶.

Entre Logradouro e Campina ocorre uma faixa muito pronunciada de pórfiro granitoide – elevando-se de 50 a 100 pés acima das rochas mais tenras que a cercam; este pórfiro contém grandes cristais de ortoclase branco⁷⁷.

Em Campina ocorre uma série de jazidas micáceas contendo placas de mica⁷⁸; a maior destas tinha cerca de duas polegadas de diâmetro, mas me informaram que se encontram placas de um pé em quatro...

Continua o percurso por terrenos da mesma natureza. Predominam as rochas metamórficas nas transições de seus elementos. Aqui “uma pequena série de micaxistos divide duas largas faixas de rocha granitoide”; ali são “gnaíses alternados com faixas de micaxistos”; em vários pontos da seção “se encontram jazidas de quartzo e de quartzito”; além há “uma faixa de pórfiro” ...

A exploração foi superficial, mas dá, como já disse, uma ideia da geologia de parte da Paraíba. Vou juntar a esse subsídio outros elementos esparsos para sua melhor compreensão.

O litoral, consoante já frisei, foi reconhecido como cretáceo até 32 quilômetros além da capital. Entre este ponto e Cabedelo há um vale

75 Esta parte também foi reproduzida pelo sr. Kromenacker, com a mesma tendência de generalizar: “Os flancos das colinas são revestidos em muitas partes de um porfiroide gnaíse branco, cheio de cristais de ortoclase de uma brancura admirável interestratificado de gnaíse sienítico e granitoide, tendo todas as aparências de granito”. Talvez se explique a coincidência pela identidade das rochas. Ainda assim, está incerta a classificação.

76 Quando o quartzo e o feldspato se concentram em grossos núcleos lenticulares, dão essa forma ao gnaíse.

77 São esses grandes cristais feldspáticos, visíveis em pasta granulítica ou pegmática, que caracterizam o pórfiro granitoide.

78 É mito comum a mica no Cariri. Colhi, muitas vezes, no Curimataú, pilhas de moscovites de grandes lâminas. São brancas em sua totalidade.

submergido, com 11,7 m de profundidade no lugar onde foi sondado e a mesma medida de depressão. Suspeita Branner que naquela mesma vizinhança existem outros e mais profundos⁷⁹.

Os recentes trabalhos de perfuração de poços dão a conhecer a natureza, a forma de acamamento e a profundidade desses terrenos sedimentários.

Refiro dois no perímetro urbano – o primeiro na cidade alta e o outro no varadouro:

Cruz do Peixe

Camadas atravessadas	Espessura	Profundidade
1ª terra ordinária	1,05 m	1,05 m
2ª argila amarela	5,10 m	6,15 m
3ª argila vermelha	8,70 m	14,85 m
4ª areia grossa	0,60 m	15,45 m
5ª argila branca	6,40 m	21,85 m
6ª areia fina	10,20 m	32,05 m
7ª argila amarela	2,45 m	34,50 m
8ª calcária	47,14 m	81,64 m
9ª areia grossa	0,36 m	82 m

São Francisco

Camadas atravessadas	Espessura	Profundidade
1ª terra ordinária	1 m	1 m
2ª calcária	22 m	23 m
3ª areia	0,50 m	23,50 m

79 BRANNER, John C. *Geologia elemental, preparada com referencia especial aos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906.

A disposição regular desses depósitos revela a delonga e a tranquilidade, características da era secundária, com que eles se formaram.

Os bancos de calcário indicam, com a mesma segurança, as “condições de repouso” da sedimentação.

O terreno da planície, às vezes, apaúla-se. Em um aníngal, distante cerca de 17 quilômetros da capital, se submergiu uma grande ponte, logo após a passagem do comboio, sem deixar nenhum indício de seu desaparecimento.

A areia dos tabuleiros repousa num subsolo de argila.

As várzeas, como já acentuei, têm uma franca formação aluvial. Pode-se avaliar a constituição da zona da caatinga pelas seguintes camadas atravessadas:

Itabaiana

Camadas atravessadas	Espessura	Profundidade
1ª argila	2 m	2 m
2ª areia fina	3 m	5 m
3ª areia grossa sem seixos	2 m	7 m
3ª gnaïsse	15 m	22 m

Umbuzeiro

Camadas atravessadas	Espessura	Profundidade
1ª terra superficial	1 m	1 m
2ª arenito	22 m	23 m
3ª gnaïsse	6,50 m	29,50 m
4ª granito	1,20 m	30,70 m

A rocha dominante é o gnaïsse, misturado com o granito em diversas posições.

Na parte brejosa da serra foram perfuradas as camadas na seguinte ordem:

Bananeiras⁸⁰

Camadas atravessadas	Espessura	Profundidade
1ª terra vegetal	0,50 m	0,50 m
2ª argila amarela	8 m	8,50 m
3ª argila vermelha	12,50 m	21 m
4ª argila amarela	4 m	25 m
5ª argila vermelha	2,80 m	27,80 m
6ª argila vermelha silicosa	1,10 m	28,90 m
7ª arenito vermelho	3,80 m	32,70 m
8ª arenito branco	2,30 m	35 m
9ª argila branca	1,70 m	36,70 m
10ª areia fina	0,10 m	36,80 m
11ª argila vermelha	8,80 m	45,60 m
12ª areia grossa	0,60 m	46,20 m
13ª argila amarela	7,60 m	53,80 m
14ª arenito	4,90 m	58,70 m
15ª argila amarela	0,40 m	59,10 m
16ª areia grossa	1,10 m	60,20 m

Verificou-se, porém, em menor altitude, na

Estação de Borborema

Camadas atravessadas	Espessura	Profundidade
1ª terra superficial	3 m	3 m
2ª granito	9,10 m	12,10 m
3ª areia	1 m	13,10 m
4ª granito	1 m	14 m

80 Examinei uma diabase encontrada na vizinhança da cidade de Bananeiras.

E no mesmo lugar, a pouca distância da outra perfuração:

Estação de Borborema

Camadas atravessadas	Espessura	Profundidade
terra superficial	2 m	2 m
granito	30,05 m	32,05 m

Como se vê, foi duas vezes atingido o granito, que parece constituir a ossatura da serra.

Em areia, foi alcançada a rocha compacta em maior profundidade.

Nota-se nessa área a ausência do gnaiss, bem como de outras rochas metamórficas. No Curimataú prevalece o micaxisto, ao lado dos afloramentos graníticos. Lê-se em uma carta do naturalista Brunet, dirigida ao presidente da província, em 1853:

O salitre aí é em eflorescência cobrindo em camadas mui delgadas a maior parte das cavidades que formam entre si as rochas de micaxisto de que a serra da Bezerra é quase inteiramente composta. Essas rochas estão dispostas em inúmeros leitos paralelos, os quais todos se afundam para leste-noroeste fazendo com os horizontes um ângulo de cerca de 30 graus.

É visível essa constituição. Diz o engenheiro Sales Guimarães, no seu interessante *Estudo sobre as águas subterrâneas em Araruna*, que “o Curimataú corre, por assim dizer, num leito de granito”. Esse álveo, em alguns pontos, é tão profundo que forma atascadeiros. A rocha plutônica sempre a descoberto, contra o seu natural, nesse terreno escalavrado, dá a ilusão de sua predominância.

É esquisita nessa área a abundância de pedregulho e seixos rolados sobre a base sílico-argilosa ou em camadas esparsas.

Roderic Crandall reconheceu o Cariri e o Alto Sertão, a partir de Campina Grande. Ele não discute a origem, a idade e a posição na coluna geológica das séries em que divide a região: o complexo fundamental constituído por gnaiss e outros xistos cristalinos, no qual não estabelece subdivisões; a chamada série Ceará de antigos xistos argilosos

com quartzitos, arenitos e calcários e a série cretácea de arenitos, folhelhos e calcários. Na primeira estão compreendidos parte do maciço da Borborema, “de xistos cristalinos juntos com xistos paleozoicos” (CRANDALL, 1910, p. 3), e o caminho de Campina a Taperoá, apesar de, em alguns pontos, se encontrar grande quantidade de cascalho gasto pela queda da água.

Continua o mesmo grupo rochoso até Patos e daí a Pombal, inclinándose para o norte, até o sopé da serra do Martins. Reaparecem os cascalhos em Brejo do Cruz.

Essa formação confina com a bacia cretácea do rio do Peixe e recomeça onde ela termina, a 12 quilômetros ao norte de Cajazeiras, indo até a cidade desse nome e caracterizando-se, novamente, em rumo sudeste, numa zona que atravessa o caminho entre essa cidade e São José de Piranhas, até passar a serra do Vital.

A segunda série constitui a serra de Santa Catarina. Injetados nos xistos, menos resistentes, surgem diques irregulares de pegmatito e outras rochas ácidas eruptivas. Inclui também a maior parte do bloco triangular drenado pelas cabeceiras do Aguiar e do Piranhas. Conceição, porém, está situada numa área de gnaiss e granito.

A ordem da sucessão dessas camadas, diz Crandall, não pode ser dada com segurança.

Onde são vistas na serra de Santa Catarina, um duro arenito quartzítico se apresenta por cima dos xistos argilosos.

A maior parte desses xistos está ao sul do estado, sendo possível que atinjam a espessura de mil metros.

A serra do João do Vale é constituída por antigos xistos com granitos e capeada por duras camadas de rochas mesozoicas.

Abunda o granito em toda a região: apresenta-se em intrusões no maciço da Borborema, principalmente na margem ocidental; figura em morros dispersos, desde Patos até Pombal, às vezes, em maiores proporções, como a serra das Piranhas; forma a serra do Comissário; soergue-se em serrotes, como o de São Gonçalo, entre Sousa, São João e Cajazeiras; representa o espinhaço central das serras de Canabrava, Baixa Verde, Jabitacá e Teixeira; compõe a serra de Luís Gomes e outras das divisas com o Rio Grande do Norte etc.

São dados que se encontram salteados no livro de Crandall. Diz o autor que na parte ocidental da bacia central há uma região achatada de rochas cretáceas. E, mais adiante:

Existe, a leste, no Estado da Paraíba, uma outra bacia de arenitos e folhelhos moles que até agora não tem fornecido fósseis, mas que é considerada como pertencente ao terreno cretáceo por causa da sua semelhança a esta formação no Ceará e em outras localidades.

Esta bacia cretácea, no Estado da Paraíba, é conhecida desde 1854, quando o médico francês dr. Jacques Brunet fez uma excursão no sertão, do Norte e remeteu amostras de calcário do rio do Peixe, perto de São José, bem que os cretáceos nesta região não sejam necessariamente da série cretácea. (CRANDALL, 1910, p. 28)

Em outro passo:

Voltando ao assunto da bacia do rio do Peixe, é para notar que a norte e a leste não há ligação com qualquer outra bacia cretácea, sendo, porém, possível que se ligue a oeste com as camadas da série Araripe. É evidente que as rochas desta bacia se estendem rio abaixo de Sousa, mas que não chegam a Pombal, que se acha numa região de xistos cristalinos e granitos. Até agora não há evidência de qualquer ligação entre esta bacia e os depósitos de Teixeira.⁸¹

A respeito da última, explica ele:

Também uma outra bacia cretácea no interior do Estado da Paraíba, na serra do Teixeira, que é uma parte, ou esporão da serra da Borborema. Fósseis que o dr. Branner atribui a esta região foram colecionados por Brunet na sua viagem através do Estado.⁸²

81 Em um poço perfurado em Sousa foram encontrados dois lençóis: o primeiro d'água doce, na profundidade de 8,10 m, numa camada de areia grossa; o segundo d'água salobra, na profundidade de 48,30 m, numa camada de arenito.

82 *Ibidem.*

Essa tríplice classificação, confessadamente duvidosa, corresponde ao *Mapa Geológico dos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte*, organizado por Crandall e Horácio Williams. Não autoriza um critério seguro sobre a parte estudada, quanto mais sobre as zonas estranhas ao reconhecimento. É impossível determinar, em face desses elementos, os nossos horizontes geológicos.

A mais curiosa de nossas regiões é o chapadão da Borborema. Conjectura o relatório da Comissão Rondon – Simões Lopes – Morais Barros:

Sua constituição geológica e a natureza de suas águas fortemente salobras, atestando porção não comum de sais alcalino-terrosos no solo e subsolo, justificam a hipótese de ter sido ela originada pela emersão do fundo do oceano correr das eras pré-históricas.⁸³

A hipótese abrange todo o Nordeste, mas, quanto à Paraíba, poderia, quando muito, aplicar-se ao planalto, de nossas zonas a que mais se enquadra nessa “seção do território nacional toda assentada sobre rocha superficial, com a feição característica dos terrenos semiáridos de formação granítica”.

É a profecia retrospectiva de “que vasto oceano cretáceo rolou as suas ondas sobre as terras fronteiras das duas Américas, ligando o Atlântico ao Pacífico” (CUNHA, *Os Sertões*, 2013, p. 23).

Mas a só existência da água salobra não pode induzir a essa conclusão. Todo o Cariri está saturado dessa substância. Quando secam as águas da lagoa salgada, em meio do verão, deixam, diz Irineu Joffily, “o lugar ocupado por vasta camada de sal de deslumbrante alvura”⁸⁴.

Examinei-a nesse estado. “Mas esse sal, de onde vem ele?” – pergunta o engenheiro Retumba⁸⁵. E responde que “provém necessariamente da sublevação das águas do oceano”. Depois, mais categórico: “Provavelmente data semelhante catástrofe da época quaternária”.

83 *Diário Oficial*, de 20 de fevereiro de 1923.

84 Irineu Joffily, loc. cit., p. 79.

85 Francisco Soares da Silva Retumba, loc. cit., p. 175.

O barão de Capanema propõe outra solução:

Um exemplo notável apresentam as rochas de gnaiss em muitos lugares da serra de Uruburetama, da beira do rio em Sobral e na fonte tépida do Carnaupajé. Ali cessando a chuva aparece eflorescência de sal de cozinha. Admitir infiltração em tempos anteriores seria possível, porém mais probabilidade há a favor da injeção e vapor de cloreto de sódio vindos do interior.⁸⁶

Max observou esse fenômeno nos sertões da Bahia em tamanha abundância que calculou a produção anual das lagoas em 35.000 sacos. A princípio cuidou que o sal fosse próprio de uma dolomite amarelo-esbranquiçada, aflorando em grandes bancos, mas verificou, ao cabo, outras formações.

O sábio naturalista não se impressionou com esse achado. Aventou, apenas:

Talvez a produção seja renovada em parte pelas enchentes dos riachos vizinhos, pois todos acarretam mais ou menos partículas de sal. Não é, porém, decerto essa a única das causas que devem ser pesquisadas mais profundamente.⁸⁷

A mineralização das águas aumenta com o rápido desgaste das rochas.

Não é somente nesse ponto que o “Cariri se assemelha à região do São Francisco”. Max diz que colecionou “o maxilar inferior, uma vértebra dorsal e um pedaço de omoplata de um mastodonte”⁸⁸.

E acrescenta, em nota, que

os grandes restos de ossos, medindo quase um pé, todos sem o revestimento cortical, achados nas imediações do rio das Contas, parecem, por

86 CAPANEMA, G. *Apontamentos geológicos (ao correr da pena)*. Rio de Janeiro, 1868, p. 19.

87 *Através da Bahia*, excertos da obra *Raise in Brasilien*, transladada ao português por dr. Manuel A. Pirajá da Silva, e dr. Paulo Wolf, p. 220.

88 *Idem*, p. 185.

causa do extraordinário volume, pertencer a um animal da ordem dos desdentados, o *Megatherium*.

Lund estudou restos de mamíferos pertencentes a gêneros ou espécies extintos – *Scelidotherium*, *Megatherium*, *Milodon* etc. – encontrados em depósitos salitrosos de grutas de Minas e da Bahia.

Euclides da Cunha entende que, até certo ponto, reforçam a concepção de Liais⁸⁹, um geólogo de autoridade contestável,

os restos da fauna pliocena que fazem dos ‘caldeirões’ enormes ossuários de mastodontes, cheios de vértebras desconjuntadas e partidas, como se aí a vida fosse, de chofre, salteada e extinta pelas energias revoltas de um cataclismo. (CUNHA, 2013, p. 23)

O Cariri tem fornecido uma curiosa fauna fóssil.

Quando Arruda Câmara, comissionado pelo governo, examinou, em 1796, as nitreiras do planalto da Borborema⁹⁰ encontrou e conduziu para Goiana ossos do esqueleto de um animal que ele reconheceu ser o mastodonte.

Há nessa parte do estado, como na Bahia, profundos caldeirões que, desobstruídos, formam tanques de água potável. É nessas depressões que se têm encontrado os nossos fósseis.

Irineu Joffly observou aí “ossos de extraordinária grandeza, entre os quais uma omoplata, na qual podiam duas pessoas tomar assento comodamente”⁹¹.

Retumba não logrou ver esqueletos completos e atribuiu esse esplacelo, que deve ser levado à conta da imperícia da exumação, à violência da catástrofe visionada por Euclides da Cunha⁹².

89 N.E.: Emmanuel Liais (1826-1900) foi um político, botânico e explorador francês. Explorou o interior do Brasil a pedido de d. Pedro II, passando a dirigir o Observatório Imperial.

90 O salitre abunda nos sertões da Bahia, onde se encontra, muitas vezes, com o sal.

91 Obra cit., p. 67.

92 Loc. cit., p. 176.

Em 1889, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano examinou alguns desses fragmentos. Conclui o parecer da comissão especial nomeada para esse fim ser o maxilar fóssil de *Magatherium*⁹³.

São os monstruosos desdentados da ordem dos bradípodos a que se filiam as conhecidas preguiças. Diz Ernesto Haeckel:

Os estreitos laços que unem os atuais desdentados da América do Sul com os tipos gigantescos desaparecidos produziram em Darwin uma tal impressão, quando de sua primeira visita à América meridional, que lhe despertaram o primeiro pensamento da teoria genealógica.⁹⁴

E o autor de *A origem das espécies*, coerente com a sua doutrina, explica:

Perguntar-se-á, talvez, em ar de mofa, se eu considero a preguiça, o tatu e o tamanduá descendentes degenerados do megatherium a dos outros monstros gigantescos vizinhos que habitaram, outrora, a América meridional. Isto não é absolutamente admissível. Esses enormes animais estão extintos e não deixaram nenhuma descendência. Mas encontra-se nas cavernas do Brasil um grande número de espécies fósseis que, pelo talhe e outros caracteres, se aproximam das espécies que vivem atualmente na América do Sul, podendo, portanto, ser consideradas ascendentes reais das espécies atuais. Cumpre não esquecer que, conforme minha teoria, todas as espécies de um mesmo gênero descendem de uma espécie única...⁹⁵

E conclui:

Nas ordens em via de extinção, cujos gêneros e espécies decrescem pouco a pouco em número, como os desdentados na América do Sul, um menor número de gêneros e de espécies deve deixar descendentes modificados.

93 *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n.º 36 (de janeiro de 1890), p. 23.

94 *História da criação natural*, trad. de Eduardo Pimenta, pp. 511-512.

95 *L'Origine des Espèces*, versão francesa de Ed. Barbier, p. 418.

O *Megatherium americanum*⁹⁶ é, segundo alguns, do plioceno superior ao do pleistoceno da América do Sul. Entendem outros que ele é exclusivamente do quaternário a que, na época terciária, foi precedido, na Patagônia, pelos gêneros *Zamierus promegatherium* e *interodon*.

A formação geológica do planalto da Borborema exclui a hipótese da era neozóica: denuncia uma idade mais antiga. É exato que nas camadas mais velhas desse grupo se encontram elementos fortemente agregados e, como consequência das erupções que voltaram, aparecem outras rochas metamórficas. Mas seria preciso admitir a remoção das camadas menos consistentes, que caracterizam os sedimentos dessa idade, pelos fenômenos de desnudamento e erosão... É nessa fase que se acentua, sucessivamente, o movimento de emersão iniciado no fim da era secundária, agravando-se, no sistema eocênico, a luta entre o elemento continental e o marítimo, atestada pelas formações de água doce e marinhas...

É uma hipótese temerária, repelida pela só classificação das rochas. E a conjectura do vasto oceano cretáceo de Liais? Haveria erro na identificação dos fósseis?⁹⁷ Na fauna do infracretácico os répteis alcançam extraordinário desenvolvimento. O *Ignadon* é gigantesco: mede 9,50 m do focinho à extremidade da cauda.

Dar-se-á que o planalto, pertencente, talvez, ao paleozóico, sofreu as modificações das épocas geológicas posteriores? Teriam os depósitos quaternários formado suas camadas superficiais? Teria descido essa nova formação, sobreposta às rochas primitivas, sem terrenos intermediários, no arrastão das torrentes e a poder dos outros agentes, ficando apenas resguardada nos fundos das cavernas, únicos pontos onde se denunciavam?

O pleistoceno é marcado pela grande corpulência de seus mamíferos, com a preponderância dos desdentados na América do Sul.

96 Encontra-se um esqueleto completo desse herbívoro primitivo no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

97 Têm sido encontrados outros tantos fósseis na Paraíba. Acha-se exposto na Inspetoria Agrícola o dente de um herbívoro colossal.

O Brasil não foi atingido pelo fenômeno glaciário. Agassiz cuidou ter encontrado *morenas* em nosso país; mas essa existência de geleiras é contestada pelos geólogos mais autorizados. Outros pensam, ao invés, que no período glacial foi mais alta a temperatura da zona tórrida, de maneira que o *megatherium* não se extinguiu pelo resfriamento. Presume Max:

Enquanto lá⁹⁸ as quedas rápidas de gelo resfriaram de alto a região tropical quente, sepultando os seus habitantes nos gelos polares e na terra congelada, parece que as espécies de animais gigantes do Brasil foram aniquiladas pelo dessecamento gradual dos pântanos em que viviam.⁹⁹

O autor da *Reise nach Brasilien* esclarece outras curiosidades da Paraíba. Diz Irineu Joffily do poço Mucuitu, aberto entre altas serras, que formam muitos caldeirões:

Diversas pessoas dignas de fé nos afirmaram que têm ouvido sair dessa cavidade estrondos, que repercutem a léguas de distância.

É este um fato geralmente acreditado, e nunca contestado, o qual tem dado azo a que muitos habitantes dos lugares vizinhos tenham feito a seguinte observação: sendo periódicos os estrondos, no ano em que não se ouvem, há mau inverno.

Como quer que seja, o que parece certo é que estes e outros sinais que porventura existam nas cumeadas ocidentais da Borborema, nunca exploradas por nenhum homem de ciência, demonstram que em época mais ou menos remota, fez-se sentir ali a ação do fogo subterrâneo.¹⁰⁰

E Coriolano de Medeiros descreve o olho-d'água do Pedro, do município de Taperoá:

98 No norte da Ásia.

99 Obra cit., p. 186.

100 Obra cit., p. 19.

A gruta é notável pelas estalagmites e estalactites que a ornaram, refletindo-se nas águas. Estas em certas ocasiões sofrem revoluções, e ouvem-se certos rumores subterrâneos. A crença popular é que na gruta mora uma fada que dá bons invernos.¹⁰¹

Elucida Max: “Os sertanejos falam muito de rumores subterrâneos, que frequentemente se ouvem, acompanhados até de terremotos. Se o fenômeno é verídico, deve ser explicado somente pelas correntes de ar.”¹⁰²

É razoável a explicação. Mas o autor acrescenta, em nota:

Não acho que seja sem importância mostrar que em região alguma do Brasil tão frequentemente se fale de montanhas que estrondam, indicando com isto sua riqueza metalífera, como nos arredores do Bendengó e de Monte Santo. Lady Maria Graham (*Journal of a Voyage to Brazil*, p. 155) faz menção de um oiteiro de forma cônica, o morro da Conceição, nas proximidades do lugar em que foi achado o bloco de cobre puro de Cachoeira, onde dizem que muitas vezes se ouvem ruídos como de explosão.

Observa Irineu Joffily:

Ainda como curiosidades naturais, existe em diversos lugares da Paraíba as pedras de sino, assim denominadas porque, sendo percutidas, dão som metálico.

Não sabemos se o som que emitem é motivado por formação especial da rocha; parecendo-me que é devido antes a qualquer concavidade de que a outra coisa, porque, aparentemente, as tais rochas são graníticas, comuns em todo o sertão.

Afirma o ilustrado cônego Bernardo Carvalho de Andrade que havia na serra do Teixeira uma dessas pedras, colocada sobre outra, formando uma trempe,

101 *Dicionário Corográfico*.

102 *Obra cit.*, p. 206.

a qual perdeu o som depois que foi feita debaixo dela uma fogueira. Naturalmente o calor deu lugar a qualquer deslocação ou modificação no nível primitivo, e daí a perda do som, do mesmo modo que perdeu a voz a célebre estátua de Mênnon no Egito¹⁰³.

Max reconhece a rocha e confirma a influência da posição:

As rochas das pedras sonantes, que vimos, eram blocos redondos de granito cinzento, assentados sobre estreita base, os quais se transformam em sienito pela grande quantidade de hornblenda.¹⁰⁴

O naturalista alemão também verificou em cima de um rochedo pendente as inscrições primitivas comuns em nossas cavernas. Prende-se a esse fenômeno a existência de esqueletos humanos nas mesmas grutas. Tudo, porém, induz a crer que os caracteres e as ossadas são dos nossos indígenas; e, destarte, desaparece o interesse da investigação como elemento elucidativo das idades geológicas¹⁰⁵.

Só alcançamos, em suma, determinar as bacias cretáceas que estão marcadas pela fauna fóssil. Quanto aos outros terrenos, logramos, quando muito, distribuir as áreas das diversas camadas. Parece que predominam na Paraíba, como em todo o Brasil, as formações antigas arqueanas e paleozoicas. As rochas cristalinas metamórficas estão representadas principalmente pelas séries de gnaiss, micaxisto e quartzito. Das rochas ácidas antigas salienta-se o granito em suas variedades. São raras as rochas básicas ou, pelo menos, não estão reconhecidas.

Impressiona o estado de decomposição dessas substâncias minerais. A intensidade da temperatura alternando com as pancadas d'água determina essa destruição. Fendilha-se a argila, e as rochas duras desagregam-se e transformam-se. Ao poder químico e mecânico das chuvas

103 Obra cit., pp. 71 e 82.

104 Obra cit., p. 181.

105 Há indícios de que coexistiram o homem e o *megatherium*. Refiro-me a todas as hipóteses para a interpretação dos mais vistos na matéria, sem quebra de meus princípios cosmogônicos.

junta-se o vento desembestado, como agente de erosão e de transporte, num solo desprotegido. É essa a expressão mais visível de nossa geologia. A Paraíba é rica de produtos minerais inexplorados.

Essa indicação ainda está inserta no *Dicionário de Minas do Brasil* e em outros documentos. Mas alguns reconhecimentos idôneos atestam não somente o seu valor, como a sua abundância.

Williamson concluiu, em sua exploração, que “os veios auríferos são muito numerosos”.

Comunicou o cientista francês Brunet ao presidente da província, em carta de 7 de outubro de 1853, a seguinte descoberta no município de Areia:

Este carvão é muito diferente de carvão de terra, onde muito tem mas é muito leve, e não pode dar uma chama nem muito duradoura, nem muito ardente, para ser empregado em outros misteres além das fornalhas dos engenhos ou usos domésticos. Não está em grande profundidade e seria de fácil extração. É uma espécie de lignito, de recente organização, que deve ser encontrada na maior parte dos vales úmidos formados pelas centenas de montículos que caracterizam a fisionomia desta parte da Província. Eu não me admiraria se fossem descobertos depósitos desse mineral, mais ou menos abundantes, ao longo dos rios Mamanguape e Miriri.

Sobre carvão e salitre da mesma procedência foi emitido o seguinte parecer:

O salitre acha-se em estado de servir para todos os anos em que se não exigir a sua maior pureza, mas, no estado em que se acha é fácil obtê-lo puro, pelos meios ordinários de refino. É de grande valor este achado pelos importantes usos deste sal, sobretudo se o depósito for tão rico como afirma o facultativo que o extraiu. Quanto ao carvão mineral, ele não é, como se pretende, carvão de pedra, mas apresenta todos os caracteres do antracito. Este carvão não é tão importante como o denominado de pedra por não se prestar a todos os usos deste precioso combustível.

Como o antracito arde com dificuldade e sem chama ou com uma chama mui curta, e se apaga logo que cessa uma viva corrente de ar, estala e se

reduz a pó quase incombustível, não serve para o aquecimento dos aparelhos destilatórios nem para as forjas, ainda que o seu efeito calorífico seja superior ao do próprio carvão de pedra. Todavia como hoje se aplica o antracito misturado com o carvão ou lenha e em fornos próprios na fundição e refino do ferro e de outros materiais como acontece nos Estados unidos e alguns lugares da Alemanha e França, e também para a fabricação da cal e usos domésticos, não deixa de ser importante a descoberta feita na Província da Paraíba do Norte. Deus guarde a V. Ex^a muitos anos.¹⁰⁶

Informou Brunet em outra correspondência:

Esse ferro encontrei eu a 8 léguas deste noroeste do brejo de Areia, sobre a serra de Caxexa, na primeira garganta para quem vai pelo sudoeste, e sobre a vertente ocidental da montanha, é composta de pedras de ferro do tamanho dum menino, espalhadas sobre uma extensão de 60 metros em quadro. Quanto à profundidade, eu a ignoro; por todas as vezes em que tenho achado é a mais de pé e meio de profundo. Essas massas de ferro estão no meio de seixos quebrados, terra silicosa, de uma branca quase pura cujo leito se estende mais ao longe, e sobre as duas vertentes da montanha, quase toda composta de greda. Este ferro é superior ao ferro da Suécia, que é considerado como um dos melhores da Europa, e segundo as informações que tenho recebido depois desta descoberta, parece que existem massas consideráveis do mesmo e de igual qualidade nas serras Calabouço, do Algodão, do Cuité, junto de Campina Grande etc.¹⁰⁷

Segundo a informação recebida pelo presidente desta antiga província, o ferro magnético descoberto em Sousa pelo dr. Guilherme S. de

106 N.E.: Carta datada de 1^o de março de 1849. Assinada pelo dr. Frederico Leopoldo Marques Burlamaqui, diretor do Museu Nacional. Dirigida ao Vinconde de Monte Alegre, conselheiro de Estado, senador do Império e ministro dos Negócios do Império, sr. José da Costa Carvalho. Publicada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, vol. 2 de 1910, pp. 257 e 258.

107 *Datas e notas*, de Irineu Pinto, vol. 2, p. 226.

Capanema “em nada tem a invejar a melhor qualidade de ferro d’Elba e da Suíça”.

Asseverou o engenheiro de minas Francisco Soares Retumba:

Mais do que nenhum outro, é igualmente riquíssimo o nosso solo em minerais de diversas espécies, bem como em curiosidades geológicas de subido valor. Profissional, dou disso testemunho pleno.

Ao lado de quantidade invencível de ferro, cuja qualidade não teme rival, encontram-se o chumbo, o cobre, o zinco, alguma prata, o ouro, o antimônio, várias argilas de qualidades excelentes como a tabatinga, a porcelana, além do gesso, do amianto, algum mármore, cristais de cores diversas, pedras finas e preciosas etc.

Se a tudo isso faço aqui alusão, é tão-somente para lastimar que essa riqueza imensa se ache abandonada, senão de todo ignorada, ainda por falta de instrução: por falta de comunicações rápidas com as praças exportadoras, por falta de capitais.

Entretanto, só a exploração de ferro, que é fácilima, seria suficiente para melhorar muitíssimo o estado comprometedor da província.

Dando conta de uma exploração em Lagoa do Monteiro, concluiu o engenheiro Paulino Lopes da Silva:

Em vista do exposto, sou de parecer que não deveis trepidar diante de um maior sacrifício para se proceder a estudos mais profundos a fim de que se possa chegar ao conhecimento verdadeiro das riquezas minerais que existem em toda a bacia do rio Paraíba do Norte.

São ainda atribuídos ao nosso território outros muitos minérios: aluviões e veios auríferos, prata, pedras preciosas, cobre, manganês, antimônio, mercúrio etc. Sousa, Piancó, Lagoa do Monteiro, Campina Grande, Areia e Picuí¹⁰⁸ são os municípios mais providos dessa riqueza.

108 Há uma empresa organizada para exploração das ricas minas de cobre desse município.

A Paraíba também é dotada de termas de reconhecido valor. A de Pendência, na serra Riacho dos Bois, do município de Piancó, ainda está mal conhecida. Mas a do Brejo das Freiras, a 12 quilômetros da vila de São João do Rio do Peixe, tem comprovado altas virtudes terapêuticas.

Essas propriedades foram preconizadas, há muitos anos, pelo dr. Fausto Meira, clínico na cidade de Sousa, e, nos casos indicados, tem sido infalivelmente confirmada a sua eficácia.

A fonte foi examinada, em 1922, pelo dr. Francisco Lafaiete Rodrigues Pereira, professor substituto da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Concluiu esse especialista que o poder radioativo da água é de 0,657 miligramas de Ra, ou, para a água e os gases, cuja radioatividade também foi determinada, de 1,325 miligramas. A tensão osmótica foi deduzida em $P=0,35$ atm.

São três fontes à pequena distância uma da outra. A principal tem uma descarga invariável de 32 metros cúbicos por 24 horas e a temperatura constante de 35,6 °C.

De acordo com a análise completa, pode a água do Brejo das Freiras ser considerada cloro-bicarbonatada-sódica.

Se, por fato de um cunho de especialização, não alcance representar, fielmente, os mais notáveis aspectos do meio físico da Paraíba, condensei, pelo menos, alguns elementos que suscitarão a curiosidade dos sabedores, para uma interpretação mais segura.

Não incidi, propositadamente, em hipérboles e exames bairristas que desvirtuariam a feição da natureza do Nordeste. Deixei, ao contrário, de salientar as forças de produção de zonas aparentemente desprovidas desses recursos, porque não há na Paraíba um só palmo de terra imprestável, como mostrarei em outra parte. Mas, sem detrimento desse plano, reservei-me a liberdade de me arredar da forma didática que tiraria todo interesse às descrições.

Está visto que o nosso território justifica, sem radicalismos teóricos, o pensamento de Byron:

As the soil, so the heart of man.

2

O CLIMA

Desloco, de caso pensado, o estudo do clima do conjunto do meio físico para lhe atribuir um desenvolvimento compatível com a sua função em nossos destinos.

Esse elemento é, por assim dizer, o regulador de nossa atividade econômica ou, extensivamente, de nossa existência histórica que tem oscilado aos seus ritmos perturbadores de todas as leis sociais.

Se não se concilia a avaliação de outros fatores naturais, acirra-se, cada vez mais, esse antagonismo no conceito das condições meteorológicas. Movidas antes pelo senso de arte, do que por um pensamento científico, quase todas essas teorias padecem dos preconceitos de latitude e de raça que, atentos os ciclos da civilização, não têm resistido às inconstâncias da cultura e do progresso.

Entre os que negam a influência do clima e os que lhe atribuem a formação do caráter dos povos ou lhe exageram a ação modificadora, permeia a justa medida de seu valor, dependente de circunstâncias locais.

Em nosso caso, essa apreciação é mais complexa. Cumpre-me esclarecer a fisionomia climática da Paraíba, levemente caluniada pelos que a desconhecem; e, por outro lado, inquirir as causas, senão determinar as manifestações de seus desequilíbrios esporádicos. E, visto que essas vicissitudes transtornam todas as relações da economia regional, o problema condiciona-se, intimamente, à nossa sorte.

As antigas definições do clima abrangiam todos os agentes naturais e exteriores. F. Ratzel restringe-o “às influências que derivam das propriedades sensíveis do ar, isto é, do calor e do frio, da umidade e da secura, como se apresentam distribuídas e combinadas” (RATZEL, 1914, p. 532).

É uma concepção limitada, mas isenta da incerteza de outras mais amplas.

Resultam essas influências da combinação dos elementos meteorológicos, variáveis ou sujeitos às condições externas, representados pela temperatura, como o mais apreciável, a pressão barométrica, a umidade absoluta, o grau higrométrico, o regime dos ventos e as precipitações pluviais.

O quadro desses valores médios e extremos caracteriza a climatologia de cada região.

É de sumo interesse o conhecimento desses agentes para as zonas de estações normais, quanto mais para as nossas irregularidades periódicas. Aproveita, igualmente, ao higienista e nos limites da previsão de tempo, a inúmeras aplicações práticas¹⁰⁹.

As ações atmosféricas que alteram profundamente o nosso solo não atingem a vida animal com a mesma violência, senão pela incursão das secas.

A climatologia paraibana não se forra, sensivelmente, às condições gerais do Nordeste. Ajustam-se, até certo ponto, ao nosso meio as observações procedidas, sistematicamente, no Ceará, desde que o senador Tomás Pompeu iniciou essa ordem de estudos. A *Memória sobre o Clima e Secas do Ceará*, desse autor, e *O Ceará no começo do século XX*, do dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, lançam, ao lado de outras investigações de mais ou menos peso, alguma luz sobre o fenômeno comum a essa grande parte do país.

Mas não são idênticas as situações. Até entre pontos vizinhos se operam diferenças de clima. As superfícies líquidas, a nudez ou vestimenta do solo, a topografia, a natureza geológica e outras particularidades contribuem para essas variações, modificando o fator da posição geográfica.

Tento dar uma ideia de nossa expressão climatérica. Mas até nesse caso a Paraíba foi mal servida. Temos, apenas, três estações termopluiométricas: a da capital, a de Guarabira e a de Campina Grande.

109 Essa utilidade está bem acentuada em notas da primeira aula professorada pelo dr. Sampaio Ferraz, na Escola Superior de Agricultura. *Revista Mensal de Meteorologia*, vol. I, nº I, p. 4.

Nenhum dos municípios do Alto Sertão – o centro mais curioso do fenômeno – foi dotado desse serviço¹¹⁰.

As primeiras observações pluviométricas da Inspetoria de Obras Contra as Secas, em nosso estado, datam de 1910.

A estacionária da capital não pôde fornecer-me dados correspondentes aos últimos anos. Os boletins do tempo publicados diariamente não permitem um estudo comparativo.

Ainda bem que a Diretoria de Meteorologia, criada em 1921¹¹¹, começou a publicar as observações colhidas pela ex-Diretoria de Meteorologia e Astronomia, de 1911 a 1920, e antes deu a lume o boletim de normas das séries existentes que, aliás, só compreende a capital.

Os dados relativos a Campina Grande reduzem-se aos anos de 1912, 1913 e 1915. Os correspondentes à Paraíba e a Guarabira abrangem um período maior que se estende a 1918. Não foram, que eu saiba, divulgados outros boletins.

É conhecida a classificação dos climas estabelecida por Fonsagrives¹¹²:

1. Climas hipertérmicos, ou de média superior a 20°C;
2. Climas térmicos, ou média de 15°C a 20°C;
3. Climas mesotérmicos, ou média de 10°C a 15°C;
4. Climas atérmicos, ou de média inferior a 5°C.

O estado da Paraíba inclui-se no primeiro tipo. Mas à sua variedade fisiográfica correspondem outras tantas zonas climáticas. Basta atentar em que a média da temperatura centígrada de Campina Grande se en-

110 Escapou à solícita assistência do Presidente Epitácio Pessoa o desenvolvimento da rede meteorológica da Paraíba.

111 É uma das frutuosas reformas do governo Epitácio Pessoa, principalmente pela introdução do Serviço Meteoro-agrário.

112 N.E.: Jean-Baptiste Fonsagrives (Limonge, França, 12-03-1823; Kergurioné, França, 21-11-1884) foi um médico naval e pesquisador acerca dos aspectos de manutenção da saúde, tais como alimentação, atividade física e ambiente – daí seu interesse pela climatologia.

quadra na segunda categoria: foi de 19,3°C em 1912 a 19,8°C em 1913¹¹³, conforme os quadros de observação que pude obter, mas deve ser essa a normal definitiva.

É a correção da latitude pela altitude, cujos efeitos devem ser ainda mais pronunciados em outros pontos desservidos de estações da rede nacional.

Impõe-se, conseguintemente, para o exame desse elemento, uma divisão tripartida: o Litoral, a Serra e o Alto Sertão. Como, porém, essas regiões divergem em subzonas, caracterizadas pela estrutura geológica, ou pelo padrão florestal, é natural que esses fatores influam, igualmente, na formação do clima.

Diversificam, com efeito, esses caracteres, tanto mais quanto a parte que denominamos Litoral tem tamanha extensão que vai, pouco a pouco, se subtraindo à influência do mar. A Serra, por sua vez, também se diferencia, sob esse aspecto, do Brejo para o Cariri.

Mas sou forçado a manter o critério das três regiões pela impossibilidade de delimitar os pontos intermediários e para simplificar as deduções autorizadas pelos exíguos dados ao meu alcance. Procurarei, ao longo das observações, acentuar as circunstâncias diferenciais.

Só há na costa, como já indiquei, um posto meteorológico – o da Paraíba.

Participa, diretamente, a capital do influxo oceânico que lhe regulariza o clima nas condições mais saudáveis.

Os portugueses manifestam uma excepcional capacidade de adaptação a todos os meios. Mantêm a mesma vitalidade na África, na Índia e no Brasil. De maneira que não devem ser sensíveis às mudanças de temperatura.

É curioso, porém, saber como os holandeses da dominação reputavam o nosso clima.

Barlaeus qualificou-o de salubérrimo, mas sem observação pessoal. E o governador Elias Herckmans ainda foi mais expressivo: “em águas,

113 *Boletim Meteorológico*, da Diretoria de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

ares e fertilidade” – escreveu ele – “é esta capitania uma das regiões mais saudáveis do Brasil, e em todos os tempos tem sido populosa e bem povoada pelos naturais da terra chamados *Potiguares*”. E, em outro trecho:

Tendo bem observado essas coisas na província da Paraíba, achamos um ar sutil, e, segundo a natureza daquele clima, de todo temperado e saudável; o calor que no mesmo ar se difunde não é excessivo, mostrando a experiência que, por causa desse temperamento, esta zona mal se pode chamar tórrida.¹¹⁴

Os valores normais obtidos no período de 8 anos confirmam a experiência dessa regularidade¹¹⁵. A temperatura média é de 25°C.

Para aquilatar suas vantagens, basta compará-la a dos estados vizinhos, que são, reconhecidamente, favorecidos pelos agentes atmosféricos. De um quadro publicado pelo dr. Otávio de Freitas, em seu livro *O Clima e a Mortalidade da Cidade do Recife*, verifica-se que, tomando-se por base o período decorrido de 1876 a 1904, a média da temperatura dessa cidade é de 26,5°C. A apurada no período correspondente às observações na Paraíba, de 1911 a 1919, sobe a 26,8°C¹¹⁶.

Das observações registradas em Natal, no ano de 1908, resultaram uma média superior à nossa, como se vê do relatório do chefe da Comissão do Melhoramento do Porto dessa cidade, citado pelo dr. Tavares de Lira, em sua obra *O Rio Grande do Norte. O Boletim de Normais*, correspondente a 14 anos, de 1904 a 1917, atribui-lhe 26,1°C.

As nossas condições devem ser ainda mais vantajosas em outros pontos da costa de maior elevação.

Sabe-se que nos Estados Unidos, para não citar países quentes, a média do verão, em um terço do território, é superior a 25°C em Nova Orleans e no litoral do Golfo do México atinge 30°C.

114 Descrição Geral da Capitania da Paraíba, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Tomo V.

115 *Boletim de Normais*, publicação de 1922.

116 *Idem*.

Meses	Anos	Pressão barométrica a 0°	Temperatura à sombra (°C)							
			Média	Média das Máximas	Média das Mínimas	Máxima absoluta	Data	Mínima absoluta	Data	Média do termómetro úmido
Janeiro	- 1911 a 1919 - (8 anos)	59,0	25,9	30,5	21,9	34,0	29/1/1913	18,4	1/11/1913	23,7
Fevereiro		59,0	25,7	30,8	22,3	33,8	04/2/1913	19,4	2/23/1919	23,5
Março		58,7	25,8	30,9	22,2	34,2	10/3/1914	19,4	3/13/1919	23,9
Abril		58,7	25,7	30,3	22,1	34,6	3/4/1913	18,8	4/5/1913	23,9
Maiο		59,9	25,2	29,3	21,9	31,6	5/1914	18,6	5/29/1919	23,5
Junho		60,7	23,9	28,3	21,1	30,6	30/6/1914	18,8	6/18/1919	22,7
Julho		61,5	23,8	27,7	17,6	30,4	17/7/1914	17,4	7/19/1912	21,9
Agosto		61,7	23,4	27,8	20,1	30,0	8/1912 e 8/1914	17,8	8/12/1919	21,9
Setembro		61,1	24,2	28,8	20,5	32,6	23/9/1914	17,4	9/18/1914	22,5
Outubro		60,1	25,0	30,0	20,8	32,8	31/10/1912	18,2	10/1914 e 10/1915	23,1
Novembro		59,1	25,8	30,4	21,5	32,8	24/11/1912	17,0	11/3/1919	23,5
Dezembro		59,1	25,9	30,5	21,6	33,6	30/12/1912	18,2	12/7/1918	23,6
Normais e extremos		759,9	25,0	29,6	21,1	34,6	3/4/1913	17,0	11/3/1919	23,1

Meses	Anos	Pressão barométrica a 0°	Tensão do Vapor (mm)	Umidade (%) relativa	CHUVA (mm)			VENTO	
					Altura total	Máximo em 24h	Data	Média (m/s)	Direção predomi- nante
Janeiro	- 1911 a 1919 - (8 anos)	59,0	20,2	81,3	91,8	59,2	1/21/1914	1,7	C - SE
Fevereiro		59,0	20,2	81,9	149,0	79,6	2/23/1913	1,8	C - SE
Março		58,7	20,7	83,2	161,4	113,6	3/26/1918	1,8	C - SE
Abril		58,7	20,9	82,3	165,4	69,5	4/9/1912	1,9	C - SE
Maiο		59,9	20,4	87,2	290,4	119,0	5/6/1916	1,5	C - SE
Junho		60,7	19,6	87,6	355,0	78,5	6/23/1916	1,4	C - SE
Julho		61,5	14,2	87,4	224,5	75,5	7/24/1912	1,7	C - SE
Agosto		61,7	18,6	86,5	161,9	67,0	8/18/1914	1,8	C - SE
Setembro		61,1	19,2	85,0	62,0	21,8	9/8/1919	1,7	C - SE
Outubro		60,1	19,7	82,3	21,2	18,0	10/29/1919	1,9	C - SE
Novembro		59,1	20,0	80,0	32,0	29,4	11/26/1917	1,9	C - SE
Dezembro		59,1	20,2	80,9	48,3	64,3	12/31/1918	1,7	C - SE
Normais e extremos		759,9	19,9	84,0		119,0	5/6/1916	1,7	C - SE

A marcha da temperatura não apresenta anomalias. Suas fracas oscilações obedecem, principalmente, ao movimento aparente do sol.

Passo a sacar conclusões dos boletins de 1916, 1917 e 1918, os últimos de que tenho conhecimento¹¹⁷.

As manhãs são, invariavelmente, mais frescas do que as noites, atentas às observações de 7 e 21 horas.

As mudanças de 7 para 14 horas são, sem distinguir os meses de estio dos de inverno, de 4 a 7 graus e para as 21 horas de 1 a 3 graus. Não ocorreu nenhuma variação horária superior a 7 graus, constância que, em confronto com outros climas, recomenda, excepcionalmente, a benignidade do nosso.

Torno ao exame das normas. Os meses mais frios são: junho, julho, agosto e setembro; com a média, respectivamente, de 23,9°C, 23,8°C, 23,4°C e 24,2°C; os mais quentes são janeiro, dezembro, março, novembro e fevereiro, com a média de 25,9°C, para os dois primeiros, 25,8°C para março e novembro e 25,7°C para fevereiro. Esses valores correspondem à sensação térmica experimentada ordinariamente.

A temperatura que proporciona bem-estar é a de 20°C a 25°C, fresca ou tépida; a de 17°C ou 18°C, que ocorre nos meses de julho e agosto, é menos agradável, pela saturação de umidade, e determina sintomas de frio; a de 30 ou mais graus é sudorífera e ocasiona uma impressão de bochorno¹¹⁸.

Agrava-se o calor entre o equinócio de setembro e o de março. Até novembro essa altura termométrica é temperada pela frequência das brisas marinhas; mas, depois do solstício de dezembro, e, mormente, em janeiro e fevereiro, nos dias de maior estagnação aérea, a temperatura é abafada.

O foco de aquecimento aumenta com as chuvas parciais e a consequente evaporação que o torna deprimente¹¹⁹.

117 *Boletim Meteorológico*.

118 N.E.: calor sufocante, especialmente no verão, pela combinação de altas temperaturas e umidade elevada.

119 A maioria da população suporta bem essa temperatura. Os mais sensíveis ao calor têm o fácil recurso das praias e das serras.

As máximas absolutas do período de observação de oito anos ocorreram nos meses de janeiro, março e abril – as duas primeiras em 1913 e a última em 1914 – e foram, respectivamente, de 34°C, 34,2°C e 34,6°C. O mês de abril é, porém, geralmente resfriado pela intervenção do inverno. As mínimas absolutas registraram-se em julho de 1912, agosto de 1919, setembro de 1914 e novembro de 1919, com 17,4°C, 17,8°C, 17,4°C e 17,6°C. Essa depressão em novembro explica-se pelo prolongamento das chuvas tardias até outubro.

A média das máximas é de 29,5°C e das mínimas de 21,1°C. No Recife, a primeira dessas médias é idêntica à da Paraíba e a das mínimas é de 23,9°C. Em Natal, a primeira é de 29,1°C, mas a segunda é de 22,9°C, superior, também, à nossa.

A média da pressão barométrica na Paraíba é de 759,9. Os meses de maior elevação na coluna de mercúrio são agosto, julho e setembro, e a mínima cai em janeiro, fevereiro, novembro e dezembro. Coincide, pois, a curva máxima com o período das chuvas.

A maior oscilação entre o inverno e o estio é a de 761,7, em agosto, para 759,1 em novembro e dezembro. Não tenho dados para calcular a variação diária, por falta de observações horárias.

A média da pressão atmosférica da Paraíba é inferior à de Natal, que alcança 761,5, e quase igual à do Recife, que é de 759,6.

A média de tensão do vapor é de 19,9 mm, igual à de Natal e superior à do Recife, que é de 19,4 mm.

A umidade relativa é de 84%, superior à do Recife, que é de 73,5% e, ainda mais à de Natal, que é de 77,6%.

As indicações higrométricas estão na ordem inversa das termométricas.

O fator da umidade relativa, isto é, a relação entre o vapor aquoso contido no ar e a temperatura, é, realmente, mais importante que o da absoluta e interessa, deveras, aos higienistas.

Mas, cotejando-se o estado higrométrico da Paraíba com o de outras cidades, ainda vinga a salubridade do nosso clima. De um mapa comparativo organizado pelo dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1909, p. 221)¹²⁰,

120 N.E.: disponível em <https://books.google.com.br/books?id=VvdKAQAIAAJ>.

vê-se que em Fortaleza há máximas absolutas de 100, em Belém de 99 e em Manaus de 98, ao passo que a maior elevação que se registrou na Paraíba, no período de três anos, que serve de base às minhas conclusões, foi de 95,9. O Ceará desfruta, normalmente, um clima salubérrimo. Em 1917, a maior porcentagem de umidade foi de 94,9, no mês de julho.

Os meses mais úmidos são maio, junho, julho e agosto e os mais secos novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. As manhãs são, uniformemente, mais úmidas que as noites, tomando-se por base as observações de 7 e 21 horas.

O vento dominante, na Paraíba, é o Sudeste, que caracteriza a corrente aérea do estado. Sopra em todos os meses e atinge o mínimo em maio e junho. Sua constância nos outros meses é irregular: em 1916 alcançou a máxima frequência e a maior velocidade em outubro e conservou-se quase inalterável em novembro e dezembro. Em 1919, atingiu o máximo em janeiro, caiu em fevereiro, ainda mais em março, elevou-se, sensivelmente, em abril e daí desceu ao mínimo em maio e junho, para se erguer, novamente, em julho e manter-se numa média de 30 até novembro, caindo por último em dezembro. Sua intensidade não tem nesse ano, como no anterior, nenhuma relação com as chuvas. Em 1918, a marcha é quase a mesma, com a maior elevação em setembro e baixando, repentinamente, em novembro e dezembro.

Esses dados mostram, apenas, que sua direção é menos frequente e mais branda nos meses frios, que nem sempre são os de maiores precipitações pluviais.

Os outros ventos raras vezes sopram e muito irregularmente. Mostram, porém, certa tendência para os meses de verão.

Esses dados induzem a um julgamento aprobativo do clima da capital da Paraíba. Confrontei-o, de propósito, com os mais reputados da província climática do Brasil, que lhe corresponde, para elidir a balela de sua inferioridade.

Esse caráter não é uniforme, como já observei, em todo o litoral. Altera-se nas relações de distância da costa e ao sabor dos aspectos topográfico, geológico e botânico.

Em Araçá e Sapé, os pontos mais elevados da região, há um equilíbrio mais ameno de frio e calor. Na caatinga, decresce a umidade,

principalmente no estio, porque o solo ressequido não tem elementos de evaporação.

Guarabira, sede da segunda estação, é uma zona mista que, participando de influências opostas, não pode representar um tipo. Está situada a 97 quilômetros da capital¹²¹, 145 metros acima do nível do mar.

Demais, a topografia da cidade, sumida entre morros e pouco exposta aos ventos aprazíveis que lhe varrem os contornos, é um fator negativo.

Para o exame de seu clima, tomo por base as observações relativas aos anos de 1916, 1917 e 1918, em confronto com os dados colhidos, simultaneamente, na capital do estado.

A sua média termométrica de 1916 é de 25,5°C e a da Paraíba de 24,8°C. A indicação mais alta é de 34°C em abril e maio, enquanto na capital se alçou apenas 33°C, em fevereiro. Nota-se, desde logo, a falta de uniformidade dessa temperatura que desceu a 17,8°C em agosto, mínimo que não foi atingido na Paraíba.

Essa irregularidade acentua-se ainda mais nas oscilações diárias que vão, às vezes, de 21,9°C às 7h a 30,6°C às 14h, como ocorreu em setembro.

O acréscimo de ardor verifica-se às 14h. As noites são mais quentes que as manhãs, de janeiro a março, tornando-se mais frias, daí para o fim do ano. A média anual da pressão barométrica, dependente da temperatura, é de 754,5, sendo, no período correspondente, de 760,2 na Paraíba. Os meses em que mais sobe a coluna mercurial são julho, agosto e setembro.

A tensão do vapor média é de 19,2 e na capital de 19,0, oscilando, no primeiro ponto, de 15,9 a 22,4, quando no segundo não atingiu nenhum desses valores.

A média da umidade relativa, na ordem inversa daquela influência, é de 79,4, verificando-se maior porcentagem na Paraíba que alcançou 82,0 e revelou, nesse ano, notável instabilidade no grau higrométrico.

Os meses mais úmidos são março, junho, julho e agosto e os mais secos novembro, dezembro e janeiro.

121 De acordo com a quilometragem da via férrea Great Western.

A média termométrica de 1917 não acusa diferença da do ano anterior, mantendo-se também a da capital; mas baixou a 25°C em 1918.

Todas as noites nesses dois últimos anos são mais quentes que as manhãs.

Em 1917 registraram-se temperaturas anormais, como 39,8°C em dezembro, grau que subiu, em fevereiro do ano seguinte, a 39,9°C. O calor pronunciou-se em 1917 nos últimos meses do ano e em 1918 de janeiro a março. A temperatura mais baixa ocorreu em setembro de 1918 com 17,0°C.

A média do grau higrométrico foi em 1917 de 78,9 e em 1918 de 82,6. A Paraíba teve, como sempre, maior porcentagem de umidade relativa, de forma que nessa manifestação seu clima é inferior ao de Guarabira.

O vento predominante é o sudeste que sopra em todos os meses, variando, de ano a ano, a marcha e a velocidade.

Redobra, porém, o movimento no tempo das chuvas. O nordeste teve grande atividade em 1916 e 1918, mas não interveio em 1917, que foi o ano mais chuvoso. O leste, raro nos outros anos, agitou-se em 1918, sobrepondo-se ao nordeste. Os outros ventos são quase imperceptíveis.

O clima de Guarabira é, em suma, sensivelmente regulado pelos ventos gerais, nomeadamente do quadrante sudeste. É o transporte de frio e de umidade das correntes aéreas nessa zona sublitoral, que contrabalança as causas locais, de maneira que as transições de sua temperatura representam, até certo ponto, alternativas de ventilação e de calma. Os lugares mais acessíveis a essa influência são, naturalmente, mais favorecidos, daí não ser condenável esse clima que, se está sujeito a alguns desequilíbrios, se recomenda pela menor porcentagem de umidade, explicável pelo afastamento da costa e pela secura da caatinga que lhe não é estranha.

Lamento não dispor de dados para corroborar a experiência das virtudes de outros climas do litoral, como o de Mamanguape e, de modo especial, os de Itabaiana e Mulungu que, conquanto quentes no estio, são reconhecidamente sanativos.

A segunda área climática da Paraíba é a das serras.

É corrente que a cada desnível corresponde uma diferença de clima. A temperatura baixa na ordem inversa da altitude. Tem-se procurado

determinar em que razão se opera essa mudança. Assentou-se que diminui mais ou menos um grau Celsius¹²² para cada 150 metros de elevação. Mas essa proporção está sujeita à influência de outros fatores, como se pode verificar na Borborema, do Brejo para o Cariri. São duas zonas que se nivelam, mas distinguem-se nas indicações termométricas e contrastam na fisionomia geral do clima.

Nos países quentes, o relevo orográfico é mais vantajoso e importa para a vida vegetal, animal e humana um valor inestimável. Os oásis do Saara são uma miniatura desse benefício.

“Nas zonas tropicais” – diz Ratzel

o clima das partes altas representa um pronunciado contraste com o das planícies contíguas, e corresponde-lhe muito maior salubridade; não é acessível, além disso, às moléstias tropicais que, quando importadas, não se difundem notavelmente. (1914, p. 554)

E acentua, em seguida, a importância étnica desse novo ambiente, reputando a população montanhesa servida de melhores qualidades físicas e morais.

O clima de nossas serras é, a bem dizer, temperado, senão todo o ano, durante alguns meses. Não sei que causas contribuem para esse sensível deslocamento das condições gerais, porque na altitude de 500 metros já se assinala essa feição.

Eis como o padre Antônio Vieira definiu a temperatura da serra de Ibiapaba:

As noites, com ser tão dentro da zona tórrida, são frigidíssimas em todo o ano e no inverno com tanto rigor, que igualam os grandes frios do norte, e se podem passar com a fogueira sempre ao lado.

Não me causa espécie essa sensação.

122 N.E.: no original, “grau centígrado”.

Invoco um testemunho lisonjeiro para o clima de nossa Borborema. Escreve o engenheiro André Rebouças, um nome notabilizado nos debates do problema das secas, no Instituto Politécnico, na Associação Brasileira de Aclimação, na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e pela imprensa:

Os primeiros estudos do caminho de ferro da Paraíba do Norte nos levaram, a 8 de dezembro de 1846, à cidade do Brejo d'Areia; nosso Diário diz assim: durante todo o tempo do passeio, que durou até 9h30 da manhã, conservou-se a neblina, correndo viração mais fria e agradável do que nesse tempo em Petrópolis. Aí há calor, no verão, das 10 da manhã às 2 da tarde, de dezembro a fevereiro. Escrevo estas linhas às 2 horas da tarde do dia 8 de dezembro de 1864; o dia está ainda encoberto e parece-me estar passando um dos dias do fim ou do princípio do verão em Paris. Corre viração quase fria.

Um condutor belga que aqui reside, Jean Baptiste Severanck, diz-me que o clima do Brejo d'Areia¹²³ só difere do da Bélgica em ser mais seco e não tão rigoroso no inverno¹²⁴.

Atesto essa doçura estival de meu rincão nativo – equivalente às condições de serraria, Bananeiras e Alagoa Nova; mas reconheço que os climas da serra da Raiz, de Cuité, de Teixeira e, talvez, do Monteiro são ainda mais benignos, principalmente numa verdadeira primavera cujo início varia à mercê das chuvas e dura cerca de dois meses.

A única estação meteorológica da Borborema funciona em Campina Grande, que dista 149,449 km da capital¹²⁵ e tem a altitude de 550 metros.

A zona também é mista, mas a cidade está situada em terreno mais chegado ao Cariri.

As observações colhidas nesse ponto não podem, por conseguinte, servir de modelo à região serrana, que se avessa na exuberante nature-

123 Foi nessas eugênicas alturas que nasceu o pintor Pedro Américo.

124 *A seca nas províncias do Norte*, p. 14.

125 Também de acordo com a quilometragem da via férrea.

za dos brejos. E, vistas as variações altimétricas, há outros sítios mais favorecidos pelos elementos atmosféricos.

Mas avulta o interesse desses dados: Campina Grande está à beira da área da seca, embora numa situação que a preserva, em parte, dos rigores do flagelo. E, como já referi, não há no maior centro de inovações desse fenômeno na Paraíba nenhum posto meteorológico!

Sirvo-me das observações relativas aos anos de 1912, 1913 e 1915 – os únicos constantes do *Boletim*, cujos exemplares foram publicados em 1922.

A média anual da pressão barométrica é de 178,1 em 1913 e 1915, e de 717,9 em 1912.

A média termométrica é, como já patenteei, de 19,3°C em 1912 e 19,8°C em 1913. Só no ano de 1915, afogueado pela seca, atingiu 20,3°C. É, portanto, inferior à de valores do Brasil meridional, como se conclui, tomando-se por base o ano de 1912: a média de Florianópolis foi de 20,7°C; a de Santos, de 20,9°C; a de Campos, de 23,3°C e a de Paranaguá de 20,5°C. Eleva-se, apenas, um grau da média de Blumenau, que foi de 19,2°C. Confronto, a esmo, com os boletins que tenho à mão; porque esse clima, que não é a expressão mais suave da altitude paraibana, pode competir com outros muitos da zona temperada do país, sem a desvantagem das amplitudes de frios ásperos e calores sufocantes.

A média da máxima absoluta de Campina foi de 33,2°C, à medida que em Paranaguá se elevou a 36,0°C e em Santos a 37,2°C.

A temperatura do ar não varia entre o dia e a noite – pelo menos nas horas da observação – uniformidade que contraria uma característica do clima dos relevos. A diversidade opera-se, talvez, às 22 horas, mas constam do boletim apenas duas indicações horárias.

A média da umidade absoluta foi de 13,1 em 1912, 12,9 em 1913 e 14,2 em 1915. Quase não diferiu da manhã para a noite.

A média do grau higrométrico foi de 77,0% em 1912, 75,9 em 1913 e 81,2 em 1915, sem sensível oscilação da manhã para a noite e dos meses de chuva para os estivais. É uma porcentagem mais fraca do que a dos pontos confrontados.

Vê-se, pois, que as condições gerais desse clima seriam totalmente propícias se não fossem as vicissitudes da seca. Mas há outros pontos

mais favorecidos isentos desse cáustico. E que se não dirá de Teixeira, de Alagoa do Monteiro e de outras alturas ainda mais frias e mais secas?

Desses valores infere-se o clima de todo o planalto de Borborema que, por sua orientação, é mais fresco na vertente oriental.

Não disponho de dados para definir o clima do Alto Sertão. Afigura-se-me quente e seco. E é esse, em verdade, o seu tipo. Na época das chuvas, a temperatura abranda e apraz até nos sítios mais baixos; mas, no rigor do verão é, em certos lugares, literalmente abafante.

O senador Tomás Pompeu explica esse acréscimo de calor no Ceará de uma forma que se aplica, por igual, ao nosso meio:

O terreno do Sertão fica todo a descoberto durante o verão e é geralmente composto em sua parte superficial de rochas cristalinas quer em grandes massas, formando serrotes secos, quer em pequenos fragmentos.

Esses terrenos, recebendo diretamente os raios do sol, adquirem uma temperatura elevadíssima, e tanto que no leito de alguns rios secos, entre as pedras, o termômetro se eleva até 61°C. O ar expirado do litoral para o interior vai aquecendo pouco a pouco, participando do calor dos lugares por onde passa, sendo consequentemente sua temperatura nos limites do Sertão muito mais elevada do que no litoral.

Essa reverberação do solo, que começa a intensificar-se às 11 horas, aquece a camada atmosférica a uma grande altura, provocando uma corrente de força ascensional, como tem sido observado, e requintando a sensação térmica.

A viração da manhã, mais ou menos constante, adoça o mormaço; mas, ao fulgor dos raios perpendiculares, escaldam-se os alísios, na travessia ingrata, e ganham um hálito de fogo.

O crepúsculo é cálido e quieto. Mas, daí a pouco, oscila o barômetro. O dr. Tomás Pompeu observou esse fenômeno no Ceará:

À noite, os ventos gerais readquirem todo o seu império, solicitados pelo foco diurno que se transporta para o ocidente.

Conforme a distância, chegam às 7, 8, 9 horas aos sertões mais afas-

tados, com tal impetuosidade que parecem vir arrasando tudo em sua passagem. (1909, p. 171)

É tal qual em nossas plagas. Em Pombal, em Sousa, em São João do Rio do Peixe, a hora e o vento regulam a vida noturna da população. Todos aguardam esse refrigério pontual que, amansado o arranco do advento pulveroso¹²⁶, embala, com a ajuda da irradiação ativa, o primeiro sono dos sertanejos, sem “a queda única, assombrosa”, que Euclides da Cunha experimentou na Bahia.

Essas correntes que às vezes se encontram, formando redemoinhos, têm ainda mais frescura no Cariri. São deliciosas as noites estivais do planalto da Borborema.

A distribuição do calor varia, entretanto, na região de além-serra. Patos, ao ingresso, dá a maior exalação do bochorno, que talvez se explique pela transição de ambientes. Sabe-se que a temperatura anterior coopera para a divergência entre a indicação termométrica e a sensação térmica. Mas devem contribuir também para essa atmosfera as rochas reverberantes que caracterizam a zona.

Daí por diante, a temperatura vai baixando ou subindo, fracamente, de acordo com as condições topográficas e outros elementos modificadores, até que nas serras liberaliza uma confortadora amenidade.

Esse calor não é tão deprimente como nos climas úmidos¹²⁷. O Sertão evidencia, ao contrário, tamanha salubridade, em alguns pontos, que atalhou o próprio cólera-morbo em seu surto devastador. Ademais, a ação enervante das altas temperaturas só se exerce sobre os indivíduos estranhos ao meio.

Ainda assim, não me parece que essa sensação, determinada por influências exteriores, corresponda às extremas termométricas dos climas temperados. Por sinal que à sombra o ambiente não provoca impressão de mal-estar e, ao invés, é sempre aturável.

126 N.E.: poeirento.

127 Os telhados mais antigos conservam a cor vermelha primitiva, como prova da secura da atmosfera. Antes de Euclides da Cunha, o barão de Capanema observou “higrômetros singulares” no Ceará: viu “um cavalo encostado no aceiro do mato; estava seco e todo achatado; era uma perfeita múmia”. – *Revista da Academia Cearense*, p. 182.

É pena que faleçam observações para o exame de todos os elementos desse clima que se singulariza, dentro do estado, por seus caracteres mal conhecidos.

As variações anuais do clima da Paraíba reduzem-se, do natural de sua zona, a duas estações e, ainda assim, mal definidas: a das chuvas ou do inverno, e a do estio.

Mas os solstícios e os equinócios, posto não dividam o ano com a regularidade de outras latitudes, exercem marcada influência em nossas condições atmosféricas, manifesta na marcha da temperatura, no regime dos ventos e, conseqüentemente, na produção das chuvas.

Se a rotação da Terra altera esses elementos, o movimento de translação é ainda mais premente. Pronuncia-se nas declinações do sol, mais ou menos distante, em notórias influências.

O equilíbrio que se denuncia até na igualdade dos dias e das noites não comporta os contrastes da natureza. As duas únicas estações não têm expressão própria: invadem-se, misturam-se e confundem-se, muitas vezes, em dias de canícula e de aguaceiros.

Mas, se esses períodos variam, dentro dos nossos limites, nas relações de espaço e de tempo, não se libertam, inteiramente, dos movimentos que deveriam regulá-los. O inverno do Sertão coincide, quase sempre, com o solstício de dezembro e finda no de junho.

O litoral é subordinado a outros fatores que perturbam essa observação. Caem, entretanto, torrencialmente, de dezembro para janeiro as chamadas *primeiras águas*, que se suspendem em poucos dias ou se prolongam nos anos mais pluviosos.

É raro decorrer na zona costeira um mês a fio sem precipitações aquosas. Além do contato marinho, a lua tem parte nessa frequência. É um fato de experiência comum que tem sido confirmado, alhures, mediante observações sistemáticas. Essa ação é menos perceptível no interior, pela oposição dos elementos locais.

É patente a falta de correspondência do período chuvoso do Alto Sertão com o da Serra e do Litoral. Essa diversidade talvez seja levada à conta do maior ou menor afastamento da zona média das calmas em suas oscilações.

Durante as grandes vicissitudes climáticas, todo o estado é, mais ou menos, sensível ao fenômeno. Ocorre, porém, que, como no corrente ano e em alguns outros, a região sertaneja foi, oportunamente, beneficiada pelo inverno, enquanto nos próprios brejos as chuvas foram retardatárias, manifestando-se em junho.

O povo já possui essa observação e costuma dizer que “o melhor inverno é o que vem do Piauí.”

Parece que ao cearense não escapa também a experiência dessa direção das chuvas. Conta o barão de Capanema:

À tarde esse casal, encostado a um esteio, imóvel como estátuas, cravava os olhos fixos no poente, onde o céu coberto de nuvens escuras, nas quais por intervalos apareciam raros relâmpagos, cujo clarão deixava ver uma linha perfeitamente horizontal, que era o espinhaço da serra de Ibiapaba. O homem sempre imóvel com voz pausada e lúgubre que arrepiava os nervos, por vezes exclamava: no Piauí já chove!

E acrescenta que, no dia seguinte: “O céu estava carregado de nuvens negras, ao longe roncava o trovão, e às 11 horas desabou um violento aguaceiro!”¹²⁸

Coriolano de Medeiros, atento sertanista, assegura:

No Alto Sertão a chuva avança de qualquer dos pontos cardeais. Com imensa surpresa observei uma tarde, no município de Patos, vir do poente pesado e prolongado aguaceiro.¹²⁹

Se o inverno é tardio, acode com o equinócio de março ou, consoante o calendário popular, no dia de São José, que representa a última esperança do sertanejo; se já se iniciara, redobra e vai daí por diante, cada vez mais copioso, até maio ou junho.

128 CAPANEMA, G. *A seca do Norte*. Rio de Janeiro, 1901, p. 166.

129 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Parahyba, 1913, ano IV, vol. 4, p. 404.



Não é diferente a marcha das estações regulares no Ceará. Diz Álvaro J. de Oliveira: “normalmente, chove de janeiro a junho; pouco nos três primeiros meses, mas abundantemente em abril e maio”.¹³⁰

Se até março não chove no Sertão, está pronunciada a seca; mas no Litoral e nos brejos há exemplos de invernos serôdios, como o de 1919 e o deste ano, que pegam em junho, o mais tardar, e se estendem até setembro ou outubro. É mais uma prova de que as duas regiões estão sujeitas a regimes diferentes.

Com o equinócio de setembro caem no litoral as chuvas de caju, assim chamadas porque coincidem com a floração dos cajueiros ou favorecem o seu desenvolvimento, e começam, às vezes, no Sertão, as chuvas temporãs.

Essas influências contraditórias, que atuam sem normas, são, incidentemente, enfraquecidas ou anuladas pela intervenção de outros agentes que alguns espíritos curiosos têm procurado determinar. Desenvolverei, ao cabo, esta parte que ainda frisa pelo mistério.

Se o Alto Sertão tem um regime independente, pelo menos em certos anos, o Litoral e a Serra estão sujeitos às mesmas influências. Pode acontecer que o Cariri se abraça na seca, enquanto a costa se alaga, e acontece não raro; nunca, jamais, porém, se verificou o contrário.

É, notoriamente, irregular a distribuição das chuvas nessa área. E essa diversidade encarece o valor das condições locais na formação dos climas. A Paraíba oferece um campo vasto a essa observação.

No tocante às precipitações pluviais, o nosso território divide-se nas seguintes zonas: a costa, a caatinga, o brejo, o Cariri e o Alto Sertão. São racionalmente explicáveis essas diferenciações.

Do diagrama organizado pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, correspondente à média de 11 anos de observações, apura-se que as maiores alturas pluviométricas se verificaram em Mamanguape e na Paraíba. É a costa, por conseguinte, a zona mais chuvosa.

É um fato que escusa elucidações. Ninguém desconhece esse efeito das vizinhanças do mar, como uma função de todas as grandes superfícies líquidas.

130 *Seca do Ceará – Açudes, Arborização, Estradas de Ferro*, p. 9.

Os ventos subtraem ao oceano, pela ação do sol, os vapores aquosos que, nas alternativas de temperatura e à mercê de circunstâncias favoráveis, se condensam e se resolvem em gotas. Graças a essas condições particulares de um terreno mais coberto e, talvez, à sua posição, é que Mamanguape é muito mais visitado pelas chuvas do que a capital: é uma divergência na média de 11 anos de 1.808,7 mm para 1.429,4 mm ou do total de 19.896,3 para 15.724,1 mm.

Essa frequência vai decrescendo, naturalmente, para o interior. Santa Rita figura com a média de 1.257,7 e Espírito Santo com a de 1.285,9, um pouco mais, por motivos de fácil indagação.

Mas, cumpre, antes, observar uma anomalia: Guarabira, ponto muito mais central, apresenta-se, em terceiro lugar, com a média de 1.193,8, vizinha da do litoral mais próximo. Basta, porém, atentar em sua posição para se obter a certeza de que lhe aproveitam, diretamente, sem obstáculos apreciáveis, as causas que primam em Mamanguape. São, entretanto, benefícios que se acentuam na cidade, porque a natureza da maior parte do município repele essa influência. E não está longe da mesma explicação a média de Sertãozinho, que é de 1.077,8. Não disponho de dados para determinar em que meses se pronunciam essas alturas, mas suponho que ambos esses lugares se caracterizam pelas excessivas pancadas d'água na estação das chuvas, alternando com longas estiagens raras na costa.

Conceição oferece, além, um contraste que procurarei explicar no estudo da região.

Depois do Litoral, passando por cima da caatinga, os municípios mais chuvosos são os de Areia, Serraria, Alagoa Nova e Bananeiras, com as médias, respectivamente, de 1.284,7, 1.242,1, 1.208,9 e 1.209,6. É a área serrana dos brejos.

Ninguém ignora a influência que as formas de terreno exercem sobre as correntes atmosféricas e que, por isso, as precipitações aumentam na ordem direta das altitudes. Em Santa Helena, como em todas as ilhas circundadas por um mar fresco, a natureza se alenta à medida das elevações.

É tão importante o papel das montanhas na condensação dos vapores que os relevos orográficos constituem, nas regiões desérticas, verdadeiros oásis climáticos.

Explica-se essa facilidade das resoluções não somente pelo obstáculo oposto aos ventos, portadores das nuvens, como, principalmente, pela diferença da temperatura, mais baixa, mantida pelas condições locais. Resfriam-se, assim, as camadas de ar ascendentes.

Mas, por que chove menos na caatinga que, como já descrevi, está situada entre o Litoral e a Serra ou, antes, vai, mais ou menos, beirando a Borborema?

É a seguinte a média de três municípios que representam, em parte, a zona: Itabaiana, 854,6; Mulungu, 825,6 e Ingá, 794,3.

Friedrich Ratzel esclarece, sobejamente, esse fenômeno, quando explica que “a África meridional e oriental é árida pela presença da margem montanhosa que subtrai a umidade aos alísios do sudeste” (1914, p. 371).

O afastamento da costa e a proximidade da serra conspiram para esse prejuízo.

Não passou despercebido a I. Joffily esse contraste da natureza litorânea:

A Paraíba, como já fizemos ver em artigos anteriores, possui zonas bem distintas pela sua flora e condições especiais do solo: ao litoral, com umas oito ou dez léguas de largura, segue-se, paralela a ele, a caatinga com dimensões quase iguais, finda a qual, entra-se nos ‘brejos’, esse oásis, como figuramos, além do qual está o vasto sertão cujo território é, pelo menos, dois terços de todo o estado.

Ordinariamente, as chuvas são mais regulares e abundantes nas primeira e terceira zonas do que na segunda e quarta, segundo a ordem em que as citamos na direção de leste a oeste: esta circunstância prende tanto mais a atenção do observador quanto, ficando a caatinga entre aquelas zonas, constitui uma faixa estreita, mas que não obstante é transposta pelas nuvens de vapores aquosos formadas na costa, as quais pairam sobre brejos onde se resolvem em copiosas chuvas.

É assim que todos os anos os habitantes da vila de Ingá, da povoação de Gurinhém e de outros lugares da caatinga veem, a poucas léguas, ao noroeste, cair sucessivas cargas d’água sobre a Borborema, enquanto as

suas várzeas, sulcadas de camaleões, ainda apresentam o desolador aspecto de uma vegetação sequiosa e em letargo. (1892, p. 100)

De forma que essa semiaridez é, talvez, o efeito, e não a causa da falta de chuvas.

O conhecimento das variações pluviométricas mensais seria de interesse para essa solução. Não pude obter, porém, senão o mapa das médias anuais.

A região menos chuvosa é o Cariri, como se vê das seguintes médias: Cabaceiras, 242,1; Picuí, 465,9; São João do Cariri, 493,5¹³¹.

O vale do Curimataú, ao norte do planalto, é ainda mais seco, conforme já referi na descrição das zonas.

Mas por que não atrai a altitude, nessa área, as precipitações pluviais que lhe são assíduas?

É natural que chova, preferentemente, na encosta oriental, exposta aos ventos do mar.

Recorro, ainda uma feita, a Ratzel:

Em todas as regiões onde sopram ventos periódicos se torna manifesto o contraste entre parte barlavento e parte sotavento, e sempre o lado que está ao abrigo do vento é também pobre de chuva. Daí deriva a marcadíssima diferença nas regiões de montanha e nas ilhas, entre o lado úmido, batido pelos ventos de chuva, e o oposto, onde predomina a seca.

Muitas das ilhas elevadas do oceano Pacífico tropical apresentam de um lado soberbos bosques e do outro áridas savanas. As ilhas Havaí são divididas em duas partes, uma metade verdejante e outra deserta. Assim na Austrália, na península de York, os relevos orientais do continente separam uma parte oriental batida pelo alísio de sudeste e ricas de chuvas da parte ocidental árida. O mesmo fenômeno se manifesta nas Índias ocidentais onde a parte setentrional batida pelos alísios contrasta com a árida meridional. (1914, p. 571)

131 Soledade é mais seca do que Picuí. Não cito os algarismos do mapa porque a cópia nesta parte está errada.

É a mesma causa dos desertos ao ocidente dos Andes.

Os brejos são cobertos de vegetação e caroáveis de umidade.

Oswaldo Weber cita em seu conhecido trabalho o seguinte trecho de um relatório de S. Schubert, publicado no *Meteorologische Zeitschrift*¹³², nº 10, de 1906: “Atrás das matas seguir-se-ia então uma região de escassez de chuva, região a que se dá na Alemanha o nome de ‘Regenschattargebrech’ (região situada na sombra da chuva)”¹³³

É, justamente, o caso do Curimataú, que fica no fundo dos brejos e representa a zona mais árida da Paraíba.

Perguntar-se-á por que a vertente oriental do maciço não é uniformemente beneficiada pelas chuvas. As extremidades do Norte e do Sul são ressequidas.

A simples orientação das serras, afastando-se do mar, explicaria, em parte, essa diversidade. Mas prevalece outra razão bem expressa pelo engenheiro Clodomiro Pereira da Silva:

As montanhas exercem uma influência particular sobre a produção das chuvas, quando os ventos reinantes caem a fundo sobre elas. Se os ventos são quentes e úmidos, se resfriam logo sobre as encostas em que se chocam, produzindo-se assim as chuvas mais ou menos fortes de acordo com as diferenças de temperatura e de altitude. Se os ventos se precipitam sobre as montanhas em direção muito oblíqua, escapam-se, produzindo poucas chuvas. (SILVA, 1920)

Dir-se-ia que esses terrenos abertos e pedregosos não condensam os vapores quentes que, ao contato de temperatura mais alta, se elevam e refogem. Mas o desnudamento já é um efeito que, aliás, passa a funcionar como causa, agravando, gradativamente, a situação local.

132 N.E.: o *Meteorologische Zeitschrift* é um dos periódicos mais antigos de sua área em circulação, sendo publicado desde 1866 pela Sociedade Meteorológica da Áustria. Desde 1992, é publicado conjuntamente pelas Sociedades Meteorológicas da Áustria, Suíça e Alemanha.

133 *Meteorologia e climatologia do Estado do Ceará (1896-1909)*, p. 14.

Essas zonas são, todavia, mais protegidas do que as recuadas para o chapadão: a média de Araruna é de 862,4 mm e a de Campina Grande de 853,5 mm.

Umbuzeiro e Alagoa do Monteiro, que se desviam do Cariri para os acidentes das serras fronteiriças, têm uma posição mais vantajosa e acusam, respectivamente, as médias de 924,4 e 678,7¹³⁴. No último desses municípios é visível a melhoria das condições naturais, à medida que se vão distanciando da chapada.

Os municípios do centro do planalto são, por conseguinte, os mais escassos.

Taperoá já manifesta considerável diferença. Seja por sua maior elevação, seja por seu sistema hidrográfico, propício no inverno, seja por sua proximidade da zona sertaneja, mais chuvosa, seja porque a serra do Pico é um obstáculo aos ventos – sua média é de 843,1 mm.

É irregularíssima a distribuição das chuvas na zona de além-serra. Varia da média de 1.432,9 em Conceição de Piancó para a de 509,8 em Santa Luzia do Sabugi.

É a influência das causas locais que, às vezes, se denuncia de ponto a ponto.

As chuvas são, por isso, salteadas, até que o inverno se pronuncia em toda a região.

Von Martius observou esse efeito das mangas:

Convencemo-nos muitas vezes desta singularidade da vegetação da caatinga, encontrando no meio do sertão queimado, onde todas as plantas estavam sem folhas, trechos de florestas e prados que pompeavam o mais belo verde primaveril. Tais regiões, segundo nos informaram, haviam recebido uma chuva parcial e assim se antecipavam aos distritos vizinhos no desabrolhar dos botões.¹³⁵

Entro a esmiuçar essas divergências.

134 A primeira enchente do Paraíba, que ocorre nessa parte do estado, é chamada pelos habitantes do centro e norte do Cariri e no litoral de “o correio do inverno”.

135 Obra cit., p. 166.

As alturas pluviométricas de Conceição apresentam-se, realmente, extraordinárias, a termos de se avantajarem às de muitos municípios do Brejo e do Litoral. Essa abundância de chuvas deve ser atribuída às suas discordantes condições topográficas.

Distingui Coriolano de Medeiros, sem o conhecimento das atuais observações que me orientam:

Situado nos acidentes da Borborema, tem o município belíssimas paisagens, sendo os seus terrenos cobertos de vegetação e muito férteis. Não sofre tanto os efeitos da seca quanto os municípios que ficam ao norte.¹³⁶¹³⁷

São as vantagens da altitude, que diverge dos campos rasos da região, ao abrigo de causas perturbadoras.

Santa Luzia, na área esturricada do Seridó, é o ponto mais seco, porque fica no sopé da serra que a resguarda dos ventos.

Catolé do Rocha figura em segundo lugar na ordem das elevações pluviométricas, com a média de 986,4. Brejo do Cruz alcança a mesma influência com a média de 892,5. Parece que, conforme indica sua denominação, esse município já foi servido de mananciais, mantidos pelas matas de que só restam vestígios nos sítios mais altos. A derrubada deve ter redundado também na escassez das precipitações.

De qualquer forma os agentes meteóricos são propícios a essa região que avança, grotescamente, pelo Rio Grande do Norte. Derivam, provavelmente, dessas bandas os ventos que a aguam.

Do outro lado, Teixeira e Princesa, municípios serranos, equiparam-se com as médias, respectivamente, de 737,8 e 725,7. O relevo não

136 *Dicionário Corográfico*.

137 N.E.: a edição utilizada por José Américo de Almeida, provavelmente a primeira do *Dicionário Corográfico* de Coriolano de Medeiros, difere daquela publicada posteriormente, em 1950, a mais difundida. Nesta se lê: "Situado nos acidentes da Borborema, tem o município belas paisagens, sendo o solo, de ordinário; acidentado e coberto de vegetação". Não há menção sobre os efeitos da seca. In.: CORIOLANO DE MEDEIROS, J. *Dicionário corográfico*. João Pessoa: Editora IFPB, 2016. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/10>. Acesso em: 12-jun-23.

lhes é mais favorável por ser orientado a maior distância da costa em todos os sentidos.

Piancó e Misericórdia, ainda que baixos, acusam médias mais elevadas, de 820,3 e 789,5, porque são, se bem me lembra, as zonas sertanejas mais cobertas.

Dos pontos centrais, Patos é muito bem aquinhoado, com a média de 970,8 que talvez se explique pela influência, na estação das chuvas, do grande número de rios e córregos que o sulcam, tanto que sua média anual varia de 2.450,7 para 124,7, conforme a regularidade das estações.

Essas alturas reduzem-se em Pombal a 681,9 e em Sousa a 750,2. Eleva-se, proporcionalmente, a média, a oeste, com 874,2 em São João do Rio do Peixe, 881,3 em Cajazeiras e 888,8 em São José de Piranhas.

É mais uma prova da marcha que me parece terem as primeiras chuvas no Alto Sertão.

O senador Tomás Pompeu também observou: “As chuvas ordinariamente começam pela região do Araripe e Ibiapaba e em geral pelas serras mais altas” (1909, p. 194).

Opera-se a condensação nesses pontos favoráveis e os ventos vão, provavelmente, espraiando as chuvas. À medida que os terrenos se resfriam, produz-se a evaporação, e a temperatura determina o abaixamento do ponto de saturação. Pronuncia-se, destarte, a ação dos alísios na persistência do inverno.

As correntes aéreas da costa paraibana, depois de terem largado parte dos vapores aquosos nos brejos e de se altearem no planalto da Borborema, pela reação do calor, não iriam beneficiar os campos sertanejos.

O sábio americano Loomis chegou à conclusão de que “cai pouca água nas planícies em que o vento dominante transpõe anteriormente montanhas elevadas”¹³⁸.

Parece-me que os alísios reinantes nessa parte de nosso território decorrem, principalmente, da costa rio-grandense. Em Sousa, costuma-se chamar de *moçoró*, por sua procedência, um vento periódico, da mesma forma que se chama *aracati* uma corrente aérea que também

138 *Apud* Tomás Pompeu de Sousa Brasil – *O Ceará no começo do século XX*, p. 363.

não nos é estranha¹³⁹.

Compreende-se, desse jeito, a discordância que, este ano, se marcou mais uma vez.

Infelizmente, não tem sido observado o regime dos ventos nessa região. Mas tudo leva a supor que os alísios, depois de atravessarem outras partes de nosso território, não aproveitam a zona de além-serra, de condições topográficas inferiores às do Cariri, mal servido, e, de modo especial, porque os brejos já têm absorvido os seus vapores aquosos. E, por esse mesmo motivo, e que esses ventos, não tendo encontrado, na outra travessia, focos do mesmo poder de condensação, transportam, apesar da diferença do nível, um pouco de umidade às nossas plagas, principalmente se se lhes deparam ambientes arrefecidos pelas chuvas de outra direção.

São, entretanto, meras hipóteses, dependentes de dados positivos.

O exame de nosso clima, que seria ainda mais simples, se fosse menos obscuro o conjunto das condições meteorológicas, intrinca-se, quando se passa do estudo da marcha normal das estações para o mistério dos extremos que infelicitam o nordeste.

As inundações são menos frequentes e pouco danosas em nosso território. O Paraíba tem sido responsável pelos prejuízos mais vultosos com as suas enchentes imprevistas. Datam, como já escrevi, dos tempos coloniais esses extravasamentos nutridos por chuvas excessivas nas cabeceiras impermeáveis do rio.

A primeira dessas cheias de que se tem notícia ocorreu em 1641 e estragou, vastamente, as culturas da várzea. A segunda foi em 1698 e prejudicou, igualmente, os agricultores. Outra em 1731 danificou, entre muitos, o engenho Maraú. O abade frei José de Santa Rosa teve de mandar reedificar a casa de moenda.

Em 1789 uma dessas enchentes acarretou a cruz que deu ao engenho Espírito Santo, onde foi encontrada, o nome de Cruz do Espírito Santo, transmitido à vila aí situada.

139 Diz o dr. Tomás Pompeu que “o Aracati, como é chamado no Sertão, sopra invariavelmente de leste, ora para sul, ora para oeste”. Idem, p. 236.

Reproduzem-se, periodicamente, esses transbordos, cujos efeitos se tornariam, talvez, menos perniciosos, se fosse retificado o leito do rio.

O Mamanguape, a poder de precipitações extraordinárias, inundou Mulungu e outros pontos em 1899. As torrentes sertanejas também, não raro, se demandam, inutilizando as *vazantes*, derramando-se pelas planícies e arrombando açudes.

Mas esses males são pequenos em face da calamidade da seca. É este o fenômeno cujo conhecimento nos interessa, porque ladeado aos nossos destinos. A Paraíba é atingida em quase sua totalidade pela desgraça do Nordeste.

O engenheiro Raimundo Pereira da Silva delimita, precisamente, a área da seca:

Faz-se sentir periodicamente em uma zona que poderia ser limitada por uma curva, partindo de um ponto qualquer do litoral do Ceará, na distância média de 30 quilômetros da costa, contornando de perto o litoral do Rio Grande do Norte, inclinando-se nas divisas deste estado com a Paraíba em direção a Campina Grande, cortando Pernambuco na altura mais ou menos de Pesqueira, atravessando o São Francisco nas proximidades da Cachoeira de Paulo Afonso, passando por Jacobina e Barra do Rio Grande, na Bahia, entrando o estado do Piauí pelo município de Paranaguá, seguindo pelo divisor das águas do Paraíba e do Itapicuru até as proximidades do litoral e, continuando, a fechar no ponto de origem.¹⁴⁰

É uma superfície, aproximadamente, de 600.000 quilômetros quadrados. A parte da Paraíba mais exposta às estiagens está dentro dessa curva e representa mais de dois terços do território. E as caatingas, situadas fora desses limites, correspondem quase sempre às crises climáticas do Sertão, porque, se as estações regulares não se harmonizam, as secas são comuns a todo o estado, numa intensidade que varia de acordo com as condições locais.

140 “O problema do Norte”, parecer apresentado ao Conselho Diretor do Clube de Engenharia na sessão de 1º de junho de 1907. *Revista do Clube de Engenharia*, 1909, nº 19, p. 23.

É por isso que o engenheiro Raimundo Pereira da Silva observa em outro trabalho:

Quando se estudam as condições do clima do estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte, verifica-se que, a não ser em estreita e curta faixa do litoral, interessando, apenas, alguns municípios, a estação que se apresenta infalivelmente certa, variando apenas em sua duração e sempre no sentido do aumento, salvo raríssimas exceções, é a estação seca.¹⁴¹

Sua ilação é autorizada por um inquérito procedido em todos os municípios da Paraíba; e, se os nossos brejos não se acham excluídos desse regime, é porque eles têm uma parte sujeita ao flagelo que, aliás, é longamente intervalado.

Poderá a ação do fenômeno em nosso território esclarecer o conhecimento de suas causas? No estado atual da ciência, essa interrogação é uma angústia que cresce, de crise a crise, em face do enigma. Têm sido, constantemente, pesquisados esses agentes que, mais e mais, se enfarruscam nas negações de seu mistério.

Já não é fácil o balanço dessas conjeturas discordes. O mal tem sido lançado à conta da forma do continente norte oriental, da direção orográfica, da natureza e do desnudamento dos terrenos, do resfriamento do sol, do regime anticiclônico e de outras duvidosas influências.

Algumas dessas hipóteses merecem ser consideradas, porque não estão, de todo o ponto, destruídas.

O barão de Capanema pretendeu subordinar essa manifestação à periodicidade das manchas do Sol. Esses negros rasgões, que contrastam na fotosfera solar com as fúculas luminosas, sempre a mudarem de forma e de dimensão em seu movimento próprio, ao lado da rotação do astro, passam, todos os 11 anos e pico, de um máximo a um mínimo de intensidade.

Um diagrama do observatório de Greenwich, de acordo com os dados de 1841 a 1896, patenteou a influência dessa atividade sobre o magne-

141 Relatório de 13 de julho de 1910, p. 140.

tismo terrestre. Alguns astrônomos têm assinalado a concordância de ciclones com a passagem das manchas por certas regiões do disco e Meldrum atribuiu às suas máximas a maior produção de chuvas.

Cuidou, por isso, o cientista brasileiro que às mínimas deviam corresponder anos de seca.

Mas essa alternativa não tem coincidido com as nossas crises climáticas.

O dr. Tomás Pompeu ainda insiste:

Os dados, portanto, tradicionais e recolhidos de 1849 para cá, abonam a hipótese da influência solar na produção desse fenômeno meteorológico. Creio mesmo que um estudo mais completo de ambos – manchas e chuvas – mostrará a conexão entre eles, apenas entrevista.¹⁴²

Mas o dr. Orville Weber contraria com a segurança de suas observações:

A pedido do dr. Orville Derby fiz uma comparação das manchas solares com a queda d'água. Em Quixeramobim, desenvolvendo a porcentagem das manchas observadas dia por dia e mês por mês durante 10 anos, em curvas, sendo o resultado completamente nulo, não se achando absolutamente nenhuma analogia entre as manchas solares e a queda da água.¹⁴³

O curto prazo dessa experiência desmerece algum tanto a conclusão. Verificou-se uma mínima no ano de 1890 que não foi seco, nem os que se lhe seguiram, na proporção de Wolf.

Em 1898 ocorreram 48 dias sem manchas. Não sei, porém, se esse acréscimo da atividade solar se registrou no tempo correspondente à entrada do nosso *inverno*, alterando as condições meteorológicas.

Tudo indica ser a seca um fenômeno extraterrestre que atua mais ou menos intensamente, conforme as circunstâncias locais. Seu co-

142 Obra cit., p. 360.

143 Relatório citado, p. 5.

nhecimento depende de mais perfeitos estudos astronômicos ou, mais propriamente, das radiações elétricas que emanam do sol, se elas se produzem, energicamente, nas regiões inferiores da atmosfera.

Releva, antes, determinar a função dos alísios na Paraíba. É, teoricamente, conhecida a maravilhosa regularidade desse fenômeno. Costuma-se dizer que esses ventos regulares são responsáveis pelas nossas secas; mas, eles são, ao contrário, as causas mediatas das chuvas. São tradicionais os seus benefícios.

Foi o Nordeste que facilitou o descobrimento da América. Disse Montesquieu:

*Les anciens ne quittèrent les côtes, que quand ils se servirent des mouçons & des vents alisés, qui étoient une espèce de boussole pour eux.*¹⁴⁴¹⁴⁵

Desconhecemos os danos do ar em movimento – o *tufão* devastador, o *mistral* gelado, o *föhn*, o *simum* queimoso – e, ao contrário, devemos às correntes atmosféricas a refrigério da latitude e, ademais, o transporte dos vapores d’água por terrenos de escassa evaporação. Ao seu papel puramente mecânico não deve ser imputada uma responsabilidade que cabe a fatores ocultos.

Euclides da Cunha disse que “o Sudeste é o regulador essencial do nosso clima” (CUNHA, *Contrastes e Confrontos*, 2013, p. 137). É, mais do que o regulador, o corretivo. A Paraíba é, ainda neste particular, um interessante campo de observação. Não vem ao caso a discussão das causas próximas das chuvas. Já toquei o ponto da diferença um pouco confusa das estações.

Sabe-se, mais ou menos, como se modifica o estado molecular das nuvens. Intervêm, entretanto, nos elementos meteorológicos alguns fatores que ainda não estão definidos.

Mas é fora de dúvida que os alísios tiram das regiões marinhas os vapores d’água, elevados ao calor solar, e os transportam terras adentro,

144 N.E.: os antigos só deixaram o litoral quando usaram as monções e ventos alísios, que eram uma espécie de bússola para eles.

145 *De l’esprit des loix*, Tomo I, p. 450.

até que eles se descarregam, quando encontram temperatura inferior, são comprimidos ou se distendem pelo movimento ascendente.

Dei um traço do mapa pluviométrico da Paraíba que fixa a importância dessas correntes aéreas como agentes de distribuição das chuvas. Quisera determinar o seu regime em todo o estado, mas falecem-me dados para essa precisão. Posso, todavia, assegurar que o sudeste predomina em todos os pontos da observação.

Considerarei, de relance, a costa sob esse aspecto.

Guarabira é rígida pela mesma influência. Em 1916, o nordeste dominou em janeiro, novembro, outubro e dezembro e o sudeste, que soprou em todos os meses, prevaleceu em junho, julho e agosto. O leste pouco se fez sentir e o sul ainda menos. Em 1917 não variou a direção; mas em 1918 o sudeste agitou-se quase só, mormente na estação das chuvas que caracteriza.

O maior interesse da indagação está, porém, na zona flagelada. Disponho, apenas, de dados relativos a Campina Grande nos anos de 1912, 1913 e 1915. Ainda bem que o último foi de seca e as observações que lhe dizem respeito podem fornecer alguma luz sobre a forma do fenômeno no planalto da Borborema.

Em 1912 sopraram, exclusivamente, o sudeste e o nordeste, com maior velocidade no fim do ano. Só não choveu em dezembro, quando os ventos dos dois quadrantes se equipararam; mas o inverno não foi dos mais abundantes. Em 1913 essas correntes diminuíram a marcha; circularam, em compensação, o norte, o sul, o sudoeste e o noroeste, mais ou menos ativos, a ponto de terem os três primeiros se avantajado ao nordeste. Mas essa variedade não influiu nas alturas pluviométricas que pouco excederam as do ano anterior.

Em 1915, os alísios enfraqueceram, principalmente o nordeste, que passa por ser o vento da seca. O sudeste não deixou de preponderar; mas foi, em relação aos outros anos, notável a atividade do sul, do sudoeste, do norte e do noroeste. O sudeste soprou mais vezes em dezembro, novembro, setembro, outubro e janeiro e menos em fevereiro, julho, abril e março. O nordeste atingiu o máximo em outubro, novembro e dezembro e caiu em janeiro, fevereiro, julho, abril e junho. O norte apresentou maior marcha em fevereiro, março, novembro e janeiro e abrandou em

julho, agosto e setembro. O sul manifestou maior atividade em junho, julho, janeiro e março e rarefez-se em setembro, agosto e fevereiro.

Atendendo-se, enfim, a que os meses de mais chuva foram abril, julho e agosto e a que fevereiro, março, maio, outubro e novembro decorreram sem um milímetro d'água, a conclusão é que as correntes aéreas não tiveram parte direta na irregularidade do ano.

É exato que, devido a uma causa desconhecida ligada ao fenômeno, se alterou o regime dessas correntes; mas evidencia-se que elas se movimentaram, indistintamente, em meses secos e chuvosos.

Já o dr. Weber observara no Ceará:

Como se verifica do quadro 23, sopram os ventos invariavelmente, tanto nos anos chuvosos como nos anos secos, do quadrante NE – SE, sendo apenas a velocidade inferior nos anos chuvosos.¹⁴⁶

Não se deve, portanto, atribuir a seca aos alísios que são meros portadores dos elementos do inverno e não deixam de circular durante a crise climática.

O mal é devido a um fator incógnito que perturba as causas próximas das chuvas. Por sinal que a escassez das precipitações pluviais se faz sentir, nas invasões do fenômeno, em todo o território do estado, inclusive na costa, mais ou menos gravemente, segundo as condições ambientais.

Chega-se a essa conclusão, comparando-se o ano de 1915 aos imediatos:

	1914	1915	1916
Mamanguape	3.194,4	987,3	1.277,4
Paraíba	2.378,4	952,5	1.250,0
Santa Rita	2.098,2	597,1	1.095,4
Espírito Santo	2.028,5	752,3	990,5
Pilar	1.762,9	554,4	861,0

Verifica-se o mesmo decréscimo nos brejos:

146 Relatório cit., p. 12.

	1914	1915	1916
Areia	3.194,4	987,3	1.277,4
Alagoas	2.378,4	952,5	1.250,0
Bananeiras	2.098,2	597,1	1.095,4

Essa divergência é, naturalmente, ainda mais marcada no Cariri e no Alto Sertão: em Cabaceiras afastou-se de 495,2 para 29,8; em Campina Grande, de 1.337,2 para 550,1; em Monteiro, de 1.030,3 para 99,6 e, afinal, em Conceição de 1.613,1 para 99,6. Em 1919, a zona costeira demonstrou a mesma amplitude.

A seca é, portanto, um fenômeno extratelúrico que desarranja as condições meteorológicas do litoral ao Alto Sertão. Nenhum ponto do território escapa aos seus efeitos. Mas essa nefasta influência é favorecida ou neutralizada, de longe em longe, pelas causas locais.

E, destarte, se não são agentes diretos, agravam os seus efeitos algumas circunstâncias coadjuvantes, como: o afastamento da costa, a posição relativamente aos ventos reinantes, a natureza do solo, a ausência da vegetação e as queimadas.

O mapa pluviométrico da Paraíba denunciaria a cota-parte de cada uma dessas causas.

As vantagens da latitude são anuladas no sertão despido, como se vê dos notáveis declínios de Alagoa do Monteiro e Conceição do Piancó, certamente porque, durante o rigor da soalheira, os ventos perdem, na travessia combusta, as mínimas possibilidades de condensação.

Já mostrei que os sítios mais próximos do mar e os mais expostos à ação direta dos alísios são vantajosamente chuvosos. É de se ver, consequentemente, que, quando são precárias as condições gerais, esses pontos padecem em menor grau as consequências do estado anormal. Daí, não haver seca, propriamente, na região litorânea e nos brejos.

Mas, assim como, nos anos regulares, é desigual a distribuição das chuvas, até entre lugares limítrofes, essa diversidade aumenta durante as crises do clima. É de observação que, nos períodos mais ingratos de estiagem, há, na própria área sertaneja, glebas favoritas que são de quando em quando, beneficiadas pelas *mangas*. Piancó é um dos exemplos dessa fortuna.

Esses pontos, a despeito do apoucamento dominante, mantêm focos condensadores que se apossam, pressurosamente, das exíguas promessas de chuva que erram pelo espaço.

É a virtude das condições mesológicas. Sobreleva, entre esses fatores, a vegetação. E como se explicam as secas no século XVII, quando o Sertão era coberto de matas virgens?

É uma objeção cediça. Afigura-se-me que nunca houve florestas nessa região. A flora era, decerto, mais opulenta, como indicam alguns resquícios; mas os primeiros campos foram preparados por meio de queimadas que, como se sabe, inutilizam os efeitos compensadores da irradiação noturna, em detrimento da regularidade climática.

E a mata, por si só, não poderia contrabater o fenômeno, senão suavizar o seu rigor. Porque o desnudamento não é a causa da seca: contribui, apenas, para a sua gravidade.

A vegetação é, inquestionavelmente, uma fonte de umidade e modifica as condições atmosféricas. Um terreno coberto não reverbera, como os pedregosos e escalavrados; e, desse jeito, não determina as colunas de ares aquecidos.

Dir-se-á que essas árvores de folhas caducas, em sua maioria, não evaporam o líquido sugado pelas raízes, numa corrente ascensional mais leve. Mas concorrem para a formação da água subterrânea que produz, igualmente, a evaporação.

Tudo leva, assim, a supor que a grande açudagem, como elemento fornecedor de vapores aquosos, e a conseqüente arborização, suprimindo as deficiências do fenômeno periódico, lograrão melhorar o clima do Nordeste.

É, em remate, manifesta a irresponsabilidade dos alísios na produção das secas.

O. Weber ainda aventa que “só podemos procurar a causa da escassez de chuvas não na direção dos ventos e sim na sua maior ou menor elevação sobre a superfície da terra”¹⁴⁷.

Mas a elevação não é uma causa, senão o efeito de circularem essas correntes aéreas, sob a influência desconhecida, descarregadas de umi-

147 Trabalho cit., p. 12 e 13.

dade. E se, nesse estado, tendem a maiores alturas, são, cada vez mais, repelidas pelo bafo do solo requeimado.

Não procede, por igual, a engenhosa hipótese do conflito entre os dois grandes centros térmicos da África e da América do Sul sobre a orientação do movimento da atmosfera formada na superfície do Atlântico, em prejuízo do Nordeste. Os ventos sopram, indistintamente, nos anos pluviosos e nos escassos.

Se a seca tivesse uma causa de zona, não seria um acidente no regime de chuvas copiosas. Há uma lei esquiva, entrevista na fatalidade de seus ciclos, que perturba a regularidade dominante. E o fenômeno desafia, com ironias de luz vertiginosa, a ciência falha dos homens...

Do exame de nosso clima resulta a expressão de sua grata benignidade. Sem os frios e calores extremos das temperaturas indecisas, com uma taxa moderada de umidade relativa, de uma estabilidade de valores que não debilita e, ao contrário, beneficia a atividade ininterrupta – essas características explicam o desenvolvimento demográfico e outros frutos do meio.

Quem coteja a natureza desequilibrada de outros elementos meteorológicos com essa harmonia que chega a confundir quase todos os meses do ano no mesmo padrão climático sem os prejuízos exagerados pelas prevenções teóricas, quem estabelece esse paralelo tem, por força, em boa conta as nossas condições.

Dir-se-á que as crises periódicas interrompem esse tipo e estragam todos os seus benefícios.

Mas a seca, sendo assoladora, não é de molde a inscrever o Nordeste na condenação das terras áridas. Sua diminuta frequência dá largas a uma prosperidade que confirma as excelências do estado normal.

O dr. Weber considera anos secos “todos os que têm um total anual inferior a 600 mm, ou mais exato, 596 mm”¹⁴⁸.

Como já demonstrei, os municípios mais privados de precipitações são Cabaceiras, São João do Cariri, Soledade e Picuí. O primeiro recebe quantidade d’água inferior a esse limite; mas os outros, conquanto pas-

148 Relatório cit., p. 4.

síveis de longas estiagens, excetuam-se ao contrário da regra da aridez: a média de São João do Cariri foi de 1.524,4 em 1921 e de 671 em 1914; a de Soledade atingiu 710,0 em 1920 e a de Picuí elevou-se a 1.188,0 em 1912.

Das 38 localidades do estado, sedes de estações pluviométricas, somente 20 apresentaram dados inferiores a 500 mm – considerados, geralmente, como os típicos da seca – no ano calamitoso de 1915. Apenas 10 tiveram um declínio abaixo de 200 mm.

O mal reside, antes, na irregular distribuição das chuvas.

O sistema adotado pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, de somar as alturas pluviométricas do ano civil, aberrava da diversidade das estações. Deixo de seguir o critério do sr. Ildefonso Albano, contando as chuvas de outubro a setembro¹⁴⁹, e de organizar quadros correspondentes a cada zona, porque tenho à mão, apenas, o mapa das médias anuais.

Mas o cômputo de janeiro a dezembro prevalece em face de outros resultados obtidos pelo mesmo processo para salientar nossas vantagens nos períodos regulares. Em 1914, por exemplo, a média de 27 localidades, dentre as 38 observadas, foi superior a mil, tendo algumas excedido de duas e três mil.

É esse o *clima desértico* que se condena de oitiva.

No Nordeste não há regiões com a desolada fisionomia dos planaltos de Utah, de Nevada, do Arizona, do sudeste da Califórnia, de grande parte do Novo México que constituem, com outras zonas menos áridas das montanhas rochosas, mais de dois milhões de quilômetros quadrados nos Estados Unidos; tampouco dos desertos que representam “quatro sétimos da África, cinco sétimos da Austrália, sete décimos da Ásia e cerca de um vigésimo da Europa”.

149 Parecer apresentado pelo deputado Ildefonso Albano a 29 de setembro de 1919. Esse vigilante advogado do Nordeste também observa, em outro valioso trabalho, consoante acabo de notar: “Chuva no Piauí é sinal de próximo inverno no Ceará. É uma observação popular muito exata que se baseia em um fato científico, pois a zona das calmas, estendendo-se em direção ao norte, passa ao sul do Piauí em fins de fevereiro e percorre o Ceará em março”. – *O secular problema do Nordeste*, p. 9. É uma conjectura que aludi em passagem já impressa, mas há quem conteste a hipótese dessa influência na faixa equatorial.

Entrado dessa convicção, o sr. Sampaio Correia assegurou, com a consciência de seu valor profissional, abeberado em elementos positivos:

O Nordeste brasileiro, ao contrário do que em geral se supõe, apresenta tais condições de clima e de solo que as obras reclamadas pelos seus habitantes jamais poderão ser consideradas como de mero socorro público; constituirão, de preferência, serviços de desenvolvimento econômico.¹⁵⁰

E o engenheiro Clodomiro Pereira da Silva acode com sua esclarecida observação pessoal:

As terras do Nordeste são particularmente férteis, excepcionalmente salubres e de ameno clima, em que pese aos que o julgam, inconscientemente, o Saara brasileiro. (SILVA, 1920, p. 24)

São inúmeros os testemunhos que têm reabilitado essa parte do país de um injusto descrédito. E, além do mais, estamos seguros dos acidentes que, em outras latitudes, conspiram contra a vida e os haveres da população.

Vem a propósito evocar os desastres que ocorrem, a espaços, nos Estados Unidos. Em 1861, todos os cavalos do esquadrão comandado pelo coronel Coles morreram de frio no rio Powder. No Minnesota pereceram na neve, durante o inverno de 1872-1873, milhares de pessoas. Em 1876 um tufão sacrificou 100.000 vidas humanas nos arrozais da foz do Megna. Sucumbiram, da mesma forma, na embocadura do Hugli, em 1864, 48.000 pessoas. As *cold waves* determinam, de repente, nocivos resfriamentos da atmosfera.

E P. Leroy-Beaulieu, que não deve desconhecer essas vicissitudes, alvitra: “*de tous les pays qui s’offraient à la colonisation de la vieille Europe, les États-Unis sont assurément le mieux doué par la nature*” (LEROY-BEAULIEU, 1905, p. 10)¹⁵¹.

150 Parecer da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, de 18 de outubro de 1919.

151 N.E.: de todos os países que se ofereciam à colonização da Velha Europa, os Estados Unidos são seguramente os mais abençoados pela natureza. Disponível em: <https://archive.org/details/lestatsunisauxoolerouoft>. Acesso em: 11-jun-23.

É curioso o argumento do reputado economista francês:

*La nature y était trop forte pour être domptée par des hommes encore faibles, qui se plaisent mieux et arrivent plus aisément à progresser dans des pays divisés par des obstacles naturels, des chaînes de montagnes, des bras de mer, en compartiments étanches, où les peuples sont à l'abri les uns des autres, peuvent se constituer et se développer en paix et sous des climats plus doux, où les fléaux naturels, inondations, sécheresses, froids et chaleurs extrêmes n'accablèrent pas la violence subite et décourageant pour le primitif qu'ils possèdent dans le Nouveau-Monde ou dans la zone tropicale. Mais, au contraire, pour une civilisation importée du dehors par des hommes qui savent déjà se soustraire aux violences du climat et discipliner les forces d'une nature exubérante, pour la civilisation moderne surtout, quel merveilleux terrain que les États-Unis!*¹⁵² (LEROY-BEAULIEU, 1905, p. 9)

Como diferem esses excessos das tranquilas condições do Nordeste que oferece toda a segurança às explorações dos seus inexauríveis recursos e só se descompassa, parcialmente, nas soluções de continuidade das secas remediáveis. Nem tufão, nem pampeiro, nem grande desenvolvimento de eletricidade, nem tromba d'água, nem granizo, nem geada¹⁵³,

152 N.E.: a natureza era muito poderosa para ser dominada por homens ainda fracos, que se sentem melhor e progridem mais facilmente em países divididos por obstáculos naturais, cadeias de montanhas, braços de mar, em compartimentos estanques, onde os povos estão protegidos uns dos outros; podem se estabelecer e se desenvolver em paz e sob climas mais amenos, onde as calamidades naturais como enchentes, secas, frios e calor extremos não empurram a violência súbita e desencorajadora para os primitivos que existem no Novo Mundo ou na zona tropical. Mas, pelo contrário, para uma civilização importada de fora por homens que já sabem se proteger das violências do clima e disciplinar as forças de uma natureza exuberante, principalmente para a civilização moderna, que território maravilhoso são os Estados Unidos!

153 Diz E. Herckmans, da serra da Copaoba ou da Raiz: "O ar é salubre e mui temperado; à noite sente-se aí mais frio do que nas regiões inferiores do Brasil, o que é certamente devido à altura. Pessoas que aí estiveram afirmam ter visto em algumas noites o campo coberto de geada" (Loc. Cit., p. 107). Não é verossímil a informação. Esse fenômeno é desconhecido na Paraíba, salvo com a forma quase imperceptível que M. A. de Macedo lhe atribui no Ceará:

nenhum dos males que, no próprio Brasil meridional, aniquilam, muita vez, do dia para a noite, todos os esforços da produção.

Transcrevo, a esmo, a parte de um quadro climatológico das estações do estado de São Paulo, referente a um mês, para mostrar o quanto vale a educação do trabalho contra as hostilidades dos elementos:

No dia 1º deste mês caiu em Santos uma faísca elétrica, danificando um muro que faz divisão com o cemitério. Na noite de 4 para 5 caiu na mesma cidade uma chuva torrencial com furacão, alagando muitas casas.

Na capital, as chuvas dos dias 6 a 14 foram de 136,6 mm, produzindo uma inundação da várzea do Carmo, invadindo e derrubando muitas casas e causando desmoronamentos nas linhas férreas do Norte e Sorocabana.

No dia 15 houve chuva de pedras grandes em Piracicaba. No dia 20 a enxurrada das chuvas invadiu outra vez diversas casas da capital, causando prejuízos no valor de muitos contos. Abateu um muro no Largo do Arouche, e em diversas ruas fez cair casas em construção. No Marco da Meia Léguas caiu saraiva durante meia hora e em uma chácara do bairro das Palmeiras caíram dois raios, mas sem vitimar pessoa alguma.

Também em Itatiba caiu em princípios deste mês uma grande chuva que fez estragos em diversas propriedades, causando um prejuízo de oito a nove contos nas vinhas do sr. Afonso Joly. Em Piracicaba caiu um raio no chalé do sr. Antônio Ferreira de Carvalho, sem fazer vítima e em Santos um raio fez desabar a cumeeira de uma das salas de residência do coman-

“Um fenômeno bem diverso contribui para a destruição das flores do cajueiro e crestações de seus embriões, como para a ruína da germinação das plantas delicadas. Este fenômeno é a irradiação noturna, pela qual os vegetais sofrem um abaixamento de temperatura superior ao do ar ambiente. Achando-se a atmosfera serena e sem nuvens, as plantas se ressentem da irradiação precipitada e seus efeitos são mais desastrosos. Como o fenômeno da irradiação seja mais frequente nas noites de lua, de nossa primavera, é ele, em geral, atribuído à influência desse satélite; por isso, o vulgo cearense lhe chama ‘lua criz’, porém no sul do Brasil o conhecem por ‘geada.’” (*Observações sobre as secas do Ceará*, p. 30).

Esse arrefecimento nunca chegou a gear, sequer nos brejos.

dante da fortaleza da Barra, arrastando consigo todo o teto e abalando as construções contíguas.¹⁵⁴

Ajustar-se-ia ao Nordeste a exclamação de Bates, “a consciência *feito ciência*”, na frase de Darwin: “Como no Equador a vida da natureza é grandiosa no seu perfeito equilíbrio e na sua simplicidade”!

154 Comissão Geog. E Geol. Estado de São Paulo (sec. Meteorol.). Dados Climatológicos do ano de 1891, págs. 6 e 7.

3

O MARTÍRIO

As secas têm sido, precipuamente, responsáveis, em seus ciclos mortais, pelo retardamento de nossa organização social e econômica.

Ajudada, vantajosamente, de recursos naturais que, nos anos regulares, lhe asseguram a expansão da riqueza, a Paraíba tem tido a obra relutante de seu progresso, realizado sem nenhum acoroçoamento dos poderes centrais, periodicamente aniquilada por essa fatalidade.

A força destruidora do flagelo, em suas invasões paralelas, através dos séculos não tinha sido oposta senão à resistência da raça blindada por um longo sofrimento para todas as reservas do instinto de conservação.

Essa capacidade reconstrutora merece ser estudada, à parte, como expressão singular de energia inelutável e de apego ao solo – duas virtudes de alcance moral e patriótico.

O nosso estado é atingido, consoante já explanei, em quase sua totalidade pelo fenômeno climatérico.

Distingue o sr. Rodolfo Teófilo, vigilante patrono da causa comum do Nordeste:

O Ceará, dos estados do Norte do Brasil, é o que sofre com maior intensidade e mais repetidas vezes os flagelos das secas. Não porque os estados vizinhos, mormente nas zonas do interior, não estejam sujeitos à mesma falta de chuvas, mas por causa da natureza do solo cearense, da sua hidrografia. No Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, além de rios perenes, há grandes brejos, terrenos alagadiços em grandes extensões, que produzem melhor pelo verão do que pelo inverno. (TEÓFILO, 1901, p. 9)

Não quero disputar a primazia do martírio para a minha Paraíba. Tenho que a terra da luz é profundamente sensível a essas atrozidades ir-

rupções. Mas as razões aduzidas pelo produtivo escritor cearense denunciavam um certo desconhecimento de nossas condições.

A serra da Borborema, como já descrevi, divide o nosso solo em duas bacias. A rede hidrográfica do Piranhas não tem água permanente. É impetuosa na força das chuvas; mas no estio reduz-se a alguns poços nas depressões dos leitos vazios. É essa a região vitimada.

Na segunda zona, não há propriamente rios, senão alguns riachos perenes em breves trechos. Os que coletam as águas dos brejos são pequenos cursos dependentes, em sua maioria, da estação. E quase todos os que atravessam o litoral e deságuam, diretamente, no oceano são de curta correnteza, alimentada, no verão, pelas marés.

São os rios da vertente oriental da serra, cujos benefícios se limitam às várzeas litorâneas. O próprio Paraíba tem uma fluência muito reduzida.

Temos, por conseguinte, menos de terça parte do território isenta dos efeitos diretos do flagelo, sem contar a zona da caatinga.

Mas o Ceará, além da faixa costeira, dispõe, também, de pontos mais favorecidos para socorro das populações famintas: o Cariri e as serras.

É o próprio sr. Rodolfo Teófilo quem confessa, em outro livro, que

da Paraíba e do Rio Grande do Norte, limítrofes do Ceará, também assolados pela seca, a emigração fazia-se em grande escala, e, ao mesmo tempo, para os nossos sertões, para os mesmos pontos que escolhiam os nossos retirantes” (TEÓFILO, 1922, p. 90).

São lugares dotados de copiosos recursos que, aliás, não podem satisfazer, anos a fio, a voracidade da superpopulação. Atraem, porém, os nossos próprios retirantes.

A serra do Araripe tem fontes perenes que resistem às mais compridas estiagens, qual o poço de cacimbas, na chapada, e as que se apresentam nos seus flancos, com o caráter, às vezes, de autênticos brejos, como o que fica a leste da vila de Brejo dos Santos.

O sr. Ildefonso Albano, que é, inflexivelmente, afeiçoado ao nosso problema, reconhece: “se tivéssemos mais serras no Ceará, não sofre-

ríamos tanto a consequência da seca, pois elas serviriam de refúgio à população”¹⁵⁵

Inteirado dessas vantagens, sustenta o engenheiro Clodomiro Pereira da Silva: “É preciso não esquecer que a zona flagelada não está só no Ceará, há outros pontos do Alto Sertão no Nordeste que sofrem mais secas e que têm maior extensão do que as zonas flageladas desse estado”. E acrescenta, sem maior justeza: “e se pode mesmo dizer que as zonas semiáridas de cada estado da Bahia, de Pernambuco e mesmo do Rio Grande e Paraíba são mais extensas que as respectivas do Ceará”. (SILVA, 1920, p. 133)

O único exemplo apontado desses deflúvios incessantes na área seca da Paraíba é o olho d’água do Pé Branco, em Sousa.

Mas são irritantes esses discrimenes. A nossa causa é uma só e não pertence, apenas, às regiões destruídas: é, virtualmente, nacional.

O intemorato Ceará, a maior forja, acesa pela seca, da fibra heroica dos acrianos, é, deveras, sofredor!

Não dissimulo que os brejos paraibanos são abundantes celeiros do sertão para os tempos normais e para as épocas de crise. Chegam até a prover às necessidades do Rio Grande do Norte. Refere Filipe Guerra que

os povos dos sertões vizinhos se alvoroçaram, e mesmo dos mais remotos, concorrendo para os mesmos brejos, principalmente para os de Bananeiras, Guarabira e Areia, uns a plantar, outros a comprar mantimentos e conduzi-los para os sertões; e faz admirar que havendo já nos mesmos brejos numeroso povo, tenha podido achar alojamento para tantos imigrados que se supõe em maior número e todos acharam mantimentos a fartar e por preços razoáveis. (*Guerra & Guerra*, p. 29)

É a memória de 1845. Utilizando-se de outro informe, insiste o mesmo autor:

No Brejo de Areia, Paraíba, houve inverno, o que foi um recurso valioso que a Providência ministrou; afluíu para ali população de diversas partes;

155 Ver nota 152. Parecer citado, p. 13.

exerceu o trabalho, a plantação e a lavoura; abundaram legumes que iam para outros lugares por entre a imensa dificuldade de transporte, que foi o que mais oprimiu. (*Guerra & Guerra*, p. 38)

É um grato documento de nossa índole acolhedora. Mas nem sempre nossa situação alcançou oferecer essa hospitalidade benfazeja. Tanta exuberância, sem a ajuda dos métodos racionais de cultura, falhou, alguns anos, em detrimento da população local, por não poder resistir ao sorvedouro dos adventícios.

Demais, a incerteza das estações ameaça, muitas vezes, todas as zonas do estado – não tanto pela escassez das precipitações, como pela sua extemporaneidade.

Aduzi observações meteorológicas que confirmam a diminuição das alturas pluviométricas em todo o nosso território, durante as grandes estiagens.

A experiência também evidencia que não há secas, propriamente ditas, em nossas zonas agrícolas; mas há invernos tardios que prejudicam a lavoura.

O regime da caatinga, consoante já observei, ainda mais precário. É de se vê que as condições dessa pequena parte livre da calamidade não compensam os danos do resto do estado. E, por conseguinte, os efeitos indiretos do cataclismo são, por igual, desorganizadores da economia dessa região privilegiada.

Os lavradores sacam proveito da alta dos produtos. Mas as outras classes sofrem todas as consequências do formigueiro humano consignado à caridade.

Não é possível, porém, aquilatar toda a vastidão dessa desgraça coletiva sem reconstituir os fatos.

A história das nossas secas ainda está por escrever. Os cearenses já registraram em livros minudentes os lances desses supremos desastres.

O martírio dos paraibanos ainda se acha, porém, a bem dizer, inédito.

O fenômeno incide sobre toda a área do Nordeste. De forma que as regiões compreendidas nessa parte do país têm a mesma crônica de dores e dificuldades. Mas, atenta a irregularidade na distribuição das chuvas, há, em todos os períodos de secas, pontos mais ou menos favo-

recidos pelas precipitações parciais, de maneira que variam as condições locais de município a município, na zona exposta ao flagelo, quanto mais de estado a estado.

E a agravação do mal depende ainda de outras circunstâncias. Assevera o dr. Tomás Pompeu Sobrinho:

De toda a vasta região que as secas devastam desde o norte de Minas Gerais ao Piauí é o Ceará o centro de mais profundos e maiores sofrimentos porque a intensidade dos efeitos do fenômeno é proporcional não à falta relativa de chuvas, mas à condensação da população. (POMPEU SOBRI-NHO, 1916, p. 10)

Não contesto, ainda uma vez, essa prioridade. Mas a razão aplica-se, igualmente, ao nosso meio, como demonstrou o último recenseamento.

O que diferencia também a história dessas vicissitudes são as medidas de salvação.

Forcejo por evocar os transe de miséria e de morte que têm prostrado, tantas vezes, a Paraíba.

As primeiras secas têm um interesse geral, porque os documentos antigos não limitam a esfera de sua atuação, nem esclarecem as formas de combate aos seus efeitos. São de um conhecimento comum a todo o Nordeste.

Colhi, porém, dos períodos mais chegados, elementos informativos de origem e aplicação locais. Adstrito às fontes esparsas, para maior autenticidade do martirologio, entro a determinar essas datas funestas.

Euclides da Cunha (2013, p. 49) e Ildefonso Albano (1918, p. 8) atribuem a odisseia de Pero Coelho de Sousa à primeira manifestação histórica da seca do Nordeste.

Não me parece, porém, bem interpretado esse lancinante desfecho.

A memória do desventurado bandeirante é, tristemente, aconchegada à Paraíba. Tendo seu cunhado Frutuoso Barbosa sido forçado a largar o governo desta antiga capitania, ele intentou ressarcir essa perda comum com a conquista de outros domínios. E, como tivesse obtido para essa empresa a licença do governador-geral Diogo Botelho, despachou daqui, com destino ao rio Jaguaribe, três barcos carregados de víveres

e munições e seguiu por terra, em julho de 1603, acompanhado de 65 soldados, entre os quais Martim Soares Moreno e Simão Nunes, 200 índios flecheiros e os intérpretes Pedro Congatan e Tuim Mirim.

Bem-sucedido na jornada, chegou à serra de Ibiapaba e não prosseguiu até o Maranhão por minguagem de ânimo de seus companheiros.

Fundou um estabelecimento e, deixando Simão Nunes em seu lugar, veio buscar a família na Paraíba.

E, novamente, daqui se partiu “com mulher e filhos em uma caravela e foi desembarcar em Ceará”, consoante descreve frei Vicente do Salvador, de cuja narração continuo a utilizar-me (SALVADOR, 2010, p. 389).

Mas, logo que chegou, se achou abandonado pelos homens validos da entrada e determinou, por isso, “retornar para sua casa”.

Foi essa a sua via dolorosa, cujos transeles as crônicas esmiúçam comovidamente.

Ocorria que “o pior inimigo era a fome e sede com que começaram a morrer os soldados”, e “todos estavam tão fracos que o vento os derribava”.

Mas essa penúria deve ser, antes, levada à conta da falta de mantimentos, no longo percurso de uma região inculta e despovoada.

A descrição carrega as cores do quadro, mas entremostra que a natureza não estava devastada à feição das secas. Simão Nunes pediu permissão ao capitão-mor “para passar da outra banda do rio a comer fruta”; sobreveio sede “que não se remediou senão ao terceiro dia por noite em uma cacimba ou poço de água doce junto de outras duas salgadas”; ...“e como até ali se não sustentavam senão em raízes de árvores; e de ervas, pegando dos caranguejos os comiam crus”.

Era simplesmente o verão sertanejo, sem o rigor dos estados anormais, com frutas, ervas e algumas fontes que, no estio, só se encontram onde é escavado o terreno. Daí, a escassez d'água.

1692 – Foi, sem dúvida, a primeira seca que desolou o Nordeste conquistado.

Nesse ano – reproduz Irineu Joffily – com a peste, sua inseparável companheira, assolou a capitania de Pernambuco, registrando um documento existente no arquivo da Câmara Episcopal de Olinda atos da mais admirável caridade, praticados pelo bispo dom Matias de Figueiredo

Melo, em benefício de seu rebanho, esparso pelo extenso território que hoje constitui quatro estados.

Os sertões da Paraíba e das capitanias do Ceará e Rio Grande, possuindo então população civilizada muito resumida, por datar apenas uns 40 anos a sua colonização, teriam sofrido principalmente na sua única indústria, a criação de gado, que ali floresceu muito cedo. (1892, p. 90)

Os indígenas foragidos pelas serras, conta o mesmo historiador – reuniram-se em numerosos grupos e caíram sobre as fazendas das ribeiras devastando tudo (1892, p. 97). A população emigrou, em grande escala, para as lavras de ouro de Minas Gerais.

1711 – O flagelo distendeu-se até o Maranhão. O dr. César A. Marques, citado por Tomás Pompeu de Sousa Brasil¹⁵⁶, exprime-se nos seguintes termos, em sua *Memória do Maranhão*:

Em 19 de abril de 1711, os oficiais da Câmara representaram ao governador Cristóvão da Costa Freire, mostrando o miserando estado em que se achava o povo desta cidade e suas capitanias por a grande fome que havia neste ano por faltas de chuvas.

É natural que a Paraíba tenha padecido ainda mais por sua notória acessibilidade às crises do clima.

1721 – Escreve Rocha Pita que, nesse ano,

abrasava o sol toda a nossa América, secando as águas, estagnando as fontes, esterilizando as lavouras e matando os gados... Os vizinhos das províncias do Ceará e do Rio Grande se ausentaram das praças e foram habitar as margens dos rios para não acabarem ao rigor da sede¹⁵⁷.

O fenômeno deve ter abrangido, com a mesma ou maior intensidade, o nosso território.

156 Nota à *Memória sobre o clima e secas do Ceará*, do senador Tomás Pompeu, p. 150.

157 *História da América Portuguesa*, Livro X, n° 69.

Nesse tempo, os filhos, genros, escravos e parentes de uma tal Maria de Oliveira, residente a 12 léguas da cidade da Paraíba, organizaram um bando que depredou o interior da capitania.

1723 - 1727 - Essa seca durou obra de quatro anos. A seguinte Carta Régia sumaria os estragos sofridos pela capitania da Paraíba:

Dom João, por graças de Deus rei de Portugal e dos Algarves, de aquém e de além-mar, em África senhor do Guiné e da conquista, navegação, comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia, da Índia. Faço saber a vós, João de Abreu Castelo Branco, capitão-mor da capitania da Paraíba, que se viu a conta que me destes em carta de 5 de julho do ano passado da esterilidade que fora continuando nas terras desse governo depois de partida a frota, reduzindo os povos delas ao mais lamentável estado que se podia imaginar, perecendo por esta causa muito número de pessoas, desamparando os senhores os seus escravos, na impossibilidade de os não poderem sustentar, seguindo-se a seca que houve uma imensidade de lagarta que consumiu as plantas todas e da providência de que usastes para remediar a toda essa capitania mandando buscar com o vosso dinheiro a Bahia e Pernambuco farinhas para o seu sustento, experimentando-se além destes danos as desordens de se fazerem contínuos furtos com repetição de muitas mortes é que acudistes com as providências de mandares passar os bandos cuja cópia me remetestes com as penas que neles exprimistes e que a causa da indigência e miséria desses povos é a ociosidade ou preguiça dos moradores desprezando-se ainda os mais vis (?) de trabalharem na terra ou em qualquer ofício, dando em vadios e ladrões.

El-rei nosso senhor o mandou por João Teles da Silva e Antônio Ruiz da Costa, conselheiros de seu conselho ultramarino, e se passou por duas vias. Miguel de Macedo Ribeiro a fez em Lisboa ocidental a vinte e quatro de maio de mil setecentos e vinte e cinco.¹⁵⁸

Ainda em 1730

158 *Datas e notas*, de Irineu Pinto, volume 1º, p. 123.

os oficiais da Câmara representam a el-rei declarando que, desde o ano de 1723 até o presente, tem sofrido esta capitania grande esterilidade de secas e ao mesmo tempo pedem a el-rei que os mande acudir com escravos, pois os daqui têm morrido de fome e que os engenhos estavam em ruínas, não só pelo estado da terra, como por falta de braços para o trabalho”¹⁵⁹.

Repetiram-se, com maior excesso, nesse período, as depredações e assassinios (JOFFILY, 1892, p. 97).

1736 – 1737 – “Algumas memórias, e comunicações dos capitães-mores”, escreve o senador Tomás Pompeu, “falam vagamente de uma seca nos anos de 1736, 1737, que flagelou a criação de gados; mas não dão notícia de sua intensidade”¹⁶⁰.

1744 – 1746 – Filipe Guerra refere a tradição de que, em 1744, “morreram os gados a acabar, e a fome no povo foi considerável, de sorte que os meninos que já andavam tornaram ao estado de engatinhar” (*Guerra & Guerra*, pp. 16-17)... E a calamidade prolongou-se até 1746!

Irineu Pinto também afirma que em 1745 a capitania sofreu uma grande seca.

1777 – 1778 – Não há notícia de que a seca de 1772 tenha atingido a Paraíba. A de 1777, cujos efeitos já se acentuavam no ano anterior e se estenderam até 1778, foi das mais desastrosas. Ficou perdido quase todo o gado da capitania¹⁶¹.

1790 – 1793 – O ano de 1784 tinha sido faltoso de chuvas, mas não chegara a ocasionar prejuízos de monta.

O sertão ia-se refazendo das crises passadas eis que rebentou a chamada *seca grande*. Foi uma inominável desgraça, cujos pavores se perpetuaram na tradição. “Havia chovido escassamente em 1790, menos em 1791, nada em 1792 e pouco em 1793”, consoante afirma o senador Pompeu (BRASIL, 1909, p. 154).

Morreram de fome até os bichos do mato.

159 Idem, p. 129.

160 *Memória sobre o clima e secas do Ceará*, do senador Tomás Pompeu, p. 153.

161 *Datas e notas*, de Irineu Pinto, volume 1º, p. 167.

É geralmente citado o caso do capitão Francisco Nobre de Almeida, opulento proprietário no Recife e grande fazendeiro em nossos sertões, o qual, como tivesse vindo ao interior da capitania cobrar o dízimo trienal, pereceu com toda a sua comitiva, em consequência da seca.

Em 1792, conforme colheu Irineu Pinto, o abade de São Bento, frei Bento da Conceição Araújo, “nada pôde fazer para que não morresse uma parte da escravatura dos engenhos de sua instituição”¹⁶².

E acrescenta o nosso malogrado historiógrafo que “em 1793 o restante da escravatura dos engenhos de São Bento durante oito ou dez meses se sustenta de ervas agrestes, por não poder mantê-los o convento”.

Cita Filipe Guerra que “na serra do Teixeira houve quem desse por duas cabras de leite duas *meias-dobras*¹⁶³, sendo o preço comum quatro mil réis e isso para comer-se com a massa e goma da raiz de mucunã, fazendo-se formidáveis escavações atrás de tal raiz” (*Guerra & Guerra*, p. 17).

Ajunta Maximiano Lopes Machado:

Mulheres, meninos e velhos, caminhando a passo lento e com olhar desvairado estendiam o braço descarnado e pediam, vergados e abatidos ao morador que vinha à janela ou ao transeunte que parava, a esmola para si, para o marido ou a esposa que morriam à fome!

Ninguém – cumpre dizê-lo – recusava uma parte do seu pão ou um vestido que lhes cobrisse a nudez.

Alguns recolheram em suas casas, no seio da família, os filhos menores desses infelizes, evidenciando assim a ideia do amor e adoração da divindade.

O governo da capitania veio também em auxílio deles, providenciando no que estava ao seu alcance para minorar-lhes os sofrimentos.

162 Idem, p. 179.

163 N.E.: meia-dobra foi uma moeda utilizada no Brasil Colônia, com valor equivalente a 6.400 réis.

Era ainda governador da Paraíba Jerônimo José de Melo e Castro, o qual, receando que a seca se prolongasse, tratou de promover a criação de uma sociedade que denominou pia-sociedade-agrícola, com o fim de promover a agricultura, dar ocupação aos emigrados e socorrer com os lucros da lavoura aos necessitados.

A ideia do governador foi bem aceita, os cidadãos mais abastados da capital e seus arredores reuniram-se em dia determinado no palácio do governo, e a sociedade foi criada sem dificuldade. (MACHADO, 1912)

Foi nesse período que, consoante a *Memória* dirigida pelo padre Joaquim José Pereira, vigário no Rio Grande do Norte, ao ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, apareceu “uma tal quantidade de morcegos que mesmo de dia atacavam as pessoas e animais que, já inanidos pela fome, não tinham mais força nem ânimo de afugentá-los.”

1803 – 1804 – Assim dá conta o governador do depauperamento da capitania:

Il^{mo} Ex^{mo} Senhor, depois de ter levado à respeitável presença de V. Ex^a em o meu Ofício nº 12, datado de 27 de outubro do ano passado, o plano que me lembrou adotar para socorrer as necessidades públicas à vista da carestia dos víveres, e muita pobreza, que aqui se encontra, tristes consequências da fome que sofreu esta capitania nos anos de 91, 92 e 93 e da que principiou a sofrer o ano passado de 1802, vejo-me obrigado a representar novamente a V. Ex^a que este terrível flagelo continua a assolar a estes povos sem esperança de melhoramento até o presente, porque a grande seca, que faz a origem da fome, e que ainda continua, desde que principiou o ano passado, depois de ter destruído algumas ribeiras de criação de gados do sertão, e pondo ali a farinha em preço de doze e dezesseis mil réis o alqueire e nesta cidade e mais portos de mar a preço de quatro até seis mil réis, não deixa frutificar as plantações que se têm feito, e vai consumindo as sementes que se plantam de tal sorte, que não só se padece a falta de lavoura, mas também se sente já muito a das sementes. Tal é o estado atual desta capitania e suas produções donde estou vendo grande multidão de pobres uns mortos à fome e outros a cometer furtos de toda a qualidade e aqueles que se supunham mais abastados esgotando os seus haveres nos

altos preços dos gêneros comestíveis. Lembrei-me nestas circunstâncias de pedir como tenho pedido ao governador e capitão general da Bahia que facilite para esta capitania a saída de alguns víveres a fim de se remediar de algum modo a este povo até que mude a estação e possam haver as produções da terra em que se trabalha e para o que não cesso de excogitar meios e persuadir quanto me é possível. D. Ge. a V. Ex^a m an Par. 28 de fevereiro de 1803. II^{mo} Ex^{mo} Sr. Visconde de Anadia Luís da Mota Feo.¹⁶⁴

1824 - 1825 - Não há nenhum documento oficial referente à seca na Paraíba em 1809. A de 1816 a 1817 foi parcial e de pouca duração. Há, ao revés, a lei de 24 de março desse último ano que mandou remover os gados para o interior, em benefício da agricultura.

O período de 1824 a 1825 foi para os paraibanos uma das maiores catástrofes do século, não tanto pelo rigor do fenômeno climático, como pelos danos da revolução que se alastrou pela zona sertaneja.

A 9 de junho de 1824, o presidente da Província informa ao poder central o estado de penúria geral:

A falta quase absoluta de todos os víveres ou a fome a mais cruel assola todos os habitantes.

Entre os motivos que determinaram o nosso ajuste de paz com Pernambuco, sobressai, conforme os termos da ata lavrada a 7 de agosto do mesmo ano, o da “fome pela falta de farinhas e o bem fundado receio de sua continuação maior pelos braços lavradores andarem em armas e fora de seus domicílios”. As forças republicanas que enfiaram pelo interior, sob a direção de Félix Antônio, tendo sido cercadas, na fazenda Juiz, cinco léguas distante de Missão Velha, no Ceará, entregaram-se, mortas de fome. As fazendas eram dizimadas pelos salteadores. A todas essas calamidades juntou-se a maior aspereza do fenômeno em 1825. “Neste ano faltaram as chuvas totalmente” – refere Filipe Guerra – “não só neste e sertões vizinhos, como mesmo pelos brejos” (*Guerra & Guerra*, p. 18). E

164 PINTO, Irineu. *Datas e Notas*, pp. 229 e 230.

acrescenta por seu informante: “desde anos que os moradores dos brejos com qualquer falência de farinha saem para o sertão do Curimataú a usar do xique-xique para comer e vender” (*Guerra & Guerra*, p. 19). Esse cacto abunda nessa zona de nosso estado.

O convento de São Bento perdeu de fome trinta escravos¹⁶⁵. Esse fato confirma a notícia da falta absoluta de chuva até em nosso litoral, como em 1792. Segundo o testemunho citado por Guerra, em 1825, “os que regressaram dos brejos vinham tão costeados de fome que morriam pelas estradas”. (*Guerra & Guerra*, p. 19)

O folclore rimou a tradição desse imenso fogaréu:

No sertão do Cariri

Havia um sapo casado

Na seca de 25

Quase que morre torrado.

1844 – 1846 – As secas parciais de 1827 e 1830 – data em que terminou a construção do açude velho de Campina Grande – pouco danificaram a Paraíba. Não se observou, sequer, a diminuição das rendas públicas da província. Estavam-lhe reservadas, porém, aflitivas aperturas. O ano de 1830 foi, à falta de chuvas, de escassez geral. O presidente da província dá parte dessa situação ao governo imperial, nos seguintes termos:

Toda esta Província da Paraíba do Norte, cuja administração me está confiada, se acha na maior penúria possível e consternação, pela grande fome que nela grassa do gênero de primeira necessidade de farinha de mandioca, chegando a ponto de haver desaparecido do mercado totalmente este gênero e o povo desta província, acostumado inteiramente a este alimento, expõe-se antes a falecer do que usar do pão de trigo, o qual dele também há grande escassez e nem pode abranger toda a pobreza. Eu requisito a V. Ex.^a encarecidamente se digne lançar suas vistas sobre este povo... Haja socorrer-nos com um barco carregado deste gênero por conta da Fazenda Pública.

165 PINTO, Irineu. *Datas e notas*, vol. II, p. 93.

Essas crises eram agouros de conjunturas mais sinistras. Começou a manifestar-se o flagelo no mês de fevereiro de 1844, inteiramente seco. Em abril e maio caíram pequenas chuvas. Em junho, agravou-se a situação. Diz o presidente da província que a mesma “continua a padecer a escassez de víveres que há tanto tempo sofre e infelizmente não há esperanças de grandes melhoras”.

Dias depois, adianta: “Algumas chuvas têm aparecido, mas somente nesta capital e cercanias; o centro da província continua vítima de horrível seca”.

Em julho, acrescenta que a Paraíba “continua presa dos horrores da fome, principalmente em algumas vilas do interior, que se acham desertas pela emigração”.

O ministro do Império mandou 1.322 alqueires de farinha em auxílio da população faminta. Foi depositada parte desse gênero em Areia, onde os habitantes do interior iam prover-se.

Em 1846 recrudesceram esses horrores. Irineu Pinto respiga dos ofícios do presidente Carneiro de Campos os seguintes dados:

Janeiro – As participações oficiais recebidas dão as mais assustadoras notícias da desgraça do sertão. Na Freguesia de Sousa morrem diariamente de 10 a 20 pessoas. Fevereiro – A seca não tem diminuído e, pelo contrário, continuando com maior intensidade, vai dia a dia causando terríveis estragos. Chuvas têm aparecido nos lugares próximos ao litoral e nenhuma absolutamente nos sertões. Morre-se à fome e à miséria. Expedi ordem para que fossem remetidos para a vila de Campina Grande cento e trinta sacos de farinha para seguir com toda presteza. Tomei a deliberação de remeter 400\$000 em notas às Câmaras de Piancó e Sousa. 200\$000 à de Pombal para comprar farinha e distribuir pela pobreza que está morrendo à fome, pois que não foi possível remeter a farinha para o sertão. Na capital, a 9 de fevereiro, fez-se uma procissão do Senhor dos Passos para ver se do céu vem auxílio contra a temível seca. Março – Tendo comunicado a V. Ex^ª, em ofício de 25 de fevereiro, que pretendia ir até a vila de Campina Grande a fim de providenciar pessoalmente a respeito do grande número de pessoas que por causa da seca havia descido do sertão, e aí estava vivendo no último estado de miséria, julgo do meu dever dar a V.

Ex^a conta minuciosa desta minha viagem. Na tarde do dia 27 do mês findo saí desta cidade acompanhado do secretário da Presidência e de duas ordenanças e cheguei à vila de Campina a 3 do corrente, havendo-me demorado um dia na vila do Pilar, outro na povoação do Ingá, outro em casa do comandante superior Bento José Alves Viana. Logo que cheguei a Campina conheci que eram infelizmente muito verdadeiras as informações que me haviam dado do estado desgraçado em que se achavam os povos que dos sertões para ali haviam descido. Famílias inteiras, algumas das quais tiveram outrora bens de fortuna, viviam abrigadas debaixo das árvores e muitas percorriam as ruas da vila pedindo esmolas; o aspecto da fome e da miséria estava pintado no semblante de todas essas vítimas, que com minha chegada como que se reanimaram e em considerável número foram ter à casa em que me achava, pedindo o pão para subsistirem. Em presença de quadro tão melancólico que difícil é poder se descrever, entendi que era obrigado a socorrer o quanto antes a estes infelizes; e porque as 130 sacas com farinha que fiz remeter para as vilas do sertão ainda ali se achavam, porque a seca não dava lugar a que elas seguissem seu destino, mandei que fossem distribuídas diariamente grátis pelas pessoas mais necessitadas, nomeando para este penoso trabalho o cidadão Agostinho Lourenço Porto, cuja probidade me era conhecida e a quem dei as instruções para isto necessárias. Na povoação do Ingá, onde, como disse, estive um dia, fui também testemunha de muita miséria que ali havia, por ter para essa povoação, que é contígua à vila de campina, afluído também muita gente; mandei distribuir farinha pela pobreza encarregando-lhe a comprar na feira e de sua distribuição ao honrado cidadão Domingos Trigueiro Castelo Branco, que assim como o primeiro, nenhum interesse quis pelo seu trabalho e pelo que são merecedores de todo o elogio. Desta sorte, consegui o fim a que me propus, evitando a despesa de transporte de farinha para a mencionada povoação do Ingá. Por ser matéria análoga, cumpre-me participar a V. Ex^a que hei empregado todos os meios para ter sempre farinha à venda nesta cidade, com o que muito há lucrado a população que por esta causa a compra mais barata, visto os que negociam com este gênero não poderem levantar seu preço. Para levar isto a efeito, tenho lançado mão dos poucos recursos que me dão os cofres provinciais por conta dos quais hei comprado grandes porções de farinha, com cujo pro-

duto é indenizado os mesmos cofres. Ultimamente, porém, tendo-se acabado a farinha que existia por conta do geral, mandei vir por intermédio do Sr. Presidente de Pernambuco mil sacas com farinha, as quais importarão 4:692\$500 e porque o cofre provincial estivesse exausto, dirigi-me particularmente ao negociante Francisco Alves de Sousa Carvalho que, com a maior prontidão e sem interesse algum, mandou pagar essa quantia, oferecendo-se nessa ocasião para tudo que precisasse essa província. Assim consegui remediar os apuros em que me achava e permita V. Ex^a que eu aproveite a ocasião para rogar a V. Ex^a se digne apresentar a Munificência de sua Majestade o Imperador o nome deste prestante cidadão que além do que levo dito, há prestado relevantes serviços na qualidade de coronel da Guarda Nacional do município desta capital. Remediando, como me foi possível, os males do município de Campina, assentei de ir correr outro ponto da província e dali saí na madrugada de 4 do corrente e fui à povoação de Alagoa Nova, às vilas de Brejo de Areia, Guarabira, Bananeiras e Mamanguape e entrei nesta cidade no dia 12 deste mês; e em todos esses lugares observei que existia considerável número de população dos sertões e das províncias vizinhas, mas não apresentava o aspecto de miséria que tinha a da vila de campina, em consequência de serem brejos e por isso frescos e abundantes. Os meios pecuniários que V. Ex^a, por aviso de 9 deste mesmo mês, acaba de pôr à minha disposição e a remessa de farinha comunicada por aviso de 24 de fevereiro e 7 do corrente, me habilitaram suficientemente para socorrer em maior abundância os necessitados, pois que reconheço que é pouca a quantidade que mandei distribuir diariamente e mesmo poderei oportunamente mandar farinha para os sertões, onde consta já ter chovido, mas que por muito tempo precisarão deste e de outros socorros públicos. Devo por último informar a V. Ex^a que tive o prazer de observar que fui muito bem recebido em todas as vilas e lugares por onde tive de passar, vindo encontrar-me em caminho muitos e distintos cidadãos de todos os partidos e que para mim foi prova suficiente de que o sistema de administração manso e pacífico que tenho seguido há merecido a aprovação de toda a província que goza de perfeita tranquilidade. Abril – solicito a vinda de 1.000 cabeças de gado para o sertão, a fim de fazer crias, pois a seca tudo aniquilou neste ramo de in-

dústria da província¹⁶⁶. Maio – Vou comunicar a V. Ex^a que têm aparecido em quase toda a província chuvas mais ou menos copiosas, as quais, conquanto ainda não aproveitem a população extenuada, têm trazido a vantagem de se disporem plantações que em breve tempo devem muito minorar a falta de mantimentos. Tenho até agora continuado a remeter para o interior, para ser distribuída pela população indigente, a farinha que aqui há chegado por ordem do governo imperial. Agosto – cada paraibano carregou com a sua quota de desgraça, resignou-se a ela e esclarecido de luz santa benéfica considerou que mais sofria sua pátria se as paixões se desencadeassem, se as necessidades fossem satisfeitas pelo braço do mais forte. A terceira comarca ficou deserta, grande parte da segunda não teve outra sorte, mas reinou a paz a mais completa e como que houve método no meio de tamanho desarranjo. As autoridades antepuseram seus peitos aos desvarios; parte da população buscou trabalho, parte foi abrigar-se em paragens mais hospitaleiras, só mendigou o enfermo, o velho, o pai de família carregado de filhos, um ou outro ainda que, habituado ao vício, tendo em frente a autoridade que observava, que lhe não dava a esmola, que o constringia a não abusar, teve de seguir novo ramo de conduta. Eu vi muita desta gente, apliquei a maior atenção a seus gestos, a seus semblantes e seja qual for o motivo não lhe divisei o que se estampa na fonte do malvado, e no meio de tanta miséria obtive a consolação de reconhecer que a propensão para o bem subjugava ao sentimento do mal. Outubro – enquanto se não possa dizer que a seca tem desaparecido, todavia seus terríveis estragos vão sucessivamente diminuindo. Pelas notícias que hei recebido, a população da terceira comarca tem quase toda voltado aos seus lares e para isso têm mais que tudo concorrido os socorros de farinha que, por costa do governo, se há para ali mandado.¹⁶⁷

Essas impressões, colhidas em pontos escapos à influência do fenómeno, não exprimem todo o infortúnio dos sertanejos.

Foi uma indescritível devastação. Em 1845,

166 Este auxílio foi negado por aviso de 25 de novembro.

167 PINTO, Irineu. *Datas e notas*, vol. II, pp. 176-177.

no rio do Peixe, em Piancó, em Pombal etc., foi máxima a desolação, incrível a carestia dos gêneros alimentícios, chegando a dar 60\$000 o alqueire de farinha que, antes da seca, custava três e quatro mil réis” (*Guerra & Guerra*, p. 26).

No ano seguinte, essas zonas não contavam vivalma: Toda a população se escoara para os brejos e o litoral.

Reproduziu-se a praga de 1793:

À noite era preciso em alguns lugares dormirem os cavalos rodeados de fogueiras para afugentar os morcegos que vinham chupá-los, o que foi uma das calamidades da seca e que acabou de matar o gado em diversas paragens e fazendas próximas às serras, onde eles abundam. (*Guerra & Guerra*, p. 28)

Em Areia e outros pontos de aglomeração de famintos grassou a varíola com violência.

Já nessa quadra os libertinos e os agiotas tiravam partido do desmancho dos lares para as explorações da carne e da bolsa. As velhas notas de Filipe Guerra são preciosas porque, sobre a fidelidade do testemunho, se reportam constantemente as impressões do nosso meio:

Vítima da fome, da indigência e da miséria, a honra das donzelas, a fidelidade de casadas, a boa-fé de muitas, a penúria de diversos que ontem eram abastados e dispunham de recursos; tudo deu pasto à usura e à perversidade; tais especuladores houve, tais traficantes de ocasião apareceram que se locupletaram comprando por diminuto preço, e com lesão enormíssima, escravos, ouro e prata em obras; houve barril de mel de furo que adquiriu escravo em paga; saco de farinha que obteve ricos trastes de ouro e prata, houve migalha de alimento que mercadejou a virgindade e a honra, expostas à tentação. (*Guerra & Guerra*, pp. 27-28)

Vieram, de ordem do ministro do Império, em todo o período, 135.272 sacos de farinha, para distribuição e venda a baixo preço, na importância de 163.612\$445 e mais 120.044\$382 em outros mantimentos.

É esse o quadro de nossas supremas desditas.

1877 - 1879 - Em 32 anos mais ou menos regulares, a Paraíba recobrou-se desse cataclismo. Graças aos seus elementos naturais de prosperidade, lograra, notadamente nas zonas pastoris, uma abastança que parecia resguardá-la de outras provações.

Os negociantes de joias internavam-se pelo sertão com a segurança de grandes lucros.

As fazendas povoaram-se, pouco a pouco, com a reprodução do gado adquirido no Piauí.

Os invernos não foram, em regra, tão abundantes, como se cuida comumente: havia, de longe em longe, prejuízos parciais. Falharam mais menos os anos de 1851, 1853, 1860, 1865, 1866, 1869 e 1870. Foram os chamados *repiquetes* ou pequenas manifestações de secas.

O ano de 1869 foi o mais aflitivo. O presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa expõe essa situação na mensagem de 2 de outubro:

A irregularidade das estações e falta de chuvas produziram este ano seca no sertão que foi assolado pela fome. Tendo notícia o meu antecessor, o Ex^{mo} Sr. Dr. Teodoro, de que a fome se fazia sentir em São João, Teixeira e Patos, providenciou, por intermédio da tesouraria da Fazenda, a fim de serem comprados e remetidos para aqueles pontos os necessários socorros, que chegando a tempo muito concorreram para aliviar aquelas populações.

Na administração do Ex^{mo} Sr. Dr. Silvino foram também socorridos os termos de Misericórdia, Piancó, Catolé do Rocha e Pombal.

Dos respectivos relatórios, conhecereis o acerto destas providências. Infelizmente as dificuldades de condução fizeram demorar em Mossoró gêneros destinados para Misericórdia e Piancó, pelo que expedi novas ordens a fim de serem levados ao seu destino.

Cumpro um dever agradecendo as comissões que foram nomeadas para distribuição dos gêneros que, prestando-se da melhor vontade e cumprindo satisfatoriamente o seu encargo, são dignos da gratidão da província.

O ano de 1861 foi de uma inverneira que inundou os campos de criação.

Para extremos de má sorte, as irrupções da cólera, em 1856 e 1862,

ceifaram, grandemente, a população que ainda sofreu os desfalques da guerra do Paraguai.

E, como se não bastassem tantas agonias, o ano de 1877 foi o início de uma conjunção de influências funestas como nunca se vira. Ocorreram invasões da mesma violência. Mas o campo de destruição era menos vasto. Como que o fenômeno misterioso dera largas à fortuna inconstante do sertanejo para que se formasse maior messe¹⁶⁸ aos seus estragos...

No relatório com que, a 9 de janeiro, o barão de Mamanguape passou a administração da província ao dr. João da Mata Correia Lima, 2º vice-presidente, já é atribuída “a diminuição havida na produção de gado à irregularidade das estações”. Eram os efeitos de *repiquetes* dos anos anteriores.

A situação exasperou-se de repente. A 24 de abril diz o dr. José Paulino de Figueiredo, no relatório com que transmitiu o governo ao dr. Esmerino Gomes Parente:

A falta de chuvas vai reduzindo os sertões da província ao mais deplorável estado. Os criadores têm sofrido imenso prejuízo em seus gados, e o que é mais, a população pobre, exausta de recursos, acha-se oprimida pela fome, em consequência da seca.

Tendo recebido representações de várias localidades do Alto Sertão pedindo-me socorros em favor dos necessitados, vítimas da fome, e não podendo ser indiferente à semelhante calamidade, abri na tesouraria de Fazenda créditos sob minha responsabilidade na importância de cinco contos de réis (5:000\$000) e mandei com essa quantia comprar gêneros alimentícios para serem distribuídos pelos necessitados, nomeando para isso comissões de pessoas idôneas, como consta da secretaria. Essa providência não era certamente bastante, mas era urgente acudir de pronto aos desvalidos, em favor de quem se reclamava.

Além de que, podendo ainda sobrevir o inverno, que mudaria inteiramente a face das coisas, não convinha desde logo comprometer as rendas do estado com grandes despesas a título de socorros, que poderiam ainda ser dispensados.

168 N.E.: colheita, safra.

Agora, porém, que a seca continua, e se tem quase perdido a esperança de inverno no sertão, cabe a V. Ex^a tomar as medidas que em sua sabedoria julgar mais acertadas para conjurar a grande calamidade que pesa sobre a população pobre do centro da província.

As finanças provinciais eram precaríssimas. A lavoura, fonte principal das rendas, estava em crise pela depreciação de seus principais produtos – o açúcar e o algodão. Apesar dessa exaustão do erário público, foram remetidos alguns socorros para Sousa, Pombal e Catolé do Rocha.

O mal, porém, propagou-se, daí a pouco, por todo o interior com os mais sombrios gravames.

O dr. Gomes Parente compreendeu a urgente necessidade de adotar providências de mais eficácia. Convocou, com esse intuito, no dia 28 de abril, algumas pessoas gradas, sem distinção de cor política, a fim de indicarem os meios mais adequados de socorrer os famintos. Ficou assentado que para acudir de pronto à população desvalida, já encaminhada para os brejos, se estabelecessem na capital da província e em Mossoró dois grandes depósitos de gêneros alimentícios, a fim de se facilitar o transporte desses recursos para todas as comarcas do nosso sertão. Por intermédio da cidade de Campina Grande, para onde seriam remetidos os gêneros do depósito da capital, deveriam ser abastecidas as comarcas de São João, Patos e Alagoa do Monteiro; e, por intermédio de Mossoró, as de Pombal, Misericórdia, Cajazeiras e Sousa.

Foram nomeados o chefe de polícia e os inspetores da tesouraria geral e provincial para promoverem a compra de víveres em Pernambuco e outros mercados.

No dia 6 de maio noticia *A Opinião*:

Cartas de amigos de diversas localidades da província asseveram-nos que continua a falta de chuvas no interior; que a seca se vai tornando cada vez mais devoradora e que os emigrantes dos sertões afluem quase diariamente nos brejos em número considerável. Nesta capital ontem observamos a entrada de uma família desvalida com uma carga de crianças em caçuás¹⁶⁹.

169 N.E.: cesto de cipó ou vime utilizado como cangalha.

E, passados quatro dias:

Continua a seca a assolar esta província: nenhuma esperança há mais de chuvas em nossos sertões que estão ficando desertos. Os proprietários estão vendendo os seus gados nas feiras com prejuízos enormes para evitarem perdas totais. Somos informados que já morreram algumas pessoas pelo estado de abatimento em que têm recebido algum alimento.

Nesse mês choveu, copiosamente, no município da capital e em todo litoral até Guarabira.

Chegavam do interior alarmantes notícias de depredações dos bandeiros.

Já em relatório de 7 de abril, dizia o presidente da província:

De acordo com o digno chefe de polícia, fiz as mais instantes recomendações às autoridades policiais do Alto Sertão para a captura dos criminosos que em grande número percorrem aquelas paragens, trazendo a população pacífica em grande sobressalto.

Tinha sido atacada a coletoria das rendas gerais de Teixeira. Fora guarnecer esse ponto o tenente Varela, que logo caiu morto, de emboscada, ao trabuco do facínora Ludgero.

Os jornais clamavam, de muito tempo, contra a impunidade que incentivava o crime, aumentando a audácia e o número dos celerados.

Jesuíno Brilhante fixara-se no lugar Boa Vista, a menos de duas léguas da cidade de Pombal, sem nenhuma diligência de polícia para capturá-lo.

E, desse jeito, à miséria veio juntar-se o terror. Alguns fazendeiros abastados que poderiam resistir à crise, durante alguns meses, emigram, sem demora, temerosos de assaltos.

Haviam-se evadido das prisões muitos indivíduos implicados no movimento do quebra-quilos. E com outros companheiros que andavam homiziados incorporavam-se aos bandos de malfeitores para, mais confiadamente, se subtraírem à ação da justiça. A cadeia de Campina Grande fora arrombada por 16 presos que se escaparam. Corridas algu-

mas semanas, no dia 6 de maio, como o destacamento estacionado na mesma cidade tivesse abandonado o seu posto, fugiram mais 11 detentos, entre os quais o famigerado Alexandre de Viveiros, chefe do levante de 1874. Foi ainda arrombada a cadeia de Mamanguape e, ao mesmo tempo, muitos sentenciados, recolhidos às prisões da capital e do Ingá, iludiram a vigilância das escoltas, no serviço da faxina, e puseram-se a salvo.

E, assim, iam-se tornando mais temíveis as correrias com a aquisição de novos profissionais do crime desta província e do Ceará.

A fraqueza das autoridades permitia que fossem engrossando os grupos: o de João Calangro, evadido da cadeia do Crato e cabeça dos 60 assalariados de Inocêncio Vermelho; o de Sebastião Pelado, inimigo dos primeiros; o dos irmãos Viriato, formado de mais de 40 bandidos; o dos Mateus e outros.

No dia 17 de maio, Liberato assaltou duas propriedades em Alagoa Grande.

Amiudavam-se os latrocínios. Quando não, os celerados charqueavam as reses à vista dos seus donos, os quais, inermes e em risco de morte, se conformavam com essas extorsões.

As zonas agrícolas da província vinham acolhendo, dia a dia, os magotes de retirantes. Mas os seus recursos estavam a ponto de total sangria. Brada *A Opinião*, no dia 7 de junho:

Somos informados que há uma solta de cerca de 20.000 bois em nossos brejos em prejuízo da agricultura e da classe menos abastada de seus habitantes. Os maiores proprietários ou os potentados das localidades ou seus protegidos e da polícia soltam grande número de bois que destroem a pequena agricultura, o que trará unicamente prejuízos à província, principalmente no próximo ano de 1878.

Surgiam esperanças fugazes. Comunicam de Bananeiras, em data de 3 desse mês:

Depois de uma pausa de 15 dias, reapareceram as chuvas no dia 26 do mês próximo passado e têm mais ou menos continuado até hoje.

Já estávamos muito desanimados; as lavouras murchavam e o preço dos

gêneros crescia rapidamente; mais oito dias de sol seriam suficientes para destruir totalmente as lavouras, já muito enfraquecidas como estavam.

Se as chuvas continuarem, sem grandes intervalos, teremos neste e nos brejos vizinhos abundância de legumes.

A emigração de famintos dos sertões vai crescendo muito para esta comarca: a maior parte desses infelizes, homens, mulheres e meninos, cobertos de trapos e em bandos, andam esmolando de porta em porta.

Mas, a 5, escrevem do Ingá:

Vamos mal quer da seca, quer de segurança pública.

Em Mamanguape se amontoavam cerca de 400 emigrantes, quase nus e combalidos.

No dia 15 é descrito deste jeito o estado da antiga comarca de Borborema:

Estamos lutando com uma seca horrível. Isto por aqui, em toda a comarca, está em tristes circunstâncias; somente vão aparecendo algumas chuvas pelos brejos; e a miséria é imensa.

Por aqui têm passado retirantes em número tão crescido que faz horror, e daqui mesmo já têm saído muitos; parece um fim de mundo; morre gado vacum e cavalari com tanta grandeza que as estradas e os campos estão infecionados; o furto é extraordinário; o povo a tudo avança contanto que coma; e não sabemos aonde isso irá parar.

Em agosto choveu na capital, nos Brejos, no Cariri e em Teixeira, Patos, Santa Luzia, Pombal, Catolé, Sousa e Cajazeiras.

A 12 do mesmo mês, o presidente Esmerino Gomes Parente apresentou sua mensagem à Rio Grande do Norte. Extraíram desse documento os seguintes dados:

No intuito de prevenir distúrbios, e talvez crimes, que a aglomeração de tanta gente ociosa poderia ocasionar e também na esperança de utilizar os seus serviços para compensação, posto que fraca, dos dispêndios pú-

blicos, recomendei a todas as comissões que empregassem os socorridos em trabalhos públicos, como construção de açudes, cadeias, estradas, etc.; aliás, os aconselhassem a buscar o litoral e proximidades desta capital, onde achariam, por seu trabalho, meios de subsistência ou receberiam mais facilmente os socorros do governo.

Foram, porém, baldadas as minhas diligências neste sentido. Apenas em Campina Grande conseguiu o juiz de direito, não sem dificuldade, reunir alguns, e aplicá-los aos reparos e limpeza dos açudes. Em geral recusam-se aproximar-se desta capital.

A fim de obstar a emigração em maior escala, e antes que fiquem inteiramente interceptadas as comunicações com o Alto Sertão pela falta absoluta d'água e pastos para os animais em longas travessias, resolvi criar ali um depósito de gêneros alimentícios, suficiente para socorrer as necessidades da população, até que se modifique o atual estado de cousas com o aparecimento das chuvas.

O governo imperial, a quem participei o meu intento, aprovou-o, e recomendou ao Ex^{mo} Presidente de Pernambuco que me fornecesse os gêneros precisos. As primeiras remessas já me foram feitas e seguiram imediatamente ao seu destino, onde já devem ter chegado.

Além dos créditos abertos pelo seu antecessor, na importância total de 5:000\$000, o presidente da província tinha aberto, sucessivamente, outros três de 12:000\$000 cada um.

A iniciativa particular também diligenciava mitigar os sofrimentos dos deserdados. Chegaram algumas parcelas do produto de festas de caridade promovidas na capital do Império. Os estudantes da Escola Politécnica, por si e pelas contribuições que arrecadaram, enviaram a quantia de 2:424\$000 que foi distribuída por uma comissão composta do padre Leonardo Antunes Meira Henriques, dos drs. João Leite Ferreira e Antônio Manuel de Aragão e Melo e do major Tomás de Aquino Mindelo. Comissões de socorros do Recife remeteram avultada porção de gêneros alimentícios.

Do Pará veio também a quantia de 4:300\$000, produto da subscrição aberta por alguns comerciantes de Belém.

Em cada comarca do interior havia uma comissão constituída do

juiz de direito, do vigário da freguesia e do coletor das rendas gerais incumbida da distribuição dos socorros.

Suspenderam as chuvas e, cada vez mais, infelicitou-se o interior. A 23 desse mês escrevem de cabaceiras:

A seca continua a assolar esta freguesia; as autoridades policiais abandonaram o termo para não morrerem à fome; os criminosos andam publicamente, e não há meios para capturá-los.

Em setembro foram recebidos alguns donativos das lojas maçônicas do Espírito Santo e do Paraná. A 27 desse mês publica *A Opinião*:

Estão perdidas todas as esperanças para os nossos sertões: são urgentes, pois, medidas extraordinárias em socorro de uma população faminta.

Patos, Santa Luzia, o Cariri e todo o sertão estão reduzidos à miséria, estão se despovoando: e os socorros são insuficientes para as mais vitais necessidades, principalmente pelo modo por que são distribuídos.

Os nossos sertões estão reduzidos à miséria – escreve um nosso amigo do Teixeira, – e ainda teremos muitos meses de fome até que venha a estação invernososa do ano vindouro. O pouco gado que podia escapar vai sendo devorado pelos ladrões, aqui mesmo onde há polícia, e pior ainda será onde ela não houver.

Entretanto, a safra nos brejos era regular e seria suficiente para a população, se não fosse o grande número de emigrantes.

A capital começou a ser invadida pelos esmoleres, em tamanha afluência que, no meado de outubro, já era feita a distribuição de socorros em uma das salas do tesouro provincial.

A comissão de Areia passou a empregar os emigrantes validos nas obras do açude da povoação de Arara. A 1º de novembro comunicam de Cajazeiras:

A miséria vai invadindo todas as classes da sociedade.

Dizem-me que já têm morrido à fome algumas pessoas; em nossa casa têm entrado cadáveres ambulantes que só têm a pele e os ossos.

Há pais que por sua miséria têm abandonado seus filhos, de sorte que as ruas vivem cheias de meninos e meninas no estado mais pungente que se pode imaginar. Há mulheres que vivem nuas e morrendo à fome.

A caridade particular há de estancar-se.

Um grupo de salteadores vai cometendo as maiores proezas, e já têm roubado cerca de 4:000\$000, além de outros atentados contra a honestidade e a honra. Há almas para todos os crimes e todas as torpezas.

Os socorros do governo são tão poucos que somente são dados a poucos.

Deus se compadeça desta terra, certo de que o futuro de Cajazeiras está cheio de horrores e de desgraças.

Continuou em maior escala a remessa de socorros para muitos pontos vitimados.

Os retirantes capazes eram aproveitados em serviços públicos: no dia 6 foi enviada a quantia de 2:000\$000 para ser iniciada a construção de uma cadeia em Campina Grande e a de 1:000\$000 para a continuação de um açude em Princesa.

Reproduziam-se os atentados à honra que tanto têm aviltado a história das secas. Lê-se no *Areiense*, de 27 de outubro:

Na noite de 20 do corrente, saindo desta cidade uma escolta do destacamento de linha aqui existente, comandada pelo sargento Arcanjo, a fim de fazer uma diligência no Pirauá, de volta da mesma, ao passar a patrulha pelo lugar Mata Limpa, das 11 horas para meia-noite, invadiu a casa de José Rodrigues dos Santos (retirante de Sousa), a quem, depois de espaldeirarem bastante, prenderam e deixaram ficar junto com os outros presos, retirando-o para fora da casa. Então, fica o sargento com duas praças e, invadindo o quarto em que dormia a menor Joana, filha de José Rodrigues, a solicita, em presença da própria mãe da ofendida; e, como ela não anuísse às suas solicitações, o sargento a conduziu para fora da casa, e, empregando a força, a estuprou, deixando dentro da mesma casa dois soldados em companhia da mãe da ofendida. Debalde a pobre mãe com as suas súplicas e debulhada em lágrimas interpõe-se entre o algoz e a vítima, intercedendo pela honra de sua filha; e em resposta teve o motejo dos soldados, que, com os sabres desembainhados e o riso da perversidade

nos lábios, lhe diziam ‘que a filha não ia morrer’.

Pouco depois apareceu o sargento que ordenou que se retirassem da casa; e então, oh, dor! A infeliz Joana, banhada em lágrimas, caiu nos braços da mãe, contando-lhe a sua desgraça.

Mãe e filha abraçadas choraram amargamente o seu infortúnio, balbuciando por entre os soluços e suspiros de sua desgraça o nome de Deus, o juiz dos juizes, a quem semelhantes perversos pagarão caro o crime que cometeram.

O fato narrado é real e o extraímos do inquerito, a que procedeu o senhor delegado, competindo agora que a Justiça civil ou militar tome dele conhecimento, tanto mais quanto a infeliz além de miserável é menor de 15 anos e acha-se sob proteção da lei.”

A Opinião ainda clama em data de 11 de novembro:

Os sertões estão ficando desertos pela emigração para os brejos, impelida pela seca, à procura de recursos para manter a própria vida; e nos brejos surge a miséria pela superabundância de emigrantes que de tudo precisam e nada conduzem. E a safra dos gêneros alimentícios é diminuta para o grande e inesperado aumento de população. A caridade particular esgota-se e a segurança individual e de propriedade desaparece.

Bem escuro é o quadro da província, cujo negro futuro muito deve merecer do governo imperial e da administração da província.

Tornavam-se, dia a dia, mais dolorosos os apertos do interior, onde parte da população, esperançada de melhores tempos, resistia à calamidade.

Escrevem de Cabaceiras:

Na pequena feira de costume nenhum gênero mais aparece, além de rapadura, uma ou outra carga de farinha, milho e tudo por um preço exorbitante.

Os desvalidos, em número crescido, já caem exangues; o pouco gênero que o governo para aqui remete com três e quatro dias é distribuído, ficando o respectivo depósito vazio quinze e mais dias, tempo que medeia

à segunda remessa. O número de cargas que toca a esta infeliz vila tem atingido o maior a 12 em cada remessa, que seriam insuficientes para matar a fome da casa de caridade daqui, na qual existem perto de noventa pessoas sem recurso algum.

Comunicam ainda de Cajazeiras, a 23 de dezembro:

A seca lança a consternação no seio de todas as famílias, e os criminosos e desordeiros roubam o que ainda nos resta, mesmo a honra e a própria vida.

Em todas as ruas veem-se cadáveres ambulantes e nus sem forças para implorarem uma esmola; e a morte tem arrebatado muitas vítimas da seca. Tudo é consternação, miséria e desespero.

E o ano de 1877 findou com essa prostração.

Invoquei, de propósito, as impressões imediatas desses quadros pungentes para não lhes falsear a intensidade nem incidir na suspeita de suavizar os seus revezes.

Afigurava-se o epílogo de uma espantosa catástrofe e era, apenas, o início de recrescentes sofrimentos. Dizer-se que a essa crise desorganizadora se seguiram mais dois anos de seca é a medida de um esfacelamento inenarrável, cuja extensão se infere da gravidade de seus pródromos.

Não há gênio de tragédia capaz de pintar ao vivo esse incomensurável paroxismo de todas as dores físicas e morais.

Era um povo em peso que se morria de pura fome na terra pródiga que ceva todas as ambições forasteiras.

O ano de 1878 entrou com chuvas falazes. Essas negaças conspiravam contra a população espavorida. Algumas pessoas mais desprevenidas chegaram a retornar ao centro de seus reduzidos interesses.

Mas, de repente, o céu se distendeu, serenamente, numa ironia de ouro sobre azul que era um símbolo de miséria e de morte. Principiara desnudando as árvores e acabava tirando a camisa aos mais graúdos fazendeiros.

E recomeçou o êxodo. A onda humana derramou-se, à crueza da canícula pelas estradas comburidas, sem uma sombra acolhedora.

Eram figuras sumidas, escavacadas por um regime alimentar insuficiente e tóxico, que mal se equilibravam nos esqueletos descarnados. E vinham de muito longe e não sabiam aonde iam.

Os pais marchavam sobrecarregados de crianças que, minadas pela fome, “voltavam ao estado de engatinhar”. Mas esses fardos iam ficando ao longo das jornadas derrubados pela fadiga e pela inanição.

Os menos débeis corriam ao encontro da peste, da desonra e dos vexames da mendicidade.

Não se pode determinar que destino teve essa mísera gente por tantos descaminhos.

Uma grande parte derivou para o Ceará e para Mossoró. E, sem embargo, a capital foi invadida, nos primeiros meses do ano, conforme o cálculo do presidente Ulisses Viana, por cerca de 35 mil retirantes¹⁷⁰.

Mamanguape, Campina Grande, Areia e Bananeiras, onde fervilhavam os adventícios, depauperavam-se assustadoramente.

A Paraíba mal podia comportar tamanha afluência. Os flagelados amontoavam-se que nem bichos, no saguão do convento de São Bento, na casa do mercado, no edifício da escola pública e em palhoças improvisadas no terreno que ficava ao fundo do palácio presidencial. E um avultado número perambulava ao desabrigo e dormia ao relento.

Os que haviam visionado uma assistência confortadora, como termo às contínuas desditas, experimentavam, apenas chegados, o malogro dessa última esperança.

Às quintas-feiras e aos sábados, dias de distribuição de alimentos, o quartel de polícia, o tesouro provincial e o convento de São Bento apresentavam o espetáculo desconcertante da turba de famintos que se acotovelava, ululante, ao faro da razão.

Os valetudinários e os mais tímidos, não podendo abrir passagem por entre a multidão compacta, ficavam, muitas vezes, privados da esmola, enquanto outros empregavam diferentes ardis para duplicar o quinhão.

Para emenda dessa irregularidade, os indigentes passaram a receber as rações na grande área do convento de São Francisco, onde eram encurralados, antes que começasse a partilha.

170 Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa a 1º de janeiro de 1879.

Nos meses de maio e junho parecia que todos os habitantes da província se deslocavam para a capital: acudiam os retirantes às centenas para um meio que já arcava com as desastrosas consequências da densidade da população.

O presidente Ulisses Viana deliberou, nessa conjuntura, desoprimir a cidade desse acúmulo ameaçador e, a contragosto, pediu ao governo imperial transporte para a emigração. O *Purus* saiu no mês de junho abarrotado de sertanejos que empreendiam outra odisseia.

Não há estatística na Paraíba para se avaliar a lamentável vazão desse valor demográfico.

Adensava-se o elemento inválido que não podia expatriar-se.

Para desafogar a capital desse rebotalho, foi criado um núcleo colonial na propriedade Guia, pertencente ao patrimônio do convento do Carmo, sob a direção de frei Alberto de S. Augusta Cabral de Vasconcelos.

Era um sítio insalubre, de forma que as febres intermitentes e de outros caracteres deram cabo, em pouco tempo, dos infelizes que haviam sido removidos para esse foco letal.

Foram estabelecidos mais cinco núcleos – dois na capital e três em Mamanguape.

Organizou-se o serviço de assistência médica com solicitude.

Foram fundados os hospitais de Santo Antônio, no convento de São Francisco; de Nossa Senhora das Neves, no tesouro provincial; dos Variosos, na Cruz do Peixe, e o de São Pedro, em Mamanguape. A Santa Casa de Misericórdia contratou com o governo o tratamento dos desvalidos à razão de 2\$000 diários.

Apesar da salubridade do clima e de já se achar dispersa pela emigração e nas colônias a maioria dos retirantes, foi invencível a devastação epidêmica, como se vê do obituário da capital, correspondente a alguns meses:

Maio.....	1.069
Junho.....	1.515
Julho.....	1.778
Agosto.....	1.671
Setembro.....	1.040

As infecções palustres, o beribéri, a anasarca, as febres perniciosas, o escorbuto, a varíola e outras entidades mórbidas desenvolveram-se na promiscuidade desses frangalhos humanos e, num surto pestilencial, desfalcaram a população permanente.

Os deserdados, que tinham quebrado as resistências orgânicas nas canseiras da travessia calmosa e arruinado as vísceras com as substâncias tóxicas da mucunã, do petó, do colé e da maniçoba, estavam predispostos a todos esses estragos.

Tendo a área do cemitério do Senhor da Boa Sentença ficado, literalmente, ocupada, as inumações passaram a ser feitas num terreno da Cruz do Peixe.

E se, a despeito desses cuidados clínicos e hospitalares, se observava, segundo as próprias palavras do presidente da província, “o quadro desolador de mortes, à míngua de recursos, pelas ruas da cidade”, é fácil computar a que extremos chegou o estado sanitário do interior.

Relata Irineu Joffily, em sua breve notícia da calamidade:

A casa de caridade da povoação de Pocinhos, instituída pelo padre Ibiapina, tinha então mais de 70 órfãos e extinto o seu patrimônio, que era uma fazenda de criação, veio a sofrer tanta fome, que as míseras órfãs, a exemplo de outros famintos, por alguns dias sustentaram-se com a carne putrefata das reses que morriam inanidas pelas estradas. O resultado não se fez esperar, a peste desenvolveu-se logo com a maior fúria, reduzindo o pessoal do pio estabelecimento a menos de metade e ceifando numerosas outras vidas da população da localidade. (JOFFLILY, 1892, pp. 95-96)

Eram comuns os casos dos que sucumbiam, no termo da áspera caminhada, apenas vislumbravam a *terra da promessa*...

Mas aos que sobreviviam estavam reservadas provações mais insofríveis que as da própria fome.

As famílias desarraigadas de seus lares dispersavam-se. Os pais distribuía os filhos pelas casas mais resguardadas da miséria para uma condição servil que ainda hoje subsiste, nos serviços domésticos, por todo o interior.

E a pureza tradicional do sertão andava exposta à índole viciosa dos

que farejavam o último tesouro de todo um patrimônio soçobrado.

O instinto da raça, que estava acostumado a purgar com sangue essas desonras, andava entorpecido e fraqueava, sem movimentos de punição reparadora. E, muita vez, esses apodrentados libertinos aguardavam que se extinguisse com a morte a possibilidade dos arrancos de dignidade malferida para avermelharem, num momento de gozo contrastante, o luto das donzelas orfanadas.

As formas combalidas por longas privações, esses corpos desfeitos e corrompidos pelos fétidos sintomas da fome como que infundiam perversões sexuais.

Toda a história das secas é assinalada por essa conspiração do sentimento congénial dos sertanejos. Mas parece que as áscuas desses três anos de soalheira pegaram fogo à sensualidade como nunca.

Os vaqueiros, desacostumados ao exercício da enxada e do alvião, eram aplicados aos trabalhos públicos.

Homens sobranceiros e afeitos às reações sangrentas eram azedados pelas humilhações de capatazes de maus fígados. Custavam muitas amarguras as migalhas da assistência.

E esses socorros minguados eram, não raro, impunemente, desviados pela ladroeira inveterada que arrebatava o pão da boca dos famintos.

Os poucos fazendeiros que haviam permanecido no sertão continuavam a ser molestados pelas correrias dos bandoleiros. Mas a 21 de julho foi desbaratada uma das quadrilhas mais temíveis, graças ao valor do delegado de Misericórdia, alferes José Cavalcante de Lacerda.

O sr. Rodolfo Teófilo narra esse embate que interessou a todas as províncias vitimadas com uma fidelidade que só merece reparo no equívoco da data:

A 25 de julho, as autoridades de Cajazeiras, Misericórdia (da Paraíba), de Coité, de Milagres resolveram atacar o grupo dos Viriatos, que se tinha refugiado no valhacouto do Catolé. Combinado o plano de ataque às forças, em número de trezentos homens, entre os quais alguns soldados de linha, chegaram ao pátio da fazenda Catolé ao sair do sol, porém encontraram deserto o valhacouto; os salteadores tinham sido avisados na tarde do dia 24. Fatigadas as forças, sobretudo a de Cajazeiras, por uma marcha de

mais de trinta léguas, os chefes resolveram ali acampar.

No dia seguinte, o destacamento de Milagres levantou acampamento e embrenhou-se por medonhas serranias, indo surpreender a maior parte dos bandidos no Salgadinho, duas léguas e meia distante do Catolé. Ali, depois de trocados alguns tiros, os salteadores fugiram precipitadamente deixando bagagem, mulheres e meninos e no campo quatro mortos e cinco prisioneiros, entre eles um dos chefes, Vicente Formiga.

Do Catolé, as forças de Cajazeiras e de Misericórdia, divididas em três pelotões, manobraram para a povoação da Conceição, em cujo rumo haviam seguido os salteadores. Às 2 horas da tarde do dia 27, no lugar Jenipapo, 12 léguas distante do Catolé, um dos pelotões alcançou parte dos salteadores, travou-se renhida luta, e seria deles a vitória se o alferes José Cavalcante, do lugar onde estava acampado, ao ouvir os tiros, não tivesse vindo imediatamente em socorro de seus camaradas.

Depois de mortífera peleja, os malfeitores abandonaram o campo, ficando mortos sete e fugindo ferido José Viriato, um dos seus chefes; das forças legais morreu um soldado e ficaram quatro gravemente feridos.

Acossados ainda, os Viriatos, em completa debandada, transpuseram as fronteiras da província e foram refugiar-se em Pernambuco. (TEÓFILO, *História da secca do Ceará* (1877 a 1880), 1922, pp. 240-242)

Gustavo Barroso retrata o famigerado cabeça dessa quadrilha que tanto inquietou a Paraíba:

O Viriato foi um dos cangaceiros mais célebres, mais rasteiros e mais tortuosos do Cariri. Era um miserável, estabonado nos atos, com uma infinidade de predisposições redutíveis ao roubo, ao estupro e ao assassinato. Inventava torturas para as suas vítimas. Gostava mais de matar às facadas do que de fuzilar; dizia que era mais barato.¹⁷¹

A 25 de maio, esse bandido obrigara um fazendeiro de São João do Cariri a casar-se com uma irmã de seu comparsa Veríssimo.

171 BARROSO, Gustavo D. *Terra de Sol (natureza e costumes do Norte)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

A 19 de setembro foi assassinado, de emboscada, no lugar Riachão, o dr. Vicente Ribeiro de Oliveira, quando voltava da Bahia para reassumir o juizado de direito da comarca de Piancó. Esse crime foi atribuído aos cangaceiros.

E, como ainda periclitasse a segurança pública, seguiu para o interior uma força de 160 praças de linha sob o comando dos alferes Manoel Maurício, Joaquim da Silva Simões e José Lopes Pereira, nomeados, respectivamente delegados de Pombal, Patos e Piancó.

O governo imperial remeteu, durante o ano, gêneros alimentícios para socorro aos retirantes, por intermédio da casa comercial de Francisco de Figueiredo & Cia., do Rio de Janeiro, e da de Amorim & Irmãos, de Pernambuco e o presidente da província abriu, para o mesmo fim, créditos na importância de 1.328:000\$000. Mas esses recursos eram mesquinhos para a voragem da fome coletiva.

A mediania atingida pela alta dos produtos já curti a penúria irremediável de quem não tem a decisão de esmolar. E encerrou-se o ano de 1878 como o despertar de um pesadelo.

Os primeiros meses de 1879 anunciaram-se com perspectivas de desafogo para a população dessangrada por dois anos de perdas incessantes.

Era tamanha a nostalgia do sertão ingrato que, fiados nessas chuvas fugidias, alguns retirantes volveram aos lares desertos.

Mas, renitente e implacável, o sol senhoreou, pela terceira vez, o destino da região. Acendia a fogueira mortífera, dia a dia, e tostava as primeiras trevas, na fulguração vertiginosa do fenômeno climático.

O *Publicador* de 9 de maio dá o rebote desse tempo infausto:

Continua a seca, e com ela a emigração do interior da província para esta capital em busca dos socorros oficiais.

As famílias mais abastadas do Alto Sertão, e que tinham alguns recursos com os quais resistiram durante os dois passados anos sem abandonarem seus lares, vendo esgotados todos os meios de que podiam dispor, já descem na última miséria, sofrendo a fome e caminhando a pé.

E o padre Galvão, 2º vice-presidente em exercício, confirma a continuação da calamidade ao passar o governo da província ao dr. Pereira Júnior, em 12 de julho:

A seca, este terrível flagelo, que há três anos devasta esta província, prossegue com todo o seu cortejo de miséria e vexações.

O inverno do presente ano que se afigurou animador e regular, trazendo as mais lisonjeiras esperanças à população em geral, oprimida pelos dolorosos sofrimentos resultantes de tão aflitiva e prolongada situação, foi infelizmente ilusório e aparente.

As primeiras chuvas dos meses de janeiro e fevereiro, aliás, abundantes, em toda a província, fizeram nutrir grandes esperanças e contentamento a todas as relações sociais.

A população foragida aglomerada nesta capital, parte dela, regressou aos seus antigos domicílios alentada pelas favoráveis notícias que recebia, de terem caído boas chuvas naquelas tórridas paragens hoje quase abandonadas.

Extensas plantações de cereais e de mandioca se fundaram quer no Alto Sertão, quer nos brejos e litoral, mas a suspensão inesperada das chuvas e em seguida a peste de lagartas fizeram desaparecer tudo quanto havia brotado.

As lástimas não tinham tréguas. Ninguém é capaz de interpretar esses trágicos descalabros que superavam todos os sofrimentos humanos.

Os jornais da época registram lances extremos que definem o horror da situação. Notícia *O Publicador*, de 24 de abril:

A 27 de março próximo findo, a retirante Dionísia dos Anjos encontrou na casa de mercado da cidade de Pombal a menor Maria, de cinco anos de idade, levou-a com o maior carinho para sua casa, próxima ao cemitério; aí chegando, decapitou a mesma menor, enterrou a cabeça e comeu a carne do corpo de sua vítima! Presa, Dionísia confessou este horroroso crime.

Está sendo processada pelas autoridades daquela cidade.

Dionísia dos Anjos!...

Referem-se outros casos de antropofagia. Os famintos disputavam a carniça aos urubus. E, afinal, os próprios salteadores esmoreciam, à míngua de presas, caindo às mãos das autoridades. Liberato, depois de dez anos de depredações, foi preso em Campina Grande e, recolhido à

cadeia da capital, foi vitimado pela varíola. O facínora Vicente Ferreira Higino (Vicentão), o terror de Piancó, teve a mesma sorte.

O quadro nosológico da capital não se havia modificado, apesar de se acharem os emigrados, em grande parte, disseminados pelos núcleos do interior.

Informa em seu relatório o cirurgião-mor da província, dr. Antônio da cruz cordeiro:

Os doentes recolhidos aos hospitais são em geral retirantes tão proletários, que a mor parte deles vive das esmolos dos socorros públicos e dos particulares. Estragados por uma vida de privações, extenuados de fome, de cansaço e miséria, saturados de vírus, afetados de ulcerações, provenientes da má alimentação, da falta de asseio e de muitas outras causas reinantes, procuram os hospitais, quando já não podem esmolar e às vezes são atirados pelos parentes, ou por mãos caridosas, às portas do edifício, obstruídos, anêmicos, inchados, paralíticos, ulcerados e fétidos para não morrerem nas ruas e terem ao menos quem os amortalhe e os carregue para o cemitério público.

Faleceu, a 17 de março, vítima de moléstia contraída no exercício de sua profissão, o dr. Jerônimo Cabral Rodrigues Chaves, que ocupava, gratuitamente, o lugar de diretor do Hospital Santo Antônio, desde a data da fundação desse estabelecimento, a 6 de abril de 1878.

Diminuiu o obituário, pela benignidade do clima e pelo decréscimo da população adventícia, que ia sendo desviada para outros pontos.

Diz o presidente da província:

Comparando agora, em vista dos dados estatísticos de ambos os cemitérios, a mortalidade do ano passado com a do corrente, vê-se que vai diminuindo sensivelmente, porquanto nos cinco meses deste ano faleceram 1.596 indivíduos, ao passo que nos cinco meses, de maio a setembro do ano passado, se deram 7.073 óbitos.

Na cadeia pública, onde, segundo confessa o presidente, “há falta absoluta de roupas, de camas, de utensílios, de tudo quanto é necessário

para uso e tratamento dos pobres encarcerados”, tornou-se angustiada a situação: dos 210 presos existentes baixaram à enfermaria 194.

Era incontável a mortalidade no interior. Foram contratados alguns práticos para tratamento dos indigentes em Alagoa Nova, Alagoa Grande, Areia, Barra de Natuba, Cabaceiras, Itabaiana, Guarabira, Salgado, Catolé do Rocha e Cajazeiras.

Apontavam-se graves irregularidades na administração dos núcleos coloniais de Apitipuca, Patos e Bom Jardim, em Mamanguape. Foram reorganizados os do município da capital com imediato proveito – o de Muçurê, fiscalizado pelo comendador Lindolfo José Correia das Neves, e o do sítio da Lagoa, pelo dr. Francisco José Rabelo, ambos sem remuneração.

Os retirantes válidos continuavam a ser empregados nas obras de estradas e açudes do interior, sem outro salário que não fosse a esmola oficial. Na presidência do padre Galvão prosseguiram, por esse meio, as obras da matriz e do prédio onde funciona, atualmente, o Superior Tribunal de Justiça, e foi iniciado a 24 de maio o ajardinamento da praça Comendador Felizardo.

Mas escasseavam, apertadamente, os recursos. A proverbial munificência do imperador não acudia aos reclamos de fácil contento. O varão pio que pouco se daria de vender as próprias joias da coroa para salvar seus súditos famélicos não estava desembaraçado das mil e uma exigências que enredam a administração pública de todos os regimes.

E o débil protesto da fome repercutiu na eloquência de Cardoso Vieira, que estrondeou, na Câmara dos Deputados, em reptos de piedade e de revolta.

Era amortecido o eco dos sofrimentos da Paraíba.

E os responsáveis pelos destinos da nacionalidade despercebiam-se de tantos brasileiros que estertoravam abandonadamente, havia três anos, porque a razão minguada dos socorros públicos servia, apenas, para prolongar a agonia da população.

O deputado João Florentino Meira de Vasconcelos secundou o veemente apelo de Cardoso Vieira, na sessão de 21 de janeiro:

A Paraíba sofre tanto quanto o Ceará. E certo, senhores, que os sofrimentos da minha província ficaram abafados pelo silêncio da imprensa, como disse e confessou o nobre deputado meu colega, o sr. dr. Cardoso Vieira.

Na minha província a imprensa não imitou a do Ceará, foi isso um grave erro, que sempre deplorei. A do Ceará ergueu um brado em todos os órgãos da imprensa, qualquer que fosse o seu credo político, sempre unísono, sempre constante, forte e veemente, reproduzindo as queixas dos que sofriam. E esse brado repercutiu fora da província, levou seus clamores por toda a parte, e reproduziu-se em toda imprensa desde o extremo norte até o extremo sul; o Ceará de preferência atraiu a atenção de todos, até do estrangeiro, dentro e fora do Império somente se falava na seca do Ceará, de maneira que parecia naquele tempo que o Ceará era a única província que sofria; mas a minha província no silêncio da dor sofria tanto quanto o Ceará. A fome e a peste devastaram igualmente a sua população.

Essa diligência da bancada paraibana, reiteradamente implorativa, não obistou as medidas de restrição que foram deixando os famintos ao deus-dará.

O aviso de 26 de maio suspendeu os socorros públicos a todas as províncias flageladas e, se não foi executado em relação ao Ceará, não poupou, de todo, a Paraíba.

O Senado escarnece o clamor do Nordeste:

O SR. JOÃO ALFREDO – O aviso foi tardio.

O SR. TEIXEIRA JUNIOR – Se pode ser censurado o aviso de 26 de maio, é pela razão que acaba de indicar o honrado Senador pela província de Pernambuco.

O SR. JOÃO ALFREDO – Foi muito tarde.

O SR. TEIXEIRA JUNIOR – Pelo menos devia ser mais antecipada.

O senador mineiro não se constringe de aventurar:

São pretextos para se manter a ociosidade de uns e a prevaricação de outros, a ociosidade daqueles que, tendo-se habituado à indolência, vivendo à custa do óbolo da caridade que o governo distribui em farinha desarrancada e em carne seca podre, não querem hoje sujeitar-se à condição absoluta que rege a humanidade – o trabalho; fogem do trabalho, que se lhes oferece, e reaparecem nos abarracamentos para reclamar a competente razão diária.

O *Observador* de 5 de julho comenta esse descaridoso discurso:

Queremos fazer justiça aos nobres sentimentos de S. Ex^a que não teve ocasião de ver as ruas, as praças públicas, as estradas juncadas de nossos irmãos em perfeito estado de nudez, inanidos pela fome; não viu grupos imensos desses infelizes embargarem-lhe o passo nas ruas, nas estradas, estendendo-lhe as mãos, suplicando-lhe um punhado de farinha sem poderem mais articular uma palavra; não percorreu o interior desses províncias para observar os lugares outrora tão habitados onde a lavoura se ostentava garbosa, hoje inteiramente desertos e áridos como se ali nunca o braço do homem tivesse deixado o menor vestígio de cultura.

Se S. Ex^a tivesse observado estas cenas que nossa pena recusa descrever, acreditamos que mudaria de opinião; porque repugna-nos pensar que S. Ex^a acredite que estas infelizes províncias só devem fazer parte da comunhão brasileira, nas horas da provação¹⁷², na ocasião do sacrifício.

O imperador interpôs seu grande coração em favor do Ceará: “O Brasil ainda não está em condições de deixar morrer de fome uma província”.

Minguaram, cada vez mais, os auxílios oficiais. Os cofres provinciais estavam exaustos. Tinham sido abertos créditos extraordinários à verba “socorros públicos” na importância de perto de dois mil contos.

A dívida passiva elevava-se a 891:205\$625. Desde 1871 estava em atraso o pagamento dos funcionários públicos, cujos vencimentos ainda sofreram, nesse lance, a redução de 5%. Outras medidas extremas de economia desorganizavam os serviços da administração.

O comércio estava moribundo, com prejuízos acumulados, desde 1865, no mercado de algodão, e, enfim, estagnado pela crise monetária.

Esse estado de depressão geral refletia-se no desvalimento dos miseráveis que já não recolhiam o óbolo de cada dia.

O presidente Pereira Júnior assentou, nesse transe, estabelecer colônias

em terras de propriedades particulares, cujos possuidores as cederam para serem cultivadas pelos retirantes, sob sua administração, e sem ou-

172 N.E.: provação.

tra retribuição ou compensação que um dia de trabalho dos colonos em cada semana, fornecendo a estes o governo, por uma só vez, a ferramenta necessária para o trabalho agrícola, sementes e uma muda de roupa, e alimentos por espaço de oito meses.

Em 30 de abril de 1880 foi organizado pela secretaria do governo o seguinte quadro demonstrativo das 31 colônias fundadas:

N. do pessoal	N. de famílias	Núcleos coloniaes	Nomes dos proprietarios ou rendeiros das terras
1677	366	Mussurú	Lindolfo José Corrêa das Neves
414	111	Abiay	Salustino Ephigenio C. da Cunha
405	78	Puxi de Baixo	Francisco Ignacio Pereira de Castr
521	96	Jagaraú	Antonio Cabral de Vasconcellos
206	45	S. Izabel	Cypriano d'Arrochellas Galvão
305	69	Nova Liberia	José Joaquim d'Abreu
332	80	Amparo	Porfirio Venancio da Costa Bahia
100	16	Barra do Grammame	José Lins de Vasconcellos
147	32	Jacaré	José Alves de Souza
86	20	Ribeira	Francisco Pinto Pessôa
436	75	Espirito Santo	Edmundo do Rego Barros
329	86	Pão Brasil	José Moreira d'Oliveira
127	27	Ponte do Grammame	Manoel Paulino dos Santos Leal
118	30	Tauá de S. André	Antonio Xavier Monteiro da Franca
187	56	Camocim	Manoel C. de Sá Albuquerque
233	50	S. S. Cosme e Damião	Bento da Costa Villar
273	45	S. Anna de Gargaú	João José de Almeida
134	30	Marcos João	Francisco Benevides Pessôa
97	21	Cana-Brava	Manoel Soares Nogueira de Moraes
186	24	Ilha	Luiz Mauricio da Gama
191	20	Rio do Meio 1.º	José F. de Albuquerque Maranhão
93	22	Rio do Meio 2.º	Mathias da Gama C. de Vasconcellos
392	94	Tauá de Tibiry	Domiciano Lucas de Souza Rangel
58	14	Grammame	José Antonio Lisbôa
648	137	Matta Limpa	João Alves Trigueiro
76	14	Miriry do Lagamar	Cesario Correia Lima
232	46	Guarita	Manoel Joaquim P. de Vasconcellos
267	49	Miriry do Meio	José Felix Correia
275	58	Nascença de Una	Henrique Ribeiro Pessôa de Lacerda
133	29	Leite Mirim 2.º	Daniel Rafael de Freitas
133	42	Leite Mirim 1.º	Antonio Pinto de Carvalho Pellado

A de Mata Limpa era situada em Guarabira, as seis últimas em Manguae e as outras todas na comarca da capital.

Informa esse documento oficial:

Estas colônias foram fundadas com cerca de doze mil retirantes (homens, mulheres e crianças), tendo ficado reduzido o seu pessoal ao que consta do presente quadro, porque parte dos colonos se ausentou dos respectivos núcleos e parte foi expulsa por se recusar a trabalhar, irregularidade de conduta e maus costumes, o que deu lugar a serem dissolvidas as colônias Barra do Gramame, Jacaré e Miriri do Lagamar.

Tinha sido criado mais um hospital: o de Areia.

A situação no interior da província era dantesca. Os flagelados retrocediam do litoral escarmentados pelo regime colonial que lhes cerceava, duramente, os hábitos de liberdade, quando não lhes infligia piores torturas. E ficavam, novamente, ao desamparo.

Infere-se a escassez dos recursos, da mensagem do presidente Pereira Júnior, a 30 de abril de 1880:

A última entrega de gêneros alimentícios à extinta comissão de socorros desta capital, para serem distribuídos às vítimas da seca, efetuou-se no dia 8 de agosto do ano próximo passado, e os últimos socorros (exceto para colônias e obra do açude do Teixeira) foram remetidos para o interior da província no dia 3 de novembro.

Por aviso do Ministério do Império de 24 de fevereiro último foi autorizado que se despendesse até a quantia de dezesseis contos (16:000\$000) com a obra do açude do Teixeira ou Represa de Poços.

Por conta desta quantia já foram entregues pela Tesouraria de Fazenda seis contos e quatrocentos mil réis (6:400\$000) ao vigário Bernardo de Carvalho Andrade, que, gratuitamente, se tem incumbido da direção e administração desta importante obra.

Era uma bagatela no exaspero das necessidades.

A esse tempo já haviam começado as chuvas que se generalizaram em fevereiro e abundaram de abril em diante.

Mas, como poderia restaurar-se uma população anemiada e hidrópica que se invalidara em três anos de martírio?

Escuso de referir a última expressão dessa fatalidade que requintou, indescritivelmente, no fim de 1879. Dir-se-á que a sensibilidade marasmada dessa gente rude não tinha consciência da dor. Mas, ao evocar das cenas de desconsolação, descritas, indiferentemente, pela imprensa coeva, como que se escuta ainda o alarido dos abarracamentos, nos despenhos de supremas desgraças. Eu, em verdade, não sei interpretar a alma ingênua e contraditória do povo, mormente quando ela está vincada de sofrimentos. Mas, atinei com um instrumento de definição desse estado de espírito.

A musa sertaneja, nos repentes dos desafios, é a impressão viva desse sentimento. É o eco estrangulado dessa tragédia, coletiva.

Dois rapsodos plebeus – Nicandro Nunes do Nascimento e Bernardo Nogueira – desfiam o rosário de dores de 1877 nestas estrofes inéditas:

É-me preciso mudar
da terra que amo e moro,
terra que muito adoro,
a minha pátria natal.
Magino na beira-mar,
me entristece o coração,
lagadiço, lameirão,
pois a fome não é peca,
nesta tão terrível seca,
Foge, povo do sertão!

Ó meu deus, grande é o pecado deste povo que é teu,
morto à fome, como eu,
magro, nu e acabado!
Nem em casa, nem no roçado
não se vê, não se acha pão,
não há mais no duro chão
raiz de pau ou semente,
morre, se acaba a gente!

Foge, povo do sertão!

Foi-se a abelha, foi-se a caça,
a quem se pede nega,
não há ceifa, não há regra...
Como é que o povo passa?
Do cabrum há pouca raça,
uma galinha não há.
Como o povo viverá
Nesta terra? e os animais?
Mas, se Deus sabe o que faz,
Deus o remédio dará.

Com razão, pais, te flagelas,
não tens trajas decentes
que cubram as inocentes carnes das filhas donzelas.
Seminuas saem elas,
com a vista baixa no chão,
se escondendo entre os mais vão,
dos olhos lágrimas correndo,
a quem encontram é dizendo:
foge povo do sertão!

A fome foi tão canina
que, se mais saber tu queres,
no Pombal duas mulheres comeram uma menina.
Também muito senti eu
quando soube que um vizinho
tinha comido um potrinho
de uma égua que morreu,
mais senti foi quem morreu,
de fome no mato e nu,
cavando raiz de imbu.
E olhem como não ficaram

os filhos, quando o acharam
comido pelo urubu!

Xique-xique, mucunã,
raiz de imbu e colé,
feijão brabo, catolé,
macambira, imbiratã,
do pau-pedra a carimã,
a panela e o morrão,
maniçoba e gordião,
comendo isso todo o dia,
incha e causa hidropisia,
foge, povo do sertão!

Marchemos a encarar
trinta mil epidemias,
frialdade, hidropisia,
que ninguém pode escapar.

Os que para o brejo vão
morrem de epidemia;
sofrem fome todo dia
os que ficam no sertão.
Neste peço de aflição
vai o sertão ficar vago!
À memória tudo eu trago
Repasado de tristeza.
Ó deus, que és pai da pobreza
dai-nos pão, dai-nos afago!

Que é feito dos cangaceiros
Que dominavam Teixeira?
Deu-lhe a fome uma carreira;
foram esbarrar no lameiro.

Quedê homens de dinheiro
que ralhavam no sertão?
Que é feito do valentão
que cevava o guarda-costas? Vive tudo de mão posta,
dizendo ‘Deus, dai-nos pão’.¹⁷³

Esta simplicidade de inspirações machucadas pelo sofrimento é mais comovedora do que a incandescência da “seca do Ceará”, de Guerra Junqueiro.

É a nênia¹⁷⁴ de um povo atormentado pelas visões de seu destino. E, depois de tantos acidentes, que restava da prolífica família sertaneja reduzida pela morte, dispersa pela emigração, esterilizada no meretrício e derreada pelas epidemias implacáveis?

O crime de Dionísia dos Anjos é o lance, entremeado de piedade e de horror, que infunde essa mulher antropófaga, da tragédia trienal.

A era de 77 figura como um ponto de referência no passado dos paraibanos no seu calendário de calamidades.

Toda a psicologia desse povo ficou sendo dominada pelo conceito da seca.

1888 – 1889 – A Paraíba ainda não se havia recobrado, em dez anos de reconstrução, dos últimos estragos, quando ressurgiu o flagelo.

O ano de 1885 tinha sido minguado. A fome ainda entrara a oprimir a população.

O ano de 1887 fora abundante, mas suspenderam as chuvas em julho e o período estival decorreu sem a mínima precipitação pluvial no Cariri e Além-Serra.

A 12 de maio de 1888 a *Gazeta da Paraíba* anuncia:

Chegam-nos notícias de que sintomas de seca se vão revelando no interior da província.

173 Forneceu-me estes versos o sr. Pedro Batista, curioso colecionador da poesia popular da Paraíba.

174 N.E.: lamentação fúnebre.

O governo imperial nada promovera para defender o meio dos efeitos de outras vicissitudes. Alguns quilômetros de via férrea limitados ao litoral não se prestariam, sequer, à remoção dos flagelados.

A reduzida verba de socorros públicos de 1877 a 1879 tinha sido aplicada em igrejas, cemitérios, cadeias e casas de câmara. Os açudes *Fundo do Vale* – no Espírito Santo, *Mogeiro* – em Itabaiana, de *Poços* – em Teixeira, da *Vila* – em Santa Luzia do Sabugi, iniciado pelo padre Ibiapina, e *Maior* – em Guarabira eram as obras de utilidade daquele período; mas, por sua situação ou por se não acharem todos concluídos, não produziriam benefícios. O açude de Belém do Arrojado, construído pelo benemérito padre Ibiapina, como o de Princesa, ostentavam, porém, nas vazantes viçosas plantações que resistiram à soalheira. Ambos estavam, entretanto, ameaçados de arrombamento, por falta de conservação, de maneira que os préstimos do santo missionário, a cuja memória a Paraíba deve grande veneração, eram mais proveitosos que os do governo.

Os reservatórios particulares existentes antes de 1877 tinham desaparecido em sua maioria: o município de Piancó, que contara cerca de cinquenta, estava reduzido a dois – o Maracujá e o Boavista, ambos na fazenda do dr. Paula Primo.

O padre mestre Rolim, outro santo forrado de um sábio, franqueara o seu açude de Cajazeiras a serventia pública, como refrigério da sede dominante.

Felizmente, em julho caíram exíguas chuvas que, se não favoreceram a economia geral, porque não havia culturas, acudiram, fracamente, à criação.

A crise era comum. Os próprios brejos estavam desorganizados. A *Gazeta da Paraíba*, de 20 de outubro, expõe essa minguada:

Os horrores da seca já se vão manifestando muito sensivelmente no município de Areia. O inverno que ali terminou, segundo nos informam, a 14 de agosto último não permitiu a criação dos cereais que crestaram em quase sua totalidade, pois que uma só gota d'água não caiu depois daquela época para cá.

Também a lavoura da cana nada promete na safra presente.

Os agricultores daquele ubérrimo solo em anos anteriores hipotecaram suas fazendas e o crédito, este ano o que farão sem fazendas e sem crédito, a braços com uma seca iminente, consequência de um inverno irregular?

Muitos proprietários de engenhos de fabricar rapaduras e açúcar já fizeram declaração à respectiva coletoria para a eliminação do imposto, visto que as fábricas não funcionam mais. Entretanto ainda nutrem a louca esperança do prometido auxílio à lavoura do Norte.

O presidente da província, muito jovem e festeiro, ao pressentimento do fracasso, esgueirou-se para Pernambuco.

Sua ação administrativa contrastou com a do dr. Antônio Caio da Silva Prado, presidente do Ceará – um espírito talhado para a salvação pública. Irmão do ministro da agricultura e valido da corte, o malogrado estadista interpôs todo o prestígio em favor do povo que se acolhia em sua proteção.

Confirma o sr. Rodolfo Teófilo:

Tendo noção de todos os ramos de conhecimentos, mas sem profundeza em nenhum, possuindo grande cabedal de informações adquiridas em viagens a diversos países da Europa, não lhe foi difícil depois de um ligeiro estudo saber quais os melhoramentos de que mais necessitava o Ceará. Decidiu-se pela açudagem e deu começo a diversas barragens em alguns pontos da província. Fez prosseguirem com açodamento as obras do reservatório do Quixadá e se a morte não o surpreende em meio da tarefa, estamos certos, o Ceará ficaria dotado com bons elementos de resistência aos flagelos das secas. (TEÓFILO, 1901, pp. 34-35)

A nossa sorte sempre foi menor.

A conjuntura agravava-se, mais e mais, irremediavelmente, deixando a população desprotegida. Terminou o ano de 1888 sob esta impressão registrada, a 26 de outubro, pela folha já transcrita em outras vezes:

De inverno tivemos três meses, se tanto, no litoral e nos brejos: no Alto Sertão, porém, os raios solares dardejaram desapiedados durante todo o ano, reduzindo tudo a cinzas e a corrente emigratória da respectiva

população engrossa todos os dias, deixando desertas vilas e cidades. Os açudes, mesmo aqueles cujas águas nunca decresceram com a falta de chuvas durante um ou dois anos, estão reduzidos a reservatórios de lama pútrida, e a mortalidade do gado, principal ramo de vida do sertanejo, é inqualificável. Eis as condições atuais de nossa província. Tudo nos faz crer que vamos ter uma catástrofe maior e mais tremenda do que a de 1778.

Iniciou-se o ano de 1889 com dois meses soalheiros. Depois, vieram chuvas inconstantes, salteadas, imprestáveis, que não modificaram a crise esgotante. Todas as zonas estavam assoberbadas por essa situação.

O engenheiro Joaquim Nogueira Jaguaribe, tendo ido nesse ínterim estudar *in loco* o fenômeno da seca, observou:

O sertão da Paraíba é uma ruína! Os desastres ocasionados pelas secas de 1877 e 1878 reduzirão esta fértil província a um estado de calamidade tão medonho, que o período de onze anos de 1878 a 1889 não foi bastante para a restauração de sua economia.

Começava o restabelecimento das propriedades derrocadas pelos estragos do tempo e do abandono em que ficaram em consequência da terrível catástrofe quando a atual seca veio interromper suspendendo a reconstrução que, embora lenta, ia-se operando nas forças vivas e materiais da província.

Este lamentável acontecimento veio causar um sobressalto que tem produzido um grande alvoroço na população assustada, que ainda conserva bem vivos na memória os horrores que se deram de 1877 a 1879. Todos os trabalhos foram suspensos e a população proletária ficou reduzida à mais perigosa ociosidade e pungente miséria. Os ricos tratam de acautelar os seus haveres, reduzindo gados e o mais que podem a dinheiro; previnem os seus paióis, mandando vir de fora da província as provisões de que carecem para a dura travessia, e o que é mais admirável e estranho é que entre os preparos desta triste provisão se veem pólvora e outros petrechos bélicos, como se tratassem de prevenir-se contra a invasão de um inimigo pessoal em estado de guerra, ou ferozes animais de que se receassem.¹⁷⁵

175 *A Paraíba*, de João da Lira Tavares, p. 78.

É que o interior não estava inteiramente desassombrado dos fatores de violência e de rapina.

Adolfo *Meia-Noite*, o pavor do Alto Sertão e, principalmente, da comarca de Patos, onde se refugiara, durante muitos anos, fora cercado a 3 de setembro de 1887 pelo alferes de polícia Pedro Paulo Garcez Alves Lima, e, como tivesse resistido sozinho, de dentro de um matagal, contra toda a força, tombara com o crânio varado por uma bala.

Mas os grupos do Lopes, de João Barbosa, de Vicente Nóbrega e outros que se iam constituindo ameaçavam a vida e a propriedade dos fazendeiros.

Pioraram, de abril em diante, as condições da província. Chuvas parciais beneficiaram a região cortada pelos rios Jenipapo, Gravatá e Piancó; mas uma praga de gafanhotos assolou as culturas promissoras.

E reproduziram-se as caravanas da fome para os mesmos extravios.

As obras de socorro eram insuficientes para a estabilidade da população. Contavam-se o açude de *Belém* em Brejo do Cruz, o de *Zebelê* no Ingá, o *Menor* em Soledade e outros serviços sem importância.

Foi nessa emergência que a República tomou conta de nossos destinos. E o regime democrático não se importou com o povo que implorou, baldadamente¹⁷⁶, os auxílios federais.

O presidente Venâncio Neiva, que assumiu o governo a 6 de dezembro, diligenciou atenuar essas necessidades; mas a monarquia, na instabilidade das administrações intrusas, tinha depauperado a Paraíba. Foram escassos os socorros.

Continuou a distribuição de farinha, iniciada no governo Gama Rosa, e de cereais, nesta capital e em alguns pontos do interior.

A *Gazeta da Paraíba*, de 12 de janeiro de 1890, dá uma ideia da penúria dominante:

O espetáculo repugnante que dolorosamente se observa dia a dia, na praga da capitania, exibido pelos infelizes, deve já e já ser dali removido.

176 N.E.: inutilmente.

Há lugares em que melhor possam ser distribuídos os socorros, sem que o porto d'embarque e ponto de maior trânsito de veículos, seja invadido por essa maltrapilha e doentia. O lazareto da cidade deve ser afastado, do mesmo modo que os hospitais e os cemitérios.

A esse tempo já se havia iniciado o inverno, que foi indeciso, mas criador.

O presidente mandou ainda distribuir, gratuitamente, feijão, milho e arroz pelos pequenos agricultores, fomentando, destarte, a principal fonte de receita do estado.

A Paraíba estava, novamente, combalida e despojada de futuros elementos de riqueza.

A fatalidade não foi lutuosa¹⁷⁷, como nas vascas¹⁷⁸ de 1877 a 1879; mas destruiu a prosperidade renascente, com uma violência desalentadora. E as resistências da raça prosseguiram em sua faina de renovação, expostas, pela imprevidência contumaz dos dirigentes, a outros golpes irremissíveis.

1898 – Não tardou muito o flagelo. As estações tinham-se tornado, ruinosamente, irregulares. Em 1891, 1892 e em 1896, até novembro, os *repiquetes* haviam ocasionado sensíveis perdas.

O ano de 1897 fora precedido de chuvas copiosas em dezembro, mormente em Piancó, em Pombal e no Rio do Peixe, e decorrera normalmente. Mas a epizootia devastara os rebanhos enfraquecidos pela seca parcial do ano anterior. O dízimo de gado, que tinha produzido 139:312\$000 em 1894 e vinha decrescendo, rendeu nesse exercício, apenas, 55.409\$964.

E sobreveio a tantos contratemplos a calamidade de 1898.

A República deixava, por seu turno, a região ao abandono. No orçamento federal de 1895 tinham sido votados 200 contos para açudes. O presidente Álvaro Machado contratou com essa verba a construção dos seguintes reservatórios: o *Novo*, em Guarabira; o de Arara; o *Maior*, em

177 N.E.: fúnebre, vestida de luto.

178 N.E.: agonias.

Soledade; o *Cachoeira de Angico*, em São João do Cariri; o do *Conselho*, em Piancó e o do *Riachão* em Sousa, o qual arrombou em pouco tempo.

Foi também reconstruído, por esse meio, o *Zebelê*, que havia arrombado em 1895.

Se a açudagem estivesse mais disseminada, teria proporcionado recursos à população. O açude de Poços, conquanto ainda não concluído, foi, durante toda a crise, um inestimável benefício para os habitantes do município de Teixeira.

Desprovidos de todos os meios de salvação e escarmentados pela dolorosa experiência de outras secas, os sertanejos não se contiveram que não comesçassem a emigrar, tão depressa se pronunciou a estiagem. O Ceará estava parcialmente isento do mal, com chuvas regulares em toda a zona dos cariris. O relâmpago era o chamariz para aquelas bandas.

A maior parte deslocou-se, precipitadamente, para os nossos brejos. Realizava essa gente infortunada o fado errante.

Em data de 27 de junho o presidente Gama e Melo oficia ao presidente da República, nos seguintes termos:

Tendo a honra de confirmar o que expôs em telegrama de 15 do passado a V. Ex^a sobre a seca que aflige importante zona deste estado. Embora o mesmo flagelo possa assumir proporções assustadoras, abstenho-me presentemente de pedir algum auxílio especial ao governo federal. Atendendo, porém, que escasseiam sensivelmente as rendas do estado, venho rogar a V. Ex^a que se digne de expedir as necessárias providências para que seja remetida ao Tesouro do estado a quantia de 150:000\$000, saldo da de 500:000\$000, autorizada pelo decreto Legislativo nº 120, de 8 de novembro de 1892.

E a 18 de julho telegrafia:

Reiterando telegrama 15 maio cumpro o dever comunicar agrava-se situação seca abrangendo um terço dos municípios, tendo sido escassa a produção nos outros. É provável capital seja invadida populações famintas que emigram diversas localidades. Conselhos municipais representam pedindo socorros.

O dr. Prudente de Moraes responde da seguinte forma:

Saldo do auxílio concedido Lei n° 120 de 1892 caiu exercício findo, por isso não pode ser entregue sem nova autorização legislativa. Peço autorização Congresso para auxiliar esse estado e Piauí nos termos do art. 5° da constituição.

E solicitou, efetivamente, esse auxílio, em mensagem de 21 de agosto.

O Congresso autorizou o Poder Executivo a abrir um crédito extraordinário de 800:000\$000 para socorrer os flagelados do Piauí, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Sergipe.

Não pude apurar em que foi consumido o quinhão tardiamente destinado a este estado. Não foi aplicado em nenhuma obra preventiva. A Comissão de Açudes e Irrigação iniciou e abandonou a perfuração de poços tubulares em Ingá e Araruna.

E, enquanto se concertavam medidas paliativas, o sertão se esvaziava. A multidão atarantada rolava pelos caminhos extensos aos rescaldos do sol inclemente.

O dr. Elias Ramos, juiz de direito da comarca de São João do Cariri, representa:

A seca, há meses, manifesta-se tremenda, a juízo de todos, mais intensa do que a muito conhecida de 1877.

O presidente Gama e Melo acha por bem derivar a onda intrusa para a voragem do extremo Norte e dirige-se ao ministro da Viação:

Venho rogar expedição ordens para que tenham passagem conta governo federal vapores Lloyd vítimas seca que assola várias localidades deste estado.

O meio desfazia-se de suas mais valiosas energias, porque só os espíritos resolutos e empreendedores se abalanchavam à aventura da emigração.

É assim que se explica a epopeia do Acre. O senador Álvaro Machado suplica na sessão de 16 de novembro:

Mas, realmente, a situação é anormal, é aflitiva e incide nas disposições do art. 5º de nossa Constituição, onde o legislador constituinte consignou imperativamente que a União prestaria socorros ao estado que, em caso de calamidade pública, os solicitou.

Os produtos agrícolas atingiram uma alta inacreditável só acessível a raros fazendeiros que, com o comércio de couros desenvolvido desde 1877, e graças ao poder de restauração dessa zona prodigiosa, haviam amealhado algumas economias.

O grosso dos habitantes não dispunha, porém, como último recurso, sequer das joias e outros adornos que, em 1877, tinham locupletado uma agiotagem de abutres.

E vagueavam pelos caminhos, ora consolados pela esmola miúda, ora escorraçados por lavradores ríspidos.

Foi a minha primeira impressão pessoal da calamidade. E a retentiva infantil tocada por cenas tão violentas é indelével. Nunca mais me esqueceu o espetáculo contristador que eu mal compreendia e que ainda hoje me arrepia a sensibilidade.

Era uma macabra procissão de múmias. Passavam, aos ranchos, na solidariedade da dor comum. Depois de terem palmilhado os sertões longínquos, mortos de sede, de fome e de fadiga, ainda marchavam, caveirosos e arquejantes, atrás de um conforto inatingível.

Se a gente se compadecia da penúria orgânica dos adultos, deformados pelas perturbações tróficas, com a pele enegrecida colada às longas ossaturas, desfibrados e fétidos, pelo efeito da autofagia, quanto mais das crianças mirradas que entravam pela vida tão desgraçadamente.

As mães flácidas não tinham com que acudir a essa consumpção. São terríficas os sintomas da inanição. De Mersseman descreve, magistralmente, a fome de Flandres de 1845-1847:

O primeiro grau desta decadência caracteriza-se por todos os sinais peculiares à pobreza do sangue: a palidez, o emagrecimento, a tristeza, o

desencorajamento, a dificuldade da digestão, a distensão do ventre, o edema das extremidades inferiores, o enfraquecimento do sistema muscular e, por conseguinte, a dor nos membros, os movimentos penosos, o trabalho difícil.

O que impressiona primeiro que tudo é a magreza extrema, a lividez do rosto, as faces encovadas e, principalmente, a expressão do olhar que nunca mais se esquece; há, com efeito, uma estranha fascinação nessa vista que parece concentrar toda vitalidade do indivíduo, que brilha com um fulgor febril, cuja pupila enormemente dilatada se fixa sem pestanejos com um espanto interrogativo entre ternura e temor. Os movimentos do corpo são lentos, a marcha cambaleante; a mão convulsa; a voz quase sumida tremula. A inteligência profundamente alterada, as respostas são tardas; a memória na maior parte é mais ou menos abolida. Interrogados sobre os seus sofrimentos, esses infelizes respondem que não sofrem, mas que têm fome! Todas as secreções são modificadas; a pele torna-se seca, amarela, semelhante a um pergaminho. Os poros da derma ressumam uma matéria viscosa que, acumulando-se e condensando-se, cobre o corpo de uma crosta enegrecida, pulverulenta e de um mau-cheiro horrível. Nuns, os sintomas que determinavam a morte concentravam-se no peito; a tosse e os catarros os asfixiavam ou eles morriam em consequência de um derrame seroso no pericárdio. Noutros, o mal exercia sua ação nos intestinos: uma diarreia colicativa vitimava-os.¹⁷⁹

Lacassagne acrescenta:

Vários sucumbiram à anasarca e à ascite; outros de indigestão, quando chegaram os víveres. Entre as vítimas da miséria, alguns eram poupados às afecções acidentais, como para experimentarem todos os transe do esgotamento e da dissolução orgânica. Nesse caso, os sintomas de inanição tornavam-se sucessivamente mais intensos. A decrepitude tinha invadido todos esses infelizes; as crianças, os jovens, os adultos, os homens chegados à idade madura tinham as rugas, o dessecamento e extenuação da velhice: eram verdadeiros esqueletos vivos, incapazes de erguer os membros

179 Apud LACASSAGNE, *Précis de médecine légale*, pp. 593-594.

descarnados, prostrados, sem voz, com os olhos mortiços enterrados nas órbitas meio velados pelas pálpebras quase transparentes e remelasas.¹⁸⁰

É a mesma sintomatologia que ensombra o quadro das secas.

Os ventres vazios abaulados, ordinariamente, pela hidropisia são uma ironia da fome. A infiltração serosa da anasarca também avoluma, caricatamente, esses espectros.

É nesse estado de devastação orgânica e funcional que os pobres diabos empreendem intérminas caminhadas nos azares da emigração.

Em 1898, a desgraça não teve a extensão de 1877-1879, mas apresentou os alarmantes sinais daquela comparável calamidade. Foi de curta duração, mas com um “nimbo de fogo” que jamais se observara: em muitos lugares decorreu o ano sem um milímetro d’água.

A natureza poupava-se a precipitações para as demasias do ano seguinte, que inundaram Alagoa Grande e outros pontos ribeirinhos.

1900 – Dessa feita, a população não teve tréguas para se recompor dos recentes prejuízos. Ao paralelismo das primeiras secas sucedia o flagelo em curtos prazos.

Mas, se o Ceará se livrara mais ou menos do mal em 1898, com chuvas parciais, enquanto a Paraíba ardia na mais rigorosa das estiagens. Em 1900 ocorreu exatamente o contrário.

Registraram-se sensíveis perdas, em consequência da irregularidade do inverno; mas a população, endurecida pelos contínuos sofrimentos e temente aos riscos da emigração, enfrentou, em grande parte, a crise passageira.

Os proprietários foram constantemente desassossegados pelos cangaceiros.

1903 – 1904 – Em junho já estava intensamente declarada a seca, na conjunção de seus nocivos efeitos.

Debilitados pelos reiterados danos que haviam aguentado, os sertanejos não puderam manifestar a capacidade de resistência de seu feitio

180 Idem.

psicológico. E começou bem cedo o deslocamento das famílias – esse doloroso nomadismo de um povo, instintivamente chumbado ao solo natal.

O presidente José Peregrino invocou, instantemente, o auxílio federal. Eis um de seus telegramas:

Dolorosíssima situação: população faminta todo estado consequência seca e peste generalizadas, desde litoral. Chuvas parciais cabidas algumas localidades, sem deixarem resultado vantajoso, desapareceram inteiramente. Colheitas ano pretérito insignificantes. Preços víveres elevadíssimos. Conselhos municipais, magistrados, clero, todas localidades reclamam prontos socorros. Estado sem recursos atender. Venho pois solicitar V. Ex^a auxílio federal, acordo art. 5^o constituição. São urgentes socorros diretos e imediatos a par construção prolongamento ferrovias e açudes. Desespero impele povo faminto contra abastados já esgotados. Angustiosa contingência, aflitiva situação. Confiante patriotismo e solicitude governo federal, apresento V. Ex^a cordiais saudações.

Esses socorros solicitados desde junho de 1903 chegaram em abril do ano seguinte na ridicularia de 70:000\$000.

Os brejos sufocavam na pletora da população. Sucedeu, consequentemente, que as febres e as câmaras de sangue tiveram um assombroso surto epidêmico, notadamente em Areia, Alagoa Grande, Bananeiras, Guarabira, Itabaiana e Mamanguape.

O governo comissionou médicos para o tratamento dos indigentes, nos dois primeiros desses municípios, onde recrescia temerosamente a cifra da mortalidade.

Os retirantes capazes que invadiam a capital eram aproveitados em serviços públicos. Foram reconstruídos, desse modo, os prédios onde atualmente funciona a Recebedoria de Rendas e se acha aquartelado o 22^o Batalhão de Caçadores. Foram também abertos, sob a administração gratuita do coronel José Pereira Neves Bahia, 9.633 metros de um canal para dessecamento do pântano formado, no município de Mamanguape, pelo rio Sinimbu.

O governo do estado, com os exíguos recursos de que dispunha, ainda forcejou atenuar, por outros meios, a sina das vítimas do flagelo. Foi

organizada uma comissão de socorros composta do dr. João Maria de Brito, do tenente-coronel Graciliano Fontino Lordão e do sr. José Ribeiro de Castro Ferreira, respectivamente, inspetor do Tesouro, administrador da Recebedoria e presidente da Associação Comercial.

E, como a varíola e outras moléstias estivessem reinando, a Santa Casa de Misericórdia recebeu da mesma fonte diversas quantias para recolher em suas enfermarias os miseráveis acometidos desses males.

Mas, a despeito dessa assistência, verificavam-se por toda parte cenas de profunda tristeza. Eram poucos os socorros para tamanhas necessidades.

E, como se não fossem bastantes esses lances opressivos, eram as mais intranquilas as condições do interior do estado. Antônio Silvino, que se refugiara em Pernambuco desde o fim do ano de 1903, voltou em agosto de 1904 à atividade do banditismo. Chegou a ponto de invadir e saquear a vila do Pilar, onde, por cúmulo de audácia, deu liberdade a seis presos sentenciados.

O ano de 1904 não foi propriamente seco: caíram chuvas escassas no Alto Sertão de janeiro a abril, de maio por diante no litoral até Campina Grande e, afinal, no Cariri. Mas, falharam todos os meios de reconstrução e, ainda por cima, foi nesse tempo que as epidemias se desenvolveram. O presidente do estado mandou distribuir sementes de milho e feijão, do fim de maio a junho, pelos municípios de aquém-serra e forneceu passagem na estrada de ferro para o retorno dos flagelados. Perdurou, porém, a calamitosa miséria até a tardia colheita do ano seguinte.

1915 – O repiquete de 1907 fora violento no Alto Sertão. Os fazendeiros do rio do Peixe haviam retirado seus rebanhos para o Ceará, durante a grande estiagem; mas, sem embargo dessa providência, sofreram desanimadores prejuízos.

Seguiram-se alguns anos, mais ou menos, regulares, até que ocorreu a seca de 1915.

Para se aquilatar o rigor dessa crise climática na zona sertaneja basta atentar nas observações pluviométricas do ano. A média anual de Conceição de Piancó, que atingira 1.613,1 mm no ano anterior, declinou a 83,4 mm, e a de Alagoa do Monteiro baixou de 1.030,3 a 99,6 mm, como já mostrei no estudo do clima.

Logo que se acentuou o mal, os fazendeiros adotaram o aviso de conduzir as boiadas às feiras de Campina Grande e Itabaiana e vendê-las a qualquer preço. O boi era cotado a 20 e 30 mil réis. Os criadores da caatinga, onde a estiagem foi menos intensa, compraram grande quantidade de reses para refazê-las. E, apesar de o gado do Alto Sertão não se aclimatar nas zonas de aquém-serra, a febre do Texas pouco se manifestou nesse ano, de maneira que essa especulação foi, geralmente, lucrativa.

Aumentou, extraordinariamente, o consumo da carne verde que, como os animais abatidos fossem, na maior parte, magros, doentes e extenuados, era viscosa e amolecida – por sinal de que o povo a chamava de catarro. Chegou a ser vendida a 300 réis o quilo.

Catolé e Brejo do Cruz perderam mais de dois terços da criação.

O coronel Antônio Pessoa, 1º vice-presidente do estado, em exercício, define a crise dominante, na mensagem apresentada ao Rio Grande do Norte no dia 1º de setembro:

Para agravar ainda mais a situação geral, declarou-se no corrente ano um novo período dessa calamidade meteorológica, que, com o nome sinistro de seca, oprime e apavora a nossa região. Todo o vasto trato do nosso estado, que se designa com o nome de sertão, território apto à cultura do algodão e à criação dos gados, elementos dos mais valiosos da fortuna particular e fontes principais da receita pública, ficou estéril e teve de ser abandonado pela sua população necessitada que, em grandes levas, se retirou em busca do litoral.

É exato que chuvas escassas e parciais na estreita zona dos brejos permitiram que estas fossem cultivadas e produzissem cereais em quantidade acima, talvez, da média dos anos anteriores. Mas, tal produção está bem longe de restabelecer o equilíbrio perturbado e mesmo de satisfazer às necessidades de sua população que muito se avolumou com a chegada das densas multidões de retirantes.

O estado de São Paulo remeteu 20:000\$000 em benefício dos famintos. O Rio Grande do Sul também acudiu, depois, com um generoso doativo. As comissões pró-flagelados organizadas dentro e fora da Paraíba deram, mais uma vez, consoladoras amostras da solidariedade da raça.

Prolongou-se o estado anormal.

Em mensagem de 1º de março de 1916, insiste o chefe do executivo estadual:

Não cessou ainda de atuar o clamoroso flagelo que desde o ano findo oprime a maior parte do nosso estado. O inverno deste ano, esperado com ansiedade para minorar a dolorosa condição em que se veem as populações sertanejas, não está acentuado, pelo menos com o caráter de abundância e generalidade que assegure o término dos sofrimentos aos nossos laboriosos concidadãos.

Mas os efeitos do cataclismo foram, dessa vez, aliviados por uma série de circunstâncias providenciais.

Interveio o prestígio nacional do dr. Epitácio Pessoa, que voltara a militar na política do estado. À ação dos poderes locais veio logo juntar-se a assistência federal. Foram iniciadas obras de açude e estradas.

Esse auxílio indireto evitou maior convergência da população para os brejos e o litoral e atalhou outros prejuízos.

Além disso, os fazendeiros já se vinham precavendo do flagelo com a açudada particular que, se não salvava os rebanhos, fornecia meios de subsistência para as crises pouco duradouras.

E, ao cabo de três anos, quando rebentou o repiquete de 1919, o sertão estava ainda mais aparelhado dessa defesa e sob os auspícios do governo que se iniciava para o resgate de penas prefiguradas eternas.

A angústia da síntese não me permitiu reconstituir toda a vastidão desses desastres. Se me ative, às vezes, em miudezas de interesse puramente local, para satisfazer uma curiosidade, porventura, mais exigente, preteri lances expressivos e de maior sentimento histórico.

De tudo se vê que a Paraíba sofreu muito, com uma resignação calada que lhe escondia as dores.

Não se contam as mortes pela fome e pelos outros males consecutivos à seca, os lares destruídos, os despenhos na miséria, as forças vivas escoadas para meios inóspitos, todos os danos acumulados das repetições da calamidade.

Escreve o insigne historiador Rocha Pombo:

De todos os estados daquela zona, o que mais tem sido flagelado pela seca é o do Ceará e depois o do Rio Grande do Norte.¹⁸¹

Ele não transmite à posteridade o documento de nossa angustiosa resistência a esses hiatos da pródiga natureza do Nordeste, porque não ouviu o clamor de nossas crises.

Diz Rodolfo Teófilo na terceira obra que, com a sua pertinácia de apóstolo, publicou sobre as secas da *terra do sol*:

O Ceará, de todos os estados do Brasil, é talvez o único que pode ser conhecido e estudado através de seus livros. (TEÓFILO, 1919)

E tem razão, porque só ele já representou o martírio de seus patrícios em vários volumes de literatura histórica e de ficção, contribuindo, ao mesmo tempo, com uma experiência esclarecida para o conhecimento do fenômeno.

Sirvam, ao menos, estes delineamentos de estímulo à curiosidade dos historiógrafos paraibanos.

Essa luta do homem com as desordens do clima é a comprovação de um valor moral que deve ser assinalado em todos os seus traços de amargura e de coragem renitente.

São os vaivéns de nossa formação.

181 N.E.: O autor referencia a obra apenas como “História do Brasil, vol. 1, p. 411”. Não é possível saber, entretanto, a qual edição se faz menção, uma vez que Rocha Pombo publicou sua *História do Brasil* em 5 volumes entre 1905 e 1917.

O ABANDONO

A história político-administrativa da Paraíba, nas suas relações com os poderes centrais, desde o tempo da conquista até 1919, é um documento de preterições e de abandono.

A natureza perenemente generosa não correspondeu à longanimidade dos homens. Sobre lhe falecer, desde os primórdios, a ação tutelar necessária a todos os corpos sociais e, mormente, aos núcleos nascentes, foram desfalcados, com uma gana insaturável, seus principais elementos de vida própria.

E, se essa fonte inesgotável de recursos manifestou, através de tantos reveses, uma vitalidade que subsistiu a todas as circunstâncias adversas, não deixou de se quebrantar, de quando em quando, às provações mais ingratas. Mas recobrava-se, dentro de poucos anos, desses desfalecimentos com a índole de progresso que tem sido o milagre de suas realizações.

Se os fados esquivos ou hostis foram obstáculo ao ingresso da civilização em nossas plagas, erros sucessivos prolongaram, ainda depois desse evento, o estado primitivo. Ver-se-á como o acaso, as paixões ruins e, sobretudo, o descaramento inveterado impediram, secularmente, o surto das energias do meio.

O atual território paraibano, tendo sido bipartido pelas capitânicas de Itamaracá e Maranhão, ficou esquecidamente inexplorado.

Mas os traficantes estrangeiros descobriram sua riqueza e, fiados nesse abandono, entraram a contrabandear com o pau-brasil, abundantíssimo na costa.

E teria permanecido o desamparo se os franceses, acamaradados com o gentio, não o tivessem induzido a acometer os estabelecimentos vizinhos.

A primeira tentativa de ocupação, dirigida pelo dr. Fernão da Silva, por ordem do governador-geral, Luís de Brito e Almeida, foi rechaçada pelos silvícolas, convertidos em instrumentos dos especuladores intrusos.

Declaravam-se, assim, as graves consequências do retardamento da colonização.

A frota aparelhada, em seguida, com o mesmo intento, foi dispersada por um temporal e voltou à Bahia.

Os potiguaras amiudaram as correrias; e, vista a insegurança da capitania de Itamaracá, urgia reprimi-los.

A necessidade de defesa determinou uma nova expedição, a cargo de João Tavares.

Esse homem de boa estrela chegou a salvo e fundou, em 1579, o núcleo da ilha da Camboa, que teve de desprezar, daí a pouco, à minguada de recursos.

O governo-geral negligenciou essa obra iniciada, sob os melhores auspícios, com uma tranquilidade que o teria preservado de ulteriores sacrifícios.

Frutuoso Barbosa, proprietário e comerciante em Pernambuco, fora, ao mesmo tempo, contratar com o governo da metrópole o povoamento do território, com a condição de lhe ser concedida a capitania por dez anos. Mas intervieram, novamente, os maus fados: já se achava ele no Recife, com a grande expedição organizada na Europa, quando uma violenta tempestade lhe assaltou os navios e o impeliu até as Antilhas, donde voltou ao reino.

Só em 1582 alcançou o rico donatário refazer-se desse desastre e tornar à sua tarefa. Reforçou as tropas com o contingente de Simão Cardoso e, bem-sucedido na investida, logrou destruir cinco naus francesas das oito que estavam surtas na foz do Paraíba. Antegozava ele essa vitória, quando os índios atacaram e trucidaram cerca de quarenta expedicionários, inclusive um filho seu.

Quebrantado por tamanho infortúnio e temeroso de outros assaltos, Frutuoso Barbosa, que já havia perdido a mulher no malogro da primeira viagem, aguardou, apenas, o retorno de Simão Cardoso, internado, em luta com os selvagens, na distância de sessenta léguas, e, abandonando o arraial instalado ao norte do rio, recolheu-se, desiludido, a Pernambuco.

Enfurecidos, cada vez mais, os silvícolas e redobrando em arrancos de audácia, Frutuoso só se animou a voltar à Paraíba com a expedição preparada pelo governador Teles Barreto, fortalecida pelo concurso da esquadra de Diogo Valdez e dos 1.000 voluntários de Pernambuco.

Instalou-se sem custo a capitania; mas os índios e os franceses, refugiados no interior, não a deixaram em paz.

Os colonos, ao invés de procurarem atrair a si, persuasivamente, os naturais da terra, exasperavam mais e mais a reação. A hecatombe de *Laretibe* foi, então, mais uma consequência desse inominável erro da conquista. A hostilidade de Piragibe, antigo aliado e vítima da traição de Gaspar Dias de Ataíde e Francisco de Caldas, veio, simultaneamente, demonstrar a inabilidade da colonização.

Revelou-se a impotência da capitania em face desse sentimento de vindicta que irmanou os potiguares aos tabajaras.

Uma outra circunstância viera afrouxar a resistência. O capitão espanhol Francisco Castrejón, deixado como alcaide do forte de São Filipe pelo general Valdez, malquistara-se com o governador, cuja autoridade se negava a reconhecer.

Essa desinteligência foi favorável às incursões dos índios e dos seus aliados.

O ouvidor-geral Martim Leitão, o proclamado *general da conquista*, mandou Pero Lopes, capitão de Itamaracá, e depois veio em pessoa desassombrar a Paraíba dessas constantes arremetidas.

Mas o maior empecilho já era o domínio da Espanha que também nos devia ser prejudicial.

Frutuoso Barbosa, desautorizado e impotente, desertara as suas responsabilidades. E Pero Lopes, que o substituíra, não podendo arcar com as injunções do castelhano irrequieto e absorvente, fugiu, por sua vez, para Itamaracá, onde foi reconhecido, quando pretendia embarcar para a Índia. Castrejón, depois de tantos destemperos, pôs fogo ao forte, deitou a artilharia ao mar, meteu a pique um navio e safou-se com os seus soldados.

Voltou o território à barbaria, pelo voluntário sacrifício de tanto esforço amassado no sangue de muitas refregas. Mas Martim Leitão velava pela conquista.

E já aprestava outra expedição, a contragosto de Frutuoso Barbosa, quando foram ao seu encontro dois emissários de Piragibe que estava desavindo com os potiguaras e propunha nova aliança aos portugueses.

João Tavares foi incumbido dessa missão de paz. E fundou a Paraíba, com o nome de Felipeia, a 5 de agosto de 1585, coroando dez anos de malogradas tentativas.

O ouvidor-geral veio consolidar essa obra auspiciosa com elementos estáveis e rebater as hostilidades que ainda a ameaçavam.

Tudo se normalizou para um rápido desenvolvimento, mas deplora Rocha Pombo:

Como se por lá se tivesse o intuito de perturbar os serviços daquela dolorosa conquista, mandam da metrópole no ano seguinte (1586) um certo Francisco de Morales, nomeado capitão do forte da Paraíba. Repete esse homem os desastamentos de Castrejón, começando por expulsar do forte a João Tavares, pondo-se em violentas colisões com os pernambucanos e os índios aliados. (POMBO, 2019, p. 34)

E, enquanto esse diabo coxo andava em brigas com o capitão-mor, desorganizando o progresso incipiente e entibiando a defesa comum, os inimigos estiveram a ponto de levar tudo de vencida.

Avisado pelo provérbio aplicável à sua deformidade, no momento arriscado, o comandante espanhol foi o primeiro a escapar-se.

Martim Leitão acudiu, ainda dessa feita, com o seu valor político e guerreiro. Não contente de fortalecer a resistência, foi desalojar os potiguaras da serra de Copaoba e enxotou os franceses destroçados até o mar.

A colonização prosseguiu prosperamente. A cidade crescia e a fertilidade das terras era um cobiçado fator do progresso nascente. Diz Manuel Tavares Cavalcanti: “Duarte Gomes é um dos benfeitores da Paraíba colonial que desde já devemos aprender a venerar”.¹⁸²

Esse opulento proprietário, que já se notabilizara nas lutas contra o gentio, instituiu prêmios, por sua conta, para as novas construções.

182 CAVALCANTI, Manuel T. *Epítome da História da Paraíba*, p. 21.

A iniciativa particular começava, desse modo, a suprir a negligência da administração geral.

Mas a metrópole conspirava, novamente, contra essa atividade construtiva. Tendo Frutuoso Barbosa conferido poderes a d. Pedro de La Cueva para pleitear o cumprimento do contrato que lhe assegurara a capitania por dez anos, recebeu ordem de reassumir o governo. E não tardaram as rixas com o oficial espanhol, seu ex-procurador, que fora nomeado comandante das forças castelhanas da Paraíba.

Aproveitando-se dessas desavenças, os selvagens investiram com um ímpeto formidável, reprimido, afinal, pela expedição organizada em Itamaracá por João Tavares e comandada por Pedro Lopes Lobo.

Não tendo o último alcançado reconciliar os dois poderosos rivais, seguiram-se novas discórdias e outros tantos assaltos dos índios. De maneira que os colonos viviam de armas nas mãos, em detrimento da organização do trabalho prometedor.

Maximiano Lopes Machado lamenta esse desaproveitamento da natureza pródiga:

Infelizmente estas liberalidades não podiam ser utilizadas na ocasião em que os invasores eram obrigados a estar em armas para não sucumbirem à tenacidade de um inimigo indomável. Um palmo de terra conquistado trazia o sacrifício de mais homens e de mais obras de defesa para a sua conservação. A agricultura não podia ser iniciada em larga escala, quando a guerra chamava a si braços úteis. (MACHADO, 1912, p. 101)

Mas essa impeditiva beligerância era, antes, o resultado da incapacidade da colonização.

As ordens religiosas, que se recomendavam no serviço da catequese, também se desavieram, ao mesmo tempo, agravando a confusão geral.

Quando Feliciano Coelho recebeu o governo da capitania, em maio de 1592, de André de Albuquerque, por ter Frutuoso Barbosa o abandonado, desastrosamente, parecia inelutável a anarquia da administração e rugia de todos os lados a ferocidade das tribos ciosas e vingadoras.

Esse valoroso soldado, afeito às armas da África, deu encarniçado combate aos inimigos, mas, quando cuidava restabelecida a tranquili-

dade da capitania, rompeu a guerra da Espanha com a França, gerando novos sobressaltos para as colônias.

Todas as energias passaram a ser consumidas em preparativos de defesa. E, como era de prever, uma armada francesa composta de 13 navios desembarcou, em 1597, 350 homens que atacaram o forte de Cabedelo e foram repelidos por 20 heróis que o guardavam.

Os potiguaras, concentrados no Rio Grande do Norte e instigados pelo francês cúvido e solerte, reiteravam as depredações com tanta violência, que os habitantes da Paraíba representaram ao rei, em dezembro de 1597, pedindo-lhe que mandasse pôr termo a essa intranquilidade.

A metrópole ordenou a conquista daquele território. E o núcleo novo, já de si dizimado por frequentes morticínios, teve que fornecer forças para essa expedição, as quais foram, apenas transportadas às fronteiras, cruelmente acometidas de varíola. Acossado por esse flagelo, Feliciano Coelho retrocedeu com os seus comandados; mas, em abril de 1598, tornou à empresa “à frente de duas companhias de sessenta arcabuzeiros cada uma, vinte e quatro de cavalo e trezentos e cinquenta índios flecheiros, com os seus principais”. (PINTO, 1908, p. 29)

O século XVI findaria sem nenhum fruto para a conquista, se, a 11 de junho de 1597, não tivesse sido celebrada a paz com os potiguaras, por iniciativa de Jerônimo de Albuquerque e mediação de Ilha Grande.

Foi, coincidentemente, intérprete desse ajuste solene frei Bernardino das Neves, filho de João Tavares, o espírito bem fadado da colonização.

Esse sucesso inaugurou uma fase de progresso moroso, por falta de incremento das riquezas visíveis, mas desafogado das perturbações que o haviam estorvado.

De um documento de 1601 se infere esse desenvolvimento natural:

Esta capitania é de S. Majestade e rendera ao dízimo de seis para sete mil arrobas de açúcar, fora as miunças, e vai sempre em crescimento. (PINTO, 1908, p. 34)

A metrópole começara a explorar a obra exclusiva dos colonos. Assim protesta o tópico de uma representação da câmara da capitania ao rei, datada de 19 de abril de 1610:

Temos razão de lembrar a vossa majestade em que está aos moradores desta capitania na conquista da qual, sendo como foi tão larga, deixa bem entender o muito sangue que derramamos e o que nos há custado de nossas fazendas, sem ajuda alguma de V. M. (PINTO, 1908, p. 36)

Em 1603, como já referi, daqui partira Pero Coelho de Sousa para povoar o Ceará.

Em 1614, Jerônimo de Albuquerque ainda tirou do fraco contingente da população índios e brancos para a conquista do Maranhão. Pau Seco seguiu da sua aldeia de Jacoca com 22 dos seus para essa expedição.

Mas, a despeito do regime esterilizador a que estava sujeita, a Paraíba florescia, a ponto de, em 1618, ser reputada por um cronista como a terceira capitania do Norte, depois da Bahia e de Pernambuco.

Andava o número de engenhos por perto de vinte e as fazendas de criação iam além do Pilar. Havia seis aldeias de índios domesticados e a cidade tinha mais de mil habitantes.

Toda essa organização de um esforço heroico e permanente foi destruída pelos holandeses.

Ora enviando socorros à Bahia e a Pernambuco, ora repelindo as tentativas de invasão, foram, desde 1624, desviadas as atividades produtoras para o aparelhamento da defesa, até o momento da ocupação, em 24 de dezembro de 1634.

Foram queimados os armazéns de mercadorias para não aproveitarem ao inimigo.

Apesar do edital de 26 de dezembro, com o oferecimento de garantias à liberdade dos habitantes da capitania e à posse de seus bens, um dos primeiros atos da dominação foi o saque promovido no interior pelo major Picard, que arrecadou só na casa de Bento do Rego Bezerra sete arrobas de prata. Foram confiscados os engenhos abandonados.

Alguns moradores, inclusive Duarte Gomes da Silveira, fiados em concessões enganosas, juraram fidelidade aos invasores. Essas promessas liberais foram reiteradas em documento de 13 de janeiro de 1635, mas o grosso da população, exaurida por tantos anos de refregas e receosa de represálias, tinha emigrado para Pernambuco.

O jugo flamengo manifestou logo seu caráter violento e mercantil. Servaes Carpentier nutria intuitos reconciliatórios para diminuir os embaraços da exploração; mas o diretor Ypo Eyssens, que pagou com a vida os seus desmandos, perseguiu, duramente, os próprios colonos que se haviam subordinado ao domínio batavo.

Os ressentimentos dessa pressão ainda estavam vivos na carta dirigida, em 1643, por Duarte Gomes ao príncipe Maurício de Nassau:

... E se os danos que padecemos alcançaram a muitos, a mim em particular, mais que a todos, como preso e esbulhado de meus bens, sem ordem nem culpa alguma, nem presunção dela nem causa outra senão a vontade do diretor Ypo Eyssens, parecendo-lhe que com semelhante rigor me podia obrigar a dar-lhe por mulher uma sobrinha que me havia pedido, e eu lhe havia negado por estar em poder de seus pais.

As reações de Francisco Rabelo e Sebastião Souto exacerbaram, cada vez mais, os dominadores que se desferraram na população inerme. Os primeiros, por sua vez, empenhados em suprimirem os recursos dos intrusos, levavam tudo a ferro e a fogo. André Vidal de Negreiros chegou a incendiar os canaviais de seu pai Francisco Vidal.

Era um delírio de devastações.

Maurício de Nassau, que, na oportunidade de sua visita à Paraíba, em 1637, promovera alguns melhoramentos materiais, embora lhe impusesse, ao mesmo tempo, leis exóticas, avessas à índole do povo, ainda envidou consolidar o domínio com as liberalidades de 1640. Mas, quando ele abandonou o Brasil, em 1644, embarcando-se aqui, deixou os vencidos sacrificados à sanha de impenitentes energúmenos.

Os selvagens truculentos eram estumados contra as fazendas indefesas. A 20 de março de 1645, a horda feroz, encaminhada pelos holandeses, investiu o engenho São Tiago Maior, de André Dias de Figueiredo, em uma noite festiva e trucidou todas as pessoas presentes, exceto, para maior opróbrio, a filha do senhor do engenho, uma rapariga de surpreendente beleza que foi conduzida ao forte Cabedelo.

Paulo de Linge constituiu-se a figura sinistra do terror. Para esmorecer o sentimento reacionário, tiranizou a capitania com excessos que

deveriam ter pasmado aos próprios tapuias. Mandou enforcar a Gonçalo Cabral. O cadáver de Estêvão Fernandes foi arrastado à cauda de um cavalo pelas ruas da cidade.

Voltaram, às escâncaras, os abusos e as licenciosidades que Maurício de Nassau havia coibido e os próprios cronistas holandeses registraram escandalizados. Corria como um rifão que “deste lado da linha nada era nem pecado”.

Foi contra esse regime de violência e desregramento que se insurgiu o espírito nativista nas primícias de sua formação.

Desajudado do concurso da metrópole que, ao invés, pretendia alienar o território, Vidal de Negreiros (porque foi ele a alma e o braço forte do movimento) restaurou o domínio português, para o reatamento dos processos estagnantes do sistema colonial.

Em 1654, no momento da capitulação, a Paraíba se achava talada e deserta. Além dos morticínios da guerra, tinham sucumbido na peste de varíola de 1641 mais de mil escravos. Foi assim que a encontrou o capitão Francisco de Figueiroa. Precisava refazer-se desde as suas bases e não contava com auxílios para a reconstrução.

O primeiro governador, João Fernandes Vieira, que tomou posse a 12 de fevereiro de 1655, teve de manter a tropa à sua custa por dois anos.

Volveram os beneditinos, mas o convento estava em ruínas e sem patrimônio.

E, como uma carta régia ordenara, a requerimento de Fernandes Vieira, que, por se achar falta de moradores e comércio, fosse esta antiga capitania socorrida e provida por Pernambuco, o governador Brito Freire pretendeu, em 1661, anexar a Paraíba ao território de sua jurisdição.

Matias de Albuquerque, que assumiu o governo a 17 de outubro de 1657, diligenciou, durante cinco anos, soerguer o meio desse dismantelo. E eram tão poderosas as reservas naturais, que renasceu a agricultura, a ponto de se elevar o número de engenhos de dois a quarenta e dois, nesse curto período.

Mas, antes de recuperar as forças amortecidas, a obra ingente da população era minada pelas exigências de Portugal. Foi, assim, compelida a pagar o imposto de indenização à Holanda, durante 16 anos.

Estranha Maximiano Machado:

Depois de tão prolongada luta, de tantas vidas e fortunas sacrificadas em defesa da pátria dilacerada e oprimida pelo jugo holandês, exigir das províncias restauradas e empobrecidas a sua quota-parte para pagamento da indenização à Holanda quando apenas principiavam a reorganizar-se, não era somente uma injustiça, mas ainda uma grande iniquidade.

O governo não levava em conta aquele imenso sacrifício que haviam feito, para voltarem ao domínio de Portugal, exigia, além disso, dinheiro em paga desse nobre e raro esforço, dessa nacionalidade reconquistada. (MACHADO, 1912, p. 270)

Esse tributo especial e de prazo limitado foi cobrado indefinidamente.

E, em seguida, teve de acrescentar aos cento e vinte mil cruzados anuais, destinados àquele fim, mais vinte mil em cada ano para o dote da infanta d. Catarina, prometida em casamento a Carlos II da Inglaterra!

Ainda era diminuta a cifra da população, quando, em 1686, a epidemia, conhecida nesse tempo pelo nome de *bichas* ou *males*, a desfalcou irremediavelmente.

Foi a primeira irrupção da febre amarela.

E, apesar desses estragos, a capitania teve de socorrer, no ano seguinte, ao Rio Grande do Norte e ao Ceará, a braços com o levante das tribos.

Nesse ínterim, chegou uma carta régia mandando executar os devedores da fazenda real.

As obras públicas eram, em regra, custeadas pelo povo debilitado pelo parasitismo da metrópole.

As cartas régias de 11 de setembro de 1697 e de 2 de dezembro do ano seguinte mandaram ainda fintar os habitantes da cidade para a construção de uma casa destinada à câmara, cadeia e audiência.

Para a reedificação da fortaleza de Cabedelo, a carta régia de 28 de agosto de 1699 mandou aplicar as “sobras que houver nos subsídios que administra a câmara”.

Mas, se era precária a situação do litoral, o sertão já tinha sido batido pelos bandeirantes baianos, paulistas e paraibanos e já estavam fundados Campina, Boqueirão e São João.

Essa conquista deve ter sido perturbada pela seca de 1692¹⁸³.

Foi um notável avanço para a civilização, mas não deixou de se desdourar com a guerra de morte movida aos cariris, dizimando, estupidamente, um elemento que deveria ser incorporado à massa demográfica tão necessária ao desenvolvimento geral. E, para maior perda, os mestres de campo dos paulistas ainda escravizavam e deslocaram inúmeros indígenas.

O comércio já estava, nessa época, preso aos tentáculos da praça do Recife. Algumas medidas tinham procurado libertá-lo dessa dependência; mas o açambarcamento tendia a perpetuar-se por falta de aparelhamento local.

A discricionária administração colonial asfixiava as iniciativas. Esse conjunto de circunstâncias dissolventes determinou a decadência em que a Paraíba se prostrava no fim do século XVII.

O século seguinte ainda ia ser de embaraços e restrições.

O quilombo do Cumbe devastava a capitania; mas, em 1701, os negros foram desbaratados.

Não tardaram novas medidas de abatimento da economia da região. A carta régia de 26 de setembro de 1703 proibiu a profissão de ourives e a de 15 de fevereiro do ano seguinte a indústria do sal, “o que produziu uma alta enorme no gênero que os naturais tinham por baixo preço”. A proibição da exportação de aguardente para Angola foi outro grande prejuízo. Entretanto, a renda da capitania elevou-se em 1706 a 27:931\$943, deixando o saldo de 6:740\$864.

A revolta contra a impolítica da metrópole fermentava em todas as camadas estranhas à influência oficial e gerava as primeiras incompatibilidades entre brasileiros e portugueses.

E o espírito de reação não irrompeu em 1710, solidarizando-se com “a democracia de fidalgos” de Olinda contra os “mascates” do Recife,

183 Coriolano de Medeiros refere-se, em várias publicações avulsas, a uma seca anterior que teria determinado a emigração de paraibanos para Sorocaba. Deixei de mencioná-la, oportunamente por um lapso, embora os documentos invocados não sejam explícitos.

porque o governador João da Maia da Gama atalhou, violentamente, essa tendência difundida na consciência popular.

A repressão exagerada pelo fanatismo partidário, pondo a capitania em estado de guerra, agravou a crise do ano.

Grassava a seca que já referi. Diz Maximiano Machado:

Chegava à Paraíba Joaquim de Almeida, o mais rico mercador do Recife e companheiro na fuga de Sebastião de Castro para a Bahia, e logo depois dois padres da Madre de Deus, com o fim de ativarem a João da Maia no que de mais urgente convinha fazer para sustentar a guerra. Seguiram algumas remessas de farinha, milho e feijão, e quando já escasseavam estes gêneros na Paraíba em consequência da seca que flagelava os moradores, João da Maia fechava os olhos às necessidades do povo, fazendo apreender os que já em pequena quantidade apareciam nas feiras, e mandando tirar os que existiam em casas particulares. Pouco se lhe davam as necessidades e fomes dos seus governados, não sofrendo privações os sitiados do Recife. (MACHADO, 1912, p. 369)

O padre mestre Manuel de Aguiar não se conteve que não protestasse com a carta onde se lê:

Meu senhor, isto agora é dizer a V. S^a o que tenho ouvido. Queixa-se já publicamente, todo este povo, que no tempo em que os pobres (que todos podem ter este nome) estão, por decreto divino, padecendo tão grande falta de mantimentos, que se tem comido por mantimentos muitas frutas bravas do mato, experimentando-se extremas necessidades, tenha V. S^a tomado a empresa de socorrer a uns homens amotinados. (Apub BRASIL, 1909, p. 150)

E, daí por diante, as ordens instantes do reino distraíram os cuidados da administração para as obras de defesa militar. Portugal, empenhado na guerra da sucessão, temia que os seus inimigos invadissem as colônias do Brasil.

Chegava, constantemente, material bélico; mas, em 1712, o capitão-mor teve de lançar mão “dos dinheiros dos defuntos” para pagar à tropa que ameaçava sublevar-se por falta de recebimento do soldo.

Em 1715 havia tantas casas em ruína na cidade que a carta régia de 9 de abril mandou notificar aos seus proprietários “para que as levantassem ou vendessem dentro de um ano, e que nem o fazendo se dessem por data a quem as levantasse”...

Os engenhos achavam-se também “em miserável estado”, por falta de braços para o trabalho agrícola.

Além dos danos causados pela terrível seca do século, em 1728 uma inundação “destruiu engenhos, matou gados de várias pessoas e levou a maior parte das casas, caixas e canas, experimentando por esse motivo esses moradores uma perda tão considerável que se acham reduzidos à maior miséria”.

O rei, sob consulta do conselho ultramarino, achou por bem, dessa vez, isentar as vítimas desses prejuízos do pagamento de impostos por seis anos.

Em 1732, a corte perdulária recomendou que nas festas de *Corpus Christi* e São Sebastião

não gastassem mais que seis círios de cera para compor o altar, e quatro para o adorno da procissão e que se não pagassem mais que quatro mil réis à música, sem falar em sermão nem em missa cantada... de forma que se evitasse o supérfluo, mas que culto divino não padecesse indecências...

Por esse tempo, o Santo Ofício ia encarcerando ou queimando em Lisboa dezenas de paraibanos, inclusive mais de vinte mulheres.

Os oficiais da câmara cobravam apenas os impostos do contrato de carnes e de aferição de balanças, com cujo produto iam promovendo alguns melhoramentos materiais, como calçamento de ruas, conserto de cadeias e a fonte de Tambiá. Mas essa insignificante receita passou em 1732 para a provedoria da Fazenda. E, em 1739, foi arrematada por três anos por João da Silva Chaves. Como o padre Pedro Tavares mandasse vender carne na cidade, em prejuízo do monopólio, foi expulso da capitania.

Mas, a despeito do devorismo da metrópole, a Paraíba não estacionava; realizava, ao contrário, essa vocação de progresso que acompanhou através de todas as adversidades.

D. Domingos de Loreto Couto assim descreve a capital na sua obra publicada em 1734:

A cidade da Paraíba tomou o nome do rio que a banha, que conservou sempre esquecendo-se do nome de Felipeia que lhe deram os nossos, tomado de Filipe, rei de Espanha, e Frederica, que lhe puseram os holandeses, em contemplação de Frederico, príncipe de Orange. E habitada de quase três mil vizinhos, com uma suntuosa igreja maior, Misericórdia, sete templos, conventos de São Bento, São Francisco, Carmo e colégio da Companhia, que tem anexo um magnífico seminário, onde se dão estudos de latim e filosofia, e nos conventos de São Francisco e Carmo, filosofia e teologia. O pároco desta freguesia é vigário da vara, e tem a freguesia mais de dez mil pessoas de confissão, por se estender o seu distrito fora da cidade. No seu termo habitam mais de vinte mil pessoas, tem muitos engenhos reais, suntuosos templos e ricas capelas.¹⁸⁴

Era patente a ação das ordens religiosas. Sucessivas cartas régias recomendavam a arrecadação de esmolas para a construção dos templos.

Medrava a agricultura na uberidade maravilhosa das várzeas e a pecuária dilatava-se por todas as zonas.

Progredia o sertão nos intervalos das secas. Pombal já era freguesia.

Mas ia ser desferido outro golpe de morte contra essa ressurreição expansiva.

O produto das energias renascentes continuava a ser partilhado com a voracidade reinol. A Paraíba tinha sido cotizada, em 1729, para os dotes do príncipe herdeiro d. José e da princesa Maria Bárbara e em 1731 enviara, juntamente com Pernambuco, um milhão e trezentos mil cruzados por conta dessa contribuição que devia ser paga em 20 anos.

Em 1755 obrigou-se ainda a entrar com cem mil cruzados para a

184 COUTO, Domingos. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Biblioteca Nacional, 1904, pp. 167-168. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg177349/drg177349.pdf. Acesso em: jan-2024.

restauração de Lisboa devastada pelo terremoto, por exigência da carta régia de 16 de dezembro do mesmo ano.

E a Fazenda Real tornava-se, insaciavelmente, mais extorsiva. Maximiano Lopes Machado representa a aderência desse polvo fiscal à economia incipiente da região:

A Paraíba, quando apenas tinha um engenho em construção por conta da Fazenda, quando tudo estava ainda por fazer, dava ao monopólio de pau-brasil quarenta mil cruzados e agora que produzia seis mil caixas de açúcar, vinte mil meios de sola e couros curtidos e secos, algodão, tabaco, aguardente, via o estado arrecadar para si a quarta parte da produção agrícola e industrial, além dos dez por cento da alfândega, sisas das propriedades, três mil réis por cabeça de escravos africanos, dízimos de miunças, sem poder tocar no pau-brasil, que constituía um dos muitos monopólios reais.

Algumas dessas verbas de receita pública eram contratadas por particulares, verdadeiros corvos que arrancavam desapiadadamente as entranhas dos contribuintes, contra os quais não havia direito nem justiça.

(...)

Vieram outros impostos mais tarde como o do subsídio militar e literário, carnes secas, décima urbana, sisa dos bens de raiz, e meia sisa na venda dos escravos ladinos, selo em toda sorte de papéis, de décima de legados voluntários, seiscentos réis em cada arroba de algodão etc.

(...)

O governo proibira que se cultivassem no Brasil as riquezas produzidas pelas possessões portuguesas da Ásia. E assim fazia limitar a agricultura à cana e a acabrunhava de impostos por maior cautela em não deixar crescer a colônia em opulência e bem-estar, de modo que não dependesse da mãe pátria.

Tudo isso sucedia quando ainda a moeda de ouro e prata mandada cunhar em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro não tinha valor real, visto como a de ouro fora elevada pelo novo cunho a doze por cento e meio sobre o valor intrínseco e a de prata a vinte e cinco, como mais adiante veremos.

Era assim que a metrópole desenvolvia os recursos do país, arrancando, como o fizera o inimigo invasor, o pão da boca do colono para gastá-lo em

fogos de artifício e outras prodigalidades imensas; mantendo além disso no Brasil e somente nele o curso forçado de uma falsa moeda, ao mesmo tempo que era proibido o da moeda verdadeira e punindo o introdutor com penas iguais às dos introdutores de moeda ilegal. (MACHADO, 1912, pp. 417, 419, 421-422)

Mas o ato fulminante foi a anexação da capitania à de Pernambuco, decidida pelo conselho ultramarino a 29 de dezembro de 1755, por obtuso espírito de economia, e efetuada em abril de 1757.

Com a perda da autonomia, coincidiu a fundação, em Lisboa, da companhia de comércio de Pernambuco e Paraíba. A poderosa empresa, que o marquês de Pombal aparelhou de privilégios avassaladores, iniciara as transações com ilusórias vantagens para as classes laboriosas; mas constituiu-se, enfim, um instrumento da ruína geral. Ainda depois de extinta, continuou a atormentar as vítimas de sua usura com execuções leoninas.

A dependência acarretou, por seu turno, o desalento de outras relações da vida coletiva.

O espírito público vivia deprimido por essa subordinação que se prolongou até 1799. A Paraíba devia a Pernambuco a conquista e a sua formação social; mas já prescindia da tutela.

O seguinte tópico de um manuscrito da Biblioteca Nacional, citado por Irineu Joffily (1892, p. 45), dá uma ideia desse regime de restrições:

Haverá cousa de cinquenta anos que o governo da Paraíba é subalterno ao de Pernambuco, isto tem motivado a que esta capitania não tenha ido a maior aumento, porquanto os seus gêneros como são algodão e açúcar são superiores aos de todas as mais Américas, como se vê nas alfândegas desta cidade, e não fica lugar ao governador de poder animar o comércio, como igualmente o poder fiscalizar sobre os interesses da real fazenda, como presentemente se verificou, no ano de 1796, que pondo-se em praça a arrematação dos gados pertencentes à administração das ribeiras de Sua Majestade havendo naquela Paraíba pessoas de sólidos estabelecimentos, como fosse Amaro de Barros Luna e Manuel Teixeira, no Rio Grande que lançaram a 6\$600 por cada cabeça de gado vacum e a 7\$000 por dita de cavalariço, não foram aceitos esses lances nem as utilíssimas representações

que fez o governador da Paraíba à junta de Pernambuco, respondendo-se-lhe que já estava arrematado e que se fazia inútil toda representação, o que sempre, em contrário, sucedeu nas arrematações da Paraíba, com as últimas decisões da junta e muito mais quando se via a clara diminuição dos preços, em que arrematou as ditas ribeiras, José Alemão de Cisneiros, de 4\$200 o vacum e 5\$200 o cavalari.

Ainda bem que o capitão-mor Fernando Delgado Freire de Castilho representou contra a injusta subalternidade com uma visão política que persuadiu a metrópole. É sobremodo expressivo esse longo documento, cujas partes mais interessantes não escuso de trasladar:

As matas abundam em madeiras para a marinha real, para móveis, e embutidos, e para os edifícios dos prédios rústicos e urbanos; a pedra, a sofrível pedra que é precisa, acha-se bem ao pé da cidade com muita abundância e pouco custo. Tem até a distância de doze léguas trinta e dois engenhos de fazer açúcar, dos quais se poderia exportar mesmo no seu estado atual um excessivo valor pela fertilidade do terreno a não estarem tão destituídos de posses os senhores e lavradores deles; e tem muita capacidade e proporção para muitos mais e outras diferentes culturas.

(...)

Os negociantes por quem corre o trato da capitania são poucos e pobres, meros feitores dos comerciantes de Pernambuco; e a agricultura se acha no maior atrasamento e desalento que pode imaginar-se; os engenhos estão desfabricados da sua força principal que são os escravos e a estes mesmos faltam a cultura do algodão e dos víveres, de que se poderia fazer um comércio vantajoso a esta capitania.

A tudo isto deu causa a companhia extinta que por alguns vícios com que foi instituída e muitos abusos de que depois enfermou, fez grande dano as terras onde se estabeleceu; ela exigia pelos seus avanços tão grandes lucros e sobrecarregava tanto os seus efeitos, que de necessidade absorvia todos os benefícios da agricultura; facilitando os seus créditos arruinou os proprietários de engenhos estabelecidos e desempenhados até aquela época da sua instituição; os outros a quem ela deu a mão para abrirem fazendas e levantarem engenhos, eram meros feitores que viviam sempre

endividados com aquele credor, que ainda exige a exigirá por séculos os seus fundos e usuras posto que reduzidas a três por cento.

(...)

Por estes meios virá em breves anos a florescer a agricultura desta capitania.

Haverá riquezas e cômodos da vida, e será desnecessária a menor influência do governo que depois de bem estabelecido o comércio e a agricultura só deve vigiar sobre os abusos e não se entremeter em direção dos proveitos particulares que geralmente são melhor entendidos e mais bem zelados de quem neles interessa.

(...)

Traficantes, usurários e fundos alheios e companhias de sanguessugas avarentas serão sempre a peste destas colônias.

(...)

A tudo isto se não provê de longe donde quase sempre vêm as ordens apertadas e opressivas de quem não pode desviar os seus efeitos e são de ordinário aqueles a quem vossa majestade quereria mais favorecer, porque não é da sua real intenção destruir os seus vassallos com execuções ruinosas e muito menos em uma colônia onde é de seu maior interesse que a indulgência neste artigo fomenta as riquezas da agricultura.

Igualmente importa ao melhoramento da capitania que seja independente na distribuição dos prêmios e das penas.

(...)

Os mesmos transtornos que sofre a cobrança das rendas reais sofrem igualmente as necessárias e precisas despesas sendo tal e tão estreita a subordinação, que se não faz a mais pequena sem proceder ordem de junta da fazenda de Pernambuco, ainda a mais útil e necessária e ainda que determinada por alguma ordem régia, como a de 15 de fevereiro de 1782, que mandou reparar a ruína das pontes e calçadas e fazer uma cadeia e cais do varadouro, mandadas sustar por ordem da mesma junta, e resultando padecer-se a falta destas obras, e irem caminhando para a sua total ruína como a fortaleza do Cabedelo, casas d'alfândega e provedoria, sem que a mesma junta delibere cousa alguma, apesar das vivas representações que se lhe têm feito, sendo muito mais dispendioso o novo edifício destas obras tão necessárias depois de inteiramente arruinadas e demolidas, do que

qualquer reparo das suas ruínas; sirva de exemplo doze contos, seiscentos e cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta e três réis que se estão devendo de fardamento à tropa só com as praças existentes, além daqueles que têm dado baixa e que morreram, o que sem maior vexame estaria satisfeito se proporcional e sucessivamente se fosse pagando.

Era um júízo insuspeito que patrocinava a nossa causa.

E nesse período a capitania ainda foi assolada por duas grandes secas!

Os engenhos da várzea do Paraíba foram ainda danificados pela inundação de 1789.

A corte não se apiedou da decadência que havia determinado. A carta de lei de 10 de novembro de 1772 estabeleceu novos tributos: o subsídio literário para custeio da instrução pública de dez réis sobre cada canada de aguardente, um real sobre cada arrátel de carne etc. É exato que a carta régia de 17 de abril de 1766 criara uma cadeira de latim, disciplina que fora professada pelos jesuítas expulsos em 1660. Mas no rico patrimônio da companhia, confiscado pela metrópole, figurava a doação de trinta mil cruzados feita por Manuel da Cruz, para subsistência dos padres, com a condição de ensinarem filosofia, latim e primeiras letras.

Os moradores ainda foram fintados em 1766, para a reorganização dos terços dos *Henriques* e dos brancos.

E ainda havia recursos para a corte ávida. Os dízimos trienais foram arrematados em 1775 por 62:684\$611.

E a população crescia. De uma estatística citada por Irineu Pinto, a capital contava, em 1782, 17.522 habitantes; Mamanguape, 8.395; Conde, 1.959; Pilar, 953; Baía da Traição, 1.258; Vila Flor, 875; Taipu, 4.472; Cariris Velhos, 3.199; Campina Grande, 2.489; Pombal, 7.711; Seridó, 3.630.

Atento a esse desenvolvimento, foram criadas várias freguesias e as vilas de Alhandra, Pombal, Campina Grande e São João do Cariri.

O capitão-mor passou a residir, em 1771, na casa do colégio dos jesuítas, a qual, depois de muitas reformas, ainda serve de palácio do governo.

Iniciaram-se em 1798 os serviços de navegação e de correio direto entre a capitania e a metrópole.

Foram os únicos benefícios reais instituídos, naturalmente, em proveito de além-mar.

E a Paraíba, ao termo de 215 anos de colonização, tinha, apenas, a história de um progresso tantas vezes construído, quantas vezes desfeito.

J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe interpreta, com precisão, algumas causas desse estado de abatimento:

A incapacidade e, por vezes, o despotismo dos representantes dos donatários; o costume invariável dos capitães-mores e dos primeiros governadores, depois da expulsão dos holandeses, de destruir o bem que seus predecessores haviam feito, a bruta tirania dos comandantes militares e de seus subalternos foram causas da miséria extrema em que foi posta a população desta parte do Brasil até os fins do século XVIII.¹⁸⁵

A Paraíba ia entrar o grande século numa situação que, por assim dizer, só diferia do estado da natureza porque se achava semimorta a raça dos aborígenes e as matas virgens tinham sido destruídas pelas queimadas. Que poderia resistir a esse sistema de hostilidades e espoliações?

Os primeiros cuidados do século XIX foram de preparação militar. Assim o recomendara a metrópole, em carta régia de 6 de fevereiro de 1800, precavendo-se contra a cobiça da França que poderia desapossá-la de um tesouro tão provido. Em 1801 foi organizado o Corpo de Infantaria da Tropa Paga.

Essa expectativa de assaltos, além de arredar braços da agricultura, custava à população maiores sacrifícios. O edifício do quartel da 1ª linha foi construído mediante contribuição popular. Dos cofres públicos foram despendidos nessa obra apenas 205\$110.

O reino continuava a sugar, por todos os meios, o produto do labor desamparado. Tendo a carta régia de 6 de abril de 1804 exigido “um donativo para as urgências do Estado”, foram remetidos 28:000\$000 em dinheiro e gêneros. O aviso de 30 de junho agradeceu, em nome

185 SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil*, 2º vol., p. 220. Paris: J. P. Aillaud, 1845. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/a4965476-de3a-466f-bd12-d1127025eb09>. Acesso em: 11-nov-2023.

do príncipe regente, “esse primeiro ensaio de patriotismo de seus fiéis vassalos”.

Pouco tempo depois, os habitantes da capitania ainda tiveram de concorrer com a quantia de 4.383\$345 para resgate dos cativos em Argel.

Mas, apesar da seca de 1803 e desse reiterado escoamento de recursos, a Paraíba dava sinais de novo alento.

A raça empreendedora opunha uma fecunda atividade ao empenho de retardamento e a natureza liberalizava as suas excelências em paga dessa constância de esforços.

Elevou-se a renda da capitania que voltou, em 1806, ao regime dos saldos. Só o imposto de exportação do algodão, cuja cultura se intensificara, chegou a render, em 1816, 45:655\$000.

A chegada de d. João VI suscitou também no meio esperanças de desafio. Esse acontecimento foi celebrado, a 17 de dezembro de 1808, com vibrantes festas. Já a 12 de janeiro, quando a nau d. João de Castro, da armada que conduzia a família real, arribara na enseada de Lucena, a população manifestara com solícita prestimosidade o sentimento de confiança que lhe despertava a mudança da corte. O capitalista João de Albuquerque Maranhão, consoante o documento citado por Irineu Pinto, “ofereceu para suprir a nau 12 bois, pondo a disposição de S. M. até 100, conforme carta escrita ao governador em 30 de janeiro”.

Foi instalada a 11 de abril de 1809 a Junta de Real Fazenda que substituiu a provedoria dependente de Pernambuco. Essa junta, ainda afirma o autor das *Datas e notas para a história da Paraíba*, tinha sido criada por carta régia de 24 de janeiro de 1799, “deixando de ser instalada até esta data por intrigas particulares”.

Foram ainda elevadas a vilas Sousa e Areia. Em 1814 foi criado o juizado de fora.

Mas essas concessões não correspondiam ao desenvolvimento regional. A administração pública continuava emperrada nos velhos processos coloniais. Desvaneceram-se, pouco a pouco, as ilusões de melhoria que não se reavivaram com a elevação do Brasil a vice-reinado.

As medidas de ordem geral pouco aproveitavam à Paraíba. A exportação de algodão para a Inglaterra foi, talvez, o único benefício que lhe decorreu das vantagens outorgadas ao país.

A capitania já contava de 80 a 100 mil habitantes.

E emergiam da obscuridade sistemática alguns espíritos de fervorosa compreensão liberal.

Essa mentalidade comunicativa estava saturada dos princípios do *Areópago* de Itambé, onde Arruda Câmara, uma expressão genial do sertão inculto, preconizara a ideia da independência.

Acentuava-se a linha de separação, traçada por outras causas, entre o norte arredio e o sul florescente ao contato da realeza.

Esse espírito de liberdade explodiu na revolução de 17.

Não vem ao caso a história desse movimento que foi o verdadeiro impulso da emancipação e convocou todas as reservas de patriotismo e de coragem contra mais de dois séculos de abastardamento, de parasitismo e de desserviços.

Importa, porém, reconhecer que o seu fracasso implicou outra grave solução de continuidade na tendência progressista. A luta paralisara as forças produtoras e a represália sangrenta sacudiu, à sanha das comissões militares e da alçada, as bases da sociedade nascente.

Quem conhece a extensão desse cometimento no território paraibano e o número de suas vítimas pode calcular o desequilíbrio que lhe resultou de tantas perdas.

O erário público foi, ainda uma vez, aquinhado com o produto dos sequestros.

A capitania não teve tempo de convalescer dessa repressão: constantes desordens continuaram a perturbá-la, como a Revolta do Batalhão de Linha a 4 de fevereiro de 1822 e, ao mesmo tempo, a reação do partido português contra o regime constitucional.

Foi vastamente depredado o interior por esses “sectários do despotismo a cuja sombra fizeram sua fortuna sobre a opressão do povo”, segundo os termos de um ofício da junta provisória do governo.

O Brasil ia entrar na posse dos seus destinos e a Paraíba não tinha o que incorporar a essa nova condição.

Em 1820 havia sido estabelecido o serviço postal para Pernambuco e, no ano seguinte, para o Rio Grande do Norte. Nada mais viera impulsionar o seu progresso.

Nesse tempo só havia duas escolas públicas na capital.

A junta procurou introduzir alguns melhoramentos. Mandou iluminar a cidade com vinte lampiões de azeite de mamona e criou escolas em Conde, Alhandra, Montemor, São Miguel do Taipu, Pilar, Areia, Campina, São João, Pombal e Sousa. A junta governativa, empossada a 3 de fevereiro de 1823, criou ainda uma cadeira de filosofia na capital, de latim no Pilar, em Campina e em Sousa e de instrução primária em Bananeiras, Itabaiana, Santa Rita, Cabedelo e Serra da Raiz.

Faltava ainda a paz de espírito para as reformas civilizadoras. O elemento lusitano não se conformou com a Independência. A 10 de setembro de 1823 rompeu o tumulto do tenente Pastorinha.

Depois da posse do primeiro presidente da província, Filipe Néri Pereira, a 9 de abril de 1824, conflagrou-se o interior, num movimento autônomo que, afinal, se concertou com a Revolução Republicana de 1824.

Só no combate de 24 de maio, em Itabaiana, verificaram-se mais de cem mortes.

A todas essas perdas de vida e de recursos seguiu-se a seca de 1825.

Esses golpes sucessivos aniquilaram as fontes de renda e desorganizaram a província. Sem embargo, os nascimentos da princesa Francisca, em 1825, e de d. Pedro de Alcântara, no ano seguinte, foram celebrados com grandes festas que se prolongaram dias a fio. Mas tanto se pronunciou a crise, que, devido à falta de dinheiro, só a 5 de abril de 1827 se efetuaram as exéquias da imperatriz Maria Leopoldina, falecida a 10 de dezembro do ano anterior.

O conselho provincial criou a primeira cadeira para o sexo feminino a 18 de abril de 1828.

Mas não estancavam as fontes de riqueza do meio.

Uma boa administração seria capaz de promover a prosperidade geral. O presidente Gabriel Getúlio deixou um saldo de 72:916\$179 no ano de 1829, quando no exercício anterior, conforme as notas de Irineu Pinto “não se podia pagar as despesas ordinárias da província, estando a meio soldo os empregados militares, a tropa há quatro meses sem receber dinheiro e há quatro anos sem fardamento”. O saldo do ano seguinte foi de 87:052\$462, além de 33:383\$311 despendidos com a compra de pau-brasil.

Nesse período realizaram-se alguns melhoramentos, como a ponte sobre o rio Sanhauá, o cais do Varadouro e o açude velho de Campina.

A província foi dividida em três comarcas com sede na capital, em Areia e em Pombal.

Mas a abdicação do Pedro I, cuja notícia foi recebida, a 9 de maio de 1831, com regozijos públicos, determinou novas desordens. Na noite de 24 de maio, as tropas de 1ª e 2ª linhas e o 5º corpo de Artilharia amotinaram-se, de envolta com paisanos armados, contra o comandante e outros oficiais.

Era a reação nacionalista com que o governo contemporizou, aceitando como um fato consumado a destituição dos militares “suspeitos de desafetos à causa da liberdade do Brasil”.

A exaltação política contagiou, no ano seguinte, o interior da província, convulsionando, principalmente, o sertão do Rio de Peixe. A intentona de Pinto Madeira refletiu-se na zona contígua ao Ceará, em choques violentos.

A parte que a Paraíba tomou nessa revolução com grande movimento de forças para manter a ordem profundamente perturbada e a remessa de contingentes para a província vizinha acarretou despesas extraordinárias e estorvou outras iniciativas.

Ainda em 1834 foram recrutados 200 homens para, juntamente com a tropa de linha, seguirem contra os revolucionários de Pernambuco.

Era morosa e negligente a administração pública.

Pedindo ao governo imperial meios de consertar o palácio do governo, declarou o presidente, em 1841:

...é um casebre indecente e tão velho que estou vendo o momento em que me cai em cima e de toda a minha família. Não tem mobília... Não há preparada uma sala para cortejo, nem um retrato capaz de S. M. o Imperador. Só posso assegurar que mesmo particular nunca vivi em casa tão ordinária e tão desmontada.

Já funcionavam a tesouraria da Fazenda, a Rio Grande do Norte e o liceu. O Corpo Municipal de Permanentes, transformado, depois, em batalhão policial, estava organizado desde 1830, mas eram descurados outros melhoramentos exigidos pelo aumento da população.

As administrações inconstantes não percebiam as necessidades físicas e culturais do meio que conservava sua feição primitiva.

O regime monárquico não favorecia a Paraíba. Os presidentes não permaneciam em seus cargos, e a separação partidária, militando com veemência, desassociava as energias patrióticas.

A revolução praieira repercutiu na província, em 1849, como mais um fator de desarranjo de suas finanças e de sua economia.

O envio de forças para Pernambuco e para as fronteiras, desde o ano anterior, e, afinal, a luta intestina ocasionaram uma crise que, se não teve as graves proporções de outros movimentos armados, não deixou de ser desastrosa.

Ainda bem que o seu desenlace encerrou o ciclo das combatividades insofridas. Diz Joaquim Nabuco:

Presentiu-se que essa seria a última das revoluções; via-se nela a lição da experiência que faltava ao Norte, mas que já tivera o Sul, experiência necessária ao Partido Liberal para resignar-se à vez do adversário. (NABUCO, 1899, p. 100)

Mas ainda se registraram os levantes populares do Ronco da Abelha, em 1852, e do Quebra-quilos, em 1874 – o primeiro contra a lei do registro de nascimento e óbitos e o segundo contra o sistema métrico decimal.

Foram consequências do estado de ignorância em que os governos descuidados da instrução pública tinham deixado o interior.

Apesar do abalo da Revolução de 48, iniciaram-se nos dois anos seguintes alguns melhoramentos materiais: estradas para Pedras de Fogo e Areia, um açude no Teixeira, outro no Ingá; a abertura de duas ruas na capital e reparos no palácio do governo. Também foi aumentada a iluminação de onze para dezoito lâmpões, mas não pôde ser inaugurada devido à carestia do azeite...

Diz o presidente Sá e Albuquerque, em mensagem de 3 de maio de 1852, sobre obras públicas:

Tenho vivido em perfeito martírio neste ramo de serviço público. Homem de movimento, entusiasta de benefícios materiais em seu país, tendo no espírito largos projetos de obras públicas tão necessárias em vossa pro-

víncia, tenho sido obrigado a permanecer quase inativo, adiando sempre a realização de meus cálculos. Os vossos cofres constantemente exaustos furtam-se inexoráveis à prática de meus pensamentos, e infelizmente sem esta poderosa coadjuvação o governo nada pode fazer.

Acrescenta esse operoso administrador, um dos raros que envidaram libertar a Paraíba do marasmo secular:

Chegado a esta província, um dos meus maiores cuidados foi lançar com muito interesse as minhas vistas para a vossa agricultura. Vi que ela jazia maltratada pelo descuido dos governos e pelas rotineiras e viciosas tradições por vós herdadas de vossos antepassados. Agricultor, e filho de uma província onde a agricultura em alguns de seus ramos vai desprezando os antigos e defeituosos processos e obtendo vantagens desse progresso, eu desejei transplantar aqui os melhoramentos lá realizados. Tudo faltava: ciência, exemplo e instrumentos agrícolas.

(...)

É sabido, senhores, que a fonte bem tratada e protegida se torna copiosa e abundante, enquanto que maltratada e desprezada escasseia e morre. Exigir todos os dias da província novos impostos, novos sacrifícios, sem beneficiar e proteger a fonte que tem de acudir a esses reclames é querer matar de todo a veia da riqueza pública.

Era a visão das necessidades gerais, levadas à conta da incúria dos governos passados.

Foi esse presidente quem introduziu o arado na várzea do Paraíba. Chegou a ir ao engenho Graça dirigir a experiência desse instrumento agrário e fez vir de Pernambuco um escravo prático na cultura mecânica.

O presidente Bandeira de Melo também explica, em mensagem de 22 de maio de 1854, uma das causas da decadência da província:

É incrível o número de dificuldades com que luta atualmente nesta província o agricultor. A estreiteza do mercado, monopolizado, por assim dizer, o alto prêmio dos avanços de que carece são condições que o desanimam, além das más estradas e grandes despesas de transporte que sobrecarregam

a produção. Assim diminutos são os seus lucros e dificilmente pode ele guardar as reservas necessárias para dar ao seu estabelecimento os melhoramentos de que porventura carece. Tive o pensamento de promover nesta cidade a criação de um banco que direta ou indiretamente fosse ser útil à agricultura. Mas desde logo conheci que com os capitais da província não poderia ele ter lugar, porque as pessoas que têm fundos disponíveis contam com maiores lucros negociando-os de própria conta e dirigindo-os sem o intermédio de qualquer instituição de crédito.

Em 1855 ainda não havia um cemitério na capital. Observa o vice-presidente, em exercício, dr. Flávio Clementino da Silva Freire, em mensagem de 22 de outubro:

A vila de Piancó nos precedeu na construção de uma obra tão útil. É mais um benefício que a província deve ao missionário frei Serafim, a cujos sábios conselhos e pias incitações cederam com gosto os habitantes do lugar, prestando-se às despesas que tal obra requeria.

No ano seguinte irrompeu a epidemia do cólera-morbo, como um dos maiores flagelos que ainda padeceu a Paraíba.

A capital retrogradava. Em mensagem de 5 de agosto informa o presidente Antônio da Costa Pinto Silva:

Tendo-se terminado em 30 de abril último o contrato que existia para a iluminação pública desta cidade e apresentando os pretendentes preços demasiadamente elevados, que nenhuma proporção guardavam com o serviço que prestava a iluminação, que era péssima, resolvi suspender por algum tempo este serviço, com exceção dos lampiões de palácio, quartéis e cadeia. Esta resolução, porém, não é definitiva, e logo que os licitantes se tornem mais razoáveis, não duvidarei contratar a iluminação de toda a cidade.

E manifesta-se da seguinte forma sobre os melhoramentos iniciados:

A história das obras públicas nesta província é triste; depois de muitos dispêndios de não pequenas somas não temos um único edifício que me-

reça tal nome; e as obras, cuja conclusão tem-se conseguido, são tais, que realmente antes nunca tivessem sido começadas.

No entanto, aumentou nesse exercício a arrecadação das rendas e elevou-se o valor da importação estrangeira direta.

O mal decorria do desleixo dos governos. A Paraíba nunca deixou de manifestar a pujança de seus recursos.

Ainda bem que, a 6 de dezembro de 1857, assumiu a presidência o tenente-coronel Henrique de Beaurepaire-Rohan – um verdadeiro gênio de organização.

Em ano e meio de exercício, fundou o Colégio das Neves e a Biblioteca Pública; intentou esclarecer os limites provinciais e municipais; mandou levantar uma carta corográfica da província e a planta da capital; promoveu a abertura de inúmeras ruas; iniciou o jardim botânico, como base de uma escola de agricultura; contratou a vinda do agricultor Gabriel Soeiro para ensinar a cultura do trigo em Teixeira; executou grandes melhoramentos no palácio da presidência; mandou reparar o açude Zabelê e fazer um em Guarabira; autorizou a construção de um cemitério em Areia etc.

Suas mensagens são documentos de surpreendente visão administrativa e, sobretudo, de iniciativas que, infelizmente, não foram aproveitadas pelos seus sucessores.

As obras custeadas pelos cofres provinciais eram morosas, à falta de verbas, e as gerais reduziram-se, durante muitos anos, aos serviços intermináveis do cais do Varadouro e da ponte do Sanhauá.

A visita de d. Pedro II, em dezembro de 1859, motivou uma vibração que soou mais a apelo do que a homenagem.

O imperador percorreu todos os edifícios públicos e procurou inteirar-se das necessidades mais relevantes. Não dizem os documentos da época se ele denunciou a impressão do abandono em que se inutilizavam todos os ramos de nossa atividade. Manifestou, pelo menos, com as longas viagens, a cavalo, a Mamanguape e ao Pilar, o interesse de conhecer os vários aspectos da província.

Mas dessa observação não adveio nenhum proveito real.

O presidente Ambrósio Leitão da Cunha dá conta, enternecidamente,

da solicitude com que o monarca beneficiou a população, na mensagem de 13 de abril de 1860:

S. M. o Imperador, quando esteve nesta província, mandou entregar-me a quantia de 4:000\$000 do seu bolsinho para serem aplicados na obra de um novo matadouro nesta capital, cuja instante necessidade não podia escapar à penetração de S.M. no inteligente exame que aqui fez de todos os estabelecimentos públicos.

A Paraíba vivia tão desacostumada de auxílios que ainda em 1867 o barão de Marauá, ao dar notícias de já se achar funcionando o matadouro, exorta a Assembleia Legislativa, em mensagem de 5 de agosto:

Rendamos mil graças a S. M. Imperial o senhor d. Pedro II pelo interesse que tomou por essa obra, dando-nos o auxílio de 4:000\$000 para ela.

A contribuição particular foi, realmente, generosa; mas as obras gerais não tiveram andamento. Falhou até, durante muito tempo, a verba prometida para a reforma da ponte do Sanhauá.

O presidente Luís Antônio da Silva Nunes, empossado a 17 de abril de 1860, empreendeu uma penosa excursão até Sousa para observar as necessidades do interior. Era um programa auspicioso. Mas deixou o governo em março do ano seguinte por ter sido eleito deputado pelo Espírito Santo.

A população dizimada, sete anos antes, pelo cólera-morbo, que reapareceu em 1861, foi ainda sacrificada à guerra com o Paraguai.

Em mensagem de 28 de julho de 1868 declara o padre Galvão, 2º vice-presidente, em exercício:

Até o dia 8 do corrente coube a esta província concorrer para o aumento de nossas forças com 3.056 praças.

A partir de 1860 a situação econômica vinha melhorando notavelmente.

Desenvolviam-se as fontes de riqueza e os produtos valorizavam-se.

Diz o presidente Silva Nunes na mensagem com que passou o governo ao barão de Mamanguape:

Os negociantes de Pernambuco são os verdadeiros exportadores dos gêneros da Paraíba. Como quer que seja, esse comércio avulta muito e é de grande importância.

E no ano de 1865 havia nos cofres provinciais um saldo de 346:796\$510. Só o algodão tinha rendido no exercício anterior 426:688\$825 de impostos.

Deprimido pela rotina e sem estímulo dos poderes públicos, sem capitais, sem vias de transporte e sem exportação direta, o meio demonstrava, a reveses, o vigor de seus elementos mal aproveitados. Mas, assim desaparelhado, não tinha capacidade de resistência às crises gerais.

A lavoura estava na iminência de outros contratemplos.

A revolução do Quebra-quilo teve um caráter mais violento do que geralmente se lhe atribui. Campina, Areia, Bananeiras, Alagoa Nova, Alagoa Grande e Pilar foram o campo de destruição desses selvagens remanescentes que poderiam ter sido pacificados pela intervenção moral.

Mas o governo imperial preferiu destacar mais de mil homens, sob as ordens do general Severiano da Fonseca, contra o movimento quase amortecido. E a repressão excedeu os malefícios da horda devastadora, envolvendo, na batida cega, elementos estranhos ao levante.

Ainda em 1879 o deputado João Florentino mantinha íntegra a impressão dessas atrocidades:

Quando chegou esta força à província, estava quase extinto o movimento popular; não obstante, os soldados foram espalhados por diversas localidades com carta para perseguir a população inofensiva!

Horrores foram praticados, o asilo do cidadão era violado em qualquer hora, a honra da esposa, da donzela, da viúva e da mulher honesta ficou exposta ao assalto e à violência militar! As mães, as filhas, as irmãs seguiam até à capital seus filhos, pais e protetores; mas o que podiam fazer senão derramar lágrimas, porque a autoridade mostrava-se indiferente a seus clamores?

Fizeram-se prisões em massa, velhos e moços, solteiros, casados e viúvos, todos acorrentados, e alguns metidos em coletes de couros eram remetidos para a capital. Alguns desses infelizes, cruelmente comprimidos, e quase asfixiados, caíam sem sentidos pelas estradas, deitando sangue pela boca.

É certo que alguns dos infelizes presos para recrutas e que eram logo remetidos para a corte, encontraram justiça do governo imperial; alguns maiores de 40 anos foram aqui julgados incapazes, postos em liberdade e reenviados para a província. Era esta, porém, uma reparação incompleta. O ataque à liberdade já tinha sido efetuado, a violência contra a propriedade, a vida e a honra não tinham mais reparação possível.

Toda essa perseguição operou-se na minha província, na zona destinada à agricultura, foi na época da colheita, da safra; foi na época apropriada para se prepararem novas plantações. Com esses fatos, as colheitas se perderam, ficou perdida a safra, não se prepararam novas plantações.

E foi um militar paraibano, o capitão Longuinho, do 14º Batalhão de Infantaria, o demoníaco inventor do *colete de couro*, que, umedecido antes da aplicação, ia comprimindo o tórax da vítima, à medida que secava e se contraía, a ponto de provocar golfadas de sangue!

A fantasia dos serviços filiou a inconsciência dos matutos a uma suposta conspiração política, insuflada pelo clero, como represália à prisão do bispo d. Vital de Oliveira. O chefe de polícia, dr. Manuel Caldas Barreto, arvorou em autores intelectuais e encarcerou 34 pessoas qualificadas, inclusive o vigário de Campina Grande, padre Calisto Correia Nóbrega.

Até bem poucos anos a tradição desses flagícios chorava na modinha popular:

*Sou quebra-quilo encoletado em couro,
Por mil desdouros se me trouxe aqui;
A bofetada minha face mancha,
À corda, à prancha me afligir sente!*

*Nas câs, modestas a tesoura cega,
De minha enxerga só me resta o pó;*

*Da esposa e filhas violentam rudes
As sãs virtudes, seu tesouro só.*

*E ao quebra-quilo desonrado, louco,
É tudo pouco, quanto a infâmia faz;
Se aqui contempla da família o roubo,
Ali, no dobro, o flagelam mais...*

E, três anos após, a seca de 77 veio acabar de esfacelar essa gente desditosa.

Daí por diante, acentuou-se a depressão em todos os ramos de atividade econômica.

A administração pública tornou-se cada vez mais inativa. Houve da parte de alguns presidentes o empenho do estabelecimento de um serviço de navegação direta, mediante subvenção a uma companhia de vapores transatlânticos, para libertar nossa praça da tutela secular da do Recife.

Em 1883, o presidente José Aires do Nascimento confessou ser “deplorável o estado financeiro da província”. Mas, no ano seguinte corrigiu:

Não é lisonjeiro o estado financeiro da província, mas também não é desanimador em vista dos recursos naturais de que ela dispõe e do ascendente desenvolvimento de sua produção dos últimos tempos.

Para esse resultado tem poderosamente contribuído o progresso da viação férrea e a sua aproximação dos centros produtores na zona denominada dos brejos.

A indústria provincial limita-se à cultura de cana e do algodão, e criação em larga escala de gado vacum e cavalos e ao fabrico de açúcar, rapadura e aguardente de cana.

A criação luta com o grande inconveniente de irregularidade das estações frequentes, com maior ou menor rigor, aqui e ali, em toda a região interior que se estende da província de Pernambuco à do Maranhão.

A lavoura, a que em geral se presta admiravelmente o solo da província, além desse, encontra os estorvos provenientes da falta de capitais e de vias de comunicação.

A abolição veio agravar a crise agrícola.

A 15 de novembro de 1889 era mesquinho o espólio que nos herdava a monarquia. As linhas telegráficas, iniciadas em 1875, não tinham desenvolvimento e a via férrea *Conde d'Eu*, inaugurada em 1882, estava limitada a 141 quilômetros. Contavam-se os seguintes edifícios públicos: o palácio do governo e o liceu, adaptações do antigo convento da Companhia de Jesus, o primeiro com as reformas promovidas pelos presidentes Amorim Bezerra, Beaurepaire-Rohan e Silvino Elvídio Carneiro da Cunha e o último quase no estado primitivo; o paço municipal, construído, mediante contribuição popular, para servir de cadeia e câmara, destino que teve até 1837, e reconstruído nas administrações Venâncio de Oliveira Lisboa e Silvino Elvídio; o mercado público, edificado em 1854, na administração do barão de Mamanguape; o prédio da repartição dos Correios, antigo açougue e casa de mercado, levantado em 1782 pelo capitão-mor Jerônimo José de Melo e Castro; a casa, onde funcionara o colégio de Educandos Artífices, extinto em 1875, adquirida pelo presidente Beaurepaire-Rohan; o tesouro, iniciado para teatro pelo presidente Sá e Albuquerque, em 1853, e concluído em 1868; o quartel de linha, começado por iniciativa particular para servir de recolhimento e terminado em 1811; o quartel da polícia, iniciado por um particular em época remota, como o anterior, adquirido em 1849 e concluído no ano seguinte; a cadeia pública, iniciada em 1852 na presidência Sá e Albuquerque e terminada em 1857 pelo presidente Antônio da Costa Pinto e Silva; o matadouro concluído em 1866; a Escola Normal terminada pelo barão de Abiaí; o cemitério, iniciado em 1855 no governo do dr. Francisco Xavier Pais Barreto e concluído em 1856 no do dr. Antônio da Costa Pinto e Silva; as fontes do Tambiá, do Gravatá e dos Milagres, as duas primeiras obras dos capitães-mores e a última do governo do dr. João Antônio de Vasconcelos em 1849; o teatro Santa Rosa, dos últimos anos e outros poucos sem importância.

São, em sua maioria, pardieiros dos tempos coloniais que têm sido, erroneamente, conservados com dispendiosas reformas.

Não havia, sequer, uma repartição de obras públicas.

As condições do interior eram precaríssimas. Havia apenas oito cadeias: as de Mamanguape, Areia, Campina Grande, Bananeiras, Pombal,

Pilar e Teixeira. Nas outras localidades serviam de prisões prédios particulares.

A falta de vias de comunicação era embaraçosa.

Em dezembro de 1863 foi contratada com o barão de Livramento a construção de uma estrada de rodagem entre a capital, partindo da ponte do Sanhauá, e o Espírito Santo, na extensão de 10.500 braças.

A Lei nº 315, de 11 de dezembro de 1868, autorizou o presidente da província a promover o prolongamento dessa estrada ao Pilar, na extensão de 12.400 braças. O serviço foi contratado com o dr. Antônio Gonçalves da Justa Araújo.

Foi um proveitoso melhoramento, principalmente pelas modestas obras de arte que facilitaram o trânsito, dantes interrompido pelas enchentes; mas seu custo, que determinou um empréstimo, passou como um pesado ônus para o novo regime.

A verba para conservação era insuficiente. Achando-se o trecho compreendido entre Santa Rita e Espírito Santo danificado pelas inundações do Paraíba, em 1870, o governo imperial concedeu, excepcionalmente, o auxílio de 50:000\$000 para os necessários reparos.

Foram melhorados diversos lanços, em 1879, com a verba socorros públicos.

Realizaram-se, por esse tempo, outros serviços de viação no litoral, nos brejos e no sertão. Eram simples consertos ou aplainamentos de caminhos.

Nesses trabalhos, como em algumas cadeias e açudes, foram aplicados os retirantes, com a simples retribuição da esmola oficial.

De maneira que esses insignificantes benefícios não se teriam efetuado se não fosse o flagelo da seca que facilitou sua execução.

Era uma penúria geral.

O engenheiro Retumba percorreu o interior nos últimos dias da monarquia e procurou, em seu segundo relatório, já citado, determinar “as causas imediatas do atraso deplorável, mais do que isto, do estado de inércia completa em que permanece, desde há muito, a província”. E conclui: “parece incrível que a tanto tenha chegado a incúria dos governantes, a falta de iniciativa dos paraibanos”.

As poucas obras de 79 já haviam, em grande parte, desaparecido por falta de conservação.

De forma que a monarquia, dominante por mais de meio século, só transmitiu à Paraíba autônoma um grande encargo: a dívida passiva de perto de 900 contos que não correspondia ao patrimônio existente.

Quais os motivos desse desgoverno? O principal era a excessiva centralização que obstava todas as iniciativas.

Administraram a província alguns raros homens experimentados; mas esse sistema restringia os programas ditados pelas necessidades observadas.

Num meio desorganizado, onde o desenvolvimento da riqueza dependia do impulso dos poderes públicos, a absorção devia ser mais prejudicial do que em outros movimentados por elementos próprios.

A presidência era, em regra, um posto de estágio. Operava-se a substituição antes que fosse adquirida a experiência dos problemas locais.

O pensamento dessa instabilidade implicava o desinteresse comum.

Faltava, igualmente, o estímulo regionalista, a dedicação que só os nossos estadistas poderiam manifestar à terra preterida, esse espírito de sacrifício que levou o barão de Abiaí, no período contado de outubro de 1873 a abril de 76, a recorrer à sua bolsa e à dos amigos para custear melhoramentos materiais e tornou fecundas as administrações de Felizardo Toscano.

O maior mal, porém, foi a falta de atuação política da Paraíba, de um prestígio que se impusesse nos conselhos do Império como patrono de nossos reclamos.

Diz Irineu Joffily, a propósito dos limites com o Rio Grande do Norte:

Para este resultado fortemente concorreu a influência política de um só homem representante da então vizinha província, contra a nulidade da diversos que representavam a Paraíba. (JOFFILY, 1892, p. 9)¹⁸⁶

Esse homem é o senador Guerra, autor da lei de 25 de outubro de 1831.

186 Volvo a este ponto simplesmente para mostrar que é antiga a impressão de nossa desvalia. Reconheço, até certo ponto, que as fronteiras das capitânias variavam com a expansão da Conquista. Demais, não é razoável reavivar essas dúvidas depois da aprovação do acordo celebrado na Conferência de Limites Interestaduais.

Já nesse tempo encarreirava os nossos destinos a figura dominadora de Joaquim Manuel Carneiro da Cunha que Celso Mariz ressuscitou, íntegro e glorioso, da poeira dos anais (MARIZ, 1922, p. 163 e seguintes).

Mas era uma organização de combate, incapaz de pleitear com transigências os favores necessários à construção da província.

Não deixaram de rebrilhar em todos os períodos paraibanos representativos. Alguns deles, como Frederico de Almeida e Albuquerque, Diogo Velho e Silvino Elvídio, ocuparam a presidência de outras províncias. Mas não logravam uma influência decisiva nos poderes centrais. Diogo Velho reparou, em 1861, como deputado, que “os filhos das pequenas províncias não fossem chamados à alta direção dos negócios públicos por falta de uma bancada numerosa que lhes preste apoio e adesão” (MARIZ, 1922, p. 262).

Quando esse valoroso paraibano passou pelos altos postos da administração, como ministro da Justiça no Gabinete de 25 de julho, do duque de Caxias, interpôs o seu prestígio em nosso favor, conseguindo a construção da primeira linha telegráfica entre a capital e o Recife.

Mas, depois, deslocou sua influência para outros meios. Esse desamparo acentuou-se durante as crises da seca.

Vibravam algumas vozes poderosas, em nosso nome; mas nenhuma se impunha pelas qualidades extrínsecas da posição oficial.

A história político-administrativa desse longo período fornece elementos para um curioso estudo. Encarei-a sob um só de seus aspectos e com a preocupação de síntese que permitiu apenas um traço de tão complexa atividade.

Esse breve balanço é bastante para patentear a improdutividade do regime monárquico na Paraíba.

Os poderes centrais deixaram-na em tamanho abandono que se achavam combalidas as próprias forças econômicas, dantes resistentes. É exato que algumas causas de ordem geral contribuíram para esse resultado. Mas não se opôs a diligência dos responsáveis pela sorte do meio às circunstâncias desfavoráveis.

Proclamada a República, o estado entrou a desenvolver-se lentamente, mas com uma segurança que prenunciava o surto de progresso dos últimos anos.

Com as fontes de rendas atrofiadas e os encargos da ex-província a juros de 9%, não lhe foi fácil desafogar-se dessa situação letárgica e exaustiva.

Mas uma direção proibidosa e equilibrada logrou, sem o expediente extremo dos empréstimos, normalizar as finanças públicas e iniciar uma série de reformas e melhoramentos que foram adquirindo maior vulto à medida que aumentava a capacidade orçamentária.

Não vem a ponto a nossa história administrativa do período de vida autônoma.

Mas a Paraíba não poderia suprir com os recursos locais as falhas de séculos de desproteção. Urgia que a União acudisse às mais sensíveis lacunas, realizando obras de natureza federal que colaborassem no levantamento da região.

Permanecia, porém, o desvalimento crônico de nossos homens representativos.

Álvaro Machado tinha talento de organização e outras qualidades de chefe que lhe cimentaram o domínio no estado, mas não desfrutava ascendência na política nacional.

Sua ação parlamentar sempre foi aprumada e esclarecida. Mas, espírito debilmente comedido, sem intervenções vigorosas, sem atitudes prontas, não logrou o prestígio dos fortes nas camarilhas dos falhos.

A Paraíba não era um fator ponderável, mas o Rio Grande do Norte, que já contara com a influência benéfica de Amaro Bezerra e de outros próceres, valia na República pela afirmação pessoal de Pedro Velho e dos elementos que ele aparelhava.

O desapareço da situação paraibana prolongou o esquecimento em que vivia o território. Pronunciou-se cedo essa desfortuna.

Em face do art. 4º das Disposições Transitórias da Constituição Federal, foi concedido pela Lei nº 120, de 8 de novembro de 1893, o crédito de 500 contos para cada um dos estados do Piauí, Goiás e Paraíba, como auxílio à organização de seus serviços.

Os outros estados receberam essa quantia integralmente. A Paraíba alcançou 100 contos em dezembro e mais tarde 50 contos.

O resto caiu em exercício findo.

A Lei nº 369, de 30 de dezembro de 1895, autorizou o poder Executivo a mandar entregar o saldo ao estado. Em julho do ano seguinte foram

pagos 200 contos. O senador Álvaro machado diligenciou, de balde, receber os 150 contos restantes. Todos os obstáculos se lhe opuseram a essa justa pretensão.

Desses 350 contos, 200 contos foram dados ao Banco do Brasil em pagamento de parte da dívida contraída em 1883.

Como meio de conseguir o prolongamento das linhas telegráficas para Campina Grande, passando por Alagoa Grande, Bananeiras e Areia, o estado teve de entrar para os cofres federais com a quantia de 32 contos, além dos prédios que cedeu para as respectivas estações. E, apesar de tamanho sacrifício, essas estações foram, em seguida, transformadas em postos telefônicos.

A muito custo foram obtidos, com o correr dos anos, outros melhoramentos, como o pequeno desenvolvimento da viação férrea.

Mas o problema mais instantâneo ia ficando insolúvel.

Durante as crises climáticas eram minguados e tardios os auxílios da União e, passada a vicissitude, não se tratava de nenhuma obra preventiva.

O dr. Raimundo Pereira da Silva, chefe da 2ª seção da Inspetoria de Obras contra as Secas, com sede em Natal e compreendendo a Paraíba, apresentou em 1910 um excelente relatório, com o inventário completo dos trabalhos realizados até aquela data nas duas circunscrições. Esse minucioso documento atesta, com o quadro dos serviços executados, desde 1845, quando o governo imperial passou a empregar os flagelados, a título de socorro, na construção de açudes e estradas de rodagem, o olvido a que foi condenada a Paraíba.

Transcrevo alguns de seus trechos mais significativos:

A Paraíba ficou de lado.

(...)

Na Paraíba não se fez obra alguma.

A emigração provocada pelos efeitos das secas está hoje muito reduzida na Paraíba – e este tem sido dos três estados mais flagelados aquele em que menos se fez sentir a assistência do governo nacional – e algum tanto diminuída no Rio Grande do Norte, mantendo-se somente elevada a sua corrente normal.

Não encontrou a inspetoria obra alguma estudada no Estado da Paraíba pelas comissões que a precederam, a não ser a reconstrução do açude de Soledade, construído em 1895.

A publicação nº 45, da inspetoria (relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1916), confirma:

No Estado da Paraíba, um dos mais flagelados pelas secas, ao iniciar a inspetoria os seus trabalhos, em novembro de 1909, havia um único estudo relativo à açudagem, esse mesmo da barragem contratada para a vila de Soledade.

Um dos centros de mais devastação do flagelo, como já historiei, o estado não logrou, ao menos, constituir-se sede de alguns dos serviços contra as secas. O governo do sr. Rodrigues Alves criou, em 1904, a Comissão de Açudes e Irrigação, com sede no Ceará, bem como a Comissão de Estudos e Obras contra os Efeitos das Secas e a Comissão de Perfuração de Poços, ambas no Rio Grande do Norte.

Essas comissões foram fundidas, em 1906, na Superintendência de Estudos e Obras contra os Efeitos das Secas, ainda com sede no Ceará.

Quando o governo Nilo Peçanha criou, em 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas, foi ainda escolhida a cidade de Natal para sede do escritório central da 2ª seção, que, como já escrevi, abrangia a Paraíba.

Daí ter o estado continuado desservido dessa assistência federal.

A iniciativa particular intentava suprir a omissão. Reconhece o engenheiro Pereira da Silva no seu relatório de 1910:

As estatísticas dos açudes particulares existentes na Paraíba e no Rio Grande do Norte (esta ainda incompleta) e que juntamente vos envio falam mais alto que as palavras. Municípios há, como Alagoa do Monteiro, Piancó, Catolé do Rocha, Cajazeiras e Sousa, na Paraíba; Caicó e os situados no vale do rio Seridó e no Alto Apodi, no Rio Grande do Norte, onde a açudagem particular disseminou-se a ponto de os sertanejos dessas zonas terem podido atravessar, ainda com prejuízos, é verdade, mas sem as derrocadas de outros tempos, o longo período de repetidas secas de 1898

a 1909. Entre esses açudes particulares, muitos há maiores e mais eficazes que os melhores feitos pelo governo, que resistem a secas de três anos e que deixam grandes rendas aos respectivos proprietários, sendo também a garantia dos habitantes da fazenda e de toda a vizinhança.

Até para a obtenção do prêmio de açudagem os fazendeiros topavam com embaraços que os descorçoavam.

Da soma das despesas com as obras construídas até 1919, consoante os dados do *Relatório da Comissão do Patrimônio*, vol. II, ressaltam a desigualdade na distribuição das verbas:

Açudagem:

No Ceará	9.747:919\$313
No Rio Grande do Norte	1.592:814\$788
No Piauí	752:448\$312
No Bahia	358:241\$882
Na Paraíba	213:805\$007

Do custo total dos açudes públicos em construção até fins desse ano resulta ainda a desproporção:

No Ceará	5.129:663\$653
No Rio Grande do Norte	617:946\$685
Na Paraíba	233:612\$222

Já a esse tempo atuava a intervenção do sr. Epitácio Pessoa que conseguiu, a título de auxílio aos flagelados, 823:161\$032 para a estrada de rodagem de Campina Grande a Soledade, além da referida verba para açudagem. Mas o Ceará obtivera para as estradas Baturité-Guarimiranga e Sobral-Meruoca 1.106:544\$049. Quando foram iniciadas as obras de salvação, não havia em nosso território sequer projetos que as facilitassem.

Em 1912, o dr. Silva Mariz conseguiu que a inspetoria mandasse estudar o açude São Gonçalo, de São José de Piranhas até Sousa. Mas, antes de terminados os estudos, a comissão recebeu ordem de seguir

para o Orós. Ainda assim, apresentou a planta e o orçamento que foram procurados, debalde, em 1919.

Escuso de referir outros muitos fatos que comprovam o nosso desprestígio. A Inspetoria Agrícola, por exemplo, foi suprimida em 1915 e passou a ter sede no Rio Grande do Norte.

Tudo se conjurava contra a prosperidade da região que, sem embargo, realizava o seu ideal de independência financeira e econômica, liberta de quaisquer compromissos.

A União não sabia premiar esse sacrifício que a preservava do descrédito agravado pelos empréstimos externos.

A Paraíba ainda não tem uma organização modelada pelos grandes centros de trabalho e de progresso. Mas, ao exame de seu longo passado de esterilidade e de acidentes, pasma ver o estado atual de suas conquistas.

Esse desenvolvimento não representa toda a expansão das energias naturais. O meio oferece em múltiplos aspectos extraordinária capacidade à ação civilizadora.

A construção de nossa riqueza e de nossa cultura data, sem exagero, da outorga da autonomia republicana.

Essas novas responsabilidades foram encaradas como um estímulo para o supremo esforço de outros destinos.

E teria sido atingida uma situação exemplar se não houvesse falhado, inteiramente, o impulso federal.

O estado aguardava a solução dos seus problemas fundamentais como resgate das injustiças inveteradas e ponto de partida de sua necessária grandeza.

O HOMEM DO NORTE

Quem indaga a gênese das candidaturas ao governo da República convém em que a indicação do sr. Epitácio Pessoa para a suprema magistratura do país obedeceu a um critério novo na política nacional.

A nossa consciência pública ainda não selecionou o tipo de seus dirigentes. Forma-se, pouco a pouco, a concepção geral das qualidades exigidas para os chefes de Estado; mas essa tendência ainda não tem a força de um movimento dominador.

A maioria não possui cultura social nem senso psicológico para distinguir as individualidades e as situações. A ausência de partidos formados pela divergência de princípios expostos, como instrumento de propaganda na imprensa e nos comícios, é uma das causas dessa desorientação.

A massa popular não está familiarizada com a discussão dos problemas da nacionalidade e, por isso, sacrifica os valores no automatismo dos sufrágios.

Os condutores – não digo da opinião pública, porque não a temos organizada – do aparelho eleitoral moldam, na maioria das vezes, suas preferências pelo prestígio regional dos candidatos.

Não nego que algumas injunções de ordem superior têm atuado nesse espírito uniforme, determinando, quase sempre, a escolha dos mais talhados para essas altas responsabilidades entre os mais servidos das condições extrínsecas de êxito. Mas restringe-se o campo de seleção.

São conhecidas as circunstâncias que promoveram a primeira investida. O sr. Assis Brasil interpreta, com a experiência de sua intervenção, essa conjuntura inicial do regime:

O primeiro presidente e o seu substituto legal, que por mais tempo do que ele empunhou as rédeas em nome da Constituição, podem ser considerados

como preexistentes a ela. Quanto ao primeiro, sabia-se bem, muito antes da eleição, que seria o nomeado, pela força das circunstâncias ou pelas circunstâncias da força. Do segundo não havia a mesma certeza quanto à pessoa, mas sim quanto à qualidade. Tinha-se como fatal que seria eleito um militar, pouco importando o nome próprio. (ASSIS BRASIL, 1896, p. 76)

Esse juízo foi confirmado por um testemunho irretorquível. Evoca o sr. Campos Sales:

Referindo-se à eleição presidencial, pela Constituinte, disse-me o marechal Floriano que estava convencido de que, caso triunfasse a candidatura civil, a tropa ter-se-ia revoltado e, com Deodoro à frente, teria dispersado a Constituinte.¹⁸⁷

Não deixou de predominar em alguns congressistas sobranceiros à coação iminente o pensamento da homenagem ao verdadeiro fundador da República.

Foi, conseqüentemente, uma criação do Exército, cioso de sua obra realizada ao encontro do ideal comum.

O nome de Prudente de Moraes surgiu como uma aspiração do sentimento de ordem. Se não fosse a ação coesiva do Partido Republicano Federal, arregimentado no último quartel do governo do marechal Floriano, talvez não tivesse vingado essa fórmula que encarnava as ânsias de uma era de paz.

A “figura espectral” que, até no parlamento monárquico, como deputado republicano, “pela simplicidade de seus modos, pela sua modéstia e retraimento, cedo se impôs ao acatamento de seus colegas” (CELSO, 1998, p. 89), era a garantia da pacificação. Se essa impressão escapava às correntes inquietas dementadas pela fase revolucionária, não deixava de estar presente no ânimo dos que, prevendo o desfecho sangrento, já haviam manifestado com os 97 votos contra os 129 obtidos por Deodoro

187 *Da propaganda à Presidência*, p. 74.

da Fonseca o interesse de consolidar na segurança do direito e da justiça a construção republicana.

Qualquer que tenha sido a sua origem, essa candidatura correspondeu ao estado de espírito da maioria dos brasileiros, à percepção da gravidade que ensombrou os nossos destinos.

A presidência do sr. Campos Sales foi uma consequência da cisão do Partido Republicano Federal. Os políticos governamentais tiveram necessidade de opor à parcialidade oposicionista o nome de um “veterano da República”.

É assim que ele próprio explica a indicação:

Foi nestas condições que meu nome começou a sair da penumbra, apontado como o de um republicano histórico ao serviço da ideia republicana desde a primeira hora de combate contra o regime decaído.¹⁸⁸

Não foi, porém, esse único título que lhe assegurou a soma de 420.286 votos contra os 38.929 alcançados pelo sr. Lauro Sodré. Começara a exercitar-se a influência decisiva do catete. E, como penhor de vitória, os candidatos deveriam sair de São Paulo e de Minas, os dois grandes estados condutores da nacionalidade, pelo valor quantitativo e qualitativo de suas representações e pelo seu contingente eleitoral.

O sr. Campos Sales alicerçou o propósito de preparar a sucessão na política dos governadores. De modo que não encontrou resistência nos zelos do republicanismo histórico para lançar a candidatura do sr. Rodrigues Alves. Quintino Bocaiúva obteve apenas 42.542 votos contra os 592.039 dados ao seu competidor.

O aproveitamento do sr. Afonso Pena foi o remate desses precedentes: candidato do Catete, saído de Minas e segunda figura do regime extinto que ressurgia para o mais alto posto da administração republicana.

Tinham arrefecido os movimentos reivindicativos dos apóstolos da propaganda.

188 Obra cit., p. 161.

As eleições e os reconhecimentos dos dois antigos monarquistas foram os mais tranquilos de todas as sucessões presidenciais.

O país atravessava uma fase de estagnação política. Lauro Sodré – o último idealista de nossa democracia que simbolizara as esperanças das novas gerações – era um ídolo decaído.

As oligarquias monopolizavam a vida pública de muitos estados. Foi nesse ambiente de mistificação democrática que se revigorou o Partido Republicano Conservador. E Pinheiro Machado que desde 1900 “já fazia sentir o seu peso nos destinos da nossa política”, consoante confessou Campos Sales, desferiu o golpe decisivo na tradição de intervir o presidente na escolha de seu sucessor. Mas não opôs a essa praxe a força de seu partido, nem as virtudes políticas da Nação: recorreu a uma manobra, utilizando-se da mais alta patente do Exército, titular do ministério da Guerra.

A candidatura do sr. Hermes da Fonseca representou, portanto, uma invocação ao prestígio militar.

Afonso Pena cedeu com a morte.

E a campanha civilista foi o primeiro despertar da consciência coletiva para a noção da democracia. Ao toque da grandíssima eloquência de Rui Barbosa estremeceram as energias da dignidade nacional.

Esse extraordinário poder verbal que exprobrava o quadro de nossa inferioridade e convocava as últimas reservas de civismo para o levantamento das instituições deprimidas pelos políticos profissionais, não poderia suplantar, de uma assentada, os erros conjurados, mas ficou como um escarmento para os deturpadores do regime.

A apresentação do sr. Venceslau Brás foi, segundo um dos seus panegiristas, um meio de “pacificação dos espíritos”, depois de oito meses de estado de sítio e de abatimento do princípio de autoridade.

Sua discreta atitude, na qualidade de vice-presidente do agitado quadriênio que findava, recomendou-o, naturalmente, à sucessão. Mas ele exprimia, sobretudo, o valor da política mineira avolumado pela permanente solidariedade de outros estados. A fadiga da luta contra o governo que expirava não era propícia a outra reação.

A volta do sr. Rodrigues Alves ao poder foi mais uma concessão a São Paulo e, ao mesmo passo, uma homenagem ao estadista consagrado por uma benemerência incontrastável.

O cenário já estava, novamente, desassombrado para os acordos dos próceres com a sanção do catete.

Mas o desaparecimento desse egrégio brasileiro coincidiu com um estado político e social que sacudia o mundo em soluções violentas.

Convulsionava-se a condição geral. Um pensamento de desordem, em arrancos subversivos, excitava as maiorias espoliadas.

Era uma febre de reivindicações que arremetia contra os velhos mol-des e ameaçava subverter as bases políticas e sociais.

Manifestei, apreensivo, pela imprensa, a pressão dessa gravidade:

Este momento de transição, que também atinge a nossa pátria, requer uma mentalidade servida de ideias jurídicas, filosóficas e sociais, capaz de apreender o conjunto dos fenômenos que definem a aspiração geral.

Sem a aplicação desses princípios não será dado fixar uma orientação compatível com o movimento mundial que, no seu aspecto negativo e demolidor, constitui o fermento de uma das crises mais temerosas da história. Só um espírito conservador, temperado de sábias concepções, logrará adotar a direção média e resguardar a ordem jurídica, sem detrimento dessas prementes reivindicações, que devem restringir-se às prerrogativas e liberalidades de nossa construção democrática.¹⁸⁹

E o verbo flamejante de Rui Barbosa, ao trono das apóstrofes, em increpações fulminantes, era o oráculo da ruína. O iluminado construtor de nossas instituições ateava, no desnudamento dos costumes políticos, tendências reacionárias que poderiam explodir na mais desenvolvida anarquia.

O protesto de sua proscricção, em nome da moralidade pública, contra a ascendência de entidades suspeitas e o culto da incompetência, repercutia, como uma advertência profética, nas próprias classes conservadoras, estranhas, de seu natural, às competições partidárias.

Era preciso reintegrar a democracia brasileira na sua finalidade como anteparo à onda demagógica.

189 *Diário do Estado*.

Foi essa a renovação precursora da candidatura do sr. Epi-tácio Pessoa. A inteligência batalhadora, que despertava as forças mentais da nacionalidade, tinha que vingar na política dos valores.

A transformação espiritual que se operava, desde 1910, ao alento de um formidável apostolado, não aproveitou ao mais intelectual dos nossos estadistas, que a agitava, mas determinou a convocação de requisitos do mesmo quilate.

Foi uma imposição das circunstâncias. Ao nome de Rui Barbosa só poderia ser contraposto o de Epi-tácio Pessoa. As correntes políticas contrárias à ascensão do gênio da raça, nesse instante de sobressaltos, socorreram-se de outro expoente compatível com o estado de opinião gerado pela veemente propaganda liberal. E, de fato, essa solução aplacou a efervescência.

Ausente do país, estranho às combinações, despercebido dessa honra, pela própria contingência de sua representação, prevaleceu, entretanto, o prestígio de suas faculdades, quando as conjunturas políticas valorizaram esses atributos.

Sua evidência na Conferência de Paz, ao contato da grande cultura cosmopolita, foi a sugestão mais imperiosa.

E os representantes das forças partidárias dos estados, atentos, igualmente, aos interesses gerais, sabiam que contavam com um homem para as circunstâncias difíceis. Sabiam que ele traria para o governo uma orientação destemerosa, um vasto patrimônio de ideias, uma esclarecida acuidade de jurista e sociólogo, uma rígida intransigência de princípios e uma probidade pessoal nunca suspeitada.

Com a posse desses predicados de cultura política e de caráter resolutivo, ele correspondia aos reclamos da coletividade e às exigências da ordem constitucional. A opinião pública, desatenta e voltária, sem amor aos seus dirigentes, sem discernimento dos fatos, sem constância de conceitos, teve, entretanto, nessa emergência, a visão das supremas necessidades da pátria e aplaudiu a fórmula tendente a conciliar os governados com os governantes.

Com as únicas credenciais de seu valor próprio, o sr. Epi-tácio Pessoa ascendeu a essa situação.

Nenhum outro elemento teve parte nessa conquista.

Já de outra feita, ele atingira um alto posto administrativo pelo só título de suas qualidades intrínsecas. Declara o sr. Campos Sales:

Conheci o dr. Epitácio Pessoa na Constituinte e havíamos colaborado juntos na comissão mista do senado e da câmara, que organizou o importante projeto, convertido em lei, sobre os crimes de responsabilidade do presidente da República. Aí tive ocasião de admirar o seu alto critério jurídico. Depois de ter feito brilhar o seu extraordinário talento no seio do Congresso, deixara a atividade política, conservando-se estranho às lutas apaixonadas dos últimos tempos.

Foi dessa situação pessoal que ele saiu para tomar a direção da pasta da Justiça e Interior, a meu convite.¹⁹⁰

Foi esse merecimento, afirmado na famosa assembleia internacional e julgado à altura das graves necessidades internas, que suscitou seu grande nome, destituído de recomendações postiças, para a suprema governança do país.

Os precedentes da política republicana não se conformam com essa solução.

Não dissimulo que entre os nossos chefes de Estado se extremaram algumas figuras de notável compreensão cívica e administrativa. Mas nenhum deles galgara esse posto sem o impulso de circunstâncias estranhas à personalidade.

Os dois FONSECAS refletiram o poder do Exército e os demais a hegemonia do centro-sul. O próprio Prudente de Moraes contou, sobre seu passado de evangelizador do sistema vitorioso e a prova de seu feito moral, com esse fator preponderante.

São as crises que solicitam as qualidades de escol, de ordinário relegadas pelas conspirações da mediocridade. Rui Barbosa incompatibilizara-se com o conservantismo das situações estaduais, pelo avanço de suas ideias reformistas e pela violência de sua campanha moralizadora.

190 Obra cit., p. 208.

Seu revisionismo era um invencível obstáculo à adesão do Rio Grande do Sul.

O homem que, pela elegância moral, pelos primores da preparação, pela solidez das ciências do Estado e pela expressão de um vigor inflexível poderia fazer face ao gigante do pensamento latino e conciliar os interesses gerais era, sem dúvida, aquele que representava, em um conclave de sumidades de todos os matizes, a mentalidade brasileira.

Tanto se infiltrou no espírito da nacionalidade o acerto da seleção, que os próprios competidores não se puderam subtrair à influência desse pensamento, em augúrios expressos pela palavra sedutora do sr. Francisco Sá, um dos líderes da candidatura Rui Barbosa. Assim terminou o discurso do senador pelo Ceará, na Sessão de Reconhecimento, a 10 de julho de 1919:

Para a vitória pessoal que ela vai exprimir, não concorreremos nós; às vantagens dela decorrentes não temos direitos, não formulamos nenhuma pretensão. Um direito, porém, reivindicamos, um dever sagrado havemos de cumprir – é o de colocar acima das paixões da luta a preocupação dos interesses superiores de nossa pátria, é o de formular os votos mais sinceros para que o governo que dentro em breves minutos esta assembleia vai proclamar, possa corresponder à esperança com que se inicia, trabalhando pela grandeza e pela felicidade do Brasil.

Foi desse modo que o Norte deu o primeiro presidente pelo voto direto. E coube, por uma compensação do acaso, à Paraíba, sempre abandonada e deprimida, essa glória imprevista.

Não foi uma concessão aos estados setentrionais que aspiravam, de muito tempo, a essa investidura. A escolha não obedeceu ao critério regional, mas satisfez um justo reclamo.

Perdura e pronuncia-se a linha de separação entre as duas partes geográficas do país. A formações diferentes correspondem problemas diversos.

Oliveira Martins reconheceu esse dualismo em sua obra *O Brasil e as colônias portuguesas*, quando observou que o Sul se desenvolveu orgânica e espontaneamente e o Norte colonialmente.

Oliveira Viana sustenta:

Estudando as nossas populações regionais do Norte e do Sul, os resultados, a que cheguei, levaram-me a uma convicção contrária ao preconceito da uniformidade atual do nosso povo.

É costume entre nós falar do povo brasileiro como se fosse uma massa homogênea e única, distensa, com perfeita igualdade, através de uma vastíssima superfície de oito milhões de quilômetros quadrados, guardando por toda ela a mesma densidade social e a mesma unidade de composição e de estrutura.

Dos que assim pensam nenhum se deu ao trabalho de desmontar as diversas peças e elementos de que se compõe esse vasto organismo, para ver como ele se formou e como ele funciona. É natural que dele tenham apenas uma ideia vaga ou uma ideia incompleta ou uma ideia falsa. Levam em conta a unidade da raça, da civilização e da língua, e não sei o que mais; mas, não querem levar em conta a diversidade dos habitantes, a sua ação durante três ou quatro séculos, variações regionais no caldeamento dos elementos étnicos e principalmente a inegável diferença das pressões históricas e sociais sobre a massa nacional, quando exercidas ao norte, ao centro e ao sul. (OLIVEIRA VIANNA F. J., 2005, pp. 51-52)

Não é o antagonismo que tendia a aprofundar-se desde a Revolução de 17. São direções opostas, oriundas das formas peculiares de existência, que excluem o perigo das subpátrias. Não há, sequer, entre as unidades federativas do Brasil setentrional uma coesão que as vincule para as atitudes políticas.

Até o bloco do Norte, alvitado pelo sr. Costa Rodrigues, para a defesa dos interesses comuns, deixou de lograr consistência, à conta de irreconciliáveis emulações.

Todos reconheciam, entretanto, a instância de problemas à parte que exigiam um programa organizado à volta da experiência das necessidades regionais. Sem esse conhecimento, falharia o empenho das medidas de proteção. Só um filho do território desconhecido seria sensível ao apelo de seus patrícios.

A visita do sr. Afonso Pena, que se anunciara alvissareira, resultou em

maior desilusão. Os cearenses não se deslembrouam da expressão desalentadora do presidente sulista, na barragem do Quixadá: “Está muito bonito, mas isto apenas atesta o desperdício dos dinheiros públicos”.

Acrescenta o engenheiro B. Piquet Carneiro: “e repetia a frase cáustica a cada nova impressão que recebia, sem, entretanto, explicar em que achava mal aplicados esses dinheiros”¹⁹¹.

Esse programa de observação direta produzira esperanças de provimento dos nossos direitos; mas uma vista de relance não seria capaz de apreender a complexidade de nossas condições.

Um espírito educado no trato das questões do Sul não poderia atinar com as criadas por um meio oposto, ao primeiro lance.

Recresceu o ressentimento da preterição. Essa impressão, que já se insurgia em protestos reiterados no tempo do Império, azedou-se ainda mais perante a desigualdade da República. Não tinha, pela depressão da inteligência e do caráter, intérpretes desassombrados; mas dominava o senso comum.

Entendem alguns que o mal deriva da desigualdade territorial, mantida pelo art. 2º da Constituição, dando lugar à hegemonia dos grandes estados. Diz o sr. Carlos Maximiliano:

Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro decidem soberanamente dos destinos do país. Só eles são consultados sobre candidaturas presidenciais, importantes medidas econômicas e financeiras etc.; para eles se reservam os dispendiosos melhoramentos realizados pela União – estradas de ferro, portos etc., cabendo aos pequenos simples migalhas ou o aproveitamento das vias de comunicação entre estados grandes através dos menores. (MAXIMILIANO, 2005)

É a nobre confissão de um sul-rio-grandense.

O marquês de São Vicente já havia impugnado essa desproporção. Pleiteando outra divisão das províncias, argumentava ele:

191 *Em defesa dos flagelados do Norte*, p. 3.

Assim exige a justiça, para que não haja desigualdade de proteção, assim demanda a política, para que não haja influências desproporcionais, nem zelos, ciúmes, ódios ou perigos, que rompem um justo e previdente equilíbrio.¹⁹²

A correção não seria fácil, como bem compreenderam os constituintes. O sentimento regionalista é muito mais exagerado nos brasileiros do que o da nacionalidade. Definem esse preconceito as questões de limites interestaduais.

A emenda apresentada pelo deputado Epitácio Pessoa teria equilibrado a federação:

O Congresso fixará o número de deputados de maneira que cada um e o Distrito Federal tenham representação igual.

Mas a questão é, mais propriamente, de zona. Pernambuco e Bahia não se eximem, totalmente, com as suas forças representativas, da condição precária. Intervêm nas decisões políticas, mas tiram pouco proveito dessas atitudes.

Parece que o contato com o poder central tem favorecido a predominância de outras unidades. O sr. Oliveira Viana verifica essa influência:

Este fato – da contiguidade geográfica do principal habitat agrícola com o centro do governo nacional – dá ao tipo social nele formado uma situação de incontestável preponderância sobre os outros dois tipos regionais, que se constituem aos flancos da numerosa massa matuta. São, realmente, os homens saídos dos chapadões do centro-sul, e não os saídos do Norte e do extremo sul, os que, depois de 1822, carregam as maiores responsabilidades na organização e direção da nacionalidade e dão maiores contingentes ao escol, que dirige o país durante os dois Impérios. (OLIVEIRA VIANNA F. J., 2005, p. 54)

192 *Direito Público brasileiro*, p. 9.

A monarquia foi propícia à florescência das capacidades; e, sem embargo do desamor que sempre o colocou em posição secundária, o Norte forneceu privilegiadas organizações de homens de governo.

O regime vigente ainda teve necessidade de se utilizar dessa experiência que não podia ser de todo em todo proveitosa porque pecava pela incompreensão dos novos rumos. Agora é que vão amadurecendo os brilhantes estadistas da geração republicana. E é natural que as circunscrições de maior atividade administrativa, como São Paulo e Minas, preparem, de preferência, os dirigentes da República.

Esses estados têm, do mesmo modo, a preocupação da defesa de interesses permanentes.

Na América do Norte domina a mesma orientação. Diz James Bryce:

Até agora, temos considerado os méritos pessoais. Mas quando se trata de escolher um candidato, entram em jogo muitas considerações, ao lado dos méritos pessoais, quer se trate de um candidato, quer de um presidente possível. A principal é o grau de apoio que pode ser assegurado pelos diferentes estados ou pelas diferentes 'seções' da União, designando este termo grupos de estados unidos por uma grande comunhão de interesses. A opinião dos estados e a das seções são fatores poderosos numa eleição presidencial. A região do Middle-West e do Noroeste, que compreende os estados de Ohio a Montana, é hoje, a seção mais populosa da União e, por isso, a que exerce maior influência numa eleição. Para ela, naturalmente, o melhor protetor de seus interesses será um homem originário dessa região ou seu habitante. Por conseguinte, *prima facie*, um homem dessa seção é o melhor candidato. Um grande estado tem mais peso em uma eleição, e cada estado está naturalmente mais disposto a eleger um de seus filhos do que um estrangeiro...

E conclui:

Assim, em igualdade de condições, um indivíduo pertencente a um grande estado é preferível como candidato.¹⁹³

193 *La République Américaine*, 2ª ed. francesa, Tomo I, p. 128.

No Brasil não são os interesses comuns que têm determinado o congaçamento. Há problemas locais que influem nas preferências. Mas onde há uma causa de zona, da mesma natureza, como no Nordeste, falha a coesão.

A norma da política da sucessão tem sido a solidariedade com os grandes estados pela cautela das situações dominantes receosas de represálias. Só quando se desagrega uma dessas forças é que se operam movimentos, como os de 1910 e 1922.

Daí, ser o Norte privado dos postos da alta administração da República. Apenas a Bahia e Pernambuco, pelo peso eleitoral, e o Maranhão, por uma influência pessoal, têm dado vice-presidentes.

Os estados donde têm saído alguns ministros auferiram certas vantagens dessa interferência nos negócios federais. A Paraíba alcançou, duas vezes, essa honra; mas Aristides Lobo era estranho aos nossos interesses e não teria oportunidade de nos ser útil, e Epitácio Pessoa, incompatibilizado com a direção de Álvaro Machado, não pôde intervir, em nosso favor, para uma necessária ação conjunta.

Só a pressão de uma crise geral lograria corrigir essa desigualdade para que o Norte pudesse, de uma vez, confraternizar com o Sul, na plenitude das prerrogativas.

O acaso conferiu, assim, outra condição à parte do Brasil que, tendo posto maior empenho nas revoluções liberais, conquistava, afinal, o galardão desses sacrifícios.

Grandes responsabilidades assumia o homem indicado pelas circunstâncias para essa obra de reparação.

Qual deveria ser o seu programa? Quais as suas ideias?

A flutuante opinião política escusa o rigorismo das plataformas que, posto divulgadas, não envolvem um compromisso...

Os srs. Campos Sales e Rodrigues Alves tinham sido os únicos presidentes de orientação certa e intransigente. Do primeiro disse Alcindo Guanabara, em sua obra *A presidência Campos Sales*:

Assegurada a ordem pública, a paz material e espiritual, o presidente pôde, com segurança e firmeza, executar o programa claro e definido que na ordem financeira como na ordem política havia enunciado com precisão antes de ser investido do poder.

Os outros não tiveram uma direção de pensamento, uma unidade administrativa capaz de caracterizar um programa. Alguns denunciaram iniciativas de real alcance que não tiveram, todavia, o caráter de uma obra nacional.

Tudo era de esperar da visão superior do sr. Epitácio Pessoa – desse expoente de um povo que, sem os estímulos fecundos, assinalara na história pátria tantos padrões de reconhecido valor.

Contava-se que ele, numa aplicação mais detida de suas extraordinárias faculdades, de sua vontade própria, de sua independência de ação, de sua coragem das responsabilidades, de suas atitudes de consciência e, sobretudo, dos talentos que ornaram essas virtudes, retificasse com ideias estáveis os nossos destinos públicos. Mas, filho da terra mártir, com a impressão visual dos nossos sofrimentos, testemunha das agonias sem remédio de milhões de seus patrícios, o homem do Norte, sem descurar de outras reformas vitais, deveria inclinar-se, principalmente, para a solução do problema secular da zona devastada.

Competia-lhe atribuir-nos outra função no concerto federativo. Sua ascensão ao poder deveria ser a segurança de nosso ingresso na fraternidade do regime. Era a ele que cabia sistematizar a integral salvação do Nordeste, tentada, de forma tarda e hesitante, em medidas fragmentárias, sem o plano que convinha a uma tarefa tão complexa.

Só ele poderia prestar fé às nossas solicitações, para nutrir o organismo exausto e condenado pelos que reputavam as obras contra as secas uma empresa aventureira e preferiam malbaratar os dinheiros públicos em melhoramentos suntuários.

Essa expectativa consoladora fliava-se ao desvelo já manifestado pelo glorioso nortista aos interesses da região. Ainda ecoavam as palavras francas e patrióticas de seu memorável discurso aos candidatos da recente convenção à presidência da República:

Nos cuidados que deve merecer a situação interna da República, um dos problemas cuja solução se impõe, porque aumentará grandemente a nossa capacidade econômica, é a extinção das secas no Nordeste brasileiro, fenômeno desolador que periodicamente nos rouba vidas preciosas, nos estanca fontes abundantes de renda a não abona a previdência dos governos do Brasil.

Salvo algumas obras compreendidas em administrações passadas e sobretudo no período vigente, o que se tem feito até aqui, sem plano, sem continuidade, desordenado e desconexo, pouco tem contribuído para melhorar as tristes condições daquela região.

Falava-se com desconfiança ou decepção nos dinheiros gastos com as secas. Não é o quantum das despesas que deve merecer reparo, mas a desorientação com que têm sido feitas. Mais, muito mais do que isto, se tem despendido no resguardo de interesses menos vitais de outros pontos do território; mais, infinitamente mais valiam para a prosperidade nacional as vidas e os patrimônios que desapareceram na fornalha abrasadora do horrível flagelo.

Não há, senhores, uma alma de brasileiro que não repila com a mais indignada revolta a ideia do desmembramento de nossa bela pátria. Ninguém, que não seja inteiramente destituído de senso político, poderá pensar um só instante em criar prevenções e antagonismos entre as duas grandes zonas geográficas da República. Mas aos governos incumbe, por uma distribuição mais equitativa de sua ação previdente, afastar os motivos de reclamação e de queixas.

Ora, basta lançar os olhos, de um lado, sobre os quadros comparativos da viação férrea, das linhas telegráficas, do serviço postal, da imigração, dos favores à agricultura nas duas regiões, e, de outro, sobre a extensão territorial, a população e a contribuição com que elas participam das despesas públicas, para reconhecer que de parte dos poderes federais não tem havido aquele espírito de equidade e de justiça a que se julgam com igual direito as unidades componentes de uma mesma federação.

Será honroso para o governo de um filho do Sul mostrar, por medidas inequívocas, que essa desigualdade não resulta de causas intencionais.

Os direitos do Norte sacrificado ainda não tinham sido disputados com tanta eloquência e decisão.

Essas sugestões valiam por um programa de governo que foi, coincidentemente, por um alto desígnio, realizado à risca dentro do mesmo quadriênio.

O político que, em vez de cortejar os homens públicos do Sul, senhores da situação e responsáveis pelo nosso abandono, assim lhes encres-

pava, no início de outro período presidencial, a injustiça do passado e lhes apontava outra orientação, devia ter muito profundo o sentimento de nossa causa.

A Paraíba, que emergia de sua obscuridade para uma compensadora evidência, não se continha jubilosa e esperançada.

Tentei exprimir essa sofreguidão em um longo escrito de que reproduzo alguns tópicos:

Ele acudirá às nossas supremas necessidades, resgatando tantos anos de desvalimento, em que se esterilizavam as nossas possibilidades, à míngua da assistência e ajuda que nos devem os poderes federais.

A Paraíba, na sua mediania, só invoca benefícios que S. Ex^a não deva escrupulizar em promover. Não devemos suscitar rivalidades. Mas, se nunca se advertiu nessa carência de recursos, para fomentar o nosso avanço, de par com outros estados, é justo que recobremos, de uma vez, todas as vantagens que nos foram recusadas.

A deficiência, quer dizer, a miséria de nossas condições, autoriza a extensão das providências.

Ponha o dr. Epitácio Pessoa por obra os seus propósitos em favor de nossa terra e esse serviço assumirá uma comovedora expressão de justiça, justificada, de mais a mais, pelas preferências de ordem sentimental, e toques de amor filial de que são passíveis todos os homens.

Urge, nesta quadra auspiciosa, a solução dos problemas que interessam ao nosso desenvolvimento econômico.

Arcamos com a angústia de transporte: nem vias de comunicação para a troca de nossa riqueza, nem um porto aparelhado para o escoamento de nossos produtos e a emancipação de nosso comércio.

E a diversidade das secas? Agora mesmo, enquanto o litoral se alaga de chuvas serôdias, que não minoram os prejuízos de lavoura, a calamidade devasta sertões em fora as resistências de nossa raça.

(...)

Assinale o nosso ilustre coestaduano a sua passagem pelo governo por medidas que dirimem, de vez, os efeitos do mal que estanca a nossa atividade.

Cuide desses interesses e a Paraíba há de medrar, por si, porque não lhe escasseiam condições propícias ao mais esplendente futuro.

Esse programa está nos moldes de sua capacidade construtiva.

Não era vã essa confiança no advento de um período de indenizações.

A Paraíba, que apodrecia numa resignação mórbida, a caminho do aniquilamento de muitas fontes de prosperidade, tinha razão em acreditar nas perspectivas de ressurgimento. O seu egrégio filho, num tocante movimento d'alma, quis, de retorno da embaixada que tanto realçou o nome do Brasil, rever o torrão natal, antes de qualquer outro ponto do território nacional.

Essa visita foi um extremo de carinho promissor.

A esse primeiro contato com a opinião brasileira, emitiu ele ideias gerais, vazadas em uma entrevista concedida ao jornal *A União*, que resumiam o plano de nosso soerguimento:

Disse-nos o sr. Epitácio Pessoa que não pretende publicar nenhum manifesto; as suas ideias já são conhecidas. Falando com conhecimento dos serviços de todos os ministérios, deteve-se longamente em salientar a necessidade para o Brasil de intensificar a sua produção a defendê-la da concorrência estrangeira. Nesta ordem de ideias, acrescentou S. Ex^a que dois problemas correlatos se impõem desde logo à atenção do governo: a extinção das secas do Nordeste e o saneamento do interior do país. Realizados estes dois empreendimentos, a capacidade econômica do Brasil aumentará em proporções assombrosas.

Era a mostra da constante meditação de nossas necessidades. O pensamento da salvação do Nordeste começava a manifestar-se com a firmeza de um problema amadurecido.

E, como se já não nos sorrissem os fados, à simples deferência da sua presença, uma afirmação, misto de ternura e dó, galvanizou o povo paraibano abatido por injustiças sem tréguas.

Por ocasião do banquete que lhe foi oferecido no palácio do governo, disse o Presidente eleito e reconhecido:

Senhores, há um encanto especial para mim no fato de serem da Paraíba – a minha terra pequenina e boa – essas emotivas manifestações de simpatia e apreço, com que sou recebido ao tocar na terra brasileira.

Nunca me dissocie, nas possíveis conquistas da minha vida pública, nessa vitória que por acaso hei obtido da Paraíba, com a qual tenho repartido e repartirei sempre as mercês e honrarias a mim tributadas.

Ainda, agora, quando eu estava na Europa, representando o Brasil, ao receber a comunicação de minha candidatura à presidência da República, os meus primeiros pensamentos e gestos voltaram-se para a minha querida Paraíba, radiante por ver que ela agora teria peso nas cousas políticas do país, que ia emergir, vitoriosa, para a evidência e para a luz!¹⁹⁴

E, momentos após, reiterou esse voto na Associação Comercial: que, “aquela solenidade era o ponto de partida dos maiores augúrios do progresso de sua terra”¹⁹⁵.

Essas palavras alvoroçaram, ainda mais, a população vibrante. Não era uma decisão oriunda do estado afetivo das homenagens, mas o propósito deliberado de uma mentalidade reflexiva.

Ver-se-á como o homem de ação, que blindou o caráter na cultura da vontade, cumpriu essa promessa formulada por um apelo sentimental e, principalmente, por uma resolução patriótica.

194 *Jornal A União*, de 19 de julho de 1919.

195 *Idem*.

6

A REDENÇÃO

É tempo de acordar do sono amortecido em que há séculos jazemos. (*José Bonifácio*)

O aviso paternal perdeu-se dentro de outro século, sem que fosse ouvido. O patriarca exortava à salvação, antes que “a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos”; mas, sua obra ia completar cem anos, sem conciliar o homem com a terra, pelo combate aos efeitos da seca, e ausente o exercício da solidariedade da raça para a integração da nacionalidade.

Sentenciou Euclides da Cunha:

As secas do extremo norte delatam, impressionadoramente, a nossa imprevidência, embora sejam o único fato de toda a nossa vida nacional ao qual se possa aplicar o princípio da previsão. (CUNHA, *Contrastes e Confrontos*, 2013, p. 49)

Era indefensável essa negligência. A catástrofe chegou, com a lei da periodicidade, a aprazar os meios de resistência aos seus danos. Depois, como que desafiando a indiferença dos poderes públicos acelerou o ritmo destruidor.

Era comum a percepção dessa fatalidade que derrocava, de vez em quando, o progresso renovado e afligia os sentimentos da família brasileira com os lances da fome e da peste. Mas reproduzia-se o mal, cada vez mais, vastamente, à medida que se desenvolviam os recursos do meio e a população, com a cumplicidade dos governos inativos.

As nacionalidades moças embaraçam-se perante uma multiplicidade de problemas que não podem ser solucionados simultaneamente. E, destarte, o mais premente dos nossos vinha sendo adiado por uma política dos dias melhores que não abonava a visão dos dirigentes.

Mal sabiam eles que essa prosperidade jamais atingida dependia, em grande parte, do aparelhamento do Nordeste e que, por conseguinte, o sacrifício de nossa redenção seria fartamente compensado.

É lastimável a desorientação com que fora encarado esse ponto de tamanho interesse para o futuro do Brasil.

Até 1845 a assistência oficial consistia na distribuição de esmolas. Esperava-se que a população sertaneja se deslocasse de seus lares, abandonando o resto dos haveres, para intervir com um socorro insuficiente. A aglomeração nas localidades mais próximas do litoral, até onde chegavam os víveres, constituía infalíveis focos de epidemias.

Uma pequena parte da verba destinada ao auxílio era empregada em igrejas e cadeias.

A começar dessa pavorosa seca, o governo passou a aplicar os retirantes, conforme já referi, em trabalhos de açudes e estradas de rodagem.

Essas obras eram, porém, dirigidas pelos chefes políticos locais e, por isso, além de consumirem avultadas quantias no interesse partidário, não obedeciam às necessárias condições técnicas. Desapareciam aos primeiros invernos.

Em 1877 não existia um só desses pequenos benefícios. Durante os 32 anos regulares, o governo imperial se desapercebera do flagelo. De maneira que, quando se declarou a horrorosa calamidade, todo o Nordeste estava, como sempre, desamparado e exposto aos seus aniquiladores efeitos.

Quanta riqueza e quantos milhares de vidas teriam sido poupados, se os poderes públicos, induzidos pela experiência de outros desastres, tivessem utilizado metodicamente em melhoramentos preventivos a soma que foi despendida nos três anos terríveis para salvar uma parte dos flagelados!

Assombrados pela extensão da tragédia, os mais entendidos foram férteis em alvitres oportunos. Mas, se desencontravam as opiniões no exame das causas do fenômeno, não era menos incerta a indicação dos remédios.

Dentre as soluções propostas, algumas frisaram por despautérios cabais, mas outras se incorporaram ao posterior plano de ação.

O sr. André Rebouças chegou a lembrar que se solicitasse a remessa de grandes alambiques para a destilação de água do mar.

O Instituto Politécnico chamou a si a discussão dos meios de melhorar as condições naturais da zona semiárida. A sua sessão extraordinária, realizada a 18 de outubro de 1872, sob a presidência do conde d'Eu, congregou as maiores autoridades da engenharia nacional e notabilizou-se pela extensão dos debates.

É curiosa essa reconstituição para a história do combate ao flagelo.

O barão de Capanema, que já fizera parte de uma comissão de estudos no Ceará, escusou-se da ausência com uma carta assim rematada:

Tenho, porém, desde já, a declarar que a questão é ociosa, pois condições climatológicas, que subsistiam na época terciária, atravessando todos os períodos geológicos até hoje não é a débil mão do homem que agora as poderia alterar. A questão é outra, de execução relativamente fácil e de resultados seguros. Já se sabe que cada geração no Ceará passa por duas secas, é uma calamidade periódica, como é possível fazer chover à vontade, previnam-se os meios para arrostá-la placidamente.

É o que se contém na ata dos trabalhos... O dr. Zózimo Barroso também escreveu:

Tenho para mim que na construção de açudes em grande escala está o principal remédio ao mal. Superfícies de evaporação entretendo um certo grau de umidade atmosférica, além de produzirem permanentemente grande bem à vegetação, fornecerão os vapores aquosos necessários à formação das chuvas, e ainda que em certos anos os ventos tendam a dispersá-los, a constância do suprimento desses vapores assegurará mais cedo ou mais tarde (dependendo do restabelecimento das convenientes condições atmosféricas) a queda dos mesmos sob a forma de chuva, na região onde existirem tais superfícies d'água.

No meu entender, a construção de açudes, na província do Ceará principalmente, é obra de grande alcance, muitíssimo necessário, e que merece toda a atenção do governo...

O conselheiro Beaurepaire-Rohan, convidado a iniciar o debate, propugnou, de acordo com os princípios expendidos na memória de sua autoria – *Considerações acerca dos melhoramentos de que, em relação às secas são suscetíveis algumas das províncias do Norte* – “o estabelecimento em grande escala de açudes e a plantação de arvoredo em torno deles, formando desta sorte espécies de oásis, à semelhança dos que se observam nos desertos do Saara”. E acrescentou que “quando presidiu a província da Paraíba do Norte notou que as diversas municipalidades o que mais pediam era a construção de açudes”. Entendia que, quanto à arborização, deveriam ser preferidas as árvores frutíferas, como jaqueira, fruta-pão, mangueira, abacateiro e outras mais.

O sr. Rodolfo Teófilo estranha esse alvitre, lembrando que, no sertão, mal resistem à seca as árvores nativas. Mas o sábio brasileiro subordinou os pomares à açudagem.

O dr. Coutinho também defendeu “a construção de alguns grandes açudes de uma ou duas léguas de extensão” e acrescentou que, tendo percorrido o Ceará, reconheceu alguns pontos apropriados a esse melhoramento.

O dr. Buarque de Macedo advertiu que “as secas se circunscrevem a certas regiões deixando, por assim dizer, centros de produção quase intactos”. E perguntou: “Este fato não nos indicará a vereda do bem, o recurso para prevenir o mal?”. Por isso, propôs:

Que se represente ao governo para mandar construir quanto antes, no interior da província do Ceará, um número considerável de açudes e fazer executar a estrada de Baturité e caminhos distritais que facilitem as comunicações para os centros alimentadores.

O dr. Rebouças lembrou, entre outras medidas, a execução de obras de melhoramento de portos, inclusive o de Cabedelo.

Em outra sessão, efetuada a 23 do mesmo mês, o visconde de Barbacena sugeriu a abertura de poços artesianos.

Afinal, foi aprovada e apresentada ao governo imperial a seguinte proposta:

Ativar ou executar, para dar trabalho e salários à população: a construção das vias férreas já estudadas na região flagelada pela seca; as obras de melhoramento de portos marítimos e fluviais; a construção de linhas telegráficas, gerais; a desapropriação dos terrenos marginais dessas vias férreas para serem divididos pelos retirantes ou colonos nacionais; construir, quanto antes, no interior da província do Ceará e outras assolados pela seca represas nos rios e açudes nas localidades que para tal fim fossem mais apropriadas ao abastecimento d'água no mesmo interior e prolongar a estrada de Baturité; estudar as medidas indicadas pelo dr. Raja Gabaglia em relação ao Ceará.

A principal dessas medidas, explanadas nos *Ensaio sobre melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará*, era a construção de uma série de barragens móveis.

Em vista dessa representação, foi nomeada, por ato de 7 de dezembro de 1877, uma comissão composta do conselheiro Beaurepaire-Rohan e dos engenheiros Limpo de Abreu, Lassance da Cunha, Alfredo José Nabuco de Araújo Freitas, Julius Pinkas, Henrique Foglare, Adolpho Shwartz e Leopoldo Schriener, incumbida de estudar no Ceará os meios práticos de abastecimento d'água durante as estiagens e de um sistema de irrigação.

Essa comissão, que foi dissolvida por ato do ministério do Império, datado de 22 de junho de 1878, examinou a possibilidade do melhoramento do porto de Fortaleza, estudou os meios de evitar as inundações da cidade de Aracati, explorou o sistema hidrográfico do Ceará em uma zona de 20 a 30 léguas do litoral e, afinal, indicou ao governo a realização das seguintes obras:

1. a construção da estrada de ferro de Baturité, além de Pacatuba, cujo traçado já fora aprovado;
2. a construção de mais duas vias férreas: uma entre Camocim e Sobral e outra de Aracati ao Icó;
3. a construção de trinta açudes, com capacidade de um milhão de metros cúbicos cada um;
4. o estabelecimento de observatórios meteorológicos;
5. a construção de um canal para ligar os rios Jaguaribe e São Francisco.

Na Paraíba não se procedeu a nenhuma exploração. Não foram aproveitados, sequer, os estudos do engenheiro Francisco Pereira da Silva, realizados por iniciativa do presidente da província.

Mas esses delineamentos das medidas preventivas interessavam a toda a zona devastada, como organização de um plano que deveria generalizar-se.

Vieram a lume, concomitantemente, algumas monografias que representaram ponderáveis contribuições para o magno problema, já agitado pelo senador Pompeu, em 1859, pelo dr. Viriato de Medeiros, em 1860, e pelo dr. Raja Gabaglia, em 1861.

Aventou o engenheiro José Américo dos Santos:

As medidas preventivas, em cuja eficácia confiamos, são as seguintes:

O estabelecimento de um serviço meteorológico, espalhando desde já pela região sujeita a secas grande número de observatórios meteorológicos, que recolham os dados necessários para formar-se ideia exata do clima e da marcha dos fenômenos meteorológicos, a fim de que as providências, que se houverem de tomar nas circunstâncias críticas, não venham a ser fora de propósito e inteiramente improficuas.

A organização de um serviço de explorações geográfica e geológica na região flagelada, tendo o grau de exatidão compatível com a urgência e com a presteza exigida. É com as cartas por elas organizadas, que se poderão escolher os pontos em que tais ou tais medidas de ocasião terão probabilidade de dar resultado, ou que se encontrarão os recursos de que for preciso lançar mão. Ainda que essas cartas não representem o requinte da exatidão, servirão, entretanto, para que não suceda o que atualmente se dá que andam todos às apalpadelas a respeito da geografia física da região da seca.

Melhoramento dos principais portos de mar, como meio de facilitar as comunicações com o exterior e por eles atrair a civilização e obter com a máxima facilidade os socorros vindos de fora nas ocasiões calamitosas. O melhoramento dos portos do Camocim, Ceará, Aracati, Natal e Cabedelo, na Paraíba do Norte, não deve ser adiado por muito tempo.

Construção de estradas de ferro, como medida não só de ocasião, dando trabalho à população que lá se acha reduzida à indigência e necessitan-

do de ser socorrida, mas principalmente preventiva, facilitando a pronta remessa de socorros assim que se fizerem conhecer os prenúncios do terrível flagelo. Com as estradas de ferro a civilização vai conquistando o interior de nosso ainda tão atrasado país, e pode-se dizer, quase sem medo de errar, que para cada quilômetro de via férrea, que avança para o interior, a civilização penetra dez quilômetros.

Construção de grandes açudes nos lugares mais apropriados, circundados por árvores. Esses açudes poderão ser locados de modo a alimentar canais de irrigação ou mesmo de navegação, e também em alguns casos para recolher grande porção das águas das chuvas torrenciais e impedir que elas, seguindo o seu curso natural, livres e desimpedidas, possam ir produzir desastrosas inundações. Na Índia, desde tempos imemoriais, tem-se construído açudes colossais, formando verdadeiros lagos artificiais, que servem para alimentar canais de irrigação. A construção desses canais é de um grande alcance, pois naquele país tem ele na maioria dos casos decuplicado o valor dos terrenos que fertilizam.

Construção de poços artesianos nos pontos em que um prévio reconhecimento geológico indicar a probabilidade de bom resultado, visto que sendo perfurados às vezes em grandes profundidades, custam muito dinheiro e levam muito tempo até chegar à camada que pode fornecer água em abundância.

Construção de grandes cisternas por conta dos cofres municipais, nas povoações que não puderem ser abastecidas por meio de fontes naturais, águas correntes, açudes ou poços artesianos. Pequenas cisternas, construídas a expensas dos próprios donos nas propriedades rurais em que forem necessárias. É conveniente que a administração pública mande construir em cada província três ou quatro destas cisternas em pontos remotos para servirem às dos proprietários, e publicar instruções para sua construção, remetendo grande número de exemplares às povoações do interior a fim de serem distribuídos pelas pessoas que souberem ler. É uma despesa que será largamente compensada pelos benefícios que acarretará.

Garantia e concessão de auxílios e de todas as facilidades possíveis às empresas que estabelecerem engenhos centrais de cana, engenhos centrais de café, fábricas de tecidos de algodão, cordoarias de pita e fábricas de queijo e manteiga em grande escala. É fomentando o desenvolvimento

das diversas indústrias que se conseguirá ver os próprios habitantes dessa região proverem-se com seus próprios recursos contra os males que os afligirem em épocas calamitosas.

Impressão e distribuição gratuita, ao maior número possível de pessoas que souberem ler, de folhetos, escritos por pessoas competentes, ensinando os novos métodos de agricultura aperfeiçoada e de criação do gado e melhoramento das raças do mesmo; a preparação do feno e do milho forragem; a preparação das carnes salgadas por processos modernos; conservação de cereais, piscicultura e salgadas de peixes.

Concessão de prêmios pecuniários aos indivíduos que, de qualquer dos ramos de indústrias acima citados, apresentarem em exposições anuais os melhores produtos, e aos que fundarem e conseguirem manter em estado de prosperidade crescente estabelecimentos importantes das mesmas indústrias. O hábito que tem a população das províncias do Norte do Brasil de vender seus produtos em feiras semanais, é eminentemente favorável ao estabelecimento de exposições agrícolas.¹⁹⁶

Trago à baila esse longo trecho para mostrar que, naquele tempo, já se esboçava a exata orientação do combate às secas, como um conjunto de recursos que devem colaborar para a mesma eficiência.

São ideias um pouco indecisas que não deixaram de influir sobre a consciente direção dos últimos empreendimentos.

Quase todas as sugestões giravam em torno desse sistema. Opinava o conselheiro Álvaro de Oliveira:

Quem escreve estas linhas pensa que:

Os açudes

A arborização

As estradas de ferro e telégrafos constituem o sistema de medidas indispensáveis para fazer face à calamidade das secas e porventura retardar a sua reprodução.

Como meios que auxiliam esse sistema, devem também ser empregados:

A abertura de cisternas

196 *Seca no Norte do Brasil* (março de 1878), pp. 32-35.

Represas nos rios
 Drenagem nos campos
 Preparação de forragens.¹⁹⁷

O assunto ainda foi porfiadamente debatido na imprensa, na Associação Brasileira de Aclimação e na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. O visconde do Rio Branco, presidente desta última sociedade, nomeou uma comissão “para propor as providências que devem ser aconselhadas ao governo imperial e às províncias assoladas pela seca, no sentido de promover e animar as indústrias que nelas encontram meios de existência”.

Divergindo as ideias, foram redigidos dois pareceres.

É um curioso documento de interesse histórico para o Nordeste:

PARECER DA MINORIA

1º

Conceder às províncias despovoadas e reduzidas à miséria pela seca, pela fome e pela peste os mesmos favores concedidos à província de Mato Grosso depois da guerra do Paraguai, e principalmente dez anos de isenção de direitos de consumo e de exportação.

2º

Aconselhar a subdivisão do solo; a cultura intensiva com arado e estrumes; a drenagem e a irrigação; a estabulação e o aproveitamento de todos os produtos bovinos, como na Suíça e no oeste dos Estados Unidos.

3º

Promover a criação de engenhos centrais de açúcar de cana e de batata-doce; de fazendas centrais de café, cacau, borracha, tapioca etc; fábricas de algodão, de tabaco, de sabão etc.

PARECER DA MAIORIA

Conceder às províncias, flageladas pela seca, minoração nos direitos de exportação e nos de importação dos gêneros alimentícios.

2º

Aconselhar e promover a subdivisão do solo; a cultura intensiva com arado e estrumes, a drenagem e a irrigação; a estabulação e o aproveitamento de todos os produtos bovinos como queijos, manteiga etc, e suínos segundo os processos adotados na Suíça e nos Estados Unidos.

3º

Promover a criação de engenhos centrais de açúcar de cana e a cultura de batata-doce; de fazendas centrais de café e a cultura do cacau, borracha, fumo, mandioca etc; fundação de

197 *Seca do Ceará (Açudes, arborização, estradas de ferro)*, p. 6.

	fábricas de tecidos de algodão, mediante garantia de juros do governo geral e bem assim de fábricas de sabão, e curtumes, mediante alguns favores razoáveis.
4º	4º
Promover a cultura do chá, a agricultura e a sericultura nacional e exótica, principalmente nas serras de clima temperado.	(Sem alteração).
5º	5º
Introduzir a cultura do trigo e de todos os cereais e frutos do sul da Europa, nas serras da Borborema, Araripe, Ibiapaba, Tiúba e em todas as outras de clima análogo.	Introduzir a cultura do trigo, mediante favores e prêmios, e de todos os cereais e frutos etc.
6º	6º
Mandar instruir as populações da região sujeita à seca a construir silos ou depósitos de conservar cereais.	Industriar as populações da região sujeitas a secas na construção de silos ou depósitos de conservar cereais, animando-as por meio de prêmios razoáveis.
7º	7º
Mandar vir do oeste dos Estados Unidos um certo número de lavradores, munidos de todos os utensílios e máquinas ali usados para ensinar agricultura prática aos retirantes.	Fundar escolas agrícolas em diversos pontos das províncias flageladas, e contratar práticos de máquinas e instrumentos aratórios, de preferência nos Estados Unidos.
8º	8º
Estabelecer pescarias e salgas de peixe regulares, no Baixo e Alto São Francisco, realizando a ideia predileta do benemérito presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o marquês de Abrantes, de grata recordação. Mandar vir para instrutores pessoas práticas da Terra Nova.	Estabelecer pescarias e salgas de peixes regulares no Baixo e Alto São Francisco, e nas costas das províncias flageladas, realizando, etc. Contratar práticos para esse fim na Terra Nova.
9º	9º
Mandar vir de Buenos Aires pessoas práticas no trabalho dos saladeiros e criar estabelecimentos análogos nos campos do Ceará e Piauí.	Contratar no Rio Grande do Sul, ou nos estabelecimentos brasileiros do rio da prata, práticos no trabalho dos saladeiros, e criar estabelecimentos análogos nos campos do Ceará e Piauí.

10º

Estudar a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional um projeto do código de águas e florestas, especial para a região flagelada pela seca e oferecê-lo ao parlamento em sua próxima reunião.

André Rebouças
L. P. de Magalhães Castro

10º

(Sem alteração)

Antônio de Paula Freitas
João Franklin de A. Lima
Dr. Daniel P. F. Cardoso
Dr. J. A. Pinto Junior
José Botelho de A. Carvalho

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1877.

Esses estudos e alvitres não moveram os poderes públicos a uma sistematização das obras contra as secas. Nem mesmo a última prova – tão calamitosa! – fora bastante para pôr termo à cegueira. O esfacelamento de tantas vidas, a perda total do patrimônio de muitas gerações, as cenas espantosas desse descalabro, os milhares de contos dissipados com o desfecho irremediável – nada teve força para formar o espírito de previdência contra uma fatalidade.

Em 1880 foi comissionado o engenheiro inglês Julius J. Revy para examinar os boqueirões do Ceará apropriados às grandes represas.

Esse especialista propôs a construção dos açudes de Itacolomi, de Lavras e de Quixadá. O projeto do último, apresentado em 1882, só conseguiu ser aprovado em 1884. Foi essa a primeira obra definitiva contra o flagelo.

Iniciada morosamente, foi a comissão construtora dissolvida, por ordem do governo, em 1886. Recomeçaram os serviços em 1888, com o fim de dar trabalho às vítimas da seca desse ano, e foram suspensos, ainda uma vez, pelo governo provisório, por ato de 7 de dezembro de 1889 e reorganizados, depois, sob a direção do engenheiro Ulrico Mursa. E, desse modo, de embaraço a embaraço, só ficou concluído em 1906.

De forma que, quando se pronunciou a calamidade em 1888, após oito anos normais, o Nordeste estava nas mesmas condições, entregue à crise devastadora.

Foi aplicado o mesmo sistema de recursos tardios. O governo, que já havia despendido 72 mil contos, em 1877-79, sem deixar um traço dura-

douro dessa despesa, ainda teve de empregar 15 mil contos em socorros públicos, sem utilidade preventiva.

A esmola oficial era um paliativo: chegava tarde para matar a fome e não evitava o prejuízo dos bens e a violência das epidemias. No entanto, essa vultosa soma, bem empregada, num tempo em que a moeda não estava aviltada, teria poupado tantos males e proporcionado benefícios permanentes.

Mas a experiência ainda não seria aproveitada.

Na Paraíba, pelo menos, assim como não foram utilizados os estudos e projetos do engenheiro Pereira da Silva, depois da seca de 45, teriam a mesma sorte os realizados pelo engenheiro Jaguaribe, em 1889, também por iniciativa do presidente da província.

Vem a propósito a transcrição da seguinte parte do relatório do último desses profissionais:

O solo desta província presta-se admiravelmente para a construção de açudes de terra ou de pedra e cal.

Não é uma província propriamente montanhosa, mas é bastante acidentada; cada vale se compõe de tantas bacias que é fácil encontrar-se depressões largas, seguidas logo de apertadas gargantas que muito favorecem o fecho.

Se o governo quiser fazer açudes como o de Quixadá, indicarei localidades igualmente próprias e que com a décima parte do que se tem gasto no encantado açude se farão obras tão agigantadas.

Para tal fim temos:

- 1º) O Boqueirão do Curema, no município de Piancó.
- 2º) O Saco de Dona Ana, no mesmo município.
- 3º) O São Gonçalo, no município de Sousa, na fazenda do sr. Luiz Ferreira Rocha, entre dois apertados espigões no rio Piranhas.
- 4º) O de Poços das Porteiras, no vale do riacho da Mãe d'água, sete léguas acima de Patos, no município do Teixeira.
- 5º) O do Morro Redondo, no município de Cajazeiras.

Estes açudes interessarão a grandes zonas e serão receptáculos imensos de riachões possantes e rios, sem que fosse preciso fazer obras nos sangradouros, pois todos os cinco têm sangradouros naturais e nenhum

deles é inferior em dimensões ao falado Quixadá.

Os dinheiros públicos gastos com socorros nesta província têm tido uma péssima aplicação no sertão.

Sem orientação, ou planos preconcebidos, as comissões de socorros empregam os dinheiros em construções as mais agigantadas e que jamais terminarão.

Altas torres de igrejas, cemitérios, cadeias, casas de câmaras, matrizes etc., são as obras em que se gastam grossas quantias.

Era essa a nossa situação em 1889.

Iniciou-se a República sob a impressão do flagelo. Essa circunstância, por si só, deveria indicar uma ação enérgica contra o mal, como emenda, à incúria do regime decaído.

Foi em nome dos interesses da pátria e do bem-estar da coletividade que se mudaram as instituições. Mas no governo do povo, pelo povo, a população do Nordeste, precursora da causa liberal, continuou fadada a morrer de fome.

Permaneceu o descaso imperdoável. De maneira que, quando se ateou a fogueira de 1898, uma das mais dizimadoras, a região estava, como sempre, exposta aos seus efeitos.

A Paraíba tinha sido dotada de 200 contos pelo orçamento federal de 1895 para açudagem; mas essa verba, aplicada pelo governo do estado, parte no dessecamento da lagoa existente no perímetro da capital e o resto nos pequenos reservatórios, de que já tratei, alguns em pontos escapos à calamidade, não teve préstimo real.

Só em 1904 o governo Rodrigues Alves achou por bem sistematizar os serviços de combate às secas.

Data desse ano a louvável iniciativa do sr. Álvaro Machado, estabelecendo a ação conjunta dos poderes federais e estaduais contra as crises periódicas.

Para executar o regime de construção direta, o ministro Lauro Muller criou as comissões de Açudes e Irrigação, de Estudos e Obras contra os Efeitos das Secas e de Perfuração de Poços, com as sedes que já indiquei.

Funcionaram separadamente até 1906, quando foram fundidos na Superintendência de Estudos e Obras contra os Efeitos das Secas.

Não resultou profícuo esse movimento. No Ceará foram estudados os açudes Várzea da Volta, Tucunduba, Araçá, Santo Antônio e Pedra Branca e foi construído o Araraú-Mirim, com barragem de terra e capacidade de 60.000.000 de metros cúbicos d'água. No Rio Grande do Norte foram estudados alguns açudes e a drenagem dos vales Maxaranguape, Ceará-mirim e Cujupiranga, construídos o açude de Santana, em Pau dos Ferros, de capacidade média, uma pequena barragem em Mossoró e a captação da fonte da Bica, em Porto Alegre, e instalados cinco poços em Natal, além de cinco perfurações iniciadas nessa cidade, na várzea do Potengi e em Macau. Na Paraíba não se executa nenhuma obra.

Foram iniciadas e abandonadas perfurações de poços em Araruna, Ingá e Campina Grande.

Não deixaram esses serviços, por conseguinte, nenhum resultado prático.

Desvaneceu-se a confiança nessa organização insuficiente e raquítica. O sr. Elói de Sousa foi o intérprete desse estado de espírito no seu vibrante discurso de 1906:

Malgrado o flagelo haver ceifado em uma só das suas aparições cerca de 600.000 vidas em três das nossas antigas províncias, somente mais de trinta e cinco anos transcorridos havemos de tomar as medidas necessárias para impedir-lhe os efeitos.

Ainda neste caso típico responde a inércia dos poderes públicos pelos prejuízos morais e materiais providos da procrastinação no resolver problemas de tamanha relevância.

Esse vagaroso andar custou ao tesouro cerca de 80.000 contos, liberalizados pela iniciativa de um imperador magnânimo e filósofo sem o menor proveito às regiões assoladas, nem mesmo para diminuir a mortalidade que a derrama de dinheiro pelas cidades litorâneas mais concorre para aumentar.

Não foi à míngua de conselhos dos homens bem avisados que a solução do problema se retardou de tantos anos, mas sim pelos vícios da política indígena, ainda hoje os mesmos na extensão e na frequência, com a diferença de que, àquele tempo, ainda havia a promessa de ideias, embora parcamente realizadas, enquanto que hoje nos vai bastando entreter a

opinião com escaramuças partidárias, confiantes no zelo com que a benefazeja providência uma ou outra vez nos tem socorrido, pondo no errado caminho algum raro espírito de forte vontade e firme querer para o milagre de um progresso realizado à revelia da Nação.

A superintendência foi suprimida por portaria de 16 de setembro de 1907, do ministro Miguel Calmon, que restaurou a Comissão de Açudes e Irrigação.

O presidente Afonso Pena não foi favorável à causa do Nordeste. De sua visita a Quixadá, formara uma convicção contrária à açudagem; mas, por uma tendência de seu programa administrativo, era inclinado ao desenvolvimento da viação férrea.

O sr. Pedro Velho procurou aproveitar-se de seu prestígio nos ministérios para patrocinar alguns interesses da região.

Mas a regra era o descaramento surdo e cego.

O sr. Coelho Lisboa organizou um plano de combate ao flagelo. E como encontrasse resistência ao seu projeto, não se conteve, com aquela bravura insofrida e irreverente, que não encrespasse, na sessão do senado de 22 de dezembro de 1908:

O presidente da República, o conselheiro Afonso Pena, desviou a verba – socorros públicos – que devia levar o pão aos famintos, água aos sedentos dos campos dos sertões do Norte, para a exposição onde fazia a sua exibição diária, naquela *Cidade da Luz*.

Disse eu a alguns dos meus colegas que isto era uma nota negra, desta República desgraçada, que expõe pelas notícias e pelos telegramas do Norte, ao estrangeiro, o estado dos infelizes e nobres sertanejos dos seis estados do Norte, que morrem de fome e sede, enquanto os filhotes que empolgam os poderes na capital da República banqueteariam-se na exposição nacional dos nossos produtos, exposição da qual não constam dos jornais os grandes desenvolvimentos do Brasil, mas somente as notícias das festas presididas por S. Ex^a o sr. Conselheiro Afonso Pena.

Eu vi, Sr. Presidente, saltitante, naqueles belos palacetes, de pavilhão em pavilhão, de viveiro em viveiro, agitando com a mão direita as asas leves do seu *pince-nez* e com a esquerda a empunhar o chapéu de sol criminoso,

com que insultara a República no berço, o bravo Exército brasileiro e a gloriosa armada nacional! Eu o vi, saltitante, de palacete em palacete, a presidir as aberturas dos pavilhões, cada um por sua vez, com a sua vaidade empavonada, cheio de si, sem se lembrar de que paraibanos, pernambucanos, cearenses, rio-grandenses-do-norte, piauienses morrem de fome, por falta deste projeto benfazejo, que fará do Norte um jardim, que dará valor às terras e aos nossos produtos e que apresentará o Brasil, dentro de 10 ou 15 anos, como um país fantástico de grandeza e progresso.

Não era infundada a revolta do combativo repúblico paraibano. Lê-se em uma nota à página 16 da *Revista do Clube de Engenharia*, ano de 1909, nº 19:

A Comissão de Estudos e Obras contra os Efeitos da Seca, criada pelo ministro Lauro Muller nos últimos meses da presidência Rodrigues Alves, e que representava o primeiro passo para a solução do problema no Nordeste, pouco pôde fazer no sentido de organizar um plano geral e sistematizar a execução dos serviços, porque o engenheiro chefe foi chamado ao Rio de Janeiro e encarregado pelo ministro Miguel Calmon de, cumulativamente, presidir a comissão organizadora da Exposição Nacional!... Não era possível organizar festas na Praia Vermelha e projetar ao mesmo tempo melhoramentos na zona das secas, de modo que, ao se apagarem os clarões dos últimos fogos de artifício, viu-se que a comissão, em quase três anos de exercício, apesar da reconhecida competência do ilustre sr. dr. Antônio Olinto, produzira resultados insignificantes e o próprio ministro Calmon a extinguiu.

Para corrigir essa direção anárquica e estéril, o ministro Francisco Sá criou no governo Nilo Peçanha, pelo decreto de 21 de outubro de 1909, a Inspetoria de Obras contra as Secas, cujo vasto programa compreende os seguintes serviços:

Estudo sistematizado das condições meteorológicas, geológicas, topográficas e hidrológicas das zonas semiáridas;

Observações dos fenômenos meteorológicos, com especialidade as pluviométricas e medições diretas dos cursos de água mais importantes;

Conservação e reconstituição das florestas, com ensaios sistematizados das culturas que melhor se prestem às condições especiais à região;

Estrada de rodagem ou de ferro que facilite os transportes e as comunicações entre as zonas flageladas e os centros produtores e os mercados consumidores;

Perfuração de poços tubulares ou artesianos;

Estudo de pequenos açudes particulares, para cuja multiplicação concorre a União, como prêmio, com a metade da importância do custo total da respectiva construção levada a efeito pelo interessado;

Estudo e construção direta, à custa da União, de açudes públicos;

Barragens submersas;

Dragagem dos vales alagadiços, para que possam concorrer para a salubridade e para a cultura;

Outros trabalhos, tais como a piscicultura, os hortos florestais, etc.

Por Decreto nº 9.256, de 1911, foi atribuído a essa parte especial do Ministério da Viação o caráter de repartição permanente.

Era um plano capaz de resguardar o Nordeste dos efeitos das pequenas secas, caso fosse executado com precisão. Mas, antes de tudo, não pôde realizar sua finalidade, por insuficiência das dotações orçamentárias, como se vê de todos os exercícios, até o ano em que foi adotado novo rumo:

Para os trabalhos de

1909	1.000:000\$000
1910	1.000:000\$000
1911	3.331:000\$000
1912	7.000:000\$000
1913	7.000:000\$000
1914	4.300:000\$000
1915	2.200:000\$000
1916	1.904:320\$000
1917	1.734:320\$000

1918	1.734:320\$000
1919	1.804:000\$000

Além dessas verbas, foram votados os créditos extraordinários de 1915, cuja aplicação ficou a cargo da comissão de Obras Novas contra as secas, sob a superintendência do dr. Aarão Reis, e o de 1919.

Qual o produto dessas dotações?

Os serviços geológico e botânico, dirigidos pelo dr. Orville Derby, conquanto incompletos, são relevantes. Da Paraíba foi reconhecida, de relance, uma pequena parte, mas era tamanho o desconhecimento de nossa geologia, que esse trabalho não deixa de ser valioso.

Os mapas topográficos representam também uma excelente contribuição.

Até 1918, as obras realizadas constavam de:

Açudes estudados	1.298
Açudes construídos	55
Poços perfurados	633
Estações pluviométricas	341
Hortos florestais	2
Estradas de rodagem	3

A Paraíba, como já mostrei, não tirou quase nenhum proveito dessa organização.

Até 1919, as obras de açudagem limitavam-se à construção dos pequenos açudes de Soledade, Bodocongó e à reconstrução dos de Mogeiro e Cajazeiras.

Tinham sido inaugurados apenas cinco poços públicos.

A estrada de rodagem única concluída era de Campina a Soledade.

Havia 38 estações pluviométricas e três meteorológicas.

Foi, portanto, o estado onde menos se fez sentir a ação da Inspetoria.

No Ceará, a atividade dessa repartição foi muito mais vasta. Entretanto, incorreu em justos reparos dos cearenses mais empenhados

na solução do problema secular. Disse o sr. Ildefonso Albano, no seu magistral parecer de 11 de agosto de 1919:

A própria Inspetoria de Obras contra as Secas tem vivido em modorra com muita burocracia e muito papel, mas sem vida, sem sangue, sem dinheiro! É um órgão inútil da Nação, é um peso morto no orçamento, mantido assim propositadamente, não para resolver o problema, mas para que nós flagelados não tenhamos pretexto para gritar, para que não tenhamos a impressão de que estamos esquecidos.

O dr. Tomás Pompeu Sobrinho, baseado na experiência pessoal desse serviço, também assegurou que

a inspetoria, como as demais comissões públicas que lhe precederam, nada ou quase nada tem feito de realmente útil e prático nessa luta ingente em que, a bem de nossos foros de povo civilizado, precisamos empenhar-nos com segurança e denodo.

E acrescentou em outra parte de sua lúcida monografia:

Embrenhou-se numa complicada e embaraçosa burocracia, centralizou despropositadamente sua ação, à míngua de dedicações, de sorte que os intuitos dos organizadores desta instituição falharam, pode-se dizer. Urge uma modificação radical na sua organização. (POMPEU SOBRINHO, 1916, p. 13 e 44)

Era flagrante a desproporção entre as despesas com o pessoal da repartição e suas dependências e as relativas aos serviços.

O orçamento de 1915, para não citar outros, consignou 2.200:000\$000 para as obras. Pois bem: conforme a distribuição submetida pelo ministério ao registro do Tribunal de Contas, para o pessoal titulado foi discriminada a verba de 786:945\$000. E – o que é ainda mais estranhável – dessa soma 252:450\$000 eram despendidos com adidos!

Era o mal crônico dos serviços públicos. As sanguessugas do afilhamento, o emperro das medidas, a descontinuidade dos planos, a interven-

ção dos interesses dispersivos – tudo desvirtuava e impedia o programa de melhoria das condições do Nordeste.

Quando reapareceu o flagelo em 1915, a região estava no mesmo desamparo. Se no Ceará os açudes Acaraú-mirim, situado no município de Santana de Acaraú, e o Quixadá, que já continha 50.558.550 metros cúbicos d'água, prestaram benefícios às populações circunvizinhas e a muitos retirantes, na Paraíba não havia nenhuma obra de socorro.

Por esse sistema de conta-gotas nunca se resolveria o grave problema. Os limitados recursos orçamentários seriam, indefinidamente, consumidos pela plethora burocrática, sem vantagens positivas.

A longa experiência dessa inutilidade impunha outro método mais prático e racional.

A população da zona infeliz inquietava-se, novamente, descrente da ação dos poderes públicos e ao pressentimento de outras crises mortais.

A opinião nacional desinteressava-se, pouco a pouco, dessa sorte infausta. A seca só impressionava com o clamor da fome e as agonias da peste. Os nossos dirigentes não compreendiam que seria mais humano evitar, de vez, esse quadro sinistro, do que acorrer no momento aflitivo. Não atinavam que seria mais consentâneo aos interesses da nação um grande sacrifício compensador do que as insuficientes verbas anuais aplicadas, ininterruptamente, sem proveito real.

A pertinácia dos nortistas não se conformou com esse erro duplamente prejudicial, porque os dinheiros da União eram despendidos em pura perda e os estados sujeitos às adversidades do clima continuavam sem uma solução.

O deputado Ildefonso Albano renovou a sensibilidade pública e despertou os espíritos mais alheados com o seu discurso pronunciado na sessão de 15 de outubro de 1918.

Correu um frêmito de piedade e de surpresa nos círculos de inteligência do país que nutriam a ilusão de uma assistência efetiva à causa do Nordeste.

O próprio presidente Venceslau Brás chegou, na sua mensagem de 1918, a enumerar, entre os serviços de seu governo:

A debelação, ou pelo menos, minoração dos efeitos da seca do Norte pelo

emprego de providências que, se não evitam a reprodução do flagelo, ao menos impedem que ele apareça com a mesma intensidade e efeitos de até bem pouco tempo.

Entretanto, em 1919 o Congresso teve de votar, como já referi, o segundo crédito extraordinário, para socorro dos flagelados.

Secundando a campanha reencetada no ano anterior pelo sr. Ildefonso Albano, o deputado Otacílio de Albuquerque repeliu, em seu discurso de 1918, a falsa impressão de que o Nordeste estava salvo.

Pôs ele a questão nos seus justos termos:

Em 1915, quando procurei justificar a construção de uma estrada de rodagem até a cidade de Areia, para onde haviam ocorrido os sertanejos acoçados pela miséria, tive oportunidade de dizer desta tribuna que sob dois aspectos diferentes deveríamos encarar esta questão, demandando por isto soluções diferentes.

No primeiro caso, trata-se da seca em plena atividade, despovoando e destruindo. No segundo, temos a seca em perspectiva, sempre prestes a irromper em um período maior ou menor, mas inevitável e fatal.

Ciente de que na Paraíba não havia uma só obra preventiva, pôde ainda asseverar:

O sertão, porém, continua como dantes, sem vias de comunicação, sem estradas de ferro, sem o reflorestamento do seu solo, sem reservatórios d'água – no mesmo atraso e no mesmo abandono.

E teve a meritória iniciativa de requerer que fosse

nomeada uma comissão especial de cinco membros, composta de representantes dos estados mais diretamente interessados na solução do problema das secas do Nordeste, a fim de proceder, no menor prazo possível, à organização de um projeto de lei que metodize o que a respeito tem sido sugerido, com feição inteiramente prática e viável.

Essa comissão ficou constituída da seguinte forma: deputados Otacílio de Albuquerque (Paraíba), Ildefonso Albano (Ceará), José Augusto (Rio Grande do Norte), Pires Rebelo (Piauí) e Correia de Brito (Pernambuco).

Organizavam esses representantes dos estados assolados um plano de ação no Congresso, quando o sr. Epitácio Pessoa foi eleito presidente da República.

Foi essa a afirmação de outros destinos para o Norte. Os esforços conjugados da região, ainda que ligados por uma consciente identidade de interesses, não vingariam remover os obstáculos criados, secularmente, pelo desconhecimento de nossas condições e pela falta de descortino de um dos mais importantes problemas nacionais.

Só o homem que sabia a história de nosso martírio e de nosso abandono e possuía, além de tudo, a experiência de nossas possibilidades teria a coragem desse cometimento patriótico.

Ele mantinha a crença, consolidada na madureza da observação, de que os maiores gastos da empresa seriam reprodutivos.

O dr. Raimundo Pereira da Silva, uma visão de proclamado merecimento, que observara, *in loco*, as virtudes da zona caluniada, chegara às seguintes conclusões, em 1907, perante o Clube de Engenharia:

1ª) A população dos estados do Norte, desde a Bahia até o Amazonas, estaria hoje elevada a cerca de 13.000.000 de habitantes se a sua fecundidade notável não fosse em grande parte neutralizada pelo efeito das secas do Nordeste e da malária e outras causas, no noroeste.

2ª) Os resultados econômicos apresentados por essa população, nestes últimos seis anos, a despeito de todos os revezes que tem sofrido e de todos os obstáculos que ainda entorpecem a sua atividade, elevando o seu coeficiente de produção a ponto de quase o igualar com o de populações mais bem aparelhadas e gozando de muitas outras vantagens, permitem fazer-se uma ideia do que poderá representar essa raça na economia e na riqueza da nossa pátria, quando lhe for possível crescer na proporção de sua fecundidade e trabalhar na medida da sua ambição.

E, em outro passo:

Se lutando com todas as dificuldades: as secas, a malária, o beribéri, a falta quase absoluta de transportes em relação à imensa superfície onde trabalha, o sertanejo do Norte apresenta um coeficiente de exportação per capita quase igual ao do habitante do Sul, onde essas dificuldades não existem, que resultado se deve esperar dele quando forem removidos uns e atenuados outros desses obstáculos? Ainda há mais: comparem-se os coeficientes relativos à importação e ver-se-á que a sua produção é mais econômica, no sentido preciso deste termo, visto que as compras no Sul foram de 29\$670 em 1904, 26\$250 em 1905 e 32\$880 em 1906, enquanto que no Norte foram apenas de 18\$320, 16\$320 e 16\$520 nos correspondentes.¹⁹⁸

O sr. Epitácio Pessoa, estadista de ideias precisas, escorava-se na certeza de que povos civilizados têm modificado a natureza com surpreendente proveito; não ignorava que o solo do Nordeste é prodigiosamente fecundo; estava seguro de que a fortuna da zona dependia da distribuição d'água abundante; comovia-o o sentimento de estabilidade da família sertaneja; calculava o valor da vida humana...

Não poderia, portanto, permitir que persistisse o maior dos tropeços à prosperidade da nação.

Não se achava tolhido para essa tarefa pelas dúvidas e temores que entibiam os governichos estéreis.

Animado por esse pensamento, deliberou saldar o que Euclides da Cunha chamou uma dívida de quatrocentos anos, antes que se comemorasse o centenário de nossa emancipação política.

E na brilhante mensagem, lida a 19 de setembro de 1919, nas duas Casas do Congresso, marcou a diretriz da redenção.

É um documento que se engasta na história do combate às secas, como centro luminoso de todo esse longo dispêndio de inteligência e de trabalho e ponto de partida de outros valores:

Senhores membros do Congresso Nacional,

198 *Revista do Clube de Engenharia*, nº cit., pp. 13 a 16.

As secas que, intermitentemente, assolam alguns estados do Nordeste também têm sido causa de incalculáveis prejuízos de ordem material e moral, que não atingem somente as populações martirizadas, mas também a economia geral da nação. A solução do problema das secas constitui uma necessidade inadiável, reclamada por múltiplos interesses, cada qual mais valioso no desenvolvimento da nossa riqueza.

País de população escassa e disseminada, sucede, entretanto, que precisamente naquela região o número de habitantes por quilômetro quadrado figura entre os de maior densidade, apesar dos claros abertos pelo flagelo climatérico. Atenuar de presente e evitar de futuro tantos sacrifícios de vidas e de valores de toda espécie, destruídos nessas hecatombes repetidas, é poupar à nação a perda de forças econômicas de maior capacidade produtora. Mas a extinção das secas não é somente um problema econômico; é também um dever de humanidade.

Nosso coração, que tão solícito se volta sempre para as calamidades alheias, não tem sentido todo o horror desta que nos toca tão de perto. A cultura do Brasil e os seus sentimentos humanitários não podem consentir que por mais tempo a gente sertaneja continue a responsabilizar os poderes públicos pela permanência de um mal, para cuja extinção, mesmo em proveito de povos conquistados, estadistas de outros países não encontram nem embaraços políticos, nem dificuldades financeiras.

O problema, aliás, estudado nos últimos tempos com grande proficiência em trabalhos particulares e projetos legislativos, é de difícil, mas não de impossível solução.

A monarquia socorreu por diversas vezes as populações sofredoras, mas faltou à ação do governo imperial um plano baseado em estudos diretos sobre a região atingida pela calamidade. O governo da República, em 1909, instalou a inspetoria de Obras contra as secas e deu aos serviços a necessária sistematização, alargando o plano traçado alguns anos antes.

O Decreto nº 13.690, deste ano, consulta de modo à orientação dos trabalhos: estudos das condições meteorológicas, geológicas, hidrométricas e topográficas da região onde se manifestam as secas; cultura de essências florestais e plantas forrageiras em terras de açudes públicos; estradas de rodagem; perfuração de poços; estradas e construção de açudes; barragens submersíveis; piscicultura; levantamento cartográfico das regiões assola-

das pelas secas; conservação e exploração das obras que ficarem a cargo do governo federal, fiscalização de obras; celebração de contratos e acordos.

Nas suas linhas gerais, afigura-se-me conveniente não alterar esse plano, fundado na lição dos fatos e na necessidade de certas medidas preliminares, que a ciência aconselha como indispensáveis à feliz execução de tais serviços.

Dada, entretanto, a condição especial do Nordeste, parece que a atenção dos poderes públicos se deve voltar de preferência para a construção, ali, de grandes reservatórios destinados à irrigação das terras e das obras complementares que forem necessárias para levar a efeito esse empreendimento e tirar dele o maior proveito possível.

Os estudiosos, profissionais ou não, que têm versado o assunto, entre nós, são acordes em afirmar, em face da própria experiência e da de povos que desde séculos habitam regiões semelhantes, que a resolução do problema depende sobretudo da construção das grandes barragens.

Estas, pode-se dizer, que não foram ainda construídas no Brasil, pois não deve como tal ser considerada a do Quixadá, com a sua inconveniente situação hidrográfica. Os açudes médios e pequenos são de fraco auxílio, embora concorram para a estabilidade das fortunas individuais e sejam úteis nas crises de pouca duração. Em determinados municípios do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, os de capacidade média alimentam centenas e até milhares de pessoas, mas tornam-se ineficazes desde que o flagelo se generaliza.

Não acontece o mesmo com os lagos artificiais volumosos. Além de menor custo relativo, eles mudam a face hidrográfica do solo, irrigando vales improdutivos e tornando permanentes rios e riachos de longa extensão, em regra marginados por terrenos apropriados a todas as culturas tropicais.

O Ceará possui o vale de Jaguaribe, em grande parte formado de terras de aluvião. Dessas terras mais de 200.000 hectares, que, irrigados, valeriam cerca de 200.000 contos, conservam-se quase incultos à mercê de estações irregulares, enquanto nos sertões do Cariri, em planícies de menor fertilidade, a população auffer dos riachos perenes a farta colheita anual.

Na Índia inglesa, no Egito, na Argélia, no Texas, em terras mais ou menos iguais às nossas, a irrigação tem determinado um aumento de produção, que varia de 50 a 80%, conforme a natureza do solo e das culturas.

Convém recordar que a estação invernos, na zona interior dos estados flagelados, começa, normalmente, em janeiro ou fevereiro e termina em junho.

De então por diante, não é mais possível semear e colher, exceto no leito seco dos rios, nos terrenos descobertos dos açudes ou nas terras banhadas pelas correntes perenes.

O resto do solo, inclusive as ubertosas campinas aluviais, fica estéril até o novo inverno. Se este não se manifesta no tempo próprio, começam, então, as devastações da seca.

Adotada, entretanto, a irrigação permanente, o lavrador plantará e colherá durante o ano inteiro, variando as culturas, algumas das quais se poderão renovar duas ou três vezes, com resultados seguros.

É a fortuna do indivíduo, dos estados, da União, enormemente acrescida dentro de pouco tempo.

Verificar-se-á, entre nós, o que, de sobejo, se tem observado em outros países: a população, tranquila quanto ao futuro, se expandirá consideravelmente, e surgirão por toda a parte cidades e povoados. Ficará simplificada a questão do transporte, da instrução e do saneamento, o que prova mais uma vez o caráter geral do problema, cuja solução definitiva não é lícito retardar, mormente agora que se acham bem conhecidos e estudados os meios de o resolver.

É oportuno lembrar também que nos Estados Unidos, onde o problema não tinha o aspecto doloroso que tomou entre nós, porque lá se tratava apenas de tornar produtivo o deserto, ao passo que no Brasil se deve pensar antes de tudo na salvação de milhares de vidas humanas, o presidente Roosevelt, em eloquente documento político, acentuou de modo bem claro o caráter nacional dos serviços de irrigação. Não esqueçamos que, segundo números conhecidos, de 1877 até hoje o Nordeste viu desaparecer vitimados pela fome e suas consequências mais de um milhão de habitantes. É um algarismo que nenhum brasileiro pode ler sem a mais profunda emoção e que representa para todo o Brasil, país quase despovoado, uma perda colossal de forças econômicas.

A irrigação removerá estes males, que, pela sua gravidade e constância, têm retardado o curso normal da vida naqueles estados.

Lorde Cremer não hesitou em afirmar, no relatório dirigido ao governo inglês, em 1891, que a despesa de um milhão e oitocentas mil libras com

a irrigação e drenagem do Egito contribuía, provavelmente, mais do que qualquer outra causa, para sua prosperidade e acrescenta que esta despesa assegurou a solvência do tesouro egípcio, e sem ela nenhum esforço teria sido possível no sentido do progresso material e moral do país.

Nos Estados Unidos, sobre uma superfície de 1.000.000.000 de acres, cerca de 900 milhões compõem-se de terras inteiramente áridas ou onde as chuvas são insuficientes e incertas e as secas frequentes. Em 1902, o governo, compreendendo o alcance econômico da irrigação dessas terras, resolveu auxiliar em larga escala o trabalho moroso e grosseiro dos colonos.

As obras foram atacadas ao mesmo tempo em numerosos pontos.

Os resultados têm sido verdadeiramente admiráveis; imensos os benefícios políticos, industriais e financeiros assegurados à Nação.

Regiões outrora absolutamente desertas e estéreis hoje contam numerosos e avultados núcleos de população e tornaram-se celeiros abundantes dos mais variados produtos. As taxas pagas pelas terras beneficiadas têm indenizado de sobra o governo da União. As novas florestas e os campos cultivados têm aumentado a quantidade d'água, evaporando-a pela vegetação; a chuva cai hoje em regiões onde era de todo desconhecida. No curto espaço de quinze anos, dizia Warton James em 1917, milhões de dólares foram despendidos, mas centenas de milhares de acres de terras conquistaram-se ao deserto, milhões de toneladas de forragem, grãos, frutos, legumes, ovos, leite, manteiga, queijos etc. Colheram-se nas terras irrigadas, milhares de casas confortáveis fundaram-se aí, e aí vivem hoje milhares de homens, mulheres e crianças, cercados de higiene, de educação, de abundância e de felicidade.

É um erro acreditar-se que no Nordeste do Brasil a frequência das secas constitui o fato mais constante de sua face geográfica e meteorológica, crença em parte justificada pela violência impressionante do flagelo. Ao contrário disto, verifica-se das crônicas e das observações cuidadosas realizadas em um espaço de tempo já bastante longo para lhes dar autenticidade e valor que as chuvas precipitadas naqueles estados representam à proporção de 15 anos normais para um, em que elas faltam de todo ou são mal distribuídas.

Assim, o receio de não haver água bastante para tornar úteis os grandes reservatórios funda-se na falta do exato conhecimento desses dados, os

quais, somente em referência ao Ceará – e é este dos estados atingidos o menos favorecido pela queda das chuvas – acusam uma precipitação superior a oitenta bilhões de metros cúbicos. Destes, poderiam ser aproveitados cerca de 16 bilhões para uma irrigação correspondente, mais ou menos, a um milhão de hectares.

Estes dados são confinados pelos estudos feitos na bacia do Jaguaribe, onde se verificou um excedente superior a um bilhão de metros cúbicos na captação destinada aos sete reservatórios ali já projetados ou estudados, com a capacidade acumuladora de quatro bilhões e meio, mais que suficiente para uma irrigação estimada em 200 mil hectares.

Para solver o problema das secas e normalizar e desenvolver eficientemente a vida econômica dos estados onde a calamidade se faz sentir de modo mais intenso, precisa o governo que o Congresso o habilite com os recursos necessários.

Não há como dissimular o vulto dos gastos que têm de ser feitos. Mas cumpre assinalar desde logo que os recursos pedidos podem ser votados de forma a pôr o tesouro a coberto de despesas improdutivas, como muitas das que se fazem atualmente, e a permitir-lhe recuperar a maior parte, senão o total das quantias dispensadas.

Não depende, entretanto, somente das votações dos meios financeiros e do modo de os reaver o êxito do que se deva e é preciso realizar, torna-se mister ainda deixar ao governo uma certa latitude no emprego das quantias necessárias à construção das obras, tendo-se em vista que, quanto mais depressa forem estas concluídas tanto mais cedo as populações beneficiadas as resgatarão.

É com este intuito que, entre as medidas que me permito lembrar no Congresso Nacional, incluo a criação de uma caixa, destinada a fazer face aos juros e amortização das operações de crédito que se realizarem, bem como ao custeio e conservação das obras, na qual se depositarão todos os recursos legislativos e, de futuro, os rendimentos provenientes de sua aplicação.

Considero a instituição deste aparelho indispensável à eficiência da ação do governo. O exemplo aliás do que se tem obtido em outros países, por meio de criações semelhantes, e para fins idênticos, justifica a sua adoção entre nós.

De acordo com a exposição que acabo de fazer, penso que uma lei moldada nas ideias a seguir satisfará os intuitos do governo e a expectativa da Nação:

1ª) autorização ao governo para fazer operações de crédito, internas ou externas, não excedentes de 40 mil contos por ano até o máximo de 200 mil contos, destinados à construção e custeio de grandes reservatórios e canais de irrigação no Nordeste do país, de obras complementares e bem assim das obras e serviços constantes do Decreto nº 13.685, de 9 de julho de 1919;

2ª) criação de uma caixa que, além do produto dessas operações, compreenda os seguintes recursos, aplicados ao serviço de juros e amortizações dos empréstimos, e também às despesas de construção e custeio das obras:

- a. 2% da receita geral da República, pelo prazo necessário à construção das obras;
- b. 2 até 5%, pelo mesmo prazo e conforme a importância das obras, da receita ordinária dos estados, dependendo esta contribuição, de acordo com o governo federal e podendo ser feita de uma só vez em terras devolutas;
- c. produto da venda das terras cedidas pelos estados e das que forem desapropriadas;
- d. rendas provenientes das obras de irrigação;
- e. contribuição ou donativos de qualquer outra procedência;

3ª) desapropriação das terras necessárias à construção das obras das terras inundadas e, bem assim, das florestas indispensáveis à proteção dos mananciais;

4ª) construção das obras administrativamente ou por contratos com profissionais ou companhias que já tenham executado trabalhos dessa natureza;

5ª) exploração e administração das obras pelo governo federal até o pagamento total das quantias despendidas;

6ª) estabelecimento de taxas de irrigação e de conservação das obras, assim como de preços de arrendamento das terras desapropriadas;

7ª) as terras irrigadas serão também sujeitas à desapropriação, se os seus proprietários deixarem de cultivá-las, de acordo com os regulamentos expedidos pelo governo, ou de pagar as taxas durante dois anos, fazendo-

-se, em tais casos, a desapropriação por uma avaliação correspondente ao estado anterior das terras, excluídas as benfeitorias;

8º) preferência na venda e no arrendamento das terras desapropriadas em favor de famílias de agricultores residentes nos respectivos estados;

9º) autorização ao governo para regulamentar o funcionamento da caixa, a arrecadação das taxas e a administração e exploração das obras.

Nas medidas indicadas figura, como acabamos de ver, uma contribuição por parte dos estados. Essa contribuição será obtida por acordo entre estes e o governo federal, e nos limites das possibilidades financeiras de cada um.

A própria incerteza da receita dos estados, dependentes de condições peculiares ao meio, indicará a força do auxílio com que devem concorrer.

Antes de normalizada de modo definitivo a situação econômica das unidades beneficiadas, a quota a exigir será proporcional aos resultados gradativamente verificados. Interessar, porém, os estados desde já na solução do problema é providência salutar e corresponde a um dever decorrente das vantagens que passarão a auferir com o considerável aumento de produção das terras irrigadas.

Essa exposição incisiva e segura rumava uma face nova da vida do Nordeste.

O homem de ideal e de ação queria enfrentar as responsabilidades de uma obra monumental, capaz de modificar a fisionomia deste significativo pedaço do Brasil.

E o Congresso Nacional, fiado nessa clarividência e nessa decisão, solidarizou-se com a iniciativa do grandioso empreendimento.

O deputado Otacílio de Albuquerque, relator do projeto da Comissão de Estudos do Problema das Secas, acentuou a confiança na orientação governamental:

Felizmente, a presidência da República está nas mãos de um brasileiro de visão ampla, de um estadista de largo descortino, cheio de fé nos destinos do nosso país, cujos interesses prometeu servir com sinceridade e firmeza. Filho da região varrida, repetidas vezes, em intervalos variáveis, pelo sopro da implacável desdita, o dr. Epitácio Pessoa está aparelhado com o

conhecimento direto e exato que da intensidade do fenômeno e da extensão das necessidades do nosso malsinado sertão, para agir resolutamente, estabilizando no solo, onde nasceu, uma população de mártires, em luta continuada com a natureza inclemente, mas, ainda assim, sempre nobre nos atos do seu patriotismo e ativa na consciência de sua força, como parte integrante da comunhão brasileira.

O sr. Ildefonso Albano traduziu essa unânime expectativa em algumas passagens de seu referido parecer de 11 de agosto:

Hoje, com a eleição do ilustre dr. Epitácio Pessoa para presidente da República a situação mudou completamente. Filho do Nordeste, representando com grande brilho a Paraíba, S. Ex^a se tem dedicado com inteligência e capacidade ao estudo dos problemas dessa região e os tem sabido defender serena e corajosamente.

Apreciou ainda a dedicação do insigne paraibano aos interesses do Norte e concluiu:

Por essas atitudes francas, pela sua ação desenvolvida sem desfalecimentos, pela sua retidão e alto prestígio se tornou o senador Epitácio Pessoa figura máxima dentre os políticos do Norte.

Sua ascensão à curul presidencial era aspiração antiga do Nordeste, cujas populações nele veem um segundo Moisés, enviado por Deus para bater na rocha e dela tirar água para afogar o mal secular que as oprime e fazer do Nordeste brasileiro ‘uma terra boa, uma terra fértil e abundante, de onde corram para todos os lados leite e mel’.

O deputado cearense divergiu do projeto adotado pela maioria da comissão, em seu voto separado, de 29 de setembro, apenas quanto à forma de aproveitamento das terras irrigáveis.

O parecer da Comissão de Finanças da Câmara, de que foi relator o sr. Sampaio Correia, constituiu, em sua esclarecida e fundamentada contextura, um poderoso estímulo ao plano do governo.

Em face de dados positivos, inferiu:

Força é reconhecer, portanto, que as relações percentuais acima indicadas muito devem impressionar àqueles que se quiserem preocupar com o estudo da influência econômica do Nordeste na comunhão brasileira, até porque elas põem a nu a notável contribuição da zona flagelada no consumo de produtos oriundos dos demais estados da República. De tudo o que acaba de ser exposto, pode-se concluir que o Nordeste é capaz de certa produção, quer se considere a densidade da população que o habite, quer se atenda à natureza de seu solo bastante fértil, ao menos em relação a alguns produtos, de que carecemos, nós e os estrangeiros, e que não podemos dispensar à nossa própria economia interna.

Que é uma zona de virtualidades econômicas incontestáveis prova-o o que dela já se retira hoje, mas o seu desenvolvimento acha-se à mercê da fatalidade de um fenômeno natural, cujas causas não podemos suprimir, mas cujos efeitos perniciosos podemos atenuar ou reduzir.

Cumprе, portanto, pôr mãos à obra, corajosamente, pois que a tanto permite a nossa situação financeira, passível sem dúvida, de melhorar em curto prazo, desde que os poderes públicos queiram abordar o problema das fianças do país como ele merece ser abordado.

A questão da seca do Nordeste não é, pois, uma simples questão de caridade pública; o problema não impressiona somente pelo aspecto humanitário que apresente, mas também pela importância econômica de que se reveste.

E, após o exame do clima e de outras condições naturais do Nordeste, emitiu as seguintes conclusões:

1º) que o clima da região, no tocante a precipitações pluviais, não é de ordem a condená-la ao abandono, já porque são raras, raríssimas mesmo, as secas prolongadas, já porque é bastante elevada a altura de chuvas caídas nos anos bons;

2º) que a natureza do solo também favorece, de um modo geral, a sua exploração agrícola, sobretudo com referência a determinados produtos de que carecemos, seja para a nossa própria vida industrial, seja para atender as solicitações dos mercados estrangeiros;

3º) que o desenvolvimento econômico do Nordeste é, em consequência,

passível de se realizar, desde que sejam evitadas as perturbações causadas pelas longas estiagens normais nos anos de fortes precipitações pluviais e, muitas vezes, pelas secas de curta duração, de dois anos no máximo, mais frequentes do que as de longa duração.

4^a) que as grandes secas, excedentes de dois anos, podem ser também combatidas, nos seus mais graves efeitos, se não por todas, ao menos por grande número das obras que houverem de ser construídas para atender aos casos mais frequentes de manifestação do fenômeno meteorológico;

5^a) que, assim sendo, cabe ao administrador público o dever de acudir à região, utilizando, para isso, os recursos que a técnica põe à sua disposição, mas proporcionando as obras e serviços a executar, segundo as condições de número e de cultura da população existente na zona.

Acresce que os menores prejuízos das secas eram os milhares de contos despendidos em socorros públicos: danos maiores representavam as perdas da vida humana de valor inestimável e da riqueza particular. E, assim, desfalcava-se a economia nacional do principal fator da produção e de vultosos recursos.

Resolver esse problema seria tirar do orçamento federal um peso que se perpetuava infrutuosamente e assentar em bases certas a prosperidade da região. Os ônus da operação de crédito ficariam à conta dessa renovação.

As despesas com os serviços reclamados pelo nosso desenvolvimento – sustentava o sr. Sampaio Correia – não podem pesar sobre uma só geração.

E era pouco o que se exigia para uma obra de tanta relevância. Poder-se-ia ter repetido a exortação de André Rebouças, sem eco, desde 1877:

Para castigar ao Lopes¹⁹⁹ (é frase oficial) gastamos 600 mil contos de réis e mandamos morrer de peste e de bala cem mil brasileiros.

Nós pedimos muito menos para salvar quatro províncias deste Império.

199 N.E.: Francisco Solano López (1827-1870), presidente paraguaio durante a Guerra do Paraguai.

Não mandaremos matar pessoa alguma. Esperamos em Deus poder salvar um milhão de nossos irmãos!²⁰⁰

Quanto mais se viesse ele a saber o que sacrificamos nas “loucuras e crimes” de Canudos!

A Lei nº 3.965, de 25 de dezembro de 1919, ia ter, por conseguinte, uma execução firme e desassombrada.

O sr. Epitácio Pessoa confiara o Ministério das Obras Públicas ao engenheiro José Pires do Rio que, de parceria com bem orientados talentos, adquirira a experiência pessoal dos sertões do Nordeste. Manteve como inspetor das obras o sr. Arrojado Lisboa que nessa nova orientação dos serviços ia encontrar campo propício à sua extraordinária capacidade de trabalho e insuperável competência técnica. E cometeu, enfim, os melhoramentos da Paraíba a um profissional de reconhecido valor – o sr. André Veríssimo Rebouças.

Euclides da Cunha aconselhou “a resistência permanente, constante, inabalável, tenaz – uma espécie de *guerra de cem anos* contra o clima – sem mesmo a trégua dos largos períodos benignos”.

Ver-se-á como essa *guerra de cem anos* foi quase vencida em um triênio.

200 *A seca nas províncias do Norte*, p. 27.

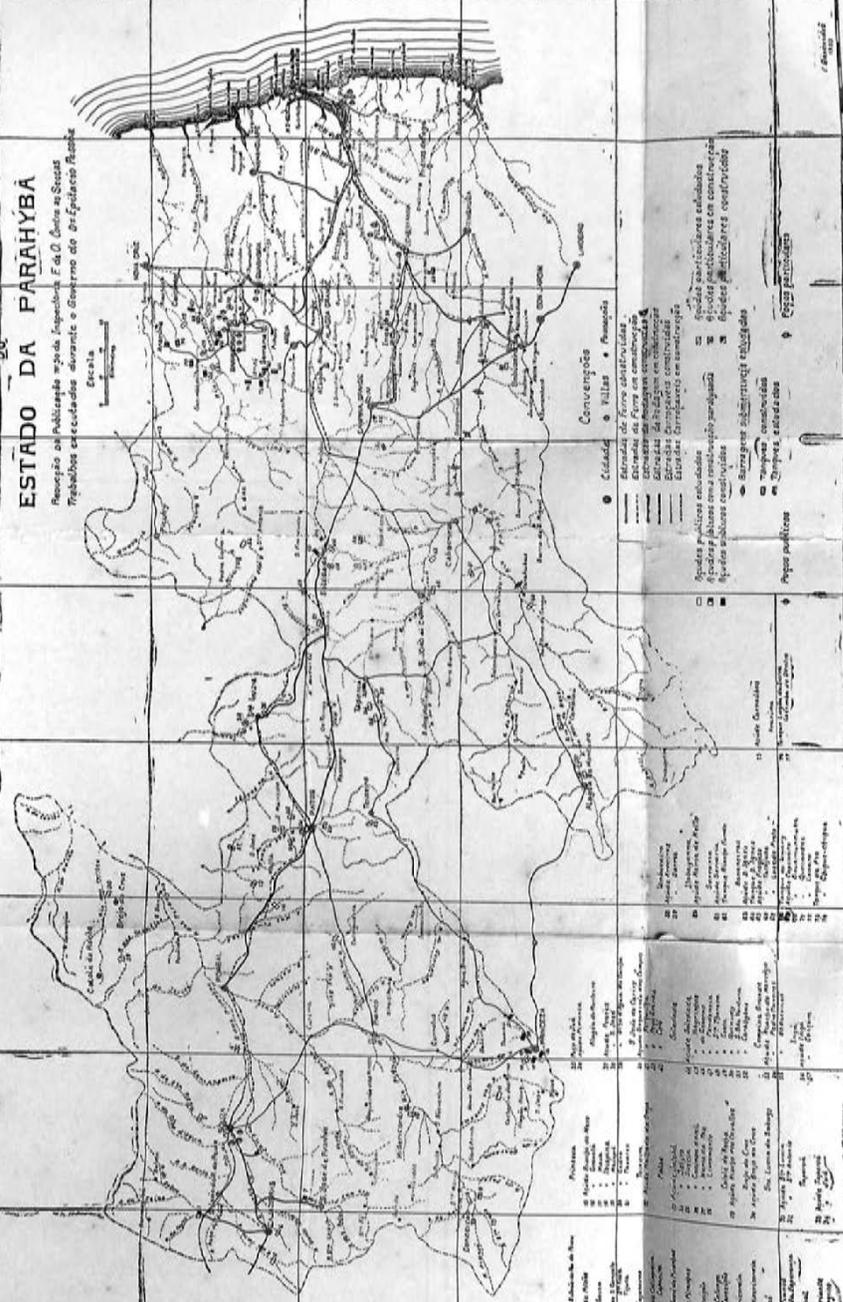
MAPPA

30

ESTADO DA PARAHYBÁ

Reproducção da Publicação nº 2 da Imprensa da F. G. O. Caixa de Sotol
Trabalhos executados durante o Governo do Sr. Epitácio Pessoa

Escala



- Estados da Paraíba**
- 1. Paraíba
- 2. Paraíba
- 3. Paraíba
- 4. Paraíba
- 5. Paraíba
- 6. Paraíba
- 7. Paraíba
- 8. Paraíba
- 9. Paraíba
- 10. Paraíba
- 11. Paraíba
- 12. Paraíba
- 13. Paraíba
- 14. Paraíba
- 15. Paraíba
- 16. Paraíba
- 17. Paraíba
- 18. Paraíba
- 19. Paraíba
- 20. Paraíba
- 21. Paraíba
- 22. Paraíba
- 23. Paraíba
- 24. Paraíba
- 25. Paraíba
- 26. Paraíba
- 27. Paraíba
- 28. Paraíba
- 29. Paraíba
- 30. Paraíba
- 31. Paraíba
- 32. Paraíba
- 33. Paraíba
- 34. Paraíba
- 35. Paraíba
- 36. Paraíba
- 37. Paraíba
- 38. Paraíba
- 39. Paraíba
- 40. Paraíba
- 41. Paraíba
- 42. Paraíba
- 43. Paraíba
- 44. Paraíba
- 45. Paraíba
- 46. Paraíba
- 47. Paraíba
- 48. Paraíba
- 49. Paraíba
- 50. Paraíba

- Provincias**
- 1. Paraíba
- 2. Paraíba
- 3. Paraíba
- 4. Paraíba
- 5. Paraíba
- 6. Paraíba
- 7. Paraíba
- 8. Paraíba
- 9. Paraíba
- 10. Paraíba
- 11. Paraíba
- 12. Paraíba
- 13. Paraíba
- 14. Paraíba
- 15. Paraíba
- 16. Paraíba
- 17. Paraíba
- 18. Paraíba
- 19. Paraíba
- 20. Paraíba
- 21. Paraíba
- 22. Paraíba
- 23. Paraíba
- 24. Paraíba
- 25. Paraíba
- 26. Paraíba
- 27. Paraíba
- 28. Paraíba
- 29. Paraíba
- 30. Paraíba
- 31. Paraíba
- 32. Paraíba
- 33. Paraíba
- 34. Paraíba
- 35. Paraíba
- 36. Paraíba
- 37. Paraíba
- 38. Paraíba
- 39. Paraíba
- 40. Paraíba
- 41. Paraíba
- 42. Paraíba
- 43. Paraíba
- 44. Paraíba
- 45. Paraíba
- 46. Paraíba
- 47. Paraíba
- 48. Paraíba
- 49. Paraíba
- 50. Paraíba

- Municípios**
- 1. Paraíba
- 2. Paraíba
- 3. Paraíba
- 4. Paraíba
- 5. Paraíba
- 6. Paraíba
- 7. Paraíba
- 8. Paraíba
- 9. Paraíba
- 10. Paraíba
- 11. Paraíba
- 12. Paraíba
- 13. Paraíba
- 14. Paraíba
- 15. Paraíba
- 16. Paraíba
- 17. Paraíba
- 18. Paraíba
- 19. Paraíba
- 20. Paraíba
- 21. Paraíba
- 22. Paraíba
- 23. Paraíba
- 24. Paraíba
- 25. Paraíba
- 26. Paraíba
- 27. Paraíba
- 28. Paraíba
- 29. Paraíba
- 30. Paraíba
- 31. Paraíba
- 32. Paraíba
- 33. Paraíba
- 34. Paraíba
- 35. Paraíba
- 36. Paraíba
- 37. Paraíba
- 38. Paraíba
- 39. Paraíba
- 40. Paraíba
- 41. Paraíba
- 42. Paraíba
- 43. Paraíba
- 44. Paraíba
- 45. Paraíba
- 46. Paraíba
- 47. Paraíba
- 48. Paraíba
- 49. Paraíba
- 50. Paraíba

- Condições**
- 1. Paraíba
- 2. Paraíba
- 3. Paraíba
- 4. Paraíba
- 5. Paraíba
- 6. Paraíba
- 7. Paraíba
- 8. Paraíba
- 9. Paraíba
- 10. Paraíba
- 11. Paraíba
- 12. Paraíba
- 13. Paraíba
- 14. Paraíba
- 15. Paraíba
- 16. Paraíba
- 17. Paraíba
- 18. Paraíba
- 19. Paraíba
- 20. Paraíba
- 21. Paraíba
- 22. Paraíba
- 23. Paraíba
- 24. Paraíba
- 25. Paraíba
- 26. Paraíba
- 27. Paraíba
- 28. Paraíba
- 29. Paraíba
- 30. Paraíba
- 31. Paraíba
- 32. Paraíba
- 33. Paraíba
- 34. Paraíba
- 35. Paraíba
- 36. Paraíba
- 37. Paraíba
- 38. Paraíba
- 39. Paraíba
- 40. Paraíba
- 41. Paraíba
- 42. Paraíba
- 43. Paraíba
- 44. Paraíba
- 45. Paraíba
- 46. Paraíba
- 47. Paraíba
- 48. Paraíba
- 49. Paraíba
- 50. Paraíba

- Condições**
- 1. Paraíba
- 2. Paraíba
- 3. Paraíba
- 4. Paraíba
- 5. Paraíba
- 6. Paraíba
- 7. Paraíba
- 8. Paraíba
- 9. Paraíba
- 10. Paraíba
- 11. Paraíba
- 12. Paraíba
- 13. Paraíba
- 14. Paraíba
- 15. Paraíba
- 16. Paraíba
- 17. Paraíba
- 18. Paraíba
- 19. Paraíba
- 20. Paraíba
- 21. Paraíba
- 22. Paraíba
- 23. Paraíba
- 24. Paraíba
- 25. Paraíba
- 26. Paraíba
- 27. Paraíba
- 28. Paraíba
- 29. Paraíba
- 30. Paraíba
- 31. Paraíba
- 32. Paraíba
- 33. Paraíba
- 34. Paraíba
- 35. Paraíba
- 36. Paraíba
- 37. Paraíba
- 38. Paraíba
- 39. Paraíba
- 40. Paraíba
- 41. Paraíba
- 42. Paraíba
- 43. Paraíba
- 44. Paraíba
- 45. Paraíba
- 46. Paraíba
- 47. Paraíba
- 48. Paraíba
- 49. Paraíba
- 50. Paraíba

Imprensa da F. G. O.

O PROBLEMA DAS DISTÂNCIAS

Os modernos economistas salientam a função dos meios de transporte e, notadamente, do caminho de ferro no desenvolvimento dos países novos.

Cumprir levar, deserto afora, “a civilização no limpa-trilhos”.

Esse instrumento, que atendia às solicitações do progresso, é destinado, hoje em dia, a expandir a cultura e a riqueza pelos mais remotos ermos.

P. Leroy-Beaulieu observou essa direção nos Estados Unidos que, desde 1860, têm uma rede ferroviária superior à de toda a Europa:

Si considérable que soit partout le rôle des chemins de fer, si profonde qu’ait été la révolution économique amenée par leur introduction, leur importance est plus grande encore dans les pays neufs que nulle part ailleurs. Dans les vieilles contrées à population dense de l’Europe occidentale et centrale ils ont commencé, à leurs débuts, par recueillir le trafic, déjà actif, auquel donnait lieu une production déjà intense; certes, par les facilités qu’ils offraient aux échanges, ils ont colossalement multiplié ce trafic et cette production. Dans les pays neufs, en grande partie encore inhabités, d’étendue beaucoup plus vaste et de configuration plus massive que l’Europe, ils ont fait plus : ils ont créé et le trafic et la production; ils ont permis la colonisation de terres qui, sans eux, n’auraient pu, de très longtemps, être mises en valeur par suite de l’impossibilité d’en exporter au loin les fruits et de faire venir, de distances énormes, maintes denrées nécessaires à la vie et à la production desquelles les conditions locales ne se prêtaient pas. Sans les chemins de fer, on peut le dire hardiment, les trois quarts de l’immense territoire des États-Unis, trop éloignés de la mer, et insuffisamment desservis par les fleuves et les lacs, seraient encore à peu près déserts et ne joueraient pas, dans la vie économique du monde, un rôle beaucoup plus grand que la Sibérie, par exemple, avant que la construction du Transsibérien vint la faire sortir de son isolement. (Leroy-Beaulieu, 1905, pp. 391-392)

Charles Gide também reconhece as vantagens dessa tendência civilizadora:

La voie ferrée est aujourd'hui un des plus puissants instruments de colonisation. On remploie non point, /comme dans les vieux pays, pour compléter un réseau de routes de terre et pour relier des centres de population déjà créés, mais pour percer droit à travers la brousse ou la forêt vierge, et sur ces lignes de fer on voit bientôt, comme sur des troncs vivants, pousser des branches qui sont des routes et des fruits qui sont des villes. (GIDE, 1911, p. 264)

É a política de aproveitamento que se tem realizado, consoante comprovam as estatísticas, no faroeste americano, principalmente depois de 1900, na Austrália e em quase todas as possessões europeias.

Euclides da Cunha confrontou os 20.814 quilômetros de vias férreas argentinas que, em 1907, se contrapunham aos 17.242 de estradas brasileiras e, impressionado com essa “fórmula apavorante de nosso atraso”, concluiu que, “para logarmos a vida intensa daquele país, deveríamos possuir cerca de 70.000 quilômetros de caminhos de ferro”. E indicou as marchas dos dois povos:

Ainda atendo-nos a este seco assunto, ou aperreando-nos naquela expressão numérica, não seria difícil demonstrar que é para os argentinos uma causa o que é para nós um efeito: o progresso atual advém-lhes, antes de tudo, de suas estradas de ferro; as nossas estradas de ferro resultam, antes de tudo, de nosso progresso. (CUNHA E. d., 2020)

A facilidade de comunicação estimula, em toda parte, as forças produtivas. A história do transporte confunde-se com a do comércio.

Como poderiam desenvolver-se, no estado atual da economia, as zonas mais dotadas pela natureza, sem esse instrumento de valorização?

A Paraíba apresenta, mais do que qualquer outra de nossas regiões, o exemplo do obstáculo da distância. A forma oblonga do território, que já responsabilizei como perturbadora da unidade antropogeográfica, é um fator de dispersão.

Mas o trem de ferro não vem conquistar nossos sertões.

Se essa faixa de terra ainda estivesse ínvia e despovoada, deveria, a exemplo do que se pratica alhures, ser violada pela maravilhosa influência da locomotiva, pois que, assim, se incorporaria à civilização brasileira. Um país, impedido, constitucionalmente, de se empenhar em guerras que o dilatam além de suas fronteiras, deve, ao menos, apropriar-se do que é seu, por esse processo pacífico e compensador.

A exploração do Noroeste devia coincidir com a utilização do Nordeste para que o Brasil se engrandeça dentro de seus próprios limites.

A estrada de penetração da Paraíba não avança pelo deserto.

Esse traçado tem um evidente valor econômico, porque corta uma zona de intensa atividade e densamente povoada.

São múltiplos os seus destinos; mas é fácil justificá-lo pelo só interesse da produção.

Não é possível, entretanto, compreender todos os benefícios do desenvolvimento dos nossos meios de circulação e, principalmente, do acesso à zona de além-serra sem o exame comparativo das condições regionais desse problema, em face das necessidades recrescentes.

Lembra Irineu Joffily que

foram três os primitivos condutos por onde a Paraíba recebeu elementos colonizadores – todos três em sua fronteira meridional, porque somente desta direção terrestre e pela linha marítima podia vir-lhe a vida civilizada.

A estrada que a unia a Pernambuco e por onde chegavam recursos para a defesa e a estabilidade do núcleo nascente tinha o seguinte traçado: partindo de Olinda, passava por Igarauçu e, depois, por Goiana e, penetrando em nosso território, através de Taquara, Alhandra e Jacoca, entrava na capital, primeiro pelas marés e, afinal, por Cruz das Armas.

Para as fundações do Rio Grande do Norte e do Ceará, essa estrada prolongou-se ao longo do litoral.

Segundo o citado historiador paraibano, foi essa a nossa única via de comunicação terrestre, “até mesmo depois de extinto o domínio holandês”.

Mas em 1620, a conquista do interior já havia atingido o atual município de Itabaiana, onde se contavam fazendas de criação. Devia ser fácil o trânsito nesse rumo, pelo menos até o aldeamento de índios de Taipu.

O segundo conduto é o marcado pelo itinerário do padre Nantes para a aldeia dos Cariris, no Boqueirão. Diz o autor das *Notas sobre a Paraíba*:

Esse caminho que o venerando capuchinho francês nos pinta atravancado de canas bravas era provavelmente por onde se comunicava Antônio de Oliveira com a sua fazenda de criação, sita nas proximidades da mesma aldeia, e foi por ele que devia ter transitado diversas vezes o padre teodósio de lucé, desde quase dois anos antes. E grande parte dele provavelmente foi aproveitado na estrada que hoje liga essa parte do sertão da Paraíba à cidade do Recife.

Não parece que houvesse ainda um caminho praticável, através, em certa passagem, de uma floresta de onze léguas de extensão, emaranhada de *cannes sauvages creuses au dedans, grosses de la moitié du bras*.

A terceira via foi a da entrada dos sertanistas da margem do São Francisco.

Por aí foi trazido o gado com que se fundaram as primeiras fazendas do Alto Sertão.

A bandeira de Teodósio de Oliveira Ledo ligou, afinal, as zonas conquistadas, estabelecendo as relações de todo o interior com a sede da capitania.

Foi esse o nosso sistema de comunicação interna em todo o território, até 1883.

O nosso progresso teve, até essa parte, a morosidade do carro de boi.

A estrada de rodagem, de que já dei notícia, fora um escasso melhoramento.

Por Decreto nº 4.833, de 15 de dezembro de 1871, o governo autorizou a incorporação de uma companhia para construir a estrada de ferro, que teve o nome de Conde d'Eu, entre a capital da província e Alagoa Grande, com ramificações para Ingá e Guarabira.

A Lei Provincial nº 435, de 22 de junho de 1872, concedeu a garantia de juros de 7%, pelo prazo de 30 anos, sobre o capital máximo de

5.000:000\$000 para a construção. Em virtude da Lei nº 2.450, de 24 de setembro de 1872, foi dada, em 1874, fiança a essa garantia.

Foi concedido também à estrada o privilégio de 20 quilômetros para cada lado do eixo da linha por 90 anos.

O prazo para a organização da companhia foi prorrogado, duas vezes, pelos Decretos nºs 5.433, de 15 de outubro de 1873, e nº 5.835, de 24 de dezembro de 1874.

Pelo Decreto nº 5.974, de 4 de agosto de 1875, foi concedida mais a garantia de juros de 7% sobre o capital adicional de 1.000:000\$000, ficando, assim, elevado a 6.000:000\$000 (ouro) o capital máximo para as obras.

Foi organizada em Londres, a 15 de setembro de 1875, a *Conde d'Eu Railway Company Limited* e, a seu requerimento, foram, por Decreto nº 6.681, de 12 de setembro de 1877, alteradas algumas cláusulas e consolidadas as demais dos decretos anteriores, fixando-se em 6.000:000\$000 o capital para a construção de 140 quilômetros, em face dos estudos que ficaram aprovados.

A companhia não pôde, porém, dentro dos 18 meses, fixados por esse decreto, iniciar os serviços e, por isso, foi esse prazo dilatado até 31 de dezembro de 1880, pelo Decreto nº 7.754, de 7 de julho do mesmo ano.

Ficou limitada a linha à extensão de 121 quilômetros, porque o contrato provincial de 23 de setembro de 1875 suprimira o trecho de Mulungu a Alagoa Grande e o citado Decreto nº 1.754 reduziu o outro ramal até Pilar.

Durante a seca de 77-79 foram sensíveis os prejuízos desse retardamento.

Tendo os trabalhos de construção começado a 9 de agosto de 1880, a 7 de setembro de 1883 foi inaugurado o tráfego da capital a Mulungu. O do ramal do Pilar foi inaugurado a 28 de dezembro do mesmo ano e o de Guarabira a 5 de julho de 1884.

Com o intuito de favorecer o comércio, o governo geral autorizou, por Aviso de 30 de dezembro de 1880, os estudos para o prolongamento da estrada até Cabedelo e, por Decreto nº 9.764, de 14 de julho de 1887, concedeu garantia de juros de 6% sobre o capital máximo de 800:000\$000 e privilégio de zonas para a construção desse novo ramal.

Os comerciantes da capital representaram, porém, contra essa medida, que lhes parecia capaz de deslocar o movimento da praça para aquele porto externo.

O fato suscitou calorosa discussão na imprensa, com um caráter partidário.

O Ministério da Agricultura informou que o governo não tencionava concorrer, por esse meio, para a mudança da capital e que não poderia conceber esse pensamento quem conhecesse a situação daquela localidade.

O tráfego para Cabedelo foi inaugurado a 25 de março de 1889.

A linha principal custou 6.000:000\$000 (ouro) e o ramal 614:698\$420.

E a Paraíba ficou, longos anos, reduzida a essa viação de 144 quilômetros: 118 de Cabedelo a Guarabira e 26 de Entroncamento ao Pilar. Servia à várzea do Paraíba, cuja produção ainda hoje é transportada, em grande parte, pelo pequeno percurso da estrada de rodagem e a uma faixa da caatinga. A zona feracíssima dos brejos e os sertões futurosos continuaram insulados. O comércio pouco proveito sacou desse serviço insuficiente, porque os pontos de mais movimento mercantil ficaram distanciados das estações.

O engenheiro Retumba definiu essa situação no último quartel da monarquia:

É incontestável que o segundo dos grandes males que oprimem a província é a falta completa de vias rápidas de comunicação. É tão sensível esta falta que, depois do que anteriormente já ponderei a esse respeito, nada mais é preciso dizer em justificação do meu asserto.

É notável a contradição em que caem os habitantes da capital, querendo obrigar os gêneros da província a procurar nosso porto e não promovendo o estabelecimento de estradas de ferro no sertão! Se mesmo as estradas de rodagem são poucas e em más condições, como sei por experiência!

Existe atualmente a estrada de ferro Conde d'Eu com dois ramais, um para Pilar, outro para Independência.

Mas esta estrada e nada é absolutamente a mesma cousa. Ela não consulta os interesses da província.

Se boas intenções presidiram a confecção de semelhante via férrea, não se pode negar que a garantia de juros, de que goza, veio tudo gravemente comprometer.

Sou contrário, em tese, a toda e qualquer sorte de garantias de juros. Elas nada mais são de que uma especulação pouco digna, que antes matam do que salvam as empresas a que são concedidas. As garantias de juros, se a princípio foram talvez eficazes, tornaram-se depois um simples meio, não de trazer benefício a este país, mas de emprestar indiretamente dinheiro ao governo a prazos longos e a juros elevados, sem nenhum proveito.

Poderia citar em apoio dessa proposição exemplos numerosos, que estão, aliás, patentes a todos os olhos; mas basta-me a estrada de ferro Conde d'Eu.

Em primeiro lugar é sabido que a concessão de garantia de juros foi feita sobre um capital de 6.000:000\$000 réis quando é evidente, ao primeiro lance de olhos, que não se gastou mais de 2.000:000\$000!

Em seguida a companhia comprometeu-se a construir um certo número de quilômetros de estrada; ela os fez, com efeito, mais ou menos; porém procedeu com a mais requintada má-fé.

Plantou em terra trilhos que na verdade perfazem em extensão o número de quilômetros necessários; mas quilômetros de trilhos não são quilômetros de caminho.

Do quanto foi lesada a província dá evidente prova o espontâneo número de curvas imensas e desnecessárias, algumas das quais abertamente forçadas, que se encontram a cada passo, desde o começo até o fim da linha. A tática foi hábil, não há dúvida.

Notoriamente os trabalhos da linha são malfeitos e ainda pior conservados. O material deixa muito a desejar.

(...)

Por vezes já se tem notado que os preços de passagem e cargas na estrada de ferro Conde d'Eu são excessivos e não oferecem quase vantagem nenhuma à população do interior.

As reclamações têm sido inúmeras, mesmo já o governo interessou-se para que a companhia diminuísse os preços da tarifa.

Esta pareceu ceder e propalou que o pedido do governo ia ser satisfeito.

Com efeito, algum tempo depois, foram publicadas as novas tabelas de preços

E chegou-se a acreditar na sinceridade da companhia. Brevemente, porém, reconheceu-se que o público havia sido vítima de mais uma hábil mistificação.

De sorte que aí acha-se a estrada a concluir seus balanços anuais sempre com déficits extraordinários e sem empregar o mínimo esforço para sair dessa apatia.

Para que a garantia de juros chega-lhe de sobra para tudo!

É urgente que medidas sérias sejam tomadas no sentido de que a estrada continue para o sertão.

É preciso, de qualquer modo, obrigar a companhia a marchar em procura da serra da Borborema.

(...)

Se o governo, cedendo à justa indignação e à boa previsão, suspender algum dia a garantia de juros que concedeu à estrada de ferro Conde d'Eu, esta não poderá se sustentar nem mais um só dia, salvo se for prolongada para o interior da província.

Em virtude do Decreto nº 3.467, de 30 de outubro de 1889, foi contratada com a Recife-Limoeiro *Railway Company*, por ter sido rescindido o contrato anterior para a construção, a conclusão do trecho de Timbaúba ao Pilar. A estação de Rosa e Silva foi inaugurada a 2 de julho de 1900 e a de Itabaiana a 5 de janeiro do ano seguinte, estabelecendo-se, destarte, o tráfego interestadual.

Foi um melhoramento notável, mas concorreu para o abatimento da praça da capital da Paraíba, porque facilitou o intercâmbio do Recife com o interior deste estado.

Mas, rescindido também o contrato feito, mediante concorrência pública, para a construção do ramal de Mulungu a Alagoa Grande, foi, em vista do Decreto nº 3.531, de 18 de dezembro de 1899, contratada, a 22 de janeiro de 1900, com a *Conde d'Eu Railway Company*, a conclusão dessas obras.

O tráfego foi inaugurado a 1º de julho de 1901.

O custo do ramal foi de 572:941\$088, 351:000\$128 despendidos pelo governo e 221:940\$960 pela companhia.

Esses 23 quilômetros a mais, na direção dos brejos, representaram uma evidente vantagem.

Tendo o governo resgatado a estrada, em face da autorização constante do art. 29 da Lei nº 746, de 29 de dezembro de 1900, por £ 115.000, pagáveis em títulos, ouro, de 4% ao ano, arrendou-a à *Great Western of Brasil Railway Company Ltd.*, em virtude do contrato aprovado pelo Decreto nº 4.111, de 31 de julho de 1901.

O estado foi, depois, ligado a Natal pela construção do trecho de Guarabira a Nova Cruz, inaugurado a 1º de janeiro de 1904.

Essa construção de 51 quilômetros, em que o governo despendeu 1.537:149\$631 e a *Conde d'Eu Railway Company* 1.423:080\$000, favoreceu a exportação de alguns produtos de Guarabira, mas foi vantajosa, sobretudo, ao Rio Grande do Norte que ficou ligado ao Recife.

Foi alcançado, enfim, um prolongamento de real interesse para o estado: o ramal de Itabaiana a Campina Grande, construído em virtude do contrato aprovado pelo Decreto nº 5.257, de 26 de julho de 1904, e inaugurado a 2 de outubro de 1907. Custou 3.058:334\$136 (ouro).

São 82 quilômetros, através da caatinga, até à passagem para o Cariri, que facilitaram o acesso ao sertão. Mas, Campina passou a ser uma cidade social e comercialmente pernambucana, como empório das transações da praça do Recife com a maior parte de nossa zona pastoril e algodoeira.

Finalmente, foi contratado, nos termos do Decreto nº 7.632, de 28 de outubro de 1909, o prolongamento de Guarabira a Picuí.

Esse traçado entra no plano da rede ferroviária de que carece o estado para o seu completo desenvolvimento.

Atravessa um centro de grande produção e aproveita às zonas do Curimataú e do Cariri sujeitas a frequentes secas.

A linha não foi, porém, além de Borborema, cuja estação se inaugurou a 24 de novembro de 1913.

Essa construção custou 3.203:261\$844, ao câmbio de 15 dólares. De maneira que, quando o sr. Eptácio Pessoa assumiu a presidência da República, havia, apenas, na Paraíba, 351 quilômetros em tráfego: 118 de Cabedelo a Guarabira; 51 de Guarabira a Nova Cruz; 23 de Itamataí a Borborema; 23 de Mulungu a Alagoa Grande; 54 de Entroncamento a Rosa e Silva e 82 de Itabaiana a Campina Grande.

Esse desenvolvimento ferroviário, em sua posição relativa, quanto ao número de habitantes e à área territorial, afigurava-se suficiente a quem não conhecesse as nossas condições e necessidades internas. Mas permanecia a crise de transporte.

A ligação aos estados vizinhos, principalmente a Pernambuco, não deixou de ser benéfica, conforme já reconhecí; mas não satisfiz nosso problema econômico.

O interior continuou apartado. O prolongamento para Campina Grande, além de ter contribuído para maior desvio de nossos produtos, não resolveu as dificuldades de comunicação da zona sertaneja.

O comércio entorpecia-se com a morosidade da circulação.

As mercadorias despachadas para os pontos mais próximos apodreciam nas estações.

A nossa riqueza, que se escoava, cada vez mais, para os mercados estrangeiros, chegava ao seu destino onerosíssima.

Tendo atravessado os sertões paraibanos, o sr. Roderic Crandall observou esse estado primitivo:

As atuais estradas entre uma cidade e outra são caminhos estreitos, pedregosos, descuidados, que em muitos lugares onde poderiam ir carros de boi, deixam eles de ir pela estreiteza dos trilhos. Esta espécie de estradas e meios de transporte combinados só podem dar um resultado: viagens demoradas e preços elevados.

Quanto se pode calcular, onde o frete é mais barato em tempos de abundância é cerca de 500 réis por tonelada por quilômetro. A comparação deste preço com o de 72 réis por tonelada por quilômetro, cobrado pelas vias férreas do norte, mostra o que se poderia fazer se houvesse meios apropriados. Este preço é o dos tempos, mais favoráveis; pois durante as secas sobe para duas ou três vezes mais. Tempos há em que o pasto desaparece inteiramente e a água se torna tão escassa que animais não podem resistir de modo que as cargas têm de ser transportadas na cabeça dos homens... (CRANDALL, 1910, p. 53)

Os comboios demandavam as feiras do centro agrícola e os pontos terminais da estrada de ferro, em longas travessias, dos caminhos ásperos e adustos para os atoleiros dos brejos.

As despesas desse tardo transporte em alimárias estropiadas desanimavam a produção.

O nosso anelo era a estrada de penetração.

Logo que o sr. Epitácio Pessoa assumiu o governo, entrou a movimentar essa antiga aspiração para o seu objetivo. Sabia-se que o seu ministro da Viação, antes dessa investidura, se manifestara, no relatório de 1919, infenso da construção de novas linhas, “com exceção das estradas de ferro da região das secas”.

Era uma medida introduzida pelo plano da inspetoria e adotada pela nova orientação do combate ao flagelo.

Maduramente advertido do complexo problema do Nordeste e ciente das condições da Paraíba, o presidente da República viria, certamente, ao encontro desse legítimo reclamo.

E agitou-se a questão do traçado com o choque dos interesses de zona.

Faltavam estudos para a penetração que todos reputavam uma necessidade premente.

Qual deveria ser o seu caminho? O engenheiro Retumba opinara:

Penso que a província da Paraíba tem de ser cortada algum dia por uma extensa rede de caminho de ferro: é isto indispensável ao desenvolvimento de sua agricultura, à exploração de suas riquíssimas minas de toda natureza e, mais que tudo, à introdução da ciência e da instrução em toda a extensão do território paraibano. Fui, por isso, levado a organizar um plano de estradas de ferro até a vila de Princesa, de um lado, da cidade de Cajazeiras de outro, e o Picuí no norte.

Eis o traçado da estrada.

Qualquer que seja a companhia que se organizar para levar a efeito semelhante traçado, é condição essencial efetuar a compra da atual estrada de ferro Conde d’Eu: porquanto, nas mãos dos atuais diretores, não inspira ela a mínima confiança. Será então esta prolongada até Cajazeiras passando pelo Ingá, Campina Grande, São João do Cariri, Batalhão, Santa Luzia, Pombal, Sousa e São João do Rio do Peixe, tocando mesmo em cada uma dessas localidades ou passando a tal distância delas que aproveite as localidades vizinhas tais como Pato, Catolé, Piancó, etc.

De Batalhão ou suas proximidades partirão dois ramais, um diretamente para Alagoa do Monteiro, o outro em procura da serra do Teixeira,

Imaculada e vila de Princesa. De outro lado será a estrada prolongada de Independência para Pirpirituba, Bananeiras, Araruna e Picuí, passando a alguma distância da serra do Cuité.

Da estação do Mulungu partirá um outro ramal na direção de Alagoa Grande, Brejo de Areia e Esperança.

Por fim da estação de Sapé partirá um outro ramal para a cidade de Manguape que ficará, assim, ligada à capital, por intermédio da Conde d'Eu.

Era o plano geral de uma observação de relance. Incontestavelmente, satisfariam os interesses de todo o Estado às estradas do noroeste, do sudoeste e a central. A primeira resolver-se-ia pelo traçado já aprovado de Guarabira a Picuí. A segunda deveria visar o rico município de Alagoa do Monteiro.

Qual deveria ser, portanto, o ponto de partida da central? Havia uma corrente quase imperceptível favorável ao prolongamento de Campina Grande. Mas esse traçado não teria a virtude, requerida, antes de tudo, pela solução do problema da seca, de ligar as zonas flageladas a um centro produtor. Demais, viria agravar, mortalmente, a situação da capital, encaminhando as energias de mais de metade do estado para a praça do Recife.

Organizado, em Areia, um comitê, para pleitear o prolongamento da estrada de Alagoa Grande, interessando àquele município, apresentou ao presidente da República um memorial, de que fui relator. Depois de apreciar as conveniências de nossa futura rede de viação férrea, acentuou esse documento:

A do centro, a principal, por sua extensão e por interessar ao maior número de municípios, com o mínimo de desenvolvimento, deve partir de Alagoa Grande em direção a Cajazeiras, como uma linha especial, constituindo a espinha dorsal do Estado, o seu grande eixo econômico, em torno do qual gravitará todo o nosso progresso.

A simples inspeção do mapa da Paraíba atesta as suas vantagens.

O traçado geral dessa linha, partindo de Alagoa Grande, cortará Areia, Alagoa do Remígio, Esperança, Pocinhos, Soledade, Santa Luzia, São Mamede, Patos, Pombal, Sousa a Cajazeiras.

Essa é que constituirá, logicamente, a estrada de ferro central da Paraíba. É quase uma tangente. Tem, além disso, a conveniência de transportar para o nosso porto os produtos dos municípios de Catolé do Rocha, Brejo do Cruz e Sousa que derivam para Mossoró; de Cajazeiras, São José do Piranhas e São João do Rio do Peixe para o Ceará e de Teixeira, Piancó e Misericórdia para Pernambuco.

A diretoria da Associação Comercial, em sessão de 21 de agosto de 1919, deliberou, à vista do referido memorial, “patentear o seu inteiro apoio a tal pretensão”. E, nesse sentido, expediu vários telegramas ao presidente da República.

A sociedade de Agricultura secundou, por seu turno, esse empenho das classes laboriosas da Paraíba.

Sabia o sr. Epitácio Pessoa que esse traçado compreenderia o maior número de municípios. Sabia também que partiria dos coleiros do sertão – dos pontos de convergência dos famintos em todos os períodos de seca.

Objetava-se que, já tendo sido galgada a serra, duas vezes, cumpria evitar outro dispendioso acesso. Mas essa despesa seria compensada pela diferença de mais de 70 quilômetros sobre os outros traçados.

Não restava, portanto, ao governo, senão mandar atacar a construção.

Os serviços de exploração foram iniciados em junho de 1920, prevalecendo o seguinte traçado: partindo da estação de Paiano, na linha de Baturité, passa por São João do Rio do Peixe, Sousa, Pombal, Malta, Patos, São mamede, Santa luzia, Juazeiro, Pocinhos, Esperança até, através dos municípios de Alagoa Nova e Areia, Alagoa Grande.

A extensão total é de 493,918 km, incluindo os ramais para os açudes de Pilões e São Gonçalo e de São João a Cajazeiras.

Dessa extensão total, 38 quilômetros ficam em território cearense.

Em pouco mais de dois anos de atividade, esses trabalhos chegaram a tamanho estado de adiantamento, que seria um crime deixar de os ultimar, com a possível presteza.

Em setembro de 1922, havia 215 quilômetros de leito preparado do Ceará a Patos, dos quais 135 de trilhos assentados. Daí a Alagoa Grande havia 241 quilômetros atacados com 120 preparados em vários pontos.

Contavam-se 363 obras de arte prontas e 77 em construção. Estava aparelhada a maior parte do material para a conclusão das obras.

Tinham sido adquiridos para essa estrada e a do Ceará 77 locomotivas e 428 vagões.

Já se havia estabelecido o tráfego nos trechos construídos para o transporte do material das barragens e das linhas.

São as seguintes as condições técnicas da estrada: a plataforma é de 4 metros, menos a do trecho de Santa Luzia a Juazeiro que é de 5,50 nos aterros. A rampa máxima é de 1,8%, descendo de Juazeiro a Pocinhos para 1,7%. O raio mínimo é 150 metros, no trecho de Patos a Santa Luzia, subindo a 150,23 m entre Pocinhos e Alagoa Grande, a 152,90 entre Santa Luzia e Juazeiro, a 163,80 de Juazeiro a Pocinhos e a 191,07 entre Paiano e Patos.

As despesas com toda essa construção elevavam-se a 11.141:766\$581. Mas a chamada Comissão Rondon restringiu:

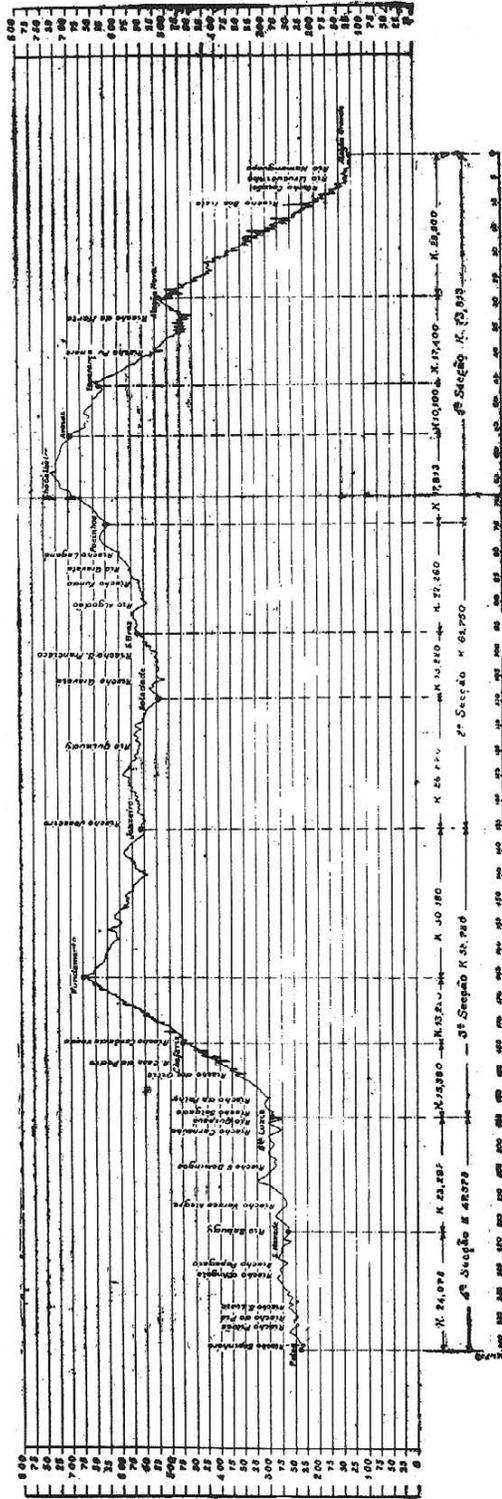
Também as estradas de ferro são necessárias. Porém a Ceará-Paraíba, com os seus 450 quilômetros de linha de ligação da Baturité à Great Western, sem atravessar qualquer zona de intensa produção, cortando apenas, entre São João do Rio do Peixe e Sousa, um canto de região de açudes, mais justificável como ramal da mesma Baturité sem prejuízo poderia esperar, para ser construída, a terminação das grandes açudagens e dos canais de irrigação, mesmo porque é de presumir que só possa ter tráfego apreciável depois de removidas as causas das secas.

E a vantagem estratégica, como obra protetora para a solução do problema de nossas secas? Foi essa, naturalmente, a sua causa determinante.

Por que, então, não atravessa a estrada qualquer zona de intensa produção? E os municípios de Alagoa Grande, Areia e Alagoa Nova? Foi a esse refúgio inexaurível que, conforme refere Filipe Guerra, em trecho já citado, acudiram, em 1845, como em outras épocas aflitivas,

os povos dos sertões vizinhos e mesmo dos mais remotos, uns a plantar, outros a comprar mantimentos e conduzi-los para os sertões; e faz admirar que, havendo achar alojamento para tantos imigrados que se supõem em maior número e todos acharam mantimentos a fartar e por preços razoáveis.

Estrada de ferro Paraíba-Geral



Trilho construído até o grade

- 1ª Seção 3342,0 m.
- 2ª Seção 4584,0 m.
- 3ª Seção 4584,0 m.
- 4ª Seção 4584,0 m.
- Total construído 17100,0 m.

Redução do perfil do projeto Trecho Lagoas Grande-Patos. De Epitácio Pessoa.

É a história do Rio Grande do Norte.

É, como já escrevi, um oásis de fartura que a providência reservou para as crises que nos salteiam.

O sr. Alcibiades Silva assinala, fielmente, a função dessa zona privilegiada nas vicissitudes do clima:

É de indiscutível alcance econômico o estabelecer-se fácil comunicação entre os principais centros produtores e os mercados consumidores. É por isso que se impõe, como o melhor plano de uma grande estrada de ferro de penetração, o almejado prosseguimento da linha de Alagoa Grande, por interessar aos brejos da Borborema. Estes, tendo Areia como o eixo, representam, por sua superprodução um providencial apoio às populações flageladas por ocasião das grandes secas periódicas. Elas não só se abastecem ali de cereais e outros víveres, mas também nas inúmeras propriedades rurais dessa zona se localizam ainda milhares de retirantes. Sem esse amparo eles iriam necessariamente pervagar por aí afora, numa migração de párias desafortunados.

A fertilíssima região dos brejos de Borborema é uma espécie de barreira com uma inconsciente função patriótica de sustentar essas migrações que demandam o nosso litoral. Por isso, nem sempre sentimos, na plenitude de sua verdade amarguradora, o maléfico efeito das secas, pela abundante promiscuidade, que se não observe, dos infelizes retirantes com as populações litorâneas. O contrário, aliás, acontece principalmente com o Ceará e o Rio Grande do Norte, cujas cidades da orla marítima, onde quase confina o sertão, ficam infestadas de gente nômade, de adventícios sem pão e sem trabalho. vão em procura dos portos, numa hipertrofia visual de novas terras, como se isso fosse a malfadada predestinação de uma raça!²⁰¹

O êxodo é uma consequência da falta de meios de transporte de gêneros alimentícios. As secas rigorosas impossibilitam a travessia dos cargueiros.

201 O *Magno Problema*, p. 10.

Nos períodos de escassez, a via férrea proverá todas as zonas flageladas, evitando, destarte, que se desloque a população, para os riscos da vida errante e os desfalques das epidemias.

E, com um maior estímulo à produção, os nossos brejos continuarão a ser, nos períodos normais, o mercado de Parelhas, Conceição, Jardim, Acari, Caicó, Flores, Currais Novos, Santana de Matos etc., no Rio Grande do Norte, e dos sertões paraibanos, até Patos. Ainda mais, conquistarão o resto do território que se abastece em Pernambuco e nos Cariris Novos.

Se o general Rondon e seus ilustres companheiros tivessem assistido a uma feira, principalmente no tempo da colheita, em Areia, Alagoa Nova, Alagoa do Remígio e Esperança, se tivessem atentado nas centenas de *comboios* (tropas de muares), provenientes do Seridó, de Santa Luzia, de Patos e mesmo do Catolé, de Brejo do Cruz etc., em procura desses férteis contrafortes da Borborema, teriam, ao contrário, reconhecido que a estrada atravessa uma região providíssima. Teriam encarecido a importância desse traçado, destinado a unificar a Paraíba em todas as suas relações e a dilatar seus benefícios além de nossas fronteiras. Porque, qualquer que seja a orientação ferroviária do Rio Grande do Norte, os municípios limítrofes não deixarão de ser tributários de nossos brejos. E Santa Luzia já é, mais ou menos, o entreposto dessas transações.

Se o nosso sertão fosse o deserto, que se afigura aos que o veem de longe ou de corrida, sendo a terra “boa e fértil”, como observaram os argutos membros da comissão, por que não intentar explorá-la, por esse meio, empregado, intensivamente, em outros países?

Mas é uma região povoadíssima: a contar de além-serra, Santa Luzia tem 11.076 habitantes; Patos, 19.901; Pombal, 19.299; Sousa, 23.241; São João do Rio do Peixe, 14.387; Cajazeiras, 13.759. E, entre os municípios que, embora não sejam cortados pela estrada, auferirão seus benefícios, Piancó tem 23.530 habitantes; Catolé do Rocha, 15.754; Brejo do Cruz, 10.382; São José de Piranhas, 11.357; Conceição, 9.544; Misericórdia, 12.218; Teixeira, 14.038 etc.

E nada produz esse efetivo humano num meio tão fecundo, perturbado, apenas, pelas secas espaçadas?

O sertão é, ao revés, centro de uma proveitosa atividade.

As feiras semanais e o comércio de Patos e de Cajazeiras não são inferiores aos de qualquer outra cidade do interior do estado, exceto Campina Grande que desfruta a situação de ponto terminal da linha e experimenta o influxo direto de Pernambuco.

E donde vem a nossa maior riqueza – o algodão – que cobre, às vezes, toda a receita prevista pelo orçamento estadual?

São fardos sem conta carregados, com exorbitantes *fretes*, em costas de animais.

E, se forem concluídas as grandes barragens, essa produção não terá limites.

Voltarei a esse ponto, com elementos estatísticos, no estudo das consequências econômicas dos melhoramentos, dentro de nossa excepcional área de cultura.

É, por outro lado, salutaríssima a influência social do trem de ferro, mormente no interesse da ordem pública.

Aplica-se aos recantos mais bárbaros o dito de Sarmiento²⁰², referente à “selvagem epopeia dos gaúchos”: *El ferrocarril en tiempo para estorbar que venga a reproducirse la lucha del desierto...*

A comissão achou mais justificável a estrada como ramal da Baturité. Mas reduzi-la à ligação com o Ceará, nas condições em que se encontra o tráfego, seria aniquilar a Paraíba, como termo de um passado de abandono e de injustiças sistemáticas. Seria restringir a capital do estado, em todas as suas relações com o interior, à pequena faixa da zona de aquém-serra liberta da influência de Campina Grande. E os próprios brejos continuariam a exportar seus produtos para o sertão, com as maiores facilidades das novas estradas de rodagem.

Seria frustrar a obra benemérita do governo passado, principalmente o porto, que ficaria, por assim dizer, sem função.

202 N.E.: Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), Presidente da Nação Argentina de 1868 a 1874. O trecho mencionado integra a obra *Facundo, o Civilización y Barbarie en las Pampas Argentinas*, publicada em 1845 e citada por Euclides da Cunha na obra *À Margem da História*, publicada em 1909 e provável fonte primária de José Américo.

O desenvolvimento de nossa rede ferroviária, nesse período de realizações, não se limitou às obras de Alagoa Grande ao Ceará. Foi atacada, com a mesma energia, a construção de Guarabira a Picuí.

Esses trabalhos estavam suspensos, sem rendas para o capital empregado no trecho concluído e em prejuízo dos interesses que os haviam determinado. O tráfego até Borborema, inaugurado em 1913, não correspondia aos sacrifícios do empreendimento nem aproveitava a nenhum dos justos fins a que se destinava esse prolongamento.

Iniciados em março de 1920, os serviços prosseguiram com tamanha rapidez que já se acha assentada a via permanente até Bananeiras. Estão, da mesma forma, concluídos o armazém e a estação dessa cidade.

Foram construídos no trecho pronto 23 bueiros, um pontilhão e uma ponte com a superestrutura metálica e acha-se quase terminado o grande túnel da Viração.

A linha tem o desenvolvimento de 125,4 km, com a plataforma de 4 metros nos cortes e 3,60 nos aterros. Suas rampas não sobem a mais de 2% e têm o raio mínimo de 120 metros.

As despesas com essa construção se elevavam, em setembro de 1922, a 1.828:990\$628.

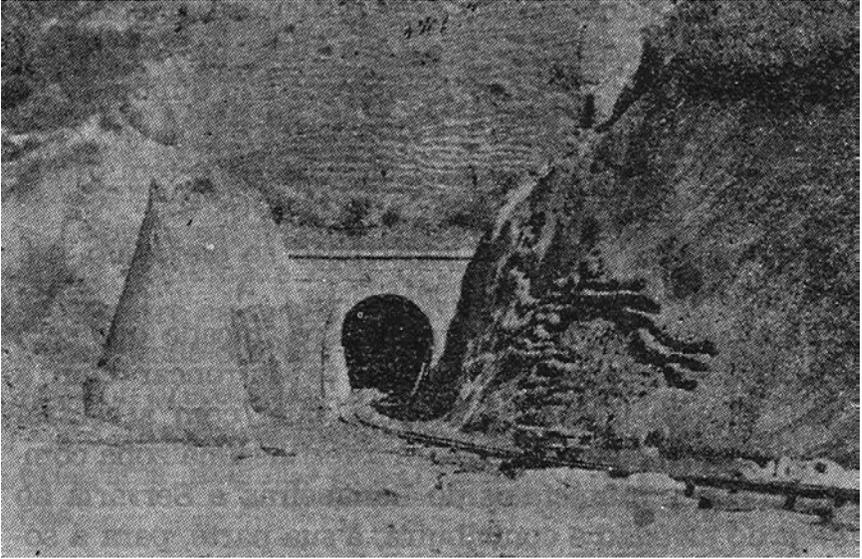
Já aludí, mais de uma vez, a esse traçado que será manifestamente proveitoso, quer vá entroncar com a estrada de penetração da Paraíba, quer com a central do Rio Grande do Norte. Ligará a fertilíssima zona compreendida nos municípios de Bananeiras e Serraria ao *habitat* do algodão e contribuirá, à sua parte, para a solução do problema da seca.

Foi, portanto, extraordinário o surto desse melhoramento, de que tanto carecia a Paraíba, durante a administração do sr. Epitácio Pessoa.

O sr. Arrojado Lisboa resumiu toda essa atividade em seu relatório apresentado, no fim daquele período presidencial, ao ministro da Viação:

Dos 619,318 km de estradas de ferro que se constroem na Paraíba (38 ficam no Ceará), já estão em tráfego 87,6 km; têm o leito pronto para receber a via permanente 132,1 km, e estão efetivamente atacados 99,528 km em serviços de terraplenagem. Já foram construídos 303 bueiros, 46 pontilhões e 14 pontes, sendo uma metálica e as demais de madeira provisoriamente;

Estrada de ferro de Independência a Picuí



Boca do túnel, sob a garganta da Viração (Baneiras)



Aterro nº 16, no lugar "Genipapo". (Baneiras)

há em construção 58 bueiros, 10 pontilhões e nove pontes, sendo uma de cimento armado, quatro de madeira e quatro metálicas.

Tendo-se ainda em conta que se acha adquirida a maior parte do material para a conclusão dessas obras, é força reconhecer que elas lograram um avanço estupendo para o curto espaço de tempo dos trabalhos.

Quem adquiriu a experiência da lentidão dos nossos serviços públicos, que consomem grande parte das verbas com o custeio de repartições permanentes, pode aquilatar a vantagem dessa vertiginosa operosidade.

É o único meio de evitar a prejudicial descontinuidade de programa dos governos republicanos, sempre apostados em direções opostas. Mas a estrada de ferro só seria de todo em todo eficaz combinada com outro tipo de viação.

Dentre as medidas propostas contra os efeitos das secas, desde o início da ação dos poderes públicos, sempre foi preconizada a estrada de rodagem.

A inspetoria incluiu esse plano em seu apropriado programa, mas não pôde desenvolvê-lo por falta de verbas.

Na Paraíba, esse sistema de transporte limitava-se à antiga estrada da capital ao Pilar, quase desfeita, principalmente a partir de Santa Rita, e à de Alagoa Grande a Areia, construída pelo estado, incompleta e de condenada execução técnica.

Informou o dr. Aarão Reis, em seu relatório de 1919:

Desde muitos anos a construção de uma boa estrada de rodagem – que suprisse a falta de uma via férrea, prolongamento natural do ramal da Great Western of Brazil Railway, estrada essa que, partindo da cidade de Campina Grande atingisse o âmago do sertão paraibano, na cidade de Patos – constituía uma justa aspiração dos habitantes daquelas zonas e não menos dos poderes públicos estaduais, visando às imensas vantagens decorrentes, para o estado, da facilitação de transportes entre os sertões, inteiramente desservidos de vias de comunicação, e a cidade de Campina Grande, onde o ramal da estrada de ferro tem seu ponto terminal.

Só a seca de 1915 deu ensejo a que o governo federal iniciasse esse

almejado melhoramento, com o fim de socorrer os flagelados, proporcionando-lhes salários.

Realizaram-se os estudos de campo e, parcialmente, os de escritório dos 168 quilômetros que medeiam entre essas duas localidades. Mas só foi atacada a construção no trecho de Campina a Soledade de 61,4 quilômetros.

Começados os trabalhos a 8 de novembro de 1915, estavam concluídos, definitivamente, a 2 de junho de 1918, ocorrendo a entrega oficial ao estado a 20 do mesmo mês.

O custo total dessa estrada elevou-se a 930:118\$135.

A estrada de Cajazeiras a Sousa e outras iniciadas em 1919 tinham o lento e incerto andamento dependente dos créditos extraordinários, quando o governo Epiácio Pessoa enfrentou esse problema com a segurança de um consciente descortino dos interesses gerais.

Já no século XVII, Colbert, um administrador genial, recomendava que se não poupassem despesas em obras dessa natureza:

*Car il est beaucoup plus avantageux de rétablir les grands chemins selon leur importance l'un après l'autre que de continuer à faire quantité de petites dépenses sans effet utile.*²⁰³

O sr. Arrojado Lisboa representou, em seu relatório de 1922, os frutos dessa vigorosa e patriótica determinação:

A construção de estradas de rodagem e carroçáveis teve grande desenvolvimento no estado da Paraíba, ficando inteiramente concluídas, até fins de agosto do corrente ano, as seguintes:

Umbuzeiro a Itabaiana, passando por Barra de Natuba, com 75km,340, sendo 18 km entre Umbuzeiro e Barra de Natuba e 57,340 entre Barra de Natuba e Itabaiana. Neste trecho a construção foi atacada a 10 de outubro de 1921; estão construídos 180 bueiros, cinco pontilhões, quatro pontes de cimento armado e o custo total de todos os serviços foi de 796:396\$934.

203 DEBAUVE, A. *Construction et entretien des routes et chemins*. Paris: H. Dunod et E. Pinat, Éditeurs, 1907.

Sapé a Mamanguape, iniciada a 8 de março de 1920 e concluída a 6 de setembro de 1922. A sua extensão é de 37km,240, a rampa máxima de 6,9%, o raio mínimo de 25 metros e a largura de seis metros. Construíram-se 32 bueiros, 13 pontilhões, uma ponte de madeira e 12 de cimento armado, o custo foi de 1.289:793\$506.

Taperoá a Cajazeiras, cujos serviços foram iniciados a 28 de agosto de 1922. Tem 20km,608 de extensão total, cinco metros de plataforma, rampa máxima de 5% e raio mínimo de 28 metros. Possui três bueiros e 12 pontilhões. O custo total foi de 85:273\$605.

Mulungu-Alagoinha – Os trabalhos de construção foram iniciados a 11 de outubro de 1921. A estrada tem 14km,840 de extensão, plataforma de seis metros nos aterros, raio mínimo de 71 metros e rampa máxima de 6,5%. Tem 20 bueiros, cinco pontilhões e uma ponte de cimento armado.

Borborema a Serraria, com 7km,101, de comprimento. A construção foi atacada em fevereiro de 1920 e ultimada em janeiro de 1922, orçando o custo total em 309:196\$487. A largura da plataforma é de oito metros e a rampa máxima e raio mínimo, respectivamente, 10% e 33 metros. Tem 17 bueiros.

Bananeiras a Moreno – Os trabalhos de construção desta estrada que se estende por 3km,200 foram iniciados a 25 de maio de 1921 e absorveram 21:918\$830. A plataforma é de oito metros e a rampa máxima de 9% e o raio mínimo de 33 metros. As obras de arte construídas constam de oito bueiros e uma ponte de cimento armado.

Ramal do Açude, com a extensão de 856 metros, concluído no decurso de junho a dezembro de 1920, pela quantia de 39:056\$919. O raio mínimo é de 50 metros, a rampa máxima de 8% e a plataforma de oito metros. Possui quatro bueiros.

Ramal de Antônio Bento, iniciado em outubro de 1920 e terminado em abril de 1921. Tem 387 metros de extensão servidos por um só bueiro e despendeu a quantia de 18:805\$537. A plataforma tem a largura de seis metros, a rampa máxima é de 10% e o raio mínimo de 40 metros.

Cajazeiras a Sousa – Em prolongamento da estrada de lavras, no Ceará, a cajazeiras, na Paraíba, construiu-se a excelente rodagem cajazeiras a Sousa, com a extensão total de 47km, rampa máxima de 6%, raio mínimo de 35,03 e plataforma de seis metros. Para os serviços de construção da

barragem de São Gonçalo e Piranhas, foram construídos a essa estrada os ramais do mesmo nome para os respectivos boqueirões.

O ramal de São Gonçalo, iniciado em fevereiro de 1921, ficou concluído a 20 de maio parte do quilômetro 34 e tem 2km,100 e possui quatro bueiros. A plataforma é de seis metros, a rampa máxima de 6% e o raio mínimo de 82,06.

O ramal do boqueirão de Piranhas, com a extensão de 15km,615, sai do km 9 e foi iniciado na mesma época e entregue ao tráfego em fins de junho de 1921. A largura da plataforma é de 5,50, o raio mínimo de 28km,79 e a rampa máxima de 6%. Possui três pontes, um pontilhão e quatro bueiros.

Na estrada cajazeiras-Sousa foi ainda construído o ramal de serrote das pombas com 8,270, 6% de rampa máxima e cinco metros de plataforma. Existem duas pontes.

Em construção adiantada e já permitindo tráfego em grandes trechos encontram-se as seguintes estradas de rodagem, cujo estado dos trabalhos e despesas respectivas foram computados até o fim do mês de agosto:

Soledade a Patos, com 111 km, 620 de extensão, sete metros de largura média, rampa máxima de 6% e raio mínimo de 30 metros. Dessa estrada, já iniciada em administração anterior, estão em tráfego 62km,308, dos quais 25,872 foram construídos no atual período governamental. Estão terminados 70 bueiros, 15 pontilhões, três pontes de madeira e seis de cimento armado. Acham-se em construção 12 quilômetros de estrada, dois bueiros e quatro pontilhões. Atingem a 698:438\$295 as despesas efetuadas.

Patos a Pombal, com a extensão de 78,500, tem 55 quilômetros já construídos e em tráfego e três quilômetros em construção. Suas condições técnicas são excelentes, pois a rampa máxima é de 6%, o raio mínimo de 57,59 e a plataforma de seis metros. As obras de arte construídas constam de 42 bueiros, sete pontilhões, duas pontes de madeira e em construção de cinco bueiros, duas pontes de madeira. Foram gastos nessas obras 226:031\$250.

Ramal de Santa Luzia, na estrada de Soledade-Patos, com 46 quilômetros, dos quais 3,440 já estão construídos e 6,380 em construção. Há construídos 46 bueiros, três pontilhões e uma ponte de cimento armado e em construção dois pontilhões. As condições técnicas são boas, rampa máxima de 6%, raio mínimo de 57 metros e plataforma de seis metros nos aterros. Já se despenderam 490:995\$605.

Umbuzeiro a Campina Grande – Essa estrada cuja construção se iniciou a 15 de fevereiro de 1922, tem a extensão total de 98km,500, dos quais 4,940 já estão construídos e trafegados e seis quilômetros estão em construção. As suas condições técnicas são rampa máxima 10%, raio mínimo de 30 metros e plataforma de seis metros.

Nessa estrada e nas de Natuba-Barra de Natuba e Limoeiro-Umbuzeiro em Pernambuco já existem construídos 125 bueiros, 20 pontilhões e 17 pontes de cimento armado e estão sendo ultimados quatro bueiros, 12 pontilhões e sete pontes de cimento armado. O custo total dos trabalhos realizados foi de 2.209:435\$309, incluindo-se nessa despesa as que foram realizadas com a reconstrução das duas estradas acima mencionadas.

Itabaiana a Campina Grande – Essa estrada longa de 72 km, teve sua construção começada a 25 de março de 1922. Já existem 27 km, 400 construídos e em tráfego e 3 km em construção, sendo possível ultimar mais 15 km até o fim do presente ano. A largura mínima da plataforma é de 5,50, a rampa máxima de 8% e o raio mínimo 96.47. Há construídos 78 bueiros, um pontilhão e duas pontes de cimento armado e em construção cinco bueiros e três pontilhões. Gastaram-se, com o que está realizado, 1.207:525\$490, dos quais 846:043\$000 com as pontes.

Campina Grande a Boa Vista – Tem a extensão total de 49 km e alguns em construção. A largura da plataforma é de cinco metros nos aterros, a rampa máxima de 5% e o raio mínimo de 50 metros. Há oito bueiros construídos e três pontes de madeira. O custo total dos serviços foi de 79:474\$000.

Itambé a Itabaiana, de 31 km de extensão, foi começada a 1º de março de 1922. Há 15 km construídos e 5 km em construção. A plataforma é de 5,00, o raio mínimo de 35 metros e a rampa máxima de 8%. Fizeram-se 12 bueiros e estão em construção um bueiro e um pontilhão. Orça em 99:807\$228 a despesa realizada.

Alagoa Grande a Areia-Esperança – Tem 17 km, 312 e a construção foi iniciada a 10 de maio de 1920. Estão construídos e em tráfego 13,900 e em construção 2km,120. O raio mínimo é de 30 metros, a rampa máxima de 8,5% e a largura da plataforma de 6,00 nos aterros. Foram construídos 69 bueiros, dois pontilhões e uma ponte de cimento armado e estão em via de acabamento nove bueiros e um pontilhão. Os trabalhos absorveram aproximadamente 838:000\$000.

Bananeiras a Arara, cujos trabalhos tiveram início em junho de 1920. Tem a extensão total de 21km,009, dos quais 1,460 estão em construção, com um bueiro terminado. A rampa máxima é de 8%, o raio mínimo de 40 metros e a plataforma de seis metros. As despesas se elevam a 43:821\$612.

Borborema a Bananeiras, com 10km,040, rampa máxima de 11,7%, raio mínimo de 21 metros e largura de seis metros. Já existiam 1km,00 construídos e 1.200 em construção. Estão terminados cinco bueiros e dois por terminar. O custo dos trabalhos foi de 36:964\$305.

Borborema a Pirpirituba – Os trabalhos iniciados em maio de 1922 já atingiram a extensão construída de dois quilômetros dos 11km,900 da extensão total. Há em construção 0,800 de linha, três bueiros e uma ponte de cimento armado e estão construídos cinco bueiros. A largura da plataforma é de seis metros, a rampa máxima de 10% e o raio mínimo de 25 metros. As despesas foram de 71:272\$050.

Pirpirituba a Belém – Começada em abril de 1920, pode-se considerar esta estrada como concluída, estando terminada a terraplenagem em toda a sua extensão, que é de 12 quilômetros e 600 metros, faltando apenas construir uma ponte de cimento armado e cinco dos 33 bueiros que ela possui. Tem mais dois pontilhões já terminados. A largura da plataforma é de sete metros, o raio mínimo de 40 metros e a rampa máxima de 8%. Os serviços realizados despenderam 370:066\$478.

Bananeiras a Patronato, com um quilômetro de extensão, estando já construídos 1.040 e em construção 0,800. Há construídos cinco bueiros, um pontilhão, uma ponte de madeira e uma de cimento armado. As condições técnicas são excelentes: rampa máxima de 5%, raio mínimo de 40 metros e plataforma de seis metros nos cortes.

Ramal de Pilões, com a extensão de nove quilômetros e 15 metros, foi iniciado em março de 1920. Está quase terminado, faltando apenas acabar 65 metros de leito e sete bueiros dos 25 que a estrada possui, bem como uma ponte de cimento armado que se acha em construção. O raio mínimo é de 33 metros, a rampa máxima de 10% e a largura da plataforma de seis metros. Atingem a 285:286\$533 as despesas feitas.

Outras estradas existem ainda em construção, tais como as de Princesa a Imaculada, com 114 quilômetros, e o ramal de Campina Grande a Patos, do km 22 a Pocinhos.

Além desses trabalhos de construção, propriamente ditos, foram reparadas e construídas várias estradas de rodagem, entre as quais citaremos:

Alagoa Grande a Areia (Kromenaker) – Refez-se a locação ao longo de toda a estrada, que mede 15.773 e já foram reparados 3.170. As despesas efetuadas foram de 19:640\$. Essa estrada é servida por 26 bueiros, tem quatro metros de plataforma nos aterros e seis metros nos cortes, rampa máxima de 1,7% e raio mínimo de 20 metros.

Paraíba a Pilar – Já está reconstruída em quase toda a sua extensão, que é de 50.420. Os trabalhos foram iniciados a 10 de outubro de 1921 e já existem 47.420 reconstruídos e 2.500 em reconstrução. Os aterros têm a largura de seis metros e os cortes de oito metros; a rampa máxima é de 9,2% e o raio mínimo de 20 metros. Já se gastaram 334:602\$500.

Mamanguape a Jaraguá – Reconstrução iniciada a 4 de abril de 1922. Dos 9.940 de seu comprimento, 4.500 já estão reconstruídos, com a despesa de 55:132\$400. Tem a largura de seis metros nos aterros, a rampa máxima de 6,2% e o raio mínimo de 57,59.

Natuba a Barra de Natuba – Tem 17.500, dos quais cinco quilômetros já estão reconstruídos com uma despesa já incluída no custo da Umbuzeiro a Campina Grande. A rampa máxima é de 8%, o raio mínimo de 30 metros e a largura da plataforma de seis metros nos aterros.

Não foi menor a atividade na construção de estradas carroçáveis. Entre elas podemos citar inteiramente concluídas as seguintes:

Campina Grande – Cabaceiras – Alagoa do Monteiro, com a extensão total de 186 km concluídos em abril do corrente ano. O custo orçou em 111:600\$000; Taperoá a Cachichola, ultimada em março deste ano, tem 70 km de comprimento e custou 47:541\$835; Taperoá a Teixeira, também com 70 km, tendo despendido quantia quase idêntica à anterior; Ramal de Cabaceiras, com a extensão de 9.237. Todas essas estradas têm plataforma de cinco metros de largura.

Ainda com o intuito de facilitar rápido transporte na zona das grandes barragens, foram construídas as carroçáveis de:

Lagoa de Dentro ao Icó passando por Umari, com 50 km; Serrote das Pombas a São João, ao longo da estrada de ferro, com 32 km; São João a Sousa, com 27 Km; São João a Belém, com 27 km; Sousa a São José da Lagoa Tapada, com 13 km e São João a Cajazeiras, com 22 km.

O estado das estradas que estavam em construção em fins de agosto do corrente ano era o seguinte: Paraíba a Boca da Mata, com 60 km de extensão, três quilômetros e 180 metros construídos, e despesas no valor de 48:011\$825; Alagoinha a Alagoa Grande, com 16 km, dos quais 13 quilômetros construídos e um em construção, 15 bueiros e um pontilhão em andamento, tendo absorvido 96:533\$000; Alagoinha a Pirpirituba, com 27 km de desenvolvimento, 16 quilômetros e 500 metros construídos, quatro quilômetros e 200 metros em construção, um bueiro construído, 30 em construção, bem como quatro pontilhões em andamento, e despesa de 147:925\$; Serraria a Moreno, com 11 km, 320 metros, dos quais 8,060 já construídos, 3 km e 260 metros em construção, oito bueiros e um pontilhão, tudo no valor de 35:951\$937; Sapé a Cobé, com a extensão de 12 km e 250 metros e custo de 3:015\$800; Moreno a Araras, com 25 km e 868 metros, havendo 16 construídos e dois quilômetros em construção, três bueiros e despesas de 69:116\$963; Moreno a Araruna, com o desenvolvimento de 37 quilômetros e 320 metros dos quais 18 quilômetros construídos, três quilômetros em construção, 10 bueiros prontos e dois por terminar e despesas atingindo 139:406\$263; Princesa a Alagoa do Monteiro e Princesa a Pombal, com 252 km, tendo-se despendido a quantia de 100:000\$; Piancó a Patos, com 120 km e 36:000\$ de despesas; Boavista a São João do Cariri, com 60 quilômetros e 123 metros, 12 bueiros e seis pontilhões. Essas carroçáveis têm as seguintes condições técnicas: raio mínimo variando de 23 a 50 metros, rampa máxima de cinco a 12% e plataforma de quatro a oito metros. Embora estejam em construção, já permitem tráfego ao longo de todo o seu percurso.

Pode-se, resumindo dizer, que a extensão quilométrica de estradas do tipo rodagem, construídas na Paraíba, pelo atual governo até fins de agosto de 1922, é de 404km,728, vários outros estando em construção e já se podendo trafegar ao longo de 447km,290; nas carroçáveis o total construído ascende a 587km,997, vários outros estão em construção e já se pode trafegar numa extensão de 700km,680.

As obras de arte construídas ascendem a 859 bueiros, 97 pontilhões, 17 pontes de madeira e 49 de cimento armado e as em construção atingem a 102 bueiros, 39 pontilhões, duas pontes de madeira e 14 de cimento armado.

É uma grandíssima obra, consoante bem compreendeu a notável comissão que a examinou, a

dotar a região de uma rede vasta e bem urdida de vias de comunicação que, proporcionando, de pronto, socorro, sob a forma de trabalho, às populações flageladas, viessem lhes garantir, de futuro, meios rápidos de assistência e retirada; ao mesmo tempo, objetivaram assegurar o transporte dos materiais necessários à construção das grandes barragens, visando também como complemento dessas o desenvolvimento econômico daquela parcela do território nacional.

A mesma comissão considerou supérfluas algumas estradas, com um critério que escuso de apreciar por desconhecer as condições locais; mas não incluiu nesse reparo nenhuma das da Paraíba.

Violentaria o senso comum negar as vantagens da viação de rodagem, que estados como São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul desenvolvem vertiginosamente, num meio cuja comunidade agrícola vivia, atrofiadamente, distanciada dos centros consumidores e cujo comércio debilitava-se por falta de rapidez das transações.

Essas vias de comunicação não se circunscrevem à zona sertaneja, porque, como exigência do problema da seca, cumpria favorecer, igualmente, por esse meio, os centros produtores. O seu fim é fomentar pela facilidade das aquisições e de outros recursos as fontes de riqueza e estabelecer a circulação em todos os sentidos.

Dir-se-á que o caminho de ferro realizaria, por si só, esse destino. Essa admirável invenção do século IX parecia, realmente, restringir as estradas de terra às comunicações locais e rurais. Mas o automobilismo restituiu-lhes a antiga importância.

Diz, precisamente, o professor João Lüderitz:

Devem, pois, as estações ferroviárias, coletoras do tráfego de rodagem, estar ligadas aos centros produtores ou consumidores por uma rede de bons caminhos, que permitam baixar os fretes na estrada de rodagem a preço mínimo, para não se perder neste transporte o que se ganha com o barateamento na ferrovia.²⁰⁴

204 LÜDERITZ, J. *Estradas de Rodagem*. Porto Alegre: Editora Globo, 2. Ed., 1932.

É essa a principal função de nossa rede rodoviária bem distribuída por todo o território.

Algumas estradas de maior percurso, na mesma direção da linha férrea, foram iniciadas antes desse traçado ou interessam a localidades que lhe são estranhas.

Não se diga que ainda não temos um movimento suficiente para justificar essas obras. Informou o dr. Aarão Reis, em 1919, que a estrada de Soledade se achava “em boas condições para o tráfego de automóveis que, felizmente, se vai tornando uma realidade”. E, daquele ano a esta parte, aumentou, consideravelmente, o número de carros particulares.

É exato que ainda não foi organizada uma empresa capaz de tornar esse meio de transporte acessível a toda a população. Aguarda-se, talvez, a conclusão de algumas obras de arte na zona sertaneja para o estabelecimento desse serviço.

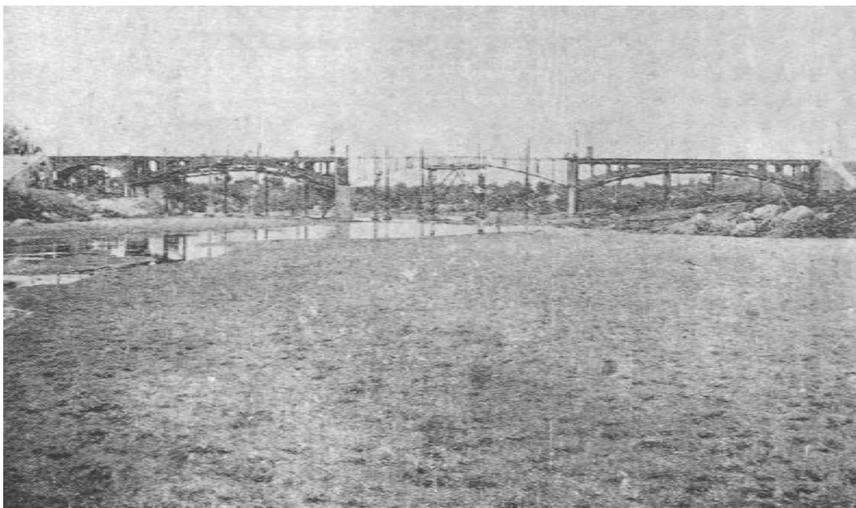
Teria sido mais avisada à prévia construção de todas as pontes, aos riscos da norma republicana das suspensões, porque o leito das estradas seria, afinal, forçosamente preparado.

Já se observa como facilitaram o trânsito geral, com incalculáveis benefícios para a nossa riqueza agropecuária, as grandes pontes de Patos sobre o Espinharas, de Itabaiana sobre o Paraíba e de Mamanguape sobre o rio do mesmo nome.

E, ainda mesmo com a comunicação interrompida, em alguns trechos, pelas torrentes efêmeras e sem empresas de transporte, essas vias já manifestam suas utilidades no impulso de nossa vida social e econômica.

A população do interior já se acostumou de tal jeito com essa necessidade, correspondente ao estímulo introduzido pelo governo transato, que, de pouco tempo a esta parte, já foram atacadas, a expensas de particulares, as seguintes estradas carroçáveis: de Serra Redonda a Campina Grande, de Patos a São José e Serra Negra, de Teixeira a Patos, de Brejo do Cruz a Catolé do Rocha e a Jardim de Piranhas e de Picuí a Currais Novos.

Tenho a impressão pessoal dessa influência. Em 1909, venci a distância que vai de Areia a Sousa, a cavalo, em nove dias de penosa travessia. E, em novembro de 1922, realizei a mesma viagem, de automóvel, em 24 horas, sendo o percurso ordinariamente mais rápido.



Ponte sobre o rio Espinharas



Ponte sobre o rio Mamanguape

Maravilhou-me a renovação dessas plagas longínquas, operada, sob o influxo das obras contra as secas, no lapso de dois anos e pico. A fazenda de Juazeiro estava transformada em florescente povoado; liam-se em Patos, a 168 quilômetros do ponto terminal da estrada de ferro, os jornais do Recife, do dia anterior; em São João do Rio do Peixe, que eu deixara emperrado numa imutabilidade de cinquenta anos, se construía mais de vinte casas...

Naquele meio, onde eu vivera, há tempo, alheio, muita vez, ao movimento geral, um mês a fio, pelo retardamento das comunicações, a locomotiva, cortando as várzeas aprazíveis, era o instrumento e o incentivo do progresso.

Os homens de boa vontade devem ser tocados por esses prenúncios de uma esplêndida prosperidade, que depende da fácil conclusão da via férrea e do remate e conservação das estradas de rodagem.

POLÍTICA HIDRÁULICA

A questão da água é tão vital para alguns povos que suscitou, algures, uma “política hidráulica”.

É a diuturna impressão dos climas secos. Até a mitologia do Arizona é influenciada por essa preocupação.

O “*répartiteur des eaux*”, em *Un été au Sahara*, de Fromentin, representa, com o traço esquisito do intelectualíssimo pintor da Argélia e do Oriente, a medida dessa necessidade nas terras áridas. É uma figura curiosa, como a do distribuidor d’água, que os antigos livros indianos mencionam.

Estendem-se as regiões ressentidas de chuvas insuficientes ou mal distribuídas por quase todo o norte e grande parte do sul da África; pela Ásia Central e uma porção da Índia; pelo oeste dos Estados Unidos, a metade norte do México, os planaltos andinos, uma faixa da costa do oceano Pacífico no Peru e no Chile e extenso trato da Argentina; enfim, por quase toda a Austrália.

Mas o homem tem forcejado remediar essas irregularidades, adaptando os meios mais refratários às suas crescentes explorações.

É uma lição do passado. Até os bárbaros se aperceberam das vantagens do emprego racional da água para o aproveitamento dos campos estéreis. Os próprios incas praticaram a irrigação.

Os antigos aplicaram essa arte ao amanho de algumas culturas, durante os rigorosos verões da Itália e da Grécia. E os romanos, como aptos colonizadores, ainda a introduziram na África com as grandes construções, cujas ruínas se observam na Tunísia.

Na Espanha ainda subsistem obras dessa natureza, do tempo da dominação dos mouros, como o açude de Alicante. No Ceilão era conhecida

a irrigação 500 anos antes da era cristã. No meado do século XII já se contavam nessa ilha 1.470 açudes e 534 canais.

Até o Japão e a China adotaram esse processo de melhoramento das terras. O canal Hoang-ho que corta a serra de Long-Men, foi executado há mais de quatro mil anos.

A indústria moderna, solicitada pela tendência da expansão territorial, teve de desenvolver esse meio de suprir a escassez das chuvas, para que não permanecesse inculta grande parte dos domínios coloniais.

Ainda hoje se utiliza a irrigação em áreas mediterrâneas da Europa. Na Itália, só a Lombardia tem 400.000 hectares de terras beneficiadas com uma distribuição de cerca de 350 metros cúbicos d'água contínua por minuto. E sustenta, por isso, uma população de 176 habitantes por quilômetro quadrado. Na França, o rio Durance, o mais aproveitado para esse fim, alimenta 18 canais de três até seis metros de largura que irrigam, mais ou menos, 140.000 hectares. Na Espanha, só o Canal Imperial de Aragão deriva do rio Ebro 35 metros cúbicos d'água por segundo e fertiliza 70.000 hectares.

Mas é nas zonas ingratas, transformadas pelos recursos de raças empreendedoras, que avultam, maravilhosamente, esses esforços contra o clima. Na Índia, são irrigados, anualmente, mais de 20 milhões de hectares; nos Estados Unidos, cerca de 16 milhões e no Egito coisa de três milhões.

Na primeira dessas regiões, os ingleses despenderam em obras lucrativas ou simplesmente protetoras, até 1903, 45 Crores de rúpias ou 900.000:000\$000. A reconstrução de um aqueduto do Ganges, arrombado em 1885, durou perto de cinco anos, com o emprego, durante dia e noite, de 4.000 operários.

E essa atividade não tem cessado.

Na América do Norte, cerca de 3 milhões de quilômetros quadrados, mais de um terço do território, estão situados na zona árida. Os estados de Montana, Idaho, Wyoming, Colorado, Utah, Nevada, Arizona e Novo México e quase metade da superfície dos de Washington, Oregon e Califórnia estão dentro desses limites. Além disso, a leste, quase metade dos dois Dakotas e do Nebraska e uma parte considerável do Kansas, do Oklahoma e do Texas são semiáridos.

Mas a irrigação vai incorporando essas terras melhoradas, *improved land*, à economia americana, como um dos maiores fatores de sua insuperável riqueza.

A colonização do faroeste iniciou-se em 1870. Nessa época toda a população da zona seca reduzia-se a 990.000 habitantes, inclusive os 560.000 da Califórnia, atraídos pelas minas de ouro.

As obras irrigatórias começaram a ser sistematizadas em 1877. E, apesar do pouco desenvolvimento que tiveram, nos primeiros anos, aquela população se elevava em 1890 a 3.102.000 pessoas e em 1900 a 4.091.000.

Mas foi a partir de 1903, depois de organizado o *Reclamation Service*, que se incrementou a valorização do deserto.

Em telegrama dirigido, a 15 de setembro desse ano, ao Congresso de Irrigação, reunido em Ordem, no estado de Utah, o presidente Theodore Roosevelt estimulava a obra civilizadora:

Nós podemos confiadamente esperar o mais amplo desenvolvimento possível de nossas terras áridas e sua colonização por homens e mulheres trabalhadores e industriais, que trocaram os produtos colhidos da agricultura irrigada pelos produtos das fábricas e usinas dos outros pontos dos Estados Unidos. Cada aldeia florescente onde hoje é o deserto tomará mais tarde seu lugar entre os mais fortes pilares de nossa riqueza comum.

Até 1916, essas novas obras compreendiam 3.140.976 acres (1.271.054 hectares), fertilizados por 15.778 quilômetros de canais secundários e drenos, com a despesa de 116.000.000 de dólares (464.000.000\$000). Em 1918, o custo total dos serviços subia, ao câmbio de 8\$000 por dólar, a um milhão de contos de réis. Só o *Elephant Butte* tem a capacidade de 3.253.946.620 metros cúbicos d'água e o *Roosevelt* de 1.687.000.000.

Prosseguem esses trabalhos hidráulicos. Agora mesmo promove-se a remoção da vila de *American Falls* para se construir em seu local um gigantesco reservatório.

É fantástico esse empenho, em toda parte, para subtrair a terra ao regime desértico.

Mas a experiência do passado e os avanços dos novos processos de cultura pouco nos importavam.

No tempo em que os recursos da atividade humana eram limitados, não se abandonava o solo por falta d'água, e nós, com todas as facilidades da engenharia moderna, deixávamos nossos vales ubertosos à mercê das secas devastadoras. Não nos moveram, sequer, os exemplos dos semibárbaros do Peru.

Quando as civilizações ocidentais envidavam beneficiar os países conquistados, pela correção da natureza, ficavam desaproveitados tratos promissores de nosso território, por um mal calculado espírito de economia.

Enquanto os Estados Unidos domavam o deserto, pelo suprimento d'água, não nos doía que, por falta dessa providência, em zonas povoadíssimas, tantos brasileiros morressem de fome.

Sabíamos que eram as mais favoráveis à açudagem as condições geofísicas do Nordeste, estudadas, desde 1859, pela comissão científica constituída dos drs. Freire Alemão (botânico), Capanema, Silva Coutinho (geólogos), Raja Gabaglia, Borja Castro (topógrafos) e Gonçalves Dias (etnógrafo).

Observações sistemáticas haviam comprovado as excelências do regime das chuvas: verificavam-se alturas pluviométricas superiores, até em anos considerados secos, à média de climas bem reputados.

Se o mal decorria da irregularidade na distribuição da água abundante, cumpria, naturalmente, armazená-la, para os períodos críticos.

Demais, sendo raríssimas as secas longas, de mais de dois anos, tornar-se-ia mais exequível a resistência aos efeitos das frequentes estiagens.

Tínhamos a prova dos benefícios dos nossos pequenos reservatórios. A comarca de Jaguaribe-Mirim, no Ceará, resistira, graças aos depósitos d'água, ao flagelo de 1877 a 1879, “alimentando a sua população e conservando os seus rebanhos”. No Rio Grande do Norte, as lagoas de Timbó, Ponta Grande e Apodi sempre constituíram centros de proteção. A última foi, em 1900, ponto de abrigo de 2.400 pessoas e forneceu forragem a 600 animais. E, como observou o engenheiro Pereira da Silva, a açudagem particular permitira que os municípios paraibanos de Lagoa do Monteiro, Piancó, Catolé do Rocha, Cajazeiras e Sousa atravessassem, “ainda com prejuízos, mas sem as derrocadas de outros

tempos, o longo período de repetidas secas de 1898 a 1909”. Já o açude de Poços, em Teixeira, tinha proporcionado meios de subsistência a muitas vítimas da estiagem de 1888. Estava indicada, por conseguinte, a medida de salvação. A zona semiárida carecia, sobretudo, d’água que caía, copiosamente, mas se escoava pelo terreno impermeável e declivoso. Obstar essa perda – eis a solução que se impunha.

E a estrutura do sertão oferecia-se a essa empresa com vantagens que se não deparavam em outros sítios: bastaria “restaurar a terra”, fechar os boqueirões.

É uma das formas mais fáceis de corrigir a irregular distribuição das chuvas.

O Nilo recebe no curso superior as precipitações abundantes do Sudão oriental e, acarretando, anualmente, essas águas pelas terras adustas, facilita a tarefa da irrigação.

Em outros pontos, como no Turquestão russo e nos Estados Unidos, os rios descem de regiões montanhosas, favorecidas pelos ventos pluviosos. Na primavera, as geleiras e as neves formadas nessas altitudes fundem-se e engrossam as torrentes que cindem o deserto. Se esses cursos se originam de neves perpétuas, o fluxo continua pelo verão; mas, se não têm essa fonte perene, enfraquecem e se extinguem, como no Arizona, no Novo México e até, em alguns anos, no Colorado. As Montanhas Rochosas só conservam a umidade inexaurível na extremidade norte.

Daí a necessidade da construção de imensos reservatórios que possam comportar a transitória fluência.

Em outras regiões, como no Saara argelino, as reservas do subsolo, captadas por meio de poços ordinários ou artesianos, suprem a falta d’água superficial.

No Nordeste do Brasil, basta reconstruir as serras abertas pelas erosões para deter os rios que se escapam por esses lanços.

Irineu Joffily divulgara essa aproveitável curiosidade. O engenheiro Jaguaribe, que reconhecera alguns olhos-d’água, além da fonte de Pé Branco, estudara o São Gonçalo, o Coremas e o Pilões, e assegurara, que “o solo da Paraíba se presta, admiravelmente, à construção de açudes”. O engenheiro suíço H. Baudmam chegara a projetar as obras do boqueirão da serra do Carnoió. Crandall verificara “no Ceará, Rio Grande do Norte

e Paraíba muitos boqueirões ou lugares admiravelmente apropriados à construção de grandes represas” e que os trabalhos de irrigação produziram “uma completa transformação do Norte.”

Havia, portanto, locais que preenchiam, vantajosamente, todos os requisitos da grande açudagem: ótimas condições para a represa, rios de correnteza suficiente para a capacidade dos reservatórios e áreas adequadas à irrigação.

A experiência de Quixadá como que desalentava novas iniciativas. Mas, com todos os seus defeitos, esse açude demonstrava animadores resultados: seus 600 hectares irrigados, se não correspondiam ao destino de tamanha construção, representavam a tentadora amostra do que poderia ser uma obra dessa natureza em situação mais favorável.

Não seria de recear, pelo menos, quanto aos pontos indicados na Paraíba, que as bacias hidráulicas não recebessem a quantidade d’água prevista.

Já dei uma ideia do regime das quedas de chuva no Alto Sertão. Em algumas zonas a média da altura pluviométrica é superior à de municípios da região brejeira. E quem observou o volume e a velocidade dos cursos que teriam de alimentar os depósitos projetados não poderia duvidar do êxito desse empreendimento.

Exageram-se, geralmente, os efeitos da evaporação e da infiltração, que não podem estar sujeitos a leis fixas.

Mas, por maior que fosse a cifra dessas perdas, poderíamos contar, até em anos escassos, com precipitações compensadoras, como provam os dados registrados.

A baixa verificada no Quixadá, de 1900 a 1906, com três anos de seca e quatro de invernos minguados, foi de 1,612 m, inferior à prevista no cálculo da irrigação, de 2,550 m.

Há exemplos de açudecos, em toda a bacia do Piranhas e seus afluentes, que têm resistido a mais de um ano de ingrata estiagem.

Não seria, conseqüentemente, razoável duvidar-se da possibilidade de se encherem as profundas bacias hidráulicas no primeiro ou, o mais tardar, no segundo inverno normal. Tampouco, seria crível que esse volume d’água decrescesse, em pouco tempo, à ação dos fatores adversos, a ponto de se tornar insuficiente para irrigação dos terrenos cultiváveis

e outros fins. Porque – não faz mal repetir – as secas de mais de dois anos são acidentes de raros registros e, ademais, nesses longos períodos de escassez nunca deixou de chover, parcialmente, além da Borborema.

Se os pequenos depósitos, disseminados nessa área, retêm, com as naturais diferenças de nível, as águas precipitadas por aquele espaço de tempo, quanto mais as obras que recolhessem o regime torrencial de anos sucessivos.

De forma que todas as condições locais favoreciam essa realização, apontada como o meio mais seguro de combate às crises do Nordeste. O sr. Elói de Sousa, em seu discurso de 1906, acentuara, penetrantemente, essas vantagens. Em relatório apresentado, no mesmo ano, ao ministro Lauro Müller, sobre irrigação e poços artesianos nos Estados Unidos e na Argélia, o dr. Antônio Olinto mostrara o assombroso progresso dessas obras e concluía:

Essa é a experiência de outros povos mais velhos, que nos cumpre aproveitar agora, quando, por toda parte, despontam sintomas promissores, para o desenvolvimento nacional, que há de ser uma realidade em futuro mais ou menos próximo.

O sr. Castro Barbosa, em conferências realizadas em sessão do Conselho Diretor do Clube de Engenharia e na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, promovida pela Liga contra as Secas do Norte, bem como em relatório apresentado ao 4º Congresso Médico Latino-Americano, encarecera a importância dessa aplicação d'água em proveito de nossa economia. O assunto ainda fora versado, a título de propaganda, por muitos outros espíritos empenhados em nossa salvação, em livros de valor, como *O problema do Norte*, do engenheiro Joanny Bauchardet, e em trabalhos da imprensa, como os do provector²⁰⁵ engenheiro Eugênio de Sousa Brandão.

Mas os governantes não se compenetraram dessas ideias práticas, ou, se se apercebiam de sua procedência, procuravam torná-las efetivas de

205 N.E.: experimentado, de muita sabedoria.

forma exígua e morosa, com o sistema condenável dos nossos serviços públicos. A comissão Revy, encarregada da construção do Quixadá, gastou, em cinco anos, segundo afirma o sr. Rodolfo Teófilo, mais de duzentos contos de réis só em plantas e orçamentos.

A Paraíba, pelo menos, nenhum proveito tirou das comissões incumbidas da solução do problema de abastecimento d'água. Já mostrei que, quando foi organizada a inspetoria, tínhamos, apenas, um açude público estudado – o de Soledade. O Mogeiro, que abastece o povoado do mesmo nome, do município de Itabaiana, fora construído em 1877 e achava-se em ruínas, quando foi reconstruído, de 16 de janeiro a 29 de março de 1911, com a despesa total de 9.409\$075. Passou, assim, a ser uma represa de cerca de 800 metros de extensão e 5,50 de profundidade, no máximo, e de cerca de 130 metros de largura média, com a capacidade de 313.500 metros cúbicos d'água. Foi entregue, oficialmente, ao governo do estado, a 18 de abril de 1917, depois de uma despesa de conservação de 3.316\$500. Fica na zona da caatinga.

Continuou a construção do açude de Soledade que ainda não se acha ultimado.

Em 1911 foi projetado o Bodocongó, 6 quilômetros acima da cidade de Campina Grande, em zona, onde, conforme reconheceu o dr. Aarão Reis,

era notável a falta de um reservatório de maior capacidade que pudesse servir não só para as numerosas tropas que do interior demandam a cidade, como também para aumentar o abastecimento d'água à população, cujas necessidades industriais e domésticas crescem, de dia para dia, com o aumento do movimento comercial do interior do estado da Paraíba.

Iniciados os trabalhos, foram estes logo suspensos, por impropriedade do local e certeza de que as águas não se conservariam potáveis.

Nada mais se promovera na Paraíba para a solução desse problema, até que os créditos extraordinários, votados em 1915, em socorro dos flagelados, foram aplicados em novas obras.

Foi, então, escolhido outro local, em Campina Grande, por ser mais próximo da estrada de rodagem em construção, dispor de bacia hidráulica de maior capacidade, d'água menos salobra e de melhores terrenos a

inundar. Segundo o projeto, que sofreu ligeira modificação, entraram na nova represa, além da bacia hidrográfica já reconhecida, nove córregos e dois riachos de água doce e a confluência do riacho Caracol com o Bodocongó que forma uma bacia de cerca de 90.000 metros quadrados. Os estudos preliminares foram iniciados a 21 de outubro de 1915 e os trabalhos de construção a 29 de novembro do mesmo ano, ficando concluída a barragem em 15 de janeiro de 1917 e sendo entregue ao estado a 11 de fevereiro do mesmo ano.

A despesa total foi de 140:603\$582.

Estava o Alto Sertão desservido de qualquer obra dessa natureza. Urgindo socorrer os famintos que se aglomeravam nessa parte do estado, foi determinada a reconstrução de um antigo açude de Cajazeiras. Diz o dr. Aarão Reis em seu relatório de 1919:

E, entre os estudos e projetos da Inspetoria de Obras contra as Secas, procurou-se qualquer outra obra nessa região, que pudesse ser imediatamente iniciada.

Infelizmente nada pôde essa repartição fornecer; pois, sobre o assunto, apenas havia, em seu arquivo, uns estudos, feitos em 1911, que não se prestavam, por incompletos e deficientes, de base à organização dum projeto capaz de ser executado. Da memória descritiva, que acompanhara tais estudos, constava haver em Cajazeiras, mesmo dentro da cidade, um velho açude, que fora construído em terras pertencentes, na sua quase totalidade, à família Rolim, então chefiada pelo padre Rolim, altamente conceituado no lugar.

A Inspetoria não tinha conhecimento dos estudos realizados por ordem de presidentes da antiga província, nem, tampouco, tentara certificar-se das condições deste infeliz trato do Nordeste para o provimento de sua mais vital necessidade.

Iniciada a obra a 27 de dezembro de 1915, com o emprego de trezentos flagelados, dos mil que solicitaram colocação, ficou concluída a 15 de abril de 1916 e foi entregue ao estado a 16 de novembro do mesmo ano.

Seu custo foi de 73:201\$425, inclusive 15:847\$000 de desapropriações.

Esse açude, que já beneficiara a população da cidade de Cajazeiras,

em 1888, ficou, desse modo, com a capacidade elevada a 2.599.600 metros cúbicos d'água, sem grande resistência, por ser pouco profundo.

Os serviços de açudagem na Paraíba cifravam-se nesses mesquinhos melhoramentos, quando o sr. Epitácio Pessoa foi elevado à Presidência da República.

Eram uma construção e duas reconstruções de pequenos depósitos, úteis à circunvizinhança sedenta. Mas não representavam pontos de apoio aos famintos nos períodos de calamidade.

Fora desse jeito que se intentara resolver o problema da seca. Em seu incessante desenvolvimento, a população estava menos aparelhada para enfrentar o mal periódico do que nos tempos coloniais.

Continuava insolúvel a questão d'água e, principalmente, das obras irrigatórias. Cumpria fundar centros de produção, para a segurança de estabilidade desse povo de índole sedentária que se via forçado, de quando em quando, a um desastroso nomadismo.

A carência desse elemento de defesa e de prosperidade não poderia escapar à visão de estadista de um filho do Nordeste. E a mensagem de 1919 expôs, com singular acerto, a ação que nos convinha, por seu alcance social e por seu valor reprodutivo.

O Poder Legislativo e a unanimidade da imprensa corresponderam a esse apelo com a espontaneidade de uma compreensão comum. Só o sr. Cincinato Braga divergiu desse plano, escorado em razões que colidem com o seu arguto senso das necessidades nacionais.

Partiu do falso argumento de que “a grande açudagem não tem valor contra exatamente o perigo mais formidável e mais apavorante, que são as secas de três anos para cima e vale pouco contra as secas de dois anos”.

Mas não há memória dessa terrível catástrofe “de três anos para cima”. Atribuem alguns cronistas tamanha persistência às crises que irromperam em 1723 e 1790. É mister, entretanto, não confundir, no tocante às dificuldades da acumulação d'água, o prazo da estiagem com os seus efeitos, que subsistem até a primeira colheita. Assim se explica o exagero dos antigos historiadores. E, quando fosse exata essa conta, as durações das secas sucedem-se em proporção decrescente. A de 1877, a mais longa do século XIX, foi, realmente, exterminadora, pela falta de meios de socorro; mas, não deixou de chover, em todo o sertão, tanto

em 1878, como, principalmente, no ano seguinte. Essas chuvas mal distribuídas e intervaladas não permitiam a renovação da agricultura, mas compensariam as perdas das reservas d'água.

Só se registra um ano de absoluta sequidão em algumas localidades: o de 1898.

Na estiagem de 1915, a média anual da altura pluviométrica de São José de Piranhas, área da grande açudagem, foi de 489,1 mm, frisando pelo limite máximo do padrão da aridez.

E afirmar que os grandes lagos artificiais valem pouco contra as secas de dois anos é desconhecer a bacia hidrográfica dos pontos destinados a esses reservatórios ou exagerar, como já fiz ver, a influência da temperatura e da secura da atmosfera na evaporação. Demais, esse fenômeno meteorológico, por mais absorvente que fosse, redundaria, compensadoramente, no benefício da produção de chuvas, suprimindo a evasão das superfícies líquidas e dos rios regularizados. Convém lembrar que pequenos volumes d'água, nutridos por simples riachos, têm atravessado as últimas vicissitudes, com uma eficácia que dá a medida da resistência de maior armazenagem.

O ilustrado deputado paulista opinou que “a questão social das secas do Nordeste é substantivamente um problema ferroviário e só adjetivamente um problema de açudagem.”

O combate a distância é de interesse geral e favorece, notadamente, as condições especiais do sertão.

Mas os meios de transporte, separadamente, não poderiam representar a solução definitiva que “a todos possa servir ao mesmo tempo e com iguais garantias para salvação de suas vidas e de seus gados, desapertando-se para o interior, para bacias férteis de rios perenes, abrigando-se assim a pontos de onde, passada a seca, fácilimo lhes seja rever seus lares”.

Eis como os espíritos mais lúcidos e práticos descaem, às vezes, por falta de observação direta, em absurdos ditames.

A falta de conhecimento pessoal das condições físicas e das formas de existência do Nordeste sempre prejudicou as prescrições propostas para as suas crises por autoridades afeitas ao exame de meios antagônicos.

Melhor fora deixar a região ao abandono do que sujeitar seus habitantes a essa irremediável instabilidade.

A estrada de ferro é, sem dúvida, uma indicação que convém às necessidades de todo o território sujeito ao flagelo, como meio de desenvolvimento de sua riqueza e, por conseguinte, de maior resistência.

Terá, igualmente, a função de abastecer a zona infeliz nos períodos de escassez.

Mas destiná-la, pela exclusão de outros recursos, a esse vaivém da família sertaneja é um plano cuja impraticabilidade já está evidenciada pelos desastres das reiteradas migrações.

Não é sem funestas consequências que essa massa humana se desloca de seu puríssimo rincão.

Se em nossas zonas salubérrimas se desenvolvem, à acumulação dos adventícios, violentas epidemias, quanto mais nas “estupendas bacias dos rios perenes”, conhecidos focos de mortalidade.

Teme o sr. Cincinato Braga os lagos artificiais e a irrigação “sob o ponto de vista das febres de mau caráter”. Mas foram as obras dessa natureza que sanaram o vale do Nilo, principalmente o delta inóspito.

E com que recursos contariam os retirantes em terras sem colônias? Como se resolveria o problema da habitação? Como seriam encontrados, de repente, meios de trabalho e de subsistência?

Resultaria no mesmo sistema de abarracamento, com aglomerações pestíferas, e nas vicissitudes da mendicidade.

Não se desconhece a desventura dos famintos que têm emigrado para o Maranhão e o Pará.

E, se não seria praticável, por essa forma, a salvação da vida dos sertanejos, ainda mais periclitaria a de seus gados.

Muitas vezes os fazendeiros do Rio do Peixe, zona livre, na gíria dos criadores, procuraram salvar seus rebanhos mediante retiradas para o Jaguaribe e outros abrigos do Ceará. Os prejuízos dessa remoção para o mesmo clima, decorrentes das epizootias, dos extravios e de outras causas, foram, porém, de molde a não permitirem novas tentativas.

Os bovinos do alto Cariri e do sertão, sujeitos à febre do Texas, não resistem, muitos dias, fora de seu *habitat*, em lugares contaminados de carrapato. Se não se aclimatam em outras zonas do mesmo estado, correriam maior risco em sítios ainda mais estranhos. E, selvagens, criados à lei da natureza, disseminados pelos campos abertos, não seria fácil

transportá-los, em massa, dessa maneira, ao primeiro rebate da calamidade, para as bacias dos rios Parnaíba, Uruçu-Açu, Mearim e regiões mais distantes. Depois de inaugurada a estação de Campina Grande, os marchantes do Recife tentaram conduzir no trem o gado adquirido nas feiras daquela cidade; mas, tamanhas dificuldades se lhes depararam, que tiveram de voltar ao antigo sistema de locomoção.

O movimento, que já se vai observando no sul, das pastagens de criação extensiva para as de engorda, não se expõe ao atropelo de uma retirada, de perdas inevitáveis.

Onde encontrariam os nossos fazendeiros pontos de apoio para as reses bravias a famintas?

Que sorte teriam as fazendas abandonadas ao alarma da seca? Alvi-trou o sr. Cincinato Braga que:

Nessas regiões do interior, os próprios criadores do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba e outros poderão manter, adquiridas a preços reduzidos, vastas fazendas de criação e mantimentos.

Seria o meio mais prático de despovoar o Nordeste. Porque, com essa utópica facilidade de acolhimento e adaptação em zonas tidas em conta de privilegiadas, ninguém se arriscaria a retornar ao sertão indefeso.

Mas quantos estariam em condições de realizar esse sonho?

Demais, as paragens visionadas com esse otimismo ainda não demonstraram compensações que pudessem induzir a tamanho sacrifício. Não: a solução humanitária e econômica seria estabilizar a população. Seria fixá-la em seu centro de atividade, para que ela não interrompesse a faina produtiva, nem fosse, intrusamente, perturbar, em levadas repentinas, as condições de vida de outros núcleos.

E só se alcançaria esse resultado com as obras de açudagem e irrigação.

Foi essa a clarividência do governo Epiácio Pessoa, quando contratou com a firma *Dwight P. Robinson & Co.* a construção das barragens de São Gonçalo, Piranhas e Pilões, na Paraíba.

O rio Piranhas que, como já descrevi, nasce na serra fronteira de Bongá, ao sudoeste, recebe água de uma área de cerca de 1.324 km², com uma média de chuva anual de 900 mm. Corre, impetuosamente, pela

acentuada declividade, até que corta os arenitos da serra de Santa Catarina e se escapa pelo vale mais plano, ladeado de alcantis, que oferece uma excelente bacia de armazenagem. Tive ocasião de apreciar uma de suas violentas cheias, cuja velocidade excepcional se explica pela topografia e impermeabilidade do leito. Trinta quilômetros, mais ou menos, abaixo do boqueirão, o caudal atravessa os serrotes graníticos de São Gonçalo. Daí por diante, continua o curso, sinuosamente, pelas várzeas cretáceas, suscetíveis de vantajosa irrigação. Diz Crandall:

A extensão de terra a irrigar aqui é tão grande que do ponto de vista comercial este seria um dos açudes melhores do Norte.

Foram utilizados esses locais por um sistema combinado, ficando São Gonçalo como barragem de diversão da represa do Piranhas.

Visitei esses trabalhos em novembro do ano passado, quando ainda se achavam em plena atividade.

Nunca haverei de esquecer esse esforço fecundo que inovava, como por encanto, a terra malsinada.

Em Piranhas, mais de mil homens formigavam, azafamados, num recanto, onde, um ano antes, não se encontrava viva alma. Florescia o povoado nascente em condições que já rivalizavam com algumas das antigas vilas sertanejas. Além das trinta casas construídas para o pessoal superior e operário, incrementava-se, dia a dia, a edificação particular. O comércio medrava aos surtos, funcionava uma escola e abriam-se casas de diversão, por iniciativa privada.

Os serviços, iniciados a 1º de julho de 1921, um pouco lentamente, nos primeiros meses, por dificuldades de transporte, tinham logrado extraordinário andamento, depois da ligação à estrada de ferro de Baturité. Havia no local 3.300 metros de linha com o tráfego, para diversos serviços, de três locomotivas de 20 toneladas e 40 carros. Afigurou-se-me um sonho o percurso pelos contrafortes da serra solitária para a pedreira próxima, em grande parte aberta.

Era regular a organização dos serviços pelo sistema central para distribuição de força termoeletrica. Estavam instaladas as oficinas, a usina de força motriz, servida por quatro caldeiras verticais, tipo Wickes

de 300 hp, assim como quatro geradores de 225 kW, três compressores de 450 pés cúbicos por minuto para suprimento a 24 perfuratrizes, os britadores, as betoneiras e os distribuidores de concreto.

Acabavam de ser montados uma das torres do cabo aéreo e três guindastes de 35 metros de lança e dois de 20 metros.

Tinha sido construída uma represa, com tanque e filtros para o abastecimento d'água.

A fundação era reputada excelente. O volume total da escavação já se elevava a 122.000 metros cúbicos, sendo 120.000 de terra e 2.000 de rocha.

Essa grande obra, que se ultimaria no prazo máximo de quatro anos, deveria ficar com uma barragem de 54 metros de altura e 440 de comprimento e com a capacidade de 590 milhões de metros cúbicos d'água.

O São Gonçalo, iniciado a 1º de outubro de 1921, estava ainda mais avançado, também com mais de mil operários em atividade. Tinha prontas as casas de residência do pessoal, as oficinas em funcionamento, bem como os depósitos de materiais e o serviço de abastecimento d'água filtrada por meio de poços.

Estavam terminadas as instalações de duas caldeiras Wickes de 300 hp e da usina de energia elétrica, provida de dois geradores de 325 kW que também acionavam dois compressores de 450 pés cúbicos por minuto para o desmonte da pedreira. Achavam-se em atividade nove guindastes e montado um britador giratório e betoneiras com a capacidade de produção horária de 50 metros cúbicos de concreto.

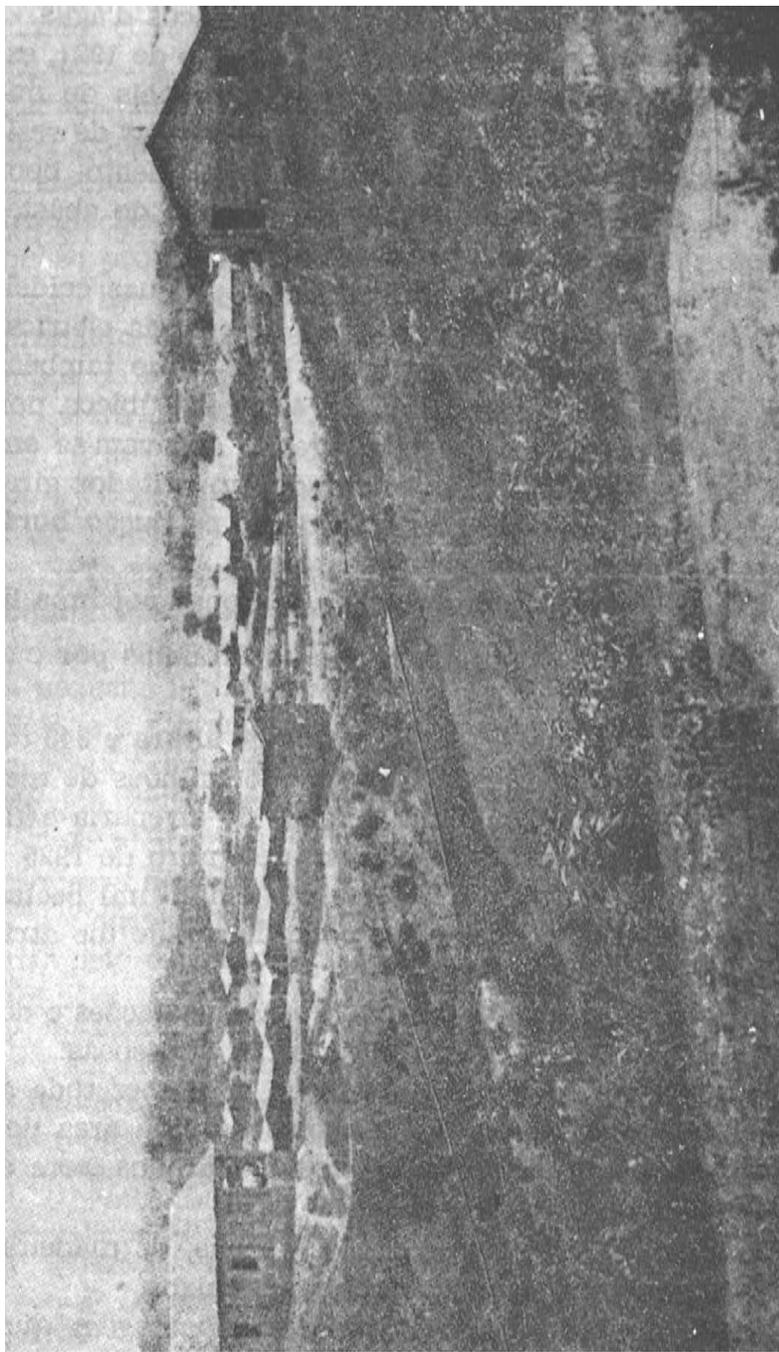
O local estava ligado à cidade de Sousa por uma linha telefônica de 12 quilômetros e ao Piranhas por outra de 40 quilômetros.

A barragem, que teria 45 metros de altura e 340 de comprimento, com a capacidade de 75 milhões de metros cúbicos d'água, já tinha começo de alvenaria e ficaria concluída, provavelmente, em dezembro de 1925.

Toda a área irrigável é calculada em 10 mil hectares; mas quem a conhece não pode deixar de lhe atribuir maior extensão.

Apesar desse estado das poderosas instalações e do avanço dos serviços, essas obras estão suspensas.

A barragem de Pilões é destinada a receber toda a água das cabeceiras do rio do Peixe de uma área de, aproximadamente, 952 quilômetros quadrados, com a média pluviométrica de 800 mm.



Acampamento do açude São Gonçalo

O curso superior tem pouco declive, de maneira que se espraia em alguns pontos mais baixos.

Em novembro do ano passado, essa barragem, que fora iniciada a 1º de fevereiro, tinha o acampamento concluído, com uma represa de 75.000 metros cúbicos de capacidade, construída para o abastecimento de água filtrada. Achavam-se instalados duas caldeiras de 300 hp, dois geradores de 325 kW cada um e dois compressores de 450 pés cúbicos por minuto. Metade das instalações e as casas de máquinas estavam, portanto, quase prontas nesse curto espaço de tempo.

A altura da barragem será de 27 metros e o comprimento de 360 metros, com a capacidade de 350 milhões de metros cúbicos d'água.

Será um extenso lago de pouca profundidade.

É das três grandes barragens a única que não tem os serviços suspensos e, se não lhe faltarem meios, ficará concluída em junho de 1925.

Proporcionará reais benefícios, mas não pode competir com as duas outras obras de mais vantajosas condições naturais. A área de menores quedas de chuvas, a pequena inclinação do leito do rio, a falta de profundidade e a grande extensão da superfície líquida, mais exposta à evaporação, não lhe asseguram a resistência de que seriam exemplos os outros reservatórios.

E, além de tudo, inundará uma das mais preciosas riquezas da Paraíba: a fonte do Brejo das Freiras.

Consoante já referi, essas termas foram examinadas pelo dr. Francisco Lafaiete Rodrigues Pereira que informou, em seu relatório, apresentado a 30 de julho do corrente ano, ao ministro da Justiça:

Essas duas águas examinadas podem ser consideradas como sendo da mesma natureza, ambas medicinais, havendo conveniência, portanto, que sejam aproveitadas.

Parece pouco provável, em se construindo o açude de Pilões, conseguir isolar a fonte por meio de uma barragem.

Existem vários pontos por onde a água surge e, provavelmente, existirão falhas na camada impermeável, falhas essas que mesmo após estudos minuciosos do terreno poderão escapar à observação. E, por conseguinte, a construção dessa barragem que, quer pela sua extensão, quer pela pro-

fundidade em que se acha a camada impermeável, deverá custar quase ou tanto quanto a barragem principal do açude, não dará garantia absoluta, do ponto de vista de proteção às referidas fontes.

Esse ilustre especialista examinou também uma fonte em Santa Luzia, considerada, até então, sulfurosa, e a do Pilar, em Catolé do Rocha, ambas sem valor medicinal.

O poder radioativo das águas do Brejo das Freiras é de 9,25 unidades *mache* por litro, superior ao de todas as outras examinadas pelo dr. Lafaiete na Paraíba e no Ceará, bem como as de Lambari, São Lourenço etc.

E é esse recurso indicado para muitas manifestações mórbidas, aonde acorrem doentes de todo o Nordeste, que está condenado a ficar mergulhado na bacia hidráulica do Pilões.

É esse, pelas razões expostas, dos nossos grandes açudes o que poderia ser adiado, para estudos posteriores, no sentido de ser poupada a terra, e o que oferece menor segurança à irrigação; mas, por um destino irônico da Paraíba, é o único onde os trabalhos prosseguem.

As obras de abastecimento d'água na Paraíba não se limitaram às barragens de alvenaria.

Divergem as opiniões quanto à capacidade das bacias que mais se ajustam à situação do Nordeste.

Preconizam-se, em regra, os grandes reservatórios, porque são menos dispendiosos relativamente à quantidade d'água, preenchem o requisito econômico da irrigação e resistem a maiores secas.

São vantagens indiscutíveis. Mas o sr. Roderic Crandall adverte, avisadamente, que “a solução do problema do Norte não está em grandes ou pequenos açudes, mas em ambos”.

É o caso que nem todas as zonas apresentam condições topográficas propícias aos lagos artificiais, nem seria possível construí-los, em grande número, de acordo com as necessidades gerais.

São aproveitados os pontos mais apropriados para a maior armazenagem; mas os locais menos adequados não poderiam ficar privados desse benefício.

Daí, a conveniência da açudagem média ou pequena, disseminada por toda a área semiárida, com a função salutar que se acentua, progressivamente, na zona rio-grandense do Seridó.

Dominado desse pensamento, o governo Epitácio Pessoa não descuro das localidades, arredias da zona da grande irrigação.

O sr. Arrojado Lisboa dá conta, em seu relatório do ano passado, do impulso desses serviços:

No estado da Paraíba, foram iniciadas no presente governo a construção, reconstrução e desobstrução de 14 represas públicas com o dispêndio total de 728:320\$457. São 10 açudes e quatro tanques que se constroem para abastecimento d'água potável aos habitantes locais e fins agrícolas. Destas obras não são conhecidas as capacidades de sete; as restantes têm um total represado de 33.322.865 metros cúbicos d'água. Estas obras acham-se situadas nos municípios de Bananeiras, Araruna, Taperoá, Soledade e Ingá, e denominam-se: açudes d. Inês e Pedra d'Água, em reconstrução este, aquele concluído, Fragoso, Lajedo Preto e Tatajuba em construção, e os tanques d. Inês e Pia, desobstruídos, e Umari, em construção, todos no município de Bananeiras.

As obras no município de Araruna são o Cacimba de Dentro, açude desobstruído, e Lagoa da Serra, tanque desobstruído. No município de Taperoá está o açude Taperoá, em obras de reconstrução, com a capacidade de 290.000.000: no de Soledade está o grande açude desse nome, com a capacidade de 32.000.000, outras obras tiveram início em época anterior ao presente governo, mas, suspensas, tiveram andamento nos últimos anos e presentemente acham-se paralisadas, por serem necessárias modificações nos planos em execução. Nesse município há ainda o Negrinhos, açude que tem capacidade para 527.867; no município de Ingá está o açude desse nome em obras de construção.

Com a despesa de 156:160\$836 foram estudados 32 açudes e dois tanques públicos no estado da Paraíba, dos quais três estão em conclusão. No município de Bananeiras estudaram-se dois açudes e um tanque; nos municípios de Taperoá, Alagoa do Monteiro, Soledade e Cajazeiras foram estudados dois, sendo dois em cada um; no de Serraria um tanque; no de Cabaceiras, seis; no de Umbuzeiros, cinco; no de São João do Cariri, três; e nos municípios de Sousa, Piranhas, Conceição, Pombal, Misericórdia, Brejo do Cruz, Ingá e Santa Luzia estudaram-se oito, sendo um açude em cada município. Convém salientar dentre estes os grandes açudes, em número de cinco, que têm capacidade total de 147 milhões de metros cúbicos

d'água, os quais são: São José, no município de Alagoa do Monteiro; Santa Luzia, no município de igual nome; Poço do Juá, no de Taperoá; Boqueirão dos Campos, no de São João do Cariri, e Catingueira, em Cajazeiras.

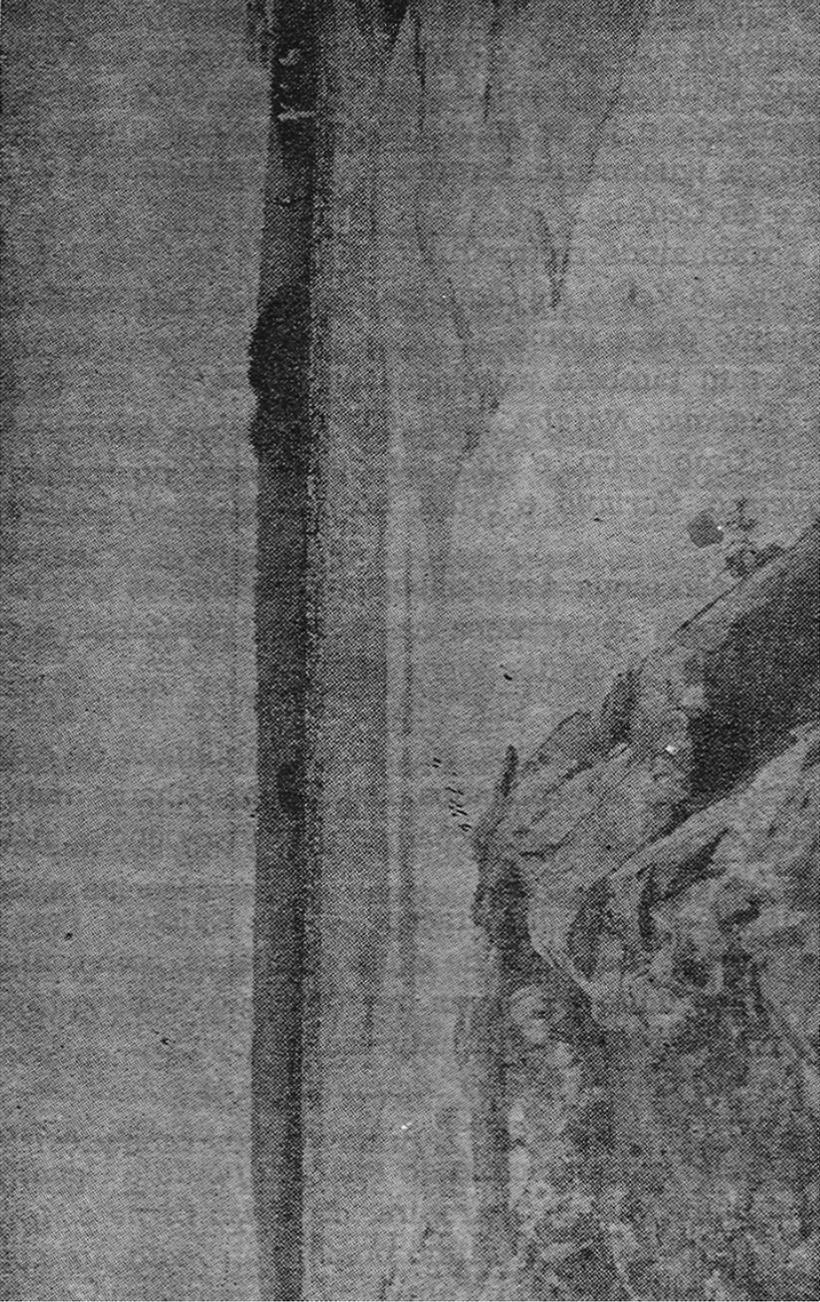
No mesmo período foram estudados 38 açudes particulares, alguns dos quais já estão projetados, no estado da Paraíba, a saber: Capivara, com capacidade de 414.648 metros cúbicos; Guaiamunduba, com capacidade de 149.445 e Lázaro, com capacidade de 75.000, este com os serviços de desobstrução já terminados, todos no município de Bananeiras; Pimenta, com cerca de 1.000.000 de metros cúbicos, barragem de terra com oito metros de altura, e Malhada da Onça, com a mesma capacidade e barragem mista, com nove metros, no município de Taperoá; Olho-d'Água do Cunha, em Alagoa do Monteiro, com capacidade para um milhão de metros cúbicos d'água e barragem de terra com sete metros de altura; Santo Antônio, no de Santa Luzia do Sabugi; Santa Teresa, com 1.000.000, Costa com 85.000, quixudí, com 1.500.000, Riacho do Morcego, com 300.000, no município de Soledade e o Pedro Tavares com a mesma capacidade e no mesmo município, Jatobá com 1.000.000, Satiro, Suécia, Cacimba d'Areia, Maria da Paz e Livramento, no município de Patos; Maria de Melo, com 514.560, no de Itabaiana; Barros, no de Umbuzeiro e Cabunga, com a capacidade de 700.000 metros cúbicos e Oriente, com 168.750 no de Conceição, além de cinco outros, o Ibiapina, Cedro, Riacho do Meio, Tavares e Macapá, no município de Princesa, cuja capacidade não foi ainda avaliada.

As despesas totais com estes serviços ascenderam a 325:487\$907.

Dos açudes públicos, construídos ou em construção, o d. Inês tem a capacidade de 7.404.980 m³; o Frágoso, de 285.000.000 m³; o Laje-do-Preto, de 50.000.000 m³; o Tatajuba, de 30.000.000 m³; o Ingá, de 126.000.000 m³. O Tanque da Pia tem a capacidade de 6.193.010 m³.

O açude Taperoá, no fim do ano passado, já tinha 523.239 m³ de alvenaria empregada no muro e 9.780 m³ nas alas de proteção à barragem. O Macapá, de Princesa, que também é público, estava, nessa época, bastante avançado e já se acha concluído. Nesse município acham-se, igualmente, terminados os trabalhos do Ibiapina e do Cedro.

Foram ainda reconstruídos o açude do Governo, de Soledade, o Velho, de Campina Grande, e o Serraria, do município desse nome.



Tanque da Pia – Reservatório d'água, aberto no granito.

Foram também estudadas as barragens submersíveis Guapaba, Natuba, Carapeba e Tapuia, no município de Umbuzeiro, e Poço da Água, Riachão, Caturité, Boqueirão, Carnoió e Prata, no município de Cabaceiras.

Não são ainda devidamente conhecidos os recursos da hidrologia subterrânea na Paraíba, por falta de estudos sistemáticos dos terrenos.

As perfurações nas áreas de xistos e gnaisses, entremeadas de granitos, só têm probabilidade de êxito em sítios bem determinados. Daí, terem falhado muitas tentativas, com o descoroçoamento de experiências mais racionais.

Durante a administração do dr. Epitácio Pessoa foi explorado esse meio de captação d'água, com ótimos resultados, tanto em áreas de formação sedimentária como em zonas de outra natureza geológica.

Foram perfurados os seguintes poços tubulares: São Francisco, Cruz do Peixe e São Bento, na capital; Matrona e Bonito, no município do Pilar; Cafundó e Jendiroba, no município de Guarabira; dr. Celso Cirne e Moreno, no povoado deste último nome; Patronato Agrícola, Chã do Covão e Chã do Tabuleiro, no município de Bananeiras; estação de Borborema, no povoado do mesmo nome; Almeida Barreto, Epitácio Pessoa e Diamante, no município de Sousa e Praça da Conceição, em Umbuzeiro. Além dessas, foram iniciadas e abandonadas mais seis perfurações, por acidente, pela resistência das rochas ou pela má qualidade d'água, como a do Carretel, em Itabaiana.

Com essas grandes e pequenas obras a Paraíba ficaria sobranceira aos contratemplos de sua natureza incerta.

Euclides da Cunha prefigurou, com a sua visão iluminada, as virtudes da açudagem em vasta escala:

As mais ligeiras noções climatológicas denotam-lhe o valor: os numerosos e minúsculos lagos largamente espalhados na região terão o efeito moderador de um mediterrâneo subdividido; desaparecerão as colunas ascensionais dos ares adustos, que por ali repulsam vivamente os alísios, e com eles a umidade recolhida nos mares; as irrigações fecundarão a terra e, a breve trecho, despertas as suas energias adormecidas, a renascença da flora ultimar-se-á a intervenção humana.

Depois de assinalar a influência oceânica sobre o clima, Ratzel assegura, com a sua suprema autoridade, que essa ação modificadora é própria de todas as superfícies líquidas e, assim, “todos os lagos de qualquer importância exercem a mesma função”.

Mas não foi esse efeito aleatório que se colimou. Era preciso, antes de tudo, dar água a beber aos sedentos, na terra ressequida. E, pelo valor agrícola da irrigação, pôr os meios de subsistência ao alcance desses infelizes que, empobrecidos, de quando a quando, iam mendigar o pão a léguas sem conta de distância.

Quem não os conhece acha-os incapazes dessa cultura; mas, eu que sei do extraordinário poder de assimilação dessa gente admirável, que os vi, de chofre, transformados em mecânicos e maquinistas, nas oficinas e nas locomotivas recentemente introduzidas, fio que eles se adaptarão, em pouco tempo, a esses processos.

E é, de mais a mais, um melhoramento que, além de acudir ao problema angustioso, servirá às finanças públicas, pela supressão das verbas de socorro direto ou indireto, e, sobretudo, à economia nacional, pela defesa e acréscimo das suas fontes de riqueza.

Há céticos que ainda duvidam de todas essas conquistas, como se o ubérrimo solo sertanejo, explorado, incessantemente, de uma forma que tem determinado, em terras mais precárias, fantásticos resultados, produzissem menos ou em piores condições.

O sr. Cincinato Braga opôs, nesse sentido, um argumento desanimador:

Domina quase todos os espíritos um erro, grave erro; é o de supor-se geralmente que para as boas colheitas basta a abundante irrigação que os açudes vão fornecer. É um engano.

Na região do Nordeste esse engano sobe de ponto, porque ali a camada húmífera é em geral escassíssima. Nos outros países, onde a irrigação é feita à custa de rios perenes, com águas mais ou menos ricas de matéria orgânica em suspensão, a irrigação é de si mesma e, até certo ponto, fertilizante das terras. Mas, no Nordeste a água para irrigação virá das nuvens, será quase destilada. Em vez de fertilizante, é depauperante; dissolve sais úteis, levando-os para camadas inferiores do subsolo ou conduzindo-os

para o leito dos rios, que periódica ou permanentemente correrão no fundo dos vales irrigados. Assim, as terras que a projetada açudagem irrigar serão de excepcional voracidade para os fertilizantes. Nos primeiros anos a necessidade não será sentida, mercê do pouco húmus lá existente, de que as primeiras colheitas se alimentarão. Mas, logo depois o fenômeno desapontará os imprevidentes.

A camada de húmus é, de fato, pouco espessa, embora tenda a aumentar com a irrigação e consequente florestamento; mas essa pobreza é, vantajosamente, compensada pela incomparável abundância dos detritos minerais. A chuva não cai somente nas bacias hidráulicas, mas em toda a área cultivável e suas imediações. E as águas de escoamento carrearão das rochas desagregáveis para esses pontos os mesmos elementos fertilizantes que lhes fornecem, anualmente, a capacidade produtora. A açudagem não modificará esse fenômeno.

E, quanto ao falado depreciamento da lavoura, a experiência de outros países nos resguarda dessa ameaça. Diz Leroy-Beaulieu, em sua obra, já citada, sobre os Estados Unidos, que “as colheitas fornecidas pelas terras irrigadas têm um valor muito mais considerável do que as obtidas nas mesmas regiões em terras não irrigadas”.

Foi, por conseguinte, bem orientado o plano de abastecimento d’água à Paraíba.

Se todas as zonas não puderam ser dotadas de grandes barragens, como o Alto Sertão, o centro mais necessitado e mais apropriado a esses serviços, tiveram, pelo menos, outra forma de suprimento, de menor eficiência, mas de reconhecida serventia.

Mas, quando essas obras principais estavam em meio, com perspectivas que voltarei a demonstrar na previsão de suas conseqüências econômicas, quando a zona beneficiada já antegozava sua influência renovadora, a ordem de suspensão dos trabalhos foi um golpe fulminante para um povo afeito a todas as adversidades.

O sr. Cincinato Braga, em seu notável parecer sobre o orçamento da Fazenda para 1923, emendou o juízo emitido, em 1919, sobre o “suposto ouro branco”, cuja alta considerou “fruto ocasional da guerra”, e teve a sinceridade de reconhecer:

Os últimos congressos realizados, para estudos sobre a crise mundial do algodão, convencem de que o Nordeste pode tirar tão grande partido dessa cultura, que tudo devemos empenhar para que ali ela se estabeleça em vasta escala. Será esse um dos grandes elementos de aumento de nossas exportações.

Ainda bem que uma das nossas mais idôneas autoridades em assuntos econômicos veio, nobremente, consagrar uma obra que lhe parecera “um salto no escuro”. Mas propõe uma solução complementar:

Estou convencido de que uma obra paralela às que lá se estão executando garantirá definitivamente a tranquilidade pelo futuro daquelas populações e de suas lavouras e criações. Refiro-me à utilização, para os açudes, das águas do rio São Francisco.

É uma ideia debatida. Já em 1878, o conselheiro Álvaro de Oliveira cuidava que

a abertura de um canal entre os dois vales do Jaguaribe e do São Francisco, seja partindo de Boavista, como queria o dr. M. de Macedo, ou do Sobrado, como parece que era a ideia no tempo de d. João VI, oferece sérias dificuldades, e por isso exigirá a despesa de muitos milhares de contos²⁰⁶.

O dr. Marcos Antônio de Macedo, sendo juiz de Direito da Comarca do Crato, em 1848, levantara, de fato, um mapa topográfico, indicando a possibilidade de canalização, partindo da vila de Boavista até o riacho dos Porcos, depois de duzentos quilômetros de curso, e, em 1847, como deputado geral, ainda agitou esse problema.

Mas foi em 1878 que o projeto, como medida proposta contra as secas, entrou a impressionar os técnicos.

O engenheiro Halfeld, que explorara o São Francisco, considerava exequível a derivação, se a serra do Araripe não lhe opusesse obstáculos

206 *Seca do Ceará (Açudes, arborização, estradas de ferro)*, p. 27.

invençíveis. O dr. André Rebouças inclinou-se a essa solução. Mas, o engenheiro José Américo dos Santos discutiu, longamente, essa opinião e concluiu “não ser praticável a abertura de um canal que comunique as águas do rio São Francisco com o Salgado ou outros rios do Ceará”²⁰⁷.

A Inspetoria de Obras contra as Secas mandou, afinal, proceder no terreno a estudos desse problema; mas o resultado foi negativo, como demonstrou o dr. Arrojado Lisboa, em conferência pública, proferida a 28 de agosto de 1913.

O engenheiro Joanny Bauchardet, na suposição de que “o rio Salgado e em seguida o Jaguaribe foram um braço ou o leito do São Francisco”, sustentou ser a empresa “não somente exequível pelo lado técnico, como de uma facilidade relativa, não só pela disposição do terreno, como pelas condições especiais do nivelamento”²⁰⁸.

Mas, em parecer submetido, na sessão de 5 de agosto de 1919, ao Conselho Diretor do Clube de Engenharia, o dr. Aarão Reis desferiu um golpe de morte na ideia:

Somos, infelizmente, os brasileiros, mais alegres cigarras palradoras do que providas formigas diligentes; e apraz-nos sobremaneira seguir, embevecidos, as inebriantes espirais da fumaça azulada dum sonho qualquer, sem procurar – evitando mesmo – verificar-lhe as possibilidades práticas. E, em relação às secas periódicas do nosso infeliz Nordeste, dá, desse nosso jeito atávico e feitio nacional, exemplo típico e bem característico a teimosia com que, ainda hoje, se repete enfaticamente – na imprensa, na tribuna e até no livro – como a solução decisiva – desprezada pela incompetência dos técnicos oficiais – o sonho dum transbordamento de águas do caudaloso e perene São Francisco no vale do intermitente Jaguaribe.

Desde que – vai para mais de meio século – o amor do torrão natal despertou, no cérebro dum cearense, operoso e tenaz como em geral os daquele aprazível recanto brasileiro, esse sonho de fagueiras esperanças, que o levou a empreender a respeito ativa e persistente propaganda, tor-

207 *Seca no Norte do Brasil (março de 1878)*, p. 31.

208 *O problema do Norte*, p. 312.

nou-se estribilho de quanto se dizia no Brasil a propósito das secas do Nordeste, insistir nesse sonhado abastecimento do Jaguaribe por águas para ele derivadas do São Francisco. E tal parecia ser a esperança que na realização desse sonho punha o nosso velho imperante que, se não fora o seu feitio ingênuo avesso a ousadas iniciativas, mormente dispendiosas, teríamos tido, ainda no antigo regime, a evaporação dessa esperança.

Quis a sorte mesquinha reservar-me a ingrata tarefa de dar publicidade a trabalhos que verificaram no terreno a impraticabilidade desse sonhado transbordamento. Dos três bons mapas que, como inspetor de obras contra as secas, fiz imprimir em 1914 registrando os resultados colhidos dos trabalhos de campo e de gabinete da seção topográfica chefiada então efetivamente pelo sr. Giles Lane, é um deles, como mencionei na introdução que apus ao meu já citado relatório de 1913, o que determinou, definitivamente, a impraticabilidade dum canal que abastecesse o rio Jaguaribe, no Ceará, das águas do São Francisco, para o que foi corrida uma linha taquiométrica desde Boavista, em Pernambuco, até Macapá, no Ceará, que revelou ser de 355 metros a altitude da cachoeira do Jenipapo (no São Francisco) e de 550 metros a altitude mínima no divisor das águas desse grande rio das do Jaguaribe.

Não seria, tecnicamente, impossível a construção.

Mas, diante dessa condenação formal, baseada no reconhecimento da região, nenhum governo tentaria a obra aventureira, de custo elevadíssimo e de resultados incertos.

Demais, como disse o sr. Ildelfonso Albano em relação ao Ceará, para que ir buscar água fora, quando a temos suficiente?

Não seria lícito, por conseguinte, hesitar entre essa sugestão duvidosa e a providência infalível da grande açudagem.

Mas o presidente Epitácio Pessoa, mesmo havendo adotado o plano mais prudente e eficaz, não deixou, na acuidade de sua política econômica, de cogitar dessa questão. Foi nomeada, por intermédio do ministério da Agricultura, uma comissão para o levantamento topográfico da zona situada entre o São Francisco e o divisor das águas Ceará-Pernambuco, assim como das cachoeiras, a jusante de Cabrobó, para o fornecimento da energia elétrica necessária à elevação mecânica, consoante o método indicado pelo engenheiro Fonseca Rodrigues. Esses trabalhos de campo,

que já se acham concluídos, demonstraram condições mais favoráveis ao empreendimento.

E, em face desse resultado, a Comissão Rondon recomendou que “esses estudos e orçamentos devem ser quanto antes ultimados como complemento do conjunto de planos concebidos para a solução radical do momentoso problema brasileiro”.

De forma que, em último caso, na hipótese absurda de não encherem os receptáculos, a “política hidráulica” do governo transato ainda não seria em pura perda: já se achariam prontos os depósitos para a acumulação d’água canalizada.

E, de qualquer forma, seria, de fato, mais um contingente para o futuro do Nordeste.

Se esses canais chegassem a oferecer condições favoráveis à navegação, a obra requintaria em benefícios. O transporte por vias d’águas artificiais tem sido um dos fatores do desenvolvimento econômico da Alemanha, a ponto de estimular, atualmente, na França, projetos grandiosos, como as ligações de Bordéus a Narbona, de Marselha a Lião, de Lião a Genebra, de Paris ao mar, etc.

Mas, se uma iniciativa mais modesta, já no ponto de se ultimar, está ameaçada, em parte, de não prosseguir, se se levanta de todas as bandas uma grita despeitada contra essa aplicação, seria uma esperança vã julgar possível a custosa construção paralela ao complementar.

A Paraíba prescinde dessa nova ajuda, contanto que se ponha termo à obra, quase realizada, de seu futuro. Quer, apenas, deter as águas copiosas do seu sertão, pois, todas, se escoam, com a riqueza subtraída à terra, pela ação química e mecânica das chuvas, para as várzeas rio-grandenses.

É essa a condição de seu progresso.

O PORTO

Relativamente à navegação, a Paraíba é, como reconheceu Beaurepaire-Rohan, em sua *Corografia*, bem aquinhoadá pela natureza.

O contato oceânico é, por si, um elemento de multifária importância histórica; e cresce de muito essa vantagem pela situação geográfica, pelo tipo de costa e pelo número de acessos ao mar.

Já procurei representar essa feição do litoral paraibano, modificado, de onde em onde, pela foz dos rios ou pelas barretas que se vão alongando para o sul.

Devido à próxima fundura do Atlântico e, talvez, à direção dos ventos dominantes, não se formam dunas nas praias protegidas pelos recifes. As barreiras constituem, em outros pontos, obstáculos à invasão das areias marítimas.

Daí, a acessibilidade de uma grande extensão da costa.

Foram as condições naturais dos nossos ancoradouros que atraíram, de preferência, a pirataria nos tempos coloniais. A partir dos limites setentrionais, o rio guajo, que se lança no oceano ao norte do pontal do mesmo nome, tem a barra seca e cercada dos recifes que se avizinham; mas é navegável por barçaas, com o fluxo das marés, até a distância de três quilômetros. O Camaratuba tem cerca de vinte metros na foz, rasa e cheia de coroas; mas, no leito é mais profundo e oferece navegação até o porto de Santana, seis quilômetros do mar. A baía da Traição tem a forma de um crescente, com duas grandes barras e uma barreta. Assim descreve Vital de Oliveira essa enseada:

Uma linha de recifes que vem mais ao Sul passa muito próxima à ponta, e, continuando para o Norte, na mesma direção, forma com a reentrância da costa um ancoradouro que não tem mais de $\frac{1}{2}$ milha em quadro, e se acha

atualmente obstruído pelas coroas que tem dentro, apresentando apenas bom fundo próximo à pedra.

Este recife quase a prumo de um outro lado finaliza com 1 ¼ milha de distância da ponta da Traição, em uma grande pedra a que chamam Feiticeira entre a qual e a continuação do recife para o sul existe um canal fundo, além de outro, hoje obstruído, mais próximo à ponta. Parece que é a estas duas entradas que alguns geógrafos atribuem a existência de dois ilhotes formando este ancoradouro.

O recife que passa em Camaratuba finaliza pouco ao sul e só começa de novo na Feiticeira.

O ancoradouro da Traição é franco; mas na atualidade está muito estragado e seco, o que é devido ao grande número de currais que se têm ali estabelecido.

Presume-se que aí aportaram os navios de Cristóvão Jacques.

A barra do Mamanguape, bastante larga, seria um excelente ancoradouro, bem abrigado, se não estivesse quase obstruída. É ainda navegável por embarcações de pequeno calado até o porto de Preguiça, 24 quilômetros da foz; daí até ao de Salema só permite a passagem de barças e barcos menores.

Já teve grande movimento comercial, antes da ligação ferroviária da capital da antiga província a Cabedelo e a Guarabira.

O Miriri já deu entrada a barças até 12 quilômetros acima da foz, mas hoje está quase obstruído.

Na enseada da Lucena ancoravam, outrora, até fragatas, mas é muito exposta às vagas e mal segura, salvo quando sopram os ventos dos quadrantes sul, sudeste e sudoeste.

O rio Paraíba forma, perto da foz, desenhando um ângulo agudo com a direção da costa, uma península, em cuja extremidade está Ponta de Mato e do lado da terra a fortaleza de Santa Catarina.

É a partir desse ponto que se estendem as graciosas praias, já descritas, até o Cabo Branco.

O canal, que dá entrada ao ancoradouro de Cabedelo, inteiramente abrigado dos ventos, começa, ao norte, a 1.300 metros do farol de Pedra Seca e, contornando-o, por entre bancos de areia, alcança o molhe, na

bacia de Cabedelo, a quatro quilômetros. A profundidade, pelo eixo, é de oito a dez metros, sob águas mínimas.

O Paraíba tem na embocadura 1.500 metros de largura e, em seguida, divide-se em dois largos braços, envolvendo a ilha da Restinga, que mede cerca de 10 quilômetros quadrados.

O braço direito é de navegação até a capital pela confluência com o Sanhauá, que a banha. Antes de se juntarem os dois rios, estão reduzidos de 100 a 150 metros de largura, nos leitos de águas mínimas. Mas o influxo das marés se faz sentir até Santa Rita, permitindo a passagem de canoas.

São excelentes as condições de acesso do estuário.

Nas marés de sizígia o nível de preamar eleva-se a 2,44 m e nas quadraturas a 1,68 m.

O regime dos ventos é o que já indiquei para toda a costa.

A curva de 5 *fathoms* (9,15 metros) passa de 1.200 a 2.800 metros de distância da linha de recifes, aproximando-se mais na entrada do porto; daí para o norte desenvolve-se a 4,5 para 3 quilômetros da praia, até à foz do Mamanguape.

Seguem-se para o sul as enseadas, de que já dei notícia, até ao Cabo Branco, todas expostas aos ventos.

A principal é a de Tambaú. É, segundo Mouchez, a extremidade oriental do Brasil. Entende, ao contrário, Vital de Oliveira, que o ponto mais oriental da América do Sul fica à entrada do rio Goiana.

O recife tem nesse ponto uma falha por onde podem entrar pequenas embarcações.

A barreta do Aratu e a enseada do Miranda ou Papa-Terral ou, simplesmente, enseada, como é, atualmente, conhecida, são sofríveis ancoradouros.

Seguem-se a barra do Gramame, que dá acesso a pequenas embarcações e é navegável até a distância de 25 quilômetros de sua foz, e a do Abiaí, que, apesar de não ser boa, pela arrebentação das vagas, dá entrada à navegação até 20 quilômetros.

Pitimbu, que teve o nome de Porto Francês e foi ponto de tráfico do pau-brasil, antes da colonização, tem um ancoradouro pouco abrigado, de cerca de dez braças d'água.

Encontra-se, finalmente, o rio Goiana, cuja limitada navegabilidade interessa mais a Pernambuco.

Resta saber qual é desses portos o que mais convém aos interesses da Paraíba.

O da capital foi o preferido desde a fundação da cidade.

Em seu livro *Travels in Brazil*, publicado em 1846, H. Koster registrou a impressão desse ancoradouro:

O comércio da Paraíba é pequeno, embora os navios de cento e cinquenta toneladas possam passar a barra e penetrar no rio. Chegando à bacia, de frente da cidade baixa, o menor cordame sustenta-os e ficam abrigados de qualquer perigo.²⁰⁹

O escritor francês L. F. de Tolenare, que visitou a Paraíba em 1817, reconheceu a excelência dessa situação e as suas possibilidades:

Dizem que o rio Paraíba só permite a entrada de navios de 150 toneladas; entretanto, sou informado que um brigue²¹⁰ do Porto, de 200 toneladas, veio refugiar-se aí depois de haver perdido a mastreação por um golpe do vento, e sei que as casas inglesas carregam aí vários brigues diretamente para a Europa.

Paraíba tem uma alfândega; agentes das casas do Recife procuram obter aí os algodões em primeira mão; mas, como a cidade está situada fora da estrada principal dos sertões, a maior parte das mercadorias vai diretamente para o Recife, sem necessitar dos intermediários da Paraíba.

As aparências indicam que, se fizessem boas estradas para lá, este porto poderia deslocar parte considerável dos negócios do Recife.

209 N.E.: “*The trade of Paraíba is inconsiderable, though the river admits of vessels of 150 tons upon the bar; and when in the basin, opposite to the lower town, a rope yarn would keep them still, as no harm could reach them.*” in: KOSTER, H. *Travels in Brazil*. Londres: Paternoster-Row, 1816. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/-bdcamara/17982>. Acesso em jan-2024.

A tradução na obra original é creditada a Antônio C. de A. Pimentel, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 48, p. 109.

210 N.E.: embarcação à vela, com dois mastros de velas quadradas transversais.

Tudo isto anuncia a excelência da posição da Paraíba e a perspectiva de uma prosperidade futura.²¹¹

Achava-se, desse modo, desde o princípio do século XIX, delineado por um estrangeiro, cujo poder de observação foi preconizado por Ferdinand Denis e Varnhagen, em trabalhos sobre o Brasil, o problema econômico da Paraíba.

Mas, como consequência do abandono a que sempre fomos relegados, essas vantagens naturais tendiam a desaparecer. Por falta de beneficiamento e de defesa, foi diminuindo, pouco a pouco, a profundidade do ancoradouro e do canal.

Quem consulta as mensagens dos presidentes desta antiga província encontra em quase todos esses documentos uma notícia sobre as obras do cais do Varadouro. Era um apelo interminável para a conclusão desse serviço, sempre adiado ou atacado, incompleta e lentamente, por insuficiência de verbas.

Em 1889, notou o engenheiro Retumba:

Aquele pequeno parapeito com honras de cais, já arruinado e, dentro em pouco, caindo aos pedaços, separando do elemento líquido uma estreita faixa de terra firme, com um barracão crismado em alfândega e rodeado de meia dúzia de armazéns, espremidos uns contra os outros por falta de espaço, atravancado, além de tudo, pelos trilhos da estrada de ferro Conde d'Eu, e pelas manobras de suas máquinas e *wagons*, pode ser tudo o que quiserem, menos um porto de mar, digno de uma província como esta, cuja situação astronômica é a mais favorável à navegação europeia, cuja riqueza consiste quase exclusivamente na exportação de produtos agrícolas.²¹²

De 1891 a 1893, realizaram-se alguns estudos e trabalhos da barra à capital. Mas, como parecesse dispendiosa a dragagem, ficou resolvido que se executasse o melhoramento do porto de Cabedelo.

211 *Notas dominicaes*, tradução de Alfredo de Carvalho, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, vol. XI, n. 61, p. 461.

212 Francisco Soares da Silva Retumba, loc. cit., p. 228.

Já em 1864 os engenheiros Charles Neate e André Rebouças haviam apresentado ao governo imperial um projeto para essa construção, que lhes parecia corresponder aos requisitos da navegação transatlântica.

Essa instalação foi iniciada a 5 de agosto de 1908.

A 9 de julho de 1911 acostou e atracou sobre o primeiro trecho do cais, preparado na extensão de 80 metros, a título de experiência, o vapor Pirineus, do Lloyd Brasileiro.

Até 1917 tinham sido despendidos com esses serviços 2.476:153\$327, sendo 1.574:416\$229 de pessoal e 881:737\$098 de material.

A maioria da imprensa e da opinião pública do estado não se conformava com a direção desses trabalhos conhecidos, vulgarmente, por *pioramento do porto*.

Mas, em 1918, o cais de Cabedelo, constante de uma estacada de madeira, já estava construído na extensão de 128 metros correntes.

É exato que o enrocamento, feito por trás, até a cota da maré máxima, com pedra calcária, sem resistência à água do mar, se havia decomposto, acarretando o abatimento do aterro, de que servia de apoio. Mas a estacada ficara firme e a rocha imprópria já se achava, em grande parte, substituída por granito, com seguro resultado.

Achava-se também terminado um armazém de cimento armado.

Mas esse porto não acudia ao ideal de emancipação econômica da Paraíba.

Voltaram-se as vistas do governo federal, autorizado pela lei orçamentária de 1918, para a enseada de Tambaú, de incomparável situação geográfica. Foram dadas instruções à comissão chefiada pelo engenheiro Cláudio da Costa Ribeiro para levantar a planta do local e apresentar um projeto no sentido de

consolidar os recifes e alteá-los, para obter um conveniente abrigo do porto, dragar uma bacia e o canal de acesso, fechar a enseada do lado do norte por um quebra-mar que ligue a Ponta de Tambaú aos recifes e, finalmente, fazer um molhe enraizado em terra para atração dos navios.

Dos estudos procedidos apurou-se que

seriam dispendiosíssimas as obras necessárias para aí fundar um porto abrigado e suficientemente profundo, pela construção de quebra-mares capazes de enfrentar o assalto das vagas de tempestade e pela dragagem em fundo marítimo, coalhado de concreções rochosas.

Era essa a situação, quando o sr. Eptácio Pessoa foi investido na Presidência da República. O ancoradouro externo não resolvia o nosso problema de transporte marítimo. Já, havia poucos anos, dominara a ideia de mudar para a ilha da Restinga as oficinas de Cabedelo. Chegaram a construir à margem esquerda do canal todas as fundações do edifício.

Acabava de ser verificada a impossibilidade da localização em Tambaú, que, além de distar seis quilômetros da capital, não apresentava condições de abrigo e de ulterior desenvolvimento.

Cumpria, porém, dotar a Paraíba desse melhoramento, como estímulo à sua capacidade de produção e exportação e como medida condicionada ao problema da seca, indicada desde 1877.

A constante aspiração de todos os paraibanos era o estabelecimento do porto na capital, como meio de evitar a baldeação das mercadorias e o transporte de passageiros, com todas as vantagens econômicas e sociais do contato com o movimento marítimo.

A ligação ferroviária a Cabedelo já fora encarada como uma ameaça ao comércio da Paraíba.

Ainda subsistiam as causas que deprimiam essa praça, prejudicada, desde sua fundação, pela do Recife.

Frustravam-se todas as tentativas de libertação dessa dependência secular, porque a solução da crise seria o aparelhamento do porto. Os últimos presidentes do regime decaído procuraram subvencionar empresas de navegação; mas, desde 1858, como informou Beaurepaire-Rohan, em seu relatório, “o porto da cidade se vinha deteriorando a olhos vistos, de modo que era de recear não poderem subir as embarcações até o atual ancoradouro”.

O governo empreendedor do sr. Eptácio Pessoa não poderia deixar de enfrentar esse problema. A comissão incumbida do seu estudo levantou uma planta cotada do estuário, desde o farol até a bacia do Sanhauá, em frente a capital. Verificadas as suas vantajosas condições técnicas, a

Inspetoria de Portos organizou o projeto com o respectivo orçamento, aprovado pelo Decreto nº 14.414, de 15 de outubro de 1920.

É o seguinte o plano das obras:

1º A execução de um canal de navegação desde a atual entrada até a cidade de Paraíba com 22 quilômetros de comprimento, dividido em três seções: a primeira de quatro quilômetros, tendo 170 metros de largura, a profundidade de 8 metros em águas mínimas, com inclusão do ancoradouro e atual porto de Cabedelo; a segunda de 16 quilômetros, tendo 60 metros de largura, com a profundidade de 6 m, também em extrema baixa-mar; e a terceira com dois quilômetros de extensão em curva, e contracurva de 440 metros de raio e com 80 metros de largura e terminada por uma bacia de 160 metros de largura em frente à cidade, tudo com a profundidade de 6 metros. A dragagem necessária ao preparo desse canal todo foi calculada em 2.577.430 metros cúbicos, sendo o material dragado utilizado em aterros ou eventualmente lançado lateralmente a distância para levantar diques longitudinais, revestidos de faxinas, onde convenha.

2º Balizamento do canal e cortinas de faxina para proteção das margens em alguns lugares.

3º Cais de atracação para o calado de 6 m d'água em 250 metros de extensão. Estes cais são construídos por quatro séries de estacas do cimento armado, fincadas no terreno, ligadas e contraventadas por vigas e travessões e encimados por um lençol de cimento armado, inclinado para o lado de terra; um prisma de enrocamento de pedra jogada é colocada atrás da estacada ao nível da última série de estacas, sendo que os topos das primeiras estacas, do lado da água, estão na de + 4 m e as últimas, do lado de terra, na de + 1 m; tudo sendo coberto de aterro.

4º Enrocamento dos dois lados do cais, amparando o aterro atrás do cais. 5º Dois armazéns de 80 metros de comprimento por 30 de largura, de paredes de cimento armado, aparelhado com 12 guindastes rolantes e com linhas Decauville.

6º Cinco guindastes de pórtico, sendo um para cinco toneladas de cargas e quatro para 1,5 tonelada.

7º Linhas férreas da bitola 1 m, em ligação com a da Great Western, e outra para os guindastes do cais.

Esse plano foi, posteriormente, ampliado, no sentido de maior extensão do cais e da abertura de uma avenida de acesso ao porto.

A construção ficou a cargo da firma *C. H. Walker & Co.* E teve começo em princípio de 1921.

Foi notável o seu andamento, com as rápidas instalações necessárias à execução das obras e a imediata aquisição de grande parte do material. A dragagem iniciou-se com a média mensal de 30.000 metros cúbicos até setembro, elevou-se a 117.000 até dezembro e a 230.000 de janeiro em diante.

Verificou a Comissão Rondon em outubro de 1922:

As obras do porto de Paraíba constam de: 180 metros de cais, sobre estaqueamento de cimento armado, do qual acha-se pronto um terço do total; serviço de dragagem em 18 quilômetros de extensão, parte em leito natural, largura de 60 metros, seis metros de profundidade, já feito na extensão de 11 quilômetros, faltando sete para completar, calculando-se executados 7/8 do total; e serviços de faxinas, de um e outro lado do canal, em adiantado andamento.

O projeto é do engenheiro Bicalho e vem sendo executado desde 1921, aproveitando grande parte de material pertencente à União, proveniente de diversos portos nacionais.

Estão em serviço duas boas dragas: a André Rebouças e a Paraíba, cada uma de capacidade de 600 metros cúbicos por hora de trabalho, funcionando regularmente. Conta-se terminar o serviço de dragagem dentro de dois meses e os do cais e das faxinas dentro de um ano.

Serviço bem organizado e eficiente. O orçamento é de 15.400:000\$000.

Mas, em seguida, condenou, por um exame de relance, a preferência dessa localização:

Cumprir considerar o serviço permanente e oneroso de dragagem necessária para manter o canal e o porto em condições de regular funcionamento, quando o porto de Cabedelo, a 17 quilômetros de distância, na embocadura do rio Paraíba, ora canalizado, facilmente ligável à capital por estrada de ferro, parece oferecer condições naturais de amplitude e profundidade,

exigindo certamente um volume global de despesas de proteção, melhoramento e intercomunicação reduzidos.

O engenheiro Lucas Bicalho, com a sua consciência de especialista e baseado no estudo detido do problema, já havia atalhado essa objeção em seu relatório dos trabalhos da Inspetoria Federal de Portos, correspondentes ao ano de 1921:

A construção desse porto deu lugar a discussões sobre a sua conveniência de locação na própria cidade, em detrimento do porto em Cabedelo, na foz do rio Paraíba, e a esse respeito teve o signatário da presente exposição ocasião de publicar algumas notas que vem a propósito reproduzir.

O argumento exclusivo dos partidários do porto de Cabedelo baseava-se na diferença para menos, aliás indiscutível, do custo desse porto, em relação ao da cidade, que exigia a maior, uma dragagem para o canal marítimo ao longo do rio, na extensão daquele percurso, de 17 quilômetros, necessário à navegação de médio porte que o frequentará.

Não parece bastante tal motivo para justificar a preferência porque o que se deve ter em vista não é a construção de um porto barato, mas sim de um porto útil, que possa atender ao movimento comercial de exportação e importação de mercadorias de ou para a zona que lhe compete servir.

No caso da Paraíba, todo o comércio exterior do estado se faz ou deve fazer-se na sua capital, que por si mesma já representa um centro de produção e de consumo, apreciável e que para o resto do estado constitui a praça intermediária, natural e forçada, pelos elementos que possui, indispensáveis às operações comerciais com o exterior.

Assim, o movimento do novo porto visara sempre à cidade de Paraíba e, portanto, as comparações sobre suas localizações devem ser feitas ante as vantagens maiores ou menores que terão os transportes de mercadorias em cada uma das localizações apresentadas com relação àquele centro. Foi nesse ponto de vista que ficou apurada a conveniência da construção do porto diretamente em Paraíba, de preferência a Cabedelo; o custo do canal navegável para acesso direto à capital não excederá de quatro mil contos, cujo encargo anual é seguramente inferior à despesa suplementar, que atualmente pesa sobre as 45 mil toneladas anuais de

mercadorias daquela capital, forçadas ao ônus da baldeação marítima em Cabedelo e segundo frete por via férrea, entre Cabedelo e Paraíba, ambos dispensáveis, uma vez que a navegação atinja o próprio centro de produção e de consumo que tende a aumentar, com o natural desenvolvimento da região.

Essa vantagem é muito a considerar, porquanto um porto comercial não se constitui apenas de ancoradouro fácil e cais acostável; estes dois elementos são partes componentes do conjunto que devem formar com o comércio e a indústria reunidos em um mesmo local, de condições favoráveis ao desenvolvimento de ambos e com fáceis comunicações exteriores e interiores, aquelas por estação marítima imediata e estas por estradas de ferro de ligação com a respectiva zona produtora e consumidora.

O afastamento de um destes elementos é causa de desmerecimento de um porto comercial e só se justifica quando há motivos economicamente irremediáveis; no caso da Paraíba, seria impraticável pretender transferir da capital para Cabedelo o movimento comercial e industrial do estado, que já ali se arraigou e desenvolveu, mas outro tanto não se dá com a remoção da estação marítima de Cabedelo para a capital, que é apenas questão de um certo dispêndio a cotejar com as vantagens decorrentes.

Quanto ao aspecto técnico da questão, os estudos feitos autorizam a admitir que sejam boas as condições do porto projetado na cidade, com o canal navegável, ao longo do rio, na extensão de cerca de 17 quilômetros, para embarcações até 20 pés de calado.

O rio Paraíba, da sua foz até a cidade desse nome, é mais um braço de mar que propriamente um rio, tal a predominância do volume de maré sobre a descarga fluvial; nas suas condições atuais, esse rio, no referido trecho, apresenta francamente profundidades de cinco metros na baixamar, em mais de metade do dito percurso e quatro metros, no restante, que só em pequenos trechos nos extremos se reduzem a três metros; essa primeira indicação prova que o rio em questão tem, naquele trecho, condições naturais de conservação de fundos, a despeito dos aluviões seculares de que nunca foi aliviado artificialmente.

O estudo aí de propagação da maré, feito com as regras necessárias, acusou na enchente velocidades sucessivas, a partir da barra, de 0,41 m, 0,52 m, 0,31 m, 0,42 m e 0,26 m por segundo, que na vazante se elevaram

respectivamente a 1,46 m, 0,84 m, 1,22 m, 1,26 m e 0,84 m, resultando do exame comparativo dessas velocidades que a velocidade média da vazante é de 0,884 m e a velocidade média de enchente é, de 0,438 m; isto é, a velocidade média de vazante é dupla da velocidade média de enchente, chegando a ser tripla, na parte fluvial, compreendida entre a ponte, a montante da cidade de Paraíba e a confluência do rio Sanhauá com o rio Paraíba. Esse estado demonstra a grande energia predominante da corrente de vazante, cujo efeito se traduz na tendência de expulsão dos sedimentos aluvionários, explicando as condições naturais dos fundos encontrados.

Naturalmente, essa energia é mínima no extremo montante do trecho em questão, ou seja, no braço denominado rio Sanhauá, em frente à cidade; aí mesmo, entretanto, encontram-se peraus de seis metros de fundo, que constam da planta original.

Como elemento subsidiário para previsão das maiores ou menores probabilidades de entulhamento, constata-se que os terrenos marginais daquele rio são formados por extensos mangues ou vastas planícies de areia, com exceção única da elevação em que assenta a cidade; naqueles planos, o escoamento das águas meteóricas é naturalmente vagaroso, sem grandes arrastamentos, que só nos terrenos inclinados, as águas de chuva provocam, em consequência da velocidade com que neles se despenham.

Apenas na encosta elevada onde está a cidade os arrastamentos serão mais pronunciados e como exatamente nesse ponto a energia das correntes é menor, provavelmente aí se darão os maiores depósitos que a conservação por dragagem terá de corrigir; é sabido, porém, como regra geral, que os detritos de terra nunca assumem proporções assustadoras para dragagem, sendo estas próprias dos assoreamentos causados pelas correntes de transporte marítimo e representado por massas de areias arrastadas, em volumes então muitas vezes consideráveis e incomparavelmente superiores àqueles outros.

A abertura do canal está projetada com um talude de 1,10, que é talvez um pouco exagerado, mesmo para a argila que compõe uma parte do terreno atravessado; aberto o canal com esse talude e tendo em vista as condições essenciais de previsão, como sejam, as disposições naturais do rio, o regime de propagação das marés, a descarga fluvial e a constituição dos terrenos marginais, deve-se supor, sem receio, que aquele canal se

manterá com uma dragagem de conservação perfeitamente admissível para uma draga pequena, trabalhando seis meses por ano.

A extensão dada aos argumentos justificativos desse porto na própria cidade da Paraíba tem por fim deixar patente que houve a devida meditação e o necessário estudo para a solução adotada, embora, pela simples aparência, seja ela na generalidade das opiniões julgada menos conveniente, por falta de inteiro conhecimento dos fatos.

O ilustre inspetor de Portos, Rios e Canais revigorou esses argumentos em ofício dirigido, a 22 de fevereiro do corrente ano, ao ministro da Viação:

Quanto ao porto de Paraíba, manifestou a comissão o parecer de que talvez tivesse sido preferível construí-lo em Cabedelo, na foz do rio que vai ter àquela cidade, cuja ligação se faria por estrada de ferro, aliás existente.

Tal questão foi convenientemente examinada por ocasião dos estudos desse porto, sendo então geralmente admitida a preferência por Cabedelo.

Aqueles estudos, porém, indicaram que seria possível abrir um canal navegável até Paraíba com dispêndio não excedente de 4.000\$000 para esse canal em boas condições técnicas de conservação, conforme foi ainda recentemente exposto em detalhe na introdução do Relatório Geral de 1921; o movimento do porto de Cabedelo, todo destinado à cidade de Paraíba, acusava já um total de 45.000 toneladas de mercadorias, o que permitia admitir uma elevação muito breve para 100.000 toneladas anuais, como consequência imediata dos melhoramentos gerais na zona seca e o próprio melhoramento do porto.

Essas 100.000 toneladas, a transbordar em Cabedelo, de via marítima para férrea ou fluvial e frete especial nesta última até Paraíba, representariam uma despesa acessória nunca inferior a 10 por tonelada ou 1.000:000\$000 anuais que podem ser evitadas com o porto diretamente em Paraíba, cujo frete marítimo não se deve supor que aumente pelo acréscimo de mais 20 milhas de ida e volta no percurso de Cabedelo à Paraíba; a economia, portanto, desses 1.000:000\$000, mesmo reduzidos a 600.000\$000 líquido pelo ônus possível da conservação do canal, justifica de sobra a despesa daqueles 4.000:000\$000 na abertura desse canal, sem entrar em

conta com as vantagens da supressão de um transbordo, sempre danoso para as mercadorias e sempre causador de maiores delongas.

Aliás, são clássicos os exemplos de portos interiores, entre os quais alguns dos maiores do mundo em Hamburgo, Roterdã, Antuérpia, Londres e outros, como mais econômicos aos transportes de mercadorias em grosso, embora conjugados a portos de litoral para o serviço de passageiros, quando se justifiquem, como naqueles casos os portos de Kuxhaven, Hocck Von Holland e outros que lhes correspondem; em Paraíba, pois, poder-se-á admitir como porto conjugado o de Cabedelo, só para serviço rápido de passageiros, que por si só não exige a construção de um porto aparelhado, visto ser fácil o respectivo transbordo, mesmo sem tais melhoramentos.

Na comparação, portanto, entre Cabedelo e Paraíba, não se deve tratar de saber qual será o porto mais barato, porém, qual o mais econômico. Nunca é demais repetir que um porto mercante não se constitui apenas de bom ancoradouro e bom cais acostável, mas sim também de um centro de consumo e de comércio que o justifique e complete, para as operações mercantis de que depende a sua eficiência e desenvolvimento econômico.

Assim, ante a impossibilidade de transferir de Paraíba para Cabedelo o centro de atividade do estado e em vista da relativa facilidade de transferir deste para aquela a atual estação marítima das mercadorias, parece que seria menos acertado insistir na construção em Cabedelo de um porto aparelhado, que ficaria essencialmente incompleto por falta de atributos indispensáveis ao seu movimento e efeito.

Foi o que bem julgou ultimamente o estado do Rio Grande do Sul, que, tendo em vista o valor da cidade de Porto Alegre, está cuidando, à sua própria custa, de preparar o porto na própria cidade, embora para esse fim tenha que dragar um extenso canal para acesso direto da navegação de médio porte, suprimindo a baldeação em Rio Grande.

Foram estas, senhor Ministro, as considerações que aconselharam a execução do porto da Paraíba na própria capital do estado, tendo sido assunto, quer técnico, quer econômico, largamente exposto nas introduções e nos anexos dos relatórios de 1920 e 1921 desta inspetoria, os quais, infelizmente, só agora poderão ficar impressos.

Quanto às despesas desse porto, houve ainda falta de informações completas à comissão, dando lugar a uma diferença que convém esclarecer.

A soma de 22.418:736\$000 ali citada no relatório inclui a importância de 8.081:208\$000 que se refere a grandes instalações de dragagem, adquiridas pela inspetoria para aplicação geral a diversos portos em construção, tendo começado pelo da Paraíba para seguirem-se os de Natal, Amarração, Fortaleza, Rio de Janeiro e outros, por conta, pois, das diversas verbas respectivas e apenas provisoriamente lançadas integralmente em Paraíba, até definitiva escrituração discriminada na devida forma.

Feito esse desconto, as despesas de fato exclusivas à Paraíba, pelos dados do relatório, ficam reduzidas a 14.337:528\$000, que ainda não atinge o total dos orçamentos aprovados para esse porto, no valor de 15.411:000\$000, quais, aliás, terão de ser um pouco excedidos, quer pela diferença de câmbio, do orçamento de 1920 para cá, quer pelo grande impulso que foi dado às obras, com trabalho dia e noite, durante a maior parte de sua execução.

Esse excesso de custo, porém, não ultrapassara os limites admissíveis em tais trabalhos, tendo sido esse porto, como os demais, previamente estudado, projetado e orçado com o devido cuidado e possível exatidão.

Com os esclarecimentos acima indicados, parece que ficam explicadas as justificáveis restrições do relatório da Comissão especial, na parte relativa aos portos a cargo desta inspetoria; o que submeto à alta consideração de V. Ex.^a.

Essa incontrastável explanação escusa outros esclarecimentos, porque, além da parte técnica, patenteia o perfeito conhecimento das condições especiais de nosso meio comercial.

Eram justíssimas as aspirações da praça da capital e de todos os habitantes do estado. O porto de Cabedelo não correspondia às nossas exigências de progresso e contribuía para a agravação do custo de vida.

Conforme as condições comuns, a mercadoria é entregue no costado do navio. Ao tocar na alvarenga²¹³, as despesas com o pessoal que desfaz a lingada já correm por conta do comprador.

Essas despesas variam segundo o volume e o peso, mas podem ser determinadas para certos gêneros, assim:

213 N.E.: embarcação destinada à carga e à descarga de navios fundeados.

Farinha de trigo – saco de 44 kg, um 100 réis; caixas de querosene ou gasolina, uma 100 réis.

O transporte para a capital, por via férrea ou fluvial, regula 6\$900 por 1.000 kg a descarga neste ponto, variável também conforme o volume e o peso, é de 100 réis para as mercadorias indicadas.

Instalado o novo porto, as despesas com a descarga, ao tocar na alvarenga, serão as mesmas mencionadas.

Assim, mil quilos de farinha de trigo, viajando sob essas condições de frete, até o ancoradouro externo, têm despendido ao chegarem ao seu destino, na Paraíba:

Primeira descarga: 100 réis por 44 quilos

Primeira descarga por mil quilos	2\$272
Transporte	6\$900
Segunda descarga	<u>2\$272</u>
	11\$444

Entretanto, essa quantidade de mercadoria, recebida diretamente, gastaria, apenas, 2\$272 de descarga. Resulta daí uma economia por mil quilos de 9\$172 que, sob a base do movimento marítimo de 50 mil toneladas, dá a diferença de 458.600\$000.

E esse movimento tende a aumentar, incalculavelmente, por uma expansão natural e por influência dos melhoramentos introduzidos em todo o estado.

Mais de metade da produção do interior escoar-se para outros portos. Com a facilidade dos meios de transporte, toda essa riqueza se encaminhará, naturalmente, para a capital, se encontrar melhores condições de embarque.

Duplicará o comércio de importação e de exportação.

E, destarte, se essas 50 mil toneladas forem elevadas a 100 mil, a diferença atingirá 917.200\$000 anuais, assegurando em 25 anos ou menos o custo dos trabalhos.

É de esperar que esse desenvolvimento tenha maior proporção, principalmente se for concluída a estrada de ferro de penetração.

O vertiginoso progresso da Paraíba, atestado pelo incomparável crescendo das rendas públicas, como mostrarei, oportunamente, autoriza

essa expectativa.

O nosso comércio exterior decresceu, sensivelmente, em tonelagem, desde a declaração da guerra europeia, chegando ao mínimo em 1918. Mas, mesmo em Cabedelo, tem aumentado, de ano a ano, o movimento de embarcação de cabotagem, de modo que compensa a diminuição das entradas estrangeiras.

É o que representa o seguinte quadro:

Entradas das embarcações

	Nacionais		Estrangeiras		Totais	
	Quant.	Ton. reg	Quant.	Ton. reg.	Quant.	Ton. reg.
1911	329	260.645	61	128.705	390	389.350
1912	309	279.955	52	101.704	361	381.659
1913	342	281.564	56	121.517	398	403.081
1914	274	261.085	50	115.511	324	376.596
1915	289	261.335	21	47.086	310	308.421
1916	288	243.323	23	49.627	311	292.950
1917	273	247.646	19	31.962	292	279.608
1918	299	269.231	10	6.592	309	275.823
1919	294	276.588	15	34.463	309	311.051
1920	348	324.990	36	81.552	384	406.542

É ainda pouco apreciável esse fluxo e refluxo de nossa atividade mercantil; mas, apesar de todas as circunstâncias contrárias, denota uma tendência para a mais ampla prosperidade.

São, por outro lado, avultados os prejuízos do transbordo. Não há comerciante na Paraíba que não tenha a experiência dessas perdas inevitáveis, por furtos, extravios, danificações e outras causas.

Demais, um bom porto não é o que preenche, apenas, os requisitos da navegação e do intercâmbio de mercadorias, não basta, escreveu o sr. Vitor Fournié, em relação ao do Recife, “que os navios se amarrem a seus cães, que as mercadorias encham os armazéns e saiam deles com a maior ordem”²¹⁴.

214 Apud Artur Orlando, *Porto e cidade do Recife*, p. 42.

Esse ponto deve ser também um centro de população e de atividade. Por isso entendia Artur Orlando:

Um vasto plano de melhoramento e desenvolvimento do porto de Pernambuco deixa logo entrever uma grande cidade a reconstruir-se de conformidade com as regras de arquitetura e as prescrições da higiene.²¹⁵

A impressão de Cabedelo é deprimente do nosso grau de progresso material e de cultura social.

A capital insulava-se, obscuramente, nessa falta de comunicação direta, sem o principal estímulo para a sua renovação, que se operava, aliás, por um impulso próprio.

Ainda bem que já se vai assinalando essa influência estranha.

O canal, que já apresenta condições de navegabilidade, dá acesso até a cidade a navios de mediano calado.

A escassez de verbas tem retardado os trabalhos, que, com esse recurso, já estariam quase ultimados.

A falta de construção do cais impressiona mal aos que, desconhecendo o estado dos serviços *debaixo d'água*, julgam, apenas, pelas obras exteriores.

Mas, de julho a agosto deste ano, já entraram, sem dependência das marés, os seguintes vapores:

No mês de julho – dia 22, pelas 15h40 chegou o *Itapema*, calando 3,60 m, com maré de 1,24 e saiu no mesmo dia às 17h5, calando 3 m, com maré de 0,92 m.

Dia 27 – pelas 10h30 entrou o *Itagiba*, calando 10 ½, com maré de 0,22 e saiu no mesmo dia às 16h25, calando 11 com maré de 2,69 m.

Dia 29 – pelas 9h40 entrou o *Itaçucê*, calando 11 ½, com maré de 10 m e saiu no mesmo dia às 16h05, calando 10 ½, com maré de 2,30 m.

No mês de agosto – dia 4 – pelas 6h25 entrou o *Itapema*, calando 10, com maré de 1,62 m e saiu no mesmo dia às 8h55, calando 10 ½, com maré de 2,20 m.

215 Ibidem.

Dia 5 – pelas 8h40 entrou o *Itapura*, calando 11 $\frac{1}{2}$, com maré de 1,90 m e saiu no mesmo dia às 15h15, calando 12, com maré de 1,24 m.

Dia 11 – pelas 6h30 entrou o *Itaçucê*, calando 11 $\frac{1}{2}$, com maré de 2,02 m e saiu no mesmo dia às 7h25, calando 11 $\frac{1}{2}$, com maré de 1,30 m.

Dia 12 – pelas 12h entrou o *Itaberá*, calando 12, com maré de 0,65 m e saiu no mesmo dia às 16h40, calando 11 $\frac{1}{2}$, com maré de 2,80 m.

Dia 17 – pelas 13h45 entrou o *Itapura*, calando 10 $\frac{1}{2}$, com maré de 0,45 m e saiu no mesmo dia às 16h25, calando 10, com maré de 1,10 m.

Dia 19 – pelas 9h40 entrou o *Itapuí*, calando 11 $\frac{1}{2}$, com maré de 2,35 m e saiu no mesmo dia às 14h45, calando 10, com maré de 1,05 m.

E, assim, a Paraíba está prestes a realizar o seu antigo sonho de se constituir um centro autônomo e opulento de comércio.

O SANEAMENTO

Ao tocar na Paraíba, de volta de sua gloriosa missão internacional, nesse primeiro encontro com a alma patrícia, o presidente eleito e reconhecido declarou, conforme já registrei, que escusava de apresentar plataforma, porque suas ideias já eram conhecidas; mas não se conteve que não manifestasse o propósito de encarar dois problemas fundamentais: o da seca e o do saneamento.

Ele concebera um programa de reconstrução geral. Mas esse plano de renovação fracassaria se o homem não fosse preservado das entidades mórbidas que o invalidavam para os labores profícuos. Seria inútil o aparelhamento dos outros fatores da produção se o seu agente inicial não se tornasse apto a satisfazer essas utilidades.

Para a criação da riqueza e, principalmente, para a atividade agrícola, que demanda maior vigor muscular, a saúde, como condição de força e resistência, é o elemento mais eficiente.

A proteção sanitária seria, desse modo, uma medida de defesa econômica. Acudir às unidades do trabalho seria o primeiro movimento para a reorganização da vitalidade nacional.

E esse problema ainda se impunha por seu aspecto humanitário.

Não há campo, diz Cavagnari, em que seja mais legítima, ou, antes, mais indispensável a intervenção do estado do que no da higiene pública.²¹⁶

M. Hauriou reputa a assistência, em suas diversas formas, “um corretivo das instituições do estado individualista”²¹⁷.

216 Apud Viveiros de Castro, *Ciência da Administração*, p.142.

217 “*le correctif des institutions de l’Etat individualiste*”, em HAURIOU, M. *Précis de droit administratif et de droit public*. 12 ed. Paris: Dalloz, 2002, p. 696.

A higiene moderna, em seu conceito biossocial, tem uma ampla função de solidariedade.

Só uma intervenção positiva alcança realizar essa finalidade em meios de incipiente iniciativa privada.

É vasta a sua missão curativa e profilática.

A Paraíba não é uma enfermaria desse “vasto hospital”, desse país de doentes diagnosticado pelo professor Miguel Pereira.

O imperfeito conhecimento do clima e o preconceito das moléstias tropicais são ainda causas de prevenção contra o Norte do Brasil.

No entanto, os caracteres meteorológicos do Amazonas, a sua parte mais ingrata, têm tido apologistas de autoridade universal.

São excepcionais as condições de salubridade desta nesga do Nordeste.

Não se vinculam, hoje em dia, certas manifestações mórbidas a fatalidades da natureza exterior, mas a vícios higiênicos.

Já se não reconhecem as influências mortíferas de latitude. A patologia dos países quentes é uma fantasia de sábios de óculos de alcance.

O tipo climático da Paraíba é, de mais a mais, manifestamente favorável às funções vitais.

Por uma classificação corrente, o nosso território está compreendido na zona vizinha do equador até o paralelo 10º, que abrange todo o setentrião, do Amazonas a Alagoas, e pequena parte de Goiás, Mato Grosso e Bahia. Mas, por uma subdivisão, que alcança o litoral do Pará ao de Alagoas, “possui clima mais brando em seus índices”.

Outros fatores ainda modificam essa feição com vantagens que já acentuei perante dados positivos.

Não temos calores excessivos que, por sua ação direta ou indireta, perturbem as condições de saúde e de trabalho. Nem calores debilitantes, nem umidade deprimente. A falta de amplitude de variações térmicas não frisa pela uniformidade temida pelos que desconhecem os efeitos tonificantes das doces oscilações horárias. A irradiação noturna, mormente nos relevos, compensa a calidez dos dias de verão.

São notáveis a robustez física e a vivacidade de espírito da população, notadamente nas serras e na zona sertaneja.

Essa benignidade da climatologia paraibana foi reconhecida desde os primeiros anos do povoamento.

Tamanha fama de sanidade trouxe, em 1637, o conde Maurício de Nassau a convalescer, na então Frederica, de grave enfermidade contraída na campanha das margens do São Francisco.

Escreve Afrânio Peixoto, com o prestígio de sua ciência e de seu estilo:

A saúde, no globo, é independente da fatalidade das latitudes: é uma conquista do esforço e do conhecimento humano.

De fato, se passarem em revista as doenças classificadas nos tratados europeus como tropicais, verificar-se-á que a maior parte delas são pequenas curiosidades de tal ou tal região e não comuns à mesma latitude, e que as restantes não são peculiares exclusivamente às zonas tropicais, excedem-lhe os paralelos, e às vezes são mais divulgadas exatamente fora dos trópicos.

(...)

Quando, com melhor critério, se venha a julgar a patologia dos países quentes, há de se averiguar sim que se as condições de calor e umidade facilitam umas tantas infecções, muitas outras são, porém, por essas mesmas condições, dificultadas ou impedidas. Há de dizer-se então que, se a disenteria e a febre amarela podem ser mais temíveis nestas regiões, a difteria e a febre tifoide o são imensamente mais nos países temperados. O que não se pode, e se não deve, em boa ciência, esquecer, é que, todas, umas e outras, não são doenças fatais, de latitude ou de raça, mas doenças evitáveis que cumpre combater e debelar.²¹⁸

Apesar de termos atravessado tantos séculos sem um aparelho de defesa e reação para combater e debelar essas doenças evitáveis, o quadro da mortalidade só se elevou, assustadoramente, nas irrupções do cólera-morbo e das epidemias consecutivas às grandes secas.

As endemias não têm o caráter de gravidade de outras regiões.

A história de nossa saúde pública mostra, ao lado da incúria de todas as medidas sanitárias, as propícias condições do *habitat*, favorecido por

218 PEIXOTO, A. *Higiene*. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926, pp. 147-148.

influências ainda indeterminadas que neutralizam a letalidade dos focos patogênicos de algumas zonas.

A primeira epidemia conhecida foi a da varíola que, em dezembro de 1597, atacou as forças de Feliciano Coelho de Carvalho, em meio caminho da capitania do Rio Grande do Norte.

Grassou com violência nesse agrupamento desamparado de socorro e despercebido, certamente, dos perigos do contágio.

Ainda em 1641 morreram dessa peste para mais de mil escravos da capitania.

O meio carecia de assistência médica e hospitalar. A Santa Casa de Misericórdia, fundada no começo do século XVII, tinha-se fechado e arruinado no domínio holandês. E só em 1799 foi nomeado o primeiro cirurgião da capitania – Bernardo Coelho da Costa.

Mas em 1802 informou o governador que, apesar de haver na cidade um médico e dois cirurgiões, “se curavam todos ou a maior parte por pessoa curiosa que, por meio da experiência, tem adquirido o uso de tratar dessas enfermidades, principalmente as bexigas”.

E em ofício de 1º de julho de 1805, deu notícia da introdução da vacina contra varíola, trazida ao Brasil, um ano antes, por iniciativa do marquês de Barbacena, em termos curiosos que atestam, do mesmo modo, a pouca virulência do mal:

Tendo respondido a V. Ex^a em ofício de 2 de agosto de 1804 sobre o Real Aviso de 26 de abril do mesmo ano, a respeito de inoculação das bexigas, ponderando eu então não ser muito frequente nesta capitania o mal das bexigas, neste ano tenho visto que elas têm grassado muito, ainda que não têm sido muito perniciosas, porém tendo eu procurado quanto me foi possível adotar a prática da vacina e conseguido finalmente que chegasse nesta cidade o humor vacínico, tenho o gosto de participar a V. Ex^a que fui eu o primeiro que aqui adotei este preservativo, sendo eu mesmo e meus filhos os primeiros que nos inoculamos e até o presente contam-se já nesta cidade vinte pessoas inoculadas e com feliz sucesso.

Ainda no ano seguinte comunicou à metrópole que

o feliz sucesso e a facilidade com que esta operação se pratica tem convencido alguns e vai sujeitando a maior parte a vacinar-se, sem já serem obrigados, só pelo meu trabalho em persuadir, tendo eu ao presente o gosto de ver quase extinto nesta cidade e seus subúrbios este tão pernicioso mal que, antigamente, dizem os seus habitantes, aqui se não conhecia.

Essa prática, imposta por um homem de boa vontade, foi pouco a pouco desaparecendo, pelo comum horror ao vírus, de modo que ainda se registraram, com o correr dos anos, muitas irrupções, mais ou menos violentas, principalmente no litoral.

A força pública em diligência era, de ordinário, portadora do morbo, que teve, afinal, no Alto Sertão, incrementos epidêmicos.

A febre amarela, que invade Pernambuco, pela primeira vez, em 1685, e daí passara à Bahia, também deu entrada na Paraíba, no ano seguinte, senão com a mesma fulminante intensidade, com um surto dizimador.

Esse flagelo, conhecido, então, por *bicha* ou *males*, durou nos outros pontos da invasão até 1692; mas não encontrou aqui as mesmas condições de resistência.

Já se havia perdido a memória de tamanha calamidade quando o vapor americano *Brasil* a trouxe, em 1849, de Nova Orleans a Salvador.

A Paraíba não escapou a essa temerosa propagação, de que uma parte do país só se libertou, ao cabo de mais de meio século de insidiosa relutância, pela mais sábia e bem organizada das campanhas profiláticas.

Foi grande o seu desenvolvimento na província, em 1850. Assim que se declararam os primeiros casos na tripulação dos navios estrangeiros, o governo mandou construir um lazareto na ilha Tiriri, o qual ficou à disposição do cônsul inglês. Mas era um lugar infecto e miasmático que foi, por isso, dentro em pouco, condenado.

A população da capital já se achava contagiada e, em seguida, tiveram a mesma sorte Alhandra, Jacoca, Mamanguape e outros pontos do interior.

Em relatório oferecido à Assembleia Legislativa, o presidente Amorim Bezerra informou que as febres “conquanto não apresentassem no começo um caráter maligno, como em outros lugares do Brasil, todavia

fizeram bastantes vítimas.” e, depois de confessar que tentara, de balde, proibir os enterramentos nas igrejas, pintou o estado de imundície da cidade e apontou outros perigos contra a saúde pública:

Encontrei as ruas menos públicas e becos desta cidade quase obstruídos de pútrido lixo... Também achei os armazéns de carne seca de alguns negociantes de Varadouro acumulados de grande número de arrobas daquele gênero em completo estado de ruína; constou-me que alguém muito de propósito importava para esta província aquele gênero que em Pernambuco, pela sua corrupção, era condenado a não ser vendido, verdade que se realizou e de que me convenci porque pouco tempo depois que assumi a administração da província aportou aqui a escuna Berenice de que se disse proprietário o português Filipe Néri, que nela veio carregado daquele gênero em tal estado que os próprios donos dos armazéns de carne infecta a não quiseram, limitando-se alguns a comprar por baixo preço algumas porções para revendê-las ao povo.

Custa a crer como num meio tão descurado a epidemia não tenha sido mais destruidora. Escasseavam, talvez, os mosquitos transmissores.

E, quando a população já se achava desassombrada desse pesadelo, renovou-se o mal em Campina Grande, em maio de 1852, onde permaneceu até abril do ano seguinte. Ocorreram ainda alguns casos em Alagoa Nova e em Pedras de Fogo. Sousa temeu a aproximação da febre que flagelava o Icó, no Ceará; mas foi resguardada por sua notória salubridade.

A infecção não encontrava campo aberto aos terríveis estragos que determinava em outras zonas; mas a Paraíba vivia, constantemente, ameaçada pelas vizinhanças contaminadas. Manifestou-se, assim, mais uma vez, em janeiro de 1871, na tripulação de um vapor inglês procedente de Recife e comunicou-se aos outros navios surtos em nosso porto. Mas não se propagou em terra. E dos trinta e tantos amareletos morreram, apenas, quatro, sendo três estrangeiros e um nacional. Daí por diante não era raro verificarem-se novas incursões da moléstia em nosso ancoradouro, como em 1873 e principalmente, no ano seguinte, quando se elevou a 34 o número de estrangeiros atacados, tendo falecido dez.

Depois de dois anos de intervalo, foram ainda acometidos, em abril de 1876, o capitão e dois marinheiros de barca inglesa *Titânia*, tendo sucumbido, apenas, o primeiro.

Era sempre de admirar que, no estado de abandono em que vivia a cidade, cercada de pântanos e sem a mínima defesa sanitária, fosse tão fraca e restrita a ação do mal.

Por uma inqualificável imprudência, foi abandonado o lazareto da ilha da Restinga, construído em 1855, sob o pretexto da falta de condução pronta. E em 1874 os doentes passaram a ser tratados em uma enfermaria nas dependências do convento de São Francisco e, afinal, no hospital da Santa Casa de Misericórdia. Mas, ainda assim, não se disseminou a febre.

E as raras manifestações no interior nunca tiveram gravidade epidêmica.

O cólera-morbo, que chegou ao Brasil em 1855 e matou cerca de 200.000 pessoas, até 1867, não poupou a Paraíba. A nossa contribuição mortuária foi, ao contrário, extraordinária.

A epidemia, que começara a grassar, violentamente, no Amazonas e no Pará, transmitira-se, finalmente, à Bahia.

Esta antiga província estava de todo em todo exposta à invasão. Dispunha de uma única farmácia. A capital contava somente três médicos e o interior um, em Areia. Havia, apenas, um cemitério – o de Piancó. O da capital ainda não se achava concluído.

A população, confiante e fatalista, não procurava precaver-se do presságio iminente.

Observou o presidente Pinto e Silva:

A tortura, que por ocasião de outras epidemias gozou esta província, contribuiu igualmente para a imprevidência geral, fazendo acreditar que o cólera, se cá viesse, seria tão benigno como o foi a febre amarela e outros. Essa crença era infelizmente partilhada pelos homens ricos, dos quais mais de um respondeu-me com sorrisos de descrença, quando os excitava a tomarem cautelas.

Autorizado pela Lei nº 14, de 8 de novembro de 1855, que abriu o crédito de 25 contos para as medidas necessárias contra o ingresso da

peste, o governo tomou algumas providências preventivas. Foi, como já referi, construído o lazareto da Restinga. Distribuíram-se folhetos impressos, contendo conselhos higiênicos e prescrições médicas para prevenir e curar o morbo. O matadouro público, situado dentro da cidade, nas Trincheiras, pouco acima da igreja do Bom Jesus, foi mudado para o ponto atual. Novas posturas municipais proibiram a venda de gêneros alimentícios em mau estado. Assentou-se, afinal, remover os monturos e outros focos deletérios que se encontravam a cada canto na própria capital.

Mas, nos últimos dias de 1855, a epidemia, vindo das margens do São Francisco e difundindo-se pela província de Pernambuco, penetrou em São João do Cariri e desde logo, em Alagoa do Monteiro. Foi, entretanto, nessa investida, conforme os termos do presidente da província, “felizmente benigna na maior parte dos casos e morosa em acometer outros lugares”.

Chegou, por esse tempo, a comissão de médicos e farmacêuticos, contratada na Bahia; mas, quando o acadêmico Antônio Pereira de Sousa alcançou as localidades contaminadas, já encontrou a epidemia extinta.

No ano seguinte, a 5 de fevereiro, teve o governo conhecimento de nova manifestação, em Taquara, ao sul da capital. Era a porta aberta de Pernambuco. Não foi, todavia, difícil dominá-la. Mas, pouco tempo depois, com o advento de um inverno rigoroso e a inundação das margens pantanosas, a calamidade alastrou-se, mortíferamente, numa zona de quase quarenta léguas.

Doze clínicos, entre médicos e estudantes, não poderiam socorrer, simultaneamente, uma população disseminada por pontos tão distanciados. A única farmácia existente esgotou, em poucos dias, os medicamentos.

Infundiu-se o terror do quadro trágico da peste e da fome. Porque, se o Tesouro provincial estava exausto, não era menos aflitiva a miséria da maioria dos paraibanos, nessa quadra de crise geral.

A vila do Pilar, tendo sido atacada a 24 de fevereiro, estava, a 2 de março, quase deserta, porque os seus habitantes escapos tinham fugido para o mato deixando 25 cadáveres putrefatos insepultos. Até o médico safou-se. Mamanguape esteve a pique do mesmo abandono.

Em Itabaiana, Mogeiro, Ingá, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Alagoa Nova e Alagoa Grande era impressionante o número de vítimas. O presidente Pinto e Silva descreveu essa situação ao governo imperial, em data de 1º de março:

O desânimo grassa entre a população, porque os casos são na maior parte fatais, devido sem dúvida à miséria da população em abandono de todas as comodidades devidas, os médicos por poucos não são suficientes a acudir a todos, e já vão sendo afetados, os medicamentos faltam tal é o número de lugares atacados dos doentes; principalmente os víveres e tudo mais têm chegado a um preço elevado.

No fim desse mês o mal começou a declinar e em maio já estava considerado quase extinto no litoral e nos brejos; mas repontou no Alto Sertão.

Felizmente, não encontrou nessa zona campo favorável ao seu desenvolvimento; teve, ao contrário, um caráter, excepcionalmente, benigno.

Aconteceu que algumas localidades, como Sousa e Catolé do Rocha, ficaram inteiramente incólumes. Em Patos, verificaram-se, apenas, 13 óbitos; em Pombal, sete e em Piancó, quatro.

Essa região demonstrou, assim, mais uma vez, privilegiadas condições de salubridade, que, aliás, devido, talvez, à rigorosa temperatura, não impediam, algumas vezes, o incremento da varíola.

A cifra da mortalidade geral subiu a 30.000, perda verdadeiramente considerável para uma população calculada em 300.000 habitantes.

As localidades mais dizimadas foram: Guarabira, com 4.582 óbitos; Areia, com 2.308; Pilar, com 2.144; Taipu, com 1.920; Bananeiras, com 1.792; Campina Grande, com 1.547; a capital, com 1.513 e Mamanguape, com 1.413.

Em 1857 ainda apareceram casos esporádicos da moléstia em Patos, Bananeiras, Areia e Mamanguape.

Foi esse o chamado *primeiro cólera*, cuja impressão ainda perdura, como uma das maiores catástrofes de nossa história.

Em recente escrito, o jornalista conterrâneo Rocha Barreto evocou essa fatalidade em termos de insinuante precisão:

“Das três incomensuráveis desgraças que afligiram a Paraíba no decurso de 30 anos, no século XIX – peste, guerra e fome –, o *cholera morbus* só foi excedido talvez pela seca de 77.

Como sinal irrecusável de profunda impressão que deixou na alma da Paraíba a peste de 56, recolhemos vez por outra da boca de um indivíduo do povo referências como estas: no primeiro cólera eu tinha dois anos, ou meu pai era rapaz no primeiro cólera.²¹⁹

É, como já disse, um dos pontos de referência no passado dos paraibanos, no seu calendário de calamidades.

Em dezembro de 1861, a peste asiática entrou, de novo, a grassar no lugar Aninga, da comarca de Goiana.

A Paraíba sobressaltou-se à aproximação do mal que, nos primeiros dias de janeiro do ano seguinte, já havia transposto as fronteiras e invadido Pedras de Fogo. E, apesar das providências tomadas, não foi possível contê-lo nos primeiros pontos atacados. Em pouco tempo expandiu-se por Natuba, Mogeiro, Alagoa Grande, Serraria, Campina e outros lugares.

O governo organizou comissões sanitárias e remeteu ambulâncias para diversos pontos infestados.

A província estava em melhores condições para prestar socorros aos necessitados. Foi montada uma enfermaria no convento de São Bento, aliás, um dos pontos centrais da cidade.

O padre José Antônio Pereira Ibiapina, cuja memória nunca é demais celebrar, fundou, por esse tempo, as casas de caridade de Alagoa Nova e Areia.

O mal não teve a anterior extensão e apresentou-se com uma benignidade que cedeu à experiência dos meios de combate. Mas o número de vítimas chegou a 3.323.

Na capital morreram, apenas, 19 pessoas. Na cidade de Areia, o obituario elevou-se a 534; em Alagoa Grande, a 449; em Campina, a 213 e em Alagoa Nova a 130.

219 *A União*, de 19 de março de 1923.

Muitas localidades sertanejas ainda foram barreiras à marcha da epidemia. Mas, dessa vez, a mortalidade na cidade de Sousa atingiu a 88, na vila de Pombal a 58 e na de Patos a 15.

Foi a última invasão pestilencial. Sousa esteve ainda ameaçada pela contaminação das regiões vizinhas, do Ceará; mas verificou-se, apenas, um caso fatal.

Uma das maiores devastações epidêmicas foi da seca de 1877, cujo quadro nosológico já apresentei, com o seu cortejo de infecções palustres, varíola, anasarca, ascite, escorbuto e outros males que, dentro do período mais grave de cinco meses, elevaram o obituário da capital a 7.073.

Essa ceifa foi, aliás, diminuta, em vista da sórdida promiscuidade dos abarracamentos e das perdas de outros lugares vitimados.

Em 1894, um surto febril de diagnóstico incerto assolou a população de Areia e de outros pontos da zona brejosa.

Há notícia de outros raros açoites de febres malignas em zonas de aquém e além-serra, mas sem grande expansão.

Mais atroz foi a disenteria em 1904. Manifestara-se sem gravidade, mas com o ajuntamento dos retirantes tomou vastas proporções, principalmente em Areia, Alagoa Grande, Bananeiras, Guarabira, Itabaiana e Mamanguape. Os flagelados, sempre em movimento, como vetores dos germes, e as moscas, comuns nessa parte do estado, concorreram para a fácil propagação. Já haviam grassado câmaras de sangue na capital e em outros municípios, em 1853; em Piancó e Misericórdia, em 1868 e, mais intensamente, em Itabaiana e Pilar, em 1884.

Em outubro de 1912, irrompeu a peste bubônica em Campina Grande, importada do Recife. Teve início na casa de um comerciante, que foi vítima, bem como sua mulher e um criado presentes à abertura de um caixão de fazendas vindo daquela capital.

A população desconhecia o mal, a que chamava *febre de caroço*, e, nessa inadvertência, morreram 27 pessoas. Mas a comissão federal, chefiada pelo dr. Garfield de Almeida, debelou-a em pouco tempo.

O resto do estado, apesar de ter sido, mais de uma vez, assediado pela peste oriental, manifestada em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, sempre ficou indene.

A pandemia da gripe irrompeu na capital em outubro de 1918 e declinou em dezembro. Registraram-se 209 óbitos, o primeiro a 13 de outubro

e o último a 27 de dezembro. Nos primeiros meses do ano seguinte ainda se registraram 39 óbitos.

Irradiou-se, rapidamente, por todo o interior, mas com o mesmo caráter benigno em quase todas as localidades. Essa cifra mortuária para uma população de mais de 50 mil habitantes e num meio sem aparelhamento sanitário comprovou, mais uma vez, a excelência do nosso clima.

As vítimas foram, em sua maioria, indigentes.

Em 1873, chegaram aqui, vindos do Maranhão, para serem tratados, nove soldados do exército atacados de beribéri. Felizmente, o mal não se propagou à população e faleceu apenas um dos doentes. Mas apareceu na seca de 77 e grassou, com certa intensidade, durante três anos. Haviam-se registrado, antes, raros casos importados.

Conhecidas, assim, as principais causas da mortalidade, em suas formas epidêmicas, cumpre reconstituir a história da higiene pública.

Ver-se-á como vivemos, desprevenidamente, expostos a todas as influências morbígenas, sem organização sanitária que nos assegurasse o prolongamento da vida.

Num trabalho publicado em 1911, Coriolano de Medeiros deu uma ideia dos primeiros ensaios desse serviço:

Após a Independência, começaram, porém, as leis municipais, platonicamente, a prescrever princípios de higiene, de conformidade com os desejos dos presidentes da província.

A Lei nº 3, de outubro de 1832, determinou que os cirurgiões boticários e as parteiras não poderiam exercer suas profissões sem apresentarem seus diplomas e atestados de identidade à Câmara Municipal. Existia ainda o cirurgião-mor, espécie de diretor de higiene, com o ordenado anual de 250\$500. Tais vencimentos adicionando-se-lhe ainda 50\$000 para que o cirurgião tivesse a seu cargo a direção e propagação da vacina.

Iniciava-se então o combate à varíola; mas o povo tomou tal receio à inoculação do sêrum que raramente um ou outro indivíduo o recebia e essa prevenção ainda hoje persiste em todo o interior do estado.

O Decreto nº 2, de fevereiro de 1836, autorizou a municipalidade da capital a despender 400\$000, anualmente, com um médico e as do interior até 300\$000, elaborando elas seus regimentos que deveriam ser aprovados

pela Assembleia Provincial. Essa providência ficou na letra da lei, assim, na capital, o cirurgião-mor era o médico da municipalidade da Santa Casa e do governo; no interior nunca foi executada.

Pelo fato, nas grandes calamidades o governo remetia ambulâncias aos vigários, aos professores primários e aos juizes etc., para que estes aplicassem sem ônus para os cofres públicos os remédios que julgassem convenientes.

E de tal alcance foi o decreto precedente que a Lei Orçamentária nº 8, de novembro de 1841, suprimiu os médicos municipais. Neste mesmo ano, talvez por abuso dos habilitados, o Decreto nº 6, de 21 de outubro, revogou a Lei nº 20, de 21 de novembro do ano anterior, a qual prescrevia que só as boticas podiam vender certas drogas.

Entretanto, em certos espíritos adiantados, a saúde publica, na Paraíba, começou a despertar interesses. Assim a Lei nº 6, de 12 de janeiro de 1843, estipulou que na vila de São João fosse constatada a sanidade da rês abatida, muito embora fosse parte desse exame “o juiz de paz ou pessoa idônea”. Sem o atestado, porém, o fiscal não consentiria na venda das carnes.

Em 1843, a municipalidade de Pombal decretou a obrigatoriedade da vacina, e multava na razão de 2\$000 os que tendo sido intimados a apresentarem os filhos ou escravos à inoculação do sérum se recusassem. A lei, porém, num artigo, dizia que só entraria em execução quando no local houvesse cirurgião de partido ou pessoa habilitada.

Como não aparecesse um ou outro, a lei nunca esteve em vigor e caiu em caducidade.

Entretanto, no Brasil, ao que nos consta, cabe a Pombal a lembrança da obrigatoriedade da vacina, fato que nos últimos tempos ia causando grande celeuma por dele se ter lembrado o Congresso Federal.

Confirmando a lei de 1832, foi promulgada a de nº 12, de 5 de julho de 1844, que restabeleceu a identidade dos diplomados, provada perante as autoridades competentes e estatuiu que nenhum boticário podia vender remédios sem receita de um facultativo. Proibia que se vendessem a crianças, escravos, pessoas suspeitas e desconhecida, substâncias venenosas, punindo o infrator com oito dias de prisão e 30\$000 de multa. Após esta, veio a Lei nº 21, de 5 de julho de 1847, alterando a de nº 3, de 13 de fevereiro de 1837, bem como o regulamento desta, de 27 de junho do mesmo ano. Esta

providência visou mais de perto à saúde pública, pois que duplicou a multa contra donos, consignatários, vendedores, etc. de gêneros falsificados.

Somente no ano de 1848 foi, pela Lei nº 14, de 4 de outubro, criado o lugar de médico público, com o ordenado anual de 1:000\$000, conservando-se o de cirurgião-mor e encarregado da vacina com os vencimentos anuais de 600\$000.

Foram preenchidos os lugares, mas não teve ainda a Paraíba um serviço de higiene, tanto assim que a febre amarela começou a grassar intensamente entre as tripulações dos navios estrangeiros, e o *cholera morbus* encontrou toda a província sem médicos e sem princípios de higiene.

E ainda observou:

A causa de nunca possuir a província um completo serviço de saúde pública está na sua salubridade. É preciso que a epidemia se manifeste, que a seca se declare do litoral ao sertão, para que se lembrem então das regras da higiene. Passando o mal, está finda a preocupação.²²⁰

Em 1869, o presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa nomeou uma comissão médica, sob a direção do inspetor da saúde pública, para indicar as causas do mau estado sanitário da capital.

Foram assinaladas como causas principais dessa insalubridade a situação do atual cemitério e sua péssima administração, a lagoa existente a leste da cidade, a falta de asseio do matadouro e das ruas e a obstrução do rio Jaguaribe.

Confirmou o presidente em mensagem de 2 de outubro desse ano:

É lamentável a falta de asseio da capital. Montes de lixo obstruem suas ruas em algumas das quais o mato tem muitos palmos de altura.

Apesar dessa inveterada porcaria, asseverou o presidente Silvino Elvídio, em 1874:

220 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, v. 3, pp. 118-120.

Em qualquer das províncias que tenha administrado, ainda não encontrei melhor salubridade pública.

E no ano seguinte reconheceu ainda essas virtudes naturais:

Sob a influência das causas que em todos os tempos produziram certas moléstias, bem como a epidemia da varíola e outras endêmicas, não temos que lamentar a nossa sorte, desde que não foram empregados os remédios que a ciência aconselha para o melhoramento da salubridade pública e para o qual faleciam à administração os necessários recursos, entre os quais a falta absoluta de médicos que no interior pudessem estudar esse ramo de serviço público e aconselhar ao governo as providências que deviam ser tomadas.

Pioravam de ano a ano as condições higiênicas da cidade. Em seu relatório de 1881, informou o dr. Abdon Milanez, inspetor de saúde pública:

Em qualquer canto, em todas as ruas e becos encontram-se montes de lixo, animais mortos em putrefação, matérias fecais e águas podres; de sorte que, se todos esses focos pestilenciais não fossem modificados em sua ação destruidora pela vegetação, que cobre em grande parte o solo, e pelo clima reconhecidamente salubre, estaríamos sempre sobre a pressão de profundos e graves cataclismos epidêmicos.

Era nenhuma a assistência aos enfermos desvalidos. O hospital da Santa Casa de Misericórdia, além de não ter acomodações suficientes, era mal dirigido, a ponto de, em 1856, se achar arruinado. Foi aberta uma subscrição pública para os reparos necessários e, com os seis contos doados por d. Pedro II, quando de sua visita, pôde ser aumentado o edifício, em 1862.

Mas a iniciativa privada, que daria, adiante, as mais confortadoras amostras dos nossos sentimentos filantrópicos, não tardou em manifestar-se.

O padre Ibiapina fundou, em sua benfazeja missão, estabelecimentos pios em Areia, Arara, Cabaceiras, São José das Pombas, Pocinhos, Alagoa Nova, Santa Luzia, São João do Rio do Peixe e Cajazeiras.

Quando se mudou o regime, todas essas casas de caridade, mantidas a expensas de particulares, funcionavam com evidentes benefícios.

A República não foi mais zelosa em cuidar dessa necessidade física da sociedade.

A parte relativa à higiene deixou até de figurar, durante muitos anos, nas mensagens presidenciais.

Em 1905, o acatado higienista dr. Flávio Maroja advertiu:

Não é sem bons fundamentos e sem a observação acurada de alguns anos que nos animamos a despertar a atenção dos governos presentes e futuros sobre os males que nos ameaçam diante da constituição médica da Paraíba, que já não é das mais favoráveis, cotejando-se o coeficiente da mortalidade de hoje com o de épocas remotas.

Depois de dizer que pisávamos sobre um *vulcão latente*, apontou o exemplo do Recife:

Se ali, com o correr dos tempos e com o aumento da população, as condições de salubridade acham-se por tal forma corrompidas, não será para admirar que, amanhã, estejamos também a participar do mesmo infortúnio, tornando-se a nossa Paraíba uma necrópole, em vez de uma cidade de clima invejável, ostentando soberbamente a exuberância de seus dotes e belezas naturais.²²¹

Mas só a 8 de junho de 1911 foi organizada pelo presidente João Machado a Repartição de Higiene Pública.

Segundo o regulamento que baixou com o Decreto nº 494, desta data, o serviço sanitário ficou dividido em estadual e municipal e em cinco delegacias com sede na capital em Guarabira, em Campina Grande, em Piancó e em Sousa.

As quatro delegacias do interior foram suprimidas pelo Decreto nº 746, de 4 de agosto de 1915.

221 Ibidem, p. 436.

Esse governo ainda favoreceu a saúde coletiva, atacando, em 1911, o problema do abastecimento d'água, que era, de ordinário, colhida em cacimbas, na contiguidade de fossas fixas e de depósitos de lixo.

Havia alguns poços superficiais de melhor conservação, mas, em regra, os que se encontravam nos quintais ao alcance da maioria da população eram poluídos.

As fontes públicas, tão afamadas desde os tempos coloniais, já não tinham serventia.

A captação é no sopé do morro em que está situada a capital. Observou-se, logo depois de inaugurado o serviço, que a primeira água saída, cada dia, das torneiras, era vermelha e turva. Suspeitou-se de sua contaminação pelos brejos próximos; mas essa coloração era devida ao ataque ao ferro dos canos que foram, por isso, asfaltados.

O exame atestou, ao contrário, “uma pureza muito grande.” Concluiu o dr. Otávio de Freitas:

Isto fica perfeitamente demonstrado pelas análises das amostras n^{os} 2 e 3. Nesta, não somente os seus caracteres organolépticos, como a taxa dos seus elementos minerais, como a reduzida proporção da matéria orgânica como, finalmente, a ausência de germes patógenos o demonstram de um modo cabal e categórico.

A própria coleta no curso do Jaguaribe revelou, apesar de seu maior depósito de matéria orgânica, ausência de detritos animais, óvulos e parasitas.

A Repartição de Higiene envidou desenvolver certos serviços, como os de vacinação, vigilância médica, desinfecção e polícia sanitária. Mas não estava aparelhada para realizar sua finalidade.

Em mensagem de 10 de setembro de 1913, declarou o presidente Castro Pinto:

O aparelhamento completo, como requerem as exigências desse departamento da administração pública, está muito acima das nossas forças orçamentárias. O meu ilustre antecessor, dr. João Machado, prestou demonstrada atenção a esse magno assunto, versado, como é, nessa especialíssima

técnica, em que se distingue na qualidade de profissional adiantado. Sem embargo, há muito o que desejar, entre nós, sob este ponto vista.

E acrescentou:

Esta capital tem na providência das brisas marinhas a proteção quase exclusiva da saúde pública. Não fosse a benéfica ação das ininterruptas correntes de ar que varrem estas plagas, o obituário desta cidade ascenderia a proporções inauditas. Vivemos aqui insulados por focos de infecção que circulam com pequenas soluções de continuidade à área urbana da Paraíba.

Influenciado por esse pensamento, o esclarecido administrador procurou resolver o problema capital do saneamento da cidade, promovendo o estudo do plano da rede de esgotos. O dr. Saturnino de Brito, a maior competência nacional nessa especialidade, projetou as obras que não puderam ser executadas nesse período.

Foi uma salutar iniciativa.

E, por inspiração do dr. Flávio Maroja, o mesmo governo fundou o Instituto Vacinogênico.

A varíola tivera um de seus maiores surtos em 1908 e figurara no obituário de 1913 com a taxa de 239. Mas em 1915, pôde informar o presidente do estado:

O fato mais notável neste departamento administrativo é a extinção da varíola nesta capital, graças exclusivamente à vacinação e revacinação sistemáticas.

De fato, desde então, só se verificou um caso de moléstia em 1920. A profilaxia específica desterrou-a de vez da Paraíba.

Mas sobre as providências oficiais prevaleceu um melhoramento inestimável. O Desembargador Caldas Brandão, provedor da Santa Casa de Misericórdia, empreendera em outubro de 1908, com inexcusável senso administrativo, a construção de um vasto hospital que, inaugurado em novembro de 1914, correspondeu às necessidades da população deserdada. É um edifício maciço com capacidade bem proporcionada e todos os requisitos para a renovação do ar.

Graças a uma direção zelosa e diligente, esse estabelecimento tem sido o refúgio protetor de um povo que morria à míngua de cuidados clínicos farmacêuticos em habitações infectas.

Conforme o relatório do Desembargador José Ferreira de Novais, atual provedor, foi o seguinte o movimento das enfermarias, o ano passado:

Entraram	1.597
Tiveram alta	1.536
Faleceram	59
Ficaram em tratamento	125

Além do hospital de Santa Isabel, é conservado o de Santa Ana, instalado em prédio impróprio, destinado a portadores de várias moléstias, principalmente as de caráter crônico.

A cifra de sua mortalidade é, por isso, mais crescida como se vê do movimento correspondente a igual período:

Entraram	324
Tiveram alta	182
Faleceram	121
Ficaram em tratamento	52

Esse exemplo estimulou a assistência privada, cujo desvelo tutelar é, talvez, superior às forças econômicas do meio.

Funcionam as seguintes instituições: o Asilo de Mendicidade, criação do coronel Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, sob os auspícios da maçonaria, que o mantém; a Policlínica Infantil e a Maternidade, de iniciativa do dr. Walfredo guedes Pereira, e o Orfanato D. Ulrico, fundado pelo desembargador Heráclito Cavalcanti.

É o mais edificante documento de nossa formação moral. Representa uma admirável função humanitária, no milagre de sua realidade, com escassos recursos, antes do nascimento, no parto e depois dele, na infância desamparada, na idade adulta dos enfermos e na invalidez.

Não se encontram mendigos nas ruas da Paraíba.

A ação do estado não progrediu. Mas o presidente Camilo de Holanda, com o seu programa de empreendimentos materiais e embele-

zamento da cidade, com o ajardinamento de praças, o calçamento e a arborização de ruas, melhorou, consideravelmente, as condições da higiene urbana.

Essa era a situação da Paraíba, quando o sr. Epitácio Pessoa assumiu o governo da República.

Fiel a sua promessa, ele expôs ao Congresso, em mensagem especial de 1919, a orientação mais compatível com o estado atual da ciência sanitária e as necessidades gerais. Autorizado a remodelar, em bases préestabelecidas, esse ramo da administração do país, organizou, pelo Decreto nº 14.354, de 15 de setembro de 1920, o Departamento Nacional de Saúde Pública, que é um modelo no gênero.

Visa essa organização, com métodos novos, a profilaxia da lepra e das doenças venéreas e, de acordo com os estados interessados, o saneamento rural.

Dominava os espíritos uma impressão de morbidez geral, de precariedade da saúde de toda a população do Brasil.

Afigurava-se alarmante a patologia indígena.

Era uma propaganda terrorista, oriunda de nossa tendência às generalizações.

Assegurava o dr. Belisário Pena:

Tendo viajado o Brasil do Amazonas ao Rio Grande com longas permanências em alguns estados, percorridos em várias direções, e com sincera mágoa (porque preferia poder desmentir) que confirmo tudo quanto disse o eminente professor Miguel Pereira nos dois já celebres discursos de saudação aos notáveis médicos brasileiros drs. Carlos Chagas e Aloísio de Castro.²²²

E acrescentara:

Num meio, às vezes rico, vegeta o sertanejo idiotado pela moléstia de Chagas, ou caquetizado pela malária ou pela anquilostomíase, inteiramente

222 PENNA, P. *Saneamento do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1923, pp. 25. Disponível em: <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.-php?mediaID=235>. Acesso em: jan- 2024.

abandonado à sua trágica sorte, sem assistência de espécie alguma. Em qualquer região é raro aquele que escapa a esses flagelos.

(...)

A anquilostomíase (opilação, amarelão, mal-da-terra) domina em todo o território brasileiro, em todos os climas e altitudes. É companheira inseparável das populações suburbanas, rurais e sertanejas.

Ao impaludismo escapam, apenas, as regiões dos planaltos mineiros, nas grandes altitudes e os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em grande parte.²²³

Percorrera ele as regiões do Nordeste e do centro do Brasil para completar a sua obra, descrevendo com o mesmo brilho os dois outros infernos, “O inferno seco”, do Nordeste, e o “inferno central”, dos sertões de Minas e Goiás.

Indigitara, em seguida, a multidão macabra de impaludados agudos e crônicos de baço volumoso e empedrado, os caquéticos e ofegantes; opilados exangues, de rosto entumescido, estafados e bestificados; aleijados, idiotas e cretinos; asmáticos às centenas nas regiões do Nordeste; entalados; vítimas do vexame... E diagnosticara, por toda parte, as verminoses, as disenterias, a lepra e as úlceras...

Não sei até que ponto é verdadeiro esse alarmante conceito em relação a todo o território nacional. Certifico, porém, que ele não se ajusta com tanto rigor à Paraíba.

O sr. Otacílio de Albuquerque protestou, em boa hora, com a sua autoridade médica, contra o exagero dessa nosologia, em vibrante discurso, proferido na Câmara dos Deputados. E pôde assegurar, com a experiência direta, que

o sertão do Nordeste não é um hospital, mas um grande sanatório, onde palúdicos e opilados de outras paragens encontram, na maioria dos casos, remédio eficiente para o seu restabelecimento e que nele reside não uma população de caquéticos, deprimidos e aleijados, mas uma raça forte,

223 Ibidem, pp. 26-27.

sóbria, de grande resistência física, que pode ser considerada pela voz persuasiva de euclides da Cunha como a rocha viva de nossa nacionalidade.²²⁴

É uma realidade de minha verificação pessoal e de quantos, como eu, conhecem a Paraíba de canto a canto.

Das verminoses, generalizadas em quase todo o Brasil, não se isentaria essa parte do Nordeste, onde abundam os meios de infestação.

É a seguinte a ordem da frequência das helmintíases em nossas zonas contaminadas: a ascaridose, a mecatoriose, a tricocefalose, a anguilulose, a esquistossomose e a oxiorose. As outras formas são raras e astenia é quase desconhecida.

Mas o campo de ação da endemia é limitado.

Observou o dr. Acácio Pires, chefe da comissão de profilaxia rural, no seu relatório do ano passado, com perfeito conhecimento das nossas condições sanitárias:

No que concerne à opilação, o estado da Paraíba está, geograficamente dividido em duas zonas bem distintas: a litorânea e a central.

Na primeira a doença é profusamente endêmica, e na segunda, chamada sertão, ela é muito rara. Nesta região do estado, que representa a sua maior parte, há opilados vindos de fora; mas a doença não encontra as condições mesológicas indispensáveis a seu desenvolvimento.

De fato, ali o solo se apresenta esturricado pelo sol ardente do verão ou é lavado pelas enxurradas diluvianas das 'cheias' do inverno.

Além disso, o sertanejo não anda descalço. Usa alpercatas para se defender dos espinhos que se abundam na vegetação hostil do sertão.

Quem atentar em nossa divisão fisiográfica e verificar que essa natureza imune se estende do Cariri, a começar do vale do Curimataú, até a bacia central do Piranhas, convém em que é restrita a porção do estado sujeito aos estragos dos parasitas intestinais: o litoral e os brejos.

224 *Em prol do Nordeste*, discursos, 1918, p. 66.

Mas, ainda assim, a moléstia só é frequente entre as classes pobres dos campos. Nos povoados, nomeadamente da região serrana, são raríssimos os opilados. O tipo da população de Areia e de outras cidades e vilas da Borborema é um exemplar de saúde e vigor. A gente anemiada está, sobretudo, nos municípios litorâneos.

É grande nesses sítios o número de portadores de vermes. Mas não equivale à cópia de doentes. A moléstia é, naturalmente, “uma noção clínica.” Daí, o “erro das estatísticas fundadas em exames coprológicos sistemáticos”.

E a ancilostomose não tem, entre nós, a gravidade de outros climas.

O impaludismo é mais disseminado, na forma terçã benigna. É endêmico em parte do brejo, em vales dos rios que cortam o litoral e em subúrbios da capital. As anofelinas mais comuns são a *Cellia albimana* e a *argyrotarsis*.

Têm aparecido também, em surtos epidêmicos às vezes, de caráter pernicioso, mas sem grande intensidade, em alguns municípios da caatinga e da Borborema, como, no ano passado, em Araruna e Alagoa Nova e ainda este ano em Ingá e Mulungu.

Explicam-se essas crises locais pelas relações de habitantes do interior com o xtremo norte, num constante vaivém. Os indivíduos infectados importam os plasmódios que os culicídeos transmitem, aliás, sem o caráter fulminante daqueles pântanos malaríferos.

Mas o sezonismo é de todo desconhecido nos sertões paraibanos.

Causas topográficas e climatéricas asseguram essa salubridade. A natureza geológica, a intensidade de luz, o poder higrométrico e saneador dos ventos, tudo preserva essas plagas dos agentes patogênicos.

As obras irrigatórias não modificarão, como já disse, essa imunidade.

Onde a água é empregada, sem o corretivo da drenagem, espraian-do-se em alagadiços, pode determinar focos palustres. Mas, se não evitados os viveiros de mosquitos, pela natureza do terreno ou por uma distribuição parcimoniosa, desaparece a causa desse temor.

Conclui o dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil:

Um lance de vista sobre as regiões irrigadas do globo patenteará esta verdade em toda a sua nudez, demonstrando igualmente que onde a rega

é feita sistematicamente sem desperdício deu-se notável melhoramento nas suas ondições sanitárias. (BRASIL, 1909, p. 653)

E insiste, baseado na autoridade de Zoppi, autor do livro *Laghi artificiali*:

Na Algéria, as febres são comuns, no verão, em toda a região malcultivada. Os únicos remédios que se opõem ao seu desenvolvimento são a cultura intensiva por meio das obras de irrigação e do plantio.

As planícies de Sig, do Macta e parte da do Cheliff estão hoje em condições higiênicas melhores que o resto do país, devido à construção de açudes e de obras de irrigação.

Os grandes reservatórios temperam e saneiam o clima dos lugares circunvizinhos, e graças à irrigação e, por conseguinte, à cultura que se estabelece, levam a saúde e o bem-estar até onde as águas vão fecundar os terrenos.²²⁵

Vê-se, por conseguinte, que dos 961.106 habitantes do estado se acham, inteiramente, isentos da opilação 550.390, correspondentes às populações do Cariri e de além-serra. Deveriam ser incorporados ainda a essa cifra os moradores de Curimataú confundidos com a massa demográfica dos municípios do Brejo e os dos povoados em geral, livres, quase sempre, da endemia.

O mesmo poder-se-ia dizer do impaludismo, se já não se verificassem alguns casos nas localidades do Baixo Sertão, mais expostas pela contiguidade das zonas infestadas à difusão da moléstia.

A pavorosa porcentagem de doentes do sr. Belisário Pena não tem, portanto, correspondência no povo paraibano.

Não disponho, infelizmente, de dados oficiais que comprovem essa notória sanidade.

O *Anuário demográfico*, confiado à competência e ao zelo funcional do dr. Manuel de Azevedo Silva, não tem logrado, por omissão dos ofi-

225 Ibidem, p. 655.

ciais do registro civil, englobar a estatística de todos os municípios. Os números referentes aos anos de 1911 a 1913, conquanto muito bem organizados, são, por isso, incompletos.

Tem sido, porém, publicado, regularmente, o boletim do movimento demográfico-sanitário da capital.

O conhecimento da dinâmica social seria mais exato mediante dados numéricos; mas, na falta desses elementos, a observação individual determina, pelo menos, os casos gerais.

É diminuta a mortalidade por moléstias infecciosas. São desconhecidas a encefalite letárgica, a dengue, a papeira parasitária (doença de Chagas). Foi confirmado, apenas, um caso de meningite cérebro-espinhal. Deixaram, há muitos anos, de figurar nos obituários a varíola, a febre amarela, o cólera e o beribéri. A peste reapareceu em dezembro do ano passado e em maio do corrente ano em Campina Grande, sem intensidade. E, conforme se lê no *Anuário demográfico* de 1911, “a escarlatina é desconhecida entre nós, pois há longos anos que o obituário não registra nenhum caso”.

São raros a pneumonia, a difteria, o tracoma e a leishmaniose. Pela afluência de pessoas de outros estados, na maior atividade das obras contra as secas, a úlcera tropical atacou muitos trabalhadores das estradas de rodagem; mas não chegou a contagiar a população. O sarampo e a coqueluche acometem, às vezes, epidemicamente, as crianças, mas sempre de forma benigna.

Em 1913 observou o médico demografista:

Outra entidade mórbida que vai nos despertando a atenção é o cancro e tumores malignos, contribuindo com nove óbitos para o obituário geral.

Não tem crescido, de forma notável, a marcha dessa moléstia que, nos últimos anos, vem fornecendo um ato assombroso contingente à mortalidade, por toda a parte. Na Capital Federal o coeficiente, que era de 33,9 por 100.000 habitantes em 1903, passou, em 1919, a 50,5; em Belo Horizonte, que era de 0,22 em 1910, por 1.000 habitantes, foi, em 1921, de 0,69; em Santos elevou-se de 0,225, em 1910, para 0,57, em 1918; em Curitiba passou de 0,41, em 1910, para 0,58, em 1916; em Salvador,

que era de 0,20, em 1909, chegou a 0,24, em 1916; no Recife a diferença foi de 0,34 em 1910, para 0,51, em 1920; em Porto Alegre subiu de 0,36 em 1912 para 0,43, em 1918.

Em janeiro do corrente ano a proporção do câncer em Paris foi de um caso para 12 óbitos.

O dr. Elpídio de Almeida, esforçado diretor do serviço de profilaxia da lepra e das doenças venéreas neste estado, informou, em seu nutrido relatório do ano passado:

A lepra, felizmente, é muito rara neste estado. Até agora só verificamos, com a confirmação do laboratório, a existência de 12 casos. Temos dois suspeitos em observação. quatro dos leprosos matriculados adquiriram a doença nos estados do Pará e Maranhão.

A existência da febre tifoide, ainda não reconhecida, foi verificada na capital pelo laboratório da comissão de profilaxia, no total de nove casos, dentro de um ano. Tende, porém, a desaparecer, apenas se manifestou, pela melhoria das condições gerais de higiene.

Não há infecção paratífica.

A disenteria bacilar é pouco frequente em todo o estado.

A boubá, desconhecida no litoral e no sertão, está muito difundida pela população rural dos brejos, onde as moscas, abundantes no período das chuvas, transportam os germes e os inoculam na pele dos lavradores, sempre expostos a esses acidentes.

Tudo mais são moléstias comuns. E não se observam na Paraíba “os asmáticos às centenas do Nordeste.” É, ao contrário, uma moléstia pouco comum em qualquer das zonas. A gripe, depois da expansão epidêmica de 1918, ficou endêmica, mas sem gravidade. É força, porém, reconhecer a morbidez da sífilis, da tuberculose, da malária e da ancilostomose, em pontos determinados.

Já em 1862, o inspetor da saúde pública encarecia, em relatório dirigido ao presidente da província, a necessidade de combater o mal que derivava “dessas casas de prostituição onde não há ao menos inspeção nem policial e nem médica”.

As doenças venéreas dizimavam, originariamente, a população litorânea. A escassez dos prostíbulos preservava o interior desse flagelo. Mas as feiras de gado e outras relações comerciais têm transformado algumas localidades em pontos de irradiação do contágio. Os bordéis de Itabaiana e as seiscentas meretrizes de Campina Grande, dois centros de contato dos sertanejos com adventícios do Recife e da Paraíba, vão sifilizando o sertão.

Mas o mal não apresenta as formas graves de sua evolução. São em pequeno número os tábidos.

A tuberculose não ingressou em muitos pontos do estado, principalmente na região serrana dos brejos e do Cariri. Temos, ao contrário, excelentes sanatórios, procurados por doentes dos estados vizinhos.

Mas a marcha da moléstia na capital tem sido impressionante. Escreveu o dr. Azevedo e Silva no *Anuário* de 1913:

Merece sérios reparos por parte dos poderes públicos e da Diretoria de Higiene a marcha ascendente da tuberculose pulmonar entre nós. Há poucos anos, de extrema raridade, vemo-la invadindo todas as camadas sociais, veiculada ora por contágio direto dos tuberculosos que perambulam pela cidade, escarrando nos bondes, cafés, cinemas, trens etc., ora agravada pelo hábito secular que tem a população de visitar frequentemente os doentes de qualquer *morbus*.

Foi a seguinte a mortalidade por essa causa de 1909 a 1922:

1909	89	óbitos
1910	177	..
1911	91	..
1912	122	..
1913	100	..
1914	193	..
1915	145	..
1916	130	..

1917	130	..
1918	133	..
1919	167	..
1920	130	..
1921	127	..
1922	194	..

Observou, recentemente, o dr. Azevedo e Silva:

Desde 1909 que vimos, pelo dever do cargo de demografista, acompanhando a marcha deste morbus em nossa urbe. Sendo 89 casos no obituário de 1909, ascendeu esse número a 194 no obituário de 1922, concorrendo com a taxa de 15% no obituário do mesmo ano, que foi de 1.287 pessoas. No período de 14 anos, de 1909 a 1922, perdemos, portanto, 13.732 pessoas entrando neste número 1.922 vitimados por tuberculose, contribuindo este morbus com a percentagem de 13,9 sobre o número geral do obituário.

(...)

Antigamente eram raros os casos de tuberculose em nossa capital; os que apareciam ficavam logo separados do convívio da família e das pessoas amigas, que espontaneamente se afastavam, evitando as visitas, com receio do contágio. Logo, após o falecimento do doente era a casa caiada e destelhada, ficando exposta aos raios solares por longo tempo.

Hoje vemos tuberculosos com exame bacterioscópico, confirmado no posto, frequentarem os hotéis, cafés e casas de bebidas, disseminando o contágio por meio dos copos e xícaras de que se utilizam.

E concluiu:

As estatísticas de todos os países demonstram que a mortalidade aumenta à proporção que a vida encarece. Foi o que se verificou entre nós com o aumento do obituário em 1914, 1918 (começo e fim da guerra europeia) e 1922.²²⁶

226 “A devastação da tuberculose pulmonar na Paraíba”, in *A União*, de 7 de agosto de 1923.

Foi, realmente, excessivo o aumento do preço dos gêneros alimentícios, como se pode ver de dados oficiais:²²⁷

Gêneros	Unidade	Cotações médias		Decênio	
		1911	1921	Índice	+ %
Arroz beneficiado	quilo	\$600	\$900	150,00	50,00
Carne de vaca	"	\$800	1\$500	187,50	87,50
Carne de porco	"	\$900	1\$600	177,77	77,77
Carne de carneiro	"	1\$000	1\$700	170,00	70,00
Farinha de mandioca	"	\$200	\$230	115,00	15,00
Feijão	"	\$600	\$800	133,33	33,33
Milho	"	\$250	\$300	120,00	20,00
Queijo do sertão	"	2\$000	\$300	150,00	50,00
Toucinho	"	1\$500	2\$000	133,33	33,33
Galinha	uma	1\$500	2\$500	166,66	66,66
Ovos	dúzia	1\$000	1\$500	150,00	50,00
		10\$350	16\$030	153,49	53,69

A miséria orgânica determinada pela carestia da vida e insuficiência da alimentação é o campo preparado que vai sendo invadido pelos meios ordinários de infecção.

E a peste branca, mal cosmopolita, já se transferiu a algumas localidades sertanejas.

O clima saudável dessa zona foi atraindo tísicos que, por falta de meios de preservação e, ao contrário, por extremos de acolhimento, entraram a contaminar a população.

Mas grande parte do sertão ainda está indene dessa mortífera doença.

227 "Estudo sobre a circulação dos produtos agrícolas do país. Mercados. Custo da vida em relação aos artigos de alimentação" (Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas), p. 24.

As verminoses e a malária têm o desenvolvimento que já assinaiei.

São entidades mórbidas que devastam, sobretudo, as resistências do homem do campo. Urgia, portanto, combatê-las, no interesse da saúde do trabalhador e, conseqüentemente, da produção.

O presidente Sólon de Lucena, tocado desse pensamento, foi ao encontro do programa do governo federal, firmando o acordo de 13 de dezembro de 1920, pelo qual o serviço de saneamento e profilaxia rural seria executado na Paraíba pelo prazo de dois anos, a começar de 1º de janeiro de 1921.

Foi nomeado chefe da respectiva comissão o dr. Acácio Pires, que empregou para o seu êxito uma consagrada competência de higienista, aliada ao invulgar talento de organização e rigoroso senso econômico.

O serviço instalou-se no excelente prédio ocupado pela Diretoria de Higiene Pública, cedido pelo governo do estado.

Essa colaboração foi sempre solícita e eficiente, como reconheceu o dr. Acácio Pires, em seu citado relatório, referente aos exercícios de 1921 e 1922:

Como preliminar, cumpre antecipar-vos que o êxito incontestável do nosso serviço se deve principalmente ao apoio incondicional que tivemos do Ex^{mo} Sr. Dr. Sólon de Lucena, honrado presidente deste estado, cujo governo só interferiu no nosso serviço para auxiliá-lo materialmente, como tantas vezes o fez, ou para emprestar-lhe o concurso de sua acatada autoridade.

Quem está a par dos incidentes suscitados em outros estados, como estorvos à ação conjunta, pode aquilatar as vantagens dessa imperturbável harmonia de vistas.

O primeiro serviço organizado, a instâncias do presidente Sólon de Lucena, foi o de polícia de focos, custeado, em partes iguais, pela União e pelo estado. Tendo sido iniciado pela extinta comissão de profilaxia de febre amarela, que funcionara na Paraíba, quando essa moléstia grassava no Ceará e na Bahia, foi fácil, pelo aproveitamento do pessoal prático, dar-lhe uma organização conveniente.

Estabelecido no capital, no dia 1º de maio de 1921, tornou-se, depois, extensivo às cidades de Guarabira, a 1º de agosto, de Areia, a 1º de dezembro, e a vila de Umbuzeiro, a 1º de abril do ano seguinte.

Destinado a combater, sistematicamente, os mosquitos e a manter a higiene das habitações, produziu resultados imediatos.

O serviço rural, propriamente dito, foi inaugurado no dia 12 de maio de 1921, com o estabelecimento do primeiro posto no bairro de Jaguaribe, habitado por cerca de 10.000 pessoas, em sua maioria, desprotegidas.

A sua frequência foi, a princípio, extraordinária, atingindo, alguns dias, a 400 consultas. Tendo, porém, diminuído em pouco tempo, essa procura, foi fechado, a 30 de setembro do mesmo ano.

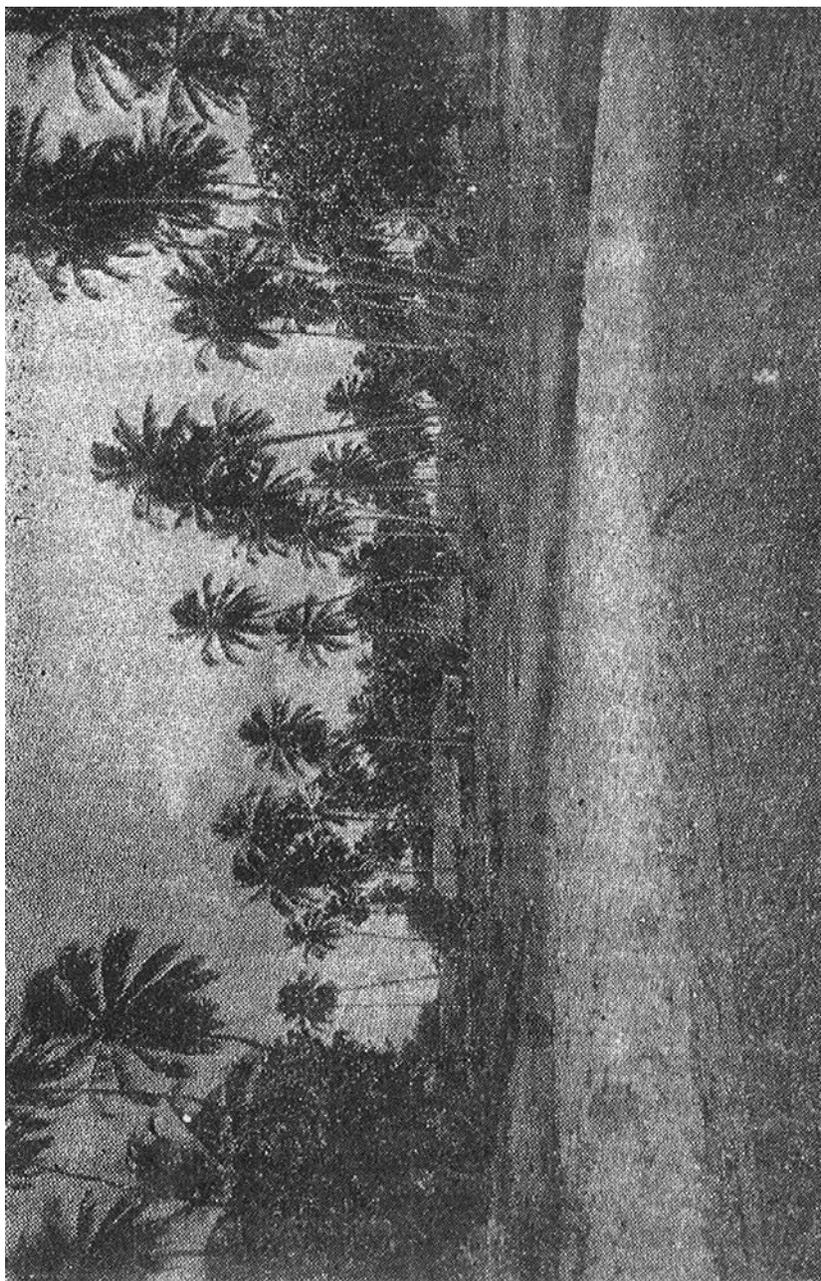
O posto da sede, que ainda se mantém, ficou medicando o resto da população dos bairros pobres e os doentes do interior que acodem constantemente. Por falta de um ambulatório na capital, foi transformado em policlínica, com uma pequena farmácia, para consulta e fornecimento de remédios gratuitos aos indigentes.

Tem sido manifesta sua utilidade.

O segundo posto foi montado a 24 de maio, em Tambaú, por solicitação do presidente do estado. É uma das praias mais pitorescas da Paraíba, situada, como já disse, a seis quilômetros da capital e muito atraente como estação balneária. O presidente Valfredo Leal chegou a ligá-la à cidade por uma via férrea; mas, devido aos *maceiós* que a cercam, como viveiros de anofelinos, é, reconhecidamente, malsã.

A quininação sistemática da população permanente, composta de pescadores, modificou, desde logo, o estado sanitário. Mas, o seu completo saneamento depende de obras dispendiosas, como derrubadas de matas, grandes drenagens e aterros. A comissão, na impossibilidade de realizar todos esses serviços, dessecou os principais pântanos e desbastou parte da vegetação adjacente. E, assim, logrou melhorar a situação, tanto que tem aumentado, nos dois últimos anos, o número de veranistas e os casos de impaludismo decresceram.

Tendo sido fechado esse posto, ficando um guarda sanitário encarregado da quininação contínua dos praieiros, foi aberto com o mesmo pessoal o de Guarabira, a 10 de julho.



Maceiós de Tambau

É uma zona vastamente paludosa. Foi extraordinária a atividade desse serviço, tendo sido medicada quase toda a população doente.

Foi inaugurado a 9 de agosto o posto de Areia, cujo município tem uma zona sazonal, o qual funcionou, durante um ano, com visíveis benefícios.

No dia 15 de abril de 1922, graças a uma verba especial, foi aberto o posto de Umbuzeiro.

Além dos serviços comuns, foi esse estabelecimento dotado de uma farmácia e de um consultório médico-cirúrgico, ficando em condições de prestar socorro à população local e à de grande parte daquela zona sertaneja, numa área de mais de 10 léguas.

Ainda foi aberto um subposto em Santa Rita. É um centro muito povoado, sede de uma fábrica de tecidos. Toda essa gente, pobre em quase sua totalidade, vivia desservida de recursos médicos e sujeita às infecções palustres e às verminoses.

Foi introduzido outro melhoramento de grande monta: o hospital Osvaldo Cruz. Construído com o aproveitamento de um pavilhão, iniciado pela Santa Casa de Misericórdia, com a condição de ser, depois de extinto o serviço, restituído a esse pio estabelecimento, é considerado como um dos mais higiênicos do país.

Foi inaugurado, solenemente, a 21 de abril de 1922. É dividido em duas enfermarias para homens e mulheres com trinta leitos cada uma.

As paredes são impermeabilizadas até a altura de dois metros, isto é, até ao alcance das mãos dos doentes. Há para cada uma das enfermarias instalações sanitárias, banheiros com água fria e quente, chuveiros, lavabos, salas de consultas e exames, tudo de perfeito acabamento.

Dispõe de cozinha própria, desinfetório, lavanderia e um poço tubular com uma caixa de capacidade de 7.500 litros.

A comissão ainda reconstruiu e instalou no edifício do hospital Santa Isabel uma sala de operações, dotada de aparelhos e arsenal cirúrgico para quaisquer intervenções assépticas.

Foi, do mesmo modo, inaugurado, a 20 de dezembro de 1921, a expensas da União, o dispensário antivenéreo, sob a direção de um distinto especialista, o dr. Elpídio de Almeida, com auxiliares de experimentado merecimento.

Acha-se montado com todas as condições de eficiência.

É escusado assinalar os préstimos desse combate à avaria corrutora das energias da raça, desse serviço de assistência individual e defesa social das futuras gerações. Informou o chefe do dispensário, no seu referido relatório:

Com apenas um ano e dias de contínuo funcionamento, já não têm conta os benefícios prestados pelo dispensário à população desta capital e dos lugares vizinhos, sendo ainda, como no princípio, muito crescida a frequência, não havendo probabilidades de diminuir, antes de aumentar, com a divulgação dos serviços realizados.

Atendendo a uma média jamais inferior a 30 doenças novas por dia, poderá parecer, à primeira vista, não ser isso bem verdade a quem atentar no número total dos matriculados durante o ano, que foi de 2.029, como adiante se verá no quadro anexo.

Mas a coisa facilmente se explica.

A Paraíba, com ser uma cidade de cerca de quarenta mil habitantes, continua desprovida de todos os recursos no tocante à assistência medica. Não há ambulatórios, nem policlínicas, nem postos de socorros, onde a população mais desvalida da fortuna acorra à procura de alívio para os males que a aflige. A Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural mantém, em sua sede, um pequeno posto, mas nele só são atendidos os doentes de impaludismo e verminoses.

É, pois, para o dispensário de doenças venéreas que se dirige toda a população sofredora da Paraíba e a dos lugares mais próximos. Não compreendendo bem os fins de nossa missão, e quais as doenças que temos em mira combater, quem quer se sinta molestado, qualquer que seja a natureza do mal, à falta de outros recursos, vem procurar valimento em nosso serviço, desvirtuando-lhe, assim, a razão capital da sua existência.

E não há repelir ou evitar. quando nos procura um doente com luxação ou fratura, para só citar dois casos há pouco ocorridos, ou lhe acudimos de pronto, ao que nos impelem os nossos sentimentos de humanidade, ou teríamos que deixá-lo sofrer até o dia seguinte, à espera da hora de consultas do hospital Santa Isabel.

Juntamente com esse serviço, foi inaugurado o laboratório de pesquisas clínicas, sob a competente direção do dr. Mário Fróis, com todos os aparelhos modernos para exames químicos e microscópicos. Ficou, desse modo, além da comissão, o meio médico da Paraíba servido do concurso da bacteriologia para o esclarecimento dos diagnósticos duvidosos que, antes, suscitavam controvérsias, como nos casos de infecção hebertiana.

Um dos nossos problemas mais instantes, tentado desde 1864, era a desobstrução da foz do Jaguaribe e conseqüente saneamento do vale desse rio, considerado o maior responsável pelo impudismo reinante nos arredores da capital.

O governo do estado entrou em acordo com o da União, para o custeio, em partes iguais, desse serviço hidrográfico.

Depois de levantada a planta e feito o orçamento, foi iniciada a abertura de um canal na extensão de 360 metros, para desviar esse curso para o rio Mandacaru.

Esse trabalho de engenharia sanitária teve grande andamento, mas, atualmente, se acha paralisado.

Foram também instalados pela Inspetoria de Obras contra as Secas, sob os cuidados do chefe da comissão de profilaxia, postos de assistência médica em Itabaiana, Alagoa Nova, Bananeiras, Pocinhos e Patos, cada qual com um pequeno hospital.

A Paraíba carecia de um asilo de loucos, apesar da raridade das doenças mentais. O de Santa Ana, mantido pela Santa Casa de Misericórdia, é, simplesmente, “uma má prisão”, na frase do benemérito provedor desse estabelecimento, em seu último relatório, condenada pelos preceitos de higiene e pelos sentimentos de piedade.

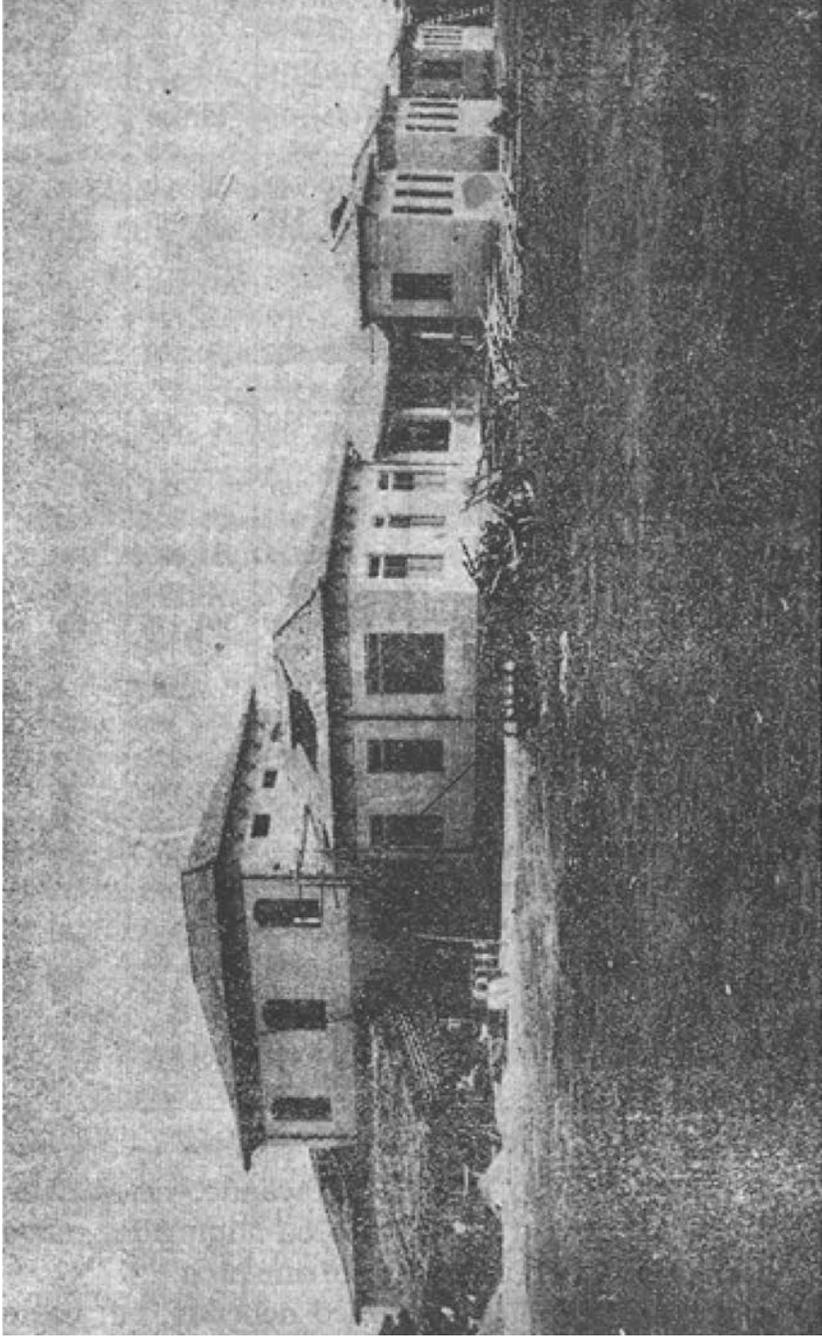
O governo Eptácio Pessoa também acudiu a essa velha aspiração, destinando a verba necessária para a construção de uma colônia de alienados, à estrada dos Macacos, em terreno cedido pelo estado.

Essa obra, iniciada a 26 de junho do ano passado, está quase concluída, de acordo com as indicações mais modernas, e será dotada de um estabelecimento hidroterápico, laboratório, gabinete de radiologia etc.

Para se ter em conta toda essa ação protetora, basta conhecer o mapa dos serviços realizados, de maio de 1921 a dezembro de 1922:

Doentes atendidos e medicados	1921	1922	TOTAL
De verminoses (nos postos)	23.912	10.016	33.928
De verminoses (em domicílios)	35.335	27.316	62.651
De paludismo (nos postos)	751	3.276	4.027
De paludismo (em domicílios)	3.773	5.334	9.107
De outras moléstias (nos postos)	1.957	3.111	5.068
De outras moléstias (em domicílios)	383	8	391
Total dos doentes atendidos	66.111	49.061	115.172
Exames de fezes	409	15.315	15.724
Exames de sangue	282	92	374
Exames de outros materiais	278	329	607
Medicações contra verminoses	60.360	50.826	111.186
Medicações contra paludismo	46.977	96.120	143.097
Medicações contra outras moléstias	2.238	4.135	6.373
Total das medicações ministradas	109.575	151.081	260.656
Visitas domiciliares para medicação	24.925	16.184	41.109
Casas cadastradas	12.081	921	13.062
Pessoas recenseadas	25.607	12.942	38.549
Curativos em úlceras e outros	4.241	9.174	13.415
Pequenas intervenções cirúrgicas	288	32	320
Vacinações	2.939	1.521	4.460
Revacinações	442	581	1.023
Injeções praticadas	448	1.859	2.307
Injeções “914”	14	791	805
Fossas absorventes construídas	50	454	504
Gabinetes sanitários construídos	14	483	497
Doentes de sífilis atendidos	104	791	895
Fórmulas aviadas (nas duas farmácias)	1.075	11.020	12.095
Cápsulas (Farmácia da capital)	-	6.618	6.618

	1921	1922	TOTAL
Comprimidos (Número)	-	54.771	54.771
Ampolas (Número)	-	3.476	3.476
Pílulas (Número)	-	2.917	2.917
Papéis (Número)	76.701	59.908	136.609
Supositórios (Número)	-	82	82
Poções (g)	70.040	530.100	600.140
Pomadas (g)	41.535	94.040	135.575
Pós (g)	-	2.111	2.111
Soluções (g)	-	294.266	294.266
Tinturas (g)	5.707	9.721	15.428
Xaropes (g)	79.800	420.960	500.760
Intimações expedidas	409	697	1.106
Intimações cumpridas	110	268	378
Autos de multa expedidos	7	9	16
Requerimentos informados	107	224	331
Prédios visitados	124.975	122.878	247.853
Jarras examinadas (limpas)	136.715	251.799	388.514
Jarras examinadas (c/ larvas)	19.991	21.983	41.974
Outros recipientes (limpas)	235.670	364.176	599.846
Outros recipientes (c/ larvas)	40.101	52.775	92.876
Calhas examinadas (limpas)	3.944	2.300	6.244
Calhas examinadas (c/ larvas)	593	280	873
Calhas examinadas (c/ lixo)	209	953	1.162
Fossas petroladas	34.393	43.748	78.141
Área de terreno roçado	2.181.248	138.822	2.320.080
Área drenada	932	22.707	23.639
Valas limpas (m)	5.572	30.273	35.845
Valas abertas (m)	1.308	2.510	3.818
Barreiras Aterradas (m ³)	225	85	310
Pântanos aterrados (m ²)	1.152	250	1.402
Carroçadas de lixo removido	598	210	808
Poços destruídos	554	331	885



Colônia de Alienados

A multidão valetudinária, que sempre vivera privada da assistência do estado, agravando, nesse abandono, o estado doentio hereditário ou adquirido, encontrou, afinal, um alívio aos seus sofrimentos.

A redução do índice endêmico depende, em parte, de custosos trabalhos de salubridade, principalmente, da conclusão da obra de hidrografia sanitária, iniciada por conta do estado e da União. A atividade da comissão tem sido, de preferência, curativa; e, assim, por falta dessas providências locais, são prováveis os casos de reinfeção.

Mas esse esforço em restaurar o principal elemento da luta pela vida já se manifesta no declínio das afecções e prepara uma fase de felicidade geral para a pobreza enfermiça.

Esse cuidado em preservar o homem dos malefícios evitáveis ainda sugeriu ao sr. Epitácio Pessoa outra iniciativa, em favor dos seus conterrâneos.

São comuns em todo o estado e, nomeadamente, na zona sertaneja os acidentes por ofidismo. O Cariri e o Alto Sertão são o *habitat* do *Crotalus terrificus*. E a *lachesis* abunda em todo o território, principalmente nos campos.

Estando a Paraíba muito distante do centro de produção dos soros antipeçonhentos, eram, quase sempre, fatais as mordeduras de cobras venenosas.

Foi, por isso, fundado, a 10 de dezembro de 1920, pelo dr. Arlindo Assis, o posto antiofídico de Campina Grande, subordinado ao Instituto Vital Brasil e subvencionado pelo governo federal. Têm sido incalculáveis as suas vantagens. Fornece o material necessário à captura das serpentes e, em troca dessas, soros, seringas e livros que facilitem o conhecimento científico e vulgar das espécies, venenosas ou não, evitando que sejam perseguidas as úteis, como acontecia à *Oxyhopus cloelia* (muçurana).

O posto possui serpentários em prédio isolado.

A extração do veneno é feita quinzenalmente e recolhida à estufa para a cristalização.

Com a continuidade e a ampliação de todos esses serviços, a Paraíba será, dentro em poucos anos, imunizada dos fatores letais que a têm dizimado parcialmente. E, ao mesmo tempo, a técnica sanitária vai, por conta do estado, colaborando nesse resultado.

O presidente Sólón de Lucena encarou, resolutamente, o principal problema da higiene urbana: os esgotos da capital.

A cidade é, topograficamente, dividida em alta e baixa ou varadouro. Aos lados e na frente se apresentam os *mangues*, lavados pelas marés. Na parte elevada se encontra uma bacia fechada, onde as águas pluviais se acumulam. É uma lagoa acusada sob o ponto de vista da saúde pública e que o presidente Álvaro Machado já pretendia dessecar.

Nas depressões das ruas mal calçadas ou sem calçamento, as chuvas formam poças que se poluem. As águas servidas, carregadas de matéria orgânica putrescível e de micróbios, espraia-se pelos quintais.

O saneamento depende da remoção dos dejetos e da derivação de todas essas fontes de impureza.

Essa grande obra, cuja administração foi contratada, a 26 de julho do ano próximo findo, com o dr. Saturnino de Brito, está sendo executada pelo engenheiro Baeta Neves, um especialista de assinalada competência e de extraordinária capacidade de direção e de trabalho.

Foi revisto e completado o projeto de 1913 a que já aludi.

O plano, que se acha, em parte, realizado, consta de serviços topográficos de locação de rede de esgoto, da construção dos coletores e do emissário para o ponto de descarga no Tambiá Grande, do túnel de esgotamento da lagoa com cerca de 380 metros de extensão e da abertura de novas vias.

O sistema é o *separador completo* ou *absoluto*: a rede sanitária é distinta da pluvial com ponto de convergência à rua Diego Velho, onde está locada a boca de montante do túnel.

O dr. Saturnino de Brito considerava essencial o traçado de um cais “para o saneamento do litoral, para a estética da cidade e para o movimento do porto”.

Ainda bem que esse melhoramento está em via de realização. Já diminuiu, desse modo, a extensão da superfície pantanosa.

E, como complemento do serviço de esgoto, foi ainda contratada a reforma e ampliação do abastecimento d’água que já é insuficiente para as próprias necessidades ordinárias, devido, em parte, ao sistema de torneiras livres, pela inutilização dos hidrômetros.

O atual prefeito, dr. Valfredo Guedes Pereira, tem posto, por seu turno, o maior empenho em sanear e aformosear a Paraíba.

Previu o dr. Saturnino de Brito em 1913:

No fim de alguns anos, com as novas edificações executadas convenientemente, com o recuo obrigatório e firmemente mantido, com as leis conciliatórias dos interesses públicos e particulares, com o trabalho de um pessoal bem organizado – ver-se-á a cidade notavelmente transformada, com muitos defeitos corrigidos, ruas alargadas, avenidas futuras delineadas no terreno, jardins feitos pelo trabalho de cada dia, embora em dilatado prazo...²²⁸

O chefe do executivo municipal está antecipando fielmente essa transformação.

Não transige com as condições de arquitetura estabelecidas pelas posturas no interesse do tipo estético e da salubridade das habitações. Tem promovido inúmeras desapropriações, para o alargamento de ruas e a abertura de avenidas, resolvendo o problema da insolação e da ventilação. E ainda preparou magníficos logradouros públicos, como o parque Arruda Câmara, que é belo jardim florestal, e a praça da Independência.

A avenida de acesso ao porto será grande parte nessa nova feição urbana.

Para tornar mais segura essa remodelação, o governo do estado mandou levantar a carta topográfica da cidade.

Esse utilíssimo serviço, que se acha sob a proficiente direção do engenheiro militar coronel Otto Kuhn, ficará, provavelmente, concluído no fim do corrente ano.

Com algumas outras medidas, como o fechamento do cemitério da Boa Sentença e a abertura de outro em terreno mais apropriado, a fiscalização rigorosa dos gêneros alimentícios, a polícia sanitária marítima, a repressão ao alcoolismo e a propaganda da educação higiênica, principalmente nas escolas, decrescerá ao índice mínimo a mortalidade

228 *Projeto dos esgotos*, p. 6.

da Paraíba. Aliás, o coeficiente atual pode competir com os de meios dotados da melhor organização sanitária.

Foi o seguinte o obituário dos últimos anos:

1909	732
1910	890
1911	776
1912	763
1913	1.031
1914	1.076
1915	890
1916	844
1917	854
1918	1.245
1919	1.158
1920	1.696
1921	1.175
1922	1.289

Por falta de um cálculo exato da população, para determinar essa contribuição mortuária, adoto a base do último recenseamento do município, desde o ano anterior:

Ano	População	Óbitos	Média diária	Coeficiente por 1.000
1919	52.990	1.158	3,17	21,85
1920	52.990	1.096	3,00	20,68
1921	52.990	1.175	3,21	22,17
1922	52.990	1.289	3,53	24,32

A elevação da taxa em 1922 originou-se, naturalmente, da afluência de adventícios para as obras do porto e outras, bem como de doentes

do interior, já sem probabilidades de cura, em demanda dos hospitais e dos serviços médicos mantidos pela comissão de profilaxia.

Seria lisonjeiro um confronto com a maioria dos centros populosos do Brasil e do exterior.

E, se não fora a mortalidade infantil, principalmente por gastrenterite, devido a vícios do regime alimentar, seria, excepcionalmente, baixo esse coeficiente.

Não são raros os casos de longevidade. No obituário de 1912, onde estão discriminadas as idades maiores de 60 anos, figuram dois macróbios de 110 e 112 anos.

E, se são essas as condições de salubridade da capital, apesar das causas adversas, muito mais favoráveis são as da maioria das localidades do interior, imunes desses fenômenos mórbidos.

O meio físico da Paraíba é extraordinariamente propício ao desenvolvimento da vida humana.

Só assim se explica o surpreendente crescimento da população, sem embargos da miséria debilitante desta terra da fartura, por uma péssima organização do trabalho, e dos males consecutivos a esse estado social. A assistência oficial veio, porém, em boa hora, assegurar a estabilidade da saúde coletiva, socorrendo os pontos mais precários.

A AÇÃO DISPERSA

O governo Epitácio Pessoa notabilizou-se pela obra no Nordeste, no seu sistema conjunto de viação pública, açudagem e portos. Ainda forcejou por desoprimir o fator humano do estado mórbido que lhe tolhia a atividade criadora, para a mais proveitosa utilização desses grandes melhoramentos. E nessa organização reprodutiva colaborou, fragmentariamente, um atilado espírito de reforma. É a ação dispersa por todos os ramos da administração, aptos ao estímulo direto ou indireto de nossa capacidade econômica.

Esse bem orientado esforço não é, talvez, percebido pelos que negam a benemerência do fecundo triênio; mas, congregado em seu plano de reconstrução, cresce, desmarcadamente, como a verdadeira política de salvação nacional.

Ainda em seu parecer sobre o orçamento da Fazenda para 1923 insistiu, clarivamente, o sr. Cincinato Braga:

Agora precisamos de novo rumo. Precisamos de governo que aumente a despesa pública, que gaste muito dinheiro... Em fomentar a produção nacional, para que esta avulte e para que dela possamos haurir avultadas rendas, que eliminem os costumados déficits. Cortar, sim, e impiedosamente, nos gastos improdutivos. Mas, paralelamente, sacar contra o futuro e com coragem para despesas ininterruptas a favor do Brasil nas permutas internacionais. Nisso devemos empregar o nosso crédito.

Foi essa a decidida compreensão do presidente Epitácio Pessoa. Seu ágil talento dos problemas do estado e, em particular, das questões do nosso progresso não se deteria na inércia indiferente ou tímida. Ele reconhecia:

Jaz inexplorada no Brasil a maior parte de sua riqueza natural. Quase todos os ramos de nossa atividade produtiva encontram-se adstritos a processos rudimentares, e é lícito afirmar que a maior parte dos nossos problemas econômicos ainda são, antes de tudo, problemas técnicos a resolver.²²⁹

Essa visão das necessidades da terra dotada de tantos recursos deveria ter um impulso prático, em benefício do organismo anemiado por minguagem da iniciativa pública, em sua assistência técnica e atuação continuada.

E a solução geral aproveitaria, afortunadamente, a Paraíba. Como o estudo científico dessas questões vitais dependia de estatísticas que o orientassem, foram incluídos no programa do recenseamento, procedido em 1920, os censos industrial e agrícola.

Esse inquérito, dirigido no estado pelo sr. Joaquim Pessoa, foi levado a efeito com inteira regularidade e evidenciou, com surpresa, nossa aptidão para o trabalho organizado.

Autorizado pelas leis orçamentárias de 1920 e 1921, o governo aparelhou, graças à poderosa colaboração do ministro Simões Lopes, todos os serviços necessários ao desenvolvimento da produção.

Foram, destarte, lançadas as bases de nossa independência econômica, por uma intervenção requerida, insofridamente, pelas condições especiais de um país rico e desamparado.

Essa função deveria interessar, especialmente, à Paraíba. A agricultura e a pecuária são as fontes de nossa riqueza.

A terra inexaurível fornece todas as vantagens às necessidades primordiais. Mas esse meio entorpeceria-se no estado primitivo de sua exploração. A cultura rudimentar e a criação à lei da natureza não poderiam competir com o regime econômico de outros centros de atividade.

O tipo dos engenhos e dos currais e as formas de aproveitamento das espécies vegetais e animais ainda conservam, em regra, a feição colonial.

Tinham sido relegados alguns melhoramentos introduzidos em períodos de maior prosperidade.

229 Mensagem de 1921.

Dominava, desse jeito, a rotina estagnante.

O Ministério da Agricultura, sem conexão dos serviços que vinham sendo extintos, a pretexto da crise financeira, não estava preparado para incrementar a lavoura. Datavam do governo Nilo Peçanha as tentativas de incentivo à produção. Mas, desde o Serviço de Estatística e Defesa Agrícola, criado pelo Decreto nº 7.816, de 13 de janeiro de 1910, até o Serviço de Agricultura Prática, nenhum teve utilidade real. Todos se enredavam na burocracia absorvente das parcas verbas orçamentárias.

E algumas medidas das últimas administrações não aproveitavam aos nossos rebanhos, que se desvalorizavam na degeneração das raças crioulas.

Faltava em tudo e por tudo a educação técnica. Lavradores e criadores andavam às cegas.

Crescia nesse abandono a necessidade de defesa sanitária das plantas e do gado e, igualmente, do aperfeiçoamento e seleção dos tipos.

Tendo preparado novos fatores de prosperidade geral, o governo transato achou por bem organizar a economia nacional.

Mas a aplicação eficiente dependia, como já disse, de pesquisas que rumassem a propaganda e a ação direta.

Sem o conhecimento das condições e deficiências do trabalho, não seria possível o emprego de recursos próprios.

Para realizar esse programa foi criado pelo Decreto nº 14.184, de 26 de maio de 1920, o Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas.

É um aparelhamento de funções complexas que tem como órgão em cada estado uma inspetoria. Esta repartição, que tinha sido extinta na Paraíba, desde 1915, foi, desse modo, restaurada, sob a direção do sr. Diógenes Caldas. De maneira que esse departamento federal, confiado, auspiciosamente, à competência e operosidade do sr. Artur Torres Filho, ficou sendo representado, entre nós, pelo espírito permanente da propaganda e da remodelação de nossa vida rural, já extremado, numa quadra de afrouxamento dissolvente, pela consciência técnica, pelo intransigente zelo funcional e pela atividade metódica.

O serviço foi organizado de forma prática e econômica com o seguinte pessoal: o inspetor, dois ajudantes, um escrevente, um distribuidor de plantas, um arador, um mecânico e um porteiro servente.

Impunha-se a tarefa da coleta de dados e de observações locais para estudos que tornassem infalíveis as providências indicadas. Cumprida conhecer as variedades das plantas cultivadas, as diversas formas de preparo dos terrenos, os métodos de cultura, de colheita, de tratamento dos produtos, de conservação e, sobretudo, para a orientação científica do problema, era preciso determinar as propriedades do solo em cada zona, evitando incertezas supridas à custa de desalentadores prejuízos.

Já foi realizado nesse sentido um esforço admirável. A Inspetoria Agrícola:

1º) Levantou o questionário econômico dos municípios de Bananeiras, Areia, Alagoa Grande, Cabedelo, Ingá, Guarabira, Araruna, Caiçara, Mamanguape, Pombal, Patos, Taperoá, Campina Grande, Itabaiana, Cabaceiras, Teixeira, Pedras de Fogo, Soledade, São João do Cariri, Alagoa do Monteiro, Misericórdia, Cajazeiras, São João do Rio do Peixe, Sousa, Princesa, Espírito Santo e São José de Piranhas;

2º) Coletou amostras de terras para análise em diversos municípios destinadas à organização de nosso mapa agrológico;

3º) Por ocasião da exposição do Centenário, preparou avultado mostruário de nossos produtos agrícolas, canas, féculas, óleos, rochas etc;

4º) Instalou três campos de cooperação – um para cultura de cana, outro do algodão e outro do fumo;

5º) Dividiu o estado em zonas agrícolas e organizou nesse sentido um mapa geográfico;

6º) Lançou as bases de uma carta geográfica com a indicação de cada circunscrição territorial dos municípios;

7º) Levantou um inquérito rigoroso sobre cada uma das culturas de algodão, cana, milho, café, coco e mandioca;

8º) Organizou um outro sobre a circulação da riqueza e custo de vida;

9º) Realizou duas vezes a estimativa das colheitas no estado, detalhadamente, por município;

10º) Procedeu a um inquérito sobre preços de terras de cultura e criação nas diversas zonas do estado;

11º) estudou a oscilação do salário dos trabalhadores rurais;

12º) No tocante ao crédito agrícola, instalou uma caixa rural em Bananeiras e tem em andamento as bases de uma outra em Guarabira.

Foram distribuídas em 1921 e 1922:

Sementes diversas	30.526.310 g
Sementes de cana	179.000 kg
Sementes de maniva	50.000 kg
Publicações agrícolas	1.274

Foram vendidos, a preço de custo, em 1921 e 1922 (em kg):

Enxofre	660
Formicida	85
Sulfureto carbono	25
Rolos de arame	510

Esses trabalhos, já divulgados, em grande parte, pelo *Diário Oficial* da República, demonstram um minucioso e exato conhecimento do meio e de seus fenômenos econômicos.

Para que se aquilate o valor de cada um dos questionários, basta saber que eles se acham subordinados aos seguintes capítulos:

- I – natureza e topografia das terras;
- II – vestimenta das terras;
- III – relação entre o clima e as culturas;
- IV – culturas do município;
- V – criação;
- VI – vias de comunicação;
- VII – o trabalho;
- VIII – meios econômicos;
- IX – importação e exportação;
- X – indústrias agrícolas;
- XI – história – situação – geográfica, superfície e limites. População – cidades e povoações, etc.

E a Inspetoria prossegue em sua obra, da seguinte forma:

- Colhendo elementos para estudo de pragas e moléstias das plantas;
- Providenciando para a instalação de depósitos no interior do estado de

máquinas e instrumentos de cultivo, beneficiamento, etc., para ceder pelo custo aos agricultores;
Intensificando a inscrição no Registro de Lavradores;
Propagando o crédito agrícola;
Incrementando o ensino prático nas fazendas;
Continuando a colher amostras de terra;
Estudando o revestimento florístico;
Coletando espécimes de plantas daninhas para classificação;
Preparando condutores de máquinas agrícolas e adestrando animais;
Estudando rigorosamente o custo da produção de diversas culturas.

Se ainda não se evidenciam todos os frutos dessa ação estimulante e renovadora, é fácil prever sua influência na utilização racional de nossos recursos naturais no desenvolvimento de nossas fontes de produção.

Nesse empenho de proteção e defesa, o algodão mereceu uma superintendência especial.

O Brasil, que poderia ser, por suas condições privilegiadas, o maior produtor dessa fibra, concorria, apenas, com 3% da produção mundial.

Inteirado dessas possibilidades e conhecendo a situação dos centros abastecedores e de tecelagem, o governo Epitácio Pessoa envidou melhorar o sistema de cultura da preciosa malvácea e o seu preparo científico.

A Paraíba, que tem nesse produto, apesar dos defeitos da exploração, seu maior fator de riqueza, estava destinada a auferir o maior proveito da nova organização.

O serviço foi criado pelo Decreto nº 14.117, de 27 de março de 1920, com uma delegacia regional em cada estado, a partir de São Paulo até o Pará, e estações experimentais nos estados que oferecessem ao governo federal as terras necessárias para a sua instalação.

A 22 de agosto do mesmo ano foi nomeado delegado na Paraíba o agrônomo Joaquim Ferraz do Amaral, tendo como ajudante de 1ª classe o agrônomo Getúlio A. César.

Entre as três estações experimentais instaladas figura a de Pendência, neste estado, criada pelo Decreto nº 14.319, de 21 de agosto de 1920, numa propriedade adquirida pelo presidente Sólon de Lucena, o denodado colaborador dessa obra de soerguimento, e entregue à União a 11 de janeiro de 1921.

Foi nomeado diretor dessa estação o agrônomo José de Camargo Cabral.

Durante a gestão do sr. J. Ferraz do Amaral foram iniciados dois campos de cooperação.

O agrônomo José Martins Ribeiro, que o substituiu, preparou um campo em Alagoinha e outro em Espírito Santo. Tendo pedido demissão, foi nomeado em seu lugar o agrônomo Getúlio César, que principiou a trabalhar, eficientemente, no ano de 1922. Organizou um campo solicitado pelo sr. Manuel Caldas de Gusmão, em Alagoa Grande, com rigorosa técnica e os melhores resultados; remeteu para a exposição 32 amostras diversas de algodão; enviou um excelente trabalho à superintendência sobre o estado atual dessa cultura entre nós e outro sobre as necessidades algodoeiras na Paraíba para a Conferência Internacional do Algodão.

A delegacia mantém atualmente um completo mostruário de diversos tipos de algodão da Paraíba e de outras procedências, sementes de diversas espécies, óleos, pasta, tecidos e um herbário das nossas variedades algodoeiras.

A estação experimental de Pendência, muito bem montada e dirigida, está localizada no município de Soledade, a 22 quilômetros da sede e ligada a esse ponto por uma estrada carroçável construída pela verba do serviço.

A sua área total é de 678 ha 0237, sendo 46 ha 7168 de várzeas e 631 ha 3069 de caatinga. As várzeas estão destocadas, quase todas aradas e em grande parte cultivadas para experimentação.

Há um açude estudado, galpão de zinco para as máquinas, casas para depósito, para inflamável, para feitor e uma antiga reformada para a residência do ajudante.

Para a profilaxia das pragas do algodoeiro foi adquirido em expurgador de ar quente, destinado a esse campo.

Este ano, devido à insuficiência das verbas, nada se tem feito, não só na estação, como em todas as delegacias do serviço, que já se acha reformado principalmente para a sua unidade.

Mas foram visíveis as vantagens dessa organização.

E no interesse do beneficiamento e conseqüente valorização dessa base de nossa riqueza pública e privada, foram ainda concedidos au-

xílios às usinas de propriedade da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, da Sociedade Paraibana de Beneficiamento e Prensagem do Algodão e da empresa Trajano de Medeiros, situadas em Sapé, em Alagoa Grande, em Campina Grande e em Santa Luzia. O sr. Epitácio Pessoa promoveu, em 1921, a visita da missão algodoeira, organizada pela *International Cotton Federation* e chefiada pelo sr. Arno Pearse, a qual estudou as vantagens do nosso solo e do nosso clima no rendimento por hectare e na fibra do produto e, com sua propaganda, facilitará a procura dos mercados estrangeiros.

Para os trabalhos requeridos pelo Fomento Agrícola e pela Superintendência do Algodão, foi remodelado o Instituto de Química que, com a elevação do número de laboratórios e de técnicos e a aquisição de novo material, ficou aparelhado para todas as análises de terras, grãos e sementes. Tendo sido criado pelo Decreto nº 14.325, de 24 de agosto de 1920, o serviço de sementeiras, o antigo Campo de Demonstração do Espírito Santo ficou incorporado a esse novo departamento, mediante profunda reforma nos seus fins e aumento de seu pessoal.

Entre os cinco campos de sementes inaugurados no país figura, assim, um na Paraíba, sendo os outros situados no Rio de Janeiro, no Distrito Federal, em São Paulo e em Santa Catarina.

Tem esse serviço por fim:

- a. Produzir sementes selecionadas, de acordo com processos mais adiantados;
- b. Proceder ao estudo das nossas sementes, para o perfeito conhecimento dos elementos que devem constituir a base da seleção;
- c. Aclimar sementes de plantas exóticas que se possam recomendar ao nosso meio;
- d. Realizar trabalhos técnicos para a segurança do melhoramento de nossas sementes, tendo em vista continuar a fixação dos seus caracteres e aumentar-lhes a produtividade, elevando-as ao maior grau de pureza;
- e. Organizar registros genealógicos, estabelecendo para isso os determinados padrões. Os trabalhos de melhoramento têm em vista, principalmente, as variedades de plantas já reconhecidas como as mais adaptáveis às condições agronômicas e climatéricas do país;

- f. Colaborar com outros serviços do Ministério da Agricultura na organização das exposições agrícolas e outros certames;
- g. Estudar comercialmente as nossas sementes, organizando quadros relativos às boas qualidades que deverão preencher, fornecendo aos interessados um boletim do estudo feito;
- h. Promover o entendimento com particulares que queiram adotar em suas propriedades os mesmos processos de melhoramentos empregados pelo serviço, expedindo atestados, quando seguirem os métodos aconselhados;
- i. Estabelecer concursos entre os cultivadores de sementes, podendo organizar nas sedes dos mesmos pequenas exposições regionais;
- j. Notificar por telegrama ao Instituto Biológico de Defesa Agrícola o aparecimento de qualquer moléstia ou praga nas suas culturas, remetendo espécimes para estudos;
- k. Publicar no boletim oficial do Ministério os resultados das observações e experiências colhidas pelo serviço em seus trabalhos, que sejam de interesse para o agricultor;
- l. Proceder às observações meteorológicas;
- m. Fornecer ao serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, com a antecedência necessária, as sementes que forem destinadas à distribuição;
- n. Fazer acompanhar as sementes que fornecer ao serviço do Fomento de um boletim indicando todos os dados técnicos que possam interessar à agricultura;
- o. Fiscalizar as sementes de estabelecimentos agrícolas particulares a serem adquiridas pelo serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas.

É um programa promissor que já vai se positivando em ensinamentos e auxílios aos lavradores. Em 1921, o campo, que fora, inteligentemente, organizado pelo agrônomo Sílvio de Sousa Campos, alcançou a seguinte produção:

Variedade	kg
Sementes de feijão macassar	3.438
Sementes de feijão anão plumbago	170
Sementes de feijão mulatinho	342

Sementes de feijão preto	299
Sementes de feijão manteiguinha	136
Sementes de milho	5.823
Sementes de cana flor-de-cuba	230.216

Em 1922, a produção foi a seguinte:

Variedade	kg
Sementes de feijão mulatinho	255
Sementes de feijão preto	228
Sementes de feijão manteiguinha	2.237
Sementes de feijão manteigão	2.596
Sementes de feijão chinês	39
Sementes de milho	14.866
Sementes de cana flor-de-cuba	149.664
Sementes de cana-caiana	7.420
Sementes de inhame	10.000
Manivas de mandioca nove folhas	50.000 und.

No corrente ano foram cultivadas as seguintes áreas, cuja produção se auspícia abundante:

- Lote nº 1 com 2.240 m² plantado de agave americana;
- Lote nº 2 com 7.889 m² plantado de mandioca manipeba;
- Lote nº 3 com 2.904 m² plantado de palmatória (cactus);
- Lote nº 4 com 7.625 m² plantado de mandioca cinco folhas;
- Lote nº 5 com 8.475 m² plantado de cana-caiana;
- Lote nº 6 com 9.057 m² plantado de cana-caiana;
- Lote nº 7 com 3.670 m² plantado de cana-caiana;
- Lote nº 8 com 9.309 m² plantado de cana-caiana;
- Lote nº 9 com 14.211 m² plantado de cana-flor-de-cuba;
- Lote nº 10 com 6.522 m² plantado de cana-caiana;
- Lote nº 11 com 10.000 m² plantado de feijão manteigão e chinês;
- Lote nº 12 com 4.249 m² plantado de feijão preto;

Lote nº 13 com 11.170 m² plantado de algodão herbáceo;
 Lote nº 14 com 10.000 m² plantado de milho (forragem);
 Lote nº 16 com 19.698 m² plantado de algodão herbáceo;
 Lote nº 17 com 12.780 m² plantado de algodão herbáceo;
 Lote A com 10.000 m² plantado de algodão herbáceo;
 Lote B com 10.000 m² plantado de algodão herbáceo;
 Lote C com 10.000 m² plantado de algodão herbáceo;
 Lote D com 6.611 m² plantado de algodão herbáceo;
 Lote E com 6.465 m² plantado de algodão herbáceo;
 Lote F com 10.000 m² plantado de algodão herbáceo;
 Talhão nº 1 com 2.690 m² plantado de feijão carioca e coimbra;
 Talhão nº 2 com 272 m² plantado de feijão chinês;
 Talhão nº 3 com 696 m² plantado de inhame;
 Talhão nº 4 com 3.378 m² plantado de milho quarentão;
 Talhão nº 5 com 3.389 m² plantado de feijão manteiguinha;
 Talhão nº 6 com 506 m² plantado de milho indiano;
 Talhão nº 7 com 1.020 m² plantado de feijão branco alemão;
 Talhão nº 8 com 2.338 m² plantado de feijão chinês;
 Talhão nº 9 com 2.500 m² plantado de feijão chinês.

Nos canteiros de seleção foram estabelecidas culturas de trigo, procedido do município de Montes Claros, em Minas Gerais, e de ervilha, para estudos experimentais.

Acha-se iniciada a construção de uma estação meteorológica, aparelhada com os seguintes instrumentos: um termômetro de máxima, um de mínima, um psicômetro, um termômetro de solo (Casella), três termômetros de subsolo, um heliógrafo, um catavento de Wild, um evaporômetro de Piche, um evaporômetro de Fuess, um pluviômetro Ville de Paris, um pluviômetro Hervé Mangon, um higrógrafo de Richard, um termógrafo de Richard.

O campo possui ainda um trator Twin City com o respectivo arado, um imunizador e uma prancha de Dibbel.

Provenientes de suas culturas, já foram entregues, até julho de 1923, à Inspetoria Agrícola do 7º Distrito, as seguintes quantidades de sementes:

450 kg de feijão manteiguinha;
30 kg de feijão carioca;
5 kg de feijão branco alemão;
50 kg de feijão preto;
600 kg de feijão manteigão;
15 kg de feijão coimbra;
70 toneladas de cana-caiana;
40 toneladas de cana flor-de-cuba; 200 kg de arroz branco;
9.000 kg de inhame.

O agrônomo Alfeu Domingues, diretor do serviço, tendo sido transferido, em outubro do corrente ano, para idêntico lugar em Itabaiana, deixou na Paraíba, como se vê, um traço de sua preparação técnica e de sua proveitosa diligência.

Todos esses departamentos têm a colaboração do Instituto Biológico de Defesa Agrícola.

Em 1921, foi comissionado o chefe do serviço de entomologia, sr. Carlos Moreira, para estudar a doença que irrompera nos cafezais de Areia, parasitados por um coccídeo – o *Cerococcus parahybensis*²³⁰ – que ainda não está debelado.

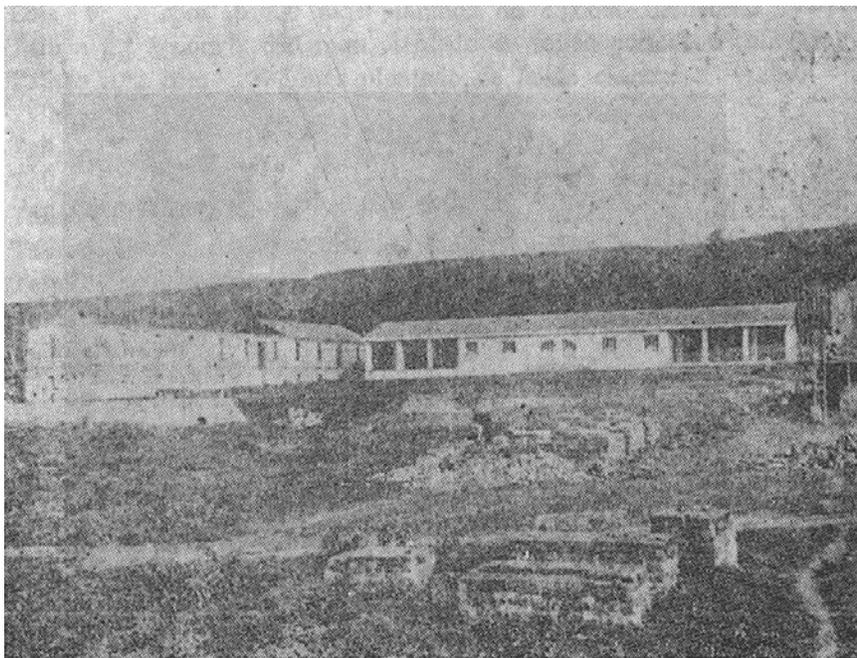
Uma das obras mais meritórias de que foi dotada a Paraíba, nesse período de benéficas realizações, é o patronato Vidal de Negreiros, situado a dois quilômetros da cidade de Bananeiras, e com capacidade para 200 educandos.

Dentre os sete estabelecimentos oficiais dessa natureza, superintendidos pela Diretoria do Serviço de Povoamento, coube um a este estado, que tanto carece de uma instituição regeneradora dos menores vagabundos e tanto precisa melhorar, por esse meio, os processos de sua agricultura.

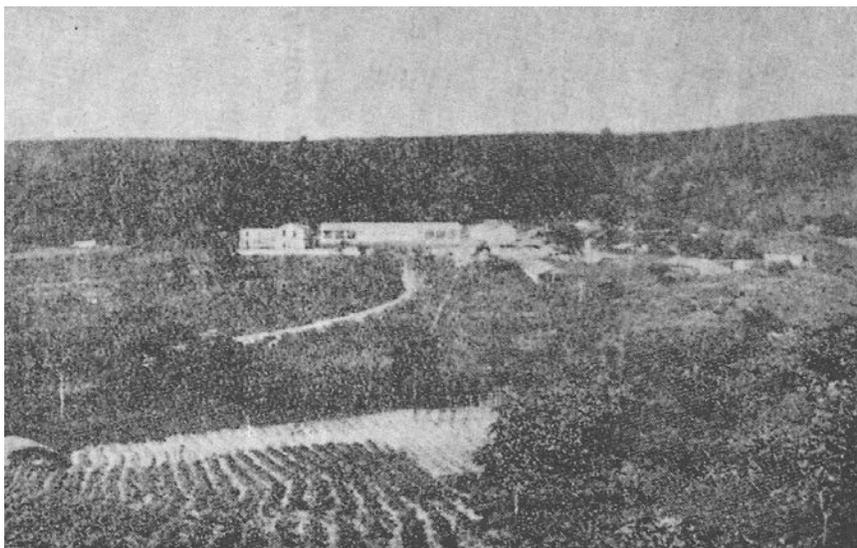
O seu fim principal é prestar assistência à infância desvalida, de 10 a 16 anos de idade, satisfazendo as necessidades de sua subsistência,

230 N.E.: uma cochonilha do cafeeiro, conhecida como piolho-vermelho-do-cafeeiro, ou simplesmente “vermelho”, pelas manchas que formava nos galhos e ramos.

PATRONATO AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIROS



Conjunto dos prédios principais



Vista geral

velando pela sua robustez física, preparando-lhe a boa formação moral e ministrando-lhe instrução.

O ensino será primário, incluindo lições de coisas, noções concretas de ciências físico-químicas e de história natural e elementos de higiene e de desenho; agrícola, por meio de participação dos menores em todos os trabalhos de exploração da terra, quer os de agricultura propriamente dita, quer os de beneficiamento dos produtos, assim como na apicultura, na avicultura, na sericultura, etc.; enfim, o de ofícios relacionados com a agricultura, como carpintaria, ferraria e selaria.

Conquanto o ensino agrícola deva ser, fundamentalmente, prático, haverá aulas teóricas, ainda assim professadas de modo objetivo, sobre irrigação, drenagem, mecânica agrícola, doenças e pragas das plantas, meteorologia, zootecnia, contabilidade agrícola, etc.

Para a exploração da propriedade e aprendizagem dos menores, o patronato será dotado de:

- a. material didático completo para ensino primário;
- b. pequeno museu de história natural, de produtos agrícolas, industriais e matérias-primas;
- c. pequeno museu de fitopatologia e entomologia;
- d. pequeno laboratório para investigações agrícolas a cargo do auxiliar agrônomo;
- e. instalações para beneficiamento dos produtos agrícolas;
- f. aviário, apiário e instalações de sericultura;
- g. posto meteorológico;
- h. estrumeira;
- i. abrigo dos animais;
- j. celeiro;
- k. secador de café;
- l. oficinas de celeiro, carpinteiro e ferreiro.

Para vencer as primeiras dificuldades da vida prática, depois de sua saída do Patronato, o menor receberá uma diária, proporcionalmente à sua diligência às aptidões que revelar, a qual será recolhida à caixa econômica destinada à formação de um pecúlio.

Com o fim de cultivar a faculdade de iniciativa e de previdência, a confiança no esforço próprio e o hábito do trabalho, será entregue uma certa área a cada educando, dentre os mais esforçados, para ser explorada por ele mesmo, em seu proveito.

De maneira que os egressos do estabelecimento, uma vez atingida a idade de 16 anos, ainda mesmo que deixem de ir aperfeiçoar a educação profissional no curso complementar, ficarão em condições de exercer, racionalmente, a agricultura. Serão, quando menos, excelentes feitores, corrigindo, pouco a pouco, o ramerrão das fazendas.

O patronato também emprestará as máquinas agrícolas aos lavradores da região, explicando-lhes o respectivo manejo.

Essa relevante obra foi sempre bem fadada.

Ache-se localizada no alto da Borborema, em zona de ameno clima, numa ótima propriedade que, abrangendo os diversos fâcies fisiográficos do brejo, se presta a todas as culturas peculiares a essa região. São 285 hectares de terra, dos quais 85 de encostas e de baixio, próprios para café, cana, arroz, milho, feijão, etc., foram comprados por 90:000\$000, e 200, na Chã do Moreno, próprios para a cultura do fumo e da mandioca, foram doados pela municipalidade de Bananeiras. A primeira produziu em 1921 e 1922 28:000\$000, renda proveniente do cafezal já existente, ao ser adquirida, indicando, dessa forma, que os trabalhos de exploração rural suavizarão o custeio do estabelecimento que tenderá sempre a lograr uma vida econômica autônoma.

A construção, confiada, a princípio, aos escrupulos e ao afincado esforço do sr. Diógenes Caldas, foi, afinal, entregue aos cuidados do sr. José Augusto Trindade, que, além de uma inteiriça capacidade profissional, é uma mocidade amadurecida na mais austera noção do dever.

Em meio dessa dissolução de costumes, que degrada o senso das responsabilidades, a gente não deve eximir-se de proclamar as virtudes invulgares que ainda nos induzem a confiar nos destinos da nacionalidade.

E, para maior conforto, esse padrão de honra e de trabalho foi mantido pelos agrônomos que a política econômica do governo Epitácio Pessoa aproveitou nas repartições agrícolas da Paraíba. Aliás, os que servem ao estado são também exemplos dessa idoneidade.

Talvez a tendência da profissão seja, por si, um impulso moral. Fugir da bacharelise estéril e chocalheira é já uma amostra de incompatibilidade com os desvirtuamentos da vida pública.

Encontram-se quase ultimados, carecendo, apenas, de obras complementares os seguintes edifícios: 1º) dormitório, oficinas e almoxarifado; 2º) pavilhão de aulas; 3º) refeitório e diretoria; 4º) enfermaria; 5º) casa do diretor.

Além desses vastos prédios, já se acha iniciada a construção do pavilhão da usina e de um secador de café, apropriado também à estação chuvosa, para o que será provido de tendais moveáveis.

E o custo de todas essas obras foi, por um milagre de administração, de 315:000\$000. A conclusão da instalação inicial, indispensável ao funcionamento do patronato, que se desenvolverá, conforme as necessidades futuras, está orçada em 40:000\$000.

Foi ainda fundado pelo Serviço de Povoamento o Centro Agrícola de Mamanguape.

Esse núcleo de população rural não teve incremento, por deficiência de verbas; mas é fácil calcular as futuras vantagens da concentração de trabalhadores regionais, em circunstâncias favoráveis à atividade remuneradora.

Foi adquirida a importante propriedade Paul, nos arredores da capital, para a produção de álcool industrial e criação de animais.

Essa iniciativa num estado de fabrico, em grande escala, de aguardente, cuja ingestão abusiva intervém nas causas de decadência e mortalidade das classes pobres, colherá benéficos resultados.

O ensino técnico-profissional foi alvo também dessa solicitude. A Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, que tem estado, nos últimos anos, sob a direção interina do sr. J. R. Coriolano de Medeiros, um paraibano esclarecido e de boa vontade, é das mais frequentadas e eficientes do Norte. Sua matrícula já é superior a 300 educandos. Mas, localizada em edifício impróprio, anexo ao quartel da força policial, não tem uma instalação compatível com o seu objetivo.

O governo Epitácio Pessoa mandou construir, por isso, um novo prédio, que se acha iniciado, de acordo com as reformas adotadas nesses estabelecimentos e as necessidades do meio.

A pecuária permanecia descurada em todo o estado. De pouco tempo a esta parte, alguns raros fazendeiros têm promovido a introdução de reprodutores zebus, sem rigor de seleção. Os rebanhos definhavam à mercê das zoonoses e por falta de cuidados para o refinamento da raça.

O regulamento que baixou com o Decreto nº 14.711, de 5 de março de 1921, criou, porém, novos serviços, extensivos à região, como a Delegacia de Indústria Pastoril; o Posto de Assistência Veterinária, com auxiliares destacados em Campina Grande, Itabaiana e Pombal e guardas sanitários na sede do serviço e em Santa Luzia do Sabugi; a Inspeção Veterinária do porto de Cabedelo e duas estações de monta, uma em Pombal e a outra em Umbuzeiro, entre as três organizadas no país. A primeira está com as construções paralisadas, há cerca de um ano. A de Umbuzeiro acha-se, porém, instalada em condições de poder funcionar. Os respectivos trabalhos foram executados em curto prazo. Os prédios, adstritos a todos os preceitos de higiene e às práticas mais modernas de zootecnia, são espaçosos e de aspecto agradável. O destinado à cavalaria e estábulo dispõe de oito boxes e oito compartimentos para touros, além de um grande depósito, quarto para guarda, etc. O galpão para vacas está edificado em colunas de cimento armado para maior segurança. A pocilga e o aprisco são também de perfeito acabamento.

A casa para residência do diretor é de um sóbrio tipo de solidez e elegância.

Todos os compartimentos são dotados de serviço de esgoto e água encanada. Para esse abastecimento, foram construídas uma caixa d'água, com capacidade de 18.000 litros, e uma casa de máquina para o motor e a bomba.

Está, por conseguinte, essa parte do Cariri servida de uma excelente instalação para receber reprodutores das melhores raças bovina, equina, asinina, caprina, ovina e suína, com o fim de ser melhorada, por meio de cruzamento e seleção, a criação do estado.

O problema da alimentação, nessa zona sujeita a estiagens periódicas, será, naturalmente, resolvido pela cultura de forragens resistentes, pelo auxílio da açudagem ou por meio da ensilagem.

O produto do cruzamento será apto para a criação extensiva; e, assim, estará ao alcance de todos os fazendeiros esse recurso de aperfeiçoar

seus rebanhos.

Uma outra forma de auxílio é a venda módica de vacinas contra o carbúnculo sintomático, que determinava a perda da terça parte, no mínimo, da produção bovina de cada ano, contra o carbúnculo hemático e, sem resultados positivos, contra a diarreia dos bezerras. A profilaxia da *tristeza*, no combate ao agente vetor desse mal, também foi estimulada pela distribuição de prêmios em dinheiro aos construtores de banheiros carrapaticidas.

A construção de silos foi, por igual, aquinhoadada com prêmios de 500\$000 a 3:000\$000.

Além desses benefícios, foram introduzidos outros, sem conta, de ordem geral ou local, que favorecem o aproveitamento e a expansão de nossas riquezas, como: o Decreto nº 4.548, de 19 de julho de 1922, que autorizou o governo a promover o incremento e defesa da produção nacional, agrícola e pastoril, e indústrias anexas; a meteorologia agrária, com as estações informantes da Paraíba, Guarabira e Campina Grande, para a publicação do *Boletim Agrícola*; o Decreto nº 4.540, de 6 de fevereiro de 1922, que autorizou o Ministério da Agricultura a auxiliar com empréstimos de 30, 60 e 100 contos de réis o desenvolvimento da cultura e indústria de mandioca em todo o país; a instituição das feiras-livres, em favor dos produtores e dos consumidores; o Decreto nº 4.525, de 26 de janeiro de 1922, concedendo prêmios aos criadores do Nordeste que, com o desígnio de constituírem postos arbóreos, plantarem em uma superfície nunca inferior a cinco hectares mandacaru, xiquexique, palmatória, canafístula e casuarina; o exame das águas termais; o crédito agrícola; a carteira de redesconto; a autorização do Banco do Brasil para sua agência no estado operar sob a garantia de *warrants*, facilitando o funcionamento dos armazéns gerais; a ampliação do capital desse estabelecimento de crédito, cujo limite era insuficiente às operações da praça, etc.

Os serviços do correio e do telégrafo eram deficientes para as relações de nossa atividade interna. O tráfego postal era moroso e limitado e as linhas, malconservadas e sem desenvolvimento, não satisfaziam a celeridade de seu destino, em prejuízo de necessidades do comércio e da vida social.

Tomou posse do cargo de administrador dos Correios da Paraíba, a 3 de novembro de 1919, o sr. João Avelino da Trindade. O acerto dessa escolha denunciou um plano de remodelação. Até nesse ponto, em eleger funcionários modelares para a direção dos serviços federais no estado, o sr. Epitácio Pessoa se extremou em zelos para com a sua terra “pequenina e boa.”

De acordo com a reforma aprovada pelo Decreto nº 14.727, de 16 de março de 1921, a administração foi elevada a 2ª classe, ficando, assim, aumentado o número de seus empregados de 39 para 75, ao lado de outras vantagens, principalmente de ordem econômica.

Assinalou-se a nova gestão, na capital, pela reorganização dos trabalhos do tráfego, a regularidade da distribuição domiciliar, o assentamento de caixas de coleta em todos os bairros, o serviço de *colis postaux*, o estabelecimento da agência de Cruz das Armas e a elevação da do Varadouro a 2ª classe, bem como a inauguração do Correio Rural na ilha do Bispo e em Barreiras.

O interior do estado também experimentou essa influência profícua da presteza com que eram atendidas as justas sugestões do novo administrador ou dos interessados. A agência de Campina Grande foi elevada a 1ª classe. Foram criadas 21 agências em localidades florescentes que estavam privadas do intercâmbio direto com outros centros. O número de estafetas foi elevado a dois em Areia, Alagoa Grande, Bananeiras, Cabedelo, Cajazeiras, Guarabira, Itabaiana, Mamanguape, Patos, Pombo e Sousa e a três em Campina Grande. Foi aumentada a dotação de créditos para o custeio de despesas necessárias e reprodutivas, como o acréscimo de viagens do serviço de condução de malas e a ampliação das linhas postais que passaram de 54 a 65 e de 88 condutores a 96.

A comunicação foi, de mais a mais, abreviada pelo sistema de transporte de malas em automóvel de Campina Grande a Patos, dando lugar a que muitas localidades sertanejas entrassem a receber a correspondência da capital no dia seguinte ao da expedição, como acontece com Soledade, Juazeiro, Taperoá, Passagem e Patos, e no terceiro dia, como ocorre em Teixeira, Picuí, Santa Luzia, são Mamede e Malta. Em Conceição e Cajazeiras, nas fronteiras ocidentais do estado, o correio já chega com intervalo de sete e oito dias, quando, antes, demorava 15 e mais dias.

E esses melhoramentos produziram uma compensação imediata. A renda postal, que em 1919 fora de 78:200\$000, subiu, em 1922, a 174:780\$585, graças, também, às providências enérgicas e acertadas do íntegro administrador, cuja decidida orientação toda a Paraíba preconiza.

O telégrafo, por sua vez, melhorou consideravelmente.

Foram construídas as seguintes linhas, no período de 1919 a 1922, em pontos que, há muito tempo, solicitavam esse serviço:

- a. Guarabira a Alagoa Grande (via Alagoinha), na extensão de 28 quilômetros;
- b. Campina Grande a Pocinhos, de 31 quilômetros;
- c. Campina Grande a Serra Redonda, de 32 quilômetros;
- d. Serra Redonda a Itabaiana, de 55 quilômetros;
- e. Soledade a Parelhas (via Pedra Lavrada), de 76 quilômetros;
- f. Picuí a Pedra Lavrada, de 33 quilômetros;
- g. Serraria a Arara, de 17 quilômetros;
- h. Itabaiana a Paraíba (via Santa Rita, Espírito Santo – São Miguel – Pilar), a distância total de 73 quilômetros;
- i. Guarabira a Pirpirituba, de 10 quilômetros;
- j. Bananeiras a Borborema, de quatro quilômetros;
- k. Ingá a Aroeiras (via Cachoeira de Cebolas) de 31 quilômetros;
- l. Picuí a Cuité, de 44 quilômetros, e São José de Piranhas a Bonito, de 31 quilômetros;
- m. Foram, além disso, consolidadas as linhas de Paraíba a Itambé, na extensão de 44 quilômetros.

Inauguraram-se as seguintes estações telegráficas: de Guarabira, de Pocinhos, de Serra Redonda, de Santa Rita, do Espírito Santo, do Pilar, de Pirpirituba, de Borborema, de Cachoeira de Cebolas e de Bonito. E as estações telefônicas: de Alagoinha, do Ingá, de Pedra Lavrada, de Arara, de São Miguel e de Cuité.

Nesses trabalhos, ativa e escrupulosamente administrados pelo chefe do distrito, engenheiro Afonso Maranhão, foram despendidos, apenas, 204 contos. Da verba destinada à construção das linhas de Soledade a Parelhas e de Picuí a Pedra Lavrada foi recolhido à Delegacia Fiscal um saldo de 24 contos. Teve também o mesmo destino a importância

de 41:886\$300, saldo das verbas distribuídas ao distrito para ocorrer às despesas com pessoal e material.

Esses desdobramentos acusaram também sensível aumento de rendas, como se pode ver dos diversos exercícios:

Ano	Renda bruta	Despesa
1919	425:089\$720	344:132\$164
1920	480:466\$918	489:145\$029
1921	665:449\$959	573:098\$440
1922	992:976\$148	683:996\$183

Tanto os correios como o telégrafo viviam pessimamente instalados em pardieiros de aluguel, com detrimento da fiscalização e da boa ordem dos serviços.

Inteirado dessa inconveniência, o sr. Epitácio Pessoa mandou construir um majestoso prédio para as duas repartições.

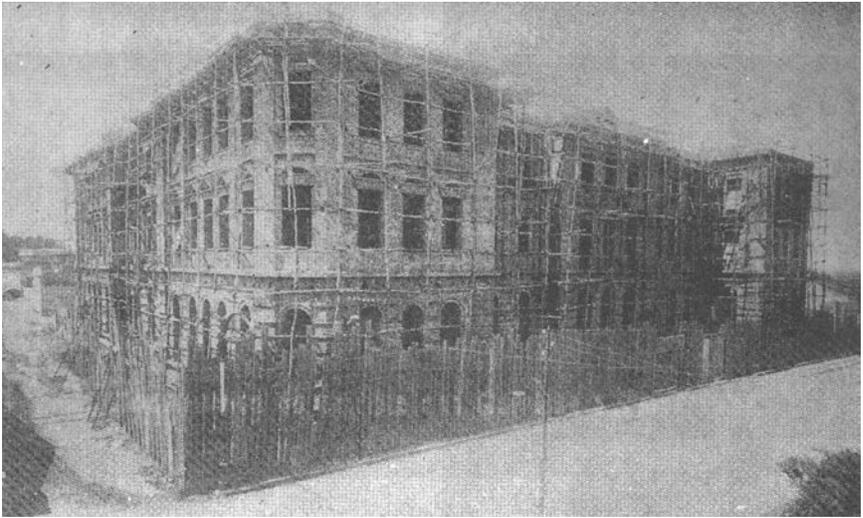
Essas obras, que vinham sendo iniciadas, em 1921, pelo 4º Distrito de Obras Contra as Secas, com a demolição das casas desapropriadas no local, a remoção desse material e abertura de algumas cavas para as fundações nascentes, foram confiadas, nesse estado, a 17 de setembro do mesmo ano, à direção do coronel Cornélio Otto Kuhn, auxiliado pelo capitão Inade de Carvalho Tupper.

Essa medida representou a segurança da rapidez e do acabamento da construção que ficou a cargo de uma organização de trabalhador competente, infatigável e honesto que já dera sobejas provas de sua capacidade técnica e de seu admirável senso administrativo.

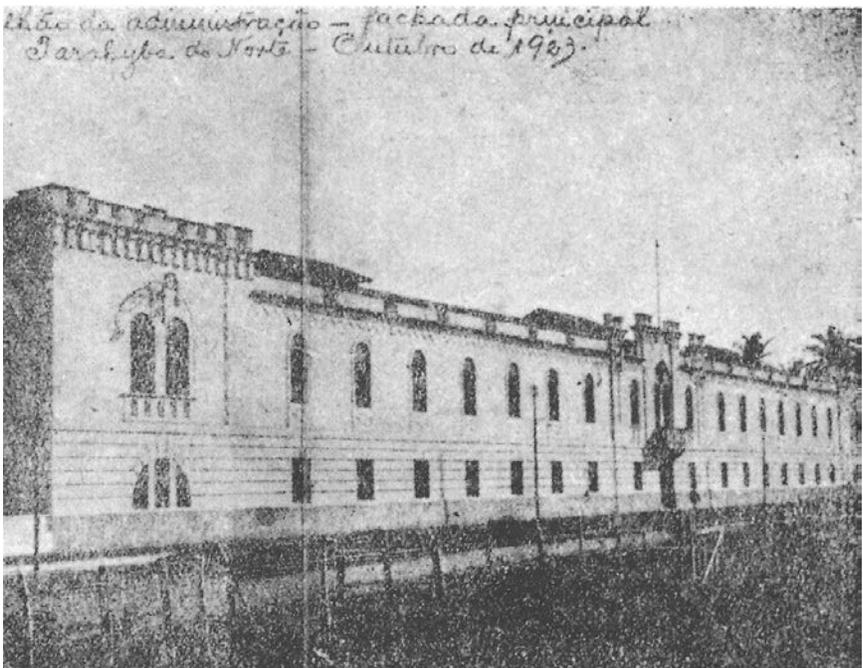
Introduzidas algumas modificações no projeto primitivo, os trabalhos prosseguiram celeremente e, se não fora a falta de suprimento oportuno de numerário, já estariam ultimados.

A cobertura está terminada, a platibanda e os soalhos estão em meio e os forros se acham iniciados.

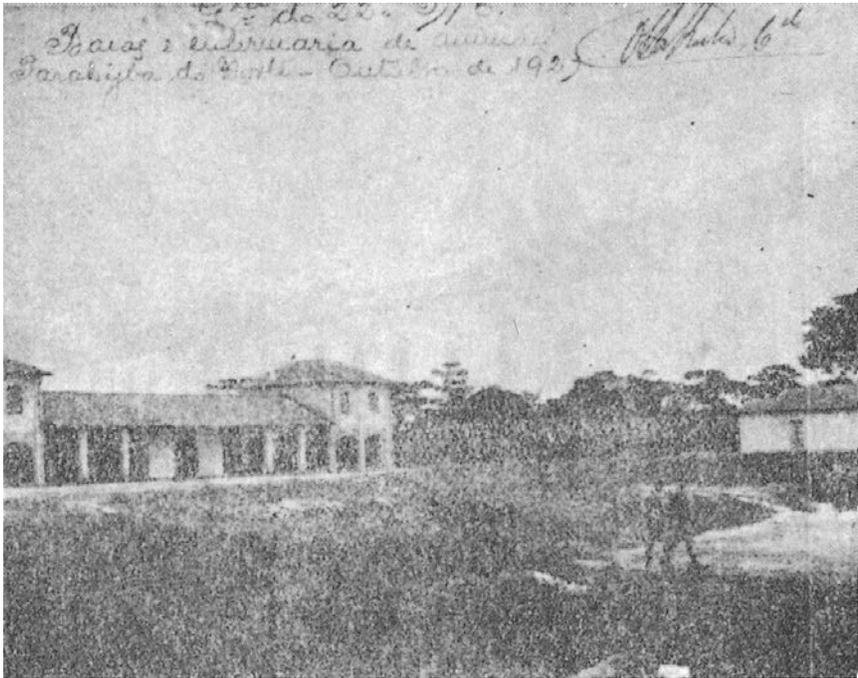
Seu custo total será de 1.296:910\$000, inclusive 170:910\$000 despendidos com desapropriações, demolições e trabalhos preliminares. Já foram aplicados, além desses 170:910\$000, mais 500:000\$000, faltando, portanto, 626:000\$000 para a conclusão desse soberbo edifício de três



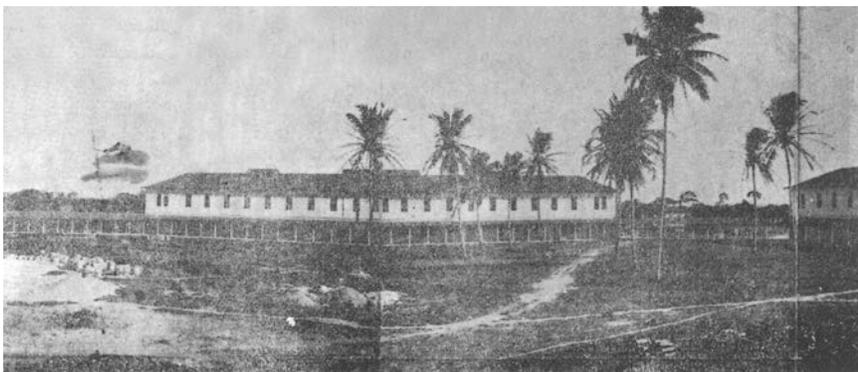
Construção do edifício dos Correios e Telégrafos



O novo quartel do 22º Batalhão de Caçadores -
Pavilhão da administração - fachada principal



O novo quartel do 22º Batalhão de Caçadores – Baías e enfermaria de animais



O novo quartel do 22º Batalhão de Caçadores – Os três pavilhões da companhia

pavimentos, com a fachada principal de 64 metros.

O coronel Otto Kuhn e o seu operoso auxiliar, capitão Carvalho Tupper, já haviam granjeado a admiração geral como construtores do quartel do 22º Batalhão de Caçadores.

É outro notável melhoramento que o governo transato proporcionou à Paraíba.

Essa unidade do exército está localizada no antigo quartel da polícia, que não tem capacidade para o seu efetivo e carece de requisitos de higiene.

Os conscritos não encontram nesse ambiente conforto à ausência do lar e a moderna educação militar exige outras condições de vida.

A revisão do projeto primitivo dessa obra implicou, além de outras vantagens, a economia de 276 contos, ficando o respectivo orçamento reduzido a 1.472 contos.

Os trabalhos foram encetados em novembro de 1920 e acham-se quase concluídos, faltando, apenas, remates de piso, pintura, caiação e acabamento das baias e paiol. Projetam-se ainda obras complementares, orçadas em 250 contos, para a instalação no edifício de serviços próprios de água, esgoto e luz.

São dois prédios que, além da sua utilidade, concorrem para o embelezamento da cidade e enriquecem o patrimônio nacional.

Um dos serviços mais valiosos promovidos em benefício do estado, nesse período, foi o da Comissão de Coordenadas Geográficas.

Foram fixadas astronomicamente diversas posições, retificando valores dos elementos cartográficos existentes: basta atentar em que a latitude de Umbuzeiro figurava no próprio mapa da Inspetoria de Obras Contra as Secas como de 7°38'11", ao passo que, pelas regentes astronômicas agora realizadas, foi verificado ser o valor dessa coordenada geográfica de 7°41,52'35", dilatando-se, assim, nossa fronteira nesse ponto cerca de 6.800 metros.

E esta circunscrição será, destarte, dotada de uma carta perfeita. Eu poderia ainda mencionar outros préstimos desse empenho de ressarcimento do abandono em que se estagnava a Paraíba.

Desfrutamos, apenas, um pequeno quinhão das iniciativas liberalizadas em prol do futuro da nacionalidade. E encontra-se por toda parte o traço dessa passagem providencial.

CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

Não escapou ao descortino de sociólogo do sr. Epitácio Pessoa a impressão de nossas necessidades físicas e culturais, dependentes do plano sistemático de redenção do Nordeste. Movido pelo sentimento de fraternidade nacional e, ainda mais, de solidariedade humana, ele reputou esse empreendimento um impulso moral ou, na sua justa expressão, um “dever de humanidade”²³¹, que não se restringe ao simples conceito da assistência.

É um pensamento encarecido por todas as relações de nossa existência histórica.

Resta indagar se a raça é capaz dos destinos que lhe atribui essa renovação.

Escuso, ainda desta feita, de me emaranhar na controvérsia sobre os fatores naturais.

O elemento etnográfico, suscetível de irrecusáveis modificações, não pode ser avaliado por preconceitos teóricos.

Cresce de interesse, entretanto, o estudo das relações da demografia com o progresso ambiente, para que possam ser determinadas as influências dominantes.

Tento, para esse resultado, observar a população, desde a sua gênese ou, melhor, desde a sua composição, até o estado atual de sua mentalidade.

Procurando reconstituir as nossas origens, acentuou Irineu Joffily:

Mas é tão interessante esse período de formação da sociedade paraibana, que não podemos deixar de consignar aqui um pedido ao seu futuro historiador – de investigá-lo com todo o critério e força de vontade. (JOFFILY, p. 41)

231 Mensagem de 19 de setembro de 1919.

Esse aspecto de nosso passado não suscitou ainda o exame de nenhum de seus intérpretes. E as investigações gerais não objetivaram, até esta parte, o tipo local.

Careço de especialização científica para o estudo anatômico, antropológico ou psicofisiológico de nosso povo, pelo balanço de suas camadas originárias, para fixar sua expressão somática e psíquica. Mas, sirvo-me da observação direta – o meio que mais convém ao conhecimento dos fenômenos sociais – para este ensaio.

Se falha, às vezes, a estatística – o instrumento apto a essas pesquisas –, a falta é suprida pelo exame pessoal da realidade viva.

Seria ociosa esta explanação se o cruzamento se tivesse operado uniformemente. Mas a dosagem varia conforme a densidade dos elementos. Daí, haver tipos regionais – senão com um caráter definido, por efeito das influências opostas, distintos dos produtos de outros meios.

Essa diferenciação assinala-se, por assim dizer, de estado a estado e até, como veremos, de zona a zona, não somente pela atuação dos agentes físicos, porque se evidencia a diversidade entre pontos sujeitos ao mesmo clima, como, principalmente, pela preponderância dos fatores internos e dos sistemas de vida.

Releva, por conseguinte, apurar se há um elemento saliente em nossa massa demográfica ou se, ao contrário, não se percebe essa caracterização.

Euclides da Cunha generalizou: “O sertanejo do Norte é, inegavelmente, o tipo de uma subcategoria étnica já constituída”²³², isto é, “uma raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano”²³³.

Não se reconhece essa uniformidade racial, essa fixação de caracteres na população da Paraíba.

É preciso ter em conta cada um dos contingentes que contribuíram para o nosso caldeamento.

O território tinha, na época do descobrimento, uma densa população aborígine. Duas nações tupis – os tabajaras e os potiguaras – ocupavam,

232 CUNHA, *Os Sertões*, 2013, p. 110.

233 *Ibidem*, p. 101.

a primeira, a parte do norte e a segunda a parte do sul do rio Paraíba, até 20 léguas do litoral; e os cariris, povo tapuia, subdivididos em muitas tribos, dominavam, desde o planalto da Borborema, todo o interior.

Nossa história colonial é ainda, mais ou menos, obscura. Mas pode-se calcular o número desses íncolas pela resistência oposta à conquista e, notadamente, às *entradas*.

Devido, naturalmente, às condições favoráveis do meio, os tupis, compostos, apenas, de duas nações, equivaliam, numericamente, aos cariris, constituídos de muitas tribos: os curemas, de Piancó; os ariús, das margens dos rios Pinharas e Sabugi e do Alto Piranhas; os pegas, de Patos e Pombal; os icós, do rio do Peixe; os sucurus, dos atuais municípios de São João do Cariri, Alagoa do Monteiro e Teixeira; os goiacus, que se estendiam de Catolé ao Piranhas; os paiacus e os panatis, dos limites com o Rio Grande do Norte e considerados por Nelson de Sena de origem tupinambá, cruzados com os tapuias, etc.²³⁴

Irineu Joffily calcula que “a população do território paraibano não seria inferior, no fim do século XVI, a 50 mil almas” (JOFILLY, p. 151). Só os potiguaras dispunham de 30.000 combatentes, aliados aos franceses, conforme M. Machado (1912, p. 111). Mas, tendo em vista os desfalques da mortandade da conquista e da escravização, conclui aquele autor que o gentio entrou com quinze a vinte mil indivíduos para a formação de nosso povo (Idem, p. 151).

Alguns dos nossos historiógrafos exageram a violência dos colonizadores. Aventuram que foram quase extintos os naturais da terra. Mas os documentos da época e, até certo ponto, os vestígios da raça não autorizam essa ilação.

A aliança do colono com os tabajaras preservou-os da eliminação, embora os mantivesse em luta com os inimigos comuns.

Os potiguaras, quase sempre hostis, sofreram, naturalmente, maiores perdas; mas, afinal, foram assimilados. Entretanto, consoante um docu-

234 SENNA, N. *Os índios do Brasil: memoria ethnographica*. In *Annaes do primeiro congresso brasileiro de geographia*, v. IX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1911, pp. 135-136. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Asenna-1911-indios/Senna_1911_OsIndiosDoBrasil.pdf. Acesso em: jan-2024.

mento citado por Irineu Pinto, em 1601 havia nos arredores da cidade de Filipeia 14.000 índios dessa tribo²³⁵. Não parece excessivo o cálculo, porque, conforme o padre Fernão Guerreiro, essa população era, em 1603, de 16.000 almas, difundidas por 16 aldeias²³⁶.

Pode ser que os cronistas da época confundissem os selvagens do litoral na mesma denominação.

Tinham ambas essas nações vida sedentária e, por isso, manifestaram adaptabilidade à nova condição, ao contrário das tribos nômade sacrificadas ao trabalho agrícola.

Os cariris teriam sido, porém, no juízo desses sentimentais curiosos de nosso passado, literalmente aniquilados pelos conquistadores do sertão.

Os mestres de campo dos paulistas, além dos morticínios de 1687-89 e 1695-96, escravizaram e deslocaram muitos paiaçus e goiaçus. Os prisioneiros eram quintados. E ainda perdura a tradição da combatividade desumana de Teodósio de Oliveira Ledo. Mas, apesar de tantos reveses, o elemento indígena subsistiu, talvez, como maior coeficiente da formação étnica de nosso sertanejo.

Acudiram aos selvagens perseguidos humanitárias medidas de proteção. A Carta Régia de 16 de setembro de 1699 estranhou severamente “o que obrou Teodósio de Oliveira Ledo em matar a sangue-frio muitos dos indígenas que tomou na guerra”. E desse mesmo documento consta que o valoroso sertanista tinha “trazido consigo uma nação de tapuias chamados ariús, que estavam aldeados junto aos cariris onde chamam a Campina Grande”, e foram, depois, seus aliados. Daí se infere que nem mesmo as incursões desse terrível colonizador eram de extermínio, como se afigura a espíritos menos atentos. Sousa, Pombal, Campina Grande e outros núcleos formaram-se de aldeamentos do gentio.

Há quem assevere que a destruição resultou do combate aos cariris confederados, em 1687, contra os fazendeiros do Açu e, enfim, de Piancó e do Alto Piranhas. Mas cumpre lembrar que Manuel de Araújo, homem

235 PINTO, 1908, v. 1.

236 Apud MACHADO, 1912, p. 330.

afeito às armas, se chocou, impotentemente, durante três anos, ao lado de Teodósio de Oliveira, contra essa onda feroz, em seu último arranco. E só alcançou pôr termo à refrega pela celebração da paz. Quer dizer que os indígenas eram ainda em grande cópia, a ponto de imporem condições aos inimigos (o herói pernambucano entregou o seu bastão de chefe ao maioral dos coremas, como penhor de sua palavra, e recebeu, em troca, uma vistosa grinalda de plumas) e que, por conseguinte, não tinham sido liquidados pela guerra.

Toda a tribo dos *sucurus* do Teixeira tinha sido poupada pela defecção e, depois da vitória, foi aldeada no Araçagi.

O próprio Manuel de Araújo foi, durante nove anos, um hábil colonizador.

A Carta Régia de 20 de julho de 1723, criando um lugar de capitão nas Piranhas e Piancó, alude a “três aldeias de gentio das nações Coremas, Panatis e Icó, que não estão inteiramente domésticos”²³⁷.

Do mesmo ano é a ordem régia mandando prestar auxílio e favor a D. Antônio Domingos Camarão, governador dos índios.

A 16 de fevereiro de 1754 foi Francisco de Oliveira Ledo nomeado capitão-mor do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, “atendendo a que o mesmo serve por dezessete anos em postos diferentes, conservando em paz e quietação o gentio”²³⁸.

A Carta Régia de 15 de outubro de 1755 mandou conservar em suas aldeias os índios panatis “que os moradores do sertão do Piancó por seus excessos os têm lançado fora”.

É de se ver, conseqüentemente, que a população selvagem, conquanto reduzida pela guerra e pela escravidão, não foi destroçada do seu *habitat*. E, em outros pontos, foi fixada nos aldeamentos e protegida pelos catequistas.

Os colonizadores baianos, pernambucanos e, talvez, alguns paulistas permaneceram no território, ao contato da população que subjugaram ou domesticaram. Desacompanhados de elemento feminino, os bande-

237 PINTO, 1908, v. 1, p. 121.

238 *Ibidem*, p. 155.

rantes eram padreadores das índias. O cruzamento, antes obstado pelos jesuítas, foi, depois, encorajado pelo alvará de 4 de abril de 1755, que declarou não ficarem com infâmia alguma os portugueses que casarem com índios e vice-versa.

As bandeiras eram em quase sua totalidade constituídas de portugueses, indígenas e mamelucos. Não havia, por assim dizer, mescla de outro sangue. O terço de pretos, sob as ordens de Luís Soares, após a surtida, estacionou no Açu.

E operou-se com tanta naturalidade a fusão das duas raças, foi de tal forma identificado o fator indígena, que a 7 de maio de 1845 o presidente da província, informando ao governo imperial sobre a existência de índios, assim se expressa:

Os índios que existem nesta província estão todos aldeados e habitam pela maior parte em vilas sujeitas às autoridades civis, pois que são todos civilizados ou ao menos tanto quanto o são ordinariamente os indivíduos da classe ínfima da população do interior e são eles restos de algumas das tribos que habitavam esta província e já tão degenerados da origem primitiva que a maior parte nem o idioma de suas tribos falam: estão hoje confundidos na massa da população e apenas nas vilas de Alhandra, Conde e antiga vila de Bahia da Traição vivem no meio das outras raças que inteiramente os sobrepujam em número e importância. Afora estes lugares, somente a povoação da preguiça, antiga sede da vila de Monte Mor, hoje Mamanguape, é quase exclusivamente habitada por índios, os quais bem que, perfeitamente domesticados e também sujeitos às autoridades civis, conservam ainda raros e já desfigurados alguns dos hábitos da vida selvagem.

Alhandra, Conde e, mormente, a Baía da Traição ainda mantêm essa fisionomia da raça primitiva que, no resto do estado, foi alterada pelo caldeamento.

Passo a considerar os outros dois elementos na ordem cronológica do povoamento.

Vem em primeiro lugar o fator aristocrático representado pelos portugueses e pelos colonos pernambucanos de origem lusitana.

Não há por onde se computar esse elemento. A colonização, lenta a princípio, desenvolveu-se, sensivelmente, a partir de 1597, após a aliança com os potiguaras. A fertilidade das várzeas do Paraíba, do Abiaí, do Gramame, do Camaratuba e do Mamanguape foi provocando a expansão territorial que desse rumo do sul para o norte derivou para o interior, estacionando na aldeia de índios do Pilar e penetrando, afinal, o sertão.

Conforme o referido documento citado por Irineu Pinto, em 1601 a Paraíba já era habitada por “mais de oitocentos portugueses”. Parece elevado esse cálculo, porque, segundo outro documento, em 1612, a capitania “contava mais de setecentos moradores brancos”²³⁹.

Mas em 1634 só a cidade de Filipeia tinha mais de mil habitantes, sem incluir os adventícios acossados de pontos ocupados pelos holandeses. Essa população seria, em quase sua totalidade, branca, porque os escravos estavam localizados nos 18 engenhos de açúcar e os índios se achavam aldeados ou empregados, também, nos serviços agrícolas.

Foi ponderável o concurso do elemento israelita nessa massa demográfica. A Carta Régia de 1601, que concedeu aos judeus o direito de negociarem no Brasil, determinou o estabelecimento de muitas famílias dessa origem na Paraíba. As levas de pessoas, remetidas para Lisboa, a partir de 1731, pelos delegados do Santo Ofício, suspeitas de judaísmo, demonstram como se havia radicado essa influência.

Ainda hoje não é difícil distinguir os indícios dessa raça.

Mas todo esse desenvolvimento foi interrompido pela invasão holandesa.

Antônio de Albuquerque levou para Pernambuco na retaguarda de suas forças um sem-número de famílias paraibanas.

É bem provável que o sangue dos conquistadores se tenha introduzido em nossas origens étnicas, bem como o dos mercenários estrangeiros, grande parte de seus soldados. A incompatibilidade religiosa dificultava os casamentos que, aliás, se realizavam até de europeus, como Jacob Rabbi e Doncker, com índias; mas, a crônica da libertinagem desse período

239 Ibidem, p. 39.

desenvolto, a liberdade da soldadesca, privada, longamente, do comércio sexual, resultou, naturalmente, em contatos fecundos.

As aldeias de Conde e de Pindaúna foram deslocadas para a capital, por ordem do governador batavo, estabelecendo-se, assim, as relações diretas com o elemento indígena.

Na população sertaneja como que se divisam traços do tipo flamengo. Admitida a hipótese da entrada dos intrusos, corroborada por opiniões e documentos de algum valor, essa persistência é explicada pela pureza do elemento, sem mistura de novos cruzamentos.

Os espanhóis talvez tenham contribuído também para o povoamento definitivo.

A reconstituição foi rápida. Em sua obra *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, publicada em 1754, o padre Domingos Loureto Couto avalia a população do termo da capital em mais de 20 mil pessoas²⁴⁰.

Em 1760 a população da capitania era computada em 52.000 habitantes, fora os índios.

A partir desse ano, essa cifra deve ter aumentado extraordinariamente pela grande imigração portuguesa, principalmente do Minho e dos Açores, movimento que a metrópole procurava, debalde, coibir.

O elemento africano sempre se apresentou em grau muito mais baixo do que os outros.

Para determinar a influência desse terceiro fator importa organizar o quadro comparativo das três raças, principalmente das duas exóticas.

Um recenseamento procedido em 1811 acusou a seguinte população:

Homens: brancos 22.560; índios 1.707; pretos 4.288; mulatos 23.621; cativos: mulatos 7.044; pretos 1.900.

Mulheres: brancas 22.640; índias 1.698; pretas 4.198; mulatas 24.114; cativas: mulatas 6.679; pretas 2.010. Total: 122.407.

Essas operações eram irregularíssimas e pouco se aproximavam da verdade.

240 P. 17.

No ano seguinte um outro censo deu o seguinte resultado:

Homens: brancos 17.833; índios 1.567; pretos 3.747; mulatos 17.696; cativos: mulatos 1.216; pretos 5.872.

Mulheres: brancas 18.169; índias 1.734; pretas 3.776; mulatas 17.652; cativas: mulatas 1.296; pretas 4.609. Total: 95.162.

A redução do número dos íncolas mostra como o seu sangue já estava misturado na população. Na expressão “mulatos” estavam compreendidos os mestiços descendentes dessa raça, isto é, os mamelucos e, em menor proporção, os cafusos. Daí serem, em sua maioria, livres.

Para o conselheiro Veloso essa população era em 1819 de 79.725 livres e 16.723 cativos.

Conforme a “Memória estatística do Império do Brasil”, publicada na *Revista do Instituto Histórico*, Tomo LVIII, vol. 91, atingia, em 1825, 102.407 livres e 20.000 escravos.

O quadro estatístico organizado pelo dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, relativamente ao ano de 1861 e constante de seu compêndio de geografia, dá o seguinte resultado: livres, 270.000; escravos, 30.000. O inquérito procedido na província, em cumprimento da circular baixada pelo ministro do Império Paulino José Soares de Sousa, acusou: 200.777 livres e 18.327 escravos. O censo de 1872 apurou: livres 355.700; cativos 21.526.

A matrícula de escravos estabelecida pela lei de 28 de setembro de 1871 veio autenticar, daí por diante, os algarismos referentes ao elemento servil.

O presidente da província, dr. Gregório José de Oliveira Costa Júnior, no relatório com que passou o governo ao vice-presidente, dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo, em 3 de setembro de 1880, elaborou o seguinte quadro da população escrava por municípios:

Capital	2.714
Areia	1.471
Campina Grande	1.130
Mamanguape	1.782

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

Pombal	1.263
Sousa	1.307
Cajazeiras	435
Alagoa Grande	549
Cabaceiras	533
Catolé do Rocha	945
Alagoa Nova	479
Cuité	527
Ingá	1,280
Independência	1.500
Misericórdia	633
Patos	555
Pedras de Fogo	1.086
Pilar	1.843
Santa Luzia do Sabugi	277
Teixeira	231
Bananeiras	1.135
São João	2.311
Alhandra	212
Piancó	1.399
	<hr/>
	25.597

Fora extraordinário, entretanto, o número de escravos mortos e vendidos para o Sul na seca de 1877/79.

Na mensagem de 4 de outubro de 1883 o presidente dr. José Aires do Nascimento apresentou este quadro:

Capital	1.894
Pitimbu	170
Alagoa Grande	492

Alagoa do Monteiro	543
Alagoa Nova	299
Areia	1.105
Bananeiras	1.006
Cabaceiras	492
Cajazeiras	295
Campina Grande	295
Cuité	468
Catolé do Rocha	821
Independência	1.098
Ingá	1.105
São João	2.059
Santa Luzia do Sabugi	256
Mamanguape	1.398
Misericórdia	503
Patos	518
Pedras de Fogo	926
Piancó	1.065
Itabaiana do Pilar	1.185
Pombal	1.098
Sousa	786
Teixeira	103
	<hr/>
	20.637

No ano seguinte o mesmo presidente organizou outro quadro por onde se vê que o total dos escravos estava reduzido a 19.940, naturalmente, cada vez mais clarificados, desde a proibição efetiva do tráfico, em 1850, e por efeito dos cruzamentos.

Os dados enumerados já fornecem esclarecimentos para o estudo da gênese de nossa população e da carta etnográfica da Paraíba.

O elemento português sobressai em todo o território. Foi o tipo da colonização em escala sempre ascendente, ao passo que os outros estacionaram, em seu caráter lídimo, e se fundiram, mais facilmente, em outro sangue. Acentua-se a sua hegemonia étnica nas classes superiores. Não importa que sejam ou não *brancos puros*, se conservam os caracteres antropológicos da raça. Demais, se nos primeiros tempos do povoamento o colonizador cruzou com maior intensidade, depois, com a constituição da família e a veleidade aristocrática do Império, surgiu o preconceito de cor, evitando os consórcios desiguais. As senzalas continuaram, todavia, a fornecer o contingente menos ponderável da mestiçagem que se recruzava.

Em segundo lugar, vem o fator americano disseminado em todas as camadas sociais.

Têm-se debatido as maiores autoridades sobre o tipo antropológico do índio brasileiro. Marcgrave, A. de Saint-Hilaire, D'Orbigny, Martius, Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Ehrenreich e outros trouxeram ao assunto graves contribuições que não se uniformizam em seus resultados, em virtude da variedade das tribos.

Mas não é difícil reconstituir os caracteres fundamentais do gentio paraibano, em face dos remanescentes da raça e dos estudos procedidos nos mesmos grupos de Pernambuco e do Ceará por Fernão Cardim, Bento Teixeira, Koster, Gardner, Fernão Guerreiro, Abreu e Lima, José Higino, Alfredo de Carvalho, Barão de Studart, Pereira da Costa etc.

Esses sinais exteriores denunciam-se de forma mais ou menos definida em parte da população.

De tudo o que expus resulta que no sertão o cruzamento se operou entre índios e portugueses, quase com exclusão do negro.

As condições do meio, que não permitiam o trabalho agrícola, prescindiam da escravaria. Demais, o indígena é, de seu natural, apto ao pastoreio.

O quadro da população servil por municípios como que me desorienta. O número de cativos de São João do Cariri e de Piancó é superior aos dos outros municípios da zona de aquém-serra. Mas Piancó é o único ponto sertanejo onde se acentua o melanismo. E o caso de São João explica-se de outro modo. Os fazendeiros dessa região do Cariri eram, em grande parte, proprietários nos brejos, principalmente em Alagoa Nova. Os cativos passavam o verão nas fazendas e, durante os meses

de inverno, desciam para os trabalhos da lavoura, onde permaneciam a maior parte do ano.

E, por outro lado, esses dois municípios eram de uma grande extensão territorial em relação aos dos brejos.

A população sertaneja é quase toda clara. Parece que, além de tudo, sempre se forrou ao cruzamento com o africano por essa repugnância que caracterizava o índio. É tão clara, até nas classes inferiores, que não pode constituir os “curibocas puros”, apresentados por Euclides da Cunha como tipo normal desse povo.

Talvez se verifique, na hipótese, a evolução do mameluco para o ariano. É, porventura, o processo de clarificação, o retorno *atávico*, a lei da seleção étnica. Excluído da mistura o elemento inferior, os dois mais próximos não determinaram o desequilíbrio das influências opostas e a regressão foi favorável.

Os contatos originários, nessa zona, foram dos bandeirantes com as índias. Assim, o fato seria explicável pela predominância do tipo paterno, nos cruzamentos de raças diferentes; mas essa observação dos antigos viajantes está desacreditada pelas leis da hereditariedade.

A cor avermelhada do sertanejo é atribuída à ação mais forte dos raios solares. Essa tonalidade epidérmica é, contudo, mais comum na zona compreendida do Sabugi a Patos.

O fator indígena manifesta-se, também, com o seu caráter primitivo mais pronunciado na orla marítima.

O africano mesclou a população rural, nos antigos centros da escaravaria, do litoral aos brejos. Rareiam os negros puros, mas os mulatos constituem grande parte dessa camada inferior, cruzados e recruzados. São os *cabras* dos engenhos.

O cafuso está, mais ou menos, desfigurado pelo cruzamento. Essa mestiçagem forma também o grosso da famulagem das cidades.

A escala dos elementos representativos do nosso povo é corroborada pelo quadro da proporcionalidade das raças no Brasil, constante do recenseamento de 1890²⁴¹.

241 *Boletim comemorativo da Exposição Nacional de 1908*, p. 81.

É o seguinte o coeficiente de cada grupo étnico e subgrupo mestiço na Paraíba: brancos 46,89; pretos 7,08; caboclos 10,71; mestiços 35,32.

Temos um contingente de brancos relativamente inferior, apenas, ao do Distrito Federal e ao dos Estados do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pejados pelas correntes imigratórias. Contamos 10,71% de caboclos, mais do que o Distrito Federal, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. O contingente negro é mínimo. Só é relativamente inferior ao do Amazonas (3,03%), Santa Catarina (4,80%) e Paraná (5,17%). Pernambuco tem 11,53% de pretos, o que confirma como é variável a distribuição dos tipos até em estados limítrofes.

Daí se conclui que a maioria dos nossos mestiços representa o cruzamento da raça branca com a indígena.

O decrescimento dessa parcela do *homofer* é visível, por efeito da seleção étnica e, principalmente, porque constitui o rebotalho da miséria exposto a todos os fatores patológicos. São raríssimos os homens de cor da Paraíba que lograram subtrair-se a essa subalternidade. Só pelo prestígio da inteligência, alguns, como Eliseu César, ascenderam a outro plano social.

A população do estado, que em 1890 era de 457.232 habitantes, ter-se-ia elevado, pelo recenseamento de 1900, apenas, a 490.784 almas. É, porém, duvidosa a regularidade dessa operação. Nada explica tal estacionamento.

O desenvolvimento dessa massa demográfica foi extraordinário, nos últimos vinte anos, como apurou o escoimado recenseamento de 1920, realizado com a inteligência e o rigor que o singularizaram entre os procedidos em outras circunscrições.

A população está, assim, distribuída pelos 39 municípios: Alagoa Grande, 26.291; Alagoa do Monteiro, 25.142; Alagoa Nova, 35.239; Araruna, 24.116; Areia, 43.451; Bananeiras, 47.589; Brejo do Cruz, 10.382; Cabaceiras, 18.514; Cabedelo, 5.384; Caiçara, 23.394; Cajazeiras, 13.759; Campina Grande, 70.806; Catolé do Rocha, 15.754; Conceição, 9.544; Espírito Santo, 37.385; Guarabira, 59.095; Ingá, 20.481; Itabaiana, 33.278; Mamanguape, 39.534; Misericórdia, 12.218; Paraíba, 52.990; Patos, 19.901; Pedras de Fogo, 12.506; Piancó, 23.530; Picuí, 23.635; Pilar, 26.242; Pom-

bal, 19.299; Princesa, 18.364; Santa Luzia do Sabugi, 11.076; Santa Rita, 25.160; São João do Cariri, 25.336; São João do Rio do Peixe, 14.387; São José de Piranhas, 11.357; Serraria, 24.027; Soledade, 10.065; Sousa, 23.241; Taperoá, 9.747; Teixeira, 14.038 e Umbuzeiro, 24.789.

É um total de 961.106 habitantes, superior ao dos Estados de Mato Grosso, Amazonas, Sergipe, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Norte, Piauí, Santa Catarina, Paraná e Maranhão.

O crescimento médio anual, no período de 1900 a 1920, foi superior ao da população de Sergipe, Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Sul e igual ao do Estado do Rio Grande do Norte.

É notável a densidade territorial dessa população que se eleva a 12.861 habitantes por quilômetro quadrado, só inferior ao coeficiente dos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina e São Paulo.

É admirável esse rápido desenvolvimento, apesar das secas e perdas consecutivas, do deslocamento para a Amazônia e, afinal, para o Sul, da falta de assistência médica e da ausência de imigração.

Essa massa de quase um milhão de brasileiros que, assim, cresceu, ao desamparo, tem, afinal, direito ao prêmio de sua vitalidade e de seus sacrifícios.

Esse valor sobreleva de todos os acidentes destrutivos, em abono do meio e da raça.

É curiosa a psicologia desse efetivo humano.

Sei que não há processo seguro para se interpretar a alma coletiva, mormente quando ainda em formação de caracteres diversos, com a ingenuidade com que o pan-germanismo classificava o espírito de cada povo: “O francês frívolo, o inglês mercenário, o russo selvagem”...

Diz G. Le Bon: “*Pour connaître l'âme d'un peuple, il ne faut pas l'observer dans sa vie journalière mais dans les grandes circonstances de son histoire*”²⁴².

Não é difícil, entretanto, apreender um traço de certos sentimentos e tendências das épocas e das nacionalidades.

242 LE BON, G. *Premières conséquences de la guerre*. Paris: Ernest Flammarion, Éditeur, 1916, p. 38..

Em suas manifestações normais e nas perturbações morais determinadas pelas crises do clima os paraibanos têm posto à prova qualidades do maior preço.

Essa expressão não é privilégio das chamadas raças superiores, em que pese a tese desprestigiada dos Gobineaus²⁴³ que, sustentada pelo aparelho antropogênico, nutriu a megalomania dos super-homens.

O nosso conjunto demográfico é constituído, como já se viu, em sua maioria, de brancos e de mestiços indo-árnicos.

Essa ascendência não nos desdoura. O português, já de formação complexa, é assinalado na história da civilização pelo valor de seus empreendimentos e ainda mantém virtudes da velha têmpera na estrutura da vontade e na vivacidade da inteligência. O contingente que povoou o nosso território não teve a eiva da primeira colonização de degredados. Foi, certamente, em grande parte, de origem plebeia; nos trouxe, por isso mesmo, a disciplina do trabalho e a ambição de outro destino.

A imigração de *elite*, que produziu, por sua origem, tanta influência civilizadora nos Estados Unidos, seria menos apta à exploração da terra.

O segundo elemento contém todas as vantagens do amálgama.

Foi do interesse dos primeiros colonizadores deprimi-lo como escusa da escravidão e da guerra de morte.

J. Barbosa Rodrigues abona essas qualidades:

A falta de inteligência, a falta de brio e de honra, a sua pouca atividade, que lhes lançam em rosto os escritores, no que o vulgo acredita, não são mais do que véus que encobrem muitos crimes, e, para se justificar o procedimento bárbaro dos que se dizem civilizados.

(...)

Nunca me esquecerei dos dias felizes que passei entre esses selvagens e nunca cessarei de desmentir as calúnias que se lhes irroga, para ocultar as faltas e coonestar o procedimento do civilizado.

243 N.E.: em alusão aos seguidores de Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), diplomata, escritor racista, defensor da eugenia e grande crítico da miscigenação, ao que atribuía a decadência da espécie humana e a partir da qual vaticinava a extinção do povo brasileiro.

É nesse meio que devemos observar a moral e a inteligência do índio e é aí que muitos ensinamentos adquirimos e se abrem páginas que em livro algum encontramos.²⁴⁴

E, no que diz respeito às tribos que habitavam o litoral da Paraíba, dom Domingos de Loreto Couto proclama as excelências de seus caracteres morais e intelectuais:

De sua índole benévola, aprazível e urbana se deve julgar que quanto esforço mostravam nas campanhas era filho legítimo da fortaleza.

(...)

Achavam-nos liberais, benignos e obsequiosos, em tanto que não conceberam aquela desconfiança, que lhes ministrou a suspeita e fomentou a oposição francesa. Enquanto entenderam que os portugueses pacíficos e desarmados queriam a sua sociedade, tudo era exprimentar humanidade, carinho e bizarria. Mas quando se veem acometidos com mão armada, tudo neles era ira, furor, coragem e raiva.

A sua fidelidade se acha altamente acreditada pela experiência. Desde que o Brasil se descobriu, e povoou de portugueses, sempre se serviram dos índios não só para condução dos gados, mas também para escolta dos que desciam das minas carregados de ouro. Tem acontecido inumeráveis, em que a cobiça de alguns tem tirado a vida a outros, para senhorearem suas riquezas, mas não se acha índio que cometesse semelhante delito.

(...)

Neste Recife houve dois entalhadores que obravam maravilhosamente.

Em casa de um meu cunhado se educou uma índia da nação tobaiar, que em seis meses soube coser, bordar e fazer rendas de todo primor.

Tenho presente um rapaz da nação cramácio de doze anos de idade, que aplicando-se a ler e escrever, em menos de dois meses lê bem, e não escreve mal.

244 BARBOSA RODRIGUES, J. Mbaé kaá tapyiyetá enoyndaua: a botânica e a nomenclatura indígena. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. I e II. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Arodriques-1905-mbae/Rodrigues_1905_MbaeKaaTapyiyetaEnoyndaua.pdf. Acesso em: jan-2024.

Algumas igrejas dos índios deste bispado têm órgãos, para com mais solenidade se celebrarem as suas festas. Os índios são os organistas, e músicos, que beneficiam as missas.

(...)

Por mais que nos queiram pintar nossos índios uma torpe estupidez, sabemos que suposto que os portugueses quando entraram nestas capitânicas, os achassem ignorantes na arte de guerrear ao modo da Europa, nem por isso deixava de sugerir-lhes seu discurso tão agudos estratagemas, que foram admirados dos mesmos portugueses.²⁴⁵

Vê-se, por esse e outros conceitos, que os nossos tupis eram dos mais bem dotados dos selvagens brasileiros. Os tabajaras tinham uma rudimentar organização social, fortalecida pelo mais rigoroso espírito de disciplina. Puniam com a pena de morte o homicídio premeditado e o adultério. Eram valentes e leais. A Paraíba deve o êxito final de sua fundação a esses atributos encarnados em Piragibe – o chefe valoroso que, conforme narra frei Vicente do Salvador, intimado por Zorobobé, em sua volta triunfal da guerra aos aimorés,

a sair a esperá-lo à entrada, como os mais haviam feito tão longe, respondeu, ainda que já centenário, que fora de guerra nunca fora esperar no caminho senão damas e pois ele não era dama e não vinha dar-lhe guerra não se levantaria de sua rede. (SALVADOR, 2010, p. 74)

Os potiguaras, ainda mais belicosos, demonstraram o sentimento de fidelidade na aliança com os franceses.

A esquadra do almirante Boudewyn Hendrikson conduziu para a Holanda diversos índios da Baía da Traição, dentre os quais Pedro Poti, Antônio Guirawossanay, Antônio Francisco e Luís Gaspar. O primeiro,

245 COUTO, Domingos. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Biblioteca Nacional, 1904, p. 41 a 43. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg177349/drg177349.pdf. Acesso em: jan-2024.

parente próximo de Filipe Camarão, notabilizou-se, de retorno ao Brasil, pela dedicação à causa dos invasores que o haviam acolhido e educado. Foi eleito pelos íncolas partidários dos holandeses *regedor* dos índios da Paraíba que formavam um terço. São expressivos os termos de uma de suas cartas, repelindo as propostas em favor dos portugueses:

Eu me envergonho de nossa família e nação a me ver induzido por tantas cartas vossas a traição e deslealdade, isto é, a abandonar os meus legítimos chefes de quem tenho recebido tantos benefícios.²⁴⁶

São, por igual, de uma tocante nobreza as palavras do manifesto de Filipe Camarão aos aborígenes afeiçoados aos holandeses:

Não posso deixar de cumprir promessas e deveres contraídos com meus avós, isto é, de vos guardar assim como a todos os de nossa raça. Vim, portanto, da Bahia, a fim de vos zelar e garantir, e, ainda que tendes procedido mal, tirar-vos das garras do inimigo, desejando apartar-vos deles, pois o país nos pertence, e, se vos conservardes ao seu lado, tereis por fim de ser atacados e aniquilados.

Por esse motivo, meus amigos, ainda não quis desenvolver toda a minha força contra os holandeses, para vos poupar, e, como a natureza obriga todos os animais a amarem os seus filhos e morrerem por eles, assim eu igualmente mostrarei e provarei o meu amor paterno por vós, empregando todos os esforços, a fim de converter-vos, meus verdadeiros patriotas.

Quase todas as revoltas dos tupis foram explosões da honra malferida ou represálias contra a deslealdade dos conquistadores.

Eram incipientes lavradores. O conceito de indolência que induziu a dar à aldeia de Mamanguape o nome de *Preguiça* nascia, antes, da falta de educação do trabalho, num povo livre que não queria assalariar-se.

246 *Dois índios notáveis e parentes próximos*, do dr. Pedro Souto Maior, no *Almanaque do Estado da Paraíba*, p. 45.

Às tribos sertanejas é, porém, atribuída toda a ferocidade dos tapuias, essa inadaptabilidade à civilização que caracteriza os aimorés, os botocudos, os caiapós, apinajés, etc. Mas, os cariris, quiriris ou cairiris, anteriormente colocados no grupo dos jês, como já referi, têm, hoje, etnograficamente, uma classificação à parte.

Contam-se no sertão algumas denominações geográficas tapuias, como Piancó e Catolé; mas não importa o indício, porque ainda nessa parte do estado predominam os nomes tupis e não são raros os cariris, como Bodocongó, Quixodi, etc.

A essa nação pertencem os guaianás que deram origem aos famosos mamelucos das *bandeiras* paulistas.

Nossos índios, chamados *bultrins* pelos antigos colonos, foram es-corraçados para o interior pelos seus inimigos do litoral. Diz Teodoro Sampaio que eles ocuparam grande extensão do Brasil, da Bahia para o Norte, antes de se concentrarem nos sertões de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará²⁴⁷.

E. Herckmans descreve esse tipo selvagem:

Este povo de Tapuia é robusto e de grande estatura, os seus ossos são grossos e fortes, a cabeça grande e espessa; a sua cor natural é atrigueirada, o cabelo é preto.

(...)

As mulheres são, indistintamente, pequenas e mais baixas de estatura do que os homens.

São também de cor atrigueirada, mui bonitas de cara, e trazem compridos os seus cabelos negros.

(...)

Os meninos começam a andar quando têm nove ou dez semanas e, o que é mais para admirar, lançam-se então na água para aprender a nadar, pois entre eles não se encontra um só, seja homem ou mulher, que não saiba nadar com perfeição.

247 SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional. 5ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987, p. 71. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/429/1/380%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: jan-2024.

Em geral eles atingem a uma idade muito avançada, alguns contam 150, 160 até 200 anos.

(...)

Quando estão em lugar onde há abundância, um homem dos deles pode comer tanto quanto cinco ou seis dos nossos; e quando se acham, pelo contrário, em lugares escassos, também podem jejuar quatro ou cinco dias.

(...)

Todos sem distinção são muito fortes: no correr venceriam um cavalo.²⁴⁸

Foi essa resistência que plasmou o mártir das secas.

O cronista holandês não deixa de reconhecer certa elevação de alma nesse povo bárbaro. Diz que “quanto mais velhos se fazem, tanto mais honras lhes tributam” e, ainda, que “não suportam o adultério e gostam muito da fidelidade”.

O índio Cavalcanti, chefe dos ariús, assinalou-se por seu valor e por sua lealdade. Essa tribo e a dos sucurus do Teixeira foram indormidas aliadas dos sertanistas.

Tendo sido aldeados no Pilar, em Campina Grande e no atual município de Bananeiras, os cariris não se imiscuíram, apenas, na população sertaneja. Ao sul da capital predominou a influência dos tabajaras, ao norte a dos potiguaras e no interior difundiu-se esse sangue sadio que, alhures, compôs os heróicos *bandeirantes*.

Foi um povo que deu com a confederação de 1687 um admirável exemplo de tino político e de solidariedade da raça.

Entre os ditirambos do indianismo romântico e as prevenções de algozes impenitentes, é força enaltecer esse elemento que, no próprio estado de barbaria, deu de si amostras de vigor e de cultura moral.

Qual a influência desses caracteres na fusão com o fator luso?

Divergem, profundamente, os antropologistas e etnólogos sobre a função do cruzamento. O principal ponto de partida dessa discordância é a distinção entre espécie e variedade. Confundem, as mais das vezes,

248 Descrição Geral da Capitania da Paraíba, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Tomo V, pp. 119, 121 e 122.

o mestiçamento com o hibridismo, suscetível de esterilidade.

De Quatrefages já sancionava a opinião de Hombrou, fundada em quatro anos de permanência no Brasil, no Chile e no Peru: “*Je puis affirmer, dit-il, que les unions des Blancs avec les Américaines m’ont présenté la moyenne de naissance la plus élevée*”.²⁴⁹

Eu poderia invocar para a prova da robustez e da fecundidade desses produtos estudos mais modernos e autorizados.

Mas essas teorias desmerecem perante o aviso de Alberto Torres:

Em longo debate, em que os estudos de Darwin, de Wallace, de Weissmann, de Mendel e de Hugo de Vries conduzem, ora a conclusões favoráveis, ora a conclusões contrárias à fecundidade e à vitalidade, à normalidade e à sanidade dos mestiços; onde o velho litígio sobre os caracteres do gênero e da espécie intervém como elemento perturbador; a ciência tende a excluir as questões de sistema e a concentrar o exame na verificação das hipóteses buscadas em dados positivos. (TORRES, 1933, pp. 150-151)

Prevalecem, por conseguinte, as observações de autores nacionais para um fenômeno que “não corresponde rigorosamente às afinidades sistemáticas, mas parece obedecer à ação de várias leis curiosas e complexas”²⁵⁰.

Eduardo Prado, que junta aos seus apuros de artista a meditação de nossos magnos problemas, assegurou que

não é inferior, como têm verificado todos os americanistas, o tipo resultante de branco e do índio. Nesse cruzamento, se o branco entra com um cérebro mais desenvolvido, que se reproduz no seu descendente, o índio traz para o novo tipo a agudeza da sensibilidade dos seus sentidos e a agilidade dos seus músculos, sentidos e músculos atrofiados no homem civilizado²⁵¹.

Opina Oliveira Viana:

249 *L'Espèce Humaine*, p. 64.

250 *História da criação natural*, trad. de Eduardo Pimenta, p. 351.

251 *Catolicismo, Companhia de Jesus e colonização do Novo Mundo*, pp. 84 e 85.

Os cruzados de índio e branco parecem, pelo menos no físico, superiores aos mulatos; são rijos e sólidos. Como a raça vermelha é menos distante da europeia que a africana, os seus cruzados, os mamelucos, aparentam ter uma equilíbrio maior do que os mestiços de branco e negro. (OLIVEIRA VIANA, 2005, p. 174)

Diz Couto de Magalhães:

O índio e o branco produziram uma raça mestiça, excelente pela sua energia, coragem, sobriedade, espírito de iniciativa, constância e resignação em sofrer trabalhos e privações: é o mameluco, tão justamente célebre na história colonial da capitania de São Vicente.²⁵²

É a psicologia do sertanejo paraibano, tirante o espírito de iniciativa, ainda pouco desenvolvido na maioria da população do estado, principalmente a da zona agrícola, prejudicada pelo automatismo da escravidão.

Lembro, a propósito, ainda uma vez, a origem comum dos mamelucos de São Paulo e do sertão da Paraíba. Porque os caracteres físicos devem diversificar com a variedade das tribos: os ferozes botocudos não poderiam gerar esse tipo moral.

A hereditariedade ancestral ou atavismo de raça é confirmada desde a antiguidade. Plutarco cita o caso de uma mulher grega que, tendo dado à luz uma criança preta e sendo, por isso, acusada de adultério, alegou em sua defesa que descendia em quarta linha de uma etíope.

As faculdades de espírito não se transmitem com a mesma frequência dos caracteres somáticos. Deixo à margem essa tese que seria um capítulo de psicologia. Mas nomes respeitáveis de nossa ciência adotam a esdrúxula teoria de que o mestiço é, quase sempre, um desequilibrado, pelo antagonismo das tendências herdadas. Euclides da Cunha não distingue: entende que – “mulato, mamaluco ou cafuz – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes sel-

252 MAGALHÃES, José C. de. *O selvagem*. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1876, pp. 74-75. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182909>. Acesso em: jan-2024.

vagens, sem a altitude intelectual dos ascendentes superiores" (CUNHA, *Os Sertões*, 2013, p. 110).

Oliveira Viana encara com o mesmo pessimismo esses cruzados:

Tendo de harmonizar as duas tendências étnicas, que se colidem na sua natureza, acabam sempre por se revelar uns desorganizados morais, uns desarmônicos psicológicos, uns desequilibrados funcionais. (OLIVEIRA VIANA, 2005, p. 173)

Mas, sendo ainda empíricas as leis de persistência das paixões e sentimentos, através das gerações, como consagrar essa fatalidade? Como determinar as proporções desse conflito que se não observa “na rocha viva de nossa nacionalidade”?

Os juízos nutridos na experiência de nossa formação afirmam, ao contrário, que ao concerto das qualidades físicas num tipo perfeito corresponde a harmonia das propriedades psíquicas e morais.

O que se atribui a uma desgraça hereditária é, simplesmente, um mal social. Os mestiços, sujeitos à precariedade de origem, não se libertam dessa contingência, num meio de péssima organização econômica e de analfabetismo esterilizador. Mas aqueles que, por circunstâncias fortuitas, têm emergido dessa obscuridade, inclusive os mulatos, competem em vigor mental e em atributos do caráter com os elementos puros das raças consideradas superiores.

A fantasia de Foville é impugnada por autoridades do mesmo tomo. É aceitável o princípio de que nenhum dos ascendentes tem uma ação exclusiva, mas sempre um deles tem uma ação preponderante. E, assim, vinga, sem distúrbios, esse traço dominante. Charles Debierre aventa: “*Il semble que dans le conflict c'est la race la plus ancienne, le type le mieux consolidé, le mieux fixé de l'un des progéniteurs, qui ont la victoire*”²⁵³. Mas aceita a possibilidade da combinação num feliz equilíbrio:

253 DEBIERRE, Charles. *L'hérédité normale et pathologique*. Paris: Masson et c^{ie}, 1897, p. 5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5431057w.texteImage>. Acesso em: jan-2024.

Le métis peut ressembler à l'un de ses parents par les caractères morphologiques et à l'autre par ses qualités mentales. Je n'en citerai que l'exemple de Lislet-Geoffroy, le seul correspondant noir qu'ait eu l'Institut, qui, fils d'un Français e d'une négresse fort peu intelligente, avait emprunté à sa mère les traits de la race nègre et à son père ses facultés intellectuelles et son caractère élevé.

Assim, o filho pode adquirir todos ou quase todos os caracteres de um só de seus ascendentes, na hipótese pouco provável da “hereditariedade alternativa”, de Galton; pode realizar “uma sorte de mosaico de caracteres ancestrais”²⁵⁴, com traços distintos de cada um dos pais; pode representar a mistura dos caracteres opostos, como na cor dos mulatos; pode, finalmente, renovar qualidades latentes, como no caso de atavismo.

A reprodução assume, portanto, muitas formas que, em vez de entrarem em litígio, se distribuem ou se conciliam morfológica e psicologicamente.

Ocorre ainda que as propriedades novas aparecidas, através dessas permutas, se fixam e se tornam hereditárias. E, além dessas variações, explicadas pela “teoria das mutações”, de De Vries e capazes de originarem sub-raças, operam-se as flutuações devidas ao meio.

Certos preconceitos biológicos derivam de um material de estudo em plantas e animais, inaplicável ao homem que não fornece os mesmos meios de observação sistemática.

O mestiçamento favorece as realizações da inteligência e da vontade, como atesta a história do pensamento e do progresso brasileiros.

O paraibano, pelo menos, não é essa contradição viva, essa vítima do desencontro dos elementos de formação física e moral, da suposta divergência introspectiva, figurada pelos que confundem manifestações eventuais da ignorância e do fanatismo, verificadas alhures, com os movimentos normais da alma coletiva.

Quem examina a extensão do delírio das crises sociais e políticas em países de civilização consolidada não pode deixar de se edificar no aprumo deste povo que tem resistido, serena e estoicamente, a todas as

254 CONKLIN, Edwin G. L'hérédité et le milieu. Paris: Flammarion, 1920, p. 152.

adversidades. Desconhecemos as vertigens das multidões sugestionáveis em seus arrancos e desfalecimentos.

É quase sempre falha, como já disse, a interpretação dos agregados sociais que podem ser definidos, todavia, pela medida das unidades que os compõem.

Mas, se todas as raças possuem, consoante diz R. Garófalo, uma certa soma de instintos morais inatos, como patrimônio comum²⁵⁵, não é difícil fixar esse padrão, principalmente em meios ainda não perturbados por influências exóticas.

A verdade geral sobressai, sem embargo das anomalias de indivíduos cuja moralidade não corresponde à da generalidade da população.

A concepção do valor humano e dos reguladores da conduta é a mesma para toda a vida individual e social no Brasil. Mas variam os costumes e os modos de ser de ponto a ponto.

A psicologia do paraibano tem características precisas: o sentimento da família, a benevolência, o amor à gleba, o espírito de ordem, a fortaleza de ânimo e a dedicação ao trabalho. Sua vontade é, porém, desorganizada por uma lamentável imprevidência que alguns atribuem à herança moral dos selvagens. É a falta de senso econômico, do hábito de amealhar, o descaso pelo dia de amanhã que o leva a esbanjar em poucos meses todo o produto dos anos prósperos, sem temor às crises inevitáveis.

Não se pode, entretanto, julgar a índole da população em geral sem distinguir os grupos sociais que se formaram por efeito da distribuição dos fatores intrínsecos e da ação mesológica.

O tipo urbano não tem uma feição peculiar. Modifica-se de onde em onde. Campina Grande, por exemplo, e, devido à comunicação direta com o Recife e a sua qualidade de empório comercial do sertão, uma cidade pernambucana, sem pontos de contato com a capital do estado.

É raríssimo o núcleo que conserva os hábitos primitivos; salienta-se, ao contrário, o prurido de se condicionar as novas formas de vida social, a que, por vícios das administrações municipais, nem sempre corresponde o progresso material.

255 *Criminologia*, versão portuguesa de Júlio de Matos, p. 5.

Esse poder de adaptação manifesta-se, como por encanto, em meios estranhos: o habitante do mais obscuro recanto transfigura-se em pouco tempo de convivência em um centro de cultura. Não é um descaracterizado, mas um espírito apto às exigências da nova condição.

A inteligência do paraibano denuncia-se de outras muitas formas. A linguagem das camadas incultas, caracterizada por obsoletas corruptelas, conservadas desde o tempo da colonização, não é das mais viciadas.

Há cidades eugênicas, como Areia, Mamanguape e Sousa, talvez mais por aproveitamento das faculdades dominantes em toda a população, do que por influências especiais.

Cresce de muito, porém, o interesse dos tipos rurais que correspondem, mais ou menos, à divisão das zonas: o praieiro, o lavrador e o vaqueiro. O primeiro é o jangadeiro do norte – o mesmo de Alagoas ao Ceará. Bastaria esse título para defini-lo. É o homem que se aventura ao alto-mar, dia e noite, num lenho frágil, cuja vela, como um ponto branco, não chega à altura dos vagalhões ameaçadores. Estou acostumado a vê-lo partir para os *corvos* ou para a pesca da cavala, sem, sequer, o cuidado do tempo, com uma tranquilidade equilibrada, e tornar, ao cabo de 24 horas, depois de ter preparado a parca refeição ao abalo das ondas, com a mesma disposição de espírito.

Quem o observa, de relance, de volta dessa empresa, ressupino na *caiçara* ou a repousar na rede modesta, julga-o incapaz e indolente. Mas o meio não comporta outra atividade.

Esse sistema de vida atua-lhe no caráter. É respeitoso, mas não tem a humildade solícita do trabalhador do campo. Reputam-no sem préstimo os que exigem dele trabalhos a que não se habituou ou a que se nega pela independência de seu natural.

Nos primeiros tempos, a pesca era explorada por alguns colonos abastados com o emprego de escravos; atualmente, salvo certo número de pessoas, a serviço dos proprietários de *currais*, cada qual vive por conta própria. Daí, essa falta de subordinação servil.

O praieiro é vítima das verminoses e, em alguns pontos, do impaldismo. Desconhece os hábitos de higiene: até no litoral mais próximo da capital mora em choupanas exíguas e mal cobertas sobre a areia

solta, de mistura com os bichos domésticos. Mas, nem por isso, deixa de apresentar os caracteres de resistência da raça.

Metido consigo e, não raro, áspero, é, entretanto, expansivo e folgazão nos *cocos* que constituem seu principal passatempo.

Guarda, em regra, o decoro da família e alto grau de probidade. É rara a gatunice nessas paragens. Muitas famílias da cidade passam a temporada calmosa em casas de palha, facilmente violáveis, e deixam móveis, durante a ausência, nessa insegurança; mas, não há, por assim dizer, exemplo de desvios nem de danos.

Em alguns sítios mais povoados, como Baía da Traição, Jacumã e pitimbu, essa fisionomia transforma-se um pouco, pela intervenção dos adventícios.

A população agrícola pode ser examinada em mais de um ponto. Na várzea do Paraíba, a organização do trabalho, se não teve o aparato da *aristocracia* rural de Pernambuco, não deixou de participar daquela influência direta. Foi da colônia vizinha que vieram os primeiros agricultores, num movimento que só se interrompeu com a invasão holandesa, quando já visava a Copaoba.

Foi notável a função social dos primeiros *engenhos*, como centros de contato das três raças e de elaboração da economia regional.

É curiosa a história dessa formação que os cronistas da época pintam ao vivo.

Manteve-se o domínio rural no seu caráter primitivo, modificado, apenas, pelas crises da lavoura, até que o trabalho livre lhe transtornou as relações. Mas o proprietário ainda continuou a enfeixar uma autoridade que, em muitos pontos, excluía a própria ação da polícia. Até bem poucos anos se respeitou essa inviolabilidade. Só ele tinha direito de repressão, aplicando castigos corporais ou entregando à justiça os criminosos, quando não preferia a impunidade pelo homizão. Daí, a soma de influência exercida sobre a plebe, tradicionalmente afeita à condição subalterna.

A *casa-grande*, de uma arquitetura uniforme, infunde a respeitabilidade de um lar austero, pela intransigência da honra e pelo rigor do pátrio poder. As comunicações da família com a cidade contam-se pelas principais festas religiosas. A ambição do senhor rural é ter um filho

ordenado padre ou titulado. Para satisfazer essa vaidade é capaz de todos os sacrifícios. A educação das raparigas, sempre descurada, a ponto de só em 1828 ter sido criada na capital a primeira cadeira de instrução pública para o sexo feminino, vai despertando mais interesse. Desde muitos anos é frequente o internato de meninas do interior em colégios do Recife e da Paraíba, bem como o curso das escolas normais da capital e, enfim, de Cajazeiras.

Essa circunstância vai, pouco a pouco, reformando o ambiente das fazendas de habitações inconfortáveis. Ainda não se generalizou a noção do bem-estar material, mas os hábitos caseiros já são dominados por outro conceito da civilização.

A mentalidade da arraia-miúda é a mesma. Nas várzeas do litoral tem melhorado a sua sorte ao influxo do progresso agrícola. Na caatinga a pequena cultura do algodão assegura-lhe melhor situação econômica. Mas nos *engenhos* dos brejos vivem, miseravelmente, em choças mal cobertas de palha de palmeira ou de gravatá – verdadeiras pocilgas que, durante as chuvas, se transformam num lameiro, onde definha a filharada rasteira.

É incrível como seres humanos, na primeira infância, sobrevivem a essa precariedade.

Obrigado ao trabalho assalariado, com uma diária que varia, atualmente, de 2\$ (dois réis) a 2\$500 (dois mil e quinhentos réis), três dias, no mínimo, por semana, o pobre-diabo não tem, sequer, a oportunidade de aproveitar a pequena área que alguns proprietários lhe reservam. Daí, passar com a mais apertada penúria numa terra feracíssima. Ao que chega, com ajuda de toda a família, a plantar um pouco de milho, mandioca ou feijão, sucede, não raro, ser despejado antes da colheita, por motivos fúteis, quase sempre sem indenização.

Diz Alberto Torres:

A ideia vulgar de que o brasileiro é, de natureza, preguiçoso, pertence ao número dos prejuízos que a observação superficial da nossa índole e dos nossos costumes inspirou ao nosso cepticismo de adoção. O brasileiro é trabalhador e ativo como os mais operosos povos do mundo. O trabalho é, no Brasil, em todas as profissões, mais demorado e mais intenso do que na Europa. (TORRES, 1933, p. 115)

Esse conceito aplica-se, exatamente, ao camponês paraibano. Analfabeto e sujeito a uma passividade enervante, ele não cultivou a faculdade de iniciativa. A incerteza do destino, à mercê dos despejos caprichosos, não lhe anima, sequer, o cuidado de uma estabilidade cômoda: no seu quintal só medram as árvores e flores nativas. Mas, esse homem, mal comido e mal vestido, lida no eito, curvado sobre a enxada, de sol a sol ou ao rigor das inverneiras, com uma infatigabilidade de que nenhum outro seria capaz. É extraordinária a soma de energia mal remunerada que a agricultura exige desse pária, despercebido de todas as reivindicações proletárias, para quem a conquista da redução das horas de trabalho ainda não soou.

Apesar desse regime de privações e esgotamento, o tipo não é dos mais atarracados: apresenta, ao contrário, exemplos de robusta compleição – *cabras* hércules que resistem às mais penosas labutas, como a de *bagaceiro*.

A moralidade desse efetivo da população, eivado, em grande parte, do sangue africano, ainda padece de alguns vícios da senzala. O termo *brejeiro* é cruelmente pejorativo para os sertanejos, como sinônimo de falho e poltrão.

Mas, conquanto não seja dos mais rígidos o ponto de vista da honra nessa massa sofredora e ignara, não descamba em descomedimento de costumes. O senhor de engenho, em geral, não permite a prostituição em seus domínios e os defloramentos são, por seus bons ofícios, reparados pelo casamento.

Devido a essa coação moral, rareiam os crimes contra a propriedade, embora seja comum o abuso de confiança, na forma ordinária.

A cachaça é responsável pela maioria dos delitos contra as pessoas.

Se bem que não tenha ainda sólido o sentimento de piedade, para firmar a solidariedade entre si, esse povo manifesta a docilidade da índole no sentimento de disciplina. Registraram-se atentados de escravos contra os senhores, mas, apesar da violência exercida por muitos proprietários, não há precedente de revolta do *morador contra o patrão*. Ao revés, está sempre disposto, como instrumento cego, até ao mandato contra seus iguais.

É uma gente que, quando trabalha à margem da estrada, ainda suspende a enxada e se descobre à vista dos transeuntes de categoria superior.

De tudo se vê que esse elemento, o menos favorecido da mestiçagem, não é vítima de uma deficiência constitucional, mas de causas sociais. Há casos de um esforço supremo para sair dessa depressão: são os feitores e os rendeiros ou *lavradores*, na acepção local. É a emancipação que podem alcançar no regime dos latifúndios.

O vaqueiro é o tipo representativo da sociedade sertaneja, por se achar mais exposto à pressão do meio, como um símbolo clássico.

Essa parte da população da Paraíba tem diversos matizes e apresenta em muitos pontos um nível de cultura não inferior ao das cidades de aquém-serra. Mas, o produto do regime pastoril, em seu feitio imutável, é o mais expressivo para uma denominação genérica.

No seu todo, esse elemento demográfico tem uma feição peculiar. É sensível a diferenciação étnica e moral da praia para a zona agrícola; mas daí para diante contrastam os caracteres.

Distingue-se, facilmente, na promiscuidade das feiras dos brejos, o homem do sertão, não somente pelo inseparável chapéu de couro e pelas alpercatas, como por seus sinais específicos.

Essa característica explica-se pela preponderância de contingentes originários, que se vão diluindo, mas também dá que pensar na transformação de um povo por influência do território e obra do clima.

Euclides da Cunha reconhece a ação modificadora do ambiente. E entende que o sertanejo “é um retrógrado; não é um degenerado”, como se lhe afiguram os mestiços distribuídos por outras regiões. Atribui essa normalidade ao desenvolvimento imune de conquistas incompatíveis com um organismo em formação.

Pensa que esse tipo físico se constituiu antes de arcar com as funções complexas próprias de elementos superiores e, por isso, escapou pelo abandono ao esmagamento da civilização, que ficou apto a conquistar oportunamente.

Acho que essa interpretação se aplicaria ao conjunto demográfico do estado, cuja adaptação a um estágio social elevado não foi violenta, a termos de determinar desequilíbrios.

Se o progresso não foi simultâneo, não se pode, entretanto, dizer que o sertanejo seja um retardatário, até em relação a outros agrupamentos do moral.

Ele é, realmente, um forte, porque sua formação menos heterogênea foi caldeada pelo meio físico. Sua receptividade às novas condições de vida sempre foi tão natural que parece traduzir uma necessidade orgânica do fator nobre.

Não é fiel o retrato de “Hercules-Quasimodo, desgracioso, desengonçado, torto, com a fealdade típica dos fracos”. O sertanejo da Paraíba é, ao contrário, um excelente exemplar da raça. Diz Coriolano de Medeiros, com a sua experiência de filho da região, que

predomina o tipo branco ou um intermediário entre o branco e o índio, esse belo tipo de indivíduos morenos de olhos verdes, o que mostra ter sido em maior proporção o elemento português, destacando-se ainda hoje a maior parte dos indivíduos pelo rubor das faces e pela regularidade das fisionomias.²⁵⁶

Apesar de serem comuns as uniões entre parentes, a ponto de muitos povoados serem habitados por uma só família, não se encontram deformados, como prova de que a consanguinidade se produz em terreno são. E essa tendência, aumentando a faculdade de transmissão, pela mesma influência atávica e disposição orgânica dos dois procriadores, mantém uma uniformidade característica.

Esse povo tem, sobretudo, espírito próprio.

O sertanejo é um lutador. Blindado de uma coragem serena, não se teme da própria natureza hostil que o envolve, de quando a quando, num círculo de fogo. É o centauro das corridas temerárias, destro e imperturbável. Porfírio Higino da Costa, de Patos, e Almeida Barreto, de Sousa, encarnaram, na guerra com o Paraguai, as energias dessa alma varonil. Foram inúmeros os voluntários dessa longa campanha. Cada chefe de família que tinha quatro filhos ofereceu dois para a defesa da pátria.

256 *Sertões paraibanos*, conferência na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, v. 4, p. 405.

Esse excesso de força choca-se, não raro, em cruentos conflitos. Cultiva-se o ódio tradicional, e a defesa da honra e da propriedade tem arrancos tenebrosos.

Mas essa violência, que ainda se exercita nas zonas mais arredias, como Misericórdia e Conceição, não é um indício de malvadez. São criminosos por transporte de paixão. Diz Ferri, estudando a fisionomia dos homicídios:

*Ils s'attenuent toutefois dans les pays ou certains crimes contre les personnes scant endémiques comme les homicides par vengeance et par point d'honneur en Corse et en Sardaigne ou les homicides politiques, il y a quelques années, en Russie et en Irlande.*²⁵⁷

São influenciados por um sentimento comum ou preconceitos, por uma falsa noção do dever, como um imperativo categórico da dignidade convencional.

Não é, absolutamente, uma determinação do coeficiente étnico. Conquanto ainda não tenha sido possível organizar a estatística criminal do estado, posso assegurar, em face dos dados constantes dos relatórios dos representantes do Ministério Público nas comarcas do interior e dos processos que transitam no Superior Tribunal de Justiça, que a propensão para os fatos puníveis não é maior nessa zona do que em qualquer outra, nem a delinquência exhibe aí as modalidades monstruosas de meios mais cultos.

Os atritos tomam maior vulto pela sucessão dos fatos na continuidade das vinditas.

Até na ilha onde a *vendetta* tem um uso tradicional, a criminalidade é atribuída ao meio social. Diz Aschaffenburg: Para o corso que reside longe da pátria, afastado das discórdias de famílias e de localidades, cessa este estímulo violento ao assassinio.²⁵⁸

São, portanto, os efeitos nocivos de um ambiente saneável, tanto mais quanto o sertanejo, além de não ser presa de psicoses ou anomalias

257 *La sociologie criminelle*, p. 167.

258 *Crime e repressão*, p. 23.

nervosas, tem, como nenhum outro paraibano, extraordinariamente desenvolvido o instinto altruísta ou de simpatia humana.

Essa aquisição moral é um de seus traços característicos e apresenta diversas formas. É a tendência emotiva para o bem em suas manifestações negativas e positivas que só se oblitera na produção do mal físico pelo impulso mais enérgico do ponto de honra.

É a generosidade hospitaleira que agasalha o desconhecido com o maior conforto da casa e a franquia da mesa. É a solidariedade, única em toda a população do estado, que se manifesta nos auxílios recíprocos da criação e da lavoura. Não há vaqueiro capaz de deixar no campo sem cura ou sem aviso a rês do seu vizinho atacada de qualquer mal ou de se negar à solicitação de um favor, como seja o ajuntamento de uma boiada. E também é habitual a cooperação nos trabalhos agrícolas ou *troca dos dias de serviço*.

Nesse afã, ele afirma o mesmo vigor da vida pastoril. É incessantemente laborioso. No inverno pratica a agricultura numa escala que rivaliza, como mostrarei, com as privilegiadas zonas brejosas. Na seca explora as *vazantes* e, se vai desaparecendo a umidade, escava o leito dos rios até encontrar o elemento favorável às culturas. Onde abundam os cactos é assombrosa sua atividade, na incidência do flagelo, para prover o gado faminto desse alimento.

E, graças a tanta diligência, vive, se não o salteiam as vicissitudes climáticas, em feliz mediania. Enquanto os deserdados da região fertilíssima, favorecida por um regime regular de chuvas, vegetam numa inacreditável miséria, não há sertanejo que não tenha qualquer coisa de seu: a casa de telha, algumas vacas ou o chiqueiro de cabras. Se não fossem as devastações periódicas, todos viveriam na abundância.

É, em regra, um homem de bem. Caráter formado nos moldes da família patriarcal, tem o culto das virtudes antigas.

É inteligente e amante da instrução. Todos os poetas populares da Paraíba – os admiráveis aedos da lira matuta – são naturais dessas plagas.

Manifesta um inigualável poder de assimilação. Em poucos meses de aprendizado torna-se apto em todos os ofícios.

Professa o fatalismo atávico. Mas, por julgar a seca uma desgraça natural, sempre a enfrentou com a tenacidade que lhe enrija a têmpera. Sua resignação não é inerte.

Esse tipo extraordinário não é sóbrio, intrépido e empreendedor apenas no seu *habitat*; têm os sertanejos, como diz Euclides da Cunha,

levado a todos os recantos desta terra o heroísmo de uma atividade incomparável: povoaram a Amazônia e do Paraguai ao Acre estadearam triunfalmente a sua robustez e a sua esplêndida coragem (CUNHA, *Contrastes e Confrontos*, p. 54).

Levaram “a missão dolorosíssima e única de desaparecerem” e realizaram a epopeia da reintegração do território longínquo.

Por isso, aduz o malogrado estilista:

Assim, sob um duplo aspecto, nós devemos, em parte, à sua miséria um pouco de nossa opulência relativa e às suas desgraças a melhor parte de nossa glória.

E esta dívida tem mais de quatrocentos anos.

Ainda bem que coube a um paraibano a solução desse compromisso multissecular.

Ele acudiu a salvar o povo raro que acidentes redutíveis desviavam de um destino glorioso.

É fácil prever as consequências sociais desse plano de redenção relativamente a toda a coletividade paraibana.

O problema da população tem preocupado os mais insignes sociólogos e economistas. E, particularmente, o da natalidade torna-se angustioso para os países que assistem, ano a ano, à baixa dos fundamentos de sua organização geral. O malthusianismo, fundado em falsas progressões, tem sido um impedimento a esse desenvolvimento vital. O grito de Raquel: “Dai-me filhos ou morro” inverteu-se, na sátira de um pensador, em: “Antes morrer que ter filhos”.

Essa necessidade de aumentar o efetivo humano varia conforme as condições locais.

O Brasil precisa povoar-se para realizar a sua hegemonia econômica e política na América do Sul. Seu imenso território desaproveitado, com uma natureza quase virgem, está ainda vazio do fator principal.

O povo paraibano contribui, prolificamente, para o preenchimento desse requisito da grandeza nacional, desenvolvendo-se sem embaraços preventivos. Aceita, desvanecido, o sacrifício da fecundidade, porque a esterilidade voluntária não se compadece com a sua noção do pudor. E, assim, nas condições favoráveis da saúde física e moral, multiplica-se com uma energia que não teria limites se não fossem os obstáculos positivos.

Mas, em vez de se procurar eliminar essa ação destrutiva, promovia-se a imigração, para suprir as perdas sucessivas dos naturais da terra.

Enquanto outros povos forcejavam, a todo transe, para preservar e melhorar a raça, com as mais complexas medidas de proteção, deixava-se essa gente sadia e boa morrer de fome.

A primeira consequência da obra do sr. Epitácio Pessoa é pôr a salvo a vida de seus patrícios.

Ele guardava a impressão do medonho descalabro, expressa, com eloquência enternecida, neste tópico de um memorável discurso pronunciado no Teatro Municipal de São Paulo:

Ide, os que combatem e malsinam a ação do meu governo; ide, penetrai naquela fornalha ardente; lançai as vistas sobre aqueles campos calcinados, onde as plantações desapareceram de todo, onde a vegetação feneceu e mirrou, e os bebedouros se ressequiram sob a centelha comburente do sol impiedoso; ide, percorrei aqueles chapadões intérminos, onde o silêncio apavorante das quebradas é apenas interrompido, de longe em longe, pelo mugido desesperado do gado sequioso e faminto; ide, segui agora as estradas e vede aqui as ossadas daqueles que não puderam fugir mais longe ao horroroso flagelo e tombaram, inanidos e moribundos, para servirem de pasto, ainda com vida, à voracidade das feras e das aves de presa; ide e vede mais longe os que acabam de cair, alucinados e arquejantes, e, olhos cravados na abóboda candente, numa última prece de compaixão e piedade, ou talvez, numa derradeira imprecação de desespero e de insânia, aguardam, aniquilados e vencidos, o suplício dantesco dos que o precederam; ide e vede, por fim, a feira infinita dos que ainda podem arrastar-se, andrajosos, esqueléticos, a face descomposta, o olhar desvairado, sem forças mais para carregarem os pequeninos, sem gota de leite para lhes calar o

choro triste, enfraquecido e compungente, com o estômago torturado a contorcer-se na agonia da fome, a garganta em fogo a queimar-se no desespero da sede, a alma despedaçada, o coração confrangido de luto, de desolação e de dor...; ide, vede, ouvi e dizei-me, depois, se eu estou ou se eu não estou redimindo um crime da nação!

Esse quadro fidelíssimo reproduziu-se indefinidamente.

A população sertaneja tantas vezes se reconstituía, por sua incomparável tenacidade, quantas vezes se arrasava em novas crises. E ia, ao abandono, malignar outros meios, com as pestes dos ajuntamentos.

Foi incontável esse prejuízo calculado pelo valor monetário da vida humana que num país pouco habitado deve ser mais precioso, principalmente no período útil que tem, entre nós, maior duração.

Essas centenas de vítimas deixavam, em cada incursão do mal, os lares desorganizados e expostos a vicissitudes que dilatavam os seus ruinosos efeitos.

O sentimento de piedade, que se aperfeiçoa até além dos limites humanos, comovendo-se pela sorte dos brutos, não poderia permitir na devastação da mesma raça, se tinha ao seu alcance os meios de a evitar.

Esse interesse sentimental, estimulado por outras razões, não se deteria perante dificuldades superáveis.

Quando se verificar que as perturbações do clima decorrem sem sacrifício de vidas (e, assim, se ultime a grande obra), essa realização será celebrada como a maior das benemerências da nacionalidade.

E, além de haver intentado resguardar os habitantes do sertão desse aniquilamento, o governo transato ainda promoveu a defesa sanitária da população litorânea.

Se com as secas e as endemias mortais nossa situação demográfica é das mais vantajosas, quanto mais livre desses agentes destruidores, será renovada a vitalidade paraibana para maior aptidão ao esforço.

Na integridade de seu vigor físico, esse povo, que não conhece as práticas da infecundidade sistemática, proliferará em proporções imprevistas.

O sentimento do bem coletivo não poderia ter uma direção de mais acerto.

Preservar o sertanejo da mortandade periódica é uma resolução que resgata a incúria do nosso passado; mas, sujeitá-lo a forçadas migrações para esse resultado, seria uma medida incompleta que o exporia a outros riscos.

Essa mobilidade é contrária à índole de um povo tão enraizado ao solo que, no termo de cada provação, volve aos pátrios lares ao toque da saudade imensurável.

Não se lhe transmitiu o nomadismo dos cariris que desciam, cada ano, ao litoral pela safra de cajus. Só se transfere, ao contrário, pela repulsa do meio.

Afeito a essa sedentariade, ele se quebranta com o destino incerto de retirante. E a instabilidade implica implacáveis vexames. Sujeita-o ao constrangimento da mendicidade. O homem altivo, que nunca se curvara a uma humilhação, tem que ir, de porta em porta, aventurar-se ao egoísmo agressivo de uma gente avessa aos seus hábitos de generosidade.

Os governos imprevidentes instituíram, por sua vez, como remédio de ocasião, a esmola oficial que não é menos vexatória.

Essa assistência pública a pessoas válidas caídas, incidentemente, na miséria acarreta inevitáveis prejuízos morais.

E há uma voragem pior para esses extravios. É a vasta prostituição da história das secas. Raparigas criadas no recato do lar sertanejo vendem, às vertigens da fome, a virgindade, a baixo preço. E afundam-se no meretrício, como refúgio da desonra ocasional.

Para curar tantos males era preciso fixar esse elemento no seu *habitat*. É a função das grandes barragens, como pontos de apoio econômico. Essa intervenção para a segurança da subsistência, ao abrigo de quaisquer eventualidades, tem, por si só, um alcance decisivo.

Evitar as causas do pauperismo é um dever político e moral e, ainda mais, promover a riqueza pública e particular é nutrir o ideal de prosperidade de todos os povos, facilmente atingível em nossas condições naturais e de energia na luta pela existência.

Essa ação tutelar perde, no caso, o seu caráter público, para suprir a miséria pelo estímulo à produção, de forma altamente compensadora.

E esse benefício não se limitou à zona martirizada: a reorganização dos serviços agrícolas aparelha bases de fartura em todo o estado.

Defender a vida do paraibano abandonada aos azares das crises do

clima e aos agentes patogênicos, estabilizar o sertanejo no seu rincão para o resguardo da sua honra e de seus melindres e, enfim, liberalizar a todos outras condições de vida pelo aproveitamento dos recursos do meio – eis o empenho da felicidade geral visada pelo sr. Epitácio Pessoa.

Uma outra consequência desses melhoramentos é a profilaxia do banditismo.

Já me externei sobre as causas da atividade ilícita no sertão; mas cumpre estudar essa forma endêmica em suas curiosas modalidades.

Não é, igualmente, uma determinação atávica, orgânica e psíquica, como se afigura à impressão de exóticas teorias do crime. Tampouco, uma influência telúrica ou climática.

Esses fatores teriam uma ação empolgante. E a coletividade é dominada pelos sentimentos de ordem, de benevolência e de proibidade, num grau dificilmente verificável em meios de condições físicas e raciais opostas e rigorosamente policiados.

Uma causa de ordem geral acusável seria simplesmente a exaltação da vitalidade, mal-empregada em casos esporádicos de atrofia do senso moral.

Com que, então, seria Benot, o saltador de Paris, um produto da Cidade-Luz?

Agora mesmo as autoridades dos Estados Unidos oferecem o prêmio de 5.000 dólares a quem capturar os famigerados facínoras Harry Fairbanks e Stanley Grandall, autores de inúmeros atentados.

A história do Contestado prova que, nesse ponto, as condições do Norte do Brasil não diferem das do Sul. Esse fenômeno é, exclusivamente, social.

O cangaceiro originou-se da instituição do guarda-costas como uma necessidade de defesa das fazendas ameaçadas pelo gentio. Essa organização chegou a ter um caráter de milícia, permitida e, depois, tolerada pelas autoridades, incapazes de manterem a segurança pública num extenso território de população escassa e disseminada. Cada casa de campo tinha a sua panóplia.

Quando a região se desassombrou da hostilidade dos selvagens, os fazendeiros não quiseram abdicar desse elemento, que lhes assegurava a força moral do domínio e alimentava a vaidade. E, além dessa função

interna, ele seria utilizado em outros fins. A indivisão das grandes sesmarias foi originando sangrentas questões de terras entre confinantes e o partidarismo monárquico criou o mandonismo com prerrogativas feudais.

A luta armada, acesa por essas divergências, veio, cada vez mais, formando a psicologia do valentão.

A preocupação de atrair *cabras de confiança* degenerou na proteção aos criminosos que acudiam de toda parte ao coito das fazendas dos mais influentes, na certeza da liberdade.

Esse ajuntamento de gente de má índole preparava um meio pervertido. O capanga, despedido da guarda ociosa e desabitado ao labor honrado, tinha o único recurso da *societas sceleris*. Organizava ou procurava um bando.

Essa anomalia jurídica prolongou-se, embora em menores proporções, por indefensáveis condescendências, até por volta de 1912, quando o governo Castro Pinto mandou varejar por sua polícia os tradicionais redutos da impunidade.

A Paraíba nunca viveu, entretanto, infestada de hordas de cangaceiros. Diz Gustavo Barroso, por um lapso de informação: O Ceará, embora tenha grande linha de costas, estende-se muito para o interior. E o cangaceirismo não é nele tão forte quanto na Paraíba.²⁵⁹

No entanto, quando estive em Sousa, em 1909, no exercício de um cargo de justiça, o único motivo de inquietude e de ameaça da ordem pública era a contiguidade dos cariris novos, vasto foco de banditismo que o governo Franco Rabelo tentou destruir.

As fronteiras viviam aos sobressaltos de incursões dos desordeiros profissionais.

Antônio Silvino mantinha um grupo reduzido com frequentes escapulidas para os estados vizinhos e, ainda assim, à custa da cumplicidade de alguns proprietários que lhe davam asilo por temor ou para o terem como instrumento de ódios. O hábito de proteger criminosos, que tanto desmoraliza a instituição do júri, nivelava os malfeitores de pior espécie com pessoas poderosas que os acolhiam no próprio lar.

259 *Heróis e bandidos*, p. 34.

Outras quadrilhas, como a de Severino Mãezinha e dos Feitosas, criações de rivalidades políticas, de João de Banda, dissociado de Antônio Silvino, etc., tinham duração efêmera e um campo limitado.

É incerta a classificação do bandido, de acordo com as nomenclaturas propostas. É ele, em geral, impelido ao primeiro crime por um impulso exterior, as mais das vezes, por um preconceito comum, como no homicídio por vingança. É, portanto, um criminoso por paixão premeditada. Mas, cometido esse delito, a pressão das circunstâncias e de um meio pernicioso, é forçado a persistir na delinquência, em guarda à represália da família da vítima ou para escapar à ação da Justiça, até que se torna habitual.

Não tendo disposição congênita para os malefícios, dá mostras de sensibilidade moral que se não corrompe, de todo, na ignominiosa profissão.

É essa a história de Adolfo Meia-Noite, pernambucano que operou nas Pinharas, depois de haver morto o tio poderoso que o desfeiteara, prendendo-o a um tronco afrontoso, por oposição ao casamento com uma sua filha. Tornado bandoleiro por esse acidente, dirigiu-se, de uma feita, a um escravo portador de certa quantia: “Se eu precisar de algum dinheiro, irei tomar do teu senhor. Não tomarei de ti que não és o dono”. É o destino de Jesuíno Brilhante, assassino por vingança, distribuindo os víveres dos comboios que atacava pelos famintos da seca de 1877 e matando um de seus mais valentes sequazes, o escravo José, porque tentara violentar uma mulher. É a ruína de Liberato, entrando no banditismo em desforra de perseguições políticas, depois de haver, como autoridade policial, dado caça a temíveis malfeitores. É Antônio Silvino, ainda que mais violento, perdido pela revolta contra uma injustiça, repartindo com a pobreza o produto dos saques e defendendo a honra dos lares.

Foram os maiores vultos do cangaceirismo na Paraíba, todos quatro broncos e com antecedentes criminosos na família. Mas o que parece uma tara, como a dos Montefortino, que conservaram, durante três séculos, a fama de uma raça de delinquentes, explica-se pelo contágio moral ou pela imitação, tanto que Brilhante e Silvino adotaram os cognomes dos tios famanazes.

É exato que, ao lado desse tipo de bandoleiro, há alguns exemplos de perversidade brutal, como o hediondo Rio Preto, o negro sanguinário e estuprador.

Há os criminosos ocasionais que, por instinto de conservação, se incorporam nos períodos da seca.

Essa tendência não se observa apenas no Nordeste. Na fome da Argélia, de 1867-1868, parte da população vitimada precipitou-se, em bandos dementes e ferozes, contra os recursos acumulados pela indústria e pela previdência.

Mas, na Paraíba, são precisamente essas calamidades que põem à prova os sentimentos de probidade do sertanejo. São raros os que manifestam essa debilidade de caráter: a maioria prefere as privações honestas ou a mendicidade incerta.

A miséria é acusada como uma das forças que impelem aos atos condenáveis. As oscilações econômicas influem, pelo menos, na forma da atividade criminosa.

É uma demonstração prática do nosso passado.

A míngua da instrução também teve parte na barbaria do banditismo. Ainda em 1853, quando o colégio do padre Rolim já era, em Cajazeiras, com 40 estudantes de latim e sete de filosofia, um centro de irradiação espiritual do Nordeste, não havia nessa longínqua localidade ensino primário.

O princípio de Engel – “instruir é moralizar” – não é aceitável em absoluto. Garófalo vai a ponto de dizer que “não existe relação alguma entre gramática e moralidade”. Mas, se a elevação do nível de cultura não tem uma influência benéfica sobre o total dos delitos, pode modificar a inclinação para certos atos desonestos. Temem-se os perigos da civilização que é acompanhada de uma criminalidade especial. Entretanto, o progresso social poderia desvanecer certos preconceitos, como a vingança privada. E Aschaffenburg reconhece que “a situação do indivíduo inculdo é extremamente desfavorável, colocando-o, portanto, num perigo iminente de se despenhar no crime”²⁶⁰.

260 *Crime e repressão*, p. 122.

Se os fatores do mal são todos sociais, é fácil transformar esse ambiente moral, tanto mais quanto o sertanejo revela uma singular facilidade de adaptação.

Essa criminalidade específica, não sendo do caráter geral da população nem do instinto da raça, pode ser eliminada pela nova mentalidade que as obras contra as secas geram na região.

Para se avaliar como essa gente tem a índole pacífica basta confrontá-la com a impulsividade de outros povos. Diz Garófalo:

Em algumas de nossas províncias meridionais ser testemunha, mesmo em causas cíveis, é ter a vida em perigo; e na Campania (talvez ainda em outros pontos) mata-se um homem porque fez maior oferta para a locação de um terreno, às vezes porque produziu um dano insignificante, o corte de uma árvore, por exemplo.²⁶¹

Nada tivemos que se assemelhasse à *camorra*, à *máfia*, à *teppa*, à seita dos *acoltellatori* e a certas associações criminosas.

É, portanto, fácil comprimir as manifestações acidentais do banditismo.

Já citei a frase de Sarmiento: “*El ferrocarril llegará en tiempo para estorbar que venga a reproducir-se la lucha del desierto*”.

A repressão é nesse extenso território um problema de fácil transporte. É tão manifesta a função social do trem de ferro que o sertanejo confessa: “Onde chega o ‘vapor de terra’ desaparece o cangaço”²⁶².

Dantes, a força pública movia-se tardiamente, na perseguição de grupos que haviam depredado a dezenas de léguas de distância; mas os caminhões já facilitam as diligências.

A estrada de ferro completará essa missão de ordem.

E com a renovação geral desaparecerão as outras causas do fenômeno: a miséria e o analfabetismo.

O contato social determinado por essa comunicação também exer-

261 *Criminologia*, versão portuguesa de Júlio de Matos, p. 116.

262 *Heróis e bandidos*, p. 31.

cerá uma influência salutar, não somente no interesse cultural, como no da solidariedade dos grupos sociais, para uma mais perfeita unidade patriótica. E, assim, será realizada “a incorporação da nossa vasta barbárie sertaneja à civilização do litoral”, objetivo que sempre faltou à orientação da política unificadora dos grandes construtores de nossa nacionalidade²⁶³.

Com o novo surto de progresso, a Paraíba ficará, em muitos pontos, aparelhada para receber a imigração que introduzirá nas classes trabalhadoras o espírito de previdência.

Poderiam ser determinadas as consequências dessa natureza de cada um melhoramento de *per se*. O porto dando acesso a relações diretas com o espírito nacional; o patronato Vidal de Negreiros recolhendo a escumalha do vício e da vagabundagem para a transformar em elementos de moralidade; o asilo de loucos; a reforma dos correios e dos telégrafos etc.

Tudo se justifica em favor de uma raça que, nos primórdios de sua formação, já produzia diplomatas, como Feliciano Dourado, que, após ter servido como encarregado dos negócios de Portugal na França, numa fase melindrosa, foi, em 1652, em missão especial junto ao Vaticano e, nove anos mais tarde, junto a Holanda, para evitar as consequências da traição do embaixador dom Fernando Teles Faro; guerreiros, como André Vidal de Negreiros, o maior valor da campanha anti-holandesa; sábios como Manuel de Arruda Câmara, nomeado para acompanhar José Bonifácio em sua excursão científica à Europa, amigo de Saint-Hilaire, que lhe consagrou o nome com a criação do gênero *Arrudea*, membro das Academias de Ciências de Lisboa e de Montpellier, sócio da Sociedade de Agricultura de Paris e autor de obras valiosas; inventores como Marcos Barbosa que, sem jamais ter saído de Mamanguape, construiu, por volta de 1700, um sistema de asas, com o qual voava, e, mais tarde, o padre Francisco João de Azevedo que, em 1851, apresentou na exposição nacional um aparelho tipográfico, precursor da máquina de escrever.

Essas faculdades irradiaram-se no fervor patriótico de José Peregrino de Carvalho, Antônio Borges da Fonseca, Maciel Pinheiro, Aristides

263 Oliveira Viana, *Pequenos estudos de psicologia social*, p. 139.

Lobo e Coelho Lisboa, cada qual maior pela ação e pela inteireza moral; na organização política de Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, João Florentino Meira de Vasconcelos, Francisco da Silveira Lobo, Felizardo Toscano de Brito, Diogo Velho, Barão de Abiaí e Álvaro Machado; na intelectualidade do padre Inácio Rolim, poliglota e educador; Francisco Antônio Carneiro da Cunha, Rodolfo Galvão, José Cornélio de Figueiredo, o sábio malgrado de 17 anos, Joaquim da Silva, padre Lindolfo Correia das Neves, Daniel de Figueiredo, o astrônomo obscuro que se correspondia com Flamarion, Argemiro de Sousa, Cardoso Vieira, Caetano Filgueiras, Brás Florentino de Sousa, Albino Meira, Aragão e Melo, Eugenio Toscano, Gama e Melo, Maximiano Machado, Manuel Mariz, Adolfo Cirne, Irineu Joffily, Irineu Pinto, Eliseu César, Afonso Campos, Artur Aquiles, Augusto dos Anjos e, em maior florescência, os oradores, escritores e poetas vivos; no gênio artístico de Pedro Américo; nas virtudes estoicas de dom Vital de Oliveira e humanitárias de Francisco Manuel Carneiro da Cunha; na energia dos heróis de 17, do Paraguai, de Canudos e dos mártires da seca.

Essas qualidades culminaram na estrutura de super-homem de Epitácio Pessoa. Coeficiente dessa raça forte e criadora, cumpria-lhe restituir-lhe em benefícios tantas reservas acumuladas. E deu-lhe, por isso, o direito a vida e a outras conquistas do progresso, como o maior bem possível. Correspondeu a um ideal cheio de ansiedade. Escreve Jean Finot:

*Sublime dans son désintéressent, ou répugnant dans son égoïsme, l'homme ne cesse d'envisager le problème du Bonheur comme le sujet essentiel de ses rêves et de ses pensées.*²⁶⁴

A alma patricia renova-se às perspectivas dessa transformação.

264 *Progrés et bonheur*, p. 9.

13

CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS

Todos convêm em que o combate aos efeitos das secas é, por excelência, um problema econômico.

Quem quer que tenha estudado a região e as suas possibilidades reconhece as vantagens desse aproveitamento pela correção dos desvios da natureza fecunda incerta.

É do interesse nacional a utilização dessa fonte de riqueza que, ainda mesmo aos azares do clima, nunca deixou de demonstrar sua virtualidade.

Seria ocioso reproduzir opiniões que já se contêm em outros capítulos e adicionar novos juízos lisonjeiros a essa promissora situação.

Mas, como esses conceitos não visaram particularmente a Paraíba, é preciso que eu me detenha um pouco no exame de suas condições.

Do desenvolvimento da agricultura e da pecuária depende um maior movimento de progresso e decorrerão outros aspectos para nossa atividade geral. São esses os fundamentos de nossa vida própria. Sua prosperidade alentará o comércio e criará novas energias na multiplicidade de nossas revelações.

Pode-se avaliar o que alcançaremos com o aparelhamento de nossos recursos naturais pelo que já temos realizado, através de ingratos contrastes, nesse campo de ação.

Avantaja-se, antes de tudo, o território na variedade das regiões de cultura, correspondentes às diversas composições geológicas, às formas de terreno e às modalidades do clima.

A Inspetoria Agrícola dividiu essas zonas da seguinte forma:

a. LITORAL:

1. Praia – Zona do coqueiro;
2. Várzea – Zona da cana;
3. Caatinga litorânea – Zona de algodão fibra curta;
4. Arisco – Zona da mandioca;
5. Tabuleiro – Zona da mangaba e batiputá.

b. SERRA:

1. Brejo – Zona do café e fumo;
2. Caatinga serrana – Zona de algodão e criação;
3. Agreste – Zona da batata americana e fumo.

c. SERTÃO:

1. Caatinga sertaneja – Zona exclusiva da criação;
2. Várzea – Zona de algodão fibra longa.

É a conclusão de um excelente trabalho aprovado pela Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas.

Estão determinadas as várias fisionomias do solo com os seus caracteres particulares e suas aptidões. Mas esse documento não comporta em sua sobriedade oficial senão os grandes traços da superfície de exploração.

As praias têm, em grande parte, a vantajosa configuração que já descrevi.

São orladas, em alguns trechos, de vigoroso coqueiral.

Essa palmeira encontra à beira-mar as melhores condições para o seu desenvolvimento. Acha-se tão chegada à água que nos lugares elevados se inclina sobre as ondas. É cultivada em quase todo o estado, notadamente na zona sertaneja, mas em menor escala e sem a mesma compensadora produção no interior.

O sistema cultural e o de viveiros, onde as sementes germinam dentro de quatro a seis meses. A transplantação é feita ao cabo de um ano, sem nenhuma adição de adubo e sem ordem racional. O comum das distâncias é de 8x8 m.

O trato consta de duas capinas, no máximo.

As variedades preferidas são o coco branco e o vermelho ou da Bahia, este de amêndoa mais desenvolvida e mais rica em óleo.

Frutifica dentro de quatro a cinco anos. A colheita é feita, de três em três meses com uma média de cinquenta frutos para cada árvore.

As plantas são, geralmente, sadias. Há coqueirais centenários que ainda produzem. As pragas que os perseguem são o *Rynchophorus palmarum* que se aloja no gomo terminal e as larvas da borboleta *Brassolis* que devoram as folhas. Essas mesmas são raras e nunca determinaram uma grande devastação.

Ainda há extensos terrenos baldios para plantações novas. Essa exploração ainda não foi intensificada por falta de beneficiamento e de exportação que valorizassem o produto.

No mercado interno não há estabilidade nos preços para estímulo dos plantadores.

A copra, de tanta aplicação na indústria estrangeira, poderia ser um dos nossos principais artigos de exportação. A sua produção na Indochina elevou-se de 2.000 toneladas, antes da guerra, para 10.000 toneladas.

Esse comércio remunerador será uma das consequências da solução do nosso problema de transporte marítimo. Porque o litoral da Paraíba se presta a um extraordinário incremento do plantio do coqueiro com as vantagens da precocidade, da resistência, da imunidade e da produção.

A colheita anual foi avaliada, oficialmente, em 1913, em 5.395.700 cocos.

A indústria da pesca é de evidentes possibilidades. Toda a população praieira vive dos produtos do mar e, com currais grosseiros, tarrafas, anzóis e covos, abastece o mercado da capital e das cidades mais próximas de peixe abundante e da melhor qualidade.

Acha-se fundada uma empresa denominada Companhia de Pesca Norte do Brasil, a qual fabrica óleo de baleia, guano e farinha de ossos e em 1918 exportou 410.215 pelos de óleo de peixe no valor de 327:600\$000.

Apesar da derrubada incessante, ainda se encontram matas no litoral com boa madeira de construção e grande variedade de plantas medicinais, tanantes, colorantes, resinosas, oleaginosas, lactescentes, etc.

E. Herckmans informa que achou a goma-laca na Paraíba e em nenhuma outra parte do Brasil e que viu o anil em tal abundância, como se

o tivessem plantado. No pau nasce, espontaneamente, a *Montrichardia linifera* Schott, produtora de celulose para o fabrico de papel.

A certa distância da costa, onde vai se adelgçando a camada arenosa, vicejam pitorescos pomares, primeiro com mangueiras e jaqueiras colossais e nos arredores da capital com árvores selecionadas.

Essas árvores são, notavelmente, produtivas e imunes de doenças, menos a laranjeira, que, aliás, encontra em outros pontos admiráveis condições de desenvolvimento.

As nossas frutas sempre foram afamadas. Já no seu tempo dizia o autor da *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*:

Encontram-se nesta capitania figos como os de Portugal

(...)

Também não faltam os ananases: esta capitania os dá tão bonitos e grandes como se veem em algumas partes das Índias. Há aí bonitas uvas assim moscatéis como outras uvas brancas; mas como essas coisas dão pouco proveito e muito trabalho para guardá-las, pouca diligência se fez para o fim de produzi-las em quantidade.²⁶⁵

O nome de Natuba indica abundância de ananases.

Os abacaxis são dos mais desenvolvidos e saborosos. A videira, que frutifica quatro vezes por ano, em boas condições, principalmente nos brejos, é pouco cultivada.

A pomicultura ainda não logrou uma exploração comercial. Só o caju e o jenipapo, ambos indígenas, vão sendo aproveitados por uma fábrica de vinhos.

Seguem-se as várzeas, cuja uberidade foi o maior fator do povoamento da Paraíba.

Já expliquei as causas do inigualável valor desse solo de aluvião de uma capacidade agrícola renovada, de ano a ano, pelo extravasamento do

265 *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Tomo V, p. 115.

caudal, que acarreta das zonas de granito e gnaïsse desagradável espessa massa de detritos minerais, de mistura com os depósitos orgânicos.

Em 1634 já se enumeravam os seguintes engenhos: Barreiras, do Meio, Inhobin, Novo, Santa Catarina, Santo André, São Filipe, São Jacó, São João Batista, Três Reis Magos, São Gonçalo, São Francisco, São Tiago Maior, Miriri, Santa Lúcia, Santo Antônio, Espírito Santo, Itapuá e Camaratuba. Contavam-se ainda dois outros, em ruínas, no Gramame e os Cupiçura, Tabu, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora de França e São João Batista ao sul, em território que pertencia, então, à capitania de Itamaracá.

O movimento de expansão já tinha, portanto, irradiado das prodigiosas várzeas do Paraíba, exploradas até onze léguas da capital, para as do Mamanguape, do Miriri, do Gramame e do Abiaí. O primeiro engenho fora fundado no Tibiri, em 1586, por conta da Fazenda Real.

A grande lavoura era de cana-de-açúcar. Apesar da imperfeição dos maquinismos e do cultivo da cana crioula, franzina e pouco sacarina, havia geral abundância e o produto era tão bem reputado na Europa que o príncipe Maurício de Nassau deu, como escudo de armas, à capitania conquistada, três pães de açúcar.

Usaram-se para o fabrico, durante algum tempo, pilões, mós e engenhos de dois eixos movidos com uma roda por força hidráulica ou por bois. Depois as gangorras de paus compridos. Até que, por volta de 1608, um clérigo espanhol, vindo do Peru, introduziu o sistema de moendas de pau.

A cana caiana foi trazida, no princípio do século XIX, de Pernambuco, onde o desembargador João Severiano fundara um jardim de plantas da Guiana Francesa, da qual fora administrador. Essa variedade triplicou o rendimento.

Foi fácil, como já mostrei, a reconstituição da agricultura, depois da ruína da luta com os holandeses. Os religiosos, com os recursos das doações, tornaram-se grandes proprietários e incrementaram o trabalho. Os beneditinos estabeleceram em 1720 o engenho Maraú que passou a ser o maior e o melhor da capitania. No ano seguinte fr. Cipriano da Conceição, abade dessa ordem, mandou reparar o engenho Cajabuçu e comprou 29 escravos para sua exploração.

Os carmelitas também plantavam cana.

Já eram fulminantes os embaraços à expansão dessa riqueza. Segundo a carta régia de 3 de setembro de 1675, o açúcar devia ser exportado diretamente para Portugal. Mas a provisão de 22 de maio de 1685 permitiu, novamente, a passagem livre do produto para a praça do Recife, acrescentando que “quando não houvesse embarcações pequenas para o transporte de toda a safra, a câmara regulasse por preço certo a sua compra”. Desapareceu, assim, a navegação direta da metrópole. E o resultado desse retraimento foi dos mais desastrosos, como consequência do choque de interesses entre os comerciantes das duas praças.

A Carta Régia de 13 de dezembro de 1692 procurou remediar essa situação:

Por cartas do provedor da Fazenda, Ouvidor-Geral desta comarca e do desembargador sindicante Ramires de Carvalho escritas em agosto deste ano, me foi presente o grande dano que resultou para o aumento dos moradores dela, e da Fazenda Real a falta de embarcações neste porto para dele embarcarem os açúcares que se fabricam ou se poderem navegar a tempo conveniente para o Recife por serem hoje muitos os que obram nesta capitania e em uma só embarcação que a ela vai cada ano se não poderem carregar, ficando muitos envelhecidos na terra e com pouca valia pela dificuldade de saca. E pareceu-me ordenar-vos (como por esta o faço) mandeis publicar que todos os que quiserem navegar os seus efeitos no tempo que lhes parecer para a capitania de Pernambuco o possam fazer livremente sem embargo de qualquer ordem em contrário.

Os produtores eram prejudicados pelo acréscimo de despesa com os correspondentes e com o transporte para outro mercado.

Estavam, além disso, sujeitos às pautas da câmara. A Carta Régia de 17 de janeiro de 1697 estabeleceu o preço “o mesmo que estiver posto em Pernambuco com um tostão mais pela bondade do açúcar dessa capitania”.

A carta régia de 24 de fevereiro de 1711, determinando que, enquanto houvesse vapores no porto da Paraíba, não consentisse o governador

na saída do açúcar, não produziu efeito em vista das perturbações da guerra dos mascates.

A anexação a Pernambuco, as exigências da fazenda e o devorismo da Companhia de Comércio acabaram de desorganizar essa lavoura. Em 1798, conforme a informação já citada do governador Freire de Castilho, “a agricultura se acha no maior atrasamento e desalento que pode imaginar-se; os engenhos estão desfabricados de sua força principal que são os escravos”. Os proprietários tinham sido arruinados pela extinta Companhia.

Juntavam-se a esses prejuízos os danos das inundações de 1641, 1698, 1713 e 1789.

Desanexada a capitania e restabelecida, ao mesmo tempo, a navegação direta com a Europa, melhoraram um pouco as condições gerais. A exploração nos mesmos terrenos não os esgotava. Informou o conselheiro Antônio Vicente Monteiro da Franca, em sessão do conselho provincial, de 21 de abril de 1828:

É opinião seguida por todo agricultor de cana que 4.836 carros de semente chamada caiana devem pelo menos produzir 96.720 carros, ficando assim na razão de 20 para um, os quais, regulando-se a dois carros por fôrma ou duas e meia arrobas, montarão a soma de 120.900 arrobas ou 3.022 caixas.

A sorte dessa lavoura ficou dependendo das oscilações do preço, ora sujeita a crises transitórias, ora alcançando altas compensadoras.

A abolição da escravatura desferiu-lhe, porém, um golpe mortal. A indústria açucareira da várzea do Paraíba tem-se reorganizado, nos últimos anos, pela adoção dos métodos científicos.

A enxada vai sendo substituída pelo arado tirado a bois, o trator, as grades e as capinadeiras. A cultura intensiva é utilizada não somente pelas usinas Cumbe, São João, Pedrosa e Pacatuba, como por alguns engenhos.

Vão, assim, melhorando, consideravelmente, as condições naturais do solo, com a compensação de maior rendimento, embora ainda não seja praticada a adubação.

O custo da produção da tonelada varia de 5\$000 a 10\$000, conforme a cultura seja mecânica ou rotineira.

A variedade mais cultivada é a flor-de-cuba ou manteiga, de grande pobreza em açúcar. Mas a caiana, que desaparecera dizimada por uma moléstia de natureza gomosa, já começa a ser, novamente, explorada. O campo de sementeiras de Espírito Santo introduziu, recentemente, outras variedades.

A produção de um hectare oscila, segundo a natureza do terreno, de 50 a 100 toneladas, mas nos paúis²⁶⁶, tratos sujeitos às inundações do rio, muito ricos em substâncias orgânicas, se eleva a 150 toneladas.

Ainda se explora essa gramínea com grande perda de sacarose: os engenhos extraem, apenas, 4,5% do peso da cana, isto é, 45 quilos de açúcar por mil quilos de matéria-prima, e as usinas 8%, rendimento que está longe de alcançar a porcentagem obtida em Cuba, Havai e Java.

A classificação comercial do produto é a mesma da Bolsa do Recife: usina de 1ª, usina de 2ª, cristal, demerara, branco, somenos, bruto seco, bruto melado, mascavado e retames.

É sensível a falta de uma refinaria bem aparelhada que evitasse maiores dispêndios das usinas para a melhoria do tipo que tornasse o produto puro e mais aceitável.

A Paraíba será um grande produtor de açúcar quando se generalizar o trabalho racional, pelos cuidados da seleção das sementes, do preparo das terras, do plantio e do fabrico.

A lavoura de cana encontra condições francamente favoráveis em quase todo o estado que lhe oferece uma tentadora situação de progresso.

A produção não avulta, por causa da rapadura fabricada por quase todos os engenhos do interior para o consumo interno e dos sertões vizinhos e porque os processos de cultura e de aproveitamento são ainda, exceto nas várzeas litorâneas, lamentavelmente antiquados.

Essa elasticidade econômica ainda seria maior se fosse retificado o leito do Paraíba, pondo termo às inundações, e se fossem saneados os férteis terrenos marginais dos outros rios que deságuam no oceano.

266 N.E.: aguaçais, pântanos.

Essa grande lavoura não é exclusiva. Já os indígenas plantavam o milho (*abati*), a mandioca, o aipim, a batata (jatiúca) o cará, o jerimum, o melão, a melancia, a banana (pacoba) e o amendoim (mandobi). Com o milho preparavam a canjica (*acan-jic*), a farinha (*abati-uy*), a *pamonha*, a pipoca (*popoka*) e uma bebida fermentada (*abati-y*) que eram a base de sua alimentação e ainda são usados.

Com a mandioca faziam muitas espécies de farinha como a carimã e a mandió-puba ou o beiju e algumas bebidas.

Os colonizadores continuaram essa velha cultura. O milho serviu para alimentar os escravos e os cavalos.

A farinha era o pão da época.

Foi, desde logo, iniciado o plantio do arroz e do feijão, mas, como diz E. Herckmans, “a essas coisas miúdas não se presta muita atenção, tendo cada um os olhos fitos no açúcar, que é o que dá o maior proveito”.

A cultura de cereais poderia ter um grande incremento nas várzeas, mas ainda hoje não chega para a satisfação do mercado interno. O fumo e o algodão herbáceo são também explorados sem grande desenvolvimento. Ainda predomina, até certo ponto, a monocultura primitiva.

A faixa de *arisco* adjacente é pobre de elementos fertilizantes, como se vê da análise de uma amostra remetida pela Inspetoria Agrícola ao Instituto de Química:

Terra fina	95,40
Saibro	0,27
Pedras	0,33

NA TERRA FINA

Grãos inferiores a 1 mm	45,64
Grãos entre 6,01 e 0,05 mm	2,48
Grãos entre 5,00 e 0,10 mm	2,28
Grãos entre 0,10 e 0,25 mm	14,00
Grãos entre 0,25 e 0,50 mm	20,20
Grãos entre 0,50 e 1,00 mm	<u>16,00</u>

	100,00
Capilaridade ascensional em 24 cm	25,0
Capacidade higroscópica total cm	32,7
Densidade aparente	1,7
Perda ao rubro	2,930%
Nitrogênio total	0,056%
SOLÚVEL NOS ÁCIDOS	
Potássio (KaO)	Vestígios
Cálcio (CaO)	Vestígios
Fósforo (P2O)	Vestígios

Com essa composição mineralógica, sem elementos úteis, esse terreno afigura-se imprestável. Entretanto é por sua própria formação, excepcionalmente propicio às tuberosas. É a zona da mandioca.

A cultura dessa euforbiácea encontra condições privilegiadas em grande parte do Estado; o *tamanjá*, moléstia criptogâmica, não determina grandes prejuízos.

Mas, pela frequente desvalorização da farinha, que só obtém maior preço nos anos secos, não tem ainda a expansão de uma indústria remuneradora. Seu aproveitamento, estimulado pelos governos do Estado e da União, com os Decretos nos 4.540, de 6 de fevereiro de 1922, e 1.155, de 16 de julho do mesmo ano, respectivamente, poderá pesar, mais tarde, em nossa balança comercial.

Ainda mais sáfio parece o *tabuleiro* contíguo. A análise deu o seguinte resultado:

Terra fina (passando pelo tamiz 1 mm de malha)	7,833
Saibro (passando pelo tamiz de 5 mm de malha)	2,057
Pedras (retiradas pelo tamiz de 5 mm)	0,60
	100,00

NA TERRA FINA

Grãos de diâmetro inferior a 0,01 mm	8,80
Grãos entre 0,01 m/m e 0,05 mm	5,32
Grãos entre 0,05 m/m e 0,10 mm	1,92
Grãos entre 0,10 mm e 0.25 mm	25,28
Grãos entre 0,25 mm e 0,50 mm	29,80
Grãos entre 0,50 mm e 1,00 mm	28,88

100,00

Capilaridade ascensional em 24 horas	19,0
Capacidade higroscópica total	35,7
Densidade aparente	1,7
Perda ao rubro	2.137 %
Nitrogênio total (N)	0,12 %

SOLÚVEL NOS ÁCIDOS MINERAIS

Potássio (KaO)	Vestígios
Cálcio (CaO)	Vestígios
Fósforo (P2O)	Vestígios

Mas, como já escrevi, não há na Paraíba um só palmo de terra inútil. A vegetação típica dessa faixa de natureza silicosa indica o seu aproveitamento. Essa sociedade florística é composta de mangabeira, de cajueiro-bravo a de batiputá.

A primeira dessas espécies vegetais armazena tamanha quantidade de sílica que, por sua aspereza, é utilizada como lixa, para polir a madeira. A *Hancornia sp* carrega-se de abundantes frutos, semelhantes ao damasco e muito apreciados por seu delicado sabor. É um dos recursos da população pobre dos arredores. Mas seu produto econômico é o látex que exuda em quantidade e fornece boa borracha. Uma exploração mais futura será a do batiputá. O agrônomo Alfeu Domingues publicou interessantes observações sobre a *Gomphia caduca* que merecem ser divulgadas:

Sob o ponto de vista de área, a distribuição natural do arbusto comporta-se de modo irregular, dada a sua forma atual de cultivo.

No local em que estive para a coleta de elementos destinados a este trabalho, verifiquei existir, em uma área de 10 metros de cada lado (um are), uma media de seis arbustos, o que significa 600 arbustos, para um hectare (10.000 metros quadrados).

Convém acentuar que em semelhante estimativa há grande relatividade.

O número de litros produzido por uma planta não é fácil de ser determinado. De acordo com os informes fornecidos por pessoas residentes nas proximidades dos tabuleiros, conclui-se que, na média, ele atinge a cinco.

Nas condições atuais, com o fabrico rotineiro do óleo, um litro deste líquido requer cinco litros de fruto.

O sistema de extração do óleo é o mais empírico possível. Ocupam-se de semelhante mister, quase sempre, pessoas ignorantes sem recursos.

(...)

A percentagem de óleo é de 20%.

Seu emprego visa os misteres culinários e os fins de medicina caseira, com magníficos resultados nas queimaduras e outros acidentes.

A observação referente à idade em que a planta começa a frutificar não está verdadeiramente demonstrada.

Como subsídio, nesse particular, o dr. Adalberto Ribeiro, agricultor da várzea do Paraíba, referiu-me em palestra, que nos terrenos de sua propriedade, por ocasião de preparar um trato de terra para a cultura da mandioca, cortou um arbusto do batiputá.

Dois anos depois, os rebentos daí advindos frutificavam em toda a sua plenitude.

Recentemente, alguns representantes de uma empresa estrangeira em visita ao Brasil, olharam com muito entusiasmo para as possibilidades que oferece o batiputá na região do Nordeste brasileiro.

E de tal modo foi esse entusiasmo irmanado com o interesse de futuros lucros que de certo tempo a esta parte o batiputá deixou de ser o humilde arbusto – padrão de terras fracas – para se tornar o alvo de lucubrações comerciais, acenando recompensas e atraindo atenções.

É fácil de compreender que o tabuleiro do estado da Paraíba, zona agrícola inteiramente desvalorizada, nos tempos que correm, poder-se-

-ia tornar digna de melhor sorte, desde que as iniciativas do projeto se concretizem em fatos.

Valorizar a referida região é tarefa que se impõe.

Naturalmente que se não aconselharia, por exemplo, uma adubação na extensa faixa arenosa a que me refiro, como medida a adotar.

Seria um golpe de morte no lado econômico, quando não fosse mera fantasia.

O recurso é aproveitar as condições especiais, íntimas, próprias, inerentes aos dois fatores – solo e vegetação.

Do caso em foco tire-se o melhor partido.

Dois casos podem ser estudados. Ou far-se-á uma cultura consorciada da mangabeira e do batiputá ou para este lancem-se todas as vistas e dê-se todo o amparo.

Suponha-se que no caso de um cultivo racional do batiputá adotem-se as distâncias de quatro metros em todos os sentidos.

Um hectare comportaria, portanto, 625 arbustos.

Cada arbusto fornecendo cinco litros de fruto e cada litro de fruto produzindo 0,2 de litro de óleo ter-se-ia uma produção de óleo de 625 litros por hectare.

E, como a superfície dos tabuleiros, no estado da Paraíba do Norte, está avaliada, com aproximação, em 966.000 hectares, a produção de óleo, em um ano, seria de 55.250.000 litros que, vendidos ao preço de 2\$000 cada litro, renderia a importância de 112:500.000\$000.²⁶⁷

De forma que o trecho mais ingrato de todo o território paraibano tem, graças a essa flora de resistência e sobriedade, um meio de fácil valorização.

Essa parte do litoral foi também nos tempos coloniais centro de indústria pecuária em currais ao longo do rio, dos quais o mais afastado era o de Jerônimo Cavalcante, em Gramame, em Mumbaba e em Mamanguape. O gado foi suprido, durante algum tempo, pelo Rio Grande do Norte; mas, depois, a criação de bois, carneiros, cabras e porcos foi,

267 *Paraíba Agrícola*, nº 8, p. 25.

consoante atesta o cronista holandês, superior às necessidades da capitania. Os cavalos de sela eram reputados como os melhores do Brasil.

Atualmente há, apenas, o gado suficiente para o trabalho e o aproveitamento do leite.

Depois, à medida que se dilatava a vida civilizada, foi iniciada na caatinga, então coberta de matas típicas, a cultura do algodão. Esse novo campo de atividade chegou a competir, em breve tempo, com os engenhos de açúcar no número de escravos, nas construções e nos lucros assegurados pela preciosa malvácea. E a economia paraibana passou, desde então, a ser regulada por esses dois produtos, em surtos de prosperidade, em declínios passageiros ou em providências alternativas.

O imposto de exportação dessa fibra chegou a render, em 1816, 45:655\$000, como já referi. E, em 1864, esse rendimento elevou-se a 426:688\$825.

Eram os efeitos da guerra de secessão que, de 1861 a 1865, interrompeu o trabalho agrícola nos Estados Unidos.

Essas terras de aparência mesquinha e vegetação débil “para a cultura algodoeira são verdadeiramente milagrosas”, conforme o conceito do inspetor agrícola do 7º Distrito, em informação oficial. E, além disso, o plantio é consorciado com o milho e o feijão mulatinho, tornando-se, portanto, mais lucrativo.

A espécie que se adapta a essas condições de solo e de clima é o herbáceo, de fibra curta.

Todos os municípios do estado, exceto Cabedelo, são próprios para essa plantação. Mas da especialização cultural das zonas mais adequadas a cada espécie e variedade depende, em grande parte, o êxito dessa lavoura.

A falta de seleção das sementes tem sido, porém, um obstáculo à localização. Com esse cuidado e melhores processos de plantio, de colheita e de beneficiamento, que tornem o produto cada vez mais aceitável nos mercados estrangeiros, a Paraíba consolidará o valor de sua principal riqueza exportável. E, assim, não só em fases, como esta, de escassez mundial, como em situação normal, firmará a primazia já alcançada, milagrosamente, com métodos rotineiros.

A crise de produção dos Estados Unidos e do Egito, por causas perduráveis, como a praga do *Boll Weevil* no primeiro país, só combatível,

talvez, pelo sistema quarentenário da suspensão da lavoura, e a da lagarta rosada no segundo, além da carestia do trabalho, consecutiva à guerra, permite uma valorização capaz de inovar o nosso aparelho de produção e de beneficiamento com dispendiosas reformas.

A alta dos preços, nos países de produção incipiente, tem a vantagem de alargar a área de cultura e, ainda mais, de proporcionar meios para uma exploração mais inteligente.

Ainda bem que, dia a dia, crescem as necessidades de matéria-prima nos centros de tecelagem. O Brasil vai conquistando novos mercados e, assim, quando essa lavoura se restaurar na America do Norte, a nossa já estará organizada em bases invencíveis. A concorrência do produto brasileiro, depois do desenvolvimento e do aperfeiçoamento que se prenunciam, será dominadora. A excelência das condições naturais, duplicando o rendimento, a qualidade da fibra, por sua cor, resistência e comprimento, a modicidade do salário, tudo concorrerá para essa nossa colocação no comercio mundial. Essas possibilidades já vão despertando o interesse dos industriais ingleses e das grandes fábricas de tecidos, como um incentivo ao aumento do volume e da pureza das safras.

A Paraíba, que tem o primeiro lugar entre os estados algodoeiros do Norte, embora as estatísticas oficiais lhe indiquem uma posição inferior, por falta de dados completos e por causa do contrabando, auferirá dessa nova era de fortuna nacional o maior proveito possível, ainda mesmo quando o preço se estabilizar, sem elevações nem quedas transitórias, que tanto inquietam o produtor. Com as melhores terras do planeta para essa exploração, produzindo a fibra longa, a média ou a curta, só lhe faltavam o capital que, no corrente ano, entrou, à farta, a educação técnica e o aproveitamento de zonas expostas às secas para um desenvolvimento compatível com as suas energias latentes.

O governo Epitácio Pessoa procurou desenvolver, pelos meios já explanados, esse ramo de agricultura. E o presidente Sólon de Lucena, inteirado de que é essa a maior fonte de nossa riqueza pública e particular, não tem sido menos solícito em protegê-la. Manteve o Serviço de Defesa do Algodão, organizado pelo sr. Camilo de Holanda, para o combate à lagarta rósea que flagelou essa lavoura durante três anos. Devido a uma ação permanente e enérgica, iniciada pelo sr. Diógenes

Caldas e continuada, com o mesmo vigor e descortino, pelo agrônomo João Maurício, os estragos da praga já declinaram de 50% a 5%. O ex-purgo das sementes, a poda das variedades perenes e a incineração das anuais têm sido as principais medidas profiláticas. Dominado ainda por essa política econômica, o sr. Sólon de Lucena fundou três campos de cultura nas principais zonas algodoeiras do estado – mata, Cariri e Alto Sertão – destinados ao plantio do *herbáceo*, do *quebradinho* e do *mocó*, para fixação de seus caracteres. E ainda mandou distribuir sementes por cerca de 2.500 agricultores pobres, principalmente da caatinga.

A boa semente é a principal segurança do êxito da lavoura e a experimentação indicará os métodos mais aperfeiçoados para uma ação eficiente.

O beneficiamento rudimentar por meio de bolandeiras e máquinas grosseiras que inutilizam as melhores qualidades da fibra e, por conseguinte, lhe prejudicam a cotação, já vai sendo aperfeiçoado por quatro importantes usinas. A boa embalagem, que diminui o custo pela redução do frete também é um problema, mais ou menos, resolvido pelas empresas organizadas ultimamente e pelas prensas da capital.

Se não estamos, pois, integralmente aparelhados para maior volume e melhor qualidade da produção, já nos libertamos do ronceirismo dos primeiros tempos e, graças às iniciativas dos governos federal e estadual, avançamos para uma organização racional, capaz de nos atribuir a mais ampla prosperidade.

A Bolsa do Algodão adotou as seguintes bases para a classificação do produto:

1ª classe – Mata (fibra curta) de 21 m/m;

Tipo 1 (superior);

Tipo 3 (bom);

Tipo 5 (comum ou tipo base);

Tipo 7 (sofrível);

Tipo 9 (ordinário);

2ª classe – Sertão (fibra média) de 31 m/m a 35 m/m;

Tipo 1 (superior);

Tipo 3 (bom);

Tipo 5 (comum ou tipo base);
 Tipo 7 (sofrível);
 Tipo 9 (ordinário);
 3ª classe – Seridó (fibra longa) de 37 m/m em diante;
 Tipo 1 (superior);
 Tipo 2 (bom);
 Tipo 3 (comum ou tipo base);
 Tipo 5 (sofrível);
 Tipo 9 (ordinário).

É proveitosa nessa parte do estado a cultura da mandioca e nos terrenos mistos a fruticultura. Guarabira produz a melhor farinha e, com as suas 40.000 laranjeiras, as melhores laranjas da Paraíba.

A caatinga é também uma vasta zona de criação. Nas fases de decadência da indústria algodoeira, a pecuária domina a lavoura.

Há campos descobertos que sustentam grandes rebanhos.

A principal função desses cercados é, porém, o *refrigério*, isto é, a engorda do gado, notadamente nas quadras de seca, para a pronta revenda.

Se não fora a *tristeza*, a especulação seria fartamente lucrativa. O carrapato, o único obstáculo à indústria pastoril nessa região, não só pelo perigo da piroplasmose para os animais importados de pontos não contaminados ou *sujeitos*, na gíria dos criadores, como pelos estragos que determina nos rebanhos aclimatados. O combate ao parasita já foi iniciado em algumas fazendas por meio de banheiros carrapaticidas subvencionados pelo governo federal. Mas sem a erradicação do agente vetor a contaminação não será evitada. E os métodos de imunização não podem ser aplicados em grande escala.

A inoculação dos reprodutores estrangeiros é, porém, praticada no Porto Experimental de Veterinária do Rio de Janeiro.

Cumpre, portanto, que se tire o melhor partido dessas iniciativas do governo transato, ligadas ao desenvolvimento de uma de nossas principais riquezas.

Transposta a caatinga, a agricultura colonial encontrou um novo campo para a sua expansão: a ubertosa zona de cultura da serra. Foi ela conhecida desde os primeiros dias da conquista. Escreve frei Vicente do

Salvador que “esta copaiaba aonde estavam é tudo massapês, e fertilíssima, pela qual causa havia nela cinquenta aldeias de potiguares todas pegadas umas nas outras” (SALVADOR, 2010, p. 316).

A Borborema permaneceu, porém, inexplorada, porque as várzeas do litoral, além de serem igualmente fecundas, ofereciam a vantagem de menor distância da capital. Os primeiros povoadores procuraram, enfim, estabelecer famílias de Pernambuco nessa gleba produtiva, mas as tentativas foram interrompidas pela invasão holandesa.

Os intrusos reconheceram-na. Dá notícia Elias Herckmans:

Os curiosos também puseram à prova a fertilidade dessas terras, e não somente verificaram que são próprias para a cana e outras novidades do Brasil, senão também para os cereais e vários produtos da Europa.²⁶⁸

As *entradas* tiveram, mais tarde, outra direção. Diz Irineu Joffily:

Os primeiros habitantes dos brejos deviam ter sido os agregados dos fazendeiros do sertão, que ali faziam plantar lavouras para mais fácil abastecimento de todo o pessoal das fazendas e dos aventureiros que os acompanhavam como soldados. Os sítios não começaram com a fixação ou residência dos seus proprietários, eram simples queimadas, formando clareiras nessas grandes matas, onde se fazia a plantação de mandioca, milho e feijão, havendo ao lado ou no centro a casa de aviamentos, coberta de Pindoba, Catolé ou Sapé. (JOFFILY, 1892, p. 117)

Parece que aí se desenvolveu, também, a indústria pastoril. A 8 de julho de 1725 foi concedida ao coronel Matias Taveira uma data de sesmaria, no sertão de Bruxaxá, “para situação de seus gados”.

O maior interesse dos habitantes do interior era, de fato, a criação: a lavoura destinava-se ao abastecimento das fazendas ou ao *mantimento para guerra do gentio brabo*.

268 *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Tomo V, p. 107.

Mas, a partir da seca de 1692, esse novo campo de atividade foi servindo de refúgio ao deslocamento dos sertanejos e gerando, por suas manifestas vantagens, o gosto do trabalho agrícola. Os sesmeiros passaram a dividir seus esforços entre a vida pastoril e a da lavoura, numa alternativa, regulada pelas estações, que se tornou habitual até os nossos dias. Estabeleceram-se em construções mais cômodas e, desalentados por sucessivos prejuízos na indústria primitiva, deram maior impulso às lavras.

Povoou-se, em breve tempo, a região com os descendentes dos antigos agregados, que se tornaram foreiros dos grandes proprietários, e o elemento servil.

E, em pouco tempo, esse oásis de vales frescos, de gargantas sombrias, de plainos fecundos e de matas virgens entrou a rivalizar com a prosperidade das planícies litorâneas.

Os bárbaros processos da *broca* e da queimada foram desbravando o recesso exuberante da riqueza paraibana.

A terra oferecia-se a todas as culturas tropicais e dos climas temperados.

Adensou-se a população. As *feiras* constituíram-se em centro de convergência do comércio dos sertões mais remotos, à procura de cereais e da rapadura fabricada com toscos *torcedores* que extraíam uma insigificante porcentagem do suco da cana.

Com o correr dos anos, a terra prodigiosa mantém seus elementos nobres no mesmo grau de fecundidade. E os métodos de sua exploração emperraram na rotina imutável.

Os municípios de Areia, Serraria e Alagoa Nova são cobertos de viçosos canaviais. Só o primeiro já contava, em 1909, 102 engenhos de rapadura que nas quadras secas alcança uma cotação exorbitante.

Acentuou-se, ultimamente, a tendência de substituir a cultura da cana preta pela do café. Em Bananeiras a *Coffea arabica* já é a principal cultura, com uma produção média de 50.000 sacos de 50 quilos. É feita à sombra, principalmente de uma mimosácea denominada *vassourinha*. Os cafezais são muito densos, com os ramos entrelaçados, porque as plantas são dispostas em retângulo de 2x1 metros e até mais chegadas.

Não é empregada a adubação. Alguns fazendeiros, entretanto, mandam espalhar a polpa do café entre as árvores e enterrá-la nas limpas.

Mesmo assim, é avaliada em 360 quilos de café beneficiado a produção por 1.000 pés.

Mas, infelizmente, essa cultura, que se alargou e prosperava, a olhos vistos, mormente nas manchas de terra roxa, está condenada a total aniquilamento pelo *Cerococcus parahybensis* ou *vermelho*, coccídeo que se propaga assustadoramente.

Dizia o presidente Sá e Albuquerque, em mensagem dirigida, a 3 de maio de 1852, ao Rio Grande do Norte:

A cultura do café, aceita com tanto agrado pelo território de algumas vilas da província, é digna de muita animação de vossa parte e da parte do governo. A espécie cultivada na vila de Bananeiras e em algumas outras é de excelente qualidade. Acredito que daqui a alguns anos a cultura de cana nessas vilas será substituída pela do café. As despesas de transporte avultando nos gastos de produção do açúcar, que por tão baixo preço é sempre vendido no mercado desta cidade, a plantação da cana e fabrico de açúcar exigindo mais despesas, maior número de braços e mais rigorosos do que a plantação e colheita do café, a extinção do tráfico que tem de tornar ainda mais raros os braços do campo e sobretudo a aptidão e propriedade dos terrenos para cultura do café aconselham e talvez aceleram a substituição da cana pelo café.

E a substituição se completaria, menos no litoral, de terreno impróprio à rubiácea, se a praga não tivesse vindo interromper essa tendência.

O fumo é muito cultivado, principalmente nas chapadas de Bananeiras e em Alagoa do Remígio, do município de Areia. Foi ainda mais florescente quando se exportava o produto, em grande escala e a alto preço, para o Amazonas e o Pará.

O plantio é feito em leirões, para evitar o excesso de umidade. Três meses após a transplantação chega o tabaco à maturidade. O curtimento das plantas é feito à sombra, em estaleiros, dependuradas em varas. É uma indústria tentadora: o dr. Celso Cirne, sempre dominado por iniciativas avançadas, acaba de fundar em Moreno uma pequena fábrica de charutos muito apreciados.

Toda a zona brejosa se presta, inigualavelmente, à cultura de cereais. Mas a falta de transporte tem embaraçado o desenvolvimento dessa fonte de riqueza que nos Estados Unidos corresponde a mais da metade do valor do conjunto das colheitas e tende a expandir-se, cada vez mais, com o aumento da população.

Essa dificuldade de saída e a superprodução local desvalorizam de tal forma os produtos que, como reconhece a Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, “o agricultor loucamente às vezes os incinera, por não haver margem no momento para lucro”. E acrescenta:

É o mercado de cereais, sobretudo, onde mais fortes são os prejuízos: como a rotina e o conservantismo do lavrador não permitem o expurgo dos cereais, esses passam a pasto dos carunchos e daí para a fogueira é um salto.²⁶⁹

Com o advento do inverno, tudo baixa de preço. Só as secas prolongadas mantêm as altas. O presidente Sólon de Lucena, impressionado por esse problema, mandou construir silos, para estímulo aos agricultores, em Arara e Catolé do Rocha. Diante do êxito alcançado por esse processo de conservação, já foram construídos mais 11, dentro de um ano, por iniciativa particular. O governo Eptácio Pessoa também instituiu prêmios para essa propaganda, como já referi.

O comércio de exportação de milho comporta maior desenvolvimento do que o determinado pela guerra europeia. O Brasil poderia colocar-se como um dos maiores supridores desse artigo nos mercados estrangeiros. Figurando como o segundo país produtor dessa gramínea, com cinco milhões de toneladas, cumpre-lhe aumentar a área de cultura, para o grande consumo interno e para as disponibilidades das praças exportadoras.

A Paraíba contribuirá, grandemente, para essa conquista.

O *zea mais* é sempre intercalado no algodão e em outras culturas.

269 *Circulação dos produtos agrícolas e custo da vida em relação aos artigos de alimentação no estado da Paraíba do Norte, no Diário Oficial, em 9 de agosto de 1923.*

As principais variedades são: mameluco, dente-de-cavalo, sabugo branco, sabugo roxo e pontinho. Mas tem degenerado em produtos cruzados. É comumente plantado em março para a colheita verde das canjicadas de São João.

Nos paus medra, porém, durante todo o ano.

O beneficiamento é ainda feito a pau: é raro o agricultor que adota o debulhador mecânico.

A mandioca também encontra os mais apropriados terrenos nessa zona. A farinha é o gênero de maior consumo em todo o estado; mas, nos anos normais, deprecia-se, porque não logra ser conservada com a umidade. Só a *manipeba* pode deixar de ser colhida sem o perigo do apodrecimento das túberas. Daí, a falta de uma cultura intensiva. Ainda não se tentou introduzir o pão de farinha mista para o maior aproveitamento desse produto.

A pomicultura será vantajosíssima quando houver transporte pronto. Só nos últimos anos se desenvolveu o gosto dos pomares. São excelentes as laranjas, os abacaxis, as mangas, os saptis, os abacates e as bananas. Poderiam ser cultivadas nesse clima temperado muitas árvores frutíferas europeias, como pereira, macieira, etc.

Foi iniciada, em Bananeiras, no ano de 1884, com um só pé, a cultura da pimenta-do-reino, de mistura com os cafeeiros. Hoje possui o seu proprietário 20.000 pés, dos quais 10.000 frutificando, cuja média de produção é de 80 arrobas de 15 quilos. Mil pés produzem, mais ou menos, 15 quilos.

O custo da produção é de 3\$060 por arroba, que é vendida na fazenda a 40\$000. Nenhuma moléstia ou praga, informam dados oficiais, foi até hoje observada²⁷⁰.

As terras de menor grau de umidade do Distrito de Esperança, faixa de transição do *agreste*, são incomparáveis para a cultura da batata-inglesa, iniciada há poucos anos e desenvolvida a ponto de abastecer grande parte do estado e já ser exportada para Recife e Natal.

270 *Estudo dos fatores da produção nos municípios brasileiros e condições econômicas de cada um*. N.º 1, do estado da Paraíba, município de Bananeiras, p. 15.

Essa solonácea é sujeita no Sul, onde começou a ser plantada, desde 1817, pelos primeiros colonos alemães, aos prejuízos da geada, da ferrugem (*Phitophtora infestans*) e das *vaquinhas* (*Epicanta atomaria*, Klug).

Mas, nessa parte do território paraibano, sem preparo racional do terreno, sem aração nem gradeagem e sem adubação, é tão produtiva e livre de acidentes que, por falta de mercados e de meios de conservação, tem descido a preços desanimadores.

Ainda se nos depara nessa flora soberba muita madeira de lei.

Abunda nas matas a baunilha.

O bicho-da-seda também é encontrado em muitos pontos. Para animar a sericicultura, o presidente Sólon de Lucena mandou plantar no parque Arruda Câmara, da capital, cerca de cem amoreiras, arbusto preferido pelas larvas do *Bombix*.

A apicultura foi iniciada, em 1918, em Areia, com surpreendente resultado. Informa o sr. Gutemberg Barreto:

Quando em setembro de 1918 introduzimos a abelha de mel neste município, nunca avaliávamos que esta zona lhe fosse propícia e exuberante de néctar. Atualmente, com as observações e estudos comparativos que temos feito através de leituras, da produção e trato das colmeias na Europa, Estados Unidos e sul de nosso país, concluímos que por aqui as apis colhem muito mais, sem inimigos, doenças e a hibernação.

Para dar uma ideia do incremento que vai tomando a apicultura neste município, nos propusemos, ajudados por amigos interessados no assunto, a fazer uma pequena estatística da produção de mel e cera nesta safra a contar de setembro último até fevereiro próximo passado.

Os dados infra foram escrupulosamente colhidos *de per se* sem exclusão de nenhum dos criadores que já têm abelhas produzindo.

São estes os que tiveram maior produção:

Armando Freitas (de 20 colmeias produtoras extraiu), 1.700 garrafas de mel.

Gutemberg Barreto (de nove colmeias), 760 garrafas.

Enumera a colheita de cinco meses até o total de 4.820 garrafas de mel ou 3.213 litros com o peso líquido de 3.856 quilos e conclui:

O preço do mel tem regulado na média 2\$000 por garrafa e essas 4.820 assim vendidas importam em 9:640\$000, que adicionados a 800\$000, valor dos 100k de cera (cada quilo custa 8\$000 aqui) achamos a bela quantia de 10:440\$000, obtidos, sem dispêndios, das abelhas, trabalhadoras infatigáveis, cuja organização é um exemplo vivo de atividade e harmonia e nos conduz a pensar melhor na missão que cada vivente tem de cumprir sem desfalecimentos.²⁷¹

A criação foi começada com abelhas pretas, comuns, mas, depois, foram adquiridos dois núcleos de abelhas amarelas, italianas puras, com as vantagens de maior produção e do cruzamento.

Esse campo inexplorado aguarda outras iniciativas que revelem suas inúmeras aptidões.

Os brejos, como celeiros do sertão, exportam rapadura, aguardente, farinha, cereais e café. E fumo para fora do estado.

Quando a estrada de penetração e o porto da capital facilitarem a saída desses produtos para o sertão e para outros mercados nacionais ou estrangeiros, evitando as crises de uma aparente superprodução, novos destinos serão conferidos ao trabalho.

A segunda seção da serra é a denominada Curimataú, no vale do rio do mesmo nome, e Cariri no planalto central.

Já entremostrei, na parte fisiográfica, a aspereza dessa zona de vegetação resistente. É a caatinga de plantas espinhosas, de xiquexique, macambira, facheiro, palmatória e coroa-de-frade.

Na Paraíba não há, propriamente, aridez: o *tabuleiro* tem uma vestimenta aproveitável e esse baixo sertão se recomenda por sua flora hostil.

São as compensações de nossa natureza.

Os cactos e as bromélias constituem um recurso inesgotável para a criação nos anos escassos. Porque nas quadras regulares o capim-mimoso e, em alguns pontos, o panasco acamam nos campos ao vento forte do planalto.

O gado não morre de fome nessa terra dura, por mais que se prolongue a seca, se não lhe faltam os cuidados do trato. Não há esforço capaz

271 *Paraíba Agrícola*, n° 17, p. 17.

de destruir essa reserva que se renova como por encanto. A *ribeira do Cariri* é centro de indústria pastoril desde o último quartel do século XVII.

Responsáveis pelas maiores perdas são os bebedouros impuros – as águas estagnadas e poluídas de poços cavados no álveo dos rios ou dos tanques de pedra.

O prejuízo está sendo remediado pela açudagem difundida na região.

O presidente Sólon de Lucena, atento, por sua vez, a essa necessidade, cogita de mandar “construir poços higiênicos para que venham a servir de exemplo e estímulo aos criadores”, nesse “grande reservatório de forças desaproveitadas”.

E no seu estado natural, essa zona resolve, a contento, a questão caprina.

Para essa criação, “o Cariri é um paraíso”, no concerto autorizado do dr. Diógenes Caldas, esclarecido inspetor agrícola²⁷².

A cabra vive em terrenos onde qualquer outro gado morreria de miséria, como na nudez das estepes da Ásia e do centro da África.

Sempre repelida como prejudicial à agricultura, considerada até como “artífice do deserto”, ela refugiou-se nas paragens mais incultas, para viver a lei da natureza.

Afeita a essa rusticidade, desenvolve-se, no meio semiárido, até nas épocas mais calamitosas, sem nada custar aos fazendeiros. Pouco lhe importa a seca. Ao contrário, nesse tempo de escassez é que se torna providencial para a população faminta.

Sua criação sistemática asseguraria extraordinários lucros pela elevada cotação das peles.

Essa zona também comprova, em sua ilusória esterilidade, grande capacidade agrícola.

O terreno enriquece-se pelo depósito mecânico, à ação combinada dos elementos desnudadores. Observou Roderic Crandall:

A borda ocidental, como ficou dito, é sustentada por uma linha de colinas graníticas, na maior parte rochas nuas, das quais a chuva e o vento

272 *A Paraíba por dentro*, em *Paraíba Agrícola*, nº 12, p. 17.

carregam constantemente toda a pequena porção do solo que resulta da decomposição da rocha, e quando os rios lodosos alcançam o fundo dessa declividade, sua velocidade é reduzida, do que resulta a deposição do material em suspensão. Como as chuvas são aparentemente maiores aqui do que em outras partes da serra, a decomposição é também maior e as pequenas e mais ricas planícies aluviais são mais numerosas do que algures. Assim, os municípios de Batalhão, Teixeira e Alagoa do Monteiro são notáveis por seus produtos agrícolas, principalmente algodão. Devido às suas qualidades, ao solo e ao clima seco, os algodoeiros, segundo informação dos habitantes, atingem frequentemente 15 a 20 anos, o que é excepcional. (CRANDALL, 1910, p. 86)

Essa malvacea plantada entre 2,20 m a 2,70 m x 1,50 m x 1,70 m permite a cultura subsidiária do milho e do feijão-macassar, em grande escala, por uma prática tradicional. Avulta o mocó com as suas variedades.

São também cultivados o arroz, a mandioca, a cana-de-açúcar e, nas vazantes, batata-doce, feijão e abóboras. Picuí e Alagoa do Monteiro são, essencialmente, agrícolas.

Contam-se muitas árvores frutíferas. As pinhas ou atas são deliciosas, como na caatinga. O Cariri exporta, principalmente, algodão, gado, peles e corda.

Uma outra fonte de exploração é a invencível abundância de plantas têxteis para a preparação de cordas, tecidos, etc. Informa o engenheiro Retumba:

Vi na Europa trabalhos dessa sorte; observei muitas e muitas vezes que a matéria-prima de que lá se servem os operários é de muito inferior ao que por aqui temos. Lá, além de fracas, raramente as fibras atingem, quando preparadas, o comprimento máximo de quatro ou cinco palmos; nos sertões da Paraíba tenho visto fibras fortíssimas e muito extensas; no Picuí mostrou-me o reverendo vigário padre Joel Esdras Lins Fialho fibras superiores a 20 palmos de comprimento.²⁷³

273 Relatório apresentado, a 7 de agosto de 1886, ao dr. Antônio Herculano de Sousa Bandeira, presidente da Paraíba, p. 186.

E, em seguida, indica outras riquezas:

O anil é outro produto cuja cultura será de grandes vantagens para nossa província. Na comarca do Teixeira e outras, o anil nasce espontaneamente e em quantidade prodigiosa.

(...)

Temos também várias árvores que, convenientemente plantadas e tratadas, bem podem fornecer lã de qualidade, reconhecidamente ao nível da que provém do pelo das ovelhas e dos carneiros; citarei os nomes vulgares dessas árvores ou arbustos que são a barriguda, de que já há pouco falei, o facheiro, o xiquexique, a coroa-de-frade, etc.

E é nessa zona que se encontram as jazidas de cobre da Pedra Branca. Sua porcentagem em metal é de 3%, considerando somente o minério comum de anfíbolito, sem levar em conta os enriquecimentos cuja distribuição na jazida é irregular e indeterminável²⁷⁴.

Seu valor é, portanto, superior ao de muitas minas exploradas nos Estados Unidos, na Suécia, na Noruega, na Espanha, etc.

Estudando a geologia econômica dessa região, o engenheiro Paulo de Oliveira ainda indica os seguintes minerais: alanita, apatita, azurito, berilo, biotita, calcário, calcopirita, calcosina, cassiterita, columbita, crisocola, epidoto, grafita, hematita, ilmenita, limonito, malaquita, magnetita, microclínio, muscovita, ortósio, pepitas de ouro, pirita de ferro, quartzo, rutilio, espessartita, sulfato de cobre e a jazida de estauroлита, a mais importante do Brasil. No Cabeço do Curimataú há pedreiras aproveitadas para a produção da melhor cal da Paraíba.

O Cariri talvez seja a parte do estado mais rica em minerais. Está tudo, porém, dependente de estudos.

Ao ocidente da Borborema fica a grande zona de criação. São os vastos campos da bacia central do Piranhas.

274 Engenheiro Eusébio Paulo de Oliveira – “Nota preliminar sobre as jazidas de cobre de Pedra Branca – Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte”, in *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, ano XII, nº 1, p. 75.

Teve uma marcha curiosa a exploração dessas plagas. Enquanto a vida civilizada se concentrava no litoral, sem ânimo para galgar a serra, após a tentativa de Elias Herckmans, se é que os flamengos não se fixaram em Princesa, enquanto estacionava, ainda em 1670, em terras hoje pertencentes ao atual município de Itabaiana, a Casa da Torre invadia o nosso sertão. Antônio de Oliveira estabeleceu-se, quase ao mesmo tempo, à margem do Paraíba e do Boqueirão e levou, enfim, a Conquista até Pombal.

Os baianos irradiaram de Maçacará, onde haviam assentado seus arraiais, através do Pajeú e da serra de Baixa Verde, para o Piancó.

Suscitam-se dúvidas sobre a ação dos paulistas no desbravamento do nosso longínquo oeste.

Coriolano de Medeiros reconhece que “suas bandeiras foram, talvez, as primeiras que passaram no sertão da Paraíba”²⁷⁵; mas nega que tenham exercido “qualquer influência no povoamento de tais paragens”. Contesta a interferência colonizadora de Domingos Jorge e dos sertanistas do Açu.

As bandeiras do Norte foram, realmente, de combate aos quilombos e de caça ao índio. Mas o domador dos palmares, que levou até o Piauí e o Maranhão o gado dos latifúndios meridionais, não deixaria de se utilizar de nossos campos excelentes.

Foi essa “uma das forças de propulsão dos invasores”. Diz Oliveira Viana:

O sertanista povoador, por onde vai passando, deixa, como prova de sua passagem, o sinal de sua posse, um curral. Depois de metido o gado, alega esse fato e os dispêndios e as lutas com o gentio, e pede a sesmaria assim preliminarmente ‘povoada’. (OLIVEIRA VIANA, 2005, p. 145)

Acrescenta que “o curral é o meio mais rápido de conquista e po-

275 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, v. 2, p. 15.

voamento: depois vêm a fazenda, o engenho, o arraial, a povoação, a vila”. E conclui:

O vaqueiro é, então, em nossa história, a vanguarda da civilização. É o batedor dos engenhos. Anuncia-os. Prepara o meio à nova instalação; abre clareiras a fogo; afugenta as feras; bate o índio e o expulsa; e assegura por toda parte a tranquilidade indispensável ao labor das sementeiras. (Ibidem, p. 146)

Não foi diferente o regime de nossa expansão territorial.

O pastoreio foi uma forma de povoamento. Atraídos e fixados os *bandeirantes* pelas condições propícias à indústria do gado, operou-se, mais tarde, a dispersão, à procura de recursos para o sustento das fazendas, no sentido dos brejos, como já assinalei.

É sem dúvida que os baianos e paulistas, bem como os pernambucanos de Boqueirão, nos precederam no conhecimento da zona de além-serra e, além disso, exploraram os contrafortes agrícolas da Borborema, então conhecidos, mas desaproveitados.

E, se a coleção de sesmarias não atesta a permanência de Domingos Jorge no Piancó, não há, por outro lado, documentos que destruam a afirmação de Rocha Pita. O famoso guerrilheiro poderia ter residência no parnaíba e, ao mesmo tempo, possuir fazendas de gado e formar núcleo colonial na Paraíba, de sociedade com a Casa da Torre de Garcia d’Avila, da mesma forma que estava povoando “todo o Piauí e Canindé e defendendo as fronteiras do Maranhão”.

A história dessas *entradas* ainda está, porém, um tanto indecisa. Constituídos os dois centros pastoris, desconhecidos do governo da capitania, até a ligação realizada pela bandeira de Teodósio de Oliveira Ledo, o do Cariri recebeu gado de Pernambuco e o do Alto Sertão da Bahia.

Depois de estabelecida a comunicação, essa indústria desenvolveu-se rapidamente.

As primeiras fazendas, de três léguas de comprimento e uma de largura, quanto mediam as sesmarias, fixaram-se às margens dos rios principais. Daí, os nomes de ribeiras do Cariri, Espinharas, Piranhas, Piancó,

Rio do Peixe, etc. Ainda hoje, as reses são marcadas no lado esquerdo com o *ferro da ribeira*. A marca do lado direito indica a propriedade.

Os terrenos mais afastados, onde se criavam os *barbatões* à lei da natureza, denominam-se *fundos do pasto*, quase sempre em sobras de datas, e foram-se dilatando, pouco a pouco, à medida do incremento da criação, formando *logradouros* e, enfim, novas fazendas. Confundem-se os rebanhos na indivisão dos campos abertos. Desse tácito compáscuo originou-se o hábito das *juntas* e *apartações* no fim do inverno, para que cada vaqueiro conduza os bichos de sua *conta* ou administração, que se regula por uma parceria com o lucro da quarta parte da produção. A partilha é feita no dia da *ferra*. As despesas com o tratamento e a criação correm por conta do proprietário.

A pecuária logrou um excepcional desenvolvimento nesse meio privilegiado. Muitos fazendeiros chegaram a apanhar centenas de bezerros anualmente. Ainda hoje há fazendas que produzem trezentas e mais crias.

Nos maiores intervalos das secas, os rebanhos multiplicavam-se. Mas, com o aumento da exploração, foram escasseando os primitivos recursos e a raça bovina foi degenerando por falta da mais rudimentar seleção. Nos anos regulares, as extensas várzeas e os terrenos ondulados de outras zonas cobriam-se, como ainda se cobrem, de pastos exuberantes; mas, a derrubada vinha, cada vez mais, expondo os campos à combustão das secas, sem o corretivo da açudagem. Diz Irineu Joffily:

Não sendo objeto de bem dirigido zelo, a raça do gado *vacum* tem desmerecido, principalmente em certas ribeiras mais secas. Para muitos criadores é indiferente vender para o açougue a melhor vaca e ficar com a pior, respondendo a qualquer observação contrária: ora, todas dão igualmente bezerros.

É verdade que muitos não seguem tão pernicioso exemplo; mas não conhecem outro método de criar senão este de entregar o gado à natureza, sem consultar a capacidade das pastagens e sem a menor prevenção a respeito de forragens de que quase sempre está a precisar o gado durante o verão. (JOFFILY, 1892, p. 129)

Retumba também reconhece: O gado seria nesta província um ramo de negócio fabulosamente lucrativo se fosse esse entendido e melhor conduzido.²⁷⁶

Os animais são soltos, depois da *ferra*, com poucos meses de idade, e recolhidos como vacas paridas para a ordenha ou bois para negócio. Só nas secas prolongadas o gado é reunido para o trato.

Nos últimos anos têm sido adquiridos alguns reprodutores zebus, raça que se presta, admiravelmente, por sua rusticidade, à natureza do Cariri, mas não deve ser introduzida em zonas de fácil aclimação de gado de melhor qualidade.

E, sem embargo dessa rotina, desse abandono, das perdas periódicas, dos prejuízos ocasionados pelas zoonoses sem tratamento adequado e da venda das vacarias, aos pressentimentos do flagelo, a população bovina das grandes feiras de Campina e Itabaiana abastece o estado e mais o Recife.

Quando vai escasseando a produção, os fazendeiros adquirem boiadas no Piauí e até em Goiás para *invernadas* nesses campos criadores.

Na plenitude do inverno, as gramíneas ondulam por toda parte para a engorda duradoura. O *panasco*, considerado nutritivo como o milho, predomina nos tabuleiros, apesar de delgado, com maior resistência ao vento e às pisaduras. O *mimoso* cresce à sombra das juremas e de outras árvores ou nas fraldas das serras. E, de onde em onde, se encontram o *milhã-branco*, o *vermelho*, o *carrapicho*, o *pé-de-galinha*, o *hervanço*, o *amargoso*, o *gordura*, o *colônia*, a *grama*, etc. A extraordinária quantidade de forragem, que nasce espontaneamente, não é aproveitada para a fenação.

O gado alimenta-se também de muitas plantas ou ramas, como mororó, feijão-bravo, umari, cipaúba, etc.

O cavalo sertanejo distingue-se por sua resistência e agilidade. É, em regra, pequeno e malconformado.

Os reprodutores são escolhidos, às vezes, entre os animais inutilizados para o trabalho, de modo que a raça vai degenerando visivelmente.

276 Relatório apresentado, a 7 de agosto de 1886, ao dr. Antônio Herculano de Sousa Bandeira, presidente da Paraíba, p. 171.

Mas ainda se nos deparam tipos que, por atavismo, lembram, como diria Capanema, os garanhões das coudelarias de Alter, para aqui importados nos tempos coloniais²⁷⁷.

A criação do muar começou tarde. Em mensagem de 1858 escreveu o presidente Beaurepaire-Rohan:

Segundo me afirma pessoa que me merece todo conceito, começam alguns fazendeiros a empreender a criação de gado muar. Seria a desejar que essa indústria tomasse, desde já, maior desenvolvimento, e que os senhores fazendeiros fossem animados por todos os meios ao alcance da província.

Esse desenvolvimento não foi moroso: desde muitos anos são constituídas de burros todas as *tropas* sertanejas. A espécie asinina, introduzida para o cruzamento, prosperou, principalmente no Cariri, onde é muito empregada como besta de carga.

Há criação de ovelhas em todas as fazendas.

A indústria pastoril, ainda embrionária, é uma das bases da futura riqueza da Paraíba.

Se com essa incipiente organização ela cresce, a reveses, quanto mais quando assimilar os aperfeiçoamentos dos campos modelos.

Dir-se-á que basta ficar ao amparo da seca para um maravilhoso desenvolvimento; mas cumpre medrar e melhorar pela pureza e uniformidade dos tipos, para a segurança da concorrência comercial.

Para prover as necessidades das raças selecionadas teremos a armazenagem da fartura espontânea dos anos normais. E a irrigação satisfaria todas essas exigências.

Além de dadivosa zona criadora, o Alto Sertão é a grande área do algodão de fibra longa. Parte do Picuí, Santa Luzia e São Mamede participam da região que produz a melhor fibra do Brasil.

Nas fazendas Fechado, Riacho da Várzea e Riacho dos Gatos, do segundo desses municípios, Pearse observou mocó de 40 mm a 42 mm. Em São Mamede, que lhe parece o limite da zona do *Seridó mocó*, notou

277 CAPANEMA, G. *Apontamentos geológicos (ao correr da pena)*. Rio de Janeiro, 1868, p. 192.

cruzamentos condenáveis e, além, no Riacho Tatu, pouco cuidado na cultura e diferença do tipo. Em Pombal os cultivadores estavam alternando uma fileira da espécie anua com outra do *mocó*, dando lugar à hibridação. Em Patos viu excelente algodão *mocó* (*very nice selected*), mas a maioria das fibras não media mais de 32 mm²⁷⁸.

E seguem-se Sousa, Cajazeiras, São José de Piranhas, Catolé do Rocha, São João do Rio do Peixe, etc., grandes centros de produção algodoeira.

Cultivam-se também o *verdão*, o *quebradinho* e, em menor quantidade, o *herbáceo*.

A cultura teria um extraordinário valor, se houvesse seleção de sementes para fixação dos caracteres mais adaptáveis a cada zona.

O *herbáceo* deveria ser relegado para o litoral e para os brejos. O *verdão* é um bom tipo de fibra média de grande aplicação, porque a fibra longa se destina, especialmente, aos tecidos de luxo. Mas deveriam ser discriminadas as áreas de cultura, plantando-se uma única variedade em cada lavra para evitar cruzamentos e obter maior cotação nos mercados estrangeiros que exigem a uniformidade.

Não se pode determinar, precisamente, a produção por hectare nessa zona. A opinião corrente, porém, é de que representa o dobro da dos Estados Unidos e o quádruplo da Índia.

Com outra orientação do trabalho, para melhor método de cultura e, sobretudo, maiores cuidados na apanha, no beneficiamento e no enfardamento, tendo sempre em vista a limpeza do produto, o sertão da Paraíba tirará incomensurável proveito de suas condições de solo e de clima. Possuindo os requisitos do comprimento, da sedosidade, da pureza e, afinal, da uniformidade, essa fibra não temerá concorrência em tempo algum.

Depois de haver percorrido todo o Brasil algodoeiro, distinguiu o sr. Arno Pearse: “*The States which offer possibilities for an immediate development on a large scale are Rio Grande do Norte, Paraíba and S. Paulo*”²⁷⁹.

278 *Brazilian Cotton*, pp. 156-157.

279 *Ibidem*, p. 220.

Além dessa malvácea, a região apropriou-se a outras culturas, como o milho, o feijão, o arroz, vermelho e maruim, a cana e a mandioca.

Ocorrendo chuvas regulares, é surpreendente a fertilidade dos terrenos. São cultivadas, em qualquer tempo, as represas dos açudes.

Uma grande riqueza das várzeas sertanejas é a carnaubeira. Planta utilíssima, provê a inúmeras necessidades, da população. É o “boi vegetal”.

O tronco fornece madeira para caibros, ripas, soalhos e currais. A parte que prende o estipe presta-se ao fabrico de rolhas e boias para pescadores. As folhas são empregadas em coberturas, chapéus, esteiras e abanos. Sua excelente fibra é utilizada na tecelagem de tarrafas e na cordoalha. Com os pecíolos fabricam-se vassouras, urupemas, cestas e escovas. O palmito serve de alimento do gado e dos famintos nas épocas de crise. Prepara-se também uma fécula nutritiva. O fruto maduro constitui boa ração para os rebanhos, seco dá um óleo comestível e torrado substitui o café. As raízes são medicinais. Mas seu principal produto é a cera, como artigo de exportação do Rio do Peixe. É também aproveitada para a fabricação de velas.

Nascendo espontaneamente e sujeita a constantes destruições, essa palmeira tem resistido, por sua facilidade de multiplicação. Na área dos carnaubais, o chão verdeja de palmas tenras.

Se as várzeas se enriquecem com essa produtiva vegetação, as serras se acham à espera de novas culturas promissoras.

Em 1850, Bernardo de Carvalho, comerciante em Teixeira, como tivesse encontrado algumas sementes de trigo presas à palha desse cereal, vinda de Pernambuco, na embalagem de louças, plantou-as e, ao cabo de quatro meses, colheu “uma pequena porção, que encheu um pires”.

Com essa semente obteve ele, em seguida, oito cuias (seis meio quartilhos e três quartos).

Desenvolveu-se, em pouco tempo, o plantio, a título de experiência. Mas, por falta de meios de beneficiamento do produto, foi, enfim, abandonado.

Bernardo de Carvalho é, geralmente, considerado como o iniciador dessa cultura na Paraíba. No entanto, Henry Koster informa:

Vi em 1814 um lindíssimo pé de trigo mandado de Campina Grande da província da Paraíba, quase trinta legues ao norte do Recife.²⁸⁰

Diz o presidente Sá e Albuquerque, em mensagem de 25 de abril de 1853:

Solicitei ao Ex^{mo} Sr. Ministro do Império sementes de trigo e prontamente foi satisfeita a minha requisição. Distribuí o ano passado pequenas porções por alguns agricultores que habitam localidades onde a adoção do trigo parece possível e proveitosa. Em data de 10 do corrente (abril) dirigi circulars a alguns plantadores de todos os municípios da província, acompanhadas de sementes de trigo de seis qualidades diferentes. Convém animar por todos os meios a cultura de tão útil cereal.

Não há notícia do resultado desse grande empenho. Beaurepaire-Rohan reatou a propaganda. Lê-se em sua mensagem de 1858:

Os engenheiros Bless e polemann no seu regresso do interior me trouxeram uma amostra de excelente trigo produzido na serra do Teixeira. Até então supunha eu impossível que neste clima pudesse prosperar esta espécie de cereal, o qual, segundo as ideias que tinha, só se dava bem nas regiões onde gela e neva durante o inverno. Este preconceito, porém que é também o preconceito de muitos, cessou agora, com tanto mais razão, quanto é certo que o trigo colhido na serra do Teixeira é de qualidade superior às diversas espécies que tive ocasião de observar no Paraguai e na província do Paraná.

Organizou, em seguida, um questionário que orientasse a intensificação desse plantio; mas, antes de pôr em prática esse propósito, deixou o governo.

280 *Viagens pelo Brasil*, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, nº 51, p. 71.

A gramínea persistiu, durante 65 anos, sem trato cultural, nesse solo propício. Até que, enfim, o presidente Sólon de Lucena, no afã de seu programa eficiente, adquiriu um moinho para o despulpamento e a trituração desse cereal e mandou distribuir sementes aos agricultores das zonas mais adequadas ao seu desenvolvimento. O campo de Espírito Santo, infelizmente extinto, há poucos dias, já cultivava, como referi, algumas variedades dessa gramínea.

Vê-se, portanto, que o sertão da Paraíba contém vastas possibilidades.

Deprimido pela rotina, depauperado pelas secas, que destroem num ano o esforço de muitos, desamparado de qualquer assistência, até o momento de sua redenção, não deixou, entretanto, de demonstrar, nos períodos de convalescença, o milagre de seus recursos.

Essa zona exporta: gado vacum e cavalar, queijo, couros, peles, carne, algodão, cera de carnaúba, etc. E muitos municípios suprem os mercados vizinhos de rapadura, farinha e cereais.

Forneci uma ideia de nosso aspecto econômico, na sua estreita dependência das vidas rural e pastoril, como fundamento das futuras indústrias comerciais e manufatureiras.

Não alcançamos um franco desenvolvimento, mas não nos estagnamos numa situação de inferioridade.

Com processos rudes, os agentes de vitalidade não poderiam atingir a vultosa expansão dos novos rumos de cultura. Foi grande o nosso esforço para produzir muito e são inesgotáveis as nossas utilidades materiais; mas os métodos empíricos não favoreciam essa atividade.

Depois de ter percorrido grande parte do nosso território, acentuou o engenheiro Retumba, em seu citado relatório:

É, pois, inútil repetir aqui que tudo quanto aleguei em ordem a provar que nosso modo de cultivar e plantar é defeituoso, que nossos instrumentos de agricultura são deficientes, que nossa ignorância é grande sobre questões de costumes, influências climatéricas, moléstias das plantas, etc. E como podem todas essas coisas deixar de ser ignoradas, se nunca houve quem no-las ensinasse, se não a tradição grosseira de nossos coevos, que viveram, aliás, em tempos em que eles mesmos nada sabiam. E com não ser assim, se nos falta até mesmo a simples curiosidade de indagar de estranhos quais

os métodos de trabalho que adotam eles para daqui?

(...)

Entretanto, há perto de 400 anos, só é conhecido em nossa terra um sistema único de produção, o machado e a foice, a derrubada e a coivara, na frase de um escritor distinto. Ora, um país que resiste a esta calamidade e conserva, além disso, sua produção relativamente superior é um país agrícola de sua natureza, é um país sem rival.

Esse conceito externado em 1889 ainda tem aplicação, pelo menos, em todo o interior.

A falta de ensino profissional sempre foi um obstáculo ao nosso progresso agrário.

Sem essa função diretiva, o trabalho não daria tudo o que era de esperar das energias do solo.

Ainda bem que o governo transato instituiu uma “política de agrônomos”, capaz da mais eficiente transformação em nossa capacidade produtora.

Os técnicos da agricultura introduzem melhoramentos que, dentro de pouco tempo, revigorarão a economia paraibana. Já explanei a ação dessas reformas e iniciativas.

Diligencie para expor as virtualidades do meio, para deduzir desse estado de abandono os prognósticos de nossa futura grandeza e mostrar como esses elementos mobilizados pela complexa obra do Nordeste vingaram num grande surto de prosperidade.

Não prescindí do contingente histórico, como harmônico auxiliar da estatística. E, destarte, junto o movimento evolutivo ao elemento estático, como expressão indiscutível.

O inquérito agropecuário de 1920 representa a realidade de nossas conquistas.

Esses dados censitários, em sua precisão numérica, indicam a intensidade de nosso esforço, sem influências propulsoras e, por isso mesmo, o desdobramento dessas energias ao grande impulso protetor.

A colocação da Paraíba no resultado geral dessa operação constitui, pelo menos, uma surpresa para os que propunham o abandono de seu território condenado pelo clima.

Comparando-se sua área de cultura com a superfície territorial, o nosso estado ocupa o segundo lugar entre as unidades federadas, com a porcentagem de 67,1%. Só o Rio de Janeiro se lhe avanteja nessa faina de exploração.

Dir-se-á que pouco resta à expansão do trabalho. Mas o futuro de nossa economia não está no novo campo a desbravar, senão no aproveitamento racional da terra que, sem embargo desses rudimentos de cultura, mantém toda sua vitalidade.

Esse desenvolvimento rotineiro demonstra, todavia, a nossa aptidão à vida rural. Tem sido o supremo esforço, impotente por seus processos primitivos, neutralizado por falta de meios de valorização dos produtos e aniquilado pelas secas intermitentes.

Conta 18.378 fazendas, mais do que Goiás, Ceará, Piauí, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Norte, Amazonas, Mato Grosso e Distrito Federal. Os municípios onde é maior o número de estabelecimentos rurais são: Campina Grande, com 1.374; Piancó, com 1.175; Picuí, com 1.157; São João do Cariri, com 988; e Guarabira, com 798. Os menos favorecidos são: Cabedelo, com 25; Santa Rita, com 59; Pedras de Fogo, com 65; e São João do Rio do Peixe, com 142.

Há muita desigualdade nessa distribuição entre as diversas zonas. Entre os municípios dos brejos, Areia com 654 e Alagoa Nova com 586 estão em melhores condições do que Bananeiras, reduzida a 348. O Cariri acha-se, em conjunto, melhor colocado do que o Alto Sertão.

Quanto à densidade territorial dos estabelecimentos, apresenta um coeficiente maior do que Mato Grosso, Amazonas, Maranhão, Pará, Goiás, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e São Paulo.

Relativamente à divisão da propriedade, a Paraíba, cuja área total dos estabelecimentos é de 3.751.628 hectares, conta 424.428 imóveis de menos de 101 hectares e 3.327.380 de extensão superior. A área média dos primeiros é de 36 hectares e a dos segundos de 517.

A área da pequena propriedade é de 11,3%, mais vantajosa do que nos estados de Mato Grosso, Amazonas, Goiás, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Minas Gerais.

Os nossos grandes latifúndios vão-se fracionando, pouco a pouco, por força das sucessões hereditárias, porque os proprietários pouco alienam partes. A sua constituição em sesmarias tem sido uma fonte de intermináveis discórdias. Quase todas permanecem no estado de indivisão. As questões de terras entre confinantes e condôminos têm, raramente, solução judicial.

Não precisamos de uma legislação agrária especial para evitar a consolidação dos grandes domínios, de prejuízos econômicos e sociais, porque essa tendência só se objetivaria mediante as empresas de exploração.

O meio mais fácil de subdividir as propriedades atuais, menos valorizadas, seria a intervenção do estado, em benefício da colonização. Mas as forças orçamentárias não lhe permitem ainda essa iniciativa para o regime dos lotes.

As maiores áreas ocupadas por estabelecimentos rurais nos municípios são as de: Alagoa do Monteiro, com 313.107 hectares; Picuí, 327.025; Piancó, 266.881; São João do Cariri, 261.528, e Cabaceiras, 199.178. As menores são: as de Cabedelo, com 1.150 hectares; São João do Rio do Peixe, com 13.969; Araruna, com 16.159; Misericórdia, com 22.220, e Serraria, com 26.538.

Comparando-se essa área com a superfície territorial, apresentam-se em melhores situações: Areia, com o coeficiente de 98,5; Bananeiras, de 98,3; Picuí, de 97,2; Alagoa Grande, de 96,9; Pilar, de 96,1, e Catolé do Rocha, de 95,0. Salienta-se a zona brejosa: o coeficiente de Alagoa Nova não se distancia dos outros: é de 91,1. Patenteia-se a inferioridade de: São João do Rio do Peixe, com 8,7; Misericórdia, com 14,2; Araruna, com 16,0, e Cajazeiras, com 31,9.

Quanto à extensão das matas nas fazendas, o resultado censitário comprova os estragos da derrubada na Paraíba. Mas a devastação não é total, como se afigura aos que julgam esta parte do Nordeste de todo o ponto talada. Picuí tem 49.707 hectares cobertos; Alagoa do Monteiro, 32.250; Campina Grande, 29.688, e Pombal, 27.439. Causa espécie que municípios do Cariri ostentem essa vegetação. Mas são, justamente, os que se subtraem à semiaridez dominante. Taperoá e Soledade figuram, apenas, com 19 e 90 hectares, respectivamente. Cabaceiras, zona

igualmente seca, acusa 2.280 hectares de cerrados por influência mais benéfica do rio Paraíba. Cabedelo com 288, Alagoa Grande com 2.686, Misericórdia com 1.190 ocupam os piores lugares. Mas cumpre considerar essa riqueza em relação à área dos estabelecimentos recenseados. E, assim, os maiores coeficientes são os de Mamanguape, com 27,4; Guarabira, com 26,4; Alagoa Nova, com 25,5; Cabedelo, com 25,0, e Bananeiras, com 24,4. Os menores são: Soledade, com 0,1; Cabaceiras, com 1,1; Misericórdia, com 8,1; Piancó e Areia, com 8,9.

Essas cifras indicam a necessidade do reflorestamento que é um dos meios de corrigir o clima, além da vantagem econômica.

O valor total das fazendas da Paraíba é de 174.223:145\$, superior ao do Distrito Federal e ao dos Estados do Maranhão, do Piauí, do Rio Grande do Norte, do Amazonas, de Sergipe, de Alagoas e do Ceará.

É um grande emprego de capital na agricultura para a terra da seca.

O valor médio por estabelecimento é de 9.481\$, quase igual ao do Ceará e mais do que a quota de Santa Catarina, do Pará, do Maranhão, da Bahia, do Espírito Santo e do Piauí. O valor médio do hectare é de 46\$000, mais do que no Rio Grande do Norte, no Ceará, no Pará, no Maranhão, no Piauí, no Amazonas, no Mato Grosso e no Goiás.

Os municípios onde avulta o valor total dos estabelecimentos são: Campina Grande, com a soma de 11.231:457\$; Alagoa do Monteiro, com a de 8.995:509\$; Paraíba, com a de 8.440:769\$; Areia, com a de 8.012:587\$; Piancó, com a de 7.827:570\$; Picuí, com a de 6.566:318\$, e Bananeiras, com a de 6.494:800\$. No Ceará, a quota maior é a de Baturité, de 5.837:255\$; no Maranhão, a de Carolina, que é de 5.239:710\$; no Piauí, a de Teresina, que acusa 6.872:645\$ e, em Sergipe a de Japaraúba, fixada em 7.223:270\$000.

Os municípios mais desvalorizados são os de: Cabedelo, com a soma de 240:500\$; São João do Rio do Peixe, com 870:381\$, e Misericórdia, com 1.050:365\$.

Representam maior valor em terras: Campina Grande, com 8.611:909\$; Paraíba, com 6.204:169\$; Areia, com 5.728:017\$; Alagoa do Monteiro, com 5.647:369\$, e Guarabira com 5.239:963\$. E menor: Cabedelo, com 181:500\$; São João do Rio do Peixe, com 557:644\$, e Misericórdia, com 1.010:130\$.

Avulta a importância das benfeitorias em: Alagoa do Monteiro, com 3.186:492\$; São João do Cariri, com 2.933:070\$; Piancó, com 2.821:638\$; Areia, com 2.752:960\$; Bananeiras, com 2.706:900\$; Campina Grande, com 2.468:030\$, e Paraíba, com 2.003:000\$. Decresce essa importância em: Cabedelo, com 58:500\$; Conceição, com 269:710\$; São João do Rio do Peixe, com 310:542\$, e Araruna, com 516:000\$.

Os maquinismos e instrumentos agrários representam 472:043\$ no Espírito Santo e 436:050\$ em Santa Rita, centros das usinas. Em Areia, onde, nos últimos anos, tem sido introduzida grande quantidade de maquinismos, essa soma eleva-se a 531:610\$.

Apresentam-se, depois: Paraíba, com 233:600\$; Mamanguape, com 221.715\$; Guarabira, com 221:130\$, e Alagoa Grande, com 201.400\$. Os municípios mais desfavorecidos são: Cabedelo, com 500\$000; São João do Rio do Peixe, com 2.195\$, e Teixeira, com 9.000\$.

A área média do total dos estabelecimentos agropecuários da Paraíba dirigidos diretamente pelos proprietários é de 187, pelos administradores e interessados de 433 e pelos arrendatários de 148.

Desses imóveis, 17.697 pertencem a brasileiros e 25 a estrangeiros. A área dos pertencentes aos primeiros é de 35.605,90 hectares no valor de 164.084:629\$ e a pertencente aos segundos é de 28.499, no valor de 716:080\$.

Esses estrangeiros estão distribuídos da seguinte forma: quatro em Monteiro, três em Taperoá, dois em Areia, dois em Bananeiras, dois na Paraíba, dois em São José de Piranhas, um em Alagoa Grande, um em Campina Grande, um em Guarabira, um em Mamanguape, um em Misericórdia, um em Santa Luzia do Sabugi, um em Santa Rita, um em São João do Cariri, um em Soledade e um em Sousa. São onze portugueses, oito italianos, dois franceses, dois russos, um alemão e um dinamarquês.

É sensibilíssima a falta desse concurso portador de capitais e de melhor educação técnica.

A política de imigração do Brasil ainda não favoreceu o Nordeste que tanto carece desse elemento para colaborar em sua prosperidade. É preciso inverter para as nossas plagas a corrente de forasteiros, já não digo para solução do problema do povoamento, mas pela influência de outra mentalidade na organização do trabalho.

As condições de clima, principalmente nas serras, são as mais propícias aos adventícios.

Basta saber que com piores elementos meteorológicos, o Amazonas conta 400 estabelecimentos rurais pertencentes a estrangeiros, Pará 907 e Mato Grosso 222.

Mal se compreende como temos realizado nosso progresso em confronto com os meios impulsionados por essas forças estranhas: o Paraná com 9.420 imóveis explorados por pessoas nascidas fora do Brasil, Santa Catarina com 7.800, o Espírito Santo com 4.235, para só referir pequenos estados.

Devemos estudar, o quanto antes, os meios de localização, porque nosso ambiente físico, tão caluniado, não impede essa adaptabilidade e as riquezas inexploradas representam um campo de novas atividades, principalmente depois que as obras contra as secas facilitaram as condições de vida.

Ainda não foi publicado o resultado do censo da agricultura procedido a 1° de setembro de 1920. Aliás, esse inquérito é pouco expressivo para o Nordeste, porque compreende o período de 1919 e, por conseguinte, um ano de escassez geral. Mas, mesmo assim, não parece inferior a produção da Paraíba. Figura em 8° lugar entre os estados açucareiros, com 23.388 toneladas, porque grande parte da cana-de-açúcar é, como já disse, empregada no fabrico de rapadura. O rendimento médio, por hectare, em quilos para essa gramínea é de 60.000, sendo de 45 em Pernambuco e no estado do Rio de Janeiro.

Da área total de 134.719 hectares ocupada pela mandioca, 24.000 ficam em nosso território.

A colheita do feijão está em 4° lugar entre os estados do Norte, com perto de sete mil toneladas.

A ordem da safra de algodão é a seguinte: São Paulo, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte. Mantemos a primazia nessa produção entre os estados do Norte: o decréscimo de 1919 é explicado pela falta de chuvas.

Quando vierem a lume os elementos estatísticos referentes à colheita de cada município, será, mais uma vez, deitado por terra o pessimismo dos que condenaram o traçado da estrada de ferro de penetração,

Mapa da estimativa de colheitas durante o ano de 1922 - Paraíba do Norte

Numero de ordem	MUNICIPIOS	Algodão em caroço	Asucar de primeira	Asucar de segunda	Asucar mascavo	Asucar rapadura	Milho	Feijão macassa	Feijão Mequinho	Arroz em casca	Fariña de mandioca	Café beneficiado
		Kilos	Kilos	Kilos	Kilos	Kilos	Kilos	Kilos	Kilos	Kilos	Kilos	Kilos
1	Cajazeiras	2.310.000	—	—	—	100.000	4.112.000	500.000	—	1.600.000	1.600.000	—
2	São J. de Piranhas	957.000	—	—	—	200.000	400.000	40.000	—	210.000	160.000	—
3	Misericórdia	1.368.000	—	—	—	612.000	1.800.000	180.000	—	900.000	—	—
4	Conceição	430.000	—	—	—	640.000	450.000	18.000	8.000	25.000	88.000	87.800
5	Princesa	1.848.000	52.500	2.300	—	650.000	3.234.000	250.000	20.000	80.000	150.000	—
6	Piancó	210.000	—	—	—	40.000	1.980.000	200.000	—	320.000	720.000	—
7	Socra	1.170.000	—	—	—	1.200.000	4.900.000	900.000	—	1.200.000	1.000.000	—
8	Pombal	2.200.000	—	—	—	472.000	1.800.000	3.000.000	20.000	400.000	100.000	—
9	Catolé do Rocha	1.920.000	—	—	—	920.000	1.800.000	400.000	—	108.000	48.000	—
10	Bispo do Cruz	544.500	—	—	—	156.800	540.000	180.000	—	118.350	32.000	—
11	Patos	4.082.000	—	—	—	76.000	386.900	3.100.000	100.000	8.000	4.000.000	—
12	Tezara	900.000	—	—	—	16.000	100.000	90.000	—	48.000	3.000	—
13	Santa L. do Sabogy	372.000	—	—	—	3.000	100.000	80.000	—	30.000	4.000	—
14	Solânea	600.000	—	—	—	170.000	1.000.000	250.000	51.000	280.000	1.200.000	—
15	Tipitipi	1.285.000	—	—	—	140.000	1.620.000	100.000	40.000	140.000	1.200.000	—
16	Uruity	830.000	—	—	—	—	1.720.000	7.000	130.000	14.000	11.800.000	270.000
17	Cambuí	1.000.000	—	—	—	—	1.400.000	4.000.000	540.000	4.000	29.000.000	54.000
18	Alagôa Grande	800.000	—	—	—	—	200.000	20.000	30.000	4.000	300.000	60.000
19	Alagôa Nova	1.200.000	—	—	—	—	2.100.000	1.500.000	100.000	500	3.300.000	102.000
20	Areial	1.134.000	—	—	—	420.000	1.064.000	1.886.300	51.000	15.700	12.273.860	180.000
21	Cajazeira	800.000	—	5.000	225.000	1.000.000	3.000.000	500.000	800.000	100.000	2.000.000	7.200
22	Maranguape	500.000	—	—	—	100.000	200.000	124.800	2.500	30.000	5.000.000	12.600
24	Areia	2.000.000	10.000	5.000	2.000	10.000.000	2.000.000	50.000	80.000	3.000	15.000.000	1.600.000
25	Alagôa Grande	600.000	900.000	500.000	750.000	2.000.000	3.500.000	50.000	50.000	20.000	5.000.000	—
26	Espirito Santo	1.000.000	—	—	10.000	970.000	600.000	10.000	50.000	—	170.000	—
27	Pilar	540.000	—	8.000	10.000	—	1.000.000	100.000	100.000	800.000	3.000.000	—
28	Itabaiana	97.000	—	—	800.000	—	540.000	30.000	30.000	8.000	600.000	—
29	Pedras de Fogo	48.000	—	—	1.045.000	3.200.000	850.000	5.500	900.000	1.000	7.500.000	10.800
30	Santa Rita	22.800	4.200.000	—	—	975.000	1.250	4.200	0.000	1.800	515.700	—
31	S. João do Rio do Peixe	1.200.000	—	—	—	100.000	6.400.000	80.000	40.000	1.100.000	4.000.000	—
32	Alagôa do Montiro	2.875.000	—	—	—	100.000	200.000	120.000	120.000	1.100.000	70.000	—
33	S. João do Cariry	750.000	—	—	—	—	300.000	10.000	4.000	20.000	—	—
34	Cabedelo	—	—	—	—	—	300.000	15.000	—	—	20.000	—
35	Castellanos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
36	Tejé	900.000	—	—	6.000	20.000	2.000.000	1.000.000	100.000	1.200	2.000.000	8.000.000
37	Tejé	160.000	—	—	175.000	—	100.000	30.000	150.000	30.000	2.400.000	—
38	Baraquinhas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
39	Capital	38.234.000	5.182.500	5.700.300	8.263.000	84.922.000	522.040.100	18.399.150	331.500	7.042.350	118.095.350	10.666.400

sob o pretexto de que atravessa uma zona despovoada e improdutivo. Convidei, no capítulo VII, esses cépticos para este estudo econômico. Não alcancei a publicação da 2ª parte do inquérito que abrangerá essas particularidades. Mas supro a falha com um documento oficial: o quadro anexo da estimativa da safra de 1922.

Vê-se que a zona sertaneja cortada pela linha férrea em construção é das mais fecundas do estado. Escuso de discriminar os municípios interessados, porque já o fiz, contestando a balela de seu despovoamento.

E todas as zonas são campos de novas explorações, além das que já indiquei: as resinas, as castanhas, o látex da maçaranduba abundantíssima e da maniçoba, as cascas, as raízes, a mamona ainda pouco aproveitada, o cacau de vantajosa cultura em Bananeiras e em todo o Brejo, etc. A indústria do sal, nas ilhas apropriadas, suprirá, pelo menos, as necessidades internas. A avicultura também ainda é incipiente.

O censo pecuário foi, igualmente, prejudicado pela seca de 1919. Assim mesmo, a espécie bovina atinge a cifra de 408.856, quase o duplo dos rebanhos do Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, etc.; a equina acusa 91.062 cabeças, mais do que no Rio Grande do Norte, em Sergipe, em Alagoas, no Maranhão e quase igual ao Piauí; a asinina e muar soma 61.545, superior à de Mato Grosso, Alagoas, Maranhão, Sergipe, Piauí etc.; a ovina é de 248.179, acima da dos estados referidos e de outros muitos; a caprina eleva-se a 468.001, criação só superada pelos estados de Pernambuco e da Bahia.

A Paraíba tem por 1.000 habitantes 463 animais da espécie bovina, 111 da equina, 75 da asinina e muar, 290 da ovina, 568 da caprina e 103 da suína. A proporção dos caprinos é a maior do Brasil.

Os municípios onde mais avulta a espécie bovina são: Campina Grande, com 31.833 cabeças; Picuí, com 29.062; Cabaceiras, com 28.641; São João do Cariri, com 28.302; Alagoa do Monteiro, com 23.654; Pilar, com 22.179; Piancó, com 22.062; Patos, com 19.723; Guarabira, com 15.569; Soledade, com 15.233; Pombal, com 13.483; Ingá, com 12.826; Sousa, com 14.195; Santa Luzia do Sabugi, com 12.838; Catolé do Rocha, com 12.721; Itabaiana, com 11.525; Brejo do Cruz, com 11.451; Mamanguape, com 11.441, e Princesa, com 11.110. É interessante o vulto da população bovina no Cariri, a zona mais seca do estado. Tudo se explica, porém,

pelo recurso da flora típica. Só a criação de Taperoá está reduzida a 5.738 cabeças. A caatinga também conta um rebanho superior ao de muitos campos sertanejos.

O Alto Sertão está, por assim dizer, sem gado: São João do Rio do Peixe, com 4.696 cabeças; Cajazeiras, com 4.548; Conceição, com 4.022, é a menor resistência da densa vegetação do inverno as secas rigorosas.

A espécie equina é mais crescida nos seguintes municípios: Campina Grande, com 8.907 cabeças; São João do Cariri, com 5.602; Guarabira, com 5.496; Piancó, com 5.245; Alagoa do Monteiro, com 5.273; Cabaceiras, com 3.846; Picuí, com 3.658; Catolé do Rocha, com 3.404; Princesa, com 3.272; Patos, com 3.227, e Areia, com 3.204. É de admirar o desenvolvimento dessa espécie no Cariri, onde não há forragem própria nos anos irregulares.

São João do Rio do Peixe, Cajazeiras, São José de Piranhas e Conceição ainda figuram com uma insignificante população equina de 716, 1.168, 1.448 e 901 cabeças, respectivamente. O rebanho da caatinga é, relativamente, grande.

A maior quantidade de gado asinino e muar está distribuída pelos seguintes municípios: Picuí, com 6.045 cabeças; São João do Cariri, com 5.943; Piancó, com 4.338; Alagoa do Monteiro, com 4.043; Santa Luzia do Sabugi, com 4.008; Catolé do Rocha, com 3.788; Brejo do Cruz, com 3.571; Sousa, com 3.312, e Campina Grande, com 3.168. O Cariri é, de fato, a terra do jumento.

A espécie ovina está localizada, em maior número, nos seguintes municípios: Alagoa do Monteiro, com 40.442; São João do Cariri, com 32.644; Campina Grande, com 21.067; Cabaceiras, com 19.954; Patos, com 16.404; Piancó, com 15.807; Catolé do Rocha, com 11.789; Sousa, com 10.535, e Brejo do Cruz, com 10.542. Está provado que o Baixo Sertão, se não é a zona, por excelência, da pecuária, é a que mais tem resistido às crises do clima. A criação de ovelhas é insignificante na caatinga, mas Ingá acusa o número de 2.316. No Alto Sertão não apresenta grande vulto.

Os dados referentes ao gado *cabrum* recomendam, ainda mais, o Cariri: Alagoa do Monteiro tem 109.546 cabeças; São João do Cariri, 60.866; Picuí, 30.999; Campina Grande, 29.904; Soledade, 18.147, e Umbuzeiro, 13.018. É o “paraíso das cabras”.

Entre os municípios de além-serra: Piancó figura com 38.945 cabeças; Catolé do Rocha, com 26.138; Princesa, com 17.548; Santa Luzia do Sabugi, com 16.789; Pombal, com 12.718; Patos, com 11.894, e Sousa, com 11.111. Teixeira, onde a criação, em geral, é pequena, conta 8.555 caprinos. Apesar das posturas proibitivas, essa criação ainda é regular na caatinga: Guarabira apresenta o número de 7.144.

A criação de porcos poderia ser muito desenvolvida na Paraíba, mas ainda não foi compreendida a sua vantagem. Para a estimular, o presidente Sólon de Lucena fundou, na propriedade São Rafael, uma pocilga, com reprodutores das raças *canastran* e *duroc-jersey*. O presidente Epitácio Pessoa também adquiriu, para esse fim, o sítio paul, como já referi.

As maiores manadas são as de: Campina Grande, com 9.787 cabeças; Piancó, com 7.578; Princesa, com 5.619; Alagoa do Monteiro, com 5.129; Catolé do Rocha, com 5.131; Umbuzeiro, com 3.839; São João do Cariri, com 3.402; Guarabira, com 3.389; Espírito Santo, com 3.298, e Alagoa Nova, com 3.208.

É de estranhar que o maior rebanho suíno seja no sertão, porquanto o litoral e os brejos oferecem incomparáveis condições para o seu incremento. Algumas ilhas, como a Stuart, que é um campo de vantajosas explorações, prestam-se, admiravelmente, a essa criação.

Essa grande população pecuária apurada num ano calamitoso mostra as possibilidades de nossas zonas criadoras. O Cariri, Patos, Catolé do Rocha e Piancó podem competir com os grandes centros pastoris do Norte. O Rio do Peixe está mais empobrecido, porque suas extensas várzeas, de elementos inesgotáveis para os bons tempos, padecem mais rapidamente os efeitos das secas.

Pode-se avaliar o futuro de nossa indústria pastoril em cada município pelo número dos animais aptos à procriação: Picuí tem 15.705 vacas e novilhas e 994 éguas; São João do Cariri dispõe de 14.632 animais do mesmo sexo da primeira espécie e 1.794 da segunda; Piancó conta, respectivamente, 11.423 e 1.736; Pilar registra, na mesma ordem, 8.420 e 1.252 cabeças, etc.

Com o corretivo dos efeitos das secas, sem os desfalques dessa irregularidade, esses rebanhos ou, na gíria local, essas *sementes* são bastantes para uma rápida e extraordinária fecundidade.

Exportação geral do estado pelas mercadorias

MERCADORIAS	VOLUMES	PESO-KILOS	LITROS	UNIDADES	VALOR OFFIC.	DIREITOS
Algodão	184.650	14.107.452	—	—	13.266.509\$119	\$
Semente de Algodão	75.585	5.778.776	—	—	268.088\$190	\$
Óleo de semente de algodão	1.902	800.951	—	—	118.260\$200	\$
Pasta de semente de algodão	48.153	3.527.203	—	—	124.121\$630	\$
Tecidos	1.132	83.258	—	—	168.072\$600	\$
Pelles	5.643	807.007	—	—	4.016.369\$000	\$
Couros	57.476	757.974	—	—	834.625\$600	\$
Assucar	33.325	2.767.165	—	—	543.185\$420	\$
Milho	5.856	—	349.260	—	69.152\$000	\$
Rapaduras	12.935	648.370	—	—	64.837\$000	\$
Farinha de mandioca	11.226	—	653.081	—	127.000\$000	\$
Fumo	3.047	212.467	—	—	106.786\$500	\$
Café	3.765	679.795	—	—	167.868\$000	\$
Cera de Carnaúba	2.989	200.704	—	—	261.590\$200	\$
Vaquetas e raspas	267	48.563	—	—	62.240\$100	\$
Óleo de baleia	1.912	209.470	—	—	139.557\$600	\$
Gado bovino	—	—	—	26.692	2.669.290\$000	\$
Gado cavallar	—	—	—	813	81.300\$000	\$
Totais	449.913	29.629.163	1.002.321	27.505	23.083.613\$359	\$

Ano de 1915

Algodão	174.202	14.001.728	—	—	25.817.578\$840	2.465.345\$925
Semente de algodão	124.709	8.894.647	—	—	869.134\$461	71.590\$812
Óleo de semente de algodão	2.845	278.944	—	—	68.748\$370	378\$683
Pasta de semente de algodão	7.858	662.552	—	—	31.339\$740	574\$987
Peltes	2.656	404.030	—	—	1.865.163\$516	89.415\$902
Couros	51.421	756.604	—	—	1.251.956\$610	151.482\$988
Assucar	28.926	1.758.612	—	—	688.624\$*60	46.000\$387
Tecidos	2.195	185.168	—	—	35*037\$000	\$
Vaquetas	326	57.248	—	—	170.360\$000	\$
Raspas de sola	354	68.759	—	—	31.543\$000	\$
Óleo de baleia	1.600	248.320	—	—	136.540\$000	\$
Óleo de côco	908	32.288	—	—	32*681\$000	\$
Fumo	4.767	272.885	—	—	247.267\$500	13.068\$724
Café	1.835	121.341	—	—	66*971\$600	3.883\$800
Repadura	12.486	624.920	—	—	146.678\$000	8.845\$800
Cara de carnaúba	1.054	78.750	—	—	113.292\$500	1.466\$200
Farinha	10.008	—	—	—	117.185\$380	4.776\$100
Milho	5.590	—	—	—	68.273\$900	2.705\$100
Gado bovino	—	—	—	23.490	2.349.000\$000	111.556\$950
Gado cavallar	—	—	—	888	83.800\$000	4.171\$200
Gado caprino	—	—	—	5.166	51.660\$000	1.432\$800
Impressos	—	6.347	—	—	29.008\$000	—
Diversos generos	22.646	—	—	—	319.131\$420	7.123\$244
Totais	456.131	28.891.094	—	29.494	34.824.782\$447	2.982.874\$055

Ano de 1916

MERCADORIAS	UNIDADES	VOLUMES	PESO-KILOÇ	VALOR OFFICIAL	DIREITOS
Algodão	—	218.160	16.330.470	4.888.021,97	4.888.021,97
Semente de algodão	—	89.426	5.046.898	282.543,65	47.406,83
Oleo de semente de algodão	—	4.131	525.554	135.839,180	1.495,897
Pasta de semente de algodão	—	48	8.693	2.607,900	228,8050
Farelo de algodão	—	1.380	87.110	6.519,800	—
Resíduos de algodão	—	100	17.238	4.917,800	—
Tecidos de algodão	—	7.254	418.080	791.627,200	—
Peltes	—	1.818	255.931	1.101.408,210	—
Couro	—	95.692	377.508	699.539,500	46.471,441
Assucar	—	21.294	1.894.124	548.011,680	94.961,765
Rapadura	—	17.118	975.600	248.727,500	31.975,245
Cera de carnaúba	—	761	58.140	110.400,000	15.261,330
Queijos	—	835	56.302	107.660,500	1.532,800
Farinha	—	84.250	2.003.396	226.434,680	3.244,800
Feijão	—	2.425	144.725	56.077,200	10.330,708
Milho	—	5.456	338.398	38.694,400	1.967,100
Café	—	719	44.656	35.471,220	2.547,450
Sola	—	20	710	2.470,000	1.948,100
Carne	—	432.845	30.990.508	45.978.786,186	118,909
Fumo	—	892	63.423	101.631,500	4.354.481,078
Semente de mamona	—	4.823	309.454	265.872,400	1.801,400
Alcool	—	2.078	156.203	58.688,418	13.875,436
Vaquetas	—	267	13.574	5.013,500	2.672,343
Raspa de sola	—	397	80.824	198.668,000	959,800
Oleo de balçaia	—	222	44.814	19.361,800	—
Oleo de côco	—	1.578	250.430	185.100,000	—
Sabonetes	—	300	10.800	10.800,000	—
Impressos	—	2.761	83.713	75.356,280	—
Diversos generos	—	31	3.787	20.604,000	—
Gado bovino	—	23.152	1.977.826	800.077,500	1.084,663
Gado cavallar	—	907	—	2.321.616,000	17.834,300
Gado suino	—	822	—	90.700,000	112.805,760
Gado caprino	—	1.769	—	29.755,500	4.477,8070
Gado lanigero	—	340	—	17.710,000	1.148,800
Totais	—	26.991	83.934.309	50.148.750,164	4.511.795,565

Ano de 1917

Algodão	127.915	12.351.890	38.202.050	3.574.236
Semente de algodão	13.583	879.605	64.423	8.926
Óleo de semente de algodão	2.760	144.963	35.360	2.608
Pasta	205	20.500	1.280	43.130
Farelo	282	21.550	692	181
Peltes	2.188	284.381	1.007.162	64.081
Couro	1.715	28.520	59.047	7.401
Assucar	85.166	2.144.112	982.893	48.424
Sola	6	870	1.530	85
Fumo	3.730	253.218	346.730	13.082
Semente de mamona	4.316	334.284	156.336	6.968
Sabão e sabonetes	2.681	53.828	62.533	7.401
Tecidos	3.073	174.409	701.488	423
Raspa de sola	147	23.705	32.646	7.860
Vaquetas	951	74.115	263.153	10
Impressos	3	231	1.222	10
Óleo de baleia	2.428	410.216	327.060	13.261
Óleo de côco	465	15.072	13.428	18.460
Farinha	111.892	6.556.361	985.375	3.607
Repadura	20.239	1.018.125	365.088	622
Milho	7.330	479.332	71.082	1.496
Fenôjo	787	49.780	24.582	4.040
Café	570	37.225	34.410	863
Baiaeta ingleza	4.153	243.261	72.528	161
Queijo	166	11.090	26.430	63
Alcool	223	13.610	6.001	28
Carne leitão	337	26.033	56.600	768
Peixe	98	7.120	4.201	161
Garrafas	115	850	232	63
Albardas	74	4.950	1.346	86
Calçados	166	6.414	21.464	395
Gomas de massalcoar	166	6.414	21.464	501
Cêra de carnatúba	1.661	121.261	263.530	3.850
Toucinho	.71	3.532	1.940	113
Sal	350	16.516	9.980	114
Obras de couro	6	170	510	44
Madeira	7.107	118.410	11.936	770
Côco	46	2.600	860	38
Aves	20	54	55	68
Carvão vegetal	524	28.700	1.737	69
Mica	4	220	440	5
Cordas	26	1.635	810	45
Ferragens	2	140	100	6
Diversos generos	65.381	3.025.751	1.777.433	22.409
Gado bovino	18.170	—	2.684.588	87.595
" cavallar	440	—	51.803	2.186
" suino	1.866	—	40.296	1.603
" caprino	11.089	—	700	700
" lanigero	267	—	4.340	164
Totais	20.884	29.018.746	48.793.356	3.921.839

Ano de 1918

Algodão	87,822	8 227,276	18 740 480\$370	1 952,985\$450
Semente de algodão	9 879	751,854	87,048\$580	7,835\$937
Peltes	10,175	858,880	5 558,507\$760	250,419\$788
Couro	9,485	146 744	802,075\$200	30,772\$099
Fumo	7,130	434,405	680,285\$500	17,863\$792
Café	11,374	674,385	761,518\$800	27,212\$420
Açúcar	54,955	3,846 865	1,740,765\$400	81,440\$621
Alcool	2,606	110,051	48,383\$100	2,457\$880
Raspa de sola	563	70 889	171,184\$000	\$
Vaqueta	844	160 616	642,799\$600	\$
Óleo de balça	3,828	583,418	587,913\$000	\$
Tecidos	3,834	248,649	1 350,117\$200	\$
Cal	4 415	387 450	17,594\$800	\$
Rapadura	9,665	542 550	183,562\$200	8,319\$140
Farinha	42 388	2,636 282	600 940\$900	12,929\$200
Milho	7,873	503 206	141,032\$000	3,827\$590
Feijão	2,194	183,605	59,091\$000	1,768\$150
Carne sécca	194	15,201	30,607\$000	352\$000
Queijo	52	4,335	14,485\$000	228\$700
Banata	616	32,735	35,576\$600	508\$350
Mamona	1,372	101,735	18,576\$400	1,995\$500
Sola	8	435	2 062\$500	61\$100
Outra de carnaúba	18,024	945 255	1 847,600\$000	95,964\$400
Diversos generos	40,481	2 306 463	2,404,954\$546	36,711\$079
Gado bovino	—	—	3,921,605\$000	88,448\$900
Gado cavallar	—	—	76,760\$000	3,102\$200
Gado caprino	—	—	53,381\$000	2,883\$100
Gado suino	—	—	43,422\$000	1,563\$300
Gado lanigero	—	—	6 989\$000	301\$200
Totals	24,186	23,228,279	40,073,367\$356	2,556,934\$816

Ano de 1919

Algodão	102.598	11.716.085	26.952:193\$102	2.781:267\$188
Semente de algodão	48.658	3.042.855	298:518\$355	257:253\$366
Resíduos de algodão	2.206	146.320	10:040\$600	1:185\$700
Mamona	5.514	338.571	74:543\$600	5:451\$805
Assucar	59.997	3.673.660	2.502:381\$486	116:306\$048
Peltes	3.254	383.173	3.250:107\$100	119:645\$109
Courous	8.559	159.841	727:162\$400	45:685\$555
Vaquetas	672	109.894	500:601\$000	\$
Raspa de sola	390	44.243	100:729\$000	\$
Alcool	1.918	111.439	47:207\$600	1:509\$576
Fumo	18.685	655.153	942:393\$800	32:822\$927
Café	743	45.589	48:307\$880	2:143\$271
Óleo de baleia	1.031	174.381	155:850\$000	\$
Óleo de semente de algodão	1.151	132.293	73:833\$600	4:542\$176
Farinha	77.154	4.601.654	800:785\$300	18:318\$689
Milho	9.682	644.277	132:993\$950	5.076\$932
Sabonetes	381	14.844	61:813\$600	104:900
Tecidos	5.181	304.697	1.515:869\$000	131\$300
Rapadura	29.818	850.785	394:623\$400	21:882\$570
Cera de carnaúba	3.162	283.445	343:015\$090	4:932\$208
Carne seca	394	28.235	56:432\$500	81\$080
Queijo	77	4.225	17:233\$640	481\$200
Polvilho	967	62.226	25:263\$400	717\$360
Arroz	12	628	623\$030	98\$00
Batata	375	19.259	8:451\$620	14:6124
Sola	1	75	373\$000	19\$900
Garvão	176	12.870	683\$130	213\$200
Peixe	94	7.040	7:130\$000	120\$400
Diversos generos	51.667	2.678.632	2.966:156\$192	28:6691\$801
Gado vaccum	14.707	—	2.348:394\$700	70:864\$810
Gado cavallar	1.675	—	311:085\$000	8:450\$780
Gado suíno	804	—	37:333\$000	1:391\$600
Gado caprino	629	—	9:885\$600	384\$000
Gado lanigero	8	—	733\$000	6\$400
Totais	17.823	30.191.269	44.715:406\$615	4.594:456\$034

Ano de 1920

Algodão	141.478	15.541.898	22.735.610\$531	2.312.178\$536
Semente de algodão	77.438	5.293.276	281.554\$245-	32.858\$574
Mamona	3.126	183.383	39.916\$400	4.622\$035
Peltes	2.812	306.259	2.532.680\$640	77.824\$940
Couro	4.320	58.105	104.525\$544	9.045\$400
Vaqueta	658	111.280	333.612\$600	115\$600
Raspa de sola	381	45.359	1.000.521\$006	91.395\$723
Assucar	74.552	4.329.476	1.690.358\$374	22.191\$974
Fumo	9.587	527.257	48.513\$160	8.069\$600
Café	2.542	158.279	144.990\$000	7.125\$688
Milho	28.695	1.647.140	176.404\$450	9.007\$120
Farinha	34.702	2.023.463	285.096\$400	968\$229
Alcool	359	17.285	10.651\$100	164\$700
Tecidos	6.171	384.003	2.012.727\$000	212\$800
Sabonetes	1.153	38.900	173.831\$400	189\$172
Óleo de baleia	2.028	332.788	306.883\$720	19.819\$776
Rapadura	21.775	1.089.195	224.895\$000	510\$140
Feijão	617	40.780	18.812\$300	488\$625
Carne secca	206	15.160	20.145\$000	3.453\$105
Queijo	462	29.828	54.672\$500	204\$300
Bataia	377	21.294	8.515\$800	3.265\$300
Cera	1.404	102.590	106.035\$500	58\$200
Peixe	4	300	300\$000	380\$000
Farelo	800	60.000	3.440\$000	37.129\$694
Diversos generos	91.660	4.126.481	2.707.968\$700	1.074\$495
Aves	9.454	—	14.593\$000	130.570\$409
Gado vaccum	21.330	—	3.480.500\$000	7.410\$200
Gado cavallar	1.253	—	161.720\$000	3.627\$900
Gado suino	1.711	—	86.207\$000	2.487\$000
Gado caprino	0.379	—	13.588\$000	436\$180
Gado lanigero	479	—	5.047\$090	
Totais	504.707	36.433.067	38.460.652\$530	2.787.679\$714
	43.606			

Ano de 1921

Utilizo-me de quadros de exportação que demonstram o movimento de nossa riqueza, no período compreendido de 1915 a 1921, para mostrar seu crescendo, perturbado, a quando e quando, por crises efêmeras. Essa auspiciosa prosperidade reflete-se no aumento das rendas públicas.

Em sua substanciosa mensagem de 14 de julho deste ano, o presidente Raul Soares apresenta o seguinte quadro da receita global do estado de Minas, por quinquênios, com o fito de demonstrar a tendência acentuada para a alta:

Anos	Receita global	% sobre o período anterior
1891 - 1895	82.187:673\$000	-
1896 - 1900	91.393:177\$000	+ 11%
1901 - 1905	81.322:184\$000	- 12%
1906 - 1910	103.085:344\$000	+ 26%
1911 - 1915	157.423:838\$000	+ 52%
1916 - 1920	220.738:213\$000	+ 40%

É uma proporção que abona o poder do trabalho organizado e denuncia os frutos de administrações modelares.

Mas, na Paraíba, desamparada e salteada pelas secas, a renda pública ascendeu, em 34 anos de vida republicana, de 512:468\$829 a 7.728:525\$237.

Tomando, em parcelas de lustros, a receita do estado, de 1891 a 1920, o presidente Sólon de Lucena organizou, por seu turno, um quadro que se avanta, relativamente, ao impulso da grande terra mineira, padrão de atividade e de progresso:

Anos	Receita arrecadada	% sobre o período anterior
1891 - 1895	4.492:447\$532	-
1896 - 1900	6.481:034\$762	+ 46%
1901 - 1905	8.998:172\$496	+ 38%
1906 - 1910	10.374:640\$957	+ 16%
1911 - 1915	17.225:255\$661	+ 66%
1916 - 1920	29.017:424\$808	+ 59%

Esses valores mal exprimem as perdas dos flagelos de 1898, 1900, 1903-1904, 1915 e 1916, desorganizadores hiatos de nossa vida econômica e financeira.

A Paraíba deve ao algodão a maior parte de seus rendimentos, como se verifica do confronto do valor da exportação desse produto, por mar e por terra, com a renda total, de 1909 a 1922:

Anos	Algodão	Renda total
1909	785:382\$295	1.893:220\$620
1910	1.083:617\$815	2.309:802\$127
1911	1.057:757\$493	2.418:472\$039
1912	1.284:201\$634	2.648:516\$726
1913	3.390:657\$691	3.798:939\$979
1914	877:660\$782	3.088:072\$588
1915	1.092:769\$514	3.340:108\$305
1916	2.063:010\$154	4.802:546\$077
1917	3.401:181\$954	6.918:725\$964
1918	3.015:276\$535	6.788:969\$924
1919	1.908:255\$505	1.331:385\$503
1920	2.389:501\$121	2.446:300\$778
1921	2.367:091\$517	5.510:937\$356
1922	4.179:416\$102	7.728:525\$237

Esses recursos bem equilibrados sempre lhe asseguraram, sem empréstimos externos, por uma edificante exceção, o crédito que desfruta no concerto nacional. Escreveu o sr. João Lira, em 1913:

Em relação às demais unidades da Federação, se este estado não há excedido aos mais opulentos, não está também no número dos que marcham menos aceleradamente. E, se atendesse a que mantém íntegro o crédito público, se observar-se que caminha amparado exclusivamente pelas próprias forças, vivendo de suas rendas orçamentárias modestíssimas e não

tentando a prática de melhoramentos superiores às economias acumuladas, então a Paraíba pode ufanar-se das conquistas feitas, porque alas demonstram que nenhuma das outras circunscrições tem trabalhado mais proveitosamente pela sua prosperidade.²⁸¹

E, com essas parcas rendas orçamentárias, foram empreendidos, administrativamente, alguns melhoramentos de vulto, como o serviço de abastecimento d'água, que custou 700 contos, a estrada de rodagem de Alagoa Grande a Areia, com o dispêndio de cerca de 400 contos, a via férrea ligando a capital à praia de Tambaú, no total de 150 contos, etc.

A iniciativa particular tem sido mais poderosa nos últimos anos.

A Paraíba figurou na Exposição Nacional de 1922 com um total de mais de mil produtos e obteve nesse certame cerca de 310 prêmios. O *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em sua edição de 24 de janeiro do corrente ano, descreve da seguinte forma nossa representação na grande feira do centenário:

Dentre os chamados pequenos estados, é o da Paraíba um dos que melhor se fizeram representar no grande certame. Em todas as seções dos palácios brasileiros figuram variados produtos do estado nordestino, muitos atestando um estado de adiantamento só verificado entre os mais prósperos da União. Certos produtos de sua indústria manufatureira ali se encontram representados de modo condigno, tais como excelentes sabonetes e produtos farmacêuticos.

O Júri de classe já concedeu à Saboaria Paraibana o Grande Prêmio.

Na seção de alimentícios, encontram-se os vinhos e licores de frutas brasileiras, vinagres e outros de doze dos municípios do estado e 35 expositores.

(...)

A indústria metalúrgica apresenta-se com instrumentos elementares de lavoura, facas, máquinas para matar formigas e alguns produtos de ourivesaria e ferragens diversas.

281 *Economia e finanças dos estados*, p. 75.

Para a seção das pequenas indústrias enviaram produtos nove dos municípios do estado e cerca de 40 expositores, apresentando objetos de fantasia, rendas, almofadas, pastas, redes, objetos de montaria e de viagem, alguns de regular perfeição.

As rendas da Paraíba, como as do Ceará e de outros estados do Norte, têm sido devidamente apreciadas, principalmente pelos visitantes estrangeiros, que não cessam de elogiar a delicadeza e bom gosto dos desenhos e a perfeição no acabamento.

A indústria dos couros já vai tendo regular desenvolvimento na Paraíba, como atestam os magníficos produtos (vaquetas) das duas maiores fábricas do estado, ambas distinguidas com grandes prêmios pela Comissão de julgamento. Estas duas fábricas, com capital de muitas centenas de contos, abastecem o estado e grande parte dos seus produtos são exportados para o Rio, São Paulo e outros estados.

São também produtos dignos de menção as solas fabricadas em Patos e Campina Grande.

Na seção de couros estão representados 29 expositores de 18 municípios do estado. Entre as peles curtidas têm sido muito elogiados os couros de bode de Cabaceiras, Princesa, Alagoa Nova, Conceição e bem assim as peles de vários animais indígenas, e artefatos para vaqueiros.

E a seguinte a exportação de peles de vaca e caprinos:

1920 383,173 kg, no valor de 3.250:107\$000

1919 858,880 kg, no valor de 5.508:537\$760

(...)

Por estes dados bem se pode avaliar a importância da criação dessas espécies de gado, que, além de leite e da carne, fornecem matéria-prima de primeira qualidade e de procura sempre crescente nos mercados nacional e estrangeiros.

Apesar dos sistemas de criação ali feitos, sem seleção, os couros de caprinos da Paraíba apresentam-se nos respectivos mostruários como dos melhores expostos.

A indústria de calçados é incipiente no estado, 12 municípios, com 19 expositores se fizeram representar com variados produtos, tais como: botas de montaria, perneiras, alpercatas, sapatos, botinas, etc. Alguns exemplares, de regular perfeição, atestam que este importante ramo da

indústria manufatureira ali poderá desenvolver-se com vantagem, graças à excelência da matéria-prima, já preparada em grande escala e com a perfeição exigida.

Além dos produtos manufaturados acima citados, a representação paraibana no grande certame se destaca pelos seus bons mostruários de variados produtos naturais e preparados dos reinos mineral e vegetal.

Dentre os primeiros, são explorados no estado os calcários comuns e mármore, os granitos e outras rochas cristalinas cristalino-polianas, o caulim e outras argilas, os quartzos corados, as micas, o talco, amianto e areias, empregados para a fabricação da cal, tijolos, telhas para construção e outros fins. São muito apreciados os quartzos róseos e cloretos de Soledade.

Possui o estado minério de valor, em cobre, ferro e outros metais úteis. Dentre esses cumpre destacar os minérios de cobre do Picuí.

Já são bem conhecidas as minas de cobre de Pedra Branca, no município de Picuí, estudadas por uma comissão chefiada pelo atual diretor interino do Serviço Geológico, dr. Eusébio de Oliveira.

Os minerais de cobre ali encontrados são: calcosina, malaquita, azoreto, calcopirita e outros.

As análises dos minérios revelam um teor em cobre superior aos de muitas minas da América do Norte, Japão, Austrália, Suécia, Noruega e Alemanha.

(...)

No pavimento térreo do anexo ao Palácio das Indústrias está situado o mostruário de produtos de origem mineral do estado, onde têm representação 21 municipalidades e 38 expositores, tendo obtido grande prêmio a de Picuí. Sabemos terem sido concedidos outros a todas as municipalidades e expositores particulares.

Nada fica a dever ao precedente o mostruário de madeiras próprias para construções civis, para marcenaria e outros fins industriais.

(...)

Entre as espécies que figuram no mostruário do governo destacam-se amostras de pau-brasil, aroeira, louro, pau-d'arco, pau-marfim, sucupira, pau-ferro (coração-de-negro), jurema, jitaí e outros que seria longo enumerar.

(...)

Na importantíssima seção de produtos agrícolas e materiais extrativos de origem vegetal, a Paraíba se encontra representada por 310 expositores e todos os municípios do estado, sendo: cereais (milho, arroz, trigo e feijão), 94 expositores; farinha e féculas, 46; óleos vegetais, 54; fumos, 22; fibras diversas, 14; sementes oleaginosas, 13; plantas medicinais, sete; algodões, 28; café, nove; painas, cinco; açúcares; cinco; cera de carnaúba, cinco e outros produtos de menor importância.

Dos mostruários dos produtos vegetais da Paraíba destaca-se o do algodão, principal produto do estado e que em maior escala concorre para a sua renda.

Em 1920, só a quantidade exportada ascendia a 11.716.008 kg no valor de 26.952:193\$102, fora a consumida no estado e a que é desviada clandestinamente por Barreiras para Pernambuco e Rio Grande do Norte.

(...)

Quatro são as espécies principais cultivadas, notáveis pela extensão, resistência e sedosidade da fibra. São elas: seridó ou mocó (*Gossipium vitifolium*), riqueza ou verdão (*Gossipium peruvianum*) e quebradinho (*Gossipium religiosum*), esses de fibra longa, e os chamados da mata ou herbáceo (*Gossipium hirsutum*), de fibra curta.

(...)

As féculas e farinhas do abundante mostruário paraibano são das melhores pela sua riqueza em amido.

Rica é a coleção de óleos vegetais alimentícios ou não, como os de dendê, de sementes de algodão, de batiputá e outros, só sobrepujada pela do Estado do Pará.

O de cereais, se bem que não apresente grande número de variedades de arroz e de milho, é abundante em variadas espécies de feijão, tudo evidenciando a fertilidade das várzeas e vazantes dos rios do estado.

A Paraíba, estado produtor de açúcar, apresenta uma representação pequena: cinco amostras tão-somente em exposição; no entanto, conta o estado com um não pequeno número de usinas, nas várzeas do Paraíba, entre as quais cumpre destacar a São João e a Cumbe, e as de Mamanguape.

Os mostruários de fumo e de café são provenientes dos municípios dos brejos, principalmente de Bananeiras, Serraria e outros, cujas terras

são mais apropriadas a estes gêneros de cultura e à do cacau, anos atrás bastante florescente.

Nesses municípios paraibanos, como em alguns do Rio Grande do Norte e do Ceará (Baturité), encontram-se manchas de terra de composição idêntica à afamada terra roxa de São Paulo, onde o café produz admiravelmente.

Em outras seções brasileiras, vários produtos se encontram em exposição, como se observa na representação das Escolas de Artífices, na Galeria Superior do Palácio das Festas, na das máquinas e no pavilhão de Caça e Pesca.

Bem diferente da de 14 anos passados é a atual representação da Paraíba no grande certame comemorativo da nossa emancipação política, evidenciando um bem acentuado progresso em todos os ramos de atividade.

Na Conferência Algodoeira, realizada no Rio de Janeiro, mereceu a Paraíba uma moção de aplausos ao seu governo pelos esforços empregados em favor dessa lavoura.

Aperfeiçoam-se os maquinismos de beneficiamento desse produto: a usina da firma Kroncke & Cia tem capacidade para prensar 25 fardos de 180 quilos por hora; a da firma Julius von Shosten & Cia, para 10 fardos do mesmo peso, no mesmo tempo; a de Campina Grande, da Sociedade Paraibana de Beneficiamento e Prensagem, tem capacidade para preparar 120 fardos de 180 quilos por dia; a de Alagoa Grande, da mesma empresa, produz 120 fardos de 160 quilos diariamente; a de Santa Luzia, da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, tem força para 60 fardos de 180 quilos por dia; a de Sapé, finalmente, da Empresa Trajano de Medeiros, produz 52 fardos de 160 quilos por dia.

Além da Fábrica de Tecidos Paraibana, de Santa Rita, está outra em via de se inaugurar em Rio Tinto, no município de Mamanguape.

Parece ocioso, depois dessa exposição, indicar as consequências de uma obra que tem por fim remodelar todo o aparelho de nossa riqueza. Quando tratei de cada um dos melhoramentos, acentuei a influência dessa renovação, capaz dos mais altos destinos de nossa vida material. A cada necessidade correspondeu o recurso dos problemas fundamentais. Às irregularidades naturais, às deficiências do trabalho, às exigências da produção, à penúria do comércio acudiram as invocadas medidas de uma solução complexa.

Se ainda não foram levadas a termo todas as iniciativas, é fácil a previsão de seus rendimentos, em face do estado atual do nosso organismo econômico. Um meio que, desservido de todos os elementos de impulsão de sua vitalidade, chumbado aos primitivos sistemas da lavoura e da pecuária, ancilosado pela falta de vias de transporte, dessangrado pelas secas, granjeou, pelas virtudes próprias, o desenvolvimento de que desfruta, está fadado, pela correção dessa inferioridade, a um plano invejável.

Antes de emendar as condições naturais, cumpria valorizar o elemento humano.

A proteção sanitária implicará maiores utilidades.

As endemias reinantes, em algumas zonas, além de serem causas do pauperismo, gerando um peso morto para a coletividade, impediam o amplo exercício do trabalho físico.

O elemento mórbido, sem energia criadora, privado de um concurso eficiente, está sendo reintegrado, pelo equilíbrio de suas propriedades normais, na missão produtiva.

A atividade corporal, sem a pressão dos agentes patogênicos, deixa de ser uma pena, para completar a fortuna da vida útil.

Pode-se calcular de que será suscetível o fator inteligente da riqueza, na integridade de seus órgãos e de suas funções, depois de ter dado de si, em redobrado esforço, um exemplo singular de capacidade e resistência.

O saneamento rural, preparando braços sadios para melhor aplicação das faculdades, transformando inválidos em instrumentos de nossa prosperidade, duplicará os valores.

Essa nova situação demográfica acarreta, por conseguinte, as mais vantajosas consequências econômicas.

A defesa da saúde do trabalhador prodigalizará outro destino à produção. A política sanitária resguardará o capital humano, felizmente, ainda não ameaçado, entre nós, pela abstenção deliberada que tem engendrado, alhures, as práticas repugnantes da natalidade decrescente.

Em mensagem de 31 de março de 1855, observou o presidente Pais Barreto:

A falta de braços, que todos os dias vai-se tornando mais sensível, pela grande quantidade de escravos que são exportados para o Sul; a impossibilidade de obter máquinas que facilitem e melhorem o trabalho pela deficiência de capitais, que só por um prêmio exorbitante se pode encontrar e, finalmente, a carestia e dificuldade de transporte dos gêneros para o mercado, pela ausência absoluta de vias de comunicação são outros tantos embaraços com que luta a lavoura da Paraíba, que só tem em seu favor a fertilidade do solo.

O pequeno desenvolvimento de nossa rede ferroviária não atendeu a essa necessidade. À medida que se alargava a área de cultura, vinha recrudescendo a crise de transporte.

Já expus essa situação no estudo do problema das distâncias. Mas, em face de nossa história econômica, sobe de importância a carência da circulação. Sem esse escoadouro, o preço dos gêneros é regulado, não pelo mercado geral, mas pelo do lugar da produção. E o resultado dessa imobilidade é a desvalorização dos produtos, principalmente os que se deterioram em pouco tempo.

É a depreciação que leva os nossos agricultores, nos anos de maiores colheitas, a incinerarem os gêneros.

Nós precisávamos de meios não somente para o escoamento dessa superprodução, como para a criação de outras fontes de riqueza.

É a função da estrada de ferro de Alagoa Grande ao Ceará. Afigura-se incalculável sua influência no progresso da agricultura e do comércio.

A franca saída, assegurando a estabilidade dos preços, estimulará o trabalho. Os brejos abastecerão, em maior escala e em condições mais vantajosas, a zona sertaneja. E esse centro consumidor poderá especializar, na segurança desse suprimento, as culturas mais apropriadas aos seus terrenos. O algodão, assim incrementado, terá ainda transporte rápido e menos dispendioso.

A seguinte tabela, organizada pelo delegado do serviço do algodão, neste estado, mostra como é onerosa a condução em costa de animas, de diversas localidades do interior para Campina Grande, ponto terminal da estrada de ferro:

De Soledade	6\$000
De São Tomé (Alagoa do Monteiro)	10\$000
De Pedra Lavrada	10\$000
De Picuí	12\$000
De São João do Cariri	13\$000
De São José dos Cordeiros (São João do Cariri)	13\$000
De Taperoá	12\$000
De Teixeira	14\$000
De Alagoa do Monteiro	10\$000
De Cabaceiras	9\$000
De Santa Luzia	14\$000
De São Mamede (Santa Luzia)	15\$000
De Patos	16\$000
De Pombal	22\$000
De Brejo do Cruz	23\$000
De Catolé do Rocha	23\$000
De Piancó	22\$000
De Sousa	24\$000
De Cajazeiras	26\$000
De Princesa	24\$000
De Misericórdia	22\$000
De Conceição	24\$000

Os preços são variáveis: não baixam dessa escala, mas nas safras aumentam até 50%.

Além de custoso, esse meio de transporte é insuficiente e falho. As *tropas* tardas não poderiam conduzir, em longas travessias, as grandes colheitas do sertão. Daí, o desvio para mercados mais próximos, as mais das vezes, em piores condições de venda.

São reconhecidas as vantagens da locomotiva, por sua rapidez, regularidade, comodidade e segurança. Mas a situação da Paraíba encarece

de tal modo esse melhoramento, veículo de sua atual riqueza, estímulo de mais amplo aproveitamento e instrumento de novas explorações, como a das minas, que não é demais insistir em sua ação propícia.

E ainda mais sobreleva essa função na anormalidade das secas.

Infelizmente, esse empreendimento foi suspenso num estado que arrisca, ainda mais, nossa integridade econômica. Os trabalhos de todo o traçado avançaram satisfatoriamente; mas o tráfego, num grande trecho, estabeleceu a ligação com o Ceará, insulando essa porção do estado de nosso intercâmbio comercial.

E, do mesmo modo, a estrada de Mossoró endireita para o nosso território, como outro elemento de absorção da riqueza de além-serra.

Não há paraibano que não se inquiete com essa dispersão. Seria estrangular um dos maiores benefícios que nos conferiu a administração passada aproveitar a parte concluída dessa obra, solicitada por interesses vitais, para a derivação de nossas energias já desencaminhadas em outros sentidos.

Em recente discurso, proferido no Senado da República, o sr. Otacílio de Albuquerque, retomando o antigo empenho em favor dessa aspiração, apelou para o sr. ministro da Viação, porque tivesse na devida conta esse empreendimento, “com a solicitude e o carinho que ele deve merecer dos governos patriotas, providentes e propugnadores do bem comum”. E informou:

Graças à iniciativa do meu distinto companheiro de bancada e prezado amigo, cujo nome declino com o maior afeto, senador Antônio Massa, logramos ver no orçamento atual uma dotação de 1.500 contos para a referida estrada. Infelizmente, até hoje, não conseguimos ver, sequer, um real para a continuação daquele melhoramento.

Visitei, há pouco tempo, na minha última viagem, zonas percorridas pelo traçado daquela estrada e posso garantir ao Senado que, justamente nos trechos mais difíceis que foram atacados de preferência, há muito serviço feito; digo melhor, há tanto serviço que admira como tal se conseguiu em tão pouco tempo. Além disso, equivale a milhares de contos de réis o material que aí está nas diversas seções, como sejam: trilhos, dormentes e outros acessórios.

É um justo clamor a bem do patrimônio da União, exposto, desgra-

çadamente, aos estragos do tempo e, também, da solução definitiva de um dos mais imperiosos de nossos problemas.

A estrada de Independência a Picuí tem a atuação que já lhe atribuí. Mas, depois do conhecimento das possibilidades da região – do copioso celeiro de Bananeiras e dos surpreendentes recursos do ponto terminal desse traçado – aumenta, desmedidamente, o cômputo de sua influência. E, ainda que não prossiga, já começa a carrear do centro dos brejos uma produção recrescente.

A viação rodoviária não infundia esperanças aos nossas cassandras. Afiguravam-se-lhes imprestáveis nossas inúmeras estradas desse sistema. A história do progresso de outros meios opunha-se a essa desconfiança que chegava a inscrever no rol das inutilidades a soma despendida nessa rede de melhoramentos.

Cheguei a enfrentar, no capítulo VII, esse espírito de desalento ou de má-fé, que diminuía a obra de nossa salvação; mas, nunca pensei que o aproveitamento previsto pela minha consciência de nossas energias latentes fosse tão rápido e tão grande.

O automobilismo dominou, imprevistamente, nossas relações sociais e econômicas. Basta ter em conta que em Campina Grande, uma cidade do interior, a matrícula dos carros já excedeu de 200. Patos, Pombal, Sousa, Cajazeiras e outros pontos distantes do sertão adquirem, frequentemente, novos veículos. A estatística dessas importações comprovará o extraordinário movimento dessa vida nova.

Os fazendeiros abrem caminhos vicinais.

Do litoral aos pontos mais longínquos cruzam-se, incessantemente, os automóveis com as vantagens morais da solidariedade e dependência mútua da alma paraibana e com os patentes influxos da circulação no espaço. A safra de algodão, que, nos anos anteriores, se escoava para outros mercados, foi, em quase sua totalidade, transportada em caminhões para Campina Grande.

De maneira que a viação de rodagem está realizando, a contento, o seu duplo destino de passageiros e de carga, com benéfica segurança de nossa sociabilidade e de nossos interesses materiais.

O aperfeiçoamento dos meios de comunicação, além da conveniência da fácil permuta de ideias, também veio facilitar a marcha das transações, com a presteza exigida pela natureza do comércio.

Já indiquei, de passagem, as consequências econômicas das grandes barragens. Calculei os frutos da política hidráulica de outros povos aplicada em condições naturais inferiores às da Paraíba. Pois há até quem conteste a eficácia da irrigação!... Poderia aduzir a prova das compensações desses serviços em toda parte. Mas para tanto basta invocar a réplica do sr. Epitácio Pessoa, constante da elucidativa carta dirigida ao sr. Otacílio de Albuquerque e baseada em dados extraídos do *Reclamation Service*. Após incisivas considerações, conclui esse famoso documento:

Atinge, pois, à cifra muito mais alta, que a de 2:178 ou 2:400\$000, o preço médio do hectare irrigado nas obras do quadro acima.

Ainda assim, o resultado econômico foi surpreendente. O Salt River, que custou 10.548.254 dólares, produziu “só num ano 18.188.800; o Iuma, do custo de 9.095.000 e com uma média de hectare irrigado de 7.131.700, isto é, ‘do triplo de média atribuída pela comissão às obras do Nordeste’, deu em colheitas, ‘só em 1918’, o total de 15 milhões de dólares; com Iakima (Washington) despenderam os Estados Unidos 10.300.000 e lucraram, ‘no mesmo espaço de tempo’, 9.729.643; a construção do Minidoca (Idaho) montou a 5.800.000 dólares e o valor do seu primeiro ano de colheita a 5.168.078; enfim, obras do custo global de 125.000.000 de dólares, ‘quase todas ainda incompletas’, produziram, ‘só num ano’, colheitas avaliadas em mais de 52.000.000 de dólares.

Não há nada como os fatos para desconjuntar certos cálculos teóricos.

Será, conseqüentemente, ilimitada a produtividade das nossas terras conquistadas às secas e sujeitas a um regime de perene fecundidade.

É a seguinte, por hectare, a área de cultura algodoeira, em cada município, conforme uma estatística levantada, em parte, pelo Serviço de Defesa do Algodão:

Areia	1.228,75
Alagoa Nova	1.259,61
Alagoa Grande	1.495,56
Alagoa do Monteiro	2.471,70
Araruna	1.081,32

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

Bananeiras	1.139,27
Brejo do Cruz	4.353,58
Campina Grande	7.940,45
Caiçara	1.893,65
Cabaceiras	4.202,33
Catolé do Rocha	3.000,80
Cajazeiras	1.878,86
Conceição	2.669,80
Espírito Santo	2.862,10
Guarabira	4.842,65
Itabaiana	5.479,40
Ingá	2.614,81
Misericórdia	2.363,06
Mamanguape	1.790,95
Pilar	3.254,08
Patos	2.559,78
Pombal	2.559,78
Piancó	1.898,93
Princesa	7.506,23
Picuí	2.363,32
Pedras de Fogo	303,71
Santa Rita	240,70
Serraria	415,03
Soledade	1.163,39
Santa Luzia do Sabugi	11.491,15
Sousa	170,20
São João do Rio do Peixe	1.097,08
São João do Cariri	3.114,21
São José de Piranhas	3.150,20
Teixeira	1.019,74

Taperoá	3.740,11
Umbuzeiro	1.011,12

Se, com esse restrito campo de exploração, à mercê da periódica mesquinhez do clima, chegamos a alcançar a primazia na produção da preciosa fibra, quanto mais com outro desenvolvimento, outro sistema e outro resguardo culturais.

O sr. Arno Pearse não foi além de Pombal em sua excursão científica pelo nosso território. Não teve ensejo de examinar as bacias das barragens localizadas na Paraíba. Mas, tendo observado essas construções no Ceará, externou conceitos que se ajustam às condições gerais do Nordeste.

Disse ele, numa conferência proferida na Associação Comercial de Fortaleza:

Com uma natureza assim privilegiada, ultimadas as obras contra as secas, os grandes açudes, ora em construção, terão trazido ao Ceará a única coisa que ele reclama para desfrutar um futuro verdadeiramente invejável – água.

E porque muito de perto digam respeito ao futuro do algodão, visitamos essas grandes obras que são os açudes de Igarapé do Meio, Quixadá, Quixeramobim, Patu e Orós, trazendo conosco dessa visita uma impressão indelével das magníficas possibilidades que tais obras oferecem à extensão da cultura do algodão.

E, como nós, devem os senhores ficar convencidos de que as avultadas somas que a nação está a despende com esse grande empreendimento serão fartamente compensadas e indenizadas, dentro de poucos anos, pela larga soma de benefícios que trarão à lavoura cearense.

Ultimados esses açudes, terão os senhores transformados em rios perenes, que desafiarão as secas, o Jaguaribe e seus afluentes, fato que por si só justificaria os dispêndios de agora.

E quando as irrigações a que se destinam os açudes em construção forem uma realidade com a construção dos canais indispensáveis, terão os cearenses criado o verdadeiro paraíso algodoeiro, transformando aquele largo trato de terra que vai de Icó a Aracati, de forma a produzir mais de 50% sobre o muito que já produz. Verão então algodões que assegurarão apanhas durante quase todo ano.

Com as irrigações em épocas determinadas virão novas florações e conseqüentemente novas colheitas. Ainda agora tivemos de observar, após as chuvas, o refflorir dos algodoeiros, o que se não daria com a falta daquelas. Não se condenem, pois, esses grandes gastos em torno dos quais tanta celeuma se faz como se objetivassem obra improdutiva.

O Brasil, como país novo que é, terá de fazer excessivos dispêndios para que chegue a assegurar-se um futuro próspero e de compensações.

Nem se diga, como alguns críticos, que há ausência de população para cultivar tão extensas zonas que as irrigações vêm tornar em condições de receber sementes. Seria isso ignorar que as populações seguem a água. Temos o exemplo frisante na Índia, no Texas, em todas as partes do mundo em que se têm realizado obras de irrigação. O povo é atraído pelos resultados que tais obras lhe acenam e os braços vêm dar a compensação ao trabalho.²⁸²

Depois de inquéritos especiais, procedidos, *de visu*, nos principais países algodoeiros, notadamente nos Estados Unidos, no Egito e na Índia, o embaixador da International Cotton Federation não poderia vacilar na consagração dessa parte da estupenda iniciativa do sr. Epitácio Pessoa.

Essa autorizada e insuspeita apologia desconta muita injustiça ligeira.

Se o ilustre especialista tivesse percorrido as fecundas e extensas várzeas de nossa área de irrigação, não seria menor a sua confiança no dobro das colheitas.

O sr. Morais Barros, comprazendo-se, mais ou menos, em desdizer-se, aventou que a malvácea perderia com o suprimento dos açudes suas qualidades de fibra longa. Não sei até onde ele se louva na experiência para justificar essa previsão. A Pearse não lhe acudiu a possibilidade dessa depreciação. E, ainda que estivesse comprovada essa perda de caracteres, disso não nos adviria nenhum mal. Já limitei o nosso *habitat* do mocó: cultivar essa espécie além de São Mamede é expô-la a um desnaturamento.

A zona das nossas grandes barragens apropria-se, antes, à cultura do algodão de fibra média, muito bem cotado nos mercados estrangeiros.

282 *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, ano XII, n° 1, pp. 56-57.

E, se a distribuição d'água pode ser regulada, de acordo com as necessidades da lavoura, seria natural que fornecimentos inoportunos não viessem prejudicar o desenvolvimento das plantas.

A maior abundância do líquido servirá à cultura do arroz. E como descansará o sertão na fartura de todas as colheitas, caso não queira especializar o cultivo do algodão, quando, nos anos faltosos, puder contar com essas reservas providenciais!

Essa infalível opulência contrastará com a fome histórica, como uma recriminação à injúria do passado.

E, além desses imensos reservatórios, que a nossa pouca sorte não há de deixar em meio, os açudes dispersos por todo o território liberalizarão, ao lado de uma melhor capacidade agrícola, recursos para a proteção e a melhoria dos rebanhos. Com aguadas e pastos perenes, a nossa indústria pastoril, que tem crescido no Cariri à custa de *espinhos* (é o termo dos sertanejos para designar as cactáceas e as bromeliáceas) e, além, à mercê do capim que se pulveriza ao rigor da soalheira, com elementos de vida essa fonte de riqueza excederá, em poucos anos, a mais confiante expectativa.

E, com a vivacidade das atuais e a cultura de novas plantas forrageiras, verdes e fenadas, serão introduzidas raças de valor, em vez de animais indianos, para a criação do puro-sangue e o cruzamento. Será, assim, explorada a produção do leite e seus derivados.

As duas estações de monta de Umbuzeiro e Pombal cooperarão nesse resultado. Os que descreem do seu êxito não conhecem a história dos pequenos açudes do Rio Grande do Norte, como pontos de apoio de centenas de bichos, nos anos secos. Tudo é de esperar, por conseguinte, de maiores superfícies líquidas, devidamente distribuídas, para a produção agrícola e animal.

Dos novos serviços do Ministério da Agricultura e do patronato Vidal de Negreiros decorrerão modernos métodos de utilização da terra. As consequências da propaganda científica e da educação profissional nos destinos do trabalho valem pela renovação das propriedades naturais no proveito mais compensador.

E a zootecnia, em condições propícias, duplicará os lucros das fazendas.

É supérfluo encarecer a importância do porto da Paraíba na economia geral do estado e, sobretudo, no soerguimento do comércio.

Já discriminei essa influência no capítulo IX deste livro.

É o complemento da remodelação de todas as forças produtivas, como escoadouro da riqueza avolumada por essa complexa obra de aproveitamento. E é, especialmente, o meio de emancipação de uma praça que, desde tempos imemoriais, se atrofia numa subalternidade exaustiva.

A falta de vias de transporte era uma causa de dispersão. Formava-se o intercâmbio com os estados vizinhos num movimento que medidas fiscais de proteção tentavam, debalde, embaraçar. Desviavam-se pelas barreiras nossas maiores energias e, conseqüentemente, o interior abastecia-se em mercados estranhos, principalmente no Recife e em Mossoró.

Subtraídos, assim, nossos elementos de exportação e de importação, porque os produtos de quase dois terços do território tomavam outro rumo e a praça da capital, depauperada pelo retraimento do interior, não poderia movimentar-se, desfalcadas, desse modo, nossas principais condições de vitalidade, não lograríamos alcançar uma prosperidade compatível com os recursos próprios.

Os cargueiros transatlânticos pouco demandavam nosso ancoradouro externo, prejudicado pela dificuldade de comunicação e de transporte, sem probabilidades da carga de retorno, de modo que nossos produtos, ainda por essa razão, derivavam para os mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, donde saíam figurando como de procedência sulista. E os poucos vapores que chegavam, espaçadamente, cobravam maiores fretes.

Só o porto da Paraíba, ligado ao geral desenvolvimento de nossa produção, carregada para o centro comercial, poderia proporcionar “a situação de independência e de progresso” desejada pelos mais legítimos interesses.

Apesar desse regime dispersivo, o movimento marítimo demonstra as possibilidades de um cabal aparelhamento.

Já dei o quadro da entrada das embarcações de 1911 a 1920. Em 1921 entraram 376 embarcações nacionais, a vapor e a vela, cifra não atingida naquele período de nove anos, e em 1922 essa quantidade elevou-se a 497.

O decréscimo do comércio internacional, a partir de 1915, baixando

de 50 embarcações, nesse ano, a 21, 23, 19, 10 e 15, até 1919, entrou a corrigir-se em 1920, com a soma de 36 embarcações, que subiu, no ano seguinte, a 41, e, em 1922, a 59.

Tem sido o seguinte o total dos vapores ingleses tocados no porto de Cabedelo:

1911	34 vapores
1912	32 vapores
1913	30 vapores
1914	28 vapores
1915	22 vapores
1916	19 vapores
1917	9 vapores
1918	2 vapores
1919	13 vapores
1920	27 vapores
1921	28 vapores
1922	50 vapores

No corrente ano, tanto a cabotagem como o intercâmbio transatlântico têm progredido excepcionalmente.

Só nos últimos meses do corrente exercício foi o seguinte o movimento de exportação pelo porto de Cabedelo:

Meses	Quantidade	Peso	Valor oficial
Setembro	19.686	2.512.288	8.241:563\$759
Outubro	30.364	3.341.793	12.485:766\$613
Novembro	34.337	3.534.790	16.336:016\$009
Total	84.387	9.388.871	37.063:356\$381

Eis o quadro da saída dos principais produtos neste trimestre:

Diversos gêneros	Meses	Quant.	Peso	Valor oficial
Algodão em pluma	Setembro	11.417	1.728.366	6.738:113\$112
Açúcar	Setembro	955	57.300	64:038\$000
Peles e couros	Setembro	94	20.382	188:000\$000
Sementes de algodão	Setembro	200	15.000	3.000\$000
Total		12.666	1.821.048	6.993:151\$112
Algodão em pluma	Outubro	15.126	2.407.519	11.107:211\$424
Açúcar	Outubro	10.852	651.121	586:215\$000
Peles e couros	Outubro	402	44.219	357:000\$000
Sementes de algodão	Outubro	526	39.450	7:890\$000
Total		26.906	3.142.309	12.058:316\$424
Algodão em pluma	Novembro	15.239	2.372.152	13.528:930\$934
Açúcar	Novembro	10.730	643.800	566:889\$200
Peles e couros	Novembro	99	20.648	241:000\$000
Total		26.068	3.036.600	14.336:820\$134

Cotejando-se essas cifras com os quadros completos de exportação, de 1915 a 1921, conclui-se que a produção do interior já começou a encarecer-se para a capital do estado e, ainda mais, que essa capacidade ultrapassa, vertiginosamente, os cálculos justificativos dos trabalhos do porto.

Esse melhoramento é a chave do progresso da praça da capital; mas, estimulará, do mesmo modo, todos os nossos elementos de reconstrução, desde as praias decadentes às plagas mais remotas.

De tudo se vê que está reservada à Paraíba uma influência apreciável na reorganização econômica do Brasil.

Acham-se lançados os fundamentos dessa repercussão.

As obras federais contra os efeitos das secas e as subsidiárias de assistência técnica moldam as possibilidades dessa intensa contribuição.

O atual governo do estado tem cooperado, por sua vez, nesse plano vigoroso, mediante os indicados auxílios às iniciativas da União e outras

tantas medidas autônomas.

A regra foi sempre a inação dos nossos homens públicos perante os máximos interesses da vida rural.

Dos presidentes da antiga província somente dois nutriram a preocupação dessa riqueza: Sá e Albuquerque e Beaurepaire-Rohan. O primeiro generalizou o arado e as *moendas d'água* na várzea litorânea e costumava distribuir pelos agricultores sementes selecionadas; o segundo procurou intensificar culturas novas, contratou um prático para o plantio do trigo e, autorizado pela Lei nº 24, de 4 de julho de 1854, tentou fundar um jardim botânico, como escola de agricultura.

A orientação administrativa do atual regime não foi mais prática. Repontou, de longe em longe, uma tentativa de proteção à lavoura ou ao comércio, sem aplicação real. A Lei nº 144, de 16 de agosto de 1899, estabeleceu o regime de isenção de impostos para as novas explorações. A Lei nº 269, de 26 de setembro de 1907, autorizou o presidente do estado a contratar a fundação de um banco hipotecário. Já em 1854 o presidente Bandeira de Melo envidara, debalde, resolver o problema do crédito agrícola, mas apurou que “com os capitais da província não poderia ele ter lugar, porque as pessoas que têm fundos disponíveis contam com maiores lucros negociando-os de própria conta”.

Os agricultores continuaram a pagar aos agiotas juros de até 60% ao ano. Em 1911 foi doada pelo estado ao governo da União a colônia Pucuí, no município do Espírito Santo, para o estabelecimento de um campo de demonstração e posto zootécnico, criado pelo Decreto Federal nº 2.792, de 21 de junho do mesmo ano.

O governo Castro Pinto ensaiou a política econômica. O ano de 1914 foi fértil de legislação estimulante. A Lei nº 396, de 5 de outubro, instituiu prêmios ate a quantia de 50.000\$000 aos agricultores que empregassem os modernos processos de cultura, colheita e beneficiamento do algodão; a nº 398, de 5 do mesmo mês, isentou o comércio de frutas do estado, por dez anos, de todos os impostos; a nº 401 concedeu uma subvenção anual de 4.000\$000 às escolas agrícolas que se fundassem em qualquer das zonas; a nº 403 criou o ensino profissional agrícola permanente e ambulante; a nº 404 isentou de impostos, por dez anos, as fábricas que se montassem para o preparo de doces de frutas; a nº 405

protegeu a indústria do fumo; a nº 406 fundou no Liceu um curso de agrimensura; a nº 407 procurou facilitar a fundação de armazéns gerais.

Mas a crise financeira, agravada pela seca de 1915, impossibilitou a execução da maioria dessas medidas. O curso de agrimensura entrou, porém, a funcionar, proveitosamente.

A Lei nº 420, de 20 de outubro de 1915, autorizou o presidente do estado a despendar até 5% da receita proveniente do dízimo do gado com a aquisição de aparelhos e medicamentos contra as epizootias reinantes. Autorizado pela Lei nº 464, de 19 de outubro de 1917, o presidente Camilo de Holanda organizou o Serviço de Defesa do Algodão, precedendo a todos os outros estados invadidos pela lagarta rósea. A Lei nº 490, de 28 de outubro de 1918, criou uma Carteira Agrícola, anexa à repartição do Tesouro e estabeleceu outras providências favoráveis à lavoura e à pecuária; mas esse serviço não foi posto em prática. A Lei nº 492, de 30 de outubro de 1918, autorizou o governo a contratar o estabelecimento de usinas de beneficiamento e prensagem de algodão, com isenção de impostos e outros favores. Finalmente, as últimas leis orçamentárias têm autorizado o presidente do estado a instituir prêmios de incentivo à indústria agrícola e pastoril; a despendar até a quantia de 50.000\$000 com a intensificação da cultura do coqueiro e com a fundação da cultura do cacau; a aplicar até a quantia de 100.000\$000 com a aquisição de máquinas agrárias, para serem cedidas aos lavradores pelo custo e a prestações módicas; a organizar um serviço geral de combate à formiga saúva; a contratar um especialista de cultura de fumo e a fundar um campo de demonstração desta cultura na zona de Borborema; a conceder prêmios a quem plantar determinado número de laranjeiras da Bahia; a entrar em acordo com os frades da ordem dos Trapistas, a fim de que eles se estabeleçam no estado, criando núcleos agrícolas semelhantes aos existentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, etc.

A falta de propaganda de algumas dessas vantagens tem retardado a sua utilização.

Dessa ação conjunta depende a fortuna da economia da Paraíba. Escreveu o sr. Cincinato Braga em seu já citado voto separado, de 21 de outubro de 1919:

Para chegarmos a resultados apreciáveis, teremos de abandonar as doutrinas de não intervencionismo do estado, doutrinas que tanto seduziram os estadistas de 1850 para trás. Hoje nos países mais cultos e mais ricos do mundo o estado é o grande líder econômico de seu povo.

Se esse conceito decorre da observação de São Paulo, onde o trabalho se acha organizado e não escasseia o capital, ainda mais se aplica ao nosso meio incipiente, desservido desses requisitos.

Essa ingerência é um apelo do nosso progresso.

Eu não diria “intervencionismo”, nome que exprime na França a doutrina do socialismo de estado, para excluir toda ideia de um fundamento político.

Não se cogita, sequer, de um sistema, mas de uma concepção prática.

As teorias da liberdade econômica e da iniciativa individual, professadas pelos fisiocratas e por Adam Smith, com a fórmula do *laissez-faire* que se converteu no sentido menos passivo de *fair play*, acolheram-se, depois da reação inaugurada por Sismondi, no otimismo de Bastiat. Mas, afinal, conspiraram contra esse liberalismo as correntes da escola histórica, do socialismo de estado, do marxismo e dos cristãos sociais. E a tradição individualista só logrou renascer com a tendência libertária do anarquismo.

O intervencionismo, por sua vez, restringiu-se, com outros fundamentos, na recente metamorfose do solidarismo.

É o meio-termo que convém a essa solução.

A ação governamental não deve ter limites no interesse coletivo para estabelecer a ordem econômica. Deve, ao contrário, intervir todas as vezes que esse interesse está em questão. É uma missão de cultura e bem-estar. E, por isso, essa organização deve ser mais econômica do que política, sem os exageros do industrialismo de Saint-Simon. As sociedades em formação carecem do estado providência, incumbido de realizar a felicidade geral.

Reduzir ao mínimo essa função ou atribuir-lhe um caráter indireto seria consagrar a inércia esterilizadora.

De todas as indústrias é a agricultura que mais carece dessa proteção tutelar. Promover as grandes obras públicas, organizar as forças da produção, propagar a técnica agrária, fundar sociedades de crédito

agrícola, introduzir novas culturas, encorajar a iniciativa privada, manter a defesa sanitária das plantas, ativar o policiamento rural são formas de valorização do solo e do aparelhamento da riqueza que não colidem com as próprias teorias da abstenção.

Para criar novos progressos e serviços reprodutivos o estado intervém no seu próprio interesse pela compensação das rendas públicas.

É lamentável que o Brasil, por falta de uma produção intensiva, sofra crises, como a da atual carestia da vida e pese pouco na balança comercial.

A 14 de fevereiro de 1919, o sr. Loucher terminou com a seguinte exortação um discurso proferido na Câmara dos Deputados, da França: “*Actuellement, dans la bouche de tous les Français, li ne doit y avoir qu’un seul hymne, l’hymne de la production*”.

É esse também o remédio para a nossa situação, como bem compreende e propaga o sr. Cincinato Braga.

O sr. Epitácio Pessoa desbravou-nos o novo rumo. Deu-nos a conhecer pela estatística o que somos e o que possuímos, organizou a defesa da saúde do trabalhador, resolveu o problema das obras contra as secas, aparelhou meios de transporte por mar e por terra, reformou e duplicou os serviços agrícolas, etc.

O presidente Sólon de Lucena está secundando, nos limites das forças orçamentárias do estado, esse programa de realizações práticas.

A terra é tão rica que tem suprido as deficiências da rotina secular.

O homem é um paradigma de resistência e de trabalho. Quem o observa em alguns sítios ribeirinhos do litoral, numa cômoda indolência, não pode calcular a operosidade desenvolvida em todo o resto do território. A extraordinária facilidade de vida pela abundância de crustáceos e outros recursos a todo alcance modifica o caráter dessa pequena parte da população. Kropotkine já observou entre as abelhas que

*quand l’abondance des biens est trop grande par exemple autour des plantations des cannes à sucre des Indes Occidentales et des raffineries d’Europe, le vol, la paresse et très souvent l’ivrognerie deviennent tout a fait habitues*²⁸³.

283 *L’Entr’aude*, p. 19.

Que falta, por conseguinte, para um máximo de produção? Cumpre, antes de tudo, que se ultimem os grandes melhoramentos, para que eles evidenciem, em seu conjunto, toda a eficácia da organização. E ainda falta muito espírito de reforma, porque *tudo estava por fazer*.

Mas há duas necessidades que sobrelevam a todas as outras.

Entende o sr. Herriot:

*Le monde futur sera dirigé par la science. Pour le maîtriser, les hommes de demain auront besoin d'une forte initiation scientifique, les composantes du monde ont été jadis d'ordre politique ou d'ordre moral; elles seront désormais d'ordre économique*²⁸⁴.

A aplicação da ciência ao aumento da produção, preconizada pelos anarquistas e representada nas tentadoras perspectivas da *Conquista do Pão* de Kropotkine, é um avanço da indústria moderna. O ensino técnico e profissional, se não satisfaz os anseios da felicidade geral, é, pelo menos, uma condição de prosperidade do trabalho.

O sr. Cincinato Braga reconhece que a maior riqueza de um país é a que irradia do cérebro de seus habitantes e acrescenta:

Em São Paulo ainda não apreendemos, geralmente, essa verdade. Trabalhamos incansavelmente, não há dúvida. E é esse o nosso melhor título de honra. Mas trabalhamos às escuras, quase como trabalham os cegos. Não sabemos produzir, senão o que a natureza, por si só, nos põe entre as mãos. Nosso trabalho vive separado da ciência.²⁸⁵

E que se não dirá da Paraíba?

Já temos uma escola de comércio. Precisamos de uma escola de agricultura e de um laboratório de química. Cumpre dar nova direção à inteligência dos paraibanos. Ainda bem que muitos já se inclinam para a agronomia, vencendo as dificuldades de um curso fora do estado.

284 Apud ANDRÉ THIER. *La politique de demain administrative, financière et économique*, p. 240.

285 *Magnos problemas econômicos de São Paulo*, p. 94.

Cresce, dia a dia, a necessidade do aprendizado. O patronato Vidal de Negreiros, com o limite de 200 educandos, será insuficiente para essa iniciação. Fundemos escolas práticas. Diz Cincinato Braga:

Esses internatos custam ninharia. Visitei em França uma escola agrícola desse gênero, onde, mercê de eficientes e bem dirigidos trabalhos dos próprios alunos, quase toda a despesa do estabelecimento era coberta pela produção interna e pela venda de seus produtos...²⁸⁶

Estabeleçamos o ensino agrícola ambulante, de fazenda em fazenda, como o mais módico e de efeito imediato.

Tenho assinalado, mais de uma vez, o poder de assimilação do nosso povo. E folgo de verificar que o sr. Arno Pearse registrou a mesma observação:

*It would seem to me, judging from our long motoring experience, that the ordinary Brazilian has a bent for mechanics, for in almost every village one is sure to find someone able to drive a Ford car and what is more, able to take it to pieces and put it together again. Brazilians, as a rule, are excellent drivers of motor cars.*²⁸⁷

Vi muitos sertanejos analfabetos transformados, ao fim de poucos meses de prática, em irrepreensíveis maquinistas e mecânicos. E essa faculdade manifesta-se em outras muitas aplicações.

O presidente Sólon de Lucena trata de entrar em acordo com a Ordem dos Trapistas para o estabelecimento de núcleos agrícolas e de fundar uma escola doméstica.

Essa reorganização compensará o sacrifício de outros serviços. Suas

286 Ibidem, p. 102.

287 *Brazilian Cotton*, pp. 20. N.E. (tradução livre): Parece-me, julgando por nossa longa experiência com motores, que o brasileiro médio possui uma tendência para a mecânica, já que em quase qualquer vilarejo é possível encontrar alguém apto a dirigir um carro Ford e, o mais impressionante, hábil para desmontá-lo completamente e remontá-lo. Brasileiros, em geral, são excelentes motoristas de carros motorizados.

vantagens são indicadas, praticamente, pelo atilado autor dos *Magnos problemas de São Paulo*:

Saberíamos defender nossas culturas de um sem-número de pragas nocivas; saberíamos, por todo o interior do estado, produzir os sucos de nossas magníficas frutas, os licores delas, as farinhas e féculas dos nossos variados vegetais, os ácidos, as sodas, os sabões, as tintas, as bebidas fermentadas, as conservas de nossos cereais, a de nossos frutos, as frutas secas, os vinagres, os laticínios, que são por si sós uma fortuna, os óleos alimentares, as massas alimentícias, as bolachas, os produtos finos do milho, da banana, etc.

A escola doméstica não será menos útil. Insiste o sr. Cincinato Braga:

A geral ignorância desses simplicíssimos processos de esterilização é a causa de escassez, no campo e nas cidades, de conservas alimentícias feitas do nosso feijão verde, de ervilhas ao natural, de vagens, de caldas de tomates, de tomates inteiros, de olhos de alcachofras, de juliana ou sopa de legumes, de todas as soberbas compotas de nossos frutos, de todos os xaropes de frutas, tão oportunos e salutareos em nosso clima, como sucedâneos de bebidas alcoólicas. Igual ignorância nos tolhe a conservação dos ovos, das frutas e legumes frescos e dos laticínios. Da mesma ignorância provém o não emprego da secagem (processos de Agen e de Tours) para legumes e frutas, por meio de evaporadores pequenos de custo ao alcance de todos. O evaporador da Escola de Agricultura de Berthonval, por exemplo, imaginado pelos Srs. Malpeaux e pervone, é simples, barato e pode ser construído em qualquer exploração agrícola por um carpinteiro e ferreiro de aldeia.

Nada se sabe na roça sobre a conservação pelos antissépticos do feijão verde, de couve-flor, dos pepinos, dos alcachofras, das batatas, das carnes, etc.

Essa ignorância, na prática diária da vida doméstica, traz como consequência o fato vulgaríssimo de um lar pobre ou remediado não poder ter uma dispensa abastecida de produtos alimentares para os meses do ano em que não são produzidos ou o são escassamente, como sejam os ovos,

o leite, a manteiga, os legumes, as frutas, as carnes, os sucos de frutas: – porque os camponeses, sobretudo os residentes mais distantes das cidades e vilas, não produzem destas coisas senão, quando as produzem, visto não saberem conservá-las.

Todos esses conceitos se apropriam às condições da Paraíba.

O desconhecimento dos processos de conservação é uma das causas da grande oscilação nos preços dos gêneros alimentícios.

Continua, rapidamente, a propagação de silos, iniciada pelo atual governo do estado.

Essa transformação é exigida como complemento da nova ordem econômica organizada pelas obras contra as secas.

É mister coroar essa construção de reformas subsidiárias que lhe assegurem o maior proveito.

A Sociedade de Agricultura e a Paraíba Agrícola são também órgãos propulsores dessa remodelação.

A outra instante necessidade é a do crédito rural.

Já aludi mais de uma vez as dificuldades de nossa lavoura, por falta de uma organização bancária.

Os agricultores têm vivido sanguessugados pelo anatocismo de juros exagerados, na melhor hipótese, de 30% ao ano.

A grande procura, a agiotagem, sem competições, convencionam taxas exorbitantes que, capitalizadas, consomem os lucros da safra. E apesar da segurança do emprego do capital, o mútuo, nessas condições, é um favor que seleciona as relações particulares. Quando há risco do reembolso, os onzenários não se contentam com o vínculo real: recorrem a depósitos simulados, que têm o meio coercitivo da prisão.

É rara a constituição do penhor agrícola.

Qual a instituição que mais convém a essa crise secular?

A nossa história registra duas soluções que resultaram em dois fracassos. Já mostrei como a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba iniciara as operações com ilusórias vantagens e como constituiu-se, enfim, em instrumento da mina da lavoura, atormentando as vítimas da usura privilegiada pelo marquês de Pombal com execuções leoninas.

O Banco Hipotecário de Pernambuco comprovou, depois, os prejuí-

zos do crédito imobiliário, a prazo longo. Esse regime de subordinação do trabalho ao capital, com a ameaça de expropriação do imóvel e seus acessórios e melhoramentos foi, até o ano passado, um pesadelo para antigos devedores. Ninguém contava com a desvalorização dos produtos e a confiança em melhores dias anima, de ordinário, a transações aventurosas.

O remédio mais eficaz seria o do espírito associativo.

Da viagem do Imperador à Paraíba, em dezembro de 1859, e a Pernambuco, Sergipe e Bahia, adveio, como medida de ordem econômica, a Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860.

Essa ação oficial em favor da agricultura não nos aproveitou e aniquilou o cooperativismo que se esboçava em outros pontos.

Foi uma interferência que restringiu, com medidas proibitivas, sem compensações reais, a iniciativa privada.

A criação, em virtude do decreto de 28 de julho do mesmo ano, da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a 16 de fevereiro de 1861, não favoreceu, por igual, a nossa produção.

Não nos serviu, sequer, a garantia de juros ao capital empregado em explorações agrícolas.

E as classes produtoras continuaram desajudadas de um dos principais fatores do desenvolvimento das culturas.

O governo Epitácio Pessoa teve a noção dessa necessidade. Além das medidas já indicadas, concorreu para a fundação dos armazéns gerais que evitam a venda imediata dos gêneros desvalorizados, facultando, pelo endosso do *warrant*, os medos de aguardar melhor cotação.

Mas esses benefícios são limitados à zona, atualmente, servida de vias de transporte. E os outros favores não se acham, em geral, ao alcance dos agricultores do interior que, aliás, se contentam com os pequenos empréstimos.

Um certo número de agências ou institutos locais, para operações rápidas, que satisfizessem, apenas, as exigências de cada época de plantação, libertaria a lavoura do devorismo dos usurários e proporcionaria recursos para o seu incremento.

O ideal seria a prática cooperativista. Não há quem ignore os frutos dessa instituição, desde a Rochdale Equitable Pioneers' Society, que

realizou o sonho de Fournier, a 21 de dezembro de 1844, até os atuais modelos de todo o mundo civilizado, principalmente da Inglaterra.

A identidade dos interesses deve ser ainda mais firme na união agrária.

Essa mutualidade prescinde da tríplice escala econômica julgada necessária ao seu êxito. Os nossos agricultores podem limitar-se à instituição do crédito, porque não lhes interessam outras cooperativas, principalmente a de consumo.

O sr. Diógenes Caldas tem forcejado, como inspetor agrícola e de acordo com o programa do departamento público a que serve, introduzir caixas rurais do tipo *Raiffeisen*. Já alcançou, como milagre de sua tenacidade, fundar, sob os melhores auspícios, uma em Bananeiras e outra em Guarabira.

Os institutos dessa ordem estão constringidos nos moldes do Decreto nº 1.337, de 5 de janeiro de 1907, de maneira que não podem ampliar as transações.

Mas não deixam de ser providenciais nesse acanhado círculo de interesses, tanto mais quanto a facilidade dos grandes créditos arrisca o equilíbrio do trabalho. É bastante que sirvam ao maior número possível e, assim, poderão realizar um extraordinário movimento.

Com uma organização de inteira segurança para os fundos, atrairão os depósitos que se imobilizavam nas caixas econômicas, para uma circulação proveitosa.

Pena é que todos os municípios não se achem em condições de acolher essa oportuna propaganda, por falta de elementos para a organização e o funcionamento das caixas de crédito.

A melhor política seria nutrir a lavoura desse elemento propulsor, independentemente do capitalismo e do estado. Mas onde falha a possibilidade dessa organização, os poderes públicos devem, diretamente ou por meio de empréstimos aos estabelecimentos populares que se fundarem, suprir as deficiências do organismo econômico.

São esses os apelos para que a Paraíba cumpra o seu destino afortunado de uma produção intensa e remuneradora, dignificando, destarte, a obra do governo transato.

Eu espero dessas realizações um vastíssimo futuro.

IMPRESSÃO GERAL

Delínei estudar a obra do sr. Epitácio Pessoa na Paraíba, de acordo, como diria o sr. Cincinato Braga, com “os precedentes históricos e os subsequentes políticos e econômicos justificativos do empreendimento”²⁸⁸.

Esse patrimônio representa em si o grandíssimo esforço de uma organização resoluta e consciente. Ainda que deslocado das nossas circunstâncias especiais de espaço e de tempo, apresenta as vultosas proporções de um plano complexo e eficiente. Mas, perante o nosso passado, em face de nossas necessidades, como uma providência que atendeu aos clamores seculares do martírio e do abandono, num meio extremado pela excelência de seus fatores físicos, de irregularidades redutíveis, em tais condições essa assistência vale pela maior das benemerências.

Só à percepção dessas particularidades se alcança ter em conta o valor integral da iniciativa.

O sentimento da história, da natureza e dos problemas de minha terra elaborou-me a convicção do acerto e das vantagens dessas medidas. Mas Berville já disse que é suspeito o elogio sem restrições, da mesma forma que a censura sem medida.

Confesso, em minha consciência incorrupta e livre, que não dominaram os meus conceitos senão os movimentos da justiça irresistível e a visão dos interesses gerais.

Dir-se-á que minha solidariedade de paraibano e meu fervor patriótico formam um espírito artificial de falsa imparcialidade. Mas, ainda bem que meu critério coincide com julgamentos idôneos e de irretorquível isenção.

288 *Magnos problemas econômicos de São Paulo*, p. 45.

A 25 de abril de 1922, a diretoria da Associação Comercial, um dos órgãos mais representativos da opinião independente da Paraíba, transmitiu o seguinte telegrama:

Ex^{mo} Dr. Epitácio Pessoa. Petrópolis – Diretoria Associação Comercial, reunião especial, deliberou com grande júbilo nomear representante tomar parte merecidas homenagens deverão ser prestadas ocasião chegada Vossa Excelência Rio. Assegurando assim plena solidariedade àquele gesto absoluta justiça, mesma diretoria aproveita ensejo levar mais uma vez sinceros aplausos grandes serviços prestados Vossa Excelência querido Estado, especialmente obras porto, viação interior, objetos carinhosa solicitude honrado governo que boa hora empreendeu salvação Nordeste. Classes conservadoras acompanham ação enérgica V. Ex^a. Secundada honrado presidente estado sentido perfeita execução importantes trabalhos cujo desenvolvimento desperta grande confiança feliz resultado garantidor estabilidade progresso Paraíba unanimemente grata glorioso filho – A diretoria. Isidro Gomes, presidente; Manuel Londres, Vice-presidente; Francisco Navarro, Tesoureiro; José Bastos, 1º Secretário; Manuel Morais, 2º Secretario.

O sr. Isidro Gomes, presidente dessa corporação e prócer da parcialidade contrária à política do sr. Epitácio Pessoa, assim se exprimiu sobre a marcha dos trabalhos, em seu relatório de 1º de maio de 1922:

Antes mesmo de ter assumido a presidência da República, o Ex^{mo} Sr. Dr. Epitácio Pessoa, conhecedor das mais vivas necessidades do Nordeste, deliberou, com absoluta e patriótica firmeza, melhorar a deplorável situação dessa importante zona do país.

A constante irregularidade das estações nessa ubertosa nossa região, tão desprezada pelo governo central, nunca permitiu o desenvolvimento contínuo das nossas fontes de riqueza. A agricultura e a pecuária, especialmente, vivem sempre entregues aos vaivéns das secas periódicas que tudo devastam.

Tudo que o trabalho constante produz nos períodos de inverno, mediante o emprego das melhores energias e de todos os recursos adquiridos, desaparece, ficando a miséria e a própria fome.

Nas épocas de abundância, falha o transporte para levar os produtos aos centros consumidores, ocasionando a sua desvalorização nos centros de produção, ao mesmo tempo em que o comércio da capital e do litoral importa os mesmos gêneros das outras praças do Sul e do extremo Norte.

É nesta real situação de penúria e de abandono que o dr. Epitácio Pessoa, não medindo a extensão do trabalho, a complexidade dos casos e as dificuldades inerentes à execução das variadas medidas, resolve agir, desassombradamente, enfrentando, com energia inabalável e acendrado amor, o grandioso problema intitulado “as obras do Nordeste”.

Em relação ao nosso estado, trabalha-se com afincio, desde a capital ao ponto mais afastado do interior, que já pode ser alcançado em algumas horas. Além das estradas carroçáveis, cortando todo o estado em diversas direções e açudagem em diversos pontos, acham-se em franco andamento os serviços do porto e da estrada de ferro de penetração, obras de imenso valor e que vêm assegurar o próspero futuro do estado.

Os trabalhos correm com a maior atividade e sob a maior vigilância do governo, e, pondo de parte defeitos e faltas, aliás, inevitáveis em casos de tão grande importância, prosseguem animadoramente, formando a mais feliz perspectiva, o que é motivo de vivas congratulações para as classes conservadoras e para o povo em geral.

Especialmente o porto e estrada de ferro de penetração faziam objeto das mais velhas aspirações do comércio que os pleiteava, há longos anos, nos inúmeros memoriais, em conferências, em discursos e nos relatórios desta Associação, que se sente orgulhosa de sua profícua colaboração.

É um dos espíritos mais esclarecidos do meio, identificado com as questões do nosso progresso, que, pondo de parte o antagonismo partidário, dá o testemunho de apreço à orientação das obras do Nordeste.

Apreciando esses serviços federais, em sua mensagem apresentada à Rio Grande do Norte, a 1º de setembro de 1922, observou, com incisiva justeza, o presidente Sólon de Lucena:

Eles, ao meu pensar, resumem o futuro vital das nossas populações e, constituindo um fato econômico da mais alta relevância nos destinos do país, serão até a sua solução definitiva o ponto de referência onde os

estadistas do futuro irão procurar a justa medida do descortino político dos estadistas de hoje.

O combate às secas do Nordeste passou do domínio dos expedientes de ocasião ao do esforço persistente e cientificamente sistematizado que lhe deu feição própria e o elevou à altura de problema nacional, integrando, social e economicamente, no Brasil progressista dos estados meridionais, o Brasil flagelado e retardatário das regiões nordestinas.

Esses melhoramentos devem ser aquilatados pelos que possuem a experiência do estado anterior, para poder ser medido o contraste das situações.

Mas, o sr. Epitácio Pessoa pôs empenho, no momento em que ia destituir-se das sugestões do poder, que sua obra fosse julgada por homens de capacidade técnica e de compreensão dos problemas públicos, autorizados e insuspeitíssimos.

Essa desassombrada decisão denuncia, só por si, uma tranquilidade de consciência e, ainda mais, uma confiança no esforço bem dirigido, na eficácia da ação vigilante, no supremo sacrifício da coragem das responsabilidades, que deveria escusá-lo, previamente, de quaisquer falhas porventura verificadas no vasto empreendimento.

Eu não sei de uma resolução mais estoica do que essa de um dirigente que assume, perante seus jurisdicionados, a responsabilidade de uma ciclópica empresa exposta, repentinamente e em diversos pontos, à desorganização do caráter nacional.

Esse homem fiava-se no poder da vontade própria e no prodigioso desdobramento de suas faculdades.

Prescindo de salientar os títulos da inteireza moral e da competência de cada um dos membros dessa notável comissão.

No dia 14 de novembro, justamente na véspera do término do governo da República, o general Rondon, um dos maiores construtores da civilização brasileira, endereçou o seguinte telegrama ao presidente que deixava o Catete:

Fortaleza, 14 - É da capital do Nordeste, onde me acho por consideração à pessoa de V. Ex^a, que lhe dirijo as minhas despedidas e os mais sinceros

agradecimentos pelo forte apoio que o honrado governo de V. Ex^a deu à Comissão Rondon. Tenho vivo prazer afirmar V. Ex^a, agora que acabo de ver, com os meus próprios olhos, as grandiosas e patrióticas obras de combate contra as secas, que o serviço prestado à nação pelo governo de V. Ex^a, nesta região flagelada do Nordeste, é de tal natureza humana, social e profundamente econômico, que por si só basta para colocar a sua personalidade política na altura e nível dos mais operosos estadistas nacionais. A segurança e firmeza com que V. Ex^a defendeu e manteve a sua obra dá uma ideia bem nítida da superioridade da nossa raça. Que a nação venha a reconhecer esses grandes serviços, são os meus mais sinceros votos, ao me despedir de V. Ex^a – General Rondon.

E, cedendo ao mesmo impulso patriótico, toda a comissão dirigiu-se, no dia seguinte, ao benfeitor do Nordeste, nos termos subsequentes:

Ceará, 15 – Desejando dar a V. Ex^a a impressão colhida, até a presente data, na excursão empreendida em visita às obras que efetuou no Nordeste, esta comissão resume-a na seguinte sucinta exposição:

Essas obras, cujo início se reporta à seca de 1919, compreende serviços de socorro imediato de urgência aos flagelados, sob a forma de trabalho da construção de estradas de rodagem, caminhos carroçáveis, poços tubulares, açudes de terra, públicos e particulares, e as obras de caráter definitivo, constituídas pela construção da estrada de ferro Ceará-Paraíba e ramais para o serviço das barragens dos grandes açudes de alvenaria e dos portos da Paraíba, Natal e Fortaleza; esta exposição refere-se apenas às obras do Estado da Paraíba e à maior parte das do Estado do Ceará, já visitadas até a presente data.

Em comunicação ulterior, receberá V. Ex^a oportunamente as relativas à região norte do Ceará e Rio Grande do Norte. De estradas de rodagem e caminhos carroçáveis foram construídos mil quatrocentos e vinte e três quilômetros, importando a despesa total quatorze mil e novecentos contos. No total já despendido estão incluídas as verbas para estudos de toda a rede projetada e de alguns serviços suspensos. Açudes de terra, públicos e particulares, foram construídos e reconstruídos, cento e noventa e seis, com a despesa total de oito mil cento e cinquenta e quatro contos. Poços

tubulares aproveitados uns, outros não, foram construídos cento e vinte e seis, com a despesa total de duzentos e sessenta e nove contos, só no primeiro distrito.

De estradas de ferro foram construídos e entregues ao tráfego mais de cento e sessenta quilômetros, sendo a extensão total da linha tronco Ceará-Paraíba de quatrocentos e quarenta e oito quilômetros. A despesa feita é de vinte e um mil contos, a qual se acrescentam outras com aquisição de trilhos, locomotivas e material rodante, no valor de trinta e sete mil contos.

O serviço de barragens de alvenaria compreende as de São Gonçalo, Piranhas e Pilões, formando sistema conexo de acumulação e distribuição irrigadora na bacia do Alto Piranhas às de Orós, Poço dos Paus, Patu e Quixeramobim, na bacia do Jaguaribe, e a de Acarape, principalmente destinado ao abastecimento de Fortaleza.

São Gonçalo tem as instalações quase prontas e funcionando, devendo achar-se concluída em dezembro de 1925.

Piranhas tem a instalação pronta na proporção de setenta e nove por cento, achando-se no local todo o material de importação necessário, devendo estarem concluídas as obras em março de 1925.

Pilões tem no local sete oitavos do material importado, e a instalação em meio, devendo a conclusão dos serviços ter lugar em janeiro de 1924.

Orós tem no local trinta e cinco por cento do material necessário para instalação, devendo estar toda a barragem concluída em março de 1925.

Poço dos Paus tem sua instalação completa e funcionando, devendo estar toda a obra concluída em novembro de 1926.

Patu tem no local todo material necessário à instalação, na proporção de setenta e cinco por cento, devendo estar concluído em dezembro de 1924.

Quixeramobim tem setenta e cinco por cento da sua instalação pronta, e em começo os serviços de escavação, devendo estar concluído em novembro de 1925.

O preço unitário por metro cúbico de alvenaria avalia-se, em média, por cem mil réis para todas estas barragens, nele concluídas todas as despesas de material, instalação, construção e administração. Acarape tem os serviços de construção muito adiantados, devendo ficar concluídos até março de 1923.

Nas barragens de São Gonçalo, Piranhas, Pilões, Orós e Poço dos Paus,

a cargo da Dwight P. Robinson and Company Incorporated, foram despendidos cerca de trinta e cinco mil contos. As de Patu, Quixeramobim e Acarape, a cargo da Norton Griffiths and Company Limited, foram despendidos vinte mil contos.

As obras do porto da Paraíba se acham em plena atividade, como os serviços das barragens com a instalação completa e pronto um terço do total.

As despesas feitas atingem a dezenove mil contos, estando a cargo de C. H. Walker Company. Devem estar concluídas, no correr de 1923.

As obras do porto de Fortaleza, também em franca atividade, têm a instalação pronta e bem iniciadas as obras de construção, tendo sido a despesa de dois mil e trezentos e cinquenta contos. Além destas, existem diversas obras, feitas pela Inspeção, no valor de dez mil contos, como sejam os armazéns da praia, ponte metálica e diversas outras pontes.

Recapitulando a despesa global, feita com todos os serviços enumerados, importa cento e sessenta e oito mil quatrocentos e setenta e três contos.

Todos os materiais necessários aos portos, açudes, estradas de ferro e de rodagem acham-se em perfeita ordem e boa guarda. Todos os estudos das bacias hidráulicas, hidrográficas e de irrigação, assim como o fornecimento de material nacional e o transporte do importado, estão a cargo e perfeitamente atendidos pela Inspeção Federal das Obras contra as Secas, sendo os serviços técnicos de instalações, estudos, projetos e execução das barragens feitos sob a responsabilidade das firmas já mencionadas em regime administrativo.

É digna de menção a organização técnica e administrativa dos serviços, a cargo dos contratantes das obras, que satisfazem plenamente a todos os requisitos necessários para o seu andamento rápido, sendo excelente o aparelhamento, proficiente, zeloso e disciplinado.

O pessoal profissional merece também francos louvores, a parte das construções, a fiscalização e os estudos, confiados à Inspeção Federal das Obras contra as Secas, cuja boa organização, zelosa assistência e probidosa ação nos Distritos da Paraíba e Ceará são notórios e teve esta comissão oportunidade de verificar, agradecendo, mais uma vez, a confiança com que aprovou a V. Ex^a distinguir-nos para encargo de tanta relevância e responsabilidade. Aproveita esta comissão o ensejo da gloriosa data nacional, em que encerra a sua administração patriótica, honrada e brilhante, para

enviar a V. Ex^a suas congratulações muito sinceras, com os votos cordiais para o bem merecido repouso no seu afortunado lar. Atenciosas saudações – General Rondon – Simões Lopes – Morais Barros.

Na hora de largar o poder, em que ingressara por sua vocação de glórias e que tanto dignificou pela mais rígida intransigência do princípio de autoridade, no momento de receber as aclamações da ordem civil, escapa por um golpe a Feijó, à dissolução do regime, essa fortuna inicial do Nordeste, interpretada por vozes estranhas, deve ter-lhe representado o maior conforto aos tropeços de uma quadra de desequilíbrio mundial.

A comissão encarregada de examinar o conjunto das obras apresentou, enfim, seu relatório, a 2 de fevereiro do corrente ano. É um documento copiosamente divulgado; assim, por sua extensão, deixo de o transcrever na íntegra.

Apreciando os termos do problema do Nordeste e o valor da solução adotada, enuncia:

Esses termos podem ser resumidos da seguinte forma:

Desde que a população do sertão é, quase em absoluto, refratária ao êxodo definitivo, a dedução que se impõe é a de estabilizá-la no próprio sertão, proporcionandolhe os meios de subsistência e trabalho.

Desde que a terra é fértil e necessita apenas de irrigação para produzir, é consequente que se promova a obtenção desse fator indispensável.

Desde que a água existe na quantidade necessária, apenas mal distribuída, é preciso acumulá-la e distribuí-la convenientemente.

Parece-nos fora de dúvida que o magno problema foi enfrentado tendo em vista estas considerações principais que, resolvidas, satisfarão ao objetivo humanitário como, em parte, ao econômico.

A primeira parte, a humanitária, que consiste em estabilizar a população, garantindo-lhe água e com ela o alargamento da produção indispensável à subsistência, será conseguida com a multiplicação disseminada das grandes e médias açudagens de águas permanentes, que constituirão as bases do povoamento fixo.

A segunda parte, a econômica, será alcançada com as grandes barragens de alvenaria, que formarão uma série de grandes lagos, a maior, a de Orós,

com capacidade superior à da baía de Guanabara. Essas barragens, além dos benefícios apontados para as açudagens de terra, deverão fertilizar pela irrigação sistemática os 160 mil hectares de terrenos de várzeas enxutas, até hoje sem aproveitamento apreciável para a agricultura, por falta do seu elemento essencial.

Além disso, essas barragens poderão tornar perenes, em dadas proporções, os cursos intermitentes dos dois rios de maior percurso da região.

Realizadas tais perspectivas, só a cultura do algodoeiro, além de outras, contribuirá valiosamente para a economia nacional, com a produção do seu intitulado ouro branco, de modo a justificar, até certo ponto, as ousadias do empreendimento.

E insiste, em outros tópicos:

Essas grandes obras produzirão benéficos efeitos de ordem moral e econômica. Maiores ou menores, serão eles de positivo alcance para o secular problema, pela primeira vez entre nós atacado com coragem patriótica pelo governo passado.

(...)

As despesas públicas de socorro, as perdas de haveres montaram nestes últimos anos a centenas de milhares de contos. Tais despesas e prejuízos vão crescendo progressivamente com o aumento da população do patrimônio comum. Além dos danos materiais, há os da vida humana, que representam inestimável capital. As despesas, até então feitas com raras exceções, não se concretizaram em obras de valor reprodutivo, limitaram-se à alimentação individual e ao transporte dos flagelados. As obras atuais, ao contrário, visam constituir futuros centros de cultura e abastança, que sirvam de apoio às populações, na hipótese, sempre ameaçadora, das calamidades.

(...)

O objetivo humanitário poderá ser atingido desde que haja água permanentemente acumulada e disseminada em grande parte no território sujeito às calamidades climáticas, suficiente para defender as populações contra os seus perniciosos efeitos. Em caso de seca prolongada terão elas, pelo menos, pontos de apoio seguros para a subsistência, acercando-se dos

grandes açudes de alvenaria e de terra e dos cursos dos rios tornados de águas mais duradouras. Será esse um grande resultado.

E, conquanto imponha algumas reservas à “ação altamente meritória do governo transato”, relativamente ao imediato êxito econômico das obras, proclama que “deve sentir-se satisfeita a alma nacional, desde que o escopo humanitário seja atingido, por ver em via de cura uma das grandes chagas que a amesquinham”.

Discrimina alguns pontos de divergência, mas adverte:

Estas considerações, nem de leve, implicam apreciação menos solidária e respeitosa à ação altamente meritória do governo transato, enfrentando com tanto denodo e firmeza a solução de um dos mais sérios e escabrosos problemas nacionais, qual o da redenção e reabilitação de um vasto trato, densamente habitado, do território pátrio.

Também não visam amesquinhar os reais e valiosos serviços da Inspeção Federal das Obras contra as Secas, cujo pessoal técnico está construindo no amplo cenário ardente do Nordeste, em obras que hão de causar a admiração dos pósteros, pedestais de glória à engenharia brasileira, alimentados pela sua proficiência e esforçado patriotismo.

As divergências, cuja discussão afloramos de leve nestas conclusões, dizem mais respeito ao plano de ataque integral, simultâneo, de todas as grandes obras ora em execução, antes de completados os estudos que sugerimos, do que ao fundo mesmo do magno problema.

E verifica a real aplicação dos dinheiros públicos nas seguintes obras:

- a. 291,71 km de estradas de ferro construídos e em tráfego, 340km com o leito preparado e 104,54 km em construção;
- b. 555,8 km de estradas de rodagem em tráfego total, 1.887.300km em tráfego parcial, e 143.600km em andamento;
- c. 1.192,6 km de caminhos carroçáveis em tráfego total, e 786,1 km em tráfego parcial;
- d. 229 açudes construídos, reconstruídos e em construção, além de 87 estudados, cinco em estudos e 14 projetados;

- e. 139 poços tubulares perfurados;
- f. o porto de Fortaleza com 90% da instalação e 16 do serviço de construção realizados, e mais, grande cópia de obras e materiais, como sejam: uma ponte de desembarque, de cimento armado; outra em construção, destinada ao transporte de pedras para o molhe; uma boa serraria mecânica; sete armazéns, com área de 4.920 m²; duas pedreiras; dois guindastes grandes e um pequeno (elétrico), máquinas, armazéns e instalações adequadas para pulverização do cimento; grande quantidade de material rodante, etc.;
- g. o porto de Natal com 30% dos serviços feitos;
- h. o porto da Paraíba, com 7/8 da dragagem e 1/3 dos cais executados, e o serviço de faxinas em adiantado andamento;
- i. uma extensa rede telefônica;
- j. o serviço de coordenadas geográficas, que, 'organizado e dirigido superiormente, honra a Inspetoria de Obras Contra as Secas, e, finalmente';
- k. 'a maior parte dos elementos materiais para a conclusão das obras, aparelhados, bem organizados e em franco movimento de trabalho útil'.

Esta formal opinião de homens dignos de todo crédito, que haviam assumido perante a consciência nacional o compromisso de um grave veredito, ratificou a regularidade do plano das obras e de sua execução.

E, como documento dessa ampla atividade, foi arrolado um patrimônio colossal.

A falta de mais detida observação do meio e de suas particularidades implicou, porém, algumas ressalvas que demonstram, aliás, a isenção do julgamento.

Mas o sr. Epitácio Pessoa, que havia orientado a sua ação pelo minucioso conhecimento de nossas necessidades, como fruto de um exame diuturno, não esteve, sequer, por essas discordâncias acessórias. Eram objeções que já haviam sido balanceadas nos projetos dos melhoramentos por uma argúcia previdente. E, não somente juntou à expressão patrimonial a parcela de outros serviços não inventariados, como destruiu, uma por uma, com estupefaciente poder de dialética e de verdade, as restrições opostas.

É um documento que supre qualquer obra de defesa a diretriz de nossa redenção:

1º) nas estradas de ferro do Ceará, até setembro do ano passado, já se tinham construído 329 obras de arte, reparado 132 e se estavam construindo 45; haviam-se, além disto, comprado 77 locomotivas, 428 vagões e 50 mil toneladas de trilhos; nas da Paraíba contavam-se 363 obras de arte prontas e 77 em construção; nas estradas de rodagem e caminhos carroçáveis do primeiro desses estados, 910 obras de arte concluídas e 55 em andamento; no outro, 1.022 acabadas e 157 em via de conclusão; no Rio Grande do Norte, 461 terminadas e 89 a findar;

2º) para o transporte do material destinado às grandes barragens se havia remodelado toda a linha férrea de Baturité, onde só de trilhos se substituíram 371km;

3º) em todas as barragens os serviços iam adiantados (na de Acarape, 70.300 metros cúbicos construídos. Poço de Paus 102.000. Piranhas, 122.000. São Gonçalo, 54.000. Pilões, 10.000, e assim por diante); em todas elas se tinham edificado já centenas de casas para os operários (por exemplo: em Quixeramobim, para 800, Patu, para 1.600, em Poço de Paus uma verdadeira vila com abastecimento d'água filtrada, esgotos, telefones, etc.); em todas se haviam já construído habitações para o pessoal administrativo, usinas de força elétrica com geradores, compressores, etc., oficinas para reparo de qualquer material, depósitos de cimento, máquinas, óleo e explosivos, farmácias, hospitais, almoxarifado e obras de abastecimento d'água para as necessidades dos trabalhos e do pessoal, em todas se tinham já adquirido pedreiras e aberto caminhos para a sua exploração; montado bombas, caldeiras, britadores, cabos aéreos e guindastes de 20 e 35 metros de lança, assentado dezenas de quilômetros de linhas telegráficas; comprado exclusivamente para o serviço dos ramais das barragens numerosas locomotivas e carros de vários tipos; e assegurado, enfim, a persecução das obras com todo o imenso material que se encontra acumulado nos locais respectivos;

4º) dos 229 açudes construídos, reconstruídos ou em construção de que fala o relatório, tenho a cifra da capacidade apenas de 55, pois só estes guardarão nada menos de 339.777.985 metros cúbicos de água;

5º) a comissão percorreu somente os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, mas as obras do Nordeste estendem-se também aos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Piauí. Ora, na Bahia, “em setembro do ano passado”, havia já 30km de estradas de rodagem em tráfego e seis em construção, com 57 obras de arte prontas e 12 por concluir; quatro açudes públicos terminados, com 5.000.000 de metros cúbicos de capacidade, e dois quase acabados, com cerca de 11.000.000; em Sergipe construídos 31km de estradas de rodagem e em andamento 93, com 103 obras de arte feitas e uma ponte e um viaduto a terminar; em Pernambuco entregues ao tráfego 97km de estradas de rodagem e 10 de caminhos carroçáveis e em construção 20 dos primeiros e 21 das segundas, com 112 obras de arte feitas e quatro a concluir; e um açude de 1.220.625 metros cúbicos de capacidade, quase terminado; finalmente, no Piauí 283km de estradas em construção, dos quais cerca de 189 quase findos, com 221 obras de arte concluídas e 152 a fazer; dois açudes públicos prontos, com capacidade de 385.512 metros cúbicos, dois reconstruídos (capacidade ignorada) e em andamento um, de 915.154 metros cúbicos.

Eu poderia ainda citar outros algarismos interessantes e aludir a alguns serviços mais; deixo, porém, de fazê-lo, para não me alongar demasiado, e ainda porque os que aí ficam indicados, constantes de informações de setembro último e hoje, portanto, com muito maior vulto e valor, já bastam para provar que os dinheiros do Tesouro destinados às obras do Nordeste não foram esbanjados em negociatas e favores.

Antes de terminar, entretanto, peço ainda a sua atenção para o que passo a dizer sobre as “restrições” do Relatório.

I – pensa a comissão que o objetivo econômico das obras só em parte será alcançado: parece-lhe muito pequena a área das terras que serão irrigadas e que ela avalia em 110 a 160.000 hectares; de outro lado, afigura-se muito elevado o preço médio de 2:178\$000 a 2:404\$000 que ela calcula para cada hectare (segundo as duas hipóteses que imagino), resultado a que chega com a simples divisão do custo das obras pelo número de hectares irrigados. Parece-me, aliás, acanhado e insuficiente este método, que não enxerga a transformação radical por que vai passar o Nordeste, quando todas as obras estiverem em pleno funcionamento, transformação que em outros países tem dado em terra com todas essas previsões.

É verdade que as restrições do Relatório “quanto à extensão dos resultados econômicos” provêm de não poderem entrar desde logo em jogo “todos os fatores indispensáveis – capitais, braços e utilização da capacidade irrigadora das açudagens e da produtora das superfícies irrigadas”; quando, daqui a alguns lustros, isto ocorrer, o êxito econômico será total.

Ainda assim, permito-me a liberdade de dizer que a estimativa da comissão quanto ao alargamento das terras irrigadas não se apoia em base sólida.

A extensão das terras irrigáveis depende não só do regime de irrigação adaptado, mas ainda de fatores que só depois de ultimadas as obras se podem conhecer; tal é, entre outros, a perda d’água nos canais, a qual varia segundo a natureza do terreno atravessado. Ora, admitindo-se a perda de 30% para a evaporação e absorção na bacia hidráulica e no trânsito dos canais e um metro para a dose de água por hectare/ano, segundo os cálculos que tenho de um especialista, a área irrigável do Orós no Ceará, que a comissão avalia em 60.000 hectares, será “de mais do duplo”, isto é, será de 122.500 hectares, “ficando ainda um bilhão de metros cúbicos d’água no açude, para a hipótese de uma seca”.

A comissão avalia em 10.000 hectares a área irrigável da Paraíba. Ora, a área levantada ali pela Inspetoria de Secas “ascende já a 14.676 hectares”, e o serviço está longe de ser ultimado!

O que se diz do Orós e da Paraíba aplica-se por igual às demais avaliações da comissão e mostra como são inseguros os seus cálculos.

A área irrigável das barragens do Nordeste será, pois, muito superior a 110 ou 160.000 hectares e, conseqüentemente, o custo do hectare irrigado, muito inferior à média de 2:178\$000 ou 2:404\$000, encontrada pela comissão.

Admitindo, entretanto, que esse custo médio seja exato, não é ele tão elevado que justifique a afirmativa do Relatório de que o objetivo econômico das obras do Nordeste, embora por enquanto, só parcialmente será lançado.

Para prová-lo, tomemos ao acaso, dos relatórios do Reclamation Service, alguns sistemas de irrigação do oeste americano e vejamos o custo de cada um até o ano de 1919 (data em que somente um, o “Salt River”, estava ultimado) e a área média irrigada no período de 1912 a 1918, isto é, num decurso que não constitui “uma série de lustros”.

Projeto	Custo em dólar	Área média em hectares, irrigada no período 1912-18
Salt River. Arizona	10.548.254	130.707
Boise. Idaho	11.973.276	95.950
Rio Grande. Texas	9.100.668	43.771
Orlando. Califórnia	920.034	9.140
Shoshone. Wyoming	6.020.686	26.421
Yuma. Riz. Califórnia	9.095.806	28.364
North Platte. Nebraska	10.549.096	69.315

Com estes elementos pode-se organizar o seguinte quadro:

Projeto	Custo do hectare	
	Em dólares	Em 1\$000 na base de 9\$ o dólar
Salt River	144.24	1:298\$160
Boise	303.35	2:775\$150
Rio Grande	513.77	4:623\$930
Orlando	343.04	2:238\$660
Shoshone	536.09	5:067\$810
Yuma	792.42	7:131\$780
North Platte	376.07	3:384\$630

Atinge, pois, a cifra muito mais alta, que a de 2:178\$000 ou 2:400\$000, o preço médio do hectare irrigado nas obras do quadro acima.

Ainda assim, o resultado econômico foi surpreendente. O Salt River, que custou 10.548.254 dólares produziu “só num ano”, 18.188.800; o Yuma, do custo de 9.095.000 e com uma média de hectare irrigado de 7.131.780, isto é, “do triplo da média atribuída pela comissão às obras do Nordeste”, deu em colheitas “só em 1918”, o total de 15 milhões de dólares; com Yakima (Washington) despenderam os Estados Unidos 10.300.000 e lucraram, “no mesmo espaço de tempo” 9.729.643; a construção do Minidoka (Idaho)

montou a 5.800.000 dólares e o valor do “seu primeiro ano” de colheita a 5.168.078; enfim, obras do custo global de 125.000.000 de dólares, “quase todas ainda incompletas”, produziram “só num ano” colheitas avaliadas em mais de 52.000.000 de dólares.

Não há nada como os fatos para desconjuntar certos cálculos teóricos.

Junte-se agora à produção agrícola o aumento dos rebanhos em número e valor pela melhoria dos pastos e aguadas; adicionem-se mais a energia elétrica produzida pelos grandes volumes d’água acumulados e ter-se-á ideia da importância econômica das obras de irrigação já construídas no Nordeste. Para ilustrar com alguns exemplos americanos o que diz respeito à energia elétrica, notarei que a barragem do Arrewock, ao lançar suas águas nos canais, produz 20.000 cavalos-vapor; a Shoshone 40.000 e a Pathfinder, 60.000.

Já tive ocasião de lembrar em documentos públicos que “na Índia Inglesa, no Egito e na Argélia, em terras iguais às nossas”, a irrigação determinou um aumento de produção que varia de “50 a 800%”, conforme a natureza do solo e das culturas. Lorde Cromer não hesitou um dia em afirmar que a despesa de 1.800.000 libras, realizada com irrigação e drenagem, contribuiu “mais do que qualquer outro fator” para a prosperidade do Egito. Nos Estados Unidos os resultados dos trabalhos de irrigação têm sido verdadeiramente admiráveis, e imensos os benefícios políticos, industriais e financeiros, obtidos para a nação. Regiões outrora absolutamente desertas e estéreis contam hoje numerosos núcleos de população e tornaram-se celeiros abundantes dos mais variados produtos. As taxas pagas pelas terras beneficiadas têm indenizado de sobra o governo da União. As novas florestas e os campos cultivados aumentaram a quantidade de água, evaporando-a pela vegetação. A chuva cai hoje em Salton Sea, onde era de todo desconhecida. No curto espaço de quinze anos, dizia Warton James em 1917, “milhões de dólares foram despendidos, mas centenas de milhares de acres conquistaram-se no deserto, milhões de toneladas de forragens, grãos, frutos, legumes, ovos, leite, manteiga, queijos, etc. Colheram-se nas terras irrigadas; milhares de casas confortáveis fundaram-se, e ali vivem hoje milhares de homens, mulheres e crianças, cercados de higiene, de educação, de abundância e de felicidade”.

Ora, se são estes, desde o primeiro instante, os resultados das obras de

barragem e irrigação, em todas as partes do mundo, onde elas se fizeram, por que só no Brasil as suas vantagens não de ser mesquinhas ou tardias?

II – Julga a comissão que “teria sido preferível construir o porto da Paraíba, na povoação de Cabedelo, situada a 17km de distância da capital, na embocadura do rio ora canalizado, e facilmente ligável à cidade por meio de estrada de ferro”.

Parece-me um ponto de vista errôneo.

A Paraíba, pela sua inferioridade política, situação geográfica e falta de porto e navegação direta, é, como o senhor sabe, tributária de Pernambuco em tudo quanto diz respeito ao comércio, à indústria e à agricultura. A nossa exportação e a nossa importação têm passagem obrigatória pelo porto do Recife. Nas estradas de ferro que unem o interior da Paraíba à capital pernambucana encontra esse estado de coisas as maiores facilidades. Ora, para nos libertarmos dessa tutela, a primeira condição é evidentemente termos a nossa capital ligada por navegação direta aos outros pontos do país e do estrangeiro, de modo que as mercadorias que exportarmos ou recebermos não estejam sujeitas a ônus superiores aos das que saem ou entram pelo porto do Recife. É claro que será de muito maior vantagem para nós comprar e vender diretamente nos mercados de produção e de consumo, como faz Pernambuco, do que efetuar essas transações com o concurso de um intermediário – a praça do Recife. Mas se o porto fosse em Cabedelo, essa igualdade de condições se tornaria impossível, porque a nossa importação e a nossa exportação, além do frete marítimo, a que estão obrigadas a importação e a exportação de Pernambuco, teriam que pagar o transbordo em Cabedelo, com todos os riscos próprios dessas operações, e ainda o frete relativamente muito oneroso do caminho de ferro de Cabedelo à capital.

Segundo o autorizado testemunho do dr. Lucas Bicalho, profissional competente e especializado na matéria, os estudos do porto da Paraíba demonstram a possibilidade da abertura de um canal navegável em boas condições técnicas de conservação, entre Cabedelo e a capital, com o dispêndio não excedente de 4.000 contos. Ora, o movimento do porto de Cabedelo para a cidade da Paraíba acusava já na época daqueles estudos um total de 45.000 toneladas de mercadorias; não será temerário calcular que este total se elevará muito breve a 100.000 toneladas, em consequência

das obras que se constroem na zona árida do estado e do próprio melhoramento do porto. Mas o transbordo dessas cem mil toneladas em Cabedelo e o frete da via férrea até a capital representariam uma despesa acessória nunca inferior a 10 por tonelada, ou seja, mil contos anuais, ônus a que se pouparia o comércio e a população do estado com a construção do porto na cidade. Ainda que os mil contos se possam reduzir a 600, por causa das despesas de conservação do canal, ainda assim manifesto que essa economia “anual” de 600 contos justifica de sobra o dispêndio “único” dos 4.000.

Não é tudo.

“Na comparação entre Cabedelo e Paraíba”, observa judiciosamente o dr. Lucas Bicalho, “não se deve tratar de saber qual será o porto mais barato, porém, qual o mais econômico. Nunca é demais repetir que um porto mercante não se constitui apenas de bom ancoradouro e bom cais acostável, mas sim também de um centro de consumo e de comércio que o justifique e complete para as operações mercantis de que depende a sua eficiência e desenvolvimento econômico. Assim, ante a impossibilidade de transferir da Paraíba para Cabedelo o centro de atividade do estado e em vista da relativa facilidade de transferir deste para aquela atual estação marítima das mercadorias, parece que seria menos acertado insistir na construção em Cabedelo de um porto aparelhado, que ficaria essencialmente incompleto por falta de atributos indispensáveis ao seu movimento e efeito. Foi o que bem julgou ultimamente o Estado do Rio Grande do Sul, que, tendo em vista o valor da cidade de Porto Alegre está cuidando, a sua própria custa, de preparar o porto na própria cidade, embora para esse fim tenha de dragar um extenso canal para acesso direto da navegação de médio porte, suprimindo a baldeação em Rio Grande”.

III – A comissão considera prematura a construção de estradas de rodagem no Nordeste; “só depois” do desenvolvimento agrícola-comercial deste, a verificar-se “em seguida” ao “demorado” serviço de irrigação das terras, é que se poderá afirmar a necessidade daquelas vias de comunicações”, as quais, portanto, “poderiam”, sem inconveniente, esperar o início do desenvolvimento consequente à irrigação, “daqui a 10 ou 15 anos”.

Sempre ouvi dizer, aos competentes, que as estradas de rodagem são o “primeiro” passo a dar no combate contra os efeitos das secas.

E assim me parecia.

O Nordeste divide-se em duas zonas distintas: a do sertão, que é periodicamente devastada pela seca, e a do litoral, que se conserva quase sempre imune, fértil e abundante. Declarado o fenômeno, vão desaparecendo da primeira: as culturas, a água, as pastagens, o gado e começa a sede, a fome, a “retirada”, a morte. Ora, é evidente que se o litoral estiver ligado ao sertão por boas estradas de rodagem, será fácil atenuar os males do flagelo, já enviando da zona fresca e abundante, ou dos outros estados, para a região assolada e desprovida, sobretudo para os pontos afastados das barragens, toda espécie de recursos em gêneros, cereais, roupas, água, forragens, medicamentos, etc., já facilitando o êxodo das populações que de modo algum se possam manter no sertão. A experiência nos mostra que as localidades servidas por meios fáceis de comunicação, ainda que situadas na região das secas, pouco sofrem das consequências destas e servem mesmo de refúgio aos habitantes de outras zonas menos acessíveis. Fossem os estados do Nordeste, desde o aparecimento da locomotiva e do automóvel, cortados desde o princípio de estradas de rodagem em todas as direções, e o Brasil não teria hoje que lamentar a perda de tantos milhares dos seus filhos.

Mas, não é só por este lado que as estradas de rodagem são necessárias desde o primeiro momento; muitas delas o são também para o transporte dos materiais destinados precisamente à construção das barragens, e não podem, portanto, esperar, como quer a comissão, que estas estejam concluídas. Elas o são ainda para dar saída à produção das zonas beneficiadas pela açudagem, produção que começa a desenvolver-se desde a retenção dos primeiros metros cúbicos d’água, com a cultura das “vazantes”, das margens, das represas, etc., como se tem verificado em todos os países onde essas obras têm sido construídas, inclusive o Brasil, e não somente depois do “demorado serviço de irrigação das terras, daqui a 10 ou 15 anos”.

A comissão, aliás, é a primeira a reconhecer que “as estradas de rodagem construídas e em construção no Nordeste obedeceram claramente ao intuito de dotar a região de uma rede vasta e bem urdida de vias de comunicação que, proporcionando, de pronto, socorro, sob a forma de trabalho, às populações flageladas, viessem-lhes garantir, de futuro, meios “rápidos de assistência e retirada”; ao mesmo tempo objetivaram assegurar o transporte de materiais necessários à construção de grandes barragens,

visando também, como complemento destas, “ao desenvolvimento econômico daquela parcela do território nacional”.

Claro parece que esses serviços de socorros a de transporte não se podem efetuar com a rapidez que eles reclamam, e é a primeira condição de sua eficácia, por meio dos simples caminhos carroçáveis, como sugere a comissão.

IV – Também é prematura, no parecer da comissão, a estrada de ferro Ceará-Paraíba, que “não atravessa qualquer zona de intensa produção, corta apenas um canto de região de açudes” e, assim “podia, sem prejuízo” “esperar” para ser construída, a “terminação das grandes açudagens e dos canais de irrigação”, mesmo porque é de presumir que só possa ter tráfego apreciável depois de removidas as causas das secas.

O prolongamento da estrada de ferro de Baturité, a partir de Timbaúba, no Ceará, onde já se achava até a região das barragens projetadas na Paraíba era obra absolutamente indispensável. Sem ela, a construção dessas barragens se tornaria impossível por dispendiosíssima, pois seria então necessário transportar o material pela via férrea de Cabedelo a Campina Grande e daí por mais de 300km de estradas de rodagem a construir, enquanto que de Timbaúba àquela região o percurso é, se não me engano, de 28 ou 30km apenas.

Mas, construindo só esse trecho, a Paraíba ficaria nestas condições: com uma estrada de penetração que, partindo da capital, não iria além de Alagoa Grande de um lado e Campina Grande de outro, em seguida uma imensa solução de continuidade e depois o trecho de Pilões a Timbaúba, na linha de Baturité. Daí resultaria que a produção sertaneja da Paraíba, que já se escapa ao norte pelos caminhos de Mossoró e ao sul pela estrada de Campina Grande ao Recife e por Flores e Triunfo em demanda da Central de Pernambuco, passaria a escoar-se também pelo oeste em direção a Fortaleza, reduzindo o comércio da capital à mais triste situação. Isto seria beneficiar o estado por um lado e por outro prejudicá-lo gravemente. A ligação de Pilões e Alagoa Grande, fornecendo ao comércio e à indústria do sertão paraibano transporte mais rápido, mais direto e mais barato para a capital era, pois, antes de tudo, uma obra de equidade e de justiça.

Nem se objeta que essa ligação vai atravessar uma zona de limitada cultura. Pouco importa. A estrada de ferro foi sempre um estímulo ao

povoamento, ao trabalho e à produção. Regiões inteiramente desertas e incultas transformaram-se de um dia para outro em centros notáveis de população e de riqueza, só com o serem atingidas ou atravessadas pelo caminho de ferro.

“Nos países novos e ricos como o nosso, observava há alguns anos o sr. Luciano Pereira, são as estradas de ferro que os fecundam. Assim se fez nos Estados Unidos, no Canadá, na República Argentina, na Austrália e em todas as grandes possessões europeias da África. No faroeste americano, as vias férreas atravessavam zonas completamente dominadas pelos peles-vermelhas, tendo o governo necessidade de empregar tropas para defender os trilhos e as locomotivas dos ataques dos índios. As terras, assim beneficiadas, cedo se povoaram de homens civilizados, que as exploraram e enriqueceram e os capitais empregados na construção dentro de algum tempo foram largamente compensados.

O mesmo sucedeu na República Argentina com os campos da Patagônia. O Canadá, apenas com sete milhões de habitantes, possui uma rede ferroviária muito maior que a nossa, inclusive duas linhas transcontinentais, o que demonstra não ter o governo do domínio esperado que as terras se povoassem primeiro para depois construir as estradas de ferro. Mesmo entre nós, já os tem feito com sucesso a experiência nas terras até há pouco desconhecidas do noroeste, rapidamente povoadas e enriquecidas depois que foram atravessadas por estradas de ferro. “É corrente, por ser o fato absolutamente verdadeiro, que o atraso do nosso interior é devido exclusivamente à dificuldade de transporte”. Não significa isto que a existência “atual” de núcleos de população e a produção “atual” das regiões a percorrer não devam entrar em linha de conta na construção de uma estrada de ferro, mas quer dizer que se outras razões de ordem social, política, humanitária, estratégica, etc. Reclamam essa construção, não bastam aquelas para desaconselhá-la.

Ora, no Nordeste, nem mesmo tais razões podem ser invocadas; a sua população é das mais densas e a produção do seu solo é prodigiosa e, pode dizer-se, constante, pois só nos períodos afastados das secas se interrompe e desaparece. A seca não é o estado permanente do interior da Paraíba; o terrível flagelo deixa-lhe felizmente tréguas repetidas, em que o trabalho e a fertilidade excepcional do seu solo lhe asseguram períodos prolongados

de bem-estar e de fartura. Finalmente, não é ocioso repetir o que há pouco ponderei, isto é, que a produção das zonas beneficiadas pela açudagem, segundo a experiência de todos os países, inclusive o Brasil, começa a desenvolver-se desde a retenção dos primeiros metros cúbicos d'água e não precise esperar, como quer o relatório, a terminação dos grandes açudes e dos canais de irrigação.

V – A última restrição do relatório é referente aos portos, “cuja construção avoluma consideravelmente o vulto das despesas, pondo em risco o seguimento normal das obras municipais”, e, em tais condições, “não haveria mal em esperar” que o “início do desenvolvimento econômico, consequente à irrigação”, reclamasse os respectivos melhoramentos.

Sempre a ideia do adiamento, em um país onde a falta de continuidade nas medidas administrativas é a nota característica de todos os governos!

Algumas das considerações que acima aduzi, a respeito das estradas de terra e de rodagem, aplicam-se também aos portos. O melhoramento e aparelhamento dos da Paraíba, Natal e Fortaleza eram necessários e urgentes não só para o recebimento do material destinado à construção das grandes barragens, como para a prestação de socorros imediatos dos outros estados, em caso de seca, e ainda para a exportação dos produtos da zona beneficiada, que já são abundantíssimos nos anos normais e, com as obras já feitas e as que ainda se fizessem antes de nova irrupção do flagelo, sê-lo-iam também mais tarde, nos anos de crise. Adiar esses trabalhos seria tripudiar sobre o desânimo que, dia a dia, invade a população daquelas regiões, cujos esforços e cujos sacrifícios, ainda nos anos de estações regulares, se perdem inteiramente por faltas de transporte e de saída para a sua produção. Não deixa de haver certo ilogismo, já alguém o notou em querer beneficiar a região do Nordeste, adiando a construção de estradas e portos para depois que ela estiver em plena florescência, quando para ser esta uma realidade é mister que cheguem ao âmago da região árida os elementos de progresso decorrentes das comunicações rápidas e dos transportes imediatos. As obras em construção no Nordeste – açudes, barragens, estradas, portos – são elementos diversos, mas harmônicos, de um só sistema, de um plano único: eliminar qualquer dele é fazer trabalho incompleto, emperrar a marcha dos demais e tornar inatingível o fim colimado.

Um povo de mediano senso das responsabilidades e de rudimentar consciência dos valores, um povo de medíocre discernimento dos homens e dos problemas nacionais não pediria mais contas dessa solução. Se o juízo independente e idôneo de técnicos e homens públicos vale alguma coisa e se a inteligência não é impenetrável à lógica dos fatos, já estava dita a última palavra sobre o empreendimento.

Nada poderia opor-se a essa consagração definitiva.

Mas, os que nada sabem e nada viram, os que ignoram os lances de nossas perdas e a obstinação de nosso desamparo e nem, sequer, vieram examinar o resultado da constância do esforço heróico de um triênio – esses críticos de oitava, ou melhor, esses surdos voluntários teimam em desfazer no único benefício que a munificência da União outorgou ao Nordeste.

O sr. Simões Lopes, um homem sisudo e equânime, veio, mais uma vez, de encontro a essa maledicência calculada. Respigo de seu longo discurso, proferido na sessão da Câmara dos Deputados, de 12 de setembro do corrente ano, os trechos mais expressivos:

Procurei ainda rememorar, com palavras mais ou menos vivas, o quanto essa questão agitou, em tempos idos, o espírito nacional. Ela não podia ter deixado de empolgar, de modo ainda mais frisante, o espírito daquele que teve a subida honra de dirigir os nossos destinos no quadriênio passado. O sr. dr. Epitácio Pessoa foi de uma franqueza, de uma lealdade que ressalta em todas as linhas, quer de sua palavra falada, quer dos seus escritos, muito antes de tomar a si a grande responsabilidade do poder. Não há quem não saiba que S. Ex^a, mesmo antes de voltar da Europa, tinha em mente a realização de obras reais, de obras de conjunto, que pudessem satisfazer as grandes necessidades daquela região. S. Ex^a disse, não só em palestras, em *interviews*, como até em documento público.

Todos os poderes representativos da nossa terra o acompanharam nessa monção favorável, para um dia podermos reerguer aquelas populações no nível das suas irmãs do nosso imenso território.

Câmara e Senado, todos os poderes, aprovavam as intuições naturais do grande coração de patriota que é o dr. Epitácio Pessoa.

Filho do Nordeste, uma das figuras de maior relevo daquela região e de todo o país, S. Ex^ª julgava seu dever de honra, uma vez no poder, levar avante um plano de trabalho, que viesse, definitivamente, desanuviá-la dessas crises passageiras, em que somos obrigados a amparar os nossos irmãos com o socorro público, que o caso exige, em lugar de, previdentemente, velar por sua sorte pela transformação, pela modificação daquele meio em que labuta grande parte da população brasileira.

Quem recusou o seu apoio moral ou financeiro às medidas do dr. Epitácio Pessoa? Quem foi que lhe apresentou um argumento sério? Qual a impugnação que houve em qualquer das Casas do Congresso, a essas verbas? Quais os inquéritos que foram feitos para saber qual seria sua aplicação, para indagar se esses empreendimentos seriam uma aventura ou se corresponderiam, mais ou menos, à realização de um plano bem elaborado pelos técnicos?

A nação toda assistiu, com prazer, a esse movimento em prol do Nordeste brasileiro. Choviam os aplausos de todos os cantos do país. Não podíamos duvidar da ciência de alguns dos nossos técnicos que se abalanchavam, com tamanha confiança, à efetivação de tão grande obra, obra volumosa e cara, que orça por centenas de milhares de contos.

É muito natural que a essas obras fosse desde logo ligada, como foi, a ideia de uma não perfeita observância sob o ponto de vista econômico da sua realização; que essas obras pudessem ser o centro de irregularidades, que se dão até nos pequenos trabalhos, de que somos testemunhas, quanto mais em obras que ascendem a tanto vulto!

O espírito público, batido pela palavra muitas vezes injusta da imprensa, e pelas repetições pouco fundamentadas de terceiros vai por sua vez aumentando a intensidade da onda que se levanta em face da questão, que, na verdade, hoje, em nosso país, é considerada como tendo sido um dos grandes “panamás”, um dos maiores escândalos praticados em nossa terra.

Mas, Sr. Presidente, para não alongar mais a minha oração, voltarei ao ponto que deixara ainda há pouco, que era essa impressão que se firmou em torno das obras do Nordeste, porque diziam nelas haver muitas irregularidades.

Em todo caso, devo dizer à Câmara que, quando daqui parti, eram tais as notícias sobre os desmandos das obras do Nordeste, que supunha encon-

trar lá uma absoluta anarquia, uma falta de cuidado por parte do pessoal da inspetoria, material abandonado em toda parte, obras muito mal encaminhadas, instalações muito malfeitas. Enfim, defeitos de toda a natureza.

Devo declarar à Câmara, porém, que isso não observei. Mas, daí para a nossa comissão poder avaliar a economia daquelas obras, desde os materiais adquiridos na Europa, até a sua aplicação dentro do Brasil, seria preciso quase que fazermos uma revisão de todo esse trabalho, uma meticolosa análise, permanecendo meses e meses no Nordeste, pedindo todos aqueles esclarecimentos que constam do questionário da cidade de Fortaleza e mais ainda alguns. Só ali fizemos 72 quesitos. Seria preciso uma grande permanência em contacto com aquele meio, com os engenheiros, com a natureza, vendo até que ponto eles levavam suas observações de sondagens nas linhas de barragens, e outras investigações, para podermos, então, formar um juízo mais preciso sobre o modo econômico por que estão sendo feitas e sobre a garantia da sua execução. Eis a razão das restrições que os senhores encontrarão nos nossos relatórios sobre esse fato.

Não quisemos, não podemos assumir a responsabilidade de tal assunto, porque justamente nos escasseiam esses elementos a que me acabo de referir. Mas, é preciso, Sr. Presidente, que não deixemos a questão desambar para a vala comum.

Neste momento em que atravessamos momento de profunda anarquia, quase mundial, de desconfiança, de suspeita, de incertezas e, mesmo de tristeza; neste momento em que atravessamos em que vão de roldão todas as qualidades dos homens públicos, em que pouco se respeita a honra alheia, a honestidade e os intuitos superiores que nos guiam, é preciso que se restabeleça, tanto quanto possível, a verdade das coisas, procurando delimitar as atribuições de cada um, procurando fixar as responsabilidades, trazendo cada um de nós o seu depoimento sobre aquilo que sente em relação aos grandes fatos que se passam.

A intenção de S. Ex^a o sr. dr. Epitácio Pessoa não podia ser melhor. A sua vida limpa, de magistrado íntegro, a sua honestidade ilibada, o lustre com que apareceu o seu nome há poucos anos para a presidência da República, aclamado pelo país inteiro, o apoio que se lhe deu na organização de todos esses planos, não permitem de modo algum tais acusações que de um momento para outro se levantam pelo fato de haver irregularidades nas obras.

(...)

Em todo caso, eu queria, desde já, dar à Câmara esta explicação da conduta da comissão que vistoriou as obras do Nordeste, e, sobretudo, responder a essa atmosfera desagradável, de ordem moral, que paira sobre essas grandes obras, porque, até hoje, continuo como membro dessa comissão, como deputado e como amigo pessoal, considerando a individualidade do dr. Epitácio Pessoa muito fora do alcance de qualquer encrespação menos airosa, porque dele formo, até agora, o juízo que sempre fiz: homem de bem, homem de caráter, de energia e sabedoria, e ainda uma das grandes esperanças da nossa pátria.

(...)

É uma ratificação confortativa. O ilustre membro da comissão Rondon repete não ter apurado, apesar das investigações a que procedeu, as irregularidades visionadas, de longe, por pessoas que não têm a menor ideia sobre o Nordeste e as suas obras. Mas, dando de barato que tenham ocorrido esses desvios, resguarda de qualquer encrespação “o homem de bem, o homem de caráter”, que seria o primeiro a ressentir-se do desvirtuamento de seu tenaz programa de patriota.

Poder-se-iam juntar a esses abonos os depoimentos reiterados das representações da Paraíba e do Ceará no Congresso Federal; mas, posto se imponham, de ciência certa, seriam suspeitados do interesse geral da região.

Dou, como amostra desses protestos de justiça e gratidão, um tópico do recente discurso do sr. João Suassuna:

Que vão ouvir os que maldizem de Epitácio Pessoa, se não a este o hino de louvores e de bênçãos que por todo o Nordeste se entoia ao seu nome, hoje ali um símbolo, a merecer e a dividir a existência econômica da região em duas fases – de antes e depois do seu governo.

É um filho do sertão beneficiado que interpreta, com insinuante eloquência, a alma enternecida e máscula de seus conterrâneos.

Mas a incompreensão da parte de alguns, a falta de solidariedade nacional da parte de outros e o despeito facciosíssimo da parte de muitos

teimam em manter o espírito de prevenção contra o grande empreendimento.

Escandalizado por essa animosidade agressiva e injusta, um estrangeiro notável não se conteve que não verberasse: “NÃO SE CONDENEM, POIS, ESSES GRANDES GASTOS EM TORNO DOS QUAIS TANTA CELEUMA SE FAZ, COMO SE OBJETIVASSEM OBRA IMPRODUTIVA”.

É o juízo, já citado, do sr. Arno Pearse à apologia de nossa grande açudagem, após a inspeção desses melhoramentos.

Mas, acima desse parecer sobranceiro a todas as influências do meio, firmado no estudo comparativo das principais obras irrigatórias de todos os países, merecem fé os ódios disfarçados ou truculentos da crítica, inconsciente...

Como vimos, então, o plano dessas obras não obteve o consenso da imprensa, do parlamento, de toda a opinião nacional?

Todos se solidarizaram com o propósito de transformar o Nordeste num ambiente de trabalho.

Os que, hoje, imputam ao sr. Epitácio Pessoa os desperdícios de nossa salvação certamente não lhe perdoariam o descaso do mais premente dos problemas brasileiros.

Ao homem do Norte cabia como já mostrei esse grave programa.

Prudente de Moraes restabeleceu a paz interna pela consolidação da ordem civil, reatou as relações com Portugal, resolveu os litígios da Trindade com a Inglaterra e do Amapá com a França, preparou, enfim, os fundamentos da vida republicana. Campos Sales reconstruiu as finanças e restabeleceu o crédito do país. Prestigiando a política internacional de Rio Branco, Rodrigues Alves dilatou nossas fronteiras e saneou e embelezou a capital federal. Afonso Pena promoveu a Exposição Nacional de 1908, concluiu as obras do porto e melhorou o abastecimento d'água do Rio de Janeiro, remodelou a esquadra, desenvolveu a viação férrea, etc. Nilo Peçanha, em 17 meses de substituição, criou as Escolas de Artífices, o Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas, o Serviço de Proteção aos Índios, a Inspetoria de Obras Contra as Secas e a Bolsa de Mercadorias. Hermes da Fonseca construiu vilas operárias, tentou nacionalizar a pesca e criou o serviço de valorização da borracha. Venceslau Brás, numa fase de crise financeira e de agitação mundial, promoveu melhoramentos,

teve a decisão da política da guerra, promulgou o Código Civil, etc. Del-fim Moreira, no impedimento de Rodrigues Alves, manifestou o acerto da escolha de seus auxiliares e da indicação de Rui Barbosa e Epi-tácio Pessoa para a Conferência de Paz.

Todos os brasileiros que ocuparam a suprema magistratura nacional, se não tiveram, como Campos Sales e Rodrigues Alves, programas definidos, não deixaram de revelar certas direções de espírito que imprimiram os traços principais de seus governos.

Epi-tácio Pessoa poderia ter desenvolvido a atividade estupenda de sua mentalidade reformadora e de iniciativas oportunas. Poderia ter começado por atalhar o anarquismo invasor e terminado per dominar a revolução militar. Poderia ter exaltado o nosso prestígio internacional. Poderia ter atendido a grande crise de transporte, aumentando a rede das vias férreas com 4.880 quilômetros, substituindo milhares de trilhos e dormentes, melhorando o material rodante e de tração construindo pontes, como as de Pirapora, do Corumbá, do Paraná, dos Mosquitos e outras de menor importância, oficinas, como as de Bauru, armazéns, como os dois de São Paulo, estações como as duas de Belo Horizonte e as da Noroeste, etc. Poderia ter acrescido de cerca de 4.000 quilômetros as linhas telegráficas e dotado esse serviço de edifícios para agências, como as do Largo do Machado, a de Campos e outras muitas. Poderia ter melhorado os correios com instalações próprias, como o palácio de São Paulo, o prédio da capital, da República e os de Petrópolis, Natal, Manaus, Pernambuco e Santos. Poderia ter melhorado os portos do Rio de Janeiro, Florianópolis, Laguna e Itajaí. Poderia ter adquirido prédios no valor de mais de 13 mil contos, construído os palácios da Exposição, as obras da Escola de Belas-Artes, da Colônia Correccional de Dois Rios, da Colônia de Alienados de Jacarepaguá, da Polícia Central, da Câmara dos Deputados, do Fórum, da embaixada em Buenos Aires, o Hospital de São Francisco Xavier e outros muitos nos estados, bem como o pavilhão de toxicômanos, o Serviço de Medicamentos Oficiais, o Instituto Vacinogênico e o Manicômio Judiciário. Poderia, no Ministério da Guerra, ter adquirido vastíssimo material para todas as armas do Exército, construído 61 quartéis, três escolas, seis depósitos, dez hospitais e enfermarias, um parque de aviação, um arsenal, dois

estabelecimentos de subsistência, um estádio para instrução, uma seção de transportes para automóveis, seis estradas de rodagem, uma via férrea, duas linhas telegráficas, muitas invernadas e dezenas de prédios destinados à ampliação dos serviços. Poderia ter reparado 14 navios da esquadra e adquirido um escola, realizado as obras do dique da ilha das Cobras, preparado os serviços radiotelegráfico e de aviação, substituído os faróis de uma mecha pelos AJA. Poderia ter organizado a obra reprodutiva do Ministério da Agricultura, com o Serviço de Sementeiras, o Instituto Biológico de Defesa Agrícola, a Superintendência do Algodão, os campos de experimentação para cultura do trigo, as obras das escolas do ensino profissional, a ampliação do Instituto de Química e do Serviço de Meteorologia, a remodelação da indústria pastoril, as instalações da Exposição de Pecuária, os lazaretos veterinários do Rio e de Santos, a fundação da estação de Agrostologia e dos postos experimentais de veterinária, as estações de monta, os patronatos agrícolas, os silos, os 15 estabelecimentos de proteção aos índios, a colonização do Oiapoque, as construções do Observatório Nacional, etc. Poderia ter reformado quase todos os serviços públicos, liquidado questões internacionais, solucionado pendências de limites interestaduais, criado a Universidade do Rio de Janeiro, o Museu Histórico, cursos de instrução primária em estabelecimentos do Ministério da Agricultura, promovido a Exposição do Centenário, regulamentado a hipoteca marítima, nacionalizado a pesca, contratado a missão naval, criado o porto militar e as zonas francas, fundado o Serviço do Leite e os cursos de Química Industrial, encarado os problemas dos produtos siderúrgicos e do carvão de pedra, estudado as quedas d'água promovido o recenseamento, valorizado o café, promovido concursos de tratores agrícolas, instituído as feiras livres, desenvolvido o Banco do Brasil com o aumento das agências e elasticidade das transações, criado a Carteira de Redesconto, a Carteira Agrícola e a Câmara de Compensação etc.

O sr. Epitácio Pessoa poderia ter consumado, como consumou, esse insigne programa de conquistas civilizadoras e de realizações materiais, presidido pela mais austera moral política; mas, se tivesse preterido a secular aspiração do Nordeste, se, filho da terra sofredora e abandonada, tivesse retardado essa reivindicação, todos os bons brasileiros amal-

diçoariam sua insensibilidade e seu impatriotismo. Não se relevaria a nenhum outro presidente a protelação desse problema, quanto mais ao homem predestinado, pela primazia de suas faculdades, a corrigir as desigualdades da prática do regime político.

Escreveu em janeiro de 1911 o engenheiro B. Piquet Carneiro:

Ao saudarmos nas campinas de Alegrete, em 1889, ao lado de Demétrio Ribeiro e de outros colegas, o advento do novo regime, não poderíamos imaginar que ele viesse criar imunidades para todos os crimes, uma vez que seus autores gozassem de proteção política; e que os habitantes de uma zona tão extensa e tão prometedora, como esta, pudessem morrer, às centenas, à míngua de recursos e no meio da indiferença dos seus governos preocupados em executar obras luxuosas e em manter serviços improdutivos. Pensamos que semelhante situação não pôde mais continuar e que é dever de humanidade que a nação, por seus filhos, se interesse pela causa do Norte; e que os futuros governos tenham constantemente em vista que a prosperidade do país e seu equilíbrio financeiro não dependem somente da valorização do café, dos processos aperfeiçoados da cultura da cana, da penetração das estradas de ferro, etc., mas também e muito de solução do “problema do Norte”.²⁸⁹

Mas para os ânimos tacanhos de antagonismos ferozes o crime indefensável foi haver resgatado essa deplorável situação.

Custou muito? A comissão apurou despesas no total de 206.713:000\$ 000 e julgou necessários para a conclusão das obras 295.153:000\$000.

É essa a soma que assombra certa plutocracia do Sul. Não esquecer o dito já citado de Rebouças:

Para castigar a López [é frase oficial] gastamos 600 mil contos de réis e mandamos morrer de peste e de bala cem mil brasileiros. Nós pedimos muito menos para salvar quatro províncias deste Império. Não mandaremos matar pessoa alguma. Esperamos em Deus salvar um milhão de nossos irmãos.

289 *Em defesa dos flagelados do Norte*, p. 41.

Foram 600 mil contos quando a moeda estava valorizada. E os 206.713:000\$000 despendidos pelo governo Epitácio Pessoa, numa quadra de redução desse valor aquisitivo, já não visavam salvar, apenas, um milhão de brasileiros. E, por sua aplicação em trabalhos técnicos, asseguram, além da vida humana, o desenvolvimento de riquezas compensadoras.

Os burlões e sofistas do despeito inflexível talvez achassem mais justificável o gasto dessa importância no abismo de outra guerra, acesa por um capricho momentâneo...

E quando têm custado outros interesses regionais?

Só no Rio Grande do Sul o governo transato gastou, para a solução da crise de transporte, no momento em que se empenhava na obra do Nordeste, 200.000:000 de francos ou, ao câmbio de 12, 160.000:000\$000.

Quanto têm consumido o Lloyd e a Estrada de Ferro Central do Brasil?

Basta atentar em que nesse formidável empreendimento o sr. Epitácio Pessoa não chegou a despendar a quarta parte das verbas empregadas em outros estados.

Se o país é pobre, sem essa política de aproveitamento jamais será rico.

Foi preciso que o sr. Arno Pearse, estranho aos nossos interesses, também justificasse essa direção: "O BRASIL, COMO PAÍS NOVO QUE É, TERÁ DE FAZER EXCESSIVOS DISPÊNDIOS PARA QUE CHEGUE A ASSEGURAR-SE UM FUTURO PRÓSPERO E DE COMPENSAÇÕES".

Condena-se o ataque rápido e simultâneo de todos os melhoramentos. Essa orientação teve o assentimento geral. Porque não convinhram os puros mornos das antigas tentativas de solução. A celeridade dos trabalhos evitou que as verbas fossem esgotadas, como de costume, pela burocracia inerte. Já mostrei como a maior parte das dotações orçamentárias, para esse fim, era distribuída pelo pessoal das repartições plétóricas.

Demais, a proverbial lentidão das obras públicas não se compadece com a instabilidade dos governos republicanos, nem com a variedade dos programas de ação.

Admira, ao contrário, que no exíguo espaço de um triênio se tenha quase concluído a obra que, no dizer de Euclides da Cunha, dependia de uma guerra de cem anos.

Foi o resultado de uma sistematização enérgica e infatigável.

Outros que, por precária coerência, não condenam o plano dos trabalhos, desfazem na sua execução.

Além das referências abonadoras do telegrama expedido de Fortaleza, a Comissão Rondon ainda atestou a regularidade da administração das obras contra as secas nos seguintes termos do seu relatório final:

É digna de menção a organização técnica e administrativa dos serviços a cargo dos contratantes das obras, que satisfazem plenamente a todos os requisitos necessários para o seu andamento rápido, sendo excelente o aparelhamento, proficiente, zeloso e disciplinador o pessoal profissional.

Merece também francos louvores a parte das construções, a fiscalização e os estudos confiados à Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas, cuja boa organização, zelosa assistência e proibidosa ação nos distritos da Paraíba e Ceará são notórios e teve esta comissão oportunidade de verificar.

É a palavra irrefutável de quem entrou no exame dos documentos e perquiriu todas as particularidades dessa grande construção.

Mas os maledicentes de ideias preconcebidas atribuem escandalosas locupletações aos encarregados desses serviços. Continuam a contrapor esses juízos temerários de quem, no estado de ignorância dos fatos, não aduz provas ao conceito esclarecido de uma avaliação escrupulosa.

Não ponho dúvidas que a índole fraudulenta, como desvio do senso moral de todas as raças e em todos os tempos, tenha tirado proveito dessa atividade de maiores proporções.

É a história dos atos ilícitos e das grandes obras.

E, conquanto não seja inferior o nosso grau de probidade, decresce esse sentimento em face dos interesses públicos. É uma tendência defraudadora que pretende justificar-se com os possíveis abusos da aplicação das rendas. É do governo – quer dizer que pode ser explorado impunemente.

E, se nos serviços permanentes, nas repartições organizadas, se registram frequentes peculatos, com o sacrifício de direitos adquiridos e de outros interesses em expectativa, se ainda vivemos no regime dos desfalques, apesar de todas as cautelas do aparelho administrativo, como

poderiam ser evitadas algumas faltas num trabalho intensíssimo, distribuído por muitos estados, com o emprego de numerosíssimo pessoal, sem responsabilidade funcional, recrutado de todos os pontos do país?

Se, porventura, houve irregularidades, malditas as mãos simoníacas que desfalcaram essa obra sacrossanta.

Mas, aí está um enorme patrimônio a atestar a aplicação das verbas. Como admitir a ladroíce tão voraz, se se observa por toda parte o resultado de uma direção fecunda?

E, ainda mesmo que a atoarda fosse verdadeira, como pedir contas ao sr. Epitácio Pessoa de fatos que jamais chegaram ao seu conhecimento, que ninguém denunciara que, ao contrário, não foram apurados pela comissão encarregada de um rigoroso inquérito? Ele não poderia responder por abusos que ainda hoje seus acusadores não discriminam.

É fácil assoalhar a versão de uma vasta negociata absorvente dos recursos destinados à redenção do povo mártir; mas não há quem determine as formas desse crime, nem aponte os seus responsáveis.

Quem seria capaz de irrogar a Pedro II – o puritano do livro negro – a ignomínia dos ladravazes de 1877? E esses miseráveis, como já disse, arrebatavam o pão da boca dos famintos, na quadra mais aflitiva que ainda padeceu a Paraíba, com uma notória desvergonha que a tradição comenta escandalizada.

Foi essa desfaçatez continuada e impune que avolumou as prevenções contra as obras do Nordeste. E foi esse espírito preconcebido, envenenado pelo fermento das paixões facciosas, que quis, à fina força, ver no último empreendimento a reprodução de consuetudinárias mamatas.

Atribui-se à administração dos serviços uma anarquia que teria burlado o plano fundamental. Mas essa gente está deslumbrada da desorganização anterior.

Já aludi a essa dispersão de esforço humano e de capitais, durante mais de setenta anos, sem um traço de utilidade, pelo menos, na Paraíba.

Sirvo-me ainda do testemunho dos próprios profissionais que funcionaram nesses trabalhos.

Afirmou o engenheiro Raimundo Pereira da Silva, chefe do distrito da Paraíba e do Rio Grande do Norte, no seu relatório de 1910, com referência à seca de 1877-79:

Distribuiu-se o dinheiro do Tesouro aos milhares e milhares de contos, sem que esse sacrifício da nação pudesse evitar ou mesmo diminuir a mortandade horrorosa pela fome e pelas epidemias, que reduziam a um vasto cemitério o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, e somente uma mínima parte das somas despendidas foi empregada na construção de obras.

(...)

Por mais triste que seja, é necessário ficar assinalado que foi exatamente nessa época, quando o sofrimento público era mais intenso, que entrou em ação a politicagem para aproveitar os auxílios remetidos pelo Tesouro, em benefício de compadres e afilhados.

O engenheiro Aarão Reis, antigo chefe da Comissão de Obras Novas Contra as Secas, sustentou em conferência proferida no Clube de Engenharia, em 1919, nas vésperas de assumir o governo o sr. Epitácio Pessoa:

A esse caminho – reto, nobre e patriótico – preferiu a nefasta politicalha – que corrói, insaciável, o nosso país – atrofiar a ação desse órgão, dando ouvidos solícitos a mesquinhos interesses individuais contrariados e deixando-se embair, inebriada, pela intérmina discussão – pueril e lorpa sobre qual a localidade preferível para a sede central de uma repartição incumbida de presidir os estudos e a execução de obras e trabalhos espalhados pela extensa região semiárida do Brasil, compreendendo oito dos maiores em território dos nossos estados.

Em sua já citada monografia, *O problema das secas no Ceará*, publicada em 1920, o engenheiro Tomás Pompeu Sobrinho, antigo funcionário da Inspetoria, observou, depois de confessar a impropriedade da ação administrativa:

Certamente já o tempo e dinheiro gasto teriam bastado para dotar-se o Ceará de obras capazes de lhe permitirem atravessar absolutamente incólume, senão um largo período de seca como a de 1877, ao menos uma seca de fraca duração, como essa de 1915, que nos custou tantas vidas e tantas aflições.

A opinião descerebrada não sabe exercer, sequer, o fácil julgamento dos confrontos. Não sabe cotejar esse longo passado de desordem perdulária, esse escoamento de centenas de milhares de contos, em pura perda, com a proficuidade de três anos afanosos. Não tem ou dissimula a impressão do novo cenário em que se elabora a futura felicidade do Nordeste.

Foi condenado o regime de execução da grande açudagem; mas o sr. Epitácio Pessoa respondeu a essa crítica com os argumentos fulminantes da mensagem de 1921:

A construção, das grandes barragens, porém, é tarefa de alta responsabilidade, principalmente quanto às fundações feitas no leito dos rios, em pontos onde em geral as rochas estão decompostas. Apesar das prescrições rigorosas da técnica, numerosos têm sido nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Espanha, na Áustria, os desastres ocasionados por deficiências na elaboração dos projetos ou por defeitos de construção.

Essas considerações impuseram ao governo medidas especiais de precaução quanto ao regime a ser escolhido para a realização de tais empreendimentos.

As perturbações introduzidas pela guerra determinaram a instabilidade e elevação dos preços, e tornaram impossível a previsão indispensável à organização de orçamentos exatos para as obras. Ficou, por isto, afastada a ideia de serem elas postas em concorrência pública pela forma habitual, mediante projetos e orçamentos previamente aprovados para a escolha de licitantes, que ofereçam menores preços, frequentemente com prejuízo da condição primordial da idoneidade.

Os resultados obtidos pela administração direta do estado da construção da barragem do Quixadá dispensam outros exemplos para patentear a inconveniência de tal processo.

Restava, pois, como única solução razoável, a administração contratada, já sancionada pela experiência de certos serviços em São Paulo, de muitos na Europa e também na prática da América do Norte, onde constitui a única forma seguida na execução de obras de irrigação.

O primeiro escolho a transpor na adoção desse alvitre estava na seleção dos contratantes. A lei de 25 de dezembro de 1919, art. 1º, e seu regula-

mento, art. 47, autorizaram o governo a construir as obras sob o regime de administração e, portanto, independente de concorrência pública.

Tentou-se, com tudo, a concorrência, não por editais, mas por convites dirigidos a firmas nacionais e estrangeiras de conhecida competência e provada responsabilidade.

Examinada cuidadosamente a idoneidade de todas que se apresentaram, colhidas as mais minuciosas informações acerca da sua capacidade e dos seus elementos de ação, o governo decidiu-se por três firmas estrangeiras, cuja organização e cujas tradições justificavam o acerto da escolha.

Só a má-fé ou o melindre exagerado podem ver nesse ato manifestação de despreço à engenharia nacional. Ninguém nega aos engenheiros brasileiros os talentos e a capacidade que admiramos nos outros países; mas empreendimentos como os das obras do Nordeste não reclamam somente atividade e competência técnica: exigem organizações especializadas, com pessoal dirigente afeito a esse gênero de trabalho, com material adequado, abundante e valiosíssimo, coisas que não se obtêm só com inteligência e estudo, mas demandam tempo, experiência e capitais avultados.

Ora, quais as firmas nacionais que reúnem essas condições? Quatro barragens foram já entregues a firmas brasileiras:

1^a) a do Quixadá: feitas as fundações por um estrangeiro, foi a barragem concluída por nacionais; tem apenas 16 metros de altura e levou cerca de quinze anos a ser construída;

2^a) a do Acarape: projetada para 33 metros: os contratantes receberam-na com as fundações já prontas, construíram 11 metros e renunciaram à obra, que hoje depois de dez anos de trabalho conta somente 13 metros de altura;

3^a) a da Gargalheira: iniciada em 1911 e interrompida em 1914, foi o contrato rescindido a pedido da própria firma contratante;

4^a) finalmente, a de Santo Antônio das Ruças: os contratantes não passaram das fundações e logo solicitaram a rescisão do contrato.

Eis aí as tradições da engenharia nacional na construção de barragens. Será por que lhe falte competência e idoneidade? Não: é apenas porque lhe mínguem os capitais, o aparelhamento material e a especialização necessária a obras desse gênero.

Apesar disto, entretanto, a repartição competente pôs o maior empenho em obter para as obras do Nordeste a colaboração de firmas brasileiras.

Nada menos de quatro empresas, número elevado, em face da escassez entre nós de organizações talhadas para tais obras, nada menos de quatro empresas nacionais foram convidadas e se escusaram após exames demorados dos planos e projetos respectivos.

Que havia então de fazer o governo? Deixar de contratar as obras para não ferir a suscetibilidade de engenheiros ou firmas, que não podiam ou não queriam incumbirse delas? Não, fez o que devia: ajustou os trabalhos com as firmas estrangeiras que maiores garantias lhe ofereceram.

E serão realmente essas firmas capazes de executar as obras do Nordeste?

A primeira é a maior organização de engenharia construtora dos Estados Unidos. Foi quem construiu as célebres docas e estaleiros de Hog Island, assim como as mais difíceis e custosas obras de irrigação daquele país. Só em 1919 realizou construções que montaram a mais de 20.000.000 de dólares e tem atualmente em mãos trabalhos de valor superior a 50.000.000. O seu engenheiro-chefe foi, durante seis anos, o diretor da repartição a cujo cargo estão, na América do Norte, as obras de irrigação (Reclamation Service); a ele deve-se a construção da grande represa de Pathfinder, com 75 metros de altura, do túnel de Gunnison, com 10km de extensão, aberto para passagem da água destinada a irrigar 40.000 hectares de terras, e de barragens de 50 metros de altura no rio Snake, Estado do Idaho. Outro dos seus engenheiros construiu várias represas nos Estados do Colorado e Novo México, de 50, 40, 33, 30 e 20 metros de altura. Mais dois foram, durante anos, os encarregados de elaborar os projetos do Reclamation Service.

A segunda firma, dirigida por membro do parlamento inglês, foi a construtora das importantes redes de águas pluviais de Londres e Manchester e dos grandes estaleiros de Middlesborough, New Castle e Hartepool. Durante a guerra, teve do governo britânico e de outros governos aliados a incumbência de executar trabalhos da maior urgência, importância e responsabilidade na Romênia e na França. O seu engenheiro-chefe, membro do Instituto dos Engenheiros Civis de Londres, dirigiu numerosos serviços de estradas e portos em Benguela, na Áustria, no Canadá, em Suez e no Chile, assim como as grandes canalizações de abastecimento d'água de Baku, na Rússia, e a construção da barragem de Lwymon, no país de Gales,

com uma altura de 60 metros e fundações, em concreto, que atingiram a 33 metros abaixo do leito do rio.

Finalmente, a terceira firma, inglesa como a precedente, é a mesma que construiu o porto do Rio de Janeiro, o que vale dizer que da sua competência e idoneidade podemos nós mesmos brasileiros dar o mais lisonjeiro testemunho.

Eis aí com que empresas o governo contratou as obras do Nordeste. Quem, em consciência, será capaz de afirmar que as temos iguais no Brasil?

Mas, diz-se, as vantagens oferecidas são exageradas.

Dizem isto os que não têm ideia cabal das circunstâncias especiais em que se vão realizar os serviços, em zonas desprovidas dos recursos necessários, onde não existem operários, mas rudes trabalhadores agrícolas, e onde se tornam indispensáveis aptidões e energias excepcionais para execução de projeto tão vasto e complexo quanto o da construção simultânea e rápida de várias grandes barragens.

Difícil seria a empresas de responsabilidade, fortemente aparelhadas e perfeitamente idôneas, receber por obras dessa natureza os mesmos 10% ordinariamente concedidos aos serviços comuns de construção de estradas, com grande movimento de terraplenagem, ou de edifícios nos centros urbanos, abundantes de recursos.

Aliás, as vantagens concedidas não representam exatamente 15%: computadas as despesas a que estão obrigados os administradores pela cláusula XVIII dos contratos, a percentagem não irá além de 12,5%.

Ora, nos trabalhos da natureza daqueles que se estão efetuando no Nordeste, a primeira das firmas a que acima aludi tem tido como remuneração ordinária 15% e, frequentes vezes, 20%; a segunda, antes da guerra, quando as despesas gerais eram muito inferiores às de agora, recebia por obras construídas na Nova Gales do Sul, no valor de 2.000.000 libras esterlinas, mais de 15%, e a terceira, em data recente e anterior à do nosso contrato, executou numa das Repúblicas do sul, mediante o pagamento de 15% do custo das obras, a abertura de um grande túnel, e ajustou com o nosso Estado do Maranhão pelo mesmo preço a construção do seu porto.

Parece, pois, evidente, que, obrigando-se a pagar em contratos idênticos 12 1/8%, não assumiu o Tesouro compromissos excessivos numa época em que o trabalho, como tudo o mais, encarece todos os dias.

Estranha-se que o contrato contenha a cláusula da indenização de 5% no caso de suspensão das obras.

Com o desassombro com que costumo assumir a responsabilidade dos meus atos, declaro que esta cláusula teve por fim evitar, tanto quanto possível, que as obras do Nordeste se suspendam por deliberação menos refletida do governo. É justamente devido à falta de continuidade na administração que este e outros problemas nacionais até hoje não foram resolvidos. Não é verdade, entretanto, como se assoalhou, que essa indenização tem de ser paga sobre o valor total do contrato e ainda que a suspensão das obras provenha de ato das próprias companhias: o que expresso na conversão (cláusula XXII) é que os 5% serão calculados sobre a diferença entre aquele valor e as despesas feitas até a data da rescisão, e esta só se fará se sobrevierem circunstâncias imperiosas que determinem a suspensão completa dos trabalhos por parte do governo.

Afirmou-se, finalmente, que os contratos concedem aos administradores poderes discricionários no tocante ao recrutamento e estipêndio do pessoal, aquisição de materiais, maquinismos e outros suprimentos, transportes, etc. Também isto não é verdade. Em todos estes assuntos a administração reservou para si a liberdade de, no correr das obras, tomar todas as iniciativas que julgar acertadas para alteração, ampliação ou restrição dos projetos.

Os contratos das obras do Nordeste, lidos e interpretados com inteligência e honestidade, nada contêm que justifique a celeuma contra eles levantada.

A Comissão Rondon confirmou a confiança nessa idoneidade.

De maneira que, se ocorreram erros, foram da natureza dos que escapam a toda previsão ou oriundos de nossa própria indisciplina moral. E não tiveram a gravidade ostensiva de outras empresas.

Entretanto, certa imprensa partidária, a “fábrica de moeda falsa e cátedra de iniquidades”, na frase de Proudhon, esse instrumento de de-

pressão da honra do Brasil, que representa as esferas do poder público como valhacoutos de bandidos e ladrões, essa infâmia, esgueirada no anonimato, não deixa de deturpar a realidade de nossa redenção.

A Lei nº 4.743 constrange, de fato, nossa cultura liberal. Mas é um tóxico para uma crise passageira.

Em livro de recente publicação, Georges Deherme externa conceitos sobre a França que se ajustam a essa situação moral:

*La République nous a donné, croit-on, la liberté de la presse. Hélas! une loi ne suffit pas pour instaurer une liberté. Aucune liberté n'est possible dans l'anarchie. Une liberté est d'abord un pouvoir indépendant et donc une organisation au dessus de l'argent et du nombre. En réalité, la presse est moins libre que sous les plus rigoureuses censures officielles. Ce que les économistes ont appelé la liberté du travail, ce fut l'exploitation intensive du travail; ce que les métaphysiciens révolutionnaires ont nommé la liberté de la presse, ce fut sa prostitution. Une prostitué est une esclave.*²⁹⁰

Tanto vale a corrupção como a demência das injustiças por influências subalternas.

Ainda há programas de dignidade edificante; mas não faltam pelourinhos responsáveis pelas oscilações do espírito público, obstinados em contumélias perturbadoras do conceito dos homens e das coisas.

Nada é mais irritante – disse I. P. Richter – do que um ódio tranquilo e calculado.

Essa atitude moral é impermeável a todos os elementos de convicção.

E alguém já acrescentou que as injúrias são sempre grandes razões para quem não as tem.

O sr. Epitácio Pessoa não poderia deixar de ser alvo dessa impotente empreitada de destruição.

James Bryce já explicou, com a sua penetração de psicólogo, por que são raras as personagens notáveis que têm ocupado a presidência da República nos Estados Unidos: “Os homens eminentes adquirem mais inimigos”...

290 *Le nombre et l'opinion publique*, p. 212.

São eles que suplantam as rivalidades e manifestam a coragem das ideias próprias.

E basta ter sido o braço forte da reação legalista para ser objeto da desforra da cainçalha acostuada a aterrorizar pelas invectivas.

Não alimento a veleidade de modificar essa prevenção contumaz, que pouco importaria se não envolvesse os interesses indeclináveis de uma causa nacional. Não há filho do Nordeste que se não insurja contra uma campanha originada, em grande parte, pelo despeito dos benefícios conferidos à região malsinada.

E é tanto mais justa esta revolta quanto se sabe que toda a celeuma visa impedir a prossecução dos melhoramentos, por arraigada e criminosa má vontade e para que não seja atribuída a glória da solução integral, dependente de um pequeno impulso, ao estadista do Norte.

Porque a Paraíba, que sempre pôs o maior empenho do seu instinto de conservação na assistência constitucional, sempre manteve a reserva da consciência de seu desvalimento nos apelos à União; mas, hoje, no pé em que ficou essa intervenção providencial, deve pedir, suplicar, implorar que se ponha fim à obra de seu futuro.

Roga em nome dos interesses gerais, como unidade federativa, por ver que, à falta de mais um breve esforço, se inutiliza um avultado dispêndio.

É incalculável o prejuízo da suspensão desses trabalhos, em sua maioria, quase ultimados. Deixam de ser compensados os sacrifícios da empresa por uma função remuneradora. Obras a que faltam os últimos remates não resistem ao abandono. Custosas instalações tornam-se inúteis. E a extraordinária quantidade de material suficiente para a última demão deteriora-se à ação do tempo.

Não há espírito de economia capaz de justificar essas perdas. Deixar de gastar uma migalha para salvar o emprego de milhares de contos e, de mais a mais, para tornar esse capital reprodutivo é uma restrição que nenhuma crise tem força para autorizar. O senso dos interesses indica, ao contrário, os recursos extremos para um aproveitamento imediato.

E, se a Paraíba invoca esse cuidado em proveito do patrimônio federal, muito mais ansioso é o reclamo, por que não se interrompa a visão de sua felicidade.

Sempre lhe recusaram as prerrogativas da igualdade política. Nos balanços dos favores da União, sempre teve a parte mais escassa. Nesse desamparo, curtiu as secas cruéis.

Ainda bem que recapitulei a história desse martírio e desse abandono, para que se não leve à conta de um regionalismo exagerado a arguição de tamanha iniquidade.

Mas, o destino reservava-lhe uma gloriosa compensação, para se recobrar das injustiças do passado.

Ao alvoroço dessas esperanças correspondeu a ação protetora, com um aferro heroico.

Essa solicitude não excluiu o auxílio, em maiores proporções, a outros estados, também faltos de aparelhamento para a defesa das calamidades naturais e o ideal de progresso.

A Paraíba sentiu-se desvanecida com essa ampliação da iniciativa de um seu filho. Em vez de pretender desfrutar a situação privilegiada que o acaso lhe conferia, almejava, apenas, participar das vantagens de uma medida de salvação, arvorada em programa nacional. E o seu sentimento de solidariedade, cimentado nas crises comuns, regozijava-se de poder contribuir, por essa forma indireta, para a fortuna de todo o Nordeste.

Já se julgava bem paga das preterições sistemáticas com a solução de seus problemas fundamentais e prefigurava outro destino, no desafogo dos males que a haviam atormentado e no fomento dos seus grandes recursos. Já experimentava os primeiros influxos dessa renovação, com uma eficácia que alentava, mais e mais, seu sonho venturoso.

Mas não seria dado pôr termo, dentro em três anos, a uma avantajada construção que não se achava, sequer, projetada. Tudo estava por fazer. E nesse espaço de tempo ficou tudo quase feito. A Comissão Rondon calculou em um ano, pouco mais ou menos, os prazos para a conclusão das obras principais. Outras dependiam de poucos meses de trabalho.

Mas, logo que o presidente paraibano deixou o governo da República, foi expedida a ordem de suspensão dos serviços, nesse estado de adiantamento.

A Paraíba sentiu-se revertida aos maus fados. O povo estoico, que se conformara com o desdém dos poderes centrais em todas as aberturas de sua sorte incerta, não poderia resignar-se com o sacrifício de

um bem que tem, sobretudo, o valor estimativo de sua origem, como conquista indireta de forças próprias representadas no coeficiente de suas virtudes raciais.

E os sertanejos, que antegozavam a perene fartura das várzeas irrigadas, viram, como num pesadelo, desmontadas as dispendiosas instalações das duas principais barragens.

Quando ia estreitar-se a comunhão da família paraibana, pelo encurtamento das distâncias, paralisaram os trabalhos da estrada de penetração. E, em vez desse meio de reivindicação do território afastado, para o giro de ideias e o intercâmbio comercial, agrava-se o insulamento: avança nesse sentido a via férrea de Mossoró como um fator de dispersão. Os leitos preparados esboroam-se e o material encostado danifica-se.

E, assim, falham os efeitos de um plano conjunto, apto a cabais benefícios.

Prosseguem algumas obras, mas com uma morosidade que as eterniza, por escassez de verbas.

O sr. Epitácio Pessoa previra os perigos da instabilidade.

O general Lyautey explicou, de uma feita, o êxito de sua obra em Marrocos:

S'il a été réalisé une œuvre utile au Maroc depuis trois ans, ce n'est pas parce qu'il avait à sa tête le général Lyautey, mais parce qu'il avait un chef, et un seul, et que ce chef est le même depuis trois ans, c'est parce qu'ainsi ce pays a bénéficié de l'unité de vues et de la suite dans l'action.

E recontou a seguinte observação de um viajante:

À mes voyages, j'ai toujours trouvé à Terre-Neuve un gouverneur anglais qui était un homme très médiocre, et à Saint-Pierre-et-Miquelon un gouverneur français de valeur supérieure. Cependant, à chacun de mes voyages, je constatais des progrès notoires à Terre-Neuve et la stagnation et l'inertie à Saint-Pierre. C'est que le gouverneur anglais médiocre était toujours le même, tandis que le gouverneur français de valeur supérieure était toujours différent..

É essa descontinuidade que, nas reviravoltas de cada período presi-

dencial, tem impossibilitado a ação permanente, necessária aos grandes empreendimentos.

Mas, o presidente Artur Bernardes não deslustrará sua integridade de homem de estado com o descaso dessa melindrosa situação. Quaisquer que sejam as direções de seu programa administrativo e por maiores que pareçam as dificuldades financeiras do país, ele não deixará de acudir aos periclitantes interesses da União e à última instância da Paraíba para a sua independência econômica e seu bem-estar definitivo.

Se, amanhã, repontar outra seca, com a desorganização que não puder ser inteiramente remediada pelas obras incompletas, será tremenda a responsabilidade de quem, por bem pouco, se despercebeu desse desastre.

A uma representação do presidente Sólon de Lucena foi dada a seguinte resposta telegráfica, a 2 de maio do corrente ano:

Palácio Catete, 2 – Doutor Sólon de Lucena, presidente Paraíba. – Situação difícil Tesouro obrigou governo muito seu pesar reduzir volume e atividade obras em execução em todos os estados Nordeste. Bem compreendendo, porém, necessidade concluir trabalhos iniciados, principalmente aqueles a que se referiu V. Ex^a em seus últimos telegramas. Dei ordem nesse sentido e logo que os recursos financeiros permitam, exercerei na medida destes intensidade serviços. Nenhuma vantagem haveria acelerá-los desde já com risco ficarem pessoal, operários e funcionários, com pagamentos longamente retardados, como está infelizmente acontecendo por míngua numerário mesmo para pessoal dispensado. Pode V. Ex^a estar certo de que não abandonarei interesses e aspirações desse estado e procurarei corresponder patrióticos desejos V. Ex^a. Cordiais saudações. – Artur Bernardes.

Nossas esperanças têm descansado nessa promessa formal. Infelizmente, cada vez mais, se restringe a atividade; entretanto, não perdemos a fé numa ação oportuna, em tempo de não precisar refazer o que já se achava avançado e ficou exposto à ruína.

A Paraíba, além de se fiar na clarividência do sr. Artur Bernardes, distingue no seu ministro da Viação, o sr. Francisco Sá, um dos mais atentos patronos do Nordeste – o atilado criador da Inspetoria de Obras

Contra as Secas. Esses espíritos de organização e de previdência não deixarão de rematar uma obra que já custou tanto esforço e auspícia a um Brasil mais feliz e opulento.

Eu não quisera encerrar este livro sem inscrever numa página de gratidão os nomes dos colaboradores de nossa futura grandeza. Não somente pelo valor técnico, mas pela capacidade de trabalho e intuição do dever, muitas figuras da engenharia nacional assinalaram-se nesse redobrado esforço. Deixo, porém, de nomear os mais idôneos e dedicados, pelo temor de omissões involuntárias.

O presidente Sólon de Lucena identificou os deveres de sua suprema magistratura com essa aspiração da Paraíba, com a mesma solicitude e num desdobramento de vistas que coadjuvou, acertadamente, o plano local.

As representações paraibanas no Senado e na Câmara dos Deputados também aplicaram as forças da inteligência e da vontade nesse desiderato. Salientou-se, porém, a atuação do sr. Otacílio de Albuquerque, como antigo empenho de seu mandato.

O sr. João Pessoa interpôs, por seu turno, todo o prestígio pessoal e político na aquisição de novos melhoramentos que se contam por muitos de sua iniciativa.

A ação do sr. Epitácio Pessoa não pode ser aquilatada em toda a magnitude: tem uma ressonância que a posteridade compreenderá melhor, no gozo dos benefícios duradouros.

Disse-lhe o sr. Washington Luís, ao oferecer-lhe um banquete nos Campos Elísios:

Aos homens que, como V. Ex^a, dão à obra que empreendem todo o seu coração, toda a sua inteligência, toda a sua cultura, todas as suas horas e todos os seus minutos, com desprendimento e com abnegação, com honestidade e patriotismo, é doloroso ver, às vezes, negar tudo, quando o êxito brilhante não se manifesta logo. Mas, esses que, como V. Ex^a, não se perturbam, não desfalecem, e que, apesar de tudo, continuam no cumprimento do dever, podem ter momentos, bem raros, é verdade, de consoladora satisfação em que recebem, como agora V. Ex^a, a quase inatingível justiça feita aos homens quando em ação.

Ele tem tido oportunidade de medir, muitas vezes, o grau de popularidade e, sobretudo, o sentimento de admiração que infunde aos contemporâneos; mas essa obra terá uma repercussão maior na consistência dos seus frutos e perante a serenidade da história.

A Paraíba deve-lhe a glória de ser o seu berço humilde e, ainda mais, uma comovedora dedicação patriótica. Deve-lhe a nova fase de existência que inicia com os mais invejáveis augúrios.

O seu primeiro pensamento, ao ter ciência na Europa, da escolha de seu nome para o governo da República, foi, confessadamente, para a Paraíba “pequenina e boa”. Veio revê-la, antes de tocar em outro ponto do território nacional e de assumir o poder. Assegurou-lhe outra sorte. E viu-se de como ele cumpriu esse voto.

E, ao deixar a presidência, aclamado pelo sentimento da nacionalidade, ainda estava dominado pelo mesmo desvelo. Ao toque da poderosa eloquência de Castro Pinto, proferiu o seguinte discurso:

Meus amigos, as emoções de que tenho sido presa desde ontem, após tantos dias de labor insano e de fadiga inconfortável, as emoções que tenho sofrido desde ontem, com as manifestações que recebo de toda parte, manifestações de apreço e de carinho, não me permitem senão dizer-vos duas palavras de agradecimento. Além disso, francamente, eu não contava que a manifestação que me preparava a colônia paraibana tomasse as proporções em que neste momento ela se traduz. Julgava-a talhada em medidas mais singelas.

Logo no início do meu governo tive o prazer de receber um dia, no Palácio do Catete, a colônia paraibana desta capital, que me ia levar num álbum primoroso as suas congratulações, os seus votos e as suas esperanças. Eram os votos e as esperanças da Paraíba; esperanças impacientes, votos ardentes e insofridos de mãe solícita e carinhosa, que os formulava para que o seu filho não desmerecesse da altíssima confiança com que a nação o honrara; para que não cedesse ao peso, ainda que tremendo, das responsabilidades que lhe haviam lançado sobre os ombros; que não justificasse o afastamento a que haviam sido relegados os homens do Norte e desse ao exercício do seu mandato todo o esforço, toda a abnegação, todo o patriotismo que lhe bebera do seio fecundo, exuberante e pródigo.

Hoje, passados pouco mais de três anos, eis aqui de novo os paraibanos associados a alguns amigos, patriotas como eles, que vêm desta vez trazer-me os seus aplausos e a me significarem que não menti à sua confiança e que continuo a merecer o apoio e a solidariedade com que sempre me honraram.

Meus senhores, nenhuma recompensa mais confortadora eu poderia esperar do que o reconhecimento público e solene daqueles que me abriram as portas da minha vida política, daqueles que me fizeram tudo quanto tenho sido neste país. São eles que me vêm dizer agora que a Paraíba não tem nenhum motivo, não teve durante o meu governo nenhum motivo para retirar do filho que sempre a estremecera, que nunca se deslembrou dos seus sonhos, a sua confiança e o seu apoio, que, durante toda a sua vida, foram os seus mais fortes sustentáculos, os seus baluartes em que se apoiou para chegar à culminância dos três Poderes da República, no cargo de presidente, em condições de poder corresponder às esperanças da mãe amada com os serviços que esperava do seu filho estremecido.

Meus senhores, posso retirar-me com a consciência satisfeita. Resolvido a encerrar a minha carreira política para restituir à missão generosa do meu partido a honrosa direção que me confiou, partido que, há mais de três anos, obedece à inspiração liberal do meu venerando chefe e amigo, Senador Venâncio Neiva, sinto que, neste momento, depois de ter podido prestar à Paraíba alguns serviços, posso retirar-me sem outro pesar a não ser a saudade que me fica dos amigos que deixo. Nem por isso, entretanto, esquecerei jamais que sou paraibano e que sou brasileiro e poderei, em qualquer outro ramo de atividade, prestar serviços ao meu estado e ao meu país.

Meus amigos, a emoção que sinto, que me domina neste momento, não me permite dizer-vos mais. A todos vós a expressão do meu profundíssimo reconhecimento.

Credor do culto que todo povo bem formado deve aos seus grandes homens, Epitácio Pessoa granjeou ainda, com essa constância de amor a nossa causa e esses valiosíssimos préstimos, títulos que não podemos solver.

Mas a Paraíba ufana-se de apregoar esta gratidão.

APÊNDICES

O retardamento deste livro foi, afortunadamente, compensado pela oportunidade da transcrição, em apêndice, da tréplica do sr. Epitácio Pessoa aos reparos da Comissão Rondon.

São razões que demonstram o mais amadurecido conhecimento dos fatos e coroam, luminosamente, a defesa dessa obra consciente:

TRÉPLICA DO SR. EPITÁCIO PESSOA AOS REPAROS DA COMISSÃO RONDON

A Comissão, que, em 1922, a meu pedido, examinou as obras do Nordeste, opõe, pelo *Jornal do Comércio* de 16 e 17 deste mês, algumas considerações à carta que em julho último escrevi de Paris ao senador Otacílio de Albuquerque e aqui foi publicada em 5 de agosto.

Por mais deliberado que seja o meu propósito de não voltar a discutir assunto já tão debatido, julgo de interesse público aduzir alguns esclarecimentos sobre os pontos principais dessa contradita.

Antes de fazê-lo, porém, quero mais uma vez tornar público o meu reconhecimento aos dignos membros da ilustre Comissão, pelo favor desinteressado e patriótico que me prestaram com o desempenho da espinhosa missão e com os elementos que forneceram à opinião pública para poder medir, em toda a sua extensão, a má-fé dos que viviam a afirmar que no Nordeste nada se fizera de útil ao país, e as somas ali consumidas tinham sido gastas em negociatas e favores.

A Comissão começa recordando as linhas gerais de seu relatório e salienta que os Algarismos de que então se serviu, entre os quais se en-

contram os correspondentes às terras irrigáveis, lhe foram fornecidos por agentes da própria confiança governamental; mas ignora sem dúvida que tais agentes o fizeram sob a sua responsabilidade individual, que esses dados jamais foram submetidos ao exame da inspetoria do Rio de Janeiro, e jamais tiveram a sua aprovação e não se revestem, portanto, de cunho verdadeiramente oficial. A Comissão, por motivos que reputou relevantes, nunca os quis autenticar aqui na sede dos serviços, ou cotejar com os que a Inspetoria ali possui, e foi assim levada a usar de elementos meramente pessoais, inteiramente em desacordo com a técnica proclamada pela administração superior ou pelas autoridades no assunto, e elaborados à inteira revelia das respectivas seções técnicas e especializadas.

Insiste também a comissão em que os problemas complexos que o governo teve que enfrentar no Nordeste ‘não podem ser resolvidos por analogia e sim diretamente pelas luzes das observações locais’; daí a necessidade de ‘mais profundas e extensivas observações meteorológicas, químicas, hidrométricas, mais completos estudos topográficos, geológicos, hagiológicos e maior número de experiências sobre culturas irrigáveis e florestais...’

A Comissão não atendeu aos precedentes que inspiraram o programa do governo passado em relação às obras contra as secas. Teve ele justamente em vista pôr termo a essa fase de estudos, que nunca se concluíam origem de todas as hesitações, tergiversações e decepções que vinham entravando a execução do benemérito empreendimento. Se a Comissão compulsasse os arquivos da opinião entre 1912 e 1919, no tocante ao magno problema, verificaria que, não somente no Nordeste, mas em todo o país, se clamava pela cessação desses estudos eternos e pelo início imediato de uma ação realizadora. Era tal o empenho neste sentido, que os serviços de medição das correntes de necessidade por todos proclamada, estabelecidos em 1910 com tantas dificuldades e à custa de tanta pertinência, foram suprimidos em 1916, apesar de exigir o seu custeio uma despesa insignificante.

Tal era o espírito da época.

A verdade, entretanto, é que os elementos acumulados eram mais que suficientes para começo das obras. Certos pormenores iriam vindo à medida da execução, sem prejuízo nem dos serviços, nem do Te-

souro. Em tais condições, adiar, por 25 ou 50 anos mais, o início de um trabalho cujas bases fundamentais já podiam ser calculadas, entre limites estreitos, à vista dos dados existentes na respectiva repartição (1910-1916) seria procrastinar criminosamente por outros tantos anos o desenvolvimento de uma região digna de maior atenção dos governos pelas extraordinárias possibilidades que encerra.

Postergar o empreendimento, rejeitando a experiência de inúmeras obras congêneres, realizadas em países de condições semelhantes, como o Egito, a Índia, os Estados Unidos e o Peru, seria menosprezar um critério que a ciência já sancionara. Quando Osvaldo Cruz empreendeu a grande obra de redimir a capital do país da febre amarela, inspirado em trabalhos análogos executados pelos americanos, não julgou decerto indispensável perder meses ou anos em refazer por conta própria todos os estudos e experiências efetuadas na América do Norte: aproveitou-se desde logo do que ali se observara e praticara.

É preciso não esquecer que a exatidão exigida em trabalhos tais como os que se executam no Nordeste é toda relativa; por grande que possa ser a experiência adquirida em qualquer ramo de ciência, ela está sempre sujeita a revisão.

Espero que a Comissão tenha em breve oportunidade de verificar que, em poucos dos países onde se construíram obras de seca, foram tão copiosos como entre nós os dados científicos disponíveis. Basta lembrar que ainda hoje nenhuma região irrigada, nem na América, nem na Índia, possui o conjunto de observação pluviométrica que a Inspetoria das Secas realizou para o Nordeste.

Passando a ocupar-se da opinião por mim repetida acerca da área total irrigável dos açudes projetados, a Comissão, que a calcula em 160.000 hectares, argúi-me de ‘avaliar a superfície irrigável, tido por meio de medição direta da área porventura aproveitável às culturas, mas por processos indiretos partindo da quantidade de água disponível’.

E observa: ‘Este processo não é dos mais aconselháveis, porque nem sempre existem nas adjacências de um açude terrenos aproveitáveis na medida da água disponível.’

Aplica em seguida estes princípios a Orós e julga exagerada a superfície de 122.500 hectares que calculei para esse açude.

Parecem-me injustos os reparos.

Tratando-se de um açude para irrigação, há que considerar a arena que ele é capaz de irrigar, de acordo com o volume d'água que armazena, e a área irrigável, que é a extensão de terras que ele domina, aptas a esse gênero de lavoura.

Nunca avaliei a superfície irrigável do Orós 'partindo da quantidade de água disponível'. Essa extensão foi há muito avaliada, não somente em Orós, mas em outros açudes, por um conhecimento topográfico e agrológico do vale do Jaguaribe, que atestou grande fertilidade do solo e a existência de terras em área superior à que ele pode irrigar.

O que avaliei, na minha carta, foi a arena que o açude de Orós será capaz de irrigar. A superfície suscetível de irrigação é muito maior.

Pois o que se tinha em vista não era avaliar o efeito útil da irrigação artificial? Ora, a irrigação artificial está em relação, não com as terras disponíveis, às vezes em extensão excessiva, mas com a água armazenada.

Por outro lado, para fazer este cálculo, não é necessário, como parece à comissão, que as terras irrigáveis sejam situadas nas adjacências dos açudes.

Em Elephant Butte, por exemplo, o açude fica a mais de 200km da cidade de El Paso, no Texas. A água drenada do açude pelas comportas corre mais de 20km antes de chegar aos primeiros terrenos irrigáveis, os de paloma Valley, a menor unidade da empresa.

Quarenta quilômetros mais longe, há outra tomada, a de Percha Diversion Dam para outra unidade, a do Rincon Valley. Mais 100km abaixo vem a Leasburgo Diversion Dam para uma grande unidade, a parte superior do Messilla Valley. Ainda 20km e temos a Messilla Diversion Dam, para o vale inferior. Na cidade de El Paso há ainda outra barragem de diversão para suprir as terras mexicanas (40.000 acres) e as do vale de El Paso, que se estendem por mais 50km abaixo.

E poderia falar de outros, como o reservatório de Roosevelt, distante cerca de 70km das terras irrigáveis: mas basta o exemplo citado para mostrar a improcedência do reparo da comissão.

Prosseguindo na mesma ordem de ideias e considerando que 'muitas vezes não há quantidade de água disponível para os terrenos aprovei-

táveis...’ – estranha a comissão que eu ‘conte para Orós com a vasta superfície aproveitável de 122.500 hectares’, e ‘confio que esse açude possa irrigar esse elevado número de hectares em dois ou três anos de estiagem’.

A primeira afirmação é verdadeira: quanto à segunda, a comissão labora em equívoco.

Em minha carta de 5 de agosto, no trecho transcrito pela comissão, escrevi que Orós irrigará 122.500 hectares, ‘ficando ainda um bilhão de metros cúbicos d’água no açude para a hipótese de uma seca’.

Não é razoável concluir daí que, no meu entender, esse açude possa irrigar aquele elevado número de hectares em dois ou três anos de estiagem. O que é lícito concluir é que Orós poderá irrigar anualmente 122.500 hectares e manterá a reserva de um bilhão de metros cúbicos d’água, que serão distribuídos, caso irrompa um período de seca.

Pensei desnecessário esclarecer, o que faço agora, que enquanto não sobrevier a seca, o açude irá renovando com água da chuva de cada ano a sua primitiva capacidade.

A comissão, em seu relatório, afirmou que Orós só poderia irrigar 60.000 hectares: agora já aceita que, estando cheio o açude, ‘fácil é irrigar no primeiro ano uma extensa superfície de terras’ (não serão os 122.500 hectares de que falei?).

Acrescenta, todavia: ‘A dificuldade está em garantir a permanência dessa irrigação’.

Esta frase revela que a comissão não se quer guiar rigorosamente pelos princípios básicos da irrigação nem pelo objetivo que realmente se tem em mira com a solução do problema das secas. As obras que se estão construindo no Nordeste têm por fim direto, como em toda parte, incrementar a economia da região, transformá-la em zona de produção fácil e abundante e mantê-la como tal, tanto quanto possível, durante a seca. Para isto é necessário e suficiente, nos anos normais, irrigar a maior área compatível com volumes de água armazenados e guardar apenas reservas capazes de evitar que se perca, ao rebentar o flagelo, a riqueza realizada ou prestes a realizar-se. É demais, porém, querer manter, durante os anos de seca, por numerosos que sejam, a mesma irrigação intensa dos períodos normais. Em nenhum país se pensa ou

pratica assim. A distribuição da água varia conforme a abundância das chuvas e as condições especiais de cada região e de cada cultura. A questão é guardá-la de modo que, declarada a seca, possa garantir a produção necessária à vida e à permanência das populações.

Se não for possível fazê-la na mesma escala dos anos bons, ainda assim o decréscimo de produção nesse período não determinará mais a crise econômica, com caráter de flagelo, que periodicamente devasta a região, mas apenas uma crise como ocorre em toda a zona de chuvas abundantes, quando estas, pela irregularidade das estações, se tornam escassas.

Esforça-se em seguida, a comissão, para demonstrar que Orós não poderá irrigar 122.500 hectares em dois ou três anos de seca, 'mesmo com os dados do dr. Epitácio'.

Eu não disse isto, segundo já observei.

Não é aqui o lugar nem o momento de mostrar como a comissão conduziu os seus cálculos e colheu os dados que neles figuram. Dessa tarefa se encarregará oportunamente a Inspetoria de Secas.

Notarei, entretanto, desde já, que a comissão não compulsou, na Inspetoria, aqui, as tabelas complementares, que constituem os anexos, ainda, manuscritos, da publicação nº 47, serie I-B, de que se utilizou, nem deu atenção, provavelmente, à referência feita na introdução deste documento.

A comissão critica os coeficientes que me levaram no Orós à área de 122.500 hectares. Julga-os deficientes. É assim também que outros competentes, a quem tenho consultado, qualificam o cálculo pelo qual ela atribui àquele açude a diminuta área de 60.000 hectares.

Na sua quota de repleção, Orós acumula 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões) de metros cúbicos d'água. Se reservarmos 1.000.000.000 (um bilhão) para a hipótese de uma seca, restarão 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões) que, na bacia hidráulica do açude, correspondem a doze metros de altura d'água, a contar da referida cota.

Tomando-se para perdas por evaporação e absorção na bacia hidráulica a altura d'água de 3,50 m e considerando que essa altura é meia distância vertical do colchão líquido de doze metros, ela corresponderá

a 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões) de metros cúbicos, ou seja, 30% do volume desse colchão. Restam, portanto, no açude, para irrigação num ano normal, $0,7 \times 2.500.000.000 \text{ m}^3$. Tomada a perda de 30% em trânsito nos canais, o volume disponível, no campo de irrigação, será igual a $0,7 \times 0,7 \times 2.500.000.000$. Adaptando-se a dose de 10.000 m^3 d'água por hectare, o número de hectares irrigados ascenderá a $0,7 \times 0,7 \times 2.500.000.000 / 10.000$, ou seja, 122.500 hectares.

A perda anual de 3,50 m que entra neste cálculo é superior ao total já muito elevado, de 3,45 m que certos engenheiros referem e a comissão registra. Ela não será atingida, já por ser exagerada, já porque, enquanto a evaporação se for operando, as chuvas caídas na bacia hidráulica irão de certo modo compensando a água evaporada. Ora, não tendo este elemento entrado no cálculo, a altura das perdas adotadas é realmente superior a 3,50 m; orça talvez por quatro metros. Por outro lado, à medida que os invernos se forem sucedendo, a colmatagem da bacia tenderá a diminuir as perdas por absorção.

A dose de 10.000 metros cúbicos d'água por hectares-ano encontra defesa no próprio relatório da comissão, que muito acertadamente julgou a cultura do algodão capaz de justificar 'as ousadias do empreendimento' (pág. 6); pois essa cultura não consome aquela dose d'água; a dose que lhe é adequada regula mais ou menos 8.000 m^3 .

'Dadas as condições especiais do Nordeste', diz a comissão, 'parece que, no mínimo, deve ser dobrado o coeficiente adotado pelo dr. Epitácio Pessoa para o algodão, cana, cereais, não incluindo o arroz, que exige muito mais. Que o digam as experiências com as águas do Quixadá: onde será sempre fácil submeter cada uma destas culturas à mais rigorosa observação prática'.

Ora, essas experiências foram realizadas e estão publicadas. Elas conduziram às seguintes doses:

Algodão e árvores frutíferas	8.400 m^3
Fumo	8.400 m^3
Cereais, legumes, bananeiras	9.600 m^3
Mandioca, macaxeira, inhame e batatas	9.600 m^3
Cana	10.800 m^3
Somente o arroz e as forragens exigem	14.400 m^3 .

Vê assim a comissão que a dose de 10.000 m³ de água é mais que suficiente para as culturas que ela aconselha ao Nordeste.

Quanto à área de irrigação das Piranhas, na Paraíba, a comissão a avaliará em 10.000 hectares.

Mostrei que a Inspeção já medira 14.676 hectares e o serviço estava longe de ser ultimado.

Responde-me a Comissão: ‘Em que é que mais dois ou quatro mil hectares podem influir sobre o valor econômico dessas vultosas obras?’ Pensei que influíssem, sobretudo porque a obra em execução na Paraíba é relativamente pequena, e a diferença já encontrada, de 4.676 hectares – mais de 40% dos 10.000 da Comissão –, vai ser muito maior, visto que o serviço está ainda distante do seu termo.

Na carta que escrevi ao senador Otacílio de Albuquerque, mostrei todas as evidentes vantagens da construção do porto, na capital da Paraíba, em vez de Cabedelo.

Pondera agora a comissão que nada afirmara de positivo, por falta de estudos e orçamentos que lhe autorizassem a opção.

Poderia contentar-me com isto. Mas a comissão não parou aí e pergunta duvidosa: ‘Será com um canal de 60 metros de largura e seis de profundidade que o estado poderá pôr-se em contato direto com os mercados nacionais e estrangeiros?’

Parece que se isto não é possível, o que se tem a fazer é alargar e aprofundar o canal, e não gastar somas equivalentes para manter o estado eternamente na vassalagem deprimente e estioladora em que se encontra em relação ao seu vizinho do Sul.

A comissão acha que, com o simples abastecimento de água de Cabedelo e a mudança da alfândega para ali, se justifica a preferência pela construção do porto em Cabedelo.

O abastecimento de água nessa localidade é obra difícilíssima e muito dispendiosa. A transferência da alfândega, além de acarretar avultada despesa com a construção de todos os edifícios necessários para a repartição e os respectivos armazéns e para residência do pessoal, não resolveria o problema, porque, como já fiz sentir em outra ocasião com palavras do ilustrado sr. dr. Lucas Bicalho, ‘um porto mercante não se constitui apenas de bom ancoradouro e bom cais acostável, mas sim

também de um centro de consumo e de comércio que o justifique e complete, para as operações mercantes de que depende a sua eficiência e desenvolvimento econômico'. Ora, este centro só pode ser a capital, onde existem as casas em grosso, os estabelecimentos que mantêm relações diretas com o estrangeiro e abastecem o comércio do interior. Cabedelo só poderia sê-lo se para ali se transferisse a capital, ideia que, por absurda, a comissão nem se animou a aventar!

Com o porto em Cabedelo, as mercadorias importadas teriam que ser desembarcadas ali, transportadas do cais para a estação do caminho de ferro e por este conduzido para a capital, onde estão e permaneceriam as casas importadoras. O mesmo dispendioso e demorado caminho teria que fazer, em sentido inverso, a exportação.

Entende a comissão que essas despesas de descarga, transporte para a via férrea, o frete para a capital, ou vice-versa, pouco valor têm. É que a comissão ignora que só o frete entre Cabedelo e a capital, sem contar os gastos de descarga e baldeação, é superior, frequentes vezes, ao que a mercadoria paga entre a Europa e Cabedelo. Insignificante, porém, que fosse, a diferença, seria bastante para colocar o comércio da Paraíba em condições de inferioridade em relação ao de Pernambuco. Ora, é isto principalmente o que se tem em vista evitar e só pode ser evitado com a construção do porto na capital.

A comissão não repudia, como me pareceu do seu relatório, as estradas de rodagem, as quais, pelo contrário, 'considera o principal elemento de desenvolvimento dos sertões e, no caso vertente, são o recurso máximo para os retirantes'.

Ainda bem.

A comissão prefere, todavia, os caminhos carroçáveis.

Não estou longe de concordar que, em certas zonas, os caminhos carroçáveis, muito menos custosos, bastarão às necessidades do tráfego; mas, quando as vias de comunicação se destinam a centros de intensa produção ou a regiões populosas onde o flagelo da seca, pelas profundas e rápidas devastações que produz, reclama socorros e meios de transportes abundantes e urgentes, não vejo como tais caminhos possam suprir as grandes estradas, sólidas, niveladas e amplas.

Também há que atender à experiência adquirida no Nordeste: na

região das secas, há chuvas torrenciais prolongadas, como não se veem no Sul, que rapidamente destroem as chamadas estradas carroçáveis.

Assim desapareceu a que se construía de Princesa em demanda de Patos.

Peço desculpas à comissão de ter voltado ao assunto. Fi-lo porque a sua abalizada opinião, por isto mesmo que goza de justa autoridade no país, me impunha o dever de explicar ainda uma vez as razões por que se adotou esta ou aquela orientação na execução de certas obras do Nordeste, como as estradas de rodagem e o porto do meu estado. Quanto ao Orós e ao Piranhas, quis mostrar apenas que eles podem dar muito mais do que parece aos cálculos pessimistas da comissão; mas, se ficaram nestes cálculos, ainda será o caso de bendizermos, a comissão e eu, todos os dias, como bons patriotas, as despesas efetuadas com essas duas barragens.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1923.

Epitácio Pessoa

OSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA,
CRONOLOGIA DE VIDA E OBRA

Cronologia montada por Adila Rocha Rabelo a partir da documentação do escritor, pertencente ao arquivo da Fundação Casa de José Américo.

1887 – 10 de janeiro, no Engenho Olho-d'Água, no município de Areia, estado da Paraíba, nasce José Américo de Almeida, filho de Inácio Augusto de Almeida e Josefa Leopoldina de Almeida.

1896 – Na propriedade da família, aprende as primeiras letras com a professora Júlia Verônica dos Santos Leal.

1898 – Com a morte do pai, aos 11 anos, em companhia do vigário Odilon Benvindo, seu tio, vai para Areia, onde continua seus estudos.

1901 – Aos 14 anos é levado pelo tio para o seminário da Paraíba, onde permanece três anos.

1904 – Deixa o seminário e faz, de uma só vez, todos os preparatórios no Liceu Paraibano. No mesmo ano, matricula-se na Faculdade de Direito do Recife.

1907 – A vocação literária se revela quando, com Simão Patrício e Eduardo Medeiros, edita em Areia o jornal *Correio da Serra*. Publica sonetos em *A União*, diário da capital.

1908 – Aos 21 anos, conclui o curso de Direito na capital pernambucana. Regressa à Paraíba e já atraído pela política filia-se ao partido chefiado pelo senador Gama e Melo, de oposição ao então presidente do estado, monsenhor Valfredo Leal, tio de José Américo.

1909 – Nomeado promotor público da Comarca de Sousa, no Alto Sertão da Paraíba, permanece no cargo por um ano; inicia-se, depois, na profissão de advogado.

1911 – Nomeado procurador-geral do estado, exerce o cargo por onze anos.

1912 – Aos 25 anos, casa-se com D. Ana Alice Melo, e dessa união nascem três filhos: Reinaldo, Selda e José Américo Filho.

1921 – Nomeado consultor jurídico do estado, continua exercendo a advocacia, conquistando clientela não só na Paraíba, mas em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

1922 – Nomeado, novamente, procurador-geral do estado, publica sua primeira obra literária: *Reflexões de uma cabra*, novela em que faz, de maneira satírica, “uma análise da psicologia do nordestino que foge de seu *habitat*”. – Colaborador assíduo da revista *Era Nova* e do jornal *A União*, a partir desta época.

1923 – Publica *A Paraíba e seus problemas*, ensaio que reflete estudos de economia, geografia humana e sociologia.

1928 – Publica o romance *A Bagaceira*, obra considerada um marco na literatura brasileira, que lhe confere projeção nacional como escritor. Essa obra encontra-se na 29ª edição em língua portuguesa e tem três edições em língua estrangeira: espanhol, inglês e esperanto, além do projeto para versão em francês, pela Fundação Casa de José Américo (já concluído).

1930 – Eleito deputado federal, seu mandato é depurado com o de toda a bancada da Aliança Liberal, numa reação do governo federal.

Volta à Paraíba, quando é nomeado secretário de Segurança pública, pelo presidente João Pessoa.

Assume a chefia da revolução no Norte e Nordeste.

Proclamado interventor do estado e chefe do governo central do Norte até a posse de Getúlio Vargas.

Nomeado ministro da Viação e Obras públicas no governo provisório.

1932 – Tem grande atuação no combate às secas do Nordeste.

1933 – Publica *Ministério da Viação e Obras Públicas no Governo Provisório* – Relatório.

1934 – Deixa o ministério, é nomeado embaixador junto ao Vaticano, porém, renuncia ao cargo.

Publica o *Ciclo revolucionário do Ministério da Viação e Obras Públicas* – Relatório.

1935 – Eleito senador pela Paraíba, renuncia três meses depois de assumir o posto.

Publica duas outras novelas: *O Boqueirão* e *Coiteiros*, as quais tratam de dois grandes problemas do Nordeste, as secas e o cangaço.

- Nomeado ministro do Tribunal de Contas da União, cargo vitalício no qual se aposentou.
- 1937 – É candidato à presidência da República, oportunidade em que pronuncia discursos notáveis. Com o golpe de estado, retorna às suas funções no Tribunal de Contas da União.
- 1945 – Concede famosa entrevista para o *Correio da Manhã* ao jornalista Carlos Lacerda.
- 1946 – Candidato a vice-presidente da República por eleição indireta. Perde para o senador Nereu Ramos, por uma pequena margem de votos.
- É escolhido para presidente da União Democrática Nacional – UDN.
- 1947 – Novamente eleito senador pela Paraíba.
- 1950 – Eleito governador do Estado da Paraíba.
- 1951 – Toma posse no governo do estado.
- 1953 – Assume, novamente, o Ministério da Viação e Obras públicas, licenciando-se do cargo de governador do estado.
- Publica *Secas do Nordeste* (exposição e debates na Câmara Federal).
- 1954 – No mês de setembro retoma ao cargo de governador do Estado da Paraíba.
- Publica *Ocasos de sangue*, crônicas de estilo memorialista, em que narra as mortes trágicas de João Pessoa, Afrânio de Melo Franco e Getúlio Vargas.
- 1956 – Funda a Universidade da Paraíba e deixa o governo do Estado.
- 1957 – É nomeado reitor da Universidade da Paraíba, deixando o cargo meses depois.
- Publica na revista *O Cruzeiro* a série de crônicas “Sem me rir, sem chorar”. São vinte e cinco textos de tom memorialista em que conta episódios do homem público e escritor.
- 1958 – Candidato ao senado pela Paraíba. Perde a eleição e afasta-se da vida pública.
- Torna-se conhecido como “O solitário de Tambaú”.
- 1962 – Falece sua esposa, d. Ana Alice de Melo Almeida.
- 1964 – Publica *Discursos de seu tempo*; são discursos de caráter não político, pronunciados em várias ocasiões de 1928 a 1964.

1965 – Publica *A palavra e o tempo*, discursos que refletem etapas de sua vida política de 1930 a 1951.

Em 22 de junho toma posse na cadeira de Raul Machado, na Academia Paraibana de Letras.

1967 – É eleito na Academia Brasileira de Letras para a cadeira de Tobias Barreto na vaga de Maurício de Medeiros.

Escreveu *Ad immortalitaten*, discurso que pronuncia na sua posse na ABL.

1968 – Publica o *Ano do nego*, memórias.

Escreve *Graça Aranha, o doutrinador* – ensaio.

1970 – Publica *Eu e eles*, memórias.

1975 – Publica *Quarto minguante*, seu único livro de poesias. Em plena maturidade, José Américo revela-se poeta, e através da linguagem simbólica narra experiências da sua vida singular.

1976 – Publica *Antes que eu me esqueça*, memórias.

Recebe o título de Intelectual do Ano pela União Brasileira de Escritores – Troféu “Juca Pato”, da *Folha de S.Paulo*.

1980 – A 10 de março, com noventa e três anos, falece no seu retiro de Tambaú, sendo sepultado com honras de ministro de estado.

Em 10 de dezembro é criada a Fundação Casa de José Américo pelo então governador Tarcísio de Miranda Buriti, através da Lei nº 4.195, na casa onde o imortal paraibano viveu os últimos vinte e dois anos de sua existência.

1983 – Em 10 de janeiro seus restos mortais, juntamente com os de sua esposa, foram trasladados para um memorial construído no jardim de sua antiga residência, hoje Fundação Casa de José Américo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGASSIZ, L. (1869). *Voyage au Brésil* (1er ed.). (F. Vogeli, Ed.) Paris: Librairie de L. Hachette et Cie.
- ALBANO, I. (1918). *O secular problema do Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Acesso em 18 de Setembro de 2023, disponível em <https://archive.org/details/osecularproblema1918ilde>
- ASSIS BRASIL, J. F. (1896). *Do governo presidencial na republica brasileira*. Lisboa: Companhia Nacional Editora.
- BRASIL, T. P. (1909). *O Ceará no começo do século XX*. Fortaleza: Typo-lithographia a vapor.
- CELSO, A. (1998). *Oito anos de Parlamento*. Brasília: Senado Federal.
- CRANDALL, R. (1910). *Geographia, Geologia, Supplimento d'Agua, Transportes e Açudagem nos estados orientais do norte do Brazil, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba*. Rio de Janeiro: IOCS.
- CUNHA, E. (2013). *Contrastes e confrontos* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro. Acesso em 18 de Setembro de 2023, disponível em <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/contrastes-e-confrontos.pdf>
- CUNHA, E. (2013). *Os Sertões* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro.
- CUNHA, E. d. (2020). *À margem da história*. Fonte: EUCLIDESITE. Obras de Euclides da Cunha: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/a-margem-da-historia/>
- DENIS, P. (1913). *O Brazil no século XX* (Edição portuguesa). Lisboa [Portugal]: J. Bastos.
- GALANTI, R. M. (1905). *Compendio de Historia do Brasil*. São Paulo: Typ. da Industrial de S. Paulo.
- GIDE, C. (1911). *Cours d'Économie politique* (2e ed.). Paris: Librairie de la Société du Recueil Sirey. Fonte: <https://archive.org/details/coursdconomiopoogidegoog/>
- GUERRA, P., & GUERRA, T. (s.d.). *Seccas contra a Secca*. (C. Mossoroense, Ed.) Acesso em 18 de Setembro de 2023, disponível em <https://cole>

- caomossoroense.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/Seccas-Contra-a-Secca.pdf
- HERCKMAN, E. (Tomo V). *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. (1910). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* (Vol. 2). João Pessoa: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. (1911). *Chorographia da província da Parahyba do Norte*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 3.
- JOFFILY, I. (1892). *Notas sobre a Parahyba* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Jornal do Commercio.
- LEROY-BEAULIEU, P. (1905). *Les États-Unis au XX siècle*. Paris: A. Colin.
Fonte: <https://archive.org/details/lestatsunisiaux00lerouoft/page/390/mode/2up>
- MACHADO, M. L. (1912). *História da provincia da Parahyba*. Parahyba: Imprensa Official.
- MARIZ, C. (1922). *Apanhados históricos da Paraíba* (1ª ed.). Parahyba do Norte.
- MAXIMILIANO, C. (2005). *Comentários à Constituição Brasileira de 1891*. Brasília: Senado Federal.
- NABUCO, J. (1899). *Um estadista do Império* (Vol. 1). Rio de Janeiro: H. Garnier.
- OLIVEIRA VIANA, F. J. (2005). *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1108> Acesso em: jan-2024
- OLIVEIRA VIANNA, F. J. (1942). *Pequenos estudos de psychologia social* (3ª ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- OLIVEIRA VIANNA, F. J. (1938). *Evolução do povo brasileiro* (3ª ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- OLIVEIRA VIANNA, F. J. (2005). *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- PARAHYBA DO NORTE (Estado). (1922). *Almanaque do Estado da Parahyba do Norte*. Parahyba: Imprensa Official.

- PINTO, I. F. (1908). *Datas e notas para a historia da Parahyba* (Vol. 1). Parahyba do Norte: Imprensa Official.
- POMBO, J. F. (2019). *História do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN.
- Pompeu Sobrinho, T. (1916). *O problema das secas no Ceará*. Fortaleza: Gadelha.
- RATZEL, F. (1914). *Geografia Dell'Uomo*. Turim: Fratelli Bocca.
- SALVADOR, F. V. (2010). *História do Brasil*. Brasília: Senado Federal. Acesso em 18 de Setembro de 2023, disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/575110/000970367_Historia_Brasil.pdf
- SILVA, C. P. (1920). *O Problema do Nordeste: As Seccas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- TEÓFILO, R. (1901). *Seccas do Ceará (Segunda metade do século XIX)*. Fortaleza: Tipografia Moderna.
- TEÓFILO, R. (1919). *A secca de 1915*. Fortaleza: Imprensa Inglesa.
- TEÓFILO, R. (1922). *História da secca do Ceará (1877 a 1880)*. Fortaleza: Imprensa Inglesa.
- TORRES, A. (1933). *O problema nacional brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Nacional. Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/brasiliana/colecao/obras/23/o-problema-nacional-brasileiro-introducao-a-um-programa-de-organizacao-nacional>. Acesso em: jan-2024.

A Paraíba e seus problemas, de José Américo de Almeida, foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. A fonte é a Spectral, corpo 10,5, desenhada em 2017 pela Production Type, de Paris, inspirada no tipo Elzévir Nº 9, cunhado em 1882 pela Warnery Frères.

O livro foi impresso em papel Pólen Natural 80g/m² nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em março de 2024, de acordo com o programa editorial do Conselho Editorial do Senado Federal.

“Sem o ranço dos panegíricos oficiais, seu livro é antes formidável obra de reportagem e avaliação. Reportagem e avaliação dos elementos econômicos e sociais que constituem a Paraíba. Um belo esforço de geografia e sociologia regionais.

[...]

Preocupa-o, como a todo nordestino que se não tenha desgarrado de suas raízes, a condição precária dum grupo de estados como os nossos ante a força soberana dos três estados do Sul que nos regulam, ao sabor dos seus interesses regionais, a vida política e nos querem até impor uma como curatela da economia particular, sem o menor critério representativo. Não é uma questão de estados pequenos, a da nossa subalternidade de províncias lacaias: ‘a questão é, mais propriamente, de zona’, opina o escritor paraibano.”

Gilberto Freyre, em 15 de maio de 1924,
na primeira análise crítica da obra.



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

